Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

Ação Trabalhista - Rito Ordinário 0002800-98.2006.5.15.0114

PARA ACESSAR O SUMÁRIO, CLIQUE AQUI

Tramitação Preferencial

- Idoso

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 09/01/2006
Valor da causa: R$ 26.324,42

Partes:

AUTOR: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
ADVOGADO: HAMILTON ROVANI NEVES
RÉU: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL
ADVOGADO: TONIA MADUREIRA DE CAMARGO
ADVOGADO: MARILDA IZIQUE CHEBABI
ADVOGADO: LEONILDO GHIZZI JUNIOR
ADVOGADO: ADRIANA LEAL SANDOVAL
ADVOGADO: SERGIO AFFONSO FERNANDES PINHEIRO
RÉU: SERGIO PARREIRA SANDOVAL
ADVOGADO: ADRIANA LEAL SANDOVAL
INVENTARIANTE: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL
TERCEIRO INTERESSADO: RICARDO LEAL SANDOVAL
TERCEIRO INTERESSADO: MARIA FERNANDA LEAL SANDOVAL DATI RUIVO
TERCEIRO INTERESSADO: ADRIANA LEAL SANDOVAL
TERCEIRO INTERESSADO: SILVANA LEAL SANDOVAL
TERCEIRO INTERESSADO: EDUARDO LEAL SANDOVAL
TERCEIRO INTERESSADO: FERNANDO DA SILVA MELO
ADVOGADO: HAMILTON ROVANI NEVES

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

Justiça do Trabalho - 15ª Região

9ª Vara do Trabalho de Campinas

Termo de Abertura de Execução

Nesta data procedi à migração deste processo para o Sistema Pje-JT, mantidos número original e dados cadastrais de partes e advogados existentes no SAP - Sistema de Acompanhamento de Processual do TRT da 15ª Região.

Os autos físicos permanecerão arquivados em Secretaria até o encerramento da execução.

A tramitação do processo ocorrerá exclusivamente na forma eletrônica, conforme disciplinado na Resolução nº 136/2014 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Cópia deste termo foi juntada ao processo físico

23 de Abril de 2018

Relatório de Ocorrências do Processo

Autuação 09/01/2006 Nº Distrib. 000.022/2006-RTOProcesso **2800-98.2006-RTOrd[rt]**

RECTE Cleusa Tercília da Silva
Advogado Hamilton Rovani Neves
RECDA Maria Angélica Leal Sandoval

Data	Advogado	Texto	Vencimento
09/01/2006		AUTUAÇÃO	
19/01/2006		Audiência UNA marcada para 20/02/2006 13:45.	
19/01/2006		Pendente de notificação AS PARTES	
24/01/2006		Aguardando audiência designada.	
20/02/2006		Ata de audiência	
20/02/2006		9ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS PROCESSO 00028-2006-114-15-00-0 T E R M O D E A U D I Ê N C I A Aos vinte dias do mês de fevereiro de 2006, às 13h50min, na Sala de Audiência desta Vara, sob a presidência do(a) MM(ª). Juiz(a) do Trabalho, DR(A) MARIA FLAVIA RONCEL DE OLIVEIRA ALAITE, foram, por ordem do(a) MM(ª). Juiz(a), apregoados os litigantes: Cleusa Tercília da Silva (RECTE) Maria Angélica Leal Sandoval + 1 (RECDA). Presente o(s) reclamante(s), RG 16802901, acompanhado(a) pelo(a) Dr. Hamilton Rovani Neves , OAB 143028. Presentes os reclamados Sergio Parreira Sandoval e Maria Angélica Leal Sandoval acompanhados pelo Dr. José Célio de Andrade, OAB 25252. INCONCILIADOS Deferida a juntada de defesa escrita, com documentos. Vista ao(a) reclamante em audiência sobre a defesa e documentos juntados, que reitera os termos da petição inicial. DISPENSADO DEPOIMENTO PESSOAL DA RECLAMANTE. DEPOIMENTO PESSOAL DA RECLAMADA: 1. Não sabe precisar a data em que a reclamante foi admitida, mas acredita que foi em 1997. Assim que foi contratada, foi feito registro em sua CTPS. Reconhece os recibos de fls. 16/18. Nada mais. A RECLAMANTE NÃO TEM TESTEMUNHAS. DEPOIMENTO DA 1ª TESTEMUNHA DA RECLAMADA: Maria de Lourdes Pereira - RG 24998479-9, nacionalidade: brasileira, residente e domiciliado na cidade de Hortolandia, na Rua 03, 91, Jd Estrela. Advertido e compromissado na forma da lei, respondeu que: 1. Conhece a reclamante, uma vez que trabalharam juntas na casa da Sra. Angelica (1a reclamada). A depoente trabalhava uma vez por semana e a reclamante todos os dias. Quando a reclamante parou de trabalhar, a depoente passou a ser mensalista (trabalhar todos os dias). 2. A reclamante parou de trabalhar em 1993. A depoente trabalhou de 10/08/1993 até 10/08/1996. Depois voltou a trabalhar em 2000. Não trabalhou para os reclamados entre 1996 e 1998. 3. A Sra. Luciana passou a trabalhar no lugar da depoente quando esta deixou de prestar serviços para os reclamados.	

Relatório de Ocorrências do Processo

Autuação 09/01/2006 Nº Distrib. 000.022/2006-RTOProcesso **2800-98.2006-RTOrd[rt]**

Data	Texto	Vencimento
20/02/2006	Lançamento de Solução ADIADO	
01/03/2006	Em carga com Juiz MARIA FLAVIA RONCEL DE OLIVEIRA ALAITE sob o no. 144/2006 (1 volumes).	
19/05/2006	Devolução de Carga	
19/05/2006	sentença	
19/05/2006	9ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS PROCESSO Nº. 28-2006-0 RECLAMANTE: CLEUSA TERCILIA DA SILVA RECLAMADO (A): MARIA ANGÉLICA LEAL SANDOVAL E SERGIO PARREIRA SANDOVAL SENTENÇA CLEUSA TERCILIA DA SILVA, qualificada nos autos, ajuizou reclamação trabalhista em face de MARIA ANGÉLICA LEAL SANDOVAL e SERGIO PARREIRA SANDOVAL, também qualificados, alegando, em síntese, que seu contrato de trabalho foi marcado por uma série de irregularidades. Formulou os pedidos correspondentes. Requereu os benefícios da Justiça gratuita e honorários advocatícios. Protestou por provas de estilo. Deu à causa o valor de R$ 26.324,42. Juntou procuração e documentos. Os reclamados apresentaram defesa escrita, com documentos, impugnando os pedidos tecidos na petição inicial, requerendo, por fim, a improcedência da pretensão. Foi colhido o depoimento pessoal da primeira reclamada e ouvida uma testemunha, encerrando-se a instrução processual. Razões finais remissivas. As tentativas de conciliação restaram infrutíferas. É o relatório. FUNDAMENTAÇÃO DA PRESCRIÇÃO Considerando que a partir de 17/12/1998 o contrato de emprego permaneceu suspenso, não há que se falar em prescrição bienal. Registre-se que em 13/05/2005 ainda persistia a incapacidade laborativa, tendo sido sugerida a aposentadoria por invalidez. Rejeita-se. DO VÍNCULO DE EMPREGO Alega a reclamante que embora admitida em 15/12/1996, foi registrada em 10/07/1998 apenas. Afirmou que embora recebesse R$ 250,00 (duzentos e cinqüenta reais) a título de salário, em sua CTPS constava um salário mínimo. Os reclamados, em sua defesa, negam a prestação dos serviços antes do período anotado em CTPS. A primeira reclamada, em seu depoimento pessoal, disse desconhecer a data de admissão da autora, atraindo a presunção de veracidade dos fatos noticiados pela autora. Reconheceu, ainda, os recibos de fls. 16/18. Assim, seja em face da confissão ficta, seja em face dos documentos que acompanham a inicial (recibos que indicam data anterior àquela que consta do registro) reconhece-se que a reclamante foi admitida em 15/12/1996 e, com	

Relatório de Ocorrências do Processo

Autuação 09/01/2006 Nº Distrib. 000.022/2006-RTOProcesso **2800-98.2006-RTOrd[rt]**

Data	Texto	Vencimento
02/06/2006	Audiência JUL marcada para 02/06/2006 13:38.	
02/06/2006	Lançamento de Solução JULGADO PROCEDENTE EM PARTE	
02/06/2006	Pendente de notificação DE DECISAO	
05/07/2006	Pendente de OUTRAS PROVIDENCIAS	
06/07/2006	Prazo - AMBOS	02/08/2006
01/08/2006	Aguardando analisar petição	
03/08/2006	Pendente de notificação AO RECLAMANTE (conforme determinação de fls..)	
04/08/2006	Prazo - RECTE	30/08/2006
22/08/2006	Em carga com o advogado Hamilton Rovani Neves sob o no. 2864/2006 (01 volumes).	28/08/2006
30/08/2006	Devolução de Carga	
31/08/2006	Aguardando analisar petição	
01/09/2006	Pendente de análise de PROCESSO (conforme determinação de fls.79)	
12/09/2006	Nesta data, faço os presentes autos conclusos à MM. Juíza do Trabalho, Dra. DENISE FERREIRA BARTOLOMUCCI MULATO. Cls. de fls. 79. Campinas, 12/09/2006.	
12/09/2006	Subam os autos ao E. TRT da 15ª Região, com as cautelas de praxe. Campinas, 12/09/2006. DENISE FERREIRA BARTOLOMUCCI MULATO Juíza do Trabalho	
13/09/2006	Revisão para remessa AO TRT	
28/09/2006	Remetido ao TRT 15a. Região	
15/06/2007	À elevada apreciação de Vossa Excelência, tendo em vista o recebimento dos presentes autos do E. TRT Campinas, 15/06/2007	
15/06/2007	Ciência às partes do retorno dos autos. Apresente o reclamante, em 10 (dez) dias, os cálculos de liqüidação devidamente atualizados, discriminando as verbas referentes às contribuições previdenciária e fiscal incidentes, quando for o caso, nos termos do art. 195, I, "a" e II, "b" da Constituição Federal. A apuração da conta dar-se-á na forma do julgado, conforme fls. 59/62. Sendo este omisso, a conta observará a evolução salarial do obreiro, mês a mês, admitindo-se que sejam de outra forma somente quando não houver nos autos elementos para se apurar a evolução dos salários percebidos na vigência do contrato. Os índices de correção monetária deverão ser expressamante indicados nos cálculos, bem como, a tabela de índices utilizada, a fim de se definir com exatidão, até que data os cálculos foram atualizados. Vindo a peça com a conta, junte-se e intime-se a parte contrária a se manifestar, em 10 (dez) dias, nos termos do art. 879, §2º, da CLT. Fazendo parte do pólo passivo diversas Reclamadas, esclareça que os prazos fixados serão sucessivos e independente de intimação, iniciando-se pela 1ªReclamada. Inerte o autor, apresente a reclamada, em 10 (dez) dias os	

Relatório de Ocorrências do Processo

Autuação 09/01/2006 Nº Distrib. 000.022/2006-RTOProcesso **2800-98.2006-RTOrd[rt]**

Data	Texto	Vencimento
17/06/2007	Trânsito em Julgado em 04062007	
18/06/2007	Liquidação	
18/06/2007	Pendente de notificação AS PARTES (conforme determinação de fls..)	
19/06/2007	Prazo - RECTE	11/07/2007
29/06/2007	Em carga com o advogado Hamilton Rovani Neves sob o no. 3098/2007 (1 volumes).	06/07/2007
05/07/2007	Devolução de Carga	
06/07/2007	Aguardando analisar petição	
06/07/2007	Nesta data, faço os presentes autos conclusos à MM. Juíza do Trabalho, Dra. MARIA DE FATIMA VIANNA COELHO. Cls. fls. 58/63. Campinas, 06/07/2007.	
06/07/2007	Aguarde-se, por ora, a resposta do Autor quanto aos bens indicados à Penhora. Campinas, 06/07/2007. MARIA DE FÁTIMA VIANNA COELHO Juíza do Trabalho	
09/07/2007	Aguardando analisar petição	
09/07/2007	Despacho pelo Art. 162	
09/07/2007	Pendente de notificação A RECLAMADA	
12/07/2007	Em carga com o advogado Tônia Madureira de Camargo sob o no. 3347/2007 (1 VOL volumes).	17/07/2007
20/07/2007	Devolução de Carga	
23/07/2007	Aguardando analisar petição	
23/07/2007	Aguardando analisar petição (conforme determinação de fls..)	
24/07/2007	Despacho pelo Art. 162	
24/07/2007	Pendente de análise de CALCULOS	
07/08/2007	Nesta data, faço os presentes autos conclusos à MM. Juíza do Trabalho, Dra. MARIA DE FATIMA VIANNA COELHO. Cls. de fls. 130. Campinas, 07/08/2007.	
07/08/2007	Vistos, etc...Apresentados os cálculos pelo(a) reclamante às fls. 130. Impugnação pela reclamada às fls. 139. Razão assiste à reclamada. Observando-se a proporcionalidade inicial entre o salário recebido e o salário mínimo àquela época, encontra-se o valor apontado pela reclamada em seus cálculos. No entanto, não apura os décimos terceiros salários além da multa protelatória de 1% sobre o valor dado à causa, deferida às fls. 123, não merecendo prosperar. O reclamante deverá reapresentar os cálculos relativos a seu crédito de acordo com o acima exposto. Após, tornem os autos conclusos para nova apreciação. Campinas, 07/08/2007.MARIA DE FÁTIMA VIANNA COELHOJuíza do Trabalho	
09/08/2007	Pendente de notificação AO RECLAMANTE	

Relatório de Ocorrências do Processo

Autuação 09/01/2006 Nº Distrib. 000.022/2006-RTOProcesso **2800-98.2006-RTOrd[rt]**

Data	Texto	Vencimento
23/08/2007	Em carga com o advogado Hamilton Rovani Neves sob o no. 4087/2007 (01 volumes).	28/08/2007
03/09/2007	Devolução de Carga	
04/09/2007	Aguardando analisar petição	
05/09/2007	Despacho pelo Art. 162	
05/09/2007	Pendente de análise de CALCULOS	
25/09/2007	Nesta data, faço os presentes autos conclusos à MM. Juíza do Trabalho, Dra. MARIA DE FATIMA VIANNA COELHO. Cls. de fls. 155. Campinas, 25/09/2007.	
25/09/2007	Vistos, etc...Cumpridas as determinações de fls. 153, HOMOLOGO a conta de liquidação ofertada, com as adequações de fls. 159, eis que em consonância com o título exeqüendo, para que produzam os legais e jurídicos efeitos. Fixo o montante BRUTO condenatório em R$ 22.147,55, corrigido até 01/07/2007, atualizável no pagamento, conforme discriminação abaixo :Principal R$ 18.818,92 Juros de mora R$ 3.328,63 Dedução previdenciária - quota Reclamante R$ 1.439,65 Base de cálculo para apuração do IR : 0,00 % de férias, 6,43 % de 13º salários, 93,57 % demais rendimentos tributáveis e 0,00 % de rendimentos isentos, chegando-se a uma retenção fiscal, conforme fls. 159 de R$ 4.806,05. Crédito exeqüendo LÍQUIDO: R$ 15.901,85. Base previdenciária R$ 18.818,92 Alíquota : 12 % Justificativa: Empregador doméstico. Contribuição - quota empregador R$ 2.258,27 Uma vez deduzida do crédito exeqüendo, por substituição tributária, a contribuição previdenciária parte empregado passa a ser de responsabilidade do empregador, ou seja a contribuição total a cargo da reclamada, nestes termos, é de R$ 3.697,92, cujo fato gerador ocorrerá no efetivo pagamento do crédito exeqüendo, observando-se o critério ¨ caixa ¨. Pelo mesmo motivo deverá a reclamada comprovar o recolhimento da retenção fiscal deduzida do crédito exeqüendo bruto, no prazo legal, sob pena de oficiar-se à Receita Federal. Os recolhimentos fiscais, previdenciários e das custas processuais, quando pertinentes, deverão ser comprovados nos autos, através das guias GPS (3vias) e DARF (2vias), nos termos do capítulo INSS, do Provimento CP-CR nº 10/2005 do TRT da 15ª região, do provimento nº 3/2005 do TST e do capítulo RECO, da CNC do TRT da 15ª Região. Honorários advocatícios R$ 3.322,13 atualizável a partir de 01/07/2007. Face ao reconhecimento do vínculo empregatício, a reclamada deverá ainda, nos termos dos §§ 7º e 8º do art. 276 do Decreto nº 3.048/99, comprovar o recolhimento das importâncias devidas à previdência social durante todo o período reconhecido, devidamente acrescidas de juros e multa, ou comprovar o parcelamento do débito nestes autos, sob pena de execução. Em função da possibilidade legal de parcelamento junto à União, estes valores não foram incluídos nesta homologação, ressalvada a execução forçada em caso de não cumprimento do quanto determinado	

Relatório de Ocorrências do Processo

Autuação 09/01/2006 Nº Distrib. 000.022/2006-RTOProcesso **2800-98.2006-RTOrd[rt]**

Data	Texto	Vencimento
28/09/2007	Pendente de notificação AS PARTES	
01/10/2007	Prazo - RECDA	22/10/2007
06/11/2007	Aguardando analisar petição	
06/11/2007	Nesta data, faço os presentes autos conclusos à MM. Juíza do Trabalho, Dra. MARIA DE FATIMA VIANNA COELHO. Cls. de fls. 242. Campinas, 06/11/2007.	
06/11/2007	Razão assiste à Reclamada. Reitere-se a notificação de fls. 166/167 em nome da D. Patrona de fls. 137/138. Campinas, 06/11/2007. MARIA DE FÁTIMA VIANNA COELHO Juíza do Trabalho	
08/11/2007	Alteracao Cadastral	
09/11/2007	Pendente de notificação A RECLAMADA	
14/11/2007	Prazo - RECDA	12/12/2007
10/01/2008	Aguardando analisar petição	
15/01/2008	Nesta data, faço os presentes autos conclusos à MM. Juíza do Trabalho, Dra. CHRISTINA FEUERHARMEL RIBEIRO. Cls. de fls. 172. Campinas, 15/01/2008.	
15/01/2008	Vistos, etc..Libere-se o depósito recursal de fls. 75 ao autor, com as retenções fiscais e previdenciárias pertinentes, haja vista tratar-se de valor inferior ao apresentado pela ré em sua impugnação, portanto incontroverso. Efetive-se a penhora on line nas contas bancárias da executada, levando-se em conta o valor remanescente do débito, além do acréscimo de que trata o artigo 475 J, conforme sentença de liquidação de fls. 160/162. Campinas, 15/01/2008.CHRISTINA FEUERHARMEL RIBEIRO Juíza do Trabalho	
17/01/2008	Pendente de confecção de ALVARA	
25/02/2008	Pendente de notificação AO RECLAMANTE	
26/02/2008	Em carga com o advogado Hamilton Rovani Neves sob o no. 912/2008 (1 VOL volumes).	03/03/2008
26/02/2008	Devolução de Carga	
27/02/2008	Pendente de análise de PROCESSO	
29/02/2008	Nesta data, faço os presentes autos conclusos à MM. Juíza do Trabalho, Dra. MARIA DE FATIMA VIANNA COELHO. Cls. fls. 173. Campinas, 29/02/2008.	
29/02/2008	Tendo em vista a ausência de dados dos executados, impedindo, desta forma, a utilização do Sistema Bacen Jud, dê-se ciência do r. despacho de fls. 173, concedendo-lhe prazo de 10 (dez) dias para o seu cumprimento. Campinas, 29/02/2008. MARIA DE FÁTIMA VIANNA COELHO Juíza do Trabalho	

Relatório de Ocorrências do Processo

Autuação 09/01/2006 Nº Distrib. 000.022/2006-RTOProcesso **2800-98.2006-RTOrd[rt]**

Data	Texto	Vencimento
05/03/2008	Pendente de notificação A RECLAMADA	
05/03/2008	Aguardando analisar petição	
06/03/2008	Juntada nos termos do art. 162	
06/03/2008	Pendente de notificação A RECLAMADA	
07/03/2008	Prazo - RECDA	26/03/2008
12/03/2008	Aguardando analisar petição	
13/03/2008	Juntada nos termos do art. 162	
13/03/2008	Pendente de notificação A RECLAMADA	
17/03/2008	Prazo - RECDA	26/03/2008
25/03/2008	Em carga com o advogado Tônia Madureira de Camargo sob o no. 1538/2008 (01VOLUME volumes).	31/03/2008
10/04/2008	Devolução de Carga	
11/04/2008	Aguardando analisar petição	
11/04/2008	Nesta data, faço os presentes autos conclusos à MM. Juíza do Trabalho, Dra. MARIA DE FATIMA VIANNA COELHO. Cls. de fls. 189/190. Campinas, 11/04/2008.	
11/04/2008	Manifeste-se a Exequente se aceita a oferta de bens à penhora de fls 189/190. Campinas, 11/04/2008 MARIA DE FATIMA VIANNA COELHO Juíza do Trabalho Campinas, 11/04/2008 MARIA DE FATIMA VIANNA COELHO Juíza do Trabalho	
15/04/2008	Pendente de notificação AO RECLAMANTE	
17/04/2008	Prazo - RECTE	02/05/2008
21/05/2008	Pendente de OUTRAS PROVIDENCIAS	
23/05/2008	Nesta data, faço os presentes autos conclusos à MM. Juíza do Trabalho, DRA. MARIA DE FÁTIMA VIANNA COELHO, certificando que em 02/05/2008, decorreu o prazo de 05 (cinco) dias para manifestação do Exequente (fl. 192). Campinas, 23/05/2008.	
23/05/2008	Vistos, etc. Em face do acima certificado, e ante a inércia do Exequente, com relação ao cumprimento das determinações de fls. 178 e 191, deverá o mesmo requerer, no prazo de 10 (dez) dias, sobre a forma de prosseguimento da execução. Campinas, 23/05/2008. MARIA DE FÁTIMA VIANNA COELHO Juíza do Trabalho	
27/05/2008	Pendente de notificação AO RECLAMANTE	
29/05/2008	Prazo - RECTE	18/06/2008
02/06/2008	Em carga com o advogado Hamilton Rovani Neves sob o no. 2807/2008 (01 volumes).	09/06/2008
05/06/2008	Devolução de Carga	
06/06/2008	Aguardando analisar petição	
06/06/2008	Nesta data, faço os presentes autos conclusos à MM. Juíza do Trabalho, Dra. MARIA DE FATIMA VIANNA COELHO. Cls. de fls. 196/197. Campinas, 06/06/2008.	
06/06/2008	Prossiga-se nos termos do r. despacho de fls. 173. Campinas, 06/06/2008.	

Relatório de Ocorrências do Processo

Autuação 09/01/2006 Nº Distrib. 000.022/2006-RTOProcesso **2800-98.2006-RTOrd[rt]**

Data	Texto	Vencimento
10/06/2008	Juntada nos termos do art. 162	
10/06/2008	Pendente de análise de PROCESSO	
10/06/2008	Nesta data, faço os presentes autos conclusos à MM. Juíza do Trabalho, Dra. MARIA DE FATIMA VIANNA COELHO. Cls. de fls. 178. Campinas, 10/06/2008.	
10/06/2008	Primeiramente, deverá o Autor cumprir integralmente o r. despacho de fls. 178. Após, prossiga-se através da Penhora "on line". Campinas, 10/06/2008. MARIA DE FÁTIMA VIANNA COELHO Juíza do Trabalho	
12/06/2008	Pendente de notificação AO RECLAMANTE	
12/06/2008	Pendente de notificação AO RECLAMANTE	
17/06/2008	Prazo - RECTE	10/07/2008
30/06/2008	Nesta data, faço os presentes autos conclusos à MM. Juíza do Trabalho, Dra. MARIA DE FATIMA VIANNA COELHO. Cls. de fls. 197 Campinas, 19/06/2008.	
30/06/2008	Diante da apresentação dos dados necessários às fls. 196, prossiga-se através da Penhora "on line". Campinas, 19/06/2008. MARIA DE FÁTIMA VIANNA COELHO Juíza do Trabalho	
02/07/2008	Pendente de análise de PROCESSO	
02/07/2008	Execução (conforme determinação de fls..)	
03/07/2008	Prazo - TERCEIRO (conforme determinação de fls..)	02/07/2008
23/07/2008	Nesta data, faço os presentes autos conclusos à MM. Juíza do Trabalho, Dra. MARIA DE FATIMA VIANNA COELHO. Cls. de fls. 201/210. Campinas, 23/07/2008.	
23/07/2008	Primeiramente, determino a tramitação do presente feito em Segredo de Justiça, tendo em vista o caráter sigiloso dos documentos apresentados às fls. 207. Quanto ao requerimento de liberação dos valores bloqueados, cabem as seguintes considerações: Não se sustenta mais a tese da impenhorabilidade absoluta dos salários, tanto pela literalidade do artigo 649, parágrafo 2º do CPC que expressamente retira essa condição nas hipóteses em que a execução se destina ao pagamento de pensão alimentícia, situação jurídica que em muito se assemelha o crédito trabalhista, de natureza alimentar inequívoca, como pelo fato de que, por critério de justiça e quidade, não é razoável que o executado tenha protegido os seus salários quando não honrou pagamento de verbas de igual natureza à empregada doméstica que manteve trabalhando em sua residência. Do contrário, estaríamos aplicando regra geral sem observância ao princípio da razoabilidade e do bom-senso que, em última análise, nos indica o caminho de escolha recional entre interesses jurídicos aparentemente	

Relatório de Ocorrências do Processo

Autuação 09/01/2006 Nº Distrib. 000.022/2006-RTOProcesso **2800-98.2006-RTOrd[rt]**

Data	Texto	Vencimento
28/07/2008	Pendente de ABERTURA DE VOLUME	
29/07/2008	Pendente de análise de PROCESSO	
31/07/2008	Nesta data, faço os presentes autos conclusos à MM. Juíza do Trabalho, Dra. MARIA DE FATIMA VIANNA COELHO. Cls. de fls. 217. Campinas, 31/07/2008.	
31/07/2008	Renove-se a Penhora "on line", compensando-se os valores transferidos às fls. 217, até a garantia do juízo e independente de nova determinação judicial. Observe-se o r. despacho de fls. 215/216. Campinas, 31/07/2008. MARIA DE FÁTIMA VIANNA COELHO Juíza do Trabalho	
05/08/2008	Pendente de análise de PROCESSO	
06/08/2008	Prazo - TERCEIRO	05/08/2008
14/08/2008	Aguardando analisar petição	
15/08/2008	Juntada nos termos do art. 162	
15/08/2008	Prazo - TERCEIRO	05/08/2008
15/08/2008	Pendente de OUTRAS PROVIDENCIAS	
19/08/2008	Pendente de análise de PROCESSO	
19/08/2008	Prazo - TERCEIRO	19/08/2008
20/08/2008	Aguardando analisar petição	
20/08/2008	Nesta data, faço os presentes autos conclusos à MM. Juíza do Trabalho, Dra. MARIA DE FATIMA VIANNA COELHO. Cls. fls. 224/232. Campinas, 20/08/2008.	
20/08/2008	Aguarde-se pela resposta do Banco Central às fls. 223. Restando tal procedimento infrutífero, tornem conclusos para deliberações quanto ao requerimento de fls. 224/232. Campinas, 20/08/2008. MARIA DE FÁTIMA VIANNA COELHO Juíza do Trabalho	
22/08/2008	Prazo - TERCEIRO	19/08/2008
25/08/2008	Pendente de OUTRAS PROVIDENCIAS	
26/08/2008	Nesta data, faço os presentes autos conclusos à MM. Juíza do Trabalho, Dra. MARIA DE FATIMA VIANNA COELHO. Cls. de fls.234. Campinas, 26/08/2008.	
26/08/2008	Não obstante o deferimento da penhora em 30% (trinta por cento) dos valores recebidos a título de pensão por morte do 2º executado, resta claro que os valores não são mantidos em conta-corrente, tendo em vista a tentativa infrutífera de penhora "on line". Assim, de modo a conferir viabilidade na determinação judicial, necessária se faz a expedição de ofício ao órgão pagador para que retenha o percentual ao Juízo. Primeiramente, para que não se eternize a execução, considero parcialmente garantido o juízo com o depósito	

Relatório de Ocorrências do Processo

Autuação 09/01/2006 Nº Distrib. 000.022/2006-RTOProcesso **2800-98.2006-RTOrd[rt]**

Data	Texto	Vencimento
28/08/2008	Pendente de notificação A RECLAMADA	
29/08/2008	Aguardando analisar petição	
01/09/2008	Juntada nos termos do art. 162	
01/09/2008	Pendente de notificação A RECLAMADA	
02/09/2008	Prazo - RECDA	15/09/2008
15/09/2008	Aguardando analisar petição	
15/09/2008	Nesta data, faço os presentes autos conclusos à MM. Juíza do Trabalho, Dra. MARIA DE FATIMA VIANNA COELHO. Cls. de fls. 238/240. Campinas, 15/09/2008.	
15/09/2008	Processem-se os embargos à execução ofertados pelos executados às fls. 238/240, intimando-se a parte contrária. No decurso, tornem conclusos para análise. Campinas, 15/09/2008. MARIA DE FÁTIMA VIANNA COELHO Juíza do Trabalho	
18/09/2008	Pendente de notificação AO RECLAMANTE	
22/09/2008	Prazo - RECTE	13/10/2008
09/10/2008	Em carga com o advogado Hamilton Rovani Neves sob o no. 5045/2008 (2 VOLS volumes).	14/10/2008
13/10/2008	Devolução de Carga	
14/10/2008	Aguardando analisar petição	
15/10/2008	Juntada nos termos do art. 162	
15/10/2008	Pendente de análise de EMBARGOS	
28/11/2008	Nesta data, faço os presentes autos conclusos à MM. Juíza do Trabalho, Dra. MARIA DE FATIMA VIANNA COELHO. Cls. de fls. 238. Campinas, 28/11/2008.	
28/11/2008	Vistos e examinados Cuida-se de embargos à execução propostos por Valeo Sistemas Automotivos Ltda, à fls. 221, aduzindo excesso de execução, além de impugnação à sentença de liquidação pela União Federal, fls. 195, pugnando pela natureza salarial do intervalo intrajornada - artigo 71 CLT, além de manifestar insurgência quanto ao fato gerador da contribuição previdenciária. DECIDO Embargos tempestivos, regular a representação processual, bem como garantido o Juízo. Presentes os requisitos de admissibilidade, são cognoscíveis. O depósito de fl. 172, adicionado ao depósito recursal, garante o crédito exeqüendo, de acordo com as atualizações de fl. 241 e 242, não havendo razão para a aplicação da multa do artigo 475 J do CPC. Destarte, pelos motivos fundamentados, julgo PROCEDENTES os presentes embargos à execução, revendo a r. determinação de fl. 185, afastando a multa em discussão. Custas pela embargante, no importe de R$ 44,26, nos termos do artigo 789-A, V, da CLT. Passo à análise da impugnação ofertada pela União. Como cediço, a Emenda Constitucional no. 20 de 16/12/1998 inseriu o & 3o. ao artigo 114 da Constituição Federal e	

Relatório de Ocorrências do Processo

Autuação 09/01/2006 Nº Distrib. 000.022/2006-RTOProcesso **2800-98.2006-RTOrd[rt]**

Data	Texto	Vencimento
19/01/2009	Prazo - RECDA	21/01/2009
20/01/2009	Em carga com o advogado Tônia Madureira de Camargo sob o no. 234/2009 (2 VOLS volumes).	26/01/2009
28/01/2009	Devolução de Carga	
29/01/2009	Prazo - RECDA	21/01/2009
03/07/2009	Nesta data, faço os presentes autos conclusos à MM. Juíza do Trabalho, Dra. MILENA CASACIO FERREIRA BERALDO. Cls. de fls. 250-verso. Campinas, 03/07/2009.	
03/07/2009	Em face do vencimento de prazo certificado à fl. 250-verso, não cabe mais à reclamada discutir as matérias pertinentes a embargos de execução/ agravo de petição. Assim sendo, liberem-se os depósitos de fls. 220 e 236. No decurso, deverá o exequente comprovar os valores efetivamente soerguidos, prosseguindo-se pela dedução. Campinas, 03/07/2009. MILENA CASACIO FERREIRA BERALDO Juíza do Trabalho	
07/07/2009	Pendente de confecção de GUIA DE RETIRADA	
15/07/2009	Pendente de notificação AO RECLAMANTE	
16/07/2009	Prazo - RECTE	27/07/2009
17/11/2009	Aguardando analisar petição	
03/12/2009	Juntada nos termos do art. 162	
03/12/2009	Pendente de análise de PROCESSO	
13/01/2010	Audiência em execução (EXE) marcada para 10/02/2010 15:23.	
13/01/2010	Nesta data, faço os presentes autos conclusos a(o) MM(a). Juiz(a) do Trabalho, Dr(a). SAINT-CLAIR LIMA E SILVA, para deliberações. Campinas, 13/01/2010.	
13/01/2010	Com amparo nos arts. 125, IV e 599, I, do CPC, determino o comparecimento das partes e de seus procuradores na audiência ora designada para o dia 10/02/2010 às 15h23m, que será realizada na Sala de Audiências da 9ª Vara (11º andar), para tentativa de conciliação e, em caso de insucesso, para serem praticados os atos conseguintes da execução, ficando os mesmos cientes de que os atos praticados na audiência serão considerados publicados na mesma ocasião, não havendo intimação ou citação à respeito. A ausência, para a executada, poderá ser considerada atentatória à dignidade da Justiça, o que poderá implicar em multa de 20% do valor atualizado do débito (arts.600, III e 601, do CPC) e, para o exeqüente, litigância de má-fé, nos termos do art.17, IV, do CPC, com as consequências do art.18 do mesmo código. Intimem-se as partes e seus procuradores, ficando a devedora cientificada de que, na data supra, deverá se fazer presente através de seu representante legal ou de preposto com poderes para transigir e receber citação. Intimem-se, com urgência. Campinas, 13/01/2010. SAINT-CLAIR LIMA E SILVA JUIZ DO TRABALHO	

Relatório de Ocorrências do Processo

Autuação 09/01/2006 Nº Distrib. 000.022/2006-RTOProcesso **2800-98.2006-RTOrd[rt]**

Data	Texto	Vencimento
18/01/2010	Aguardando audiência designada.	
10/02/2010	Audiência em execução (EXE) marcada para 23/03/2010 13:03.	
10/02/2010	Lançamento de Solução EXCLUÍDO DE PAUTA	
10/02/2010	Audiência EXE marcada para 23/03/2010 13:43.	
19/02/2010	Pendente de notificação A RECLAMADA	
19/02/2010	Aguardando audiência designada.	
03/05/2010	Nesta data, faço os presentes autos conclusos à MM. Juíza do Trabalho, Dra. CARMEN LÚCIA COUTO TAUBE. Cls. de fls. 269/270. Campinas, 03/05/2010.	
03/05/2010	Tornem os autos conclusos para pesquisas DIRPF/PJ dos executados, por meio do sistema INFOJUD. Campinas, 03/05/2010. CARMEN LÚCIA COUTO TAUBE Juiza do Trabalho	
06/05/2010	Pendente de confecção de OFICIO A RECEITA FEDERAL	
01/06/2010	Pendente de notificação AO RECLAMANTE	
08/06/2010	Prazo - RECTE	14/06/2010
22/06/2010	Aguardando analisar petição	
22/06/2010	Nesta data, faço os presentes autos conclusos à MM. Juíza do Trabalho, Dra. MARIA DE FATIMA VIANNA COELHO. Cls. de fls. 204/273. Campinas, 22/06/2010.	
22/06/2010	Prossiga-se pela renovação da penhora "on line" (fl. 204). Restando tal procedimento infrutífero, tornem conclusos para deliberações quanto ao pedido de fl. 273. Cps, 22/06/2010. MARIA DE FÁTIMA VIANNA COELHO Juíza do Trabalho	
24/06/2010	Pendente de OUTRAS PROVIDENCIAS	
25/06/2010	Prazo - TERCEIRO	25/06/2010
05/07/2010	Nesta data, faço os presentes autos conclusos à MM. Juíza do Trabalho, Dra. MARIA DE FATIMA VIANNA COELHO. Cls. de fls. 277/278. Campinas, 05/07/2010.	
05/07/2010	Diante da tentativa infrutífera de penhora "on line", bem como da ausência de bens livres e desembaraçados, passíveis de constrição judicial, prossiga-se por meio do INFOJUD. Campinas, 05/07/2010. MARIA DE FÁTIMA VIANNA COELHO Juíza do Trabalho	
13/07/2010	Pendente de confecção de OFICIO A RECEITA FEDERAL	
14/07/2010	Pendente de notificação AO RECLAMANTE	
21/07/2010	Prazo - RECTE	25/10/2010
18/11/2010	Nesta data, faço os presentes autos conclusos à MM. Juíza	

Relatório de Ocorrências do Processo

Autuação 09/01/2006 Nº Distrib. 000.022/2006-RTOProcesso **2800-98.2006-RTOrd[rt]**

Data	Texto	Vencimento
18/11/2010	Primeiramente, expeça-se o competente ofício ao setor de benefícios do INSS, solicitando informações acerca do recebimento de valores pela executada. Campinas, 18/11/2010. MARIA DE FÁTIMA VIANNA COELHO Juíza do Trabalho	
23/11/2010	Pendente de confecção de OFICIO	
23/11/2010	Aguardando analisar petição	
24/11/2010	Aguardando analisar petição	
25/11/2010	Juntada nos termos do art. 162	
25/11/2010	Pendente de confecção de OFICIO	
10/12/2010	Prazo - RESPOSTA A OFICIO EXPEDIDO	18/02/2011
07/02/2011	Aguardando analisar petição	
07/02/2011	Nesta data, faço os presentes autos conclusos à MM. Juíza do Trabalho, Dra. MARIA DE FATIMA VIANNA COELHO. Cls. de fls. 285/286. Campinas, 07/02/2011	
07/02/2011	Não obstante a existência de pensão junto ao INSS, indefiro o pedido de penhora "on line", por ausência de fundamento legal. Campinas, 07/02/2011. MARIA DE FÁTIMA VIANNA COELHO Juíza do Trabalho	
08/02/2011	Pendente de notificação AO RECLAMANTE	
09/02/2011	Prazo - RECTE	18/02/2011
26/07/2011	Pendente de OUTRAS PROVIDENCIAS	
27/07/2011	.	
27/07/2011	Expeça-se ofício à 2ª Vara de Família e Sucessões de Campinas solicitando a reserva de numerário, caso existente, ao presentes autos tendo em vista a ação de arrolamento de bens naquele MM. Juízo. Campinas, 27/07/2011. HENRIQUE MACEDO HINZ Juiz do Trabalho GAB/HMH/bmh	
29/07/2011	Pendente de confecção de OFICIO	
06/09/2011	Prazo - RESPOSTA A OFICIO EXPEDIDO	27/10/2011
07/10/2011	Aguardando analisar petição	
17/10/2011	.	
17/10/2011	Nada a deferir, antes a deliberação de fl. 287. Campinas, 17/10/2011. HENRIQUE MACEDO HINZ	

Relatório de Ocorrências do Processo

Autuação 09/01/2006 Nº Distrib. 000.022/2006-RTOProcesso **2800-98.2006-RTOrd[rt]**

Data	Texto	Vencimento
19/10/2011	Prazo - RESPOSTA A OFICIO EXPEDIDO	27/10/2011
08/11/2011	Pendente de análise de PARA DECISÃO / DESPACHO	
10/11/2011	.	
10/11/2011	Para dar cumprimento à lei 12.440 de 07.07.2011 que acrescentou o Título VII-A à CLT, instituindo a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho e, cuidando-se a presente execução de execução definitiva consistente em título líquido certo e exigível e, além disso, tendo sido o devedor Maria Angelica Leal Sandoval, CPF 102.139.368-10, cientificada, conforme fl. 170/171 da obrigação de pagar o débito exequendo de fl. 222 no prazo previsto em lei *** sem, contudo, cumprir integralmente a obrigação ali estabelecida, determino a sua inclusão no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (art. 1°, §º1, Res. 1.470/2011, TST). Deverá incluir no referido banco de dados a reclamada Maria Angelica Leal Sandoval, CPF 102.139.368-10, de modo a propiciar a expedição de Certidão Positiva de Débitos, procedendo-se à validação de partes pela ferramenta própria disponível no Sistema, após retificação porventura necessária em relação à grafia dos nomes dos devedores, conforme orientação da Diretoria de Informática deste E. TRT, em seus comunicados SSJ1G nºs 44/2011 e 51/2011, também com fulcro no art. 3°, III, Res. 1.470/2011, TST, e cumprindo-se, no mais, todos as determinações da E. Corregedoria do TRT 15a região quanto à inserção no Sistema e conferência de dados. Tendo em vista a notícia de falecimento do 2º reclamado, conforme certidão de óbito de fl. 211, retifique-se a autuação cadastral para constar Espólio de Sérgio Parreira Sandoval. No mais aguarde-se pela resposta ao ofício expedido de fl. 293. Campinas, 10/11/2011. HENRIQUE MACEDO HINZ JUIZ DO TRABALHO GAB/HMH/jcss	
10/11/2011	Registrada a inclusão de dados de Maria Angélica Leal Sandoval no BNDT sem garantia ou suspensão da exigibilidade do débito.	
11/11/2011	Alteracao Cadastral	
16/01/2012	Prazo - RESPOSTA AO OFÍCIO EXPEDIDO	27/10/2011
16/01/2012	Aguardando analisar petição	
17/01/2012	Pendente de confecção de OFICIO	
10/02/2012	Prazo - RESPOSTA AO OFÍCIO EXPEDIDO	30/04/2012
27/06/2012	Prazo - TERCEIRO: RESPOSTA AO OFÍCIO EXPEDIDO	27/06/2012
01/10/2012	.	
01/10/2012	Oficie-se o Juízo de Direito da 2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Campinas para que informe quanto à solicitação de reserva de numerário, bem como o andamento do processo de inventário nesse Juízo.	

Relatório de Ocorrências do Processo

Autuação 09/01/2006 Nº Distrib. 000.022/2006-RTOProcesso **2800-98.2006-RTOrd[rt]**

Data	Texto	Vencimento
08/10/2012	Prazo - TERCEIRO: RESPOSTA AO OFÍCIO EXPEDIDO	10/12/2012
27/11/2012	Prazo - RECTE: INDICAÇÃO DE BENS	25/01/2013
24/01/2013	Em carga com o advogado Hamilton Rovani Neves sob o no. 180/2013 (2º volumes).	29/01/2013
06/02/2013	Devolução de Carga	
08/02/2013	Prazo - RECTE: SUSPENSÃO DO PROCESSO A PEDIDO DAS PARTES	12/08/2013
09/04/2013	.	
09/04/2013	Ofício n. 162/2013 Reite-se o ofício n. 749/2012 cujo o teor segue abaixo: OFÍCIO N.749/2012 Campinas, 01 de Outubro de 2012 Do Juiz do Trabalho da 9ª Vara do Trabalho de Campinas/SP Ao Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da 2ª Vara de Família e Sucessões de Campinas/SP Processo: 2800-98/2006 (9ª Vara do Trabalho de Campinas/SP) Processo: 114.01.2006.069124-2 ¿ Ordem 4427/06 (2ª Vara de Família e Sucessões de Campinas/SP) RECTE: CLEUSA TERCILIA DA SILVA RECDA: MARIA ANGÉLICA LEAL SANDOVAL E SERGIO PARREIRA SANDOVAL MM. Juiz, Sirvo-me do presente para solicitar a V. Exa., o andamento da solicitação da reserva de numerário, bem como o andamento do processo de inventário que corre neste Juízo. Ao ensejo, apresento protestos de elevada estima e distinta consideração. Campinas, 09/05/2013 HENRIQUE MACEDO HINZ JUIZ DO TRABALHO GAB/HMH/ftga	
11/04/2013	Prazo - ORGÃO EXT: RESPOSTA AO OFÍCIO EXPEDIDO	10/07/2013
28/06/2013	.	
28/06/2013	Ciência à exequente para manifestação acerca da resposta do ofício expedido (fls. 317/332), devendo indicar novos meios de prosseguimento da execução, tendo em vista a tramitação do processo cível. Campinas, 28/06/2013. MARIA FLÁVIA RONCEL DE OLIVEIRA ALAITE Juíza do Trabalho Substituta	
01/07/2013	Prazo - RECTE: INDICAÇÃO DE BENS	16/08/2013
18/09/2013	.	

Relatório de Ocorrências do Processo

Autuação 09/01/2006 Nº Distrib. 000.022/2006-RTOProcesso **2800-98.2006-RTOrd[rt]**

Data	Texto	Vencimento
18/09/2013	Uma vez que já foram realizadas por este Juízo todas as diligências possíveis junto aos convênios, com o fito de resolver a presente execução, porém sem êxito, e a fim de ser conferida efetividade na atuação jurisdicional, intime-se o exequente para manifestação quanto ao prosseguimento da execução, podendo indicar bens passíveis de constrição judicial e de propriedade comprovada do executado, com fácil alienação pública ou particular. No silêncio, determino a suspensão do feito, pelo período de 01 (um) ano, ocasião em que os autos serão encaminhados novamente aos convênios eletrônicos. Campinas, MARIA DE FÁTIMA VIANNA COELHO Juíza do Trabalho	
19/09/2013	Prazo - RECTE: INDICAÇÃO DE BENS	08/11/2013
30/10/2013	Em carga com o advogado Hamilton Rovani Neves sob o no. 3852/2013 (I AO II VOL volumes).	08/11/2013
05/11/2013	Devolução de Carga	
05/11/2013	Prazo - RECTE: INDICAÇÃO DE BENS	08/11/2013
03/12/2013	.	
03/12/2013	Mandado n. 548/2013 De início, mantenho a determinação de fl. 287, razão pela qual indefiro o pedido de penhora dos benefícios do INSS, por ausência de fundamento legal. Quanto ao pedido penhora do bem indicado às fls. 327/329, observa-se às fls. 322/332 a existência de meação pertencente à executada Maria Angélica Leal Sandoval. Sendo assim, defiro a penhora da meação do imóvel de matrícula nº 6737 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Campinas/SP, de propriedade de Maria Angelica Leal Sandoval, viúva, qualificada a fl. 330, por mandado de penhora e avaliação, nos termos do § 1º, do artigo 150-A, do Prov. GP/CR 13/2006. Nomeio depositária a Sra Maria Angelica Leal Sandoval. Com esteio nos princípios da celeridade e economia processual, imprimo força de mandado ao presente despacho, determinando que o Sr. Oficial de Justiça Avaliador se dirija ao local do imóvel (matrícula anexa) e proceda à penhora do bem, para pagamento das quantias mencionadas pela atualização de valor, corrigidos e majorados por muros moratórios até o efetivo pagamento. Autoriza-se, desde logo, ao Sr. Oficial de Justiça, que se valha das prerrogativas previstas nos artigos 172, 227, 228, 239 e 662 do CPC, requisitando força, com a mera apresentação deste mandado à Autoridade Policial. Após: a) dê-se ciência à executada da constrição e da sua nomeação como depositário, b) intime-se da constrição o(a) cônjuge do executado quanto a constrição, se houver, c) dê-se ciência aos atuais proprietários E/OU ao credor hipotecário da constrição. d) Proceda a Secretaria a pesquisa quanto a Certidão de	

Relatório de Ocorrências do Processo

Autuação 09/01/2006 Nº Distrib. 000.022/2006-RTOProcesso **2800-98.2006-RTOrd[rt]**

Data	Texto	Vencimento
17/12/2013	Remetido ao oficial de justiça	
20/02/2014	Remetido do oficial à secretaria	
20/02/2014	.	
20/02/2014	Por celeridade e economia processual, imprimo força de ofício ao presente despacho, que deverá ser encaminhado à Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano junto à Prefeitura de Campinas, para que esta nos encaminhe o croqui do imóvel cuja matrícula 6737 segue anexa, com o fito de melhor identificar o imóvel. Após a resposta do presente ofício, remeta-se o mandado 548/2013 para a Central de Mandados para nova diligência. Campinas, 20 de fevereiro de 2014. Maria Flavia Roncel de Oliveira Alaite Juíza do Trabalho Substituta GAB/MFROA/aprv	
26/02/2014	Prazo - TERCEIRO: RESPOSTA AO OFÍCIO EXPEDIDO	27/05/2014
15/07/2014	.	
15/07/2014	Diante do croqui juntado à fl. 355, desentranhe-se o mandado n. 548/2013 para que o Sr. Oficial de Justiça cumpra-o observando o seguinte endereço: Av. Esther Moretzshon Camargo, n. 686, Jardim Sant'Ana, Campinas/SP. Campinas, 15 de julho de 2014. VERANICI APARECIDA FERREIRA Juíza do Trabalho Substituta GAB/VAF/guiff	
21/07/2014	Remetido ao oficial de justiça	
03/12/2014	Remetido do oficial à secretaria	
03/12/2014	.	
03/12/2014	Dê-se ciência à executada Maria Angélica Leal Sandoval da penhora do imóvel de matrícula de matrícula nº 6737 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Campinas /SP. Campinas, 3/12/2014 Roberta Confetti Gatsios Amstalden Juíza do Trabalho Substituta GAB/RCGA/das	

Relatório de Ocorrências do Processo

Autuação 09/01/2006 Nº Distrib. 000.022/2006-RTOProcesso **2800-98.2006-RTOrd[rt]**

Data	Texto	Vencimento
09/12/2014	Remetido ao oficial de justiça	
26/06/2015	Remetido do oficial à secretaria	
26/06/2015	.	
26/06/2015	Denego seguimento aos Embargos à Execução por intempestividade. Dê-se ciência a executada. Campinas, 26 de junho de 2015. ROBERTA CONFETTI GATSIOS AMSTALDEN Juíza do Trabalho GAB/RCGA/aog	
30/06/2015	Prazo - RECDA: MANIFESTAÇÃO S/INFORMAÇÕES RECEBIDAS - CONVÊNIOS	07/07/2015
30/06/2015	Prazo - RECDA: INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO	07/07/2015
15/09/2015	.	
15/09/2015	Tendo em vista tratar-se de bem de família, revejo o r. despacho de fl. 383, para determinar o processamento dos embargos à execução interposto as fls. 375/382, intimando-se a exequente para, querendo, apresentar contraminuta. Decorrido o prazo, tornem conclusos para decisão. Campinas, 15/09/2015. ROBERTA CONFETTI GATSIOS AMSTALDEN JUÍZA DO TRABALHO SUBSTITUTA GAB/RCGA/esd	
16/09/2015	Prazo - RECTE: CONTRAMINUTA	28/09/2015
25/09/2015	Em carga com o advogado Hamilton Rovani Neves sob o no. 1080/2015 (1º E 2º volumes).	02/10/2015
15/10/2015	Devolução de Carga	
15/10/2015	Prazo - RECTE: CONTRAMINUTA	28/09/2015
16/11/2015	Conclusos PARA DECISÃO - EMBARGOS À EXECUÇÃO ao juiz ROBERTA CONFETTI GATSIOS AMSTALDEN	
22/01/2016	.	
22/01/2016	Vistos, etc. Submetido o feito a julgamento foi proferida a seguinte: SENTENÇA I - RELATÓRIO Trata-se de Embargos à Execução opostos por MARIA ANGÉLICA LEAL SANDOVAL em face de CLEUSA TERCÍLIA DA SILVA, no qual postula a liberação do bem penhorado por se tratar de bem de família e que seja reconhecido o excesso de execução. Contraminuta às fls. 388/389. O Juízo encontra-se garantido. DECIDO II - FUNDAMENTAÇÃO Conheço dos embargos à execução por estarem presentes os pressupostos de admissibilidade. No mérito, razão não assiste a embargante. Tratando-se de	

Relatório de Ocorrências do Processo

Autuação 09/01/2006 Nº Distrib. 000.022/2006-RTOProcesso **2800-98.2006-RTOrd[rt]**

Data	Texto	Vencimento
26/01/2016	Prazo - RECDA: INTERPOSIÇÃO DE RECURSO (OUTROS)	10/02/2016
01/07/2016	.	
01/07/2016	Proceda-se à reavaliação do imóvel penhorado nos presentes autos. Após, designe-se audiência de conciliação. Campinas, 01 de junho de 2016. MARIA DE FÁTIMA VIANNA COELHO Juíza do Trabalho GAB/MFVC/jemb	
15/07/2016	Remetido ao oficial de justiça	
25/11/2016	Remetido do oficial à secretaria	
25/11/2016	.	
25/11/2016	Designa-se audiência para tentativa de conciliação para o dia 15/12/2016, às 11:09 horas. A ausência, para a executada, será considerada atentatória à dignidade da justiça, o que poderá implicar em multa de até 20% do valor atualizado do débito (arts. 600, III e 601, ambos do CPC) e, para o exeqüente, litigância de má-fé, nos termos do art. 17, IV, do CPC, com as conseqüências previstas no art. 18 do mesmo código. Intimem-se as partes e seus procuradores, ficando a devedora cientificada de que, na data supra, deverá se fazer presente através de seu representante legal ou de preposto com poderes para transigir e receber citação/intimação. Campinas, 25 de novembro de 2016. MARIA DE FATIMA VIANNA COELHO Juíza do Trabalho GAB/MFVC/jemb	
25/11/2016	Audiência em execução (COE) marcada para 15/12/2016 11:09.	
15/12/2016	Lançamento de Solução REALIZADA	
11/01/2017	Em carga com o advogado Adriana Leal Sandoval sob o no. 2/2017 (1-2 volumes).	16/01/2017
16/01/2017	Devolução de Carga	
12/07/2017	.	
12/07/2017	Suspende-se o feito e determina-se a intimação da parte exequente para regularização do pólo ativo, nos termos do Art. 313, §3º do CPC. Frisa este juízo que não há que se falar em nulidade da penhora, bem como dos atos praticados antes da informação do óbito da exequente, uma vez a suspensão ora determinada não possui efeito retroativo. Assim, a penhora efetuda, de acordo com a lei, devem ser tidos como válida. Oportunamente, salienta-se ainda que não houve prejuízo às	

Relatório de Ocorrências do Processo

Autuação 09/01/2006 Nº Distrib. 000.022/2006-RTOProcesso **2800-98.2006-RTOrd[rt]**

Data	Texto	Vencimento
31/07/2017	Prazo - RECTE: REGULARIZAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL	18/08/2017
21/08/2017	Prazo - RECTE: CONTRAMINUTA	01/09/2017
29/08/2017	Em carga com o advogado VICTOR VINICIUS ALLEGRETTI SCABELLO sob o no. 393/2017 (1 AO 3 volumes).	04/09/2017
15/09/2017	Devolução de Carga	
15/09/2017	Prazo - RECTE: CONTRAMINUTA	01/09/2017
10/10/2017	Remetido ao TRIBUNAL em Execução.	
04/04/2018	RECEBIDO EM EXECUÇÃO - para prosseguir.	

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
9ª Vara do Trabalho de Campinas

Processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
AUTOR: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
RÉU: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL e outros

D E S P A C H O

Nos termos da Resolução nº. 136/2014 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, os presentes autos foram migrados ao Sistema Pje-JT e sua tramitação ocorrerá de forma exclusivamente eletrônica.

Por corolário, toda manifestação deverá ser feita nos autos do PJE, e não mais nos autos físicos, sob pena de ser considerada inexistente, nos termos do Art. 13 do Provimento GP-VPJ-CR Nº. 01/2017.

Conquanto se trate de decisão proferida já na vigência da Lei n. 13.467, de 13/07/2017, e que alterou diversos dispositivos da CLT concernentes ao processo judiciário do trabalho, declara este Juízo que, **no caso presente**, não aplicará a inovação do artigo 878 da CLT - segundo o qual *"a execução será promovida pelas partes, permitida a execução de ofício pelo juiz ou pelo Presidente do Tribunal apenas nos casos em que as partes não estiverem representadas por advogado"*, haja visa que a fase de execução teve início inequivocamente antes de 11/11/2017 (período de vacância de 120 dias do novo texto), o que atrai a concreta aplicação do **princípio do isolamento dos atos processuais** consoante interpretação sistemática dos artigos 5º, inciso XXXVI, da Constituição da República; 6º da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro ("A Lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada"); 14 ("A norma processual não retroagirá e será aplicável imediatamente aos processos em curso, respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada") e 1.046, "caput" e par. 2º, do CPC de 2015.

Desse modo, todos os atos de execução continuarão a ser praticados de ofício por este Juízo, com observância do princípio inquisitivo, até a final satisfação do título executivo.

No mais, reitere-se a intimação da parte reclamante para regularizção processual, nos termos do Art. 1º da Lei nº. 6858/80 e Art. 313 do CPC.

Cumprida a regularização, expeça-se mandado de reavaliação do imóvel penhorado aos autos.

Em 25 de Abril de 2018.

jemb

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
9ª Vara do Trabalho de Campinas

Processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
AUTOR: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
RÉU: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL e outros

D E S P A C H O

Nos termos da Resolução nº. 136/2014 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, os presentes autos foram migrados ao Sistema Pje-JT e sua tramitação ocorrerá de forma exclusivamente eletrônica.

Por corolário, toda manifestação deverá ser feita nos autos do PJE, e não mais nos autos físicos, sob pena de ser considerada inexistente, nos termos do Art. 13 do Provimento GP-VPJ-CR Nº. 01/2017.

Conquanto se trate de decisão proferida já na vigência da Lei n. 13.467, de 13/07/2017, e que alterou diversos dispositivos da CLT concernentes ao processo judiciário do trabalho, declara este Juízo que, **no caso presente**, não aplicará a inovação do artigo 878 da CLT - segundo o qual *"a execução será promovida pelas partes, permitida a execução de ofício pelo juiz ou pelo Presidente do Tribunal apenas nos casos em que as partes não estiverem representadas por advogado"*, haja visa que a fase de execução teve início inequivocamente antes de 11/11/2017 (período de vacância de 120 dias do novo texto), o que atrai a concreta aplicação do **princípio do isolamento dos atos processuais** consoante interpretação sistemática dos artigos 5º, inciso XXXVI, da Constituição da República; 6º da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro ("A Lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada"); 14 ("A norma processual não retroagirá e será aplicável imediatamente aos processos em curso, respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada") e 1.046, "caput" e par. 2º, do CPC de 2015.

Desse modo, todos os atos de execução continuarão a ser praticados de ofício por este Juízo, com observância do princípio inquisitivo, até a final satisfação do título executivo.

No mais, reitere-se a intimação da parte reclamante para regularização processual, nos termos do Art. 1º da Lei nº. 6858/80 e Art. 313 do CPC.

Cumprida a regularização, expeça-se mandado de reavaliação do imóvel penhorado aos autos.

Em 25 de Abril de 2018.

jemb

EXCELENTÍSSIMO(a) SENHOR(a) DR.(a) JUIZ(a) FEDERAL DA 9ª VARA DA JUSTIÇA DO TRABALHO DE CAMPINAS/SP

PROCESSO Nº 2800 / 2006

0002800-98.2006.5.15.0114

CLEUZA TERCÍLIA DA SILVA, devidamente qualificado nos autos do processo em epigrafe, **EXECUÇÃO DE CRÉDITO TRABALHISTA** que move em face de **M ARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL e outros,** também qualificado nos autos do mesmo processo, via de seu procurador infra-assinado, vem, respeitosamente, a presença de V. Exa., em cumprimento ao r. despacho de fls. requerer o que se segue:

Primeiramente informar o falecimento da reclamante exequente, ocorrido em 28/08/2012, conforme certidão anexa.

A exequente falecida deixou como único herdeiro seu filho (**MENOR**) **Fernando da Silva Melo**, o qual é representado por NELSON FELIX DE MELO, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade R. G,. nº 10.862.859-0 e do CPF/MF nº 776.324.868-87, residente e

domiciliado na Rua Bento Simões Vieira nº 578 - Jardim Santa Mônica - CEP 13.082-085 - Campinas /SP, através do termo de Guarda Definitivo e Responsabilidade, emitido pelo Juízo da 3ª Vara Cível do Foro regional de Vila Mimosa - Campinas/SP, o qual passa a representar o espólio em todos os atos deste processo, conforme documentação ora anexada.

Tendo em vista que já foi penhorado imóvel de propriedade do executado, requer os procedimentos necessários para inclusão do mesmo em praça e/ou leilão, para pagamento do débito havido.

Termos em que,

Pede Deferimento.

Campinas, 14 de junho de 2018.

Dr. Hamilton Rovani Neves

OAB/SP 143.028

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE ÓBITO

NOME:
CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
MATRÍCULA:
121327 01 55 2012 4 00242 182 0097911 24

SEXO	COR	ESTADO CIVIL E IDADE
Feminino	Preta	Casada, 53 anos

NATURALIDADE	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO	ELEITOR
Bandeira do Sul, Estado de Minas Gerais	CPF 188.116.918-93 RG 16.802.901-7 SSP/SP	Não

FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA
Filha de ZEFERINO FAUSTINO DA SILVA, falecido e de MARIA JOSÉ DE JESUS, falecida. A falecida residia Rua Geraldo Justino de Lima nº 277, Monte Cristo, Campinas, SP

DATA E HORA DE FALECIMENTO	DIA	MÊS	ANO
Vinte e oito de agosto de dois mil e doze, 9h30min	28	08	2012

LOCAL DE FALECIMENTO
Em Residência

CAUSA DA MORTE
Edema pulmonar, câncer em pulmão

SEPULTAMENTO / CREMAÇÃO	DECLARANTE
Cemitério Pq. Nossa Sra. da Conceição, em Campinas/SP	SALETE MARIA DE MELO, RG: 11.430.649-7 SSP/SP, do lar, solteira, residente Rua Urbano José Bratifischi nº45, Jd. Planalto de Viracopos, em Cps/SP

NOME E Nº DE DOCUMENTO DO(S) MÉDICO(S) QUE ATESTOU(ARAM) O ÓBITO
Pelo Dr. Luiz Cesar de Almeida, CRM 44935

OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES
Vide verso.

O conteúdo da certidão é verdadeiro, dou fé.
Campinas, 10 de setembro de 2012

Diemer dos Santos Souza - Escrevente
Digitada por (Ariane)

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS CAMPINAS - SP
3º REGISTRO CIVIL CAMPINAS SP
Bel.: Álvaro Ernesto de Moraes Silveira
Oficial
Av. das Amoreiras, 1859 - 3272-2052

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS CAMPINAS - SP
3º REGISTRO CIVIL CAMPINAS SP
Diemer dos Santos Souza
ESCREVENTE

CASA DA MOEDA DO BRASIL

Assinado eletronicamente por: HAMILTON ROVANI NEVES - 14/06/2018 16:39:12 - 5e29ace
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18061416385552300000086551661
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114 ID. 5e29ace - Pág. 1
Número do documento: 18061416385552300000086551661

OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES

Ato registrado no livro C-242, às folhas 182 verso, sob o nº 97911. Data do registro: 1 de setembro de 2012. Profissão da falecida: doméstica aposentada. Casada com o Sr. PAULO FELIX DE MELO, com o qual casou-se aos 12.06.2002 neste Subdistrito (Lv. B-301, FLS. 173, Nº51653). A falecida não deixa bens, nem testamento, era eleitora pela cidade de Campinas/SP e deixa o filho: FERNANDO com 08 anos de idade. Era portadora do RG: 16.802.901-7 SSP/SP e CPF: 188.116.918-93. Foi casada em 1ª Núpcias, com o Sr. JOSÉ DOS REIS FARIA, com o qual casou-se aos 27.12.1986, em Monte Mor/SP (Lv. B-4, FLS. 266, Nº 1182).

O referido é verdade e dou fé.

Campinas, 10 de setembro de 2012

Diemer dos Santos Souza - Escrevente

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS CAMPINAS - SP
3º REGISTRO CIVIL CAMPINAS SP
Bel.: Álvaro Ernesto de Moraes Silveira
Oficial
Av. das Amoreiras, 1859 - 3272-2052

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS CAMPINAS - SP
3º REGISTRO CIVIL CAMPINAS SP
Diemer dos Santos Souza
ESCREVENTE

Detalhamento da Matrícula

Matrícula	0018830155 1987 1 0003 050 0000533 31
Padrão	aaaaaabbcc dddd e ffff ggg hhhhhhh ii
	Detalhamento
aaaaa (00188-3)	Código Nacional da Serventia (identificação única do cartório)
bb (01)	Código do Acervo, sendo: 01 - Acervo Próprio Outros - Acervos Incorporados
cc (55)	Tipo de Serviço Prestado, sendo: 51: Serviço de Notas 52: Serviço de Protesto de Títulos 53: Serviço de Registro de Imóveis 54: Serviço de Registro de Títulos e Documento Civil de pessoa jurídica 55: Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais 56: Serviço de Registro de Contratos Marítimos 57: Registro de Distribuição
dddd (1987)	Ano do Registro
e (1)	Tipo do livro, sendo: 1: Livro A (Nascimento) 2: Livro B (Casamento) 3: Livro B Auxiliar (Registro de casamento religioso para fins civis) 4: Livro C (Óbito) 5: Livro C Auxiliar (Registro de Natimortos) 6: Livro D (Registro de Proclamas) 7: Livro E (Demais atos relativos os Registro Civil)
ffff (0003)	Número do livro
ggg (050)	Número da folha
hhhhhhh (0000533)	Número do Termo
ii (31)	Dígito Verificador

Uso exclusivo para emissão de certidões de registro e transcrição de nascimento, casamento e óbito

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

Certidão de Óbito

NOME:

PAULO FELIX DE MELO

MATRÍCULA:

121327 01 55 2017 4 00289 028 0116308 64

SEXO	COR	ESTADO CIVIL E IDADE
Masculino	Branca	Viúvo, 68 anos

NATURALIDADE	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO	ELEITOR
Uberaba - MG	CPF/MF Nº 600.613.838-72, RG 21.902.634-8 SSP/SP	Sim

FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA
Filho de JOÃO FERREIRA DE MELO, falecido e de ALICE FELIX DE MELO, falecida. Residência do falecido: Rua: Geraldo Justino de Lima nº 277 , Monte Cristo, Campinas - SP

DATA E HORA DE FALECIMENTO	DIA	MÊS	ANO
Doze de abril de dois mil e dezessete, às 13h00min.	12	04	2017

LOCAL DE FALECIMENTO
na Rua: Geraldo Justino de Lima, nº 277, Monte Cristo, em Campinas/SP

CAUSA DA MORTE
choque cardiogênico, falência múltipla de órgãos

SEPULTAMENTO / CREMAÇÃO	DECLARANTE
Cemitério Parque Nossa Senhora da Conceição, em Campinas/SP	NELSON FELIX DE MELO, nacionalidade brasileira, RG Nº 10.862.859-0 SSP/SP, CPF/MF Nº 776.324.868-87, profissão pedreiro, estado civil casado, residente na Rua: Geraldo Justino de Lima, nº 277, Monte Cristo, em Campinas/SP,

NOME E Nº DE DOCUMENTO DO(S) MÉDICO(S) QUE ATESTOU(ARAM) O ÓBITO
Doutora Maria Inez Simões Fontes, CRM 28804

OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES
Ato registrado no livro C-289, às folhas 28v sob o nº 116308. Data do registro: 20 de abril de 2017. Data do óbito: 12 de abril de 2017. Profissão do falecido: pedreiro aposentado. Data de nascimento do falecido: 1 de junho de 1948. Era eleitor. Viúvo da Sra. CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO, com a qual casou-se aos 12/06/2002, neste Subdistrito (Lv. B-301, Fls. 173, nº 51653). O falecido deixa bens, não deixa testamento, é ignorado se era reservista, era eleitor pela cidade de Campinas/SP e deixa o filho: FERNANDO com 3 anos de idade. Era portador do RG: 21.902.634-8 SSP/SP e CPF: 600.613.838-72 Nada mais me cumpria certificar.

Nome do Ofício
3º Registro Civil das Pessoas Naturais de Campinas-SP
Oficial Registrador
Álvaro Ernesto de Moraes Silveira
Município/UF
Campinas
Endereço
Av. Das Amoreiras, nº 1859
Bairro São Bernardo - CEP:13031-435

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
Campinas, 24 de abril de 2017.

Camila Lima Costa - Escrevente
Digitado por (Izabella)

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS CAMPINAS - SP 3º REGISTRO CIVIL CAMPINAS - SP
Camila Lima Costa
Escrevente
Av. das Amoreiras, 1859 - Tel.: 3272-2052

12132-7 - AA 000112875
12132-7-112001-116000-0317

Assinado eletronicamente por: HAMILTON ROVANI NEVES - 14/06/2018 16:39:12 - 5e29ace
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18061416385552300000086551661
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114 ID. 5e29ace - Pág. 3
Número do documento: 18061416385552300000086551661

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE CAMPINAS
FORO REGIONAL DE VILA MIMOSA
3ª VARA
Rua Dionisio Gazotti, n.º 719, Vila Mimosa - CEP 13050-050, Fone: 19-3229-9888, Campinas-SP - E-mail: vimimosa3@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

TERMO DE GUARDA DEFINITIVA E RESPONSABILIDADE

Processo Digital nº:	**1005964-06.2017.8.26.0084**
Classe – Assunto:	**Tutela e Curatela - Nomeação - Tutela e Curatela**
Requerente:	**Nelson Félix de Melo**
Requerido:	**FERNANDO DA SILVA MELO**

JUSTIÇA GRATUITA

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara do Foro Regional de Vila Mimosa, Dr(a). Cássio Modenesi Barbosa, determinou a lavratura deste termo, conforme r. decisão proferida em 27/09/2017 18:43:06 que concedeu a **GUARDA DEFINITIVA** do(a) menor:

Nome: FERNANDO DA SILVA MELO

Filiação: **Paulo Félix de Melo e Cleuza Tercilia da Silva Melo**

Data de Nascimento: **22/09/2003**

Naturalidade: **Campinas-SP**

Ao(À) Sr(a).:

Nome: **NELSON FÉLIX DE MELO**

RG nº: **10.862.859-0** CPF nº: **776.324.868-87** Profissão: **Pedreiro** Estado Civil:**Casado**

Endereço: **Bento Simoes Vieira, 578, Jardim Santa Monica - CEP 13082-085, Campinas-SP**

O(s) Guardião(ões) têm a obrigação de zelar pela guarda, saúde e moralidade do(a) menor, bem como apresenta-lo(a) neste Juízo, sempre que for exigida a sua presença. O Termo acima concede ao(s) Guardião(ães) o direito de oposição a terceiros, inclusive aos pais, bem como ao(à) menor a condição de dependente para fins previdenciários (artigo 33, §§ 1º, 2º e 3º, do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei n.º 8.069 de 13/07/1990). **NADA MAIS.** O presente foi lavrado e, achado conforme, segue assinado. Campinas, 22 de novembro de 2017.

Assinatura da(o) Guardiã(o)

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por CASSIO MODENESI BARBOSA. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1005964-06.2017.8.26.0084 e o código 32770432.

Assinado eletronicamente por: HAMILTON ROVANI NEVES - 14/06/2018 16:39:12 - 5e29ace
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18061416385552300000086551661
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114 ID. 5e29ace - Pág. 4
Número do documento: 18061416385552300000086551661

ADVOCACIA

Dr. Hamilton Rovani Neves

PROCURAÇÃO *"AD - JUDICIA"*

NELSON FELIX DE MELO, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade R. G. nº 10.862.859-0 SSP/SP e do CPF/MF nº 776.324.868-87, residente e domiciliado na Rua Bento Simões Vieira nº 578 – Jardim Santa Mônica– CEP 13.082-085 – Campinas/SP, pelo presente Instrumento de Procuração nomeia e constitui seu bastante procurador o advogado **Dr. Hamilton Rovani Neves**, inscrito na OAB/SP sob Nº 143.028, com escritório à Rua General Osório nº 634 - Centro - Campinas/SP, Fone (019) 3231-8140, endereço eletrônico rovani.advocacia@gmail.com, onde recebe intimações, a quem confere amplos poderes para o fôro em geral, com a cláusula "ad-judicia", ou em qualquer juízo, Instância ou Tribunal, **em especial para representar o espólio de Cleuza Tercília da Silva, nos autos do processo trabalhista nº 0002800-98.2006.5.15.0114**, podendo propor contra quem de direito, as ações competentes e defendê-lo, seguindo uma e outra até final decisão, usando recursos legais e acompanhando-a, conferindo-lhe ainda poderes especiais para confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda substabelecer esta a outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso.

Campinas, 11 de maio de 2018.

NELSON FELIX DE MELO

Rua General Osório nº 634 - Fone: (0xx19) 3231-8140 - CEP 13.010-110 - Campinas/SP

Assinado eletronicamente por: HAMILTON ROVANI NEVES - 14/06/2018 16:39:12 - 5e29ace
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18061416385552300000086551661
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114 ID. 5e29ace - Pág. 5
Número do documento: 18061416385552300000086551661


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT

8200-8

63434850

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

NÃO PLASTIFICAR


VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 10.862.859-0 2 via DATA DE EXPEDIÇÃO 25/05/2016

NOME
NELSON FELIX DE MÉLO

FILIAÇÃO
JOÃO FERREIRA DE MÉLO
ALICE FELIX DE MÉLO

NATURAL
GARAPAVA - SP

DATA DE NASCIMENTO
27/06/1951

DOC ORIGEM
CAMPINAS-SP SEGUNDO SUBDISTRITO CC:LV.B184/FLS.236 /Nº05304

CPF
776324868/87

Caetano Paulo Filho
Delegado de Polícia Divisionário IIRGD.SSP.SP

10393137756

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

[redacted]

SANASA CAMPINAS
A vida bem tratada

Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A
Av. da Saudade, 500 - Ponte Preta - CEP 13041-903 - Campinas - SP
Inscrição Estadual 244.371.725.111 - CNPJ 46.119.855/0001-37

ISO 9001

Código do Consumidor	Região	Mês Referência	Data de Vencimento
706.226	15	03/2018	08/05/2018

NELSON FELIX DE MELO
RUA . BENTO SIMOES VIEIRA N. 578
JD STA MONICA 13082-685

Categoria	Domicilio	Numero da Fatura	Data de Emissão
23 - RESIDENCIAL	1	1423727 / 2018	12/04/2018

Média 6 meses

Histórico de Consumo de Água em m3

2 /2018 = 11 1 / 2018 =15 12/2017 = 11 11

Data Leitura	Próx.Leitura	Hidrômetro	Leit. Atual	Leit.Ant.	Consumo M3
12/04/2018	14/05/2018	208657	1073	1061	12

DESCRIÇÃO DOS LANÇAMENTOS		VALOR FATURADO
CAPTAÇÃO DE AGUA BRUTA		0,00
TRATAMENTO E DIST. DE ÁGUA		46,51
COLETA E AFAST. DE ESGOTO		37,20
TRATAMENTO DE ESGOTO		19,98
		2,88
MULTA ATRASO CONSUMO	01/2018	0,42
MORA REF. CONSUMO	01/2018	0,22
ATRASO PGTO. 01/2018	0,1519 %	

**** Não constam débitos no ano de 2017 ****

Roteiro: 2200722700 VALOR TOTAL R$ 107,21

AVISO AO CLIENTE

**** Débito sujeito a corte. Se quitado desconsidere aviso. ****

COLETADAS 421 AMOSTRAS DA ÁGUA DISTRIBUÍDA EM 03/2018

30 DIAS APÓS O VENCIMENTO, O CONSUMIDOR PODERÁ TER O ABASTECIMENTO INTERROMPIDO POR FALTA DE PAGAMENTO, CONFORME LEI FEDERAL 11445/2007.

VACINE-SE CONTRA A FEBRE AMARELA! PROCURE O CENTRO DE SAÚDE MAIS PRÓXIMO DA SUA CASA.

PROBLEMAS COM DROGAS? NÓS PODEMOS AJUDAR! LIGUE 0800-8886262 OU ACESSE NA.ORG.BR.

ARES-PCJ - AGÊNCIA REGULADORA - WWW.ARESPCJ.COM.BR - 0800-77-11445

Assinado eletronicamente por: HAMILTON ROVANI NEVES - 14/06/2018 16:39:12 - 5e29ace
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18061416385552300000086551661
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114 ID. 5e29ace - Pág. 7
Número do documento: 18061416385552300000086551661


ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT
8200-8
POLEGAR DIREITO
NÃO PLASTIFICAR
Fernando da Silva melo
ASSINATURA DO TITULAR
CARTEIRA DE IDENTIDADE
REGISTRO GERAL
50.975.599-9
2 via
DATA DE EXPEDIÇÃO
16/06/2017
NOME
FERNANDO DA SILVA MELO
FILIAÇÃO
PAULO FELIX DE MELO
CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
DATA DE NASCIMENTO
22/09/2003
NATURALIDADE
CAMPINAS - SP
DOC ORIGEM
CAMPINAS-SP TERCEIRO SUBDISTRITO CN:LV.A303/FLS°67V/N.129184
CPF
419890188/07
ASSINATURA DO DIRETOR

3º REGISTRO CIVIL CAMPINAS - SP

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS DO
3.º SUBDISTRITO DA SEDE
COMARCA DE CAMPINAS - ESTADO DE SÃO PAULO
ÁLVARO ERNESTO DE MORAES SILVEIRA
OFICIAL TITULAR

CERTIDÃO DE NASCIMENTO

Certifico que às folhas 67 verso, sob o nº 129184, do livro nº A-303 assentamentos de nascimentos, está registrado o de

FERNANDO DA SILVA MELO.

do sexo masculino, ocorrido em Campinas-SP, no dia vinte e dois de setembro de dois mil e três (22-09-2003), às 12:40 horas

O registrando é filho

de PAULO FELIX DE MELO
e de CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO

sendo avós

paternos JOÃO FERREIRA DE MELO
e ALICE FELIX DE MELO
e maternos ZEFERINO FAUSTINO DA SILVA
e MARIA JOSÉ DE JESUS

Registro lavrado no dia 19 de abril de 2007

O referido é verdade e dou fé.

Campinas, 19 de abril de 2007

Luciano Alberto Magalhães - Escrevente

** ISENTA DE SELOS E EMOLUMENTOS **

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS CAMPINAS-SP
Luciano Alberto Magalhães
Escrevente
3º REGISTRO CIVIL CAMPINAS - SP

digitado por Luciano

Avenida das Amoreiras, nº 1859 - Bairro São Bernardo - Campinas - SP - CEP 13031-435 - Tel./Fax: (19) 3272-2052
www.3registrocivilcampinas.com.br - e-mail: suporte@3registrocivilcampinas.com.br

Assinado eletronicamente por: HAMILTON ROVANI NEVES - 14/06/2018 16:39:12 - 5e29ace
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18061416385552300000086551661
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114 ID. 5e29ace - Pág. 9
Número do documento: 18061416385552300000086551661

PREVIDÊNCIA SOCIAL
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

CERTIDÃO PIS/PASEP/FGTS

NOME	IDENT.	CPF	PIS/PASEP	NUM. BENEFÍCIO
PAULO FELIX DE MELO	9026348-00000	60061383872	1042908743-5	1795975145

ÚLTIMO EMPREGADOR	CGC
	00000000000000

DEPENDENTE	VÍNCULO	DATA NASC.
FERNANDO DA SILVA MELO	FILHO	22/09/2003

CERTIFICO PARA OS FINS PREVISTOS NO PARÁGRAFO 1o. DO ART. 4o. , LEI COMPLEMENTAR No. 26 DE 11/02/75, LEI No. 6.858 DE 24/11/80 E PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 1o DO DECRETO No. 85.845 DE 26/03/81, QUE FOI CONCEDIDA

PENSAO POR MORTE

REQUERIDA EM 10/07/2017
DATA DE OBITO 12/04/2017

LOCAL E DATA	OL
350950 SP 26/05/2018	21.0.38.040

ESTA CERTIDÃO TEM EFEITO PARA LEVANTAMENTO DE VALORES CORRESPONDENTES A:

a) PIS - PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL
b) PASEP - PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO
c) FGTS - FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO
d) QUANTIAS DEVIDAS PELO EMPREGADOR A SEU EMPREGADO EM DECORRÊNCIA DE RELAÇÃO DE EMPREGO.
e) RESTITUIÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA.
f) SALDOS DE CONTAS BANCÁRIAS, CADERNETAS DE POUPANÇA, FUNDO DE INVESTIMENTO, DE ACORDO COM LIMITES PREVISTOS EM LEI E DESDE QUE NÃO EXISTAM NA SUCESSÃO OUTROS BENS SUJEITOS A INVENTÁRIO.

Leonardo de Melo Gadelha
Presidente do INSS

Impresso pela Dataprev — FORM: CON08X

CORTE AQUI

PREVIDÊNCIA SOCIAL
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

CERTIDÃO PIS/PASEP/FGTS 000672

NOME	CTPS/IDENT.	CPF	PIS/PASEP	NUM. BENEFÍCIO
PAULO FELIX DE MELO	9026348-00000	60061383872	1042908743-5	1795975145

ÚLTIMO EMPREGADOR	CGC
	00000000000000

DEPENDENTE	VÍNCULO	DATA NASC.
FERNANDO DA SILVA MELO	FILHO	22/09/2003

CERTIFICO PARA OS FINS PREVISTOS NO PARÁGRAFO 1o. DO ART. 4o. , LEI COMPLEMENTAR No. 26 DE 11/02/75, LEI No. 6.858 DE 24/11/80 E PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 1o. DO DECRETO No. 85.845 DE 26/03/81, QUE FOI CONCEDIDA

PENSAO POR MORTE

REQUERIDA EM 10/07/2017
DATA DE OBITO 12/04/2017

LOCAL E DATA	OL
350950 SP 26/05/2018	21.0.38.040

ESTA CERTIDÃO TEM EFEITO PARA LEVANTAMENTO DE VALORES CORRESPONDENTES A:

a) PIS - PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL
b) PASEP - PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO
c) FGTS - FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO
d) QUANTIAS DEVIDAS PELO EMPREGADOR A SEU EMPREGADO EM DECORRÊNCIA DE RELAÇÃO DE EMPREGO.
e) RESTITUIÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA.
f) SALDOS DE CONTAS BANCÁRIAS, CADERNETAS DE POUPANÇA, FUNDO DE INVESTIMENTO, DE ACORDO COM LIMITES PREVISTOS EM LEI E DESDE QUE NÃO EXISTAM NA SUCESSÃO OUTROS BENS SUJEITOS A INVENTÁRIO.

Leonardo de Melo Gadelha
Presidente do INSS

Impresso pela Dataprev — FORM: CON08X

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

Caso deseje apresentar alguma reclamação, sugestão, elogio ou denúncia, conte com a Ouvidoria-Geral. Ligue 135 ou encaminhe e-mail através do Fale Conosco, localizado no **PrevNet (www.previdencia.gov.br)**

PREVIDÊNCIA SOCIAL
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

FAC
9912325080/2013-DR/BSB
INSS
CORREIOS

FERNANDO DA SILVA MELO
BENTO SIMOES VIEIRA 578
JARDIM SANTA MONI
350950 - SP
13082-085

5013196987410700000000062730060618

REMETENTE

000672

INSS
AG DA PREVIDENCIA SOCIAL SALTO
AVENIDA D. PEDRO II,
CENTRO
SALTO - SPSP
13320-241

☐ MUDOU-SE
☐ ENDEREÇO INSUFICIENTE
☐ NÃO EXISTE O NÚMERO INDICADO
☐ DESCONHECIDO
☐ RECUSADO
☐ NÃO PROCURADO
☐ AUSENTE
☐ FALECIDO
☐ INFORMAÇÃO ESCRITA PELO PORTEIRO/SÍNDICO
☐

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL EM: ...../...../.....

EM: ...../...../..... ..... RESPONSÁVEL ..... VISTO

Impresso pela Dataprev

FORM CON39X

PREVIDÊNCIA SOCIAL
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

CERTIDÃO PIS/PASEP/FGTS

NOME	CTPS/IDENT.	CPF	PIS/PASEP	NUM. BENEFÍCIO
CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO	0017408/00536	18811691893	1254151272-6	1572390414

ÚLTIMO EMPREGADOR — CGC 00000000000000

DEPENDENTE	VÍNCULO	DATA NASC.
PAULO FELIX DE MELO	CONJUGE	01/06/1948
FERNANDO DA SILVA MELO	FILHO	22/09/2003

CERTIFICO PARA OS FINS PREVISTOS NO PARÁGRAFO 1o. DO ART. 4o. , LEI COMPLEMENTAR No. 26 DE 11/02/75, LEI No. 6.858 DE 24/11/80 E PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 1o. DO DECRETO No. 85.845 DE 26/03/81, QUE FOI CONCEDIDA

PENSAO POR MORTE

REQUERIDA EM 15/10/2012
DATA DE OBITO 28/08/2012

LOCAL E DATA	OL
350950 SP 26/05/2018	21.0.38.040

ESTA CERTIDÃO TEM EFEITO PARA LEVANTAMENTO DE VALORES CORRESPONDENTES A:

a) PIS - PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL
b) PASEP - PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO
c) FGTS - FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO
d) QUANTIAS DEVIDAS PELO EMPREGADOR A SEU EMPREGADO EM DECORRÊNCIA DE RELAÇÃO DE EMPREGO.
e) RESTITUIÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA.
f) SALDOS DE CONTAS BANCÁRIAS, CADERNETAS DE POUPANÇA, FUNDO DE INVESTIMENTO, DE ACORDO COM LIMITES PREVISTOS EM LEI E DESDE QUE NÃO EXISTAM NA SUCESSÃO OUTROS BENS SUJEITOS A INVENTÁRIO.

Leonardo de Melo Gadelha
Presidente do INSS

Impresso pela Dataprev — FORM: CON08X

CORTE AQUI

PREVIDÊNCIA SOCIAL
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

CERTIDÃO PIS/PASEP/FGTS 000671

NOME	CTPS/IDENT.	CPF	PIS/PASEP	NUM. BENEFÍCIO
CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO	0017408/00536	18811691893	1254151272-6	1572390414

ÚLTIMO EMPREGADOR — CGC 00000000000000

DEPENDENTE	VÍNCULO	DATA NASC.
PAULO FELIX DE MELO	CONJUGE	01/06/1948
FERNANDO DA SILVA MELO	FILHO	22/09/2003

CERTIFICO PARA OS FINS PREVISTOS NO PARÁGRAFO 1o. DO ART. 4o. , LEI COMPLEMENTAR No. 26 DE 11/02/75, LEI No. 6.858 DE 24/11/80 E PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 1o. DO DECRETO No. 85.845 DE 26/03/81, QUE FOI CONCEDIDA

PENSAO POR MORTE

REQUERIDA EM 15/10/2012
DATA DE OBITO 28/08/2012

LOCAL E DATA	OL
350950 SP 26/05/2018	21.0.38.040

ESTA CERTIDÃO TEM EFEITO PARA LEVANTAMENTO DE VALORES CORRESPONDENTES A:

a) PIS - PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL
b) PASEP - PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO
c) FGTS - FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO
d) QUANTIAS DEVIDAS PELO EMPREGADOR A SEU EMPREGADO EM DECORRÊNCIA DE RELAÇÃO DE EMPREGO.
e) RESTITUIÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA.
f) SALDOS DE CONTAS BANCÁRIAS, CADERNETAS DE POUPANÇA, FUNDO DE INVESTIMENTO, DE ACORDO COM LIMITES PREVISTOS EM LEI E DESDE QUE NÃO EXISTAM NA SUCESSÃO OUTROS BENS SUJEITOS A INVENTÁRIO.

Leonardo de Melo Gadelha
Presidente do INSS

Impresso pela Dataprev — FORM: CON08X

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

Caso deseje apresentar alguma reclamação, sugestão, elogio ou denúncia, conte com a Ouvidoria-Geral. Ligue 135 ou encaminhe e-mail através do Fale Conosco, localizado no **PrevNet (www.previdencia.gov.br)**

PREVIDÊNCIA SOCIAL
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

FAC
9912325080/2013-DR/BSB
INSS
CORREIOS

FERNANDO DA SILVA MELO
BENTO SIMOES VIEIRA 578
JARDIM SANTA MONI
350950 - SP
13082-085

5013196987410700000000062630060618

REMETENTE 000671

INSS
AG DA PREVIDENCIA SOCIAL SALTO
AVENIDA D. PEDRO II,
CENTRO
SALTO - SPSP
13320-241

- ☐ MUDOU-SE
- ☐ ENDEREÇO INSUFICIENTE
- ☐ NÃO EXISTE O NÚMERO INDICADO
- ☐ DESCONHECIDO
- ☐ RECUSADO
- ☐ NÃO PROCURADO
- ☐ AUSENTE
- ☐ FALECIDO
- ☐ INFORMAÇÃO ESCRITA PELO PORTEIRO/SÍNDICO
- ☐

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL EM: ...../...../.....

EM: ...../...../..... ..... RESPONSÁVEL ..... VISTO

Impresso pela Dataprev FORM CON39X

ANEXAS.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

9ª VARA DO TRABAL DE CAMPINAS
CORREIO ELETRÔNICO: saj.1vt.campinas@trt15.jus.br - ☎ 32327997
AV. JOSE DE SOUZA CAMPOS, 422, - NOVA CAMPINAS - - CEP 13092-123 - CAMPINAS

MANDADO - Nº 70/2016
Proc. Nº 0002800-98.2006.5.15.0114 RTOrd

O(a) Exmo(a). Sr(a). MARIA DE FATIMA VIANNA COELHO Juiz (a) do Trabalho da 1ª Vara do Trabalho de Campinas, situada no endereço supra, **MANDA** ao Sr. Oficial de Justiça Avaliador que, à vista do presente mandado, devidamente assinado, passado nos autos supra, em que **CLEUSA TERCÍLIA DA SILVA**, exeqüente, contende com **Maria Angélica Leal Sandoval** , executado, dirija-se à AV ESTHER MORETZSHON CAMARGO, 686, JD SANT,ANA, CAMPINAS-SP e proceda à **REAVALIAÇÃO DO IMÓVEL DE MATRÍCULA 6737,** conforme cópias anexas, tudo para garantia do valor da execução que em importa em . Deverá, ainda, o Sr. Oficial de Justiça Avaliador certificar no auto de reavaliação o atual estado de conservação e/ou de funcionamento do bem detalhado. Tudo conforme r. determinação de fl. 394 cujo teor é:"*Proceda-se à reavaliação do imóvel penhorado nos presentes autos.Após, designe-se audiência de conciliação.Campinas, 01 de junho de 2016.MARIA DE FÁTIMA VIANNA COELHOJuíza do TrabalhoGAB/MFVC/jemb.*
Em se tratando de bem imóvel, deverão ser penhorados eventuais valores a serem pagos a título de aluguel, ou a qualquer outro, pelo uso do imóvel, devendo o depositário colocar o numerário à disposição do Juízo em conta judicial no Banco do Brasil-Agência 4203-x ou Caixa Econômica Federal-Agência 4056-4, em até dois dias úteis após o vencimento da parcela.
Fica o Sr. Oficial de Justiça Avaliador autorizado a valer-se das prerrogativas dos artigos 172, 227, 228, 239, 579 e 661 do CPC, bem como a requisitar força policial, se necessário, valendo este como ofício requisitório.

O valor do débito poderá ser atualizado através do "site" www.trt15.gov.br.

CUMPRA-SE NA FORMA DA LEI. CAMPINAS/SP, 15/07/2016.

Digitado por: Joyce Evelin Maia Braga
Cargo: Técnico Judiciário

Conferido e subscrito por _____ JOYCE EVELIN MAIA BRAGA,
Diretora de Secretaria, por ordem do (a) MM (a) Juiz (a) do Trabalho, nos termos do artigo 225, inciso VII, do Código de Processo Civil.

12:29 28/11/2016 059379 PROTOCOLO GERAL CAMPINAS

Assinado eletronicamente por: JOYCE EVELIN MAIA BRAGA - 26/07/2018 15:12:42 - f532cc3
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18072615123463900000089236190
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114 ID. f532cc3 - Pág. 1
Número do documento: 18072615123463900000089236190

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

9ª VARA DO TRABAL DE CAMPINAS
CORREIO ELETRÔNICO: saj.1vt.campinas@trt15.jus.br - ☎ 32327997
AV. JOSE DE SOUZA CAMPOS, 422, - NOVA CAMPINAS - - CEP 13092-123 - CAMPINAS

MANDADO - Nº 70/2016
Proc. Nº 0002800-98.2006.5.15.0114 RTOrd

O(a) Exmo(a). Sr(a). MARIA DE FATIMA VIANNA COELHO Juiz (a) do Trabalho da 1ª Vara do Trabalho de Campinas, situada no endereço supra, **MANDA** ao Sr. Oficial de Justiça Avaliador que, à vista do presente mandado, devidamente assinado, passado nos autos supra, em que **CLEUSA TERCÍLIA DA SILVA,** exeqüente, contende com **Maria Angélica Leal Sandoval** , executado, dirija-se à AV ESTHER MORETZSHON CAMARGO, 686, JD SANT,ANA, CAMPINAS-SP e proceda à **REAVALIAÇÃO DO IMÓVEL DE MATRÍCULA 6737,** conforme cópias anexas, tudo para garantia do valor da execução que em importa em . Deverá, ainda, o Sr. Oficial de Justiça Avaliador certificar no auto de reavaliação o atual estado de conservação e/ou de funcionamento do bem detalhado. Tudo conforme r. determinação de fl. 394 cujo teor é:"*Proceda-se à reavaliação do imóvel penhorado nos presentes autos.Após, designe-se audiência de conciliação.Campinas, 01 de junho de 2016.MARIA DE FÁTIMA VIANNA COELHOJuíza do TrabalhoGAB/MFVC/jemb.*
Em se tratando de bem imóvel, deverão ser penhorados eventuais valores a serem pagos a título de aluguel, ou a qualquer outro, pelo uso do imóvel, devendo o depositário colocar o numerário à disposição do Juízo em conta judicial no Banco do Brasil-Agência 4203-x ou Caixa Econômica Federal-Agência 4056-4, em até dois dias úteis após o vencimento da parcela.
Fica o Sr. Oficial de Justiça Avaliador autorizado a valer-se das prerrogativas dos artigos 172, 227, 228, 239, 579 e 661 do CPC, bem como a requisitar força policial, se necessário, valendo este como ofício requisitório.

O valor do débito poderá ser atualizado através do "site" www.trt15.gov.br.

CUMPRA-SE NA FORMA DA LEI. CAMPINAS/SP, 15/07/2016.

Digitado por: Joyce Evelin Maia Braga
Cargo: Técnico Judiciário

Conferido e subscrito por _____ JOYCE EVELIN MAIA BRAGA,
Diretora de Secretaria, por ordem do (a) MM (a) Juiz (a) do Trabalho, nos termos do artigo 225, inciso VII, do Código de Processo Civil.

ESTADO DE SÃO PAULO

MATRÍCULA Nº 6737 | Data: 07 JAN 1977 | Oficial: FRANCISCO BENITO Oficial Maior | FLS. 1

IMÓVEL

Nº CADASTRO: 11.738.000, quarteirão nº. 02690, da Prefeitura local.----

LOTE de terreno nº."11" (ONZE), da quadra "15" (QUINZE),= do loteamento denominado "JARDIM SANT'ANA - 1ª Parte" , nesta cidade o qual possui a área total de 420,00 mts2, medindo: 12,00 mts de frente para a avenida Ester Moretzshon Camargo; mesma medida nos fundos;= por 35,00 mts da frente aos fundos, de ambos os lados, confrontando na integridade, com os lotes nºs. 10, 12, 25 e 26, existindo em toda a = extensão dos fundos, uma viela sanitária, com a largura de 3,00 mts.=

AV.7/6.737: Nos termos de instrumento de concessão de habite-se expedido pela Prefeitura local, microfilmado sob nº. 53539= no terreno desta matrícula foi construído um prédio residencial com a área de 133,73 mts2, o qual recebeu o número 610 (seiscentos e dez)pela Avenida Esther Moretzshon Camargo, e o respectivo "Habite-se" aos

(segue no verso)

AQUISIÇÕES

REGISTRO GERAL

PROPRIETÁRIOS: ARNALDO CARTAGINEZI, mecânico, RG. 8.475.547, e s/mr.DIRCE DE JESUS DUARTE NOVO CARTAGINEZZI, do lar, RG. sob nº 8.455.766, brasileiros, CIC. 068.439.998/91, residentes e domiciliados nesta cidade, à Avenida Marginal, sob nº. 1.015. (Transcrição Aquisitiva nº. 82.567, de fls. 183, do livro 3-BR). Campinas, 07 JAN 1977= O Escrevente: _____. O Oficial: FRANCISCO BENITO Oficial Maior =

R.2/6737: Os proprietários venderam o imóvel a MANUEL FLORES RAMIREZ, do comércio, e s/mr. CARMEM PAREJA GALISTEO DE FLORES, do lar, Cart.Mod.19 nºs. 3672646 e 10242060 respectivamente,e CIC. 505.317.358/34, espanhóis com permanência legal no país, residentes nesta cidade à Av.3, nº.117 -Vila Marieta- por cr$.125.000,00,conforme escritura de 1º/dezembro/1976, do quarto (4º) Tabelionato local (lvº. 279, fls.36),(microfilme sob nº 13163).Campinas, 07 JAN 1977 = O Escrevente: _____. O Oficial: FRANCISCO BENITO Oficial Maior .=

(segue no verso)

ÔNUS

AV.1/6737: O imóvel está onerado por uma servidão de passagem de viela sanitária em favor da Municipalidade de Campinas, conforme inscrição nº.3.107, fls. 287, do livro 4-C. Campinas,- 07 JAN 1977 .O Escr. _____.O OF. FRANCISCO BENITO Oficial Maior =

R.11/6737- Os proprietários qualificados no R.9- SERGIO DOS SANTOS e --sua mulher MARINA DELFINA DA SILVA SANTOS, deram o imóvel- em HIPOTECA a HABITACIONAL-Associação de Poupança e Empréstimo , com - sede em Campinas à rua Conceição 131- CGC 46.073.268/0001-54, para garantir uma dívida no valor de Cr$1.454.000,00 que deverá ser paga em-- 180 prestações mensais, juros à taxa efetiva de 10,470% ao ano, nos -- termos do instrumento particular legalizado datado de 10 de junho de - 1980, microfilme 54241 Campinas 11 JUN 1980 O escrevente

Assinado eletronicamente por: JOYCE EVELIN MAIA BRAGA - 26/07/2018 15:12:42 - f532cc3
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18072615123463900000089236190
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114 ID. f532cc3 - Pág. 3
Número do documento: 18072615123463900000089236190

ESTADO DE SÃO PAULO — REGISTRO GERAL — OFICIAL

MATRÍCULA Nº 6.737

Folha nº "1" AQUISIÇÕES

Oficial FRANCISCO BENITO — Oficial - Maior

AQUISIÇÕES

AV.5/6.737 - Fica CANCELADA a AV.4 (cláusula de pacto comissório), à vista de escritura de quitação, lavrada em notas do 4º Tabelionato local (livro 217-fls.177), microfilmada sob número / 46.303, outorgada por Manuel Flores Ramirez a favor do " proprietário" em 26 de outubro de 1979. - Campinas, 22 de novembro de 1979. / O Escrevente autorizado: José Lamanna (José Lamanna). -

R.6/6.737: Os proprietários, Allan Moreira de Souza, e s/mr.Lygia Moreira de Souza, já qualificados nesta matrícula, VENDERAM o imóvel a ROBERTO HIDEO OKUMA, brasileiro, solteiro, maior, estudante,- CPF 024.355.648/99, RG 9.329.257, residente e domiciliado nesta cidade à rua 5, nº.640 -Campo dos Amarais-, pelo preço de cr$.400.000,00, nos termos da escritura de 21 de dezembro de 1979, do 1º.tabelionato local (lvº.797, fls.172),(microfilme: 53538).Campinas, 28 MAI 1980.O 3º. escrevente autorizado: Wilton Pierre Jr. (Wilton Pierre Junior).

R.9/6737- O proprietário ROBERTO HIDEO OKUMA,qualificado no R.6- VENDEU o imóvel a SERGIO DOS SANTOS e sua mulher MARINA DELFINA DA SILVA SANTOS, brasileiros, bancários, casados sob o regime de separação de bens, residentes e domiciliados nesta cidade à rua Vasco da - Gama 21- Vila Nogueira, por Cr$2.700.000,00 conforme instrumento particular legalizado, datado de 10 de junho de 1980, microfilme 54241 Campinas 11 JUN 1980 O esc.aut. (José Francisco Madernas)

Av.10/6737- Nos termos da certidão de casamento datada de 15 de dezembro de 1973, microfilmada sob nº 54241 expedida pelo- Oficial do Registro Civil da comarca de Osasco-SP, faço constar que -- SERGIO DOS SANTOS e MARINA DELFINA DA SILVA, contraíram matrimônio no dia 15 de dezembro del973, conforme termo 21.405- livro B-65- fls. 242, -- adotando ela o nome de MARINA DELFINA DA SILVA SANTOS, casamento esse- realizado pelo regime da separação de bens, de acordo com o art. 258 § único nº I, c.c. artigos 183 ítem XIII e 225/226 do Código Civil Brasileiro. Campinas 11 JUN 1980 O esc.aut. (JOsé Francisco Madernas).

R.13/6737- Os proprietários SERGIO DOS SANTOS e sua mulher MARINA DELFINA DA SILVA SANTOS, brasileiros, bancários, casados sob - o regime da separação de bens, residentes nesta cidade- CIC 063.207. - 408-68-- VENDERAM o imóvel a FERNANDO LUIS MOREIRA MADUREIRA, do comércio, e sua mulher GIANCARLA DANIELA ORTOLANI MADUREIRA, do comércio,-- ela brasileira, êle português, RG 3.973.626, casados sob o regime da comunhão de bens, anteriormente à lei 6.515/77, residentes e domiciliados nesta cidade, portadores do CIC 111.486.598-20, por Cr$2.700.000,00 conforme instrumento particular legalizado, datado de 02 de setembro - de 1980, microfilme 59660 . Campinas 26 SET 1980 O escrevente autorizado (José Francisco Madernas)

Assinado eletronicamente por: JOYCE EVELIN MAIA BRAGA - 26/07/2018 15:12:42 - f532cc3
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18072615123463900000089236190
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114 ID. f532cc3 - Pág. 4
Número do documento: 18072615123463900000089236190

ESTADO DE SÃO PAULO

MATRÍCULA Nº 6737

Folha nº UM(1) IMÓVEL

Oficial

IMÓVEL

AV.21/6737. Nos termos do talão de imposto predial para o exercício de 1993, microfilmado sob número 200.098, faço constar que o imóvel objeto desta Matrícula, está atualmente cadastrado na Prefeitura Municipal de Campinas, sob número 042.034.513. CAMPINAS, 01 JUL 1993. (AAM). O escrevente autorizado, , Claudio Lovato.

NADA MAIS CONSTA NESTE SELO
Campinas, 14 JUL 1993

REGISTRO GERAL

OFICIAL

Assinado eletronicamente por: JOYCE EVELIN MAIA BRAGA - 26/07/2018 15:12:42 - f532cc3
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18072615123463900000089236190
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114 ID. f532cc3 - Pág. 5
Número do documento: 18072615123463900000089236190

PRENOTAÇÃO Nº 200098

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ELVINO SILVA NETO
Oficial Maior

Primeiro Cartório de Registro de Imóveis
BEL. ELVINO SILVA FILHO – OFICIAL
Rua Cel. Quirino, 1029 -- CAMPINAS – SP

TABELIÃO CAMPAGNONE

1º TABELIONATO DE NOTAS CAMPAGNONE
FLS. 416
CAMPINAS - SP.

1º TABELIÃO DE NOTAS DE CAMPINAS

Tabelião
Dr. William S. Campagnone
Oficial Maior
Dr. Cármine Campagnone

Dat. Ricardo
Conf. Pardini
Primeiro Traslado
LIVRO Nº 1.369
FOLHAS 17/19

D/224-Sandoval-P

ESCRITURA DE VENDA E COMPRA

VALOR CR$900.000.000,00///

S A I B A M quantos esta virem, que no ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de hum mil novecentos e noventa e três (1.993) áos seis (06) dias do Mês de Abril (04) em o Primeiro Tabelionato de Notas, instalado à Rua Barão de Jaguara nº 1.148, nesta cidade de Campinas, Estado de São Paulo, perante mim Escrevente e o Tabelião que esta subscreve, compareceram partes entre si, justas e contratadas a saber:- de um lado, como outorgante(s) vendedor(a-s-es), FERNANDO LUIS MOREIRA MADUREIRA, portuguêsa com permanência legal no país, do comércio, portador do RG. nº 3.973.626-SSP/SP e sua mulher GIANCARLA DANIELA ORTOLANI MADUREIRA, brasileira, do comércio, portadora do RG. nº 7.389.043-SSP/SP, casados pelo regime de comunhão de bens, antes da Lei 6.515/77, inscritos no CPF/MF sob nº 111.486.598/20 e 032.232.788/18, residentes e domiciliados nesta cidade, à Avenida Esther Moretzshon Camargo, nº 610: e, de outro lado, como outorgado(a-s) comprador(a-s-es), SERGIO PARREIRA SANDOVAL, brasileiro, funcionário público aposentado, portador do RG. nº 1.541.080-SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 014.607.578/15, casado pelo regime de comunhão de bens, antes da Lei 6.515/77, com MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL (brasileira, do lar, portadora do RG. nº 1.572.173-SSP/SP), residentes e domiciliados nesta cidade, à Rua Antonio Lapa, nº 1.144; os presentes reconhecidos como os próprios entre si e identificados por mim e pelo Tabelião após conferência dos documentos apresentados, do que damos fé.- Em seguida, pelo(a-s) outorgante(s) vendedor(a-s-es) foi dito que a justo titulo é(são) senhor(a-s-es) e legítimo(a-s) possuidor(a-s-es) de UM PREDIO RESIDENCIAL, situado em zona urbana desta cidade, municipio, comarca e 1ª Circunscrição Imobiliária de Campinas (SP), à avenida Esther Moretzshon Camargo, nº 610 (seiscentos e dez), construido no terreno designado pelo lote nº 11 da Quadra "15" (quinze) do loteamento denominado "Jardim Sant'Ana" - 1ª Parte, com área total de 420,00m2, este imóvel está onerado por uma servidão de passagem de viéla sanitária em favor da Municipalidade de Campinas (SP); cadastrado na Prefeitura Municipal local sob nº 042.034.513 - Quarteirão nº 02690 e lançado para o corrente exercício com valor venal de Cr$359.677.813,15 (corrigido para o mês em curso pela UFMC em Cr$733.773.342,50); havido através de instrumento particular, com força de Escritura pública, firmado em 02/09/1.980, pelo valor à época de Cr$2.700.000,00, devidamente registrada sob nº R/13 da Matricula nº. 6.737, junto ao 1º Cartório de Registro [illegible] o terreno, encontra-se perfeitamente des-

Assinado eletronicamente por: JOYCE EVELIN MAIA BRAGA - 26/07/2018 15:12:42 - f532cc3
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18072615123463900000089236190
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114 ID. f532cc3 - Pág. 6
Número do documento: 18072615123463900000089236190

411

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

9ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
AV. JOSE DE SOUZA CAMPOS, 422 - - NOVA CAMPINAS -
Tel: 3232-7997 CEP: 13092-123 CAMPINAS - SP

Processo nº: 0002800-98.2006.5.15.0114 RTOrd[rt].
RECTE: Cleusa Tercília da Silva
RECDA: Maria Angélica Leal Sandoval + 00001

Despacho Id: 39182511

Mandado n. 548/2013

De início, mantenho a determinação de fl. 287, razão pela qual indefiro o pedido de penhora dos benefícios do INSS, por ausência de fundamento legal.
Quanto ao pedido penhora do bem indicado às fls. 327/329, observa-se às fls. 322/332 a existência de meação pertencente à executada Maria Angélica Leal Sandoval.
Sendo assim, defiro a penhora da meação do imóvel de matrícula nº 6737 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Campinas/SP, de propriedade de Maria Angelica Leal Sandoval, viúva, qualificada a fl. 330, por mandado de penhora e avaliação, nos termos do § 1º, do artigo 150-A, do Prov. GP/CR 13/2006.
Nomeio depositária a Sra Maria Angelica Leal Sandoval.
Com esteio nos princípios da celeridade e economia processual, imprimo força de mandado ao presente despacho, determinando que o Sr. Oficial de Justiça Avaliador se dirija ao local do imóvel (matrícula anexa) e proceda à penhora do bem, para pagamento das quantias mencionadas pela atualização de valor, corrigidos e majorados por muros moratórios até o efetivo pagamento.
Autoriza-se, desde logo, ao Sr. Oficial de Justiça, que se valha das prerrogativas previstas nos artigos 172, 227, 228, 239 e 662 do CPC, requisitando força, com a mera apresentação deste mandado à Autoridade Policial.
Após:
a) dê-se ciência à executada da constrição e da sua nomeação como depositário,
b) intime-se da constrição o(a) cônjuge do executado quanto a constrição, se houver,
c) dê-se ciência aos atuais proprietários E/OU ao credor hipotecário da constrição.
d) Proceda a Secretaria a pesquisa quanto a Certidão de Dados Cadastrais do Imóvel-IPTU junto a Prefeitura Municipal de São Paulo.
e) expeça-se certidão para o autor proceder ao registro da penhora.

Campinas, 11 de dezembro de 2013.

Veranici Aparecida Ferreira
Juíza do Trabalho Substituta

GAB/MFROA/gff

412

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

09ª Vara do Trabalho de Campinas/SP
Exequente: CLEUSA TERCILIA DA SILVA
Executada: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL + 01
Proc. 2800-98.2006.5.15.0114
Mand. 548/2014
Endereço do imóvel penhorado: av. Esther Moretzshon Camargo, 686, Jd. Sant'Ana, Campinas/SP

AUTO DE PENHORA E AVALIAÇÃO DE BEM IMÓVEL

Aos dezessete dias do mês de setembro do ano de dois mil e catorze, em cumprimento ao mandado 548/2014, expedido no processo . 2800-98.2006.5.15.0114 em que são partes : CLEUSA TERCILIA DA SILVA, exequente e MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL + 01, executada, para pagamento da quantia de R$ 39.526,68 (em 17-09-2014), dirigi-me à av. Esther Moretzshon Camargo, 686, Jd. Sant'Ana, , nesta cidade, onde procedi à **penhora e avaliação de 50%** do imóvel existente naquele endereço, descrito com detalhes na matrícula 6737 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Campinas/SP, que passa a fazer parte do presente auto. Referido imóvel consiste em: " LOTE de terreno nº 11, da quadra 15 do loteamento JARDIM SANT'ANA - 1ª parte, nesta cidade , o qual possui a área total de 420,00m2, medindo 12,00 de frente para a avenida Esther Moretzshon Camargo ; mesma medida nos fundos; por 35,00 da frente aos fundos, de ambos os lados, confrontando na integridade com os lotes n]s 10,12,25 e 26, existindo, em toda a extensão dos fundos, uma viela sanitária, com a largura de 3,00m." Obs.: sobre o referido terreno fora construída uma casa à qual não tive acesso, e que, vista de frente possui jardim, somente um andar, com fachada revestida de tijolinho, telhado de duas águas, aparentemente em estado regular. **Avalio precariamente a meação imóvel (terreno + benfeitoria) em R$ 135.000,00** (CENTO E TRINTA E CINCO MIL REAIS). Valor obtido no mercado imobiliário de Campinas/SP. Para constar, lavrei o presente. Dou fé.

Cláudia Santos Junqueira
oficial de justiça avaliadora federal

Assinado eletronicamente por: JOYCE EVELIN MAIA BRAGA - 26/07/2018 15:12:42 - f532cc3
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18072615123463900000089236190
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114 ID. f532cc3 - Pág. 8
Número do documento: 18072615123463900000089236190

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

09ª Vara do Trabalho de Campinas/SP
Exequente: CLEUZA TERCÍLIA DA SILVA
Executada: MARIA ANGÉLICA LEAL SANDOVAL + 01
Proc. 2800-98.2006.5.15.0114
Mand. 548/2013
Endereço: av. Esther Moretzshon Camargo, 686, Campinas-SP

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que a penhora e avaliação determinadas no mandado 548/2013 foram realizadas de forma precária, tendo em vista que não tive a oportunidade de vistoriar o imóvel. Dirigi-me ao local nos dias 12-09-2014, 6ª feira, às 17h45min; 13-09-2014, sábado, às 10h, 15-09-2014, 2ª feira, às 12h e nesta data, às 14h10min. Apesar de haver chamado insistentemente, não fui atendida. Certifico, ainda, que não obtive qualquer informação a respeito da executada junto à vizinhança. Pelo mesmo motivo já exposto, não fora dada ciência da penhora à ré. Submeto à análise superior. Campinas, 17 de setembro de 2014.

Cláudia Santos Junqueira
oficial de justiça avaliadora

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

09ª Vara do Trabalho de Campinas/SP
Exequente: CLEUSA TERCILIA DA SILVA
Executada: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL + 01
Proc. 2800-98.2006.5.15.0114
Mand. 548/2014
Endereço do imóvel penhorado: av. Esther Moretzshon Camargo, 686, Jd. Sant'Ana, Campinas/SP

AUTO DE PENHORA E AVALIAÇÃO DE BEM IMÓVEL

Aos dezessete dias do mês de setembro do ano de dois mil e catorze, em cumprimento ao mandado 548/2014, expedido no processo . 2800-98.2006.5.15.0114 em que são partes : CLEUSA TERCILIA DA SILVA, exequente e MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL + 01, executada, para pagamento da quantia de R$ 39.526,68 (em 17-09-2014), dirigi-me à av. Esther Moretzshon Camargo, 686, Jd. Sant'Ana, nesta cidade, onde procedi à **penhora e avaliação de 50%** do imóvel existente naquele endereço, descrito com detalhes na matrícula 6737 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Campinas/SP, que passa a fazer parte do presente auto. Referido imóvel consiste em: " LOTE de terreno nº 11, da quadra 15 do loteamento JARDIM SANT'ANA - 1ª parte, nesta cidade , o qual possui a área total de 420,00m2, medindo 12,00 de frente para a avenida Esther Moretzshon Camargo ; mesma medida nos fundos; por 35,00 da frente aos fundos, de ambos os lados, confrontando na integridade com os lotes n]s 10,12,25 e 26, existindo, em toda a extensão dos fundos, uma viela sanitária, com a largura de 3,00m." Obs.: sobre o referido terreno fora construída uma casa à qual não tive acesso, e que, vista de frente possui jardim, somente um andar, com fachada revestida de tijolinho, telhado de duas águas, aparentemente em estado regular. **Avalio precariamente a meação imóvel (terreno + benfeitoria) em R$ 135.000,00** (CENTO E TRINTA E CINCO MIL REAIS). Valor obtido no mercado imobiliário de Campinas/SP. Para constar, lavrei o presente. Dou fé.

Cláudia Santos Junqueira
oficial de justiça avaliadora federal

Assinado eletronicamente por: JOYCE EVELIN MAIA BRAGA - 26/07/2018 15:12:42 - f532cc3
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18072615123463900000089236190
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114 ID. f532cc3 - Pág. 10
Número do documento: 18072615123463900000089236190

9ª. VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS/SP

PROCESSO No. 0002800-98.2006.5.15.0114
MANDADO No. 70/2016

AUTO DE REAVALIAÇÃO DE IMÓVEL

Aos vinte e seis dias do mês de outubro de 2016, eu Oficial de Justiça Avaliador Federal abaixo assinado, em cumprimento ao r. mandado acima mencionado, expedido nos autos do processo supra, entre partes Cleusa Tercília da Silva, exequente, Maria Angélica Leal Sandoval, executado, me dirigi até a Av. Esther Moretzshon Camargo, 686, Jardim Sant'Ana, Campinas/SP, onde verifiquei se tratar de uma casa residencial, construção antiga, de alvenaria e laje, piso frio nos quartos, banheiro e cozinha, sala estar com piso de madeira, quintal com edícula e piso cerâmico, em razoável estado. Assim sendo, após as pesquisas de praxe no mercado imobiliário de Campinas, usando inclusive as ferramentas tecnológicas indicadas pela parametrização da Central de Mandados de Campinas, para avaliações e reavaliações, procedo à reavaliação do percentual penhorado (50%) do imóvel do seguinte modo:
Imóvel: Lote de terreno no."11" (onze), da Quadra "15" (quinze) do loteamento denominado "Jardim Sant'Ana" – 1°.parte, nesta cidade o qual possui a área total de 420,00m2, medindo 12,00m de frente para a avenida Esther Moretzshon Camargo; mesma medida nos fundos; por 35,00m de frente aos fundos, de ambos os lados, confrontando na integridade com os lotes nos. 10,12,25 e 26, existindo em toda a extensão dos fundos uma viela sanitária, com a largura de 3,00m.
Av 7/6.737: Consta que no terreno desta matrícula foi construído um prédio residencial com área de 133,73m2, o qual recebeu o número 686.

Reavaliação: Reavalio o imóvel(fração penhorada) por R$ 200.000,00 (Duzentos Mil Reais).

E, para constar, lavrei o presente auto.

ADRIANO

Mauricio Ferreira Lima
Oficial de Justiça Avaliador

Assinado eletronicamente por: JOYCE EVELIN MAIA BRAGA - 26/07/2018 15:12:42 - f532cc3
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18072615123463900000089236190
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114 ID. f532cc3 - Pág. 11
Número do documento: 18072615123463900000089236190

9ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS/SP

PROCESSO No. 0002800-98.2006.5.15.0114

MANDADO No. 70/2016

CERTIDÃO

Certifico eu, Oficial de Justiça Avaliador Federal abaixo assinado e identificado que, para cumprimento do mandado acima mencionado, me dirigi até o imóvel penhorado e objeto da reavaliação, onde observei que o mesmo é um imóvel bastante antigo, em razoável estado de conservação, com alguns pontos de umidade, mas habitável. Dei ciência da reavaliação para uma senhora que se identificou como Adriana, e disse ser filha da executada Maria Angélica Leal Sandoval. Era o que me cumpria certificar. Dou Fé. Campinas/04/11/2016.**********

Poder Judiciário Federal

Justiça do Trabalho - TRT 15ª Região

9ª Vara do Trabalho de Campinas

Avenida José de Souza Campos, 422, Nova Campinas, CAMPINAS - SP - CEP: 13092-123

MANDADO DE REAVALIAÇÃO

Processo PJe-JT

PROCESSO: 0002800-98.2006.5.15.0114 AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)

AUTOR: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO

MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL CPF: 102.139.368-10, SERGIO PARREIRA SANDOVAL CPF: 014.607.578-15

O(a) Exmo(a). Juiz(a) do Trabalho, MARCOS DA SILVA PORTO, MANDA ao Oficial de Justiça que, à vista do presente e em seu cumprimento proceda a REAVALIAÇÃO do(s) bem(ns) penhorado(s) no precitado feito, no auto de penhora datado de, assim descrito(s): IMÓVEL DE MATRÍCULA 6737, avaliados em R$ 200.000,00 Devera, ainda, o(a) Oficial de Justiça Avaliador certificar no auto de reavaliação o atual estado de conservação e/ou de funcionamento dos bens supra detalhados.

DESTINATÁRIO: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL
13088-010 - ESTHER MORETZSHON CAMARGO, 686 - JARDIM SANTANA - CAMPINAS - SÃO PAULO

A petição e documentos poderão ser acessados pela página eletrônica **(http://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo /ConsultaDocumento/listView.seam)**, digitando a(s) chave(s) abaixo:

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Matrícula e avaliação anteriores	Documento Diverso	18072615123463900000089236190
MATRÍCULA E AVALIAÇÃO	Certidão	18072615102864700000089235852
Documento Diverso	Documento Diverso	18061416385552300000086551661
pedido de Providência	Manifestação	18061416371463900000086551580
Intimação	Intimação	18051413185846100000084339058
Despacho	Despacho	18042517163095600000083154378
Relatório de ocorrências SAP1G	Documento Diverso	18042312501052300000082854066
	Termo de Abertura de	

Caso V. S.ª não consiga consultá-los via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso a eles ou receber orientações.

Fica o Sr. Oficial de Justiça autorizado a valer-se do disposto nos artigos 212, 249, 252, 253, 846 e 846 §2º do CPC, requisitando força, com a mera apresentação deste à Autoridade Policial.

CUMPRA-SE, **na forma e sob as penas da lei**.

Esta é assinada pelo servidor, de ordem do MM. Juiz do Trabalho, nos termos do artigo 250, inciso VI do CPC.

CAMPINAS , 26 de Julho de 2018 .

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 9ª VARA DO TRABALHO DA COMARCA DE CAMPINAS/SP.

PROCESSO Nº 0002800-98.2006.5.15.0114

MARIA ANGÉLICA LEAL SANDOVAL, já devidamente qualificada nos autos de número em epígrafe, por sua advogada, vem, mui respeitosamente, perante Vossa Excelência, requerer o que segue:

1) Verificando o processo digital nota-se que o despacho, ora juntado, não foi digitalizado, requer a juntada do incluso documento.

2) Conforme determinado no despacho, o feito foi SUSPENSO até que o advogado da Reclamante, a qual faleceu, regularize o pólo ativo, substituindo o pólo pelos possíveis herdeiros da Reclamante, fato este, que até o momento, não se desincumbiu o advogado da Reclamante.

3) Requer, ainda, respeitosamente, que Vossa Excelência, **fixe um prazo** para que o advogado da Reclamante cumpra com a determinação de substituição do pólo ativo pelos possíveis herdeiros da Reclamante, sob pena de arquivamento do feito, já que a falta de prazo para o mandamento judicial afeta os Princípios da Segurança Jurídica e da Celeridade Processual, ficando a parte Reclamada sujeita à constrição de seu único bem imóvel *ad aeternum.*

Termos em que, pede e espera deferimento.

Campinas, 17 de agosto de 2018.

Assinado eletronicamente por: TONIA MADUREIRA DE CAMARGO - 17/08/2018 15:18:33 - 909da38
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18081715093466900000090779363
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114 ID. 909da38 - Pág. 1
Número do documento: 18081715093466900000090779363

Tônia Madureira de Camargo

OAB/SP 143.214

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
DA 15ª REGIÃO

70

9ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
AV . JOSE DE SOUZA CAMPOS, 422 - - NOVA CAMPINAS -
Tel: 3232-7997 CEP: 13092-123 CAMPINAS - SP

Processo nº: 0002800-98.2006.5.15.0114 RTOrd[rt]
RECTE: Cleusa Tercília da Silva
RECDA: Maria Angélica Leal Sandoval + 00001

Despacho Id: 42010031

Suspende-se o feito e determina-se a intimação da parte exequente para regularização do pólo ativo, nos termos do Art. 313, §3º do CPC.

Frisa este juízo que não há que se falar em nulidade da penhora, bem como dos atos praticados antes da informação do óbito da exequente, uma vez a suspensão ora determinada não possui efeito retroativo. Assim, a penhora, efetuda de acordo com a lei, deve ser tida como válida.

Oportunamente, salienta-se ainda que não houve prejuízo às partes.

Cumprida a determinação supra, tornem os autos conclusos para designação de hasta pública.

Campinas, 12 de julho de 2017.

FLAVIA FARIAS DE ARRUDA CORSEUIL
Juíza do Trabalho

GAB/FFAC/jemb

EXCELENTÍSSIMO (a) SENHOR (a) DOUTOR (a) JUIZ (a) FEDERAL DA 9ª VARA DO TRABALHO DA COMARCA DE CAMPINAS/SP.

PROCESSO Nº 0002800-98.2006.5.15.0114

Espólio de CLEUSA TERCILIA DA SILVA, já devidamente qualificada no feito sob o numero em epígrafe, nos autos da **RECLAMAÇÃO TRABALHISTA, em que contende com MARIA ANGÉLICA LEAL SANDOVAL e espólio de SÉRGIO PARREIRA SANDOVAL** vêm através de seu advogado que a presente subscreve, manifestar-se nos autos, em razão da petição juntada pela reclamada, nos seguintes termos:

Ao contrário do que se verifica na petição a reclamada, constante do Id 909da38, a determinação e regularização o polo **JÁ FOI EFETIVAMENTE CUMPRIDA**, conforme se verifica no Id 32946b9 e Id 5e29ace, sendo que referida manifestação da reclamada trata-se de documento inócuo.

PROTESTA PELO PROSSEGUIMENTO DO FEITO.

Nestes Termos,

Pede e E. Deferimento.

Campinas, 20 de agosto de 2018.

*Dr. Hamilton **Rovani** Neves*

OAB/SP 143.028

Assinado eletronicamente por: HAMILTON ROVANI NEVES - 20/08/2018 09:49:35 - d288e97
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18082009493596000000090846087
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114 ID. d288e97 - Pág. 1
Número do documento: 18082009493596000000090846087

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

PROCESSO: RTOrd 0002800-98.2006.5.15.0114
AUTOR: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
RÉU: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL, SERGIO PARREIRA SANDOVAL

ID do mandado: 3e9ca53
Destinatário: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL.

AUTO REAVALIAÇÃO DE BEM IMÓVEL

Aos 23 dias do mês de OUTUBRO do ano de dois mil e dezoito, em cumprimento ao mandado de reavaliação expedido no processo em epígrafe, em que são partes : CLEUSA TERCILIA DA SILVA, exequente e MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL + 01, executada, dirigi-me à Av. Esther Moretzshon Camargo, 686, Jd. Sant'Ana, nesta cidade, onde procedi à REAVALIAÇÃO de 50% do imóvel existente naquele endereço, descrito com detalhes na matrícula 6737 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Campinas/SP, que passa a fazer parte do presente auto, A SABER:
"MATRÍCULA 6737 do 1o CRIA - CAMPINAS: terreno nº 11, da quadra 15 do loteamento JARDIM SANT'ANA - 1ª parte, nesta cidade , o qual possui a área total de 420,00m2, medindo 12,00m de frente para a avenida Esther Moretzshon Camargo; mesma medida nos fundos; por 35,00m da frente aos fundos, de ambos os lados, confrontando na integridade com os lotes nos. 10,12,25 e 26, existindo, em toda a extensão dos fundos, uma viela sanitária, com a largura de 3,00m." Obs.: sobre o referido terreno fora construída uma casa de moradia, térrea, na frente possui jardim, com fachada revestida de tijolinho, telhado de duas águas,
estado regular. **Reavalio a meação imóvel (terreno + benfeitoria) em R$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais)**, valor obtido no mercado imobiliário de Campinas - FOTO ANEXA.

CIÊNCIA DA REAVALIAÇÃO

Ato contínuo, DEI A CIÊNCIA da avaliação conforme descrito acima à executada representante da executada Sra MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL, portadora do CPF 102.139.368-10, e também ao seu filho Sr. RICARDO LEAL SANDOVAL, que de tudo ficou ciente e recebeu a contra-fé. Em seguida para que tudo constasse como ocorreu, retornei à

Central de Mandados de Campinas, onde lavrei o presente AUTO, que vai por mim assinado. DATA SUPRA.

CAMPINAS, 23 de Outubro de 2018

JOAQUIM JOSE TEIXEIRA CASTRILLON
Oficial de Justiça Avaliador Federal



Scanned with CamScanner

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
9ª Vara do Trabalho de Campinas

Processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
AUTOR: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
RÉU: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL e outros

D E S P A C H O

Verifico que a penhora do imóvel de matrícula nº. **6737** do 1º CRI de Campinas recaiu apenas sobre 50% do imóvel, não obstante se tratar de bem indivisível.

Determino, assim, a penhora e avaliação da totalidade do imóvel, que observará o disposto no Art. 843 do CPC.

Expeça-se novo mandado de penhora e avaliação, dando-se ciência, ainda, aos herdeiros do executado relacionados às fls. 319/320 dos autos físicos.

Em 26 de Fevereiro de 2019.

Juiz(íza) do Trabalho

jemb

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

Justiça do Trabalho - 15ª Região

9ª Vara do Trabalho de Campinas

0002800-98.2006.5.15.0114

MANDADO DE PENHORA DE BENS ESPECÍFICOS OS CR 05/2016:

Reclamante: AUTOR: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO

Reclamada(s): RÉU: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL e outros - **CNPJ/CPF: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL CPF: 102.139.368-10, SERGIO PARREIRA SANDOVAL CPF: 014.607.578-15**

Endereço da reclamada: Nome: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL
Endereço: ESTHER MORETZSHON CAMARGO, 686, VILA NOGUEIRA, CAMPINAS - SP - CEP: 13088-010

Nome: SERGIO PARREIRA SANDOVAL
Endereço: ESTHER MORETZON CAMARGO, 686, VILA NOGUEIRA, CAMPINAS - SP - CEP: 13088-010

Valor do débito: R$ 45.100,00, atualizado para 13/03/2019.

De ordem do(a) MM. Juiz (a) do Trabalho, MARCOS DA SILVA PORTO , proceda, o oficial de justiça avaliador, por meio desteMANDADO**, à penhora e avaliação** de 100% dobem imóvel **de matrícula 6737** , sendo o terreno nº 11, da quadra 15 do loteamento JARDIM SANT'ANA, de propriedade dos executados.

Se imóvel localizado na própria jurisdição procederá à avaliação e as intimações necessárias. Na hipótese de ser localizado em outra jurisdição, deverá ser emitido termo de penhora.

Efetivadas a penhora e avaliação do bem acima descrito, promova-seo imediato registro na ARISP, e a intimação dos interessados. *(PARA O CASO DE IMÓVEL).*

Efetivadas a penhora e avaliação do bem acima descrito, promova-se o imediato registro no RENAJUD, observada a parametrização local quanto à restrição a ser lançada. *(PARA O CASO DE VEÍCULO)*

Autoriza-se, desde logo, que o Oficial de Justiça Avaliador se valha das prerrogativas previstas nos artigos 212, 249, 252, 253, 846 e 846 §2º do CPC, requisitando força, com a mera apresentação deste à Autoridade Policial. Deverá o Oficial de Justiça proceder a todas as diligências necessárias para o fiel cumprimento do presente Mandado, efetivando a penhora, se necessário for, onde quer que se encontrem os bens (art. 845 do CPC), independente de nova ordem ou mandado.

Determina-se a utilização do banco de dados existente na extranet/jurídico/execuções, especialmente para registro do(s)bem(ns)constrito(s)e/ouexpedição decertidão negativa ou deexecução frustrada, com a consequente informação deinsolvência do devedor, se o caso.

Cumpra-se-

Esta é assinada pelo servidor DANIELE ANGELON, de ordem do MM. Juiz do Trabalho, nos termos do artigo 250, inciso VI do CPC.

CAMPINAS , 13 de Março de 2019 .

ÃO AOS CORREIOS:
NCONTRADO O DESTINATÁRIO, DEVOLVER
HS., CONF. PAR. ÚNICO ART. 774 DA CLT.

Poder Judiciário Federal
Justiça do Trabalho - TRT 15ª Região

Carta
9912353797-DR/SI
TRT 15ª Regiã
CORREIOS

9ª Vara do Trabalho de Campinas
Avenida José de Souza Campos, 422, Nova Campinas, CAMPINAS - SP - CEP: 13092-123
(19) 32327997 - saj.9vt.campinas@trt15.jus.br

Registrado Postal nº JT397784987BR Postado em 14/03/2019

Destinatário:
Nome: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL e SERGIO PARREIRA SANDOVAL
Endereço: ESTHER MORETZSHON CAMARGO, 686, VILA NOGUEIRA, CAMPINAS - SP - CEP: 13088-010

NOTIFICAÇÃO JUDICIAL EM PROCESSO ELETRÔNICO (PJe)

Processo: **0002800-98.2006.5.15.0114 - Processo PJe-JT**
Classe: **AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)**
Autor: **CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO**
Réu:

MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL CPF: 102.139.368-10, SERGIO PARREIRA SANDOVAL CPF: 014.607.578-15

Ciência da penhora do bem de matrícula nº. **6737** do 1º CRI de Campinas.

A petição inicial e documentos poderão ser acessados apenas em meio eletrônico, mediante consulta ao seguinte endereço na internet: **http://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam**, digitando no campo "número do documento" o(s) número(s) descrito(s) como chave(s) de acesso, abaixo identificado(s):

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**

Mandado	Mandado	19031313424648500000103210410
Despacho	Despacho	19022616542876900000102348902
Fotografia	Fotografia	18102318501677100000095504161
Devolução de mandado de ID 3e9ca53	Certidão	18102318471039700000095504073
Pedido de providencia	Manifestação	18082009493596000000090846087
Prova Emprestada	Prova Emprestada	18081715182475100000090780381
manifestação	Manifestação	18081715093466900000090779363
Mandado	Mandado	18072615152761500000089236682
Matrícula e avaliação anteriores	Documento Diverso	18072615123463900000089236190
MATRÍCULA E AVALIAÇÃO	Certidão	18072615102864700000089235852
Documento Diverso	Documento Diverso	18061416385552300000086551661
pedido de Providência	Manifestação	18061416371463900000086551580
Intimação	Intimação	18051413185846100000084339058
Despacho	Despacho	18042517163095600000083154378
Relatório de ocorrências SAP1G	Documento Diverso	18042312501052300000082854066
Termo de Abertura de Execução	Termo de Abertura de Execução	18042312493795700000082854064

Em 13 de Março de 2019.

DANIELE ANGELON

ADVOCACIA MADUREIRA DE CAMARGO
Tônia Madureira de Camargo
OAB/SP 143.214

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DA 9ª VARA DO TRABALHO DA COMARCA DE CAMPINAS/SP.

Processo nº 0002800-98.2006.5.15.0114
JUSTIÇA GRATUITA

MARIA ANGÉLICA LEAL SANDOVAL E SÉRGIO PARREIRA SANDOVAL, já devidamente qualificados nos autos da **RECLAMAÇÃO TRABALHISTA** que lhe move **CLEUSA TERCÍLIA DA SILVA**, em trâmite perante essa MM. Vara, processo em referência, por sua advogada e bastante procuradora que a presente assina, vem, respeitosamente à presença de V. Exa., apresentar

EMBARGOS À PENHORA, nos termos do Art. 884 da CLT, pelos fatos e fundamentos que a seguir passa a expor:

DOS FATOS:

A Embargante teve seu imóvel penhorado por força da presente execução, e tomou ciência do mesmo em data de 18 de Março p. passado.

Porém, conforme comprova o documento que ora se junta, a embargante reside no imóvel penhorado, e é seu único imóvel, bem como é o mesmo a única fonte de subsistência, sendo que o bem penhorado é bem de família, portanto não está sujeito à constrição

ADVOCACIA MADUREIRA DE CAMARGO
Tônia Madureira de Camargo
OAB/SP 143.214

no caso em tela.

O empregado doméstico teve suprimida uma oportunidade de satisfazer seu crédito alimentar inadimplido, mediante a constrição do bem imóvel familiar de propriedade do devedor, diante da revogação do permissivo de constrição outrora constante do inciso I, art. 3º da lei 8.009/90.

A Lei Complementar 150, de 1º/06/2015, que entrou em vigor na data de sua publicação (art. 47) - dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico, altera diversas leis e dá outras providências -, fruto de longos e acirrados debates no Congresso Nacional e no seio da sociedade brasileira, talvez não tenha trazido somente benefícios aos empregados domésticos.

A par de todo o extensivo regramento acerca do trabalho e do trabalhador doméstico (definição e enquadramento do empregado doméstico, art. 1.º; fixação da duração normal da jornada de trabalho e estabelecimento de percentual mínimo de remuneração por cada hora extraordinária, art. 2º; obrigatoriedade de registro do horário de trabalho do trabalhador doméstico por qualquer meio, art. 12; previsão de intervalo de jornadas, art. 13, descanso semanal remunerado de, no mínimo, 24h, art. 16; direito a férias anuais remuneradas de 30 (trinta) dias, com acréscimo de, pelo menos, um terço do salário normal, após cada período de 12 (doze) meses de trabalho prestado à mesma pessoa ou família, art. 17, etc.), dentre outras importantes conquistas à classe dos trabalhadores domésticos, a lei inovou em um aspecto, até então, tido por extremamente garantidor da satisfação integral dos créditos trabalhistas, em fase de execução.

No art. 46 das “Disposições Gerais”, a LC 150 revogou expressamente o inciso I, do art. 3º, da lei 8.009/90, conhecida como “Lei do Bem de Família (Legal), cuja redação original era:

“Art. 3º. A impenhorabilidade é oponível em qualquer processo de execução civil, fiscal, previdenciária, trabalhista ou de outra natureza, salvo se movido:

I - em razão dos créditos de trabalhadores da própria residência e

ADVOCACIA MADUREIRA DE CAMARGO
Tônia Madureira de Camargo
OAB/SP 143.214

das respectivas contribuições previdenciárias; (...).” (destacou-se)

Desta forma, a partir da vigência da LC 150/2015, em face da revogação do dispositivo em apreço, o imóvel habitado pelo devedor, ou sua família (atentando-se para a amplitude tanto do conceito hodierno de família e para a desnecessidade de habitação da entidade familiar no único imóvel – conforme jurisprudência do STJ - e, ainda, para o fato de que a norma protetiva do bem de família tem por interpretação teleológica a garantia do patrimônio mínimo existencial de sobrevivência da pessoa humana, respeitada sua dignidade e o também constitucional princípio do direito social à moradia), torna-se absolutamente impenhorável por dívidas oriundas de créditos de trabalhadores da própria residência e das respectivas contribuições previdenciárias.

Com efeito, desde 1º/06/2015, é assegurado ao empregador doméstico devedor, executado em execução trabalhista, opor a objeção de impenhorabilidade (agora) absoluta do bem de família legal, com relação a ditos créditos, haja vista que, por definição e incorporação da extensão dada pelos tribunais, bem de família é, na lição de Álvaro Villaça Azevedo, “um meio de garantir-se um asilo à família, tornando-se o imóvel, onde a mesma se instala, domicílio impenhorável (...)”; “uma porção de bens definidos que a lei ampara e resguarda em benefício da família e da permanência do lar, estabelecendo a seu respeito a impenhorabilidade limitada (...), segundo Carvalho de Mendonça, mencionado por Álvaro Villaça Azevedo.”

Em sentido próximo, Rolf Madaleno, escrevendo antes da vigência da legislação em análise (CL 150/2015) - apesar de repetir o conceito do art. 1º da Lei 8.009/90 -, enaltece seu objetivo principal, pois acrescenta à definição legal “a finalidade do instituto proteger o direito de propriedade que serve de abrigo para a família, não no propósito de abrigar o mal pagador e sim no sentido de equilibrar o processo executivo”: “é o imóvel destinado a servir de domicílio da família do devedor isento de execução por dívidas de natureza civil, fiscal, previdenciária, trabalhista ou de qualquer natureza, salvo as exceções previstas em relação aos débitos descritos no seu artigo 3º”.

ADVOCACIA MADUREIRA DE CAMARGO
Tônia Madureira de Camargo
OAB/SP 143.214

Ressalvados algumas hipóteses de difícil interpretação de direito intertemporal, cuja solução demandará a análise de cada caso concreto à luz da teoria (da prática) dos atos processuais isolados (princípio tempus tegit actum) -, e sabendo-se que a penhora é um instituto puramente processual (art. 612 do CPC), cujos escopos precípuos são (i) a individualização, particularização e separação de determinado bem, afetado pelo ato de constrição, do patrimônio do devedor-executado - que com todo o seu patrimônio responde pelas dívidas, ressalvadas as exceções previstas em lei (arts. 591, 648, 649 e 650 do CPC) - para (ii) garantir ao exequente-credor a preferência à satisfação de seu crédito, mediante, (iii), por exemplo, venda em à hasta pública para, por fim, (iv) ser pago com o produto da alienação – ressalvados os casos de concorrência de penhora[14] e/ou existência de créditos privilegiados (arts. 612 e 613 do CPC e 957 e seguintes do CC/02), infere-se que a revogação do inciso I do art. 3º da lei 8.009/90, não mais permitirá que o empregado doméstico, em sede de execução trabalhista, ingresse no patrimônio do empregador devedor para promover a excussão do único bem imóvel.

Neste cenário, fragiliza-se o efeito prático a execução trabalhista. Surge, assim, o conflito entre o princípio da máxima utilidade da execução e o do menor sacrifício do executado.

Mesmo possuindo indiscutível natureza alimentar, o crédito de empregado doméstico, em caso de concorrência com outros créditos iguais em execução individual – e excluindo-se as hipóteses clausuladas na Lei 11.101/2005, no Código Tributário Nacional e na Constituição Federal de 1988 -, não goza, a bem da verdade, de substancial beneficio nas situações em que o patrimônio do devedor é reduzido ou foi mitigado, por qualquer motivo. Agora, com a subtração do bem imóvel familiar à execução trabalhista, os empregados domésticos terão ainda maiores dificuldades para cobrar seus créditos.

Em especial, se antes o percurso para a satisfação do crédito trabalhista inadimplido era longo e tormentoso, por vários motivos, incluindo, mas não se limitando à própria ausência de bens penhoráveis do devedor, de ora em diante o caminho se tornará ainda mais atribulado, haja vista que o imóvel onde o devedor

ADVOCACIA MADUREIRA DE CAMARGO
Tônia Madureira de Camargo
OAB/SP 143.214

executado reside reveste-se de impenhorabilidade absoluta.

Logo, se, por um lado, a norma trouxe um alívio para o empregador devedor não mais viver sob a iminência de ter seu imóvel penhorado e levado à hasta pública, de outra banda foi demasiadamente alargado o rol de bens absolutamente impenhoráveis, situação que, de certo, causará enormes dificuldades aos trabalhadores para conseguirem, judicialmente, a satisfação de seus créditos.

Assim, no mesmo plano horizontal das exceções absolutas à penhora previstas no Código de Processo Civil (arts. 648 a 650), após a vigência da novel legislação complementar, inclui-se o bem de família legal, ao menos no tocante às referidas verbas.

Portanto, nota-se que o empregado doméstico, ao menos no processo executivo, teve suprimida uma oportunidade de satisfazer seu crédito alimentar inadimplido, mediante a constrição do bem imóvel familiar de propriedade do devedor, eis que fora aumentado o rol de bens absolutamente impenhoráveis do devedor executado (art. 649 do CPC), com a revogação do permissivo de constrição outrora constante do inciso I, art. 3º da lei 8.009/90.

Desta forma, ou justiça laboral passará a acatar a impenhorabilidade do bem de família legal, revertendo a sua sólida e histórica jurisprudência, ou tentará enquadrar, ainda que forçosamente, o crédito trabalhista, dada sua natureza alimentar, na hipótese, por exemplo, do § 2º, do art. 649 do CPC (que fala em "penhora sobre créditos para pagamento de pensão alimentar"), o que, de toda forma, não afeta o bem imóvel do devedor e, certamente, atrairá acesos debates nos tribunais.

Nesta toada de ideias, parece que o legislador, grosso modo, ponderou os interesses e os direitos dos envolvidos, empregado e empregador domésticos, para expandir para aqueles nova proteção e conferir direitos que, até então, não lhes eram (injustificadamente) assegurados (ao contrário do que a Constituição Federal já conferia a outros trabalhadores, art. 7º), e, por outro lado, provavelmente em razão da oneração econômica para esses e visando a manter os empregos formais, terminou por contemplá-los com uma

ADVOCACIA MADUREIRA DE CAMARGO
Tônia Madureira de Camargo
OAB/SP 143.214

contrapartida – impenhorabilidade do imóvel familiar -, de forma a, ao fim e ao cabo, não haver o temido receio de diminuição de contratação de mão-de-obra, ou a demissão e/ou informalidade crescentes entre os profissionais domésticos.

Ao equiparar, contudo, os empregados domésticos a outros de diversas categorias econômicas – fruto de uma produção legislativa que deve ser elogiada e reconhecida – dando-se início a uma verdadeira profissionalização do setor, a lei terminou por tolher, visível e simultaneamente, a possibilidade de os trabalhadores domésticos se valerem de atos de excussão patrimonial sobre o bem imóvel de devedores para satisfazerem seus créditos alimentares inadimplidos.

Entretanto, esta constatação não deve inquinar, ou apoucar, por si só, os avanços conquistados pelos obreiros domésticos desde a Emenda Constitucional 72/2013; serve, apenas, para demonstrar que o Direito, enquanto ciência dialética, enquadrado num sistema móvel e aberto, é a afeto ao movimento pendular de evoluções e involuções.

Ouve-se, ainda que ao longe, o réquiem da antiga penhorabilidade do bem de família legal.

Portanto provado está que Embargante reside no imóvel penhorado, bem como é o mesmo a única fonte de subsistência, sendo que o bem penhorado é bem de família, portanto não está sujeito à constrição.

Aponta-se que a Embargante é proprietária do imóvel e que tal está sendo objeto de Inventário, inacabado, por força do falecimento de seu marido, que deixou o esse único bem, ora penhorado, bem como deixa herdeiros (05 filhos)conjuntamente com sua esposa do imóvel objeto da penhora.

A Lei nº 8009/90, que instituiu a impenhorabilidade do bem de família, como asseveram os próprios Embargantes, destina seus dispositivos à proteção da família, o que faz de forma expressa, fazendo, sempre, referência ao imóvel destinado à residência do casal ou de entidade familiar.

ADVOCACIA MADUREIRA DE CAMARGO
Tônia Madureira de Camargo
OAB/SP 143.214

Releva transcrever, neste passo, o que dispõe o art. 1º do enfocado diploma legal:

"Art. 1º O imóvel residencial próprio do casal, ou da entidade familiar, é impenhorável e não responderá por qualquer tipo de dívida civil, comercial, fiscal, previdenciária ou de outra natureza, contraída pelos cônjuges ou pelos pais ou filhos que sejam seus proprietários e nele residam, salvo nas hipóteses previstas nesta lei." (Grifamos).

Também o art. 5º e seu parágrafo único, da mesma lei, fazem referência ao casal e à entidade familiar, verbis:

"Art. 5º Para os efeitos de impenhorabilidade, de que trata esta lei, considera-se residência um único imóvel utilizado pelo casal ou pela entidade familiar para moradia permanente.

Parágrafo único. Na hipótese de o casal, ou entidade familiar, ser possuidor de vários imóveis utilizados como residência, a impenhorabilidade recairá sobre o de menor valor, salvo se outro tiver sido registrado, para esse fim, no Registro de Imóveis e na forma do art. 70 do Código Civil."

A referência é constante, assim, no sentido de abranger-se, com a proteção legal a família ou entidade equiparada.

Assim, é imperioso, quando se invoca a proteção legal referida, demonstrar-se, não só que o imóvel é o único que possui o devedor, mas, também, que é destinado à residência familiar, conforme se comprova pelos documentos que ora se juntam.

DAS PROVAS:

Em sendo a matéria controvertida destes Embargos exclusivamente de direito, requer a Embargada seja oficiados cartórios de registro civil (por não possuir tempo hábil para requerer as certidões) -

ADVOCACIA MADUREIRA DE CAMARGO
Tônia Madureira de Camargo
OAB/SP 143.214

órgão competente em matéria de IRRF - para que apresentarem as devidas certidões, ou ainda, se assim não entender Vossa Excelência, prazo para a juntada de tais certidões.

DO FALECIMENTO DA EMBARGADA DA FALTA DE SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL PELO PATRONO

Há de ressaltar e por ser pertinente à matéria, e ainda conforme já noticiado nos presentes autos e demonstrado nos presentes autos, **a embargada faleceu em 28 de Agosto de 2012.**

Verifica-se outrossim que o procurador da embargada não possui mais qualquer direito para postular em seu nome desde a data de seu óbito, pois apesar de devidamente intimado (última intimação MAIO DE 2018) para regularizar a sua representação processual este não o fez, o que acarreta a extinção do mandato, DESDE DE AGOSTO DE 2012, a teor do disposto no artigo 682, II, do Código Civil.

Assim no presente caso, o advogado constituído não possui qualquer legitimidade para demandar em juízo face a ausência da procuração e possível regularização da sua representação processual.

Sendo assim, e de acordo com a lei e jurisprudência de nossos Tribunais, os atos praticados em nome da falecida, ora embargada, serão nulos, visto que este já perdeu sua capacidade postulatória.

Senão vejamos:
Processo RO 8919720115020 SP 00008919720115020052 A28
Orgão Julgador 3ª TURMA
Partes
RECORRENTE(S): Prevent Senior Private Operad SAÚDE LTDA
Cleuson de Oliveira Leal
Publicação 28/08/2013
Julgamento 20 de Agosto de 2013
Relator MERCIA TOMAZINHO
Ementa
IRREGULARIDADE DA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. FALECIMENTO DO RECLAMANTE NO CURSO DA AÇÃO.

ADVOCACIA MADUREIRA DE CAMARGO
Tônia Madureira de Camargo
OAB/SP 143.214

O falecimento do reclamante no curso da ação acarreta a sucessão por morte, a qual na esfera trabalhista dá-se mediante a habilitação dos sucessores legais conforme artigo 1.056 do Código de Processo Civil e Lei nº 6.858/80, regulamentada pelo Decreto nº 85.845/81. Não havendo a regularização da representação processual, os atos realizados em nome do falecido serão nulos, pois este já perdeu sua capacidade postulatória, nos termos do artigo 682, II, do Código Civil e art. 43 do CPC.

Diante de todo o aqui exposto e tudo o mais que dos autos consta, requer-se a Vossa Excelência sejam todos os atos praticados após o falecimento da reclamante, ou seja desde 28/08/12, NULOS, especialmente NULA a penhora do imóvel de propriedade da reclamada e espólio de SÉRGIO PARREIRA SANDOVAL, que se deu em 16 de Setembro de 2014.

E ainda, o arquivamento do processo pela falta de parte passiva, já que o patrono da Reclamante, devidamente notificado para proceder à substiutição de sua cliente não o fez!!!

ISTO POSTO, requer:

1) O recebimento destes embargos e regular processamento, julgando-se, ao final totalmente procedentes para declarar nula a penhora do único bem de família da Embargante, bem como diante da comprovada falta de regularização processual, ser arquivado o feito.

2) Requer assim a destituição da penhora realizada com base nas alegações acima.

3) O arquivamento do feito.

4) A intimação da Embargada/Reclamante para se manifestar, querendo, acerca dos embargos propostos.

5) A produção de todas as provas em direito admitidas.

6) Valor da causa: R$ 500,00

ADVOCACIA MADUREIRA DE CAMARGO
Tônia Madureira de Camargo
OAB/SP 143.214

Termos em que, Pede e Espera Deferimento.

Campinas, 22 de março de 2019.

TÔNIA MADUREIRA DE CAMARGO
OAB/SP nº 143.214

ADVOCACIA MADUREIRA DE CAMARGO
Tônia Madureira de Camargo
OAB/SP 143.214

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DA 9ª VARA DO TRABALHO DA COMARCA DE CAMPINAS/SP.

Processo nº 0002800-98.2006.5.15.0114
JUSTIÇA GRATUITA

MARIA ANGÉLICA LEAL SANDOVAL E SÉRGIO PARREIRA SANDOVAL, já devidamente qualificados nos autos da **RECLAMAÇÃO TRABALHISTA** que lhe move **CLEUSA TERCÍLIA DA SILVA**, em trâmite perante essa MM. Vara, processo em referência, por sua advogada e bastante procuradora que a presente assina, vem, respeitosamente à presença de V. Exa., apresentar

EMBARGOS À PENHORA, nos termos do Art. 884 da CLT, pelos fatos e fundamentos que a seguir passa a expor:

DOS FATOS:

A Embargante teve seu imóvel penhorado por força da presente execução, e tomou ciência do mesmo em data de 18 de Março p. passado.

Porém, conforme comprova o documento que ora se junta, a embargante reside no imóvel penhorado, e é seu único imóvel, bem como é o mesmo a única fonte de subsistência, sendo que o bem penhorado é bem de família, portanto não está sujeito à constrição

ADVOCACIA MADUREIRA DE CAMARGO
Tônia Madureira de Camargo
OAB/SP 143.214

no caso em tela.

O empregado doméstico teve suprimida uma oportunidade de satisfazer seu crédito alimentar inadimplido, mediante a constrição do bem imóvel familiar de propriedade do devedor, diante da revogação do permissivo de constrição outrora constante do inciso I, art. 3º da lei 8.009/90.

A Lei Complementar 150, de 1º/06/2015, que entrou em vigor na data de sua publicação (art. 47) - dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico, altera diversas leis e dá outras providências -, fruto de longos e acirrados debates no Congresso Nacional e no seio da sociedade brasileira, talvez não tenha trazido somente benefícios aos empregados domésticos.

A par de todo o extensivo regramento acerca do trabalho e do trabalhador doméstico (definição e enquadramento do empregado doméstico, art. 1.º; fixação da duração normal da jornada de trabalho e estabelecimento de percentual mínimo de remuneração por cada hora extraordinária, art. 2º; obrigatoriedade de registro do horário de trabalho do trabalhador doméstico por qualquer meio, art. 12; previsão de intervalo de jornadas, art. 13, descanso semanal remunerado de, no mínimo, 24h, art. 16; direito a férias anuais remuneradas de 30 (trinta) dias, com acréscimo de, pelo menos, um terço do salário normal, após cada período de 12 (doze) meses de trabalho prestado à mesma pessoa ou família, art. 17, etc.), dentre outras importantes conquistas à classe dos trabalhadores domésticos, a lei inovou em um aspecto, até então, tido por extremamente garantidor da satisfação integral dos créditos trabalhistas, em fase de execução.

No art. 46 das “Disposições Gerais”, a LC 150 revogou expressamente o inciso I, do art. 3º, da lei 8.009/90, conhecida como “Lei do Bem de Família (Legal), cuja redação original era:

“Art. 3º. A impenhorabilidade é oponível em qualquer processo de execução civil, fiscal, previdenciária, trabalhista ou de outra natureza, salvo se movido:

I - em razão dos créditos de trabalhadores da própria residência e

ADVOCACIA MADUREIRA DE CAMARGO
Tônia Madureira de Camargo
OAB/SP 143.214

das respectivas contribuições previdenciárias; (...).” (destacou-se)

Desta forma, a partir da vigência da LC 150/2015, em face da revogação do dispositivo em apreço, o imóvel habitado pelo devedor, ou sua família (atentando-se para a amplitude tanto do conceito hodierno de família e para a desnecessidade de habitação da entidade familiar no único imóvel – conforme jurisprudência do STJ - e, ainda, para o fato de que a norma protetiva do bem de família tem por interpretação teleológica a garantia do patrimônio mínimo existencial de sobrevivência da pessoa humana, respeitada sua dignidade e o também constitucional princípio do direito social à moradia), torna-se absolutamente impenhorável por dívidas oriundas de créditos de trabalhadores da própria residência e das respectivas contribuições previdenciárias.

Com efeito, desde 1º/06/2015, é assegurado ao empregador doméstico devedor, executado em execução trabalhista, opor a objeção de impenhorabilidade (agora) absoluta do bem de família legal, com relação a ditos créditos, haja vista que, por definição e incorporação da extensão dada pelos tribunais, bem de família é, na lição de Álvaro Villaça Azevedo, “um meio de garantir-se um asilo à família, tornando-se o imóvel, onde a mesma se instala, domicílio impenhorável (...)”; “uma porção de bens definidos que a lei ampara e resguarda em benefício da família e da permanência do lar, estabelecendo a seu respeito a impenhorabilidade limitada (...), segundo Carvalho de Mendonça, mencionado por Álvaro Villaça Azevedo.”

Em sentido próximo, Rolf Madaleno, escrevendo antes da vigência da legislação em análise (CL 150/2015) - apesar de repetir o conceito do art. 1º da Lei 8.009/90 -, enaltece seu objetivo principal, pois acrescenta à definição legal “a finalidade do instituto proteger o direito de propriedade que serve de abrigo para a família, não no propósito de abrigar o mal pagador e sim no sentido de equilibrar o processo executivo”: “é o imóvel destinado a servir de domicílio da família do devedor isento de execução por dívidas de natureza civil, fiscal, previdenciária, trabalhista ou de qualquer natureza, salvo as exceções previstas em relação aos débitos descritos no seu artigo 3º”.

ADVOCACIA MADUREIRA DE CAMARGO
Tônia Madureira de Camargo
OAB/SP 143.214

Ressalvados algumas hipóteses de difícil interpretação de direito intertemporal, cuja solução demandará a análise de cada caso concreto à luz da teoria (da prática) dos atos processuais isolados (princípio tempus tegit actum) -, e sabendo-se que a penhora é um instituto puramente processual (art. 612 do CPC), cujos escopos precípuos são (i) a individualização, particularização e separação de determinado bem, afetado pelo ato de constrição, do patrimônio do devedor-executado - que com todo o seu patrimônio responde pelas dívidas, ressalvadas as exceções previstas em lei (arts. 591, 648, 649 e 650 do CPC) - para (ii) garantir ao exequente-credor a preferência à satisfação de seu crédito, mediante, (iii), por exemplo, venda em à hasta pública para, por fim, (iv) ser pago com o produto da alienação – ressalvados os casos de concorrência de penhora[14] e/ou existência de créditos privilegiados (arts. 612 e 613 do CPC e 957 e seguintes do CC/02), infere-se que a revogação do inciso I do art. 3º da lei 8.009/90, não mais permitirá que o empregado doméstico, em sede de execução trabalhista, ingresse no patrimônio do empregador devedor para promover a excussão do único bem imóvel.

Neste cenário, fragiliza-se o efeito prático a execução trabalhista. Surge, assim, o conflito entre o princípio da máxima utilidade da execução e o do menor sacrifício do executado.

Mesmo possuindo indiscutível natureza alimentar, o crédito de empregado doméstico, em caso de concorrência com outros créditos iguais em execução individual – e excluindo-se as hipóteses clausuladas na Lei 11.101/2005, no Código Tributário Nacional e na Constituição Federal de 1988 -, não goza, a bem da verdade, de substancial beneficio nas situações em que o patrimônio do devedor é reduzido ou foi mitigado, por qualquer motivo. Agora, com a subtração do bem imóvel familiar à execução trabalhista, os empregados domésticos terão ainda maiores dificuldades para cobrar seus créditos.

Em especial, se antes o percurso para a satisfação do crédito trabalhista inadimplido era longo e tormentoso, por vários motivos, incluindo, mas não se limitando à própria ausência de bens penhoráveis do devedor, de ora em diante o caminho se tornará ainda mais atribulado, haja vista que o imóvel onde o devedor

ADVOCACIA MADUREIRA DE CAMARGO
Tônia Madureira de Camargo
OAB/SP 143.214

executado reside reveste-se de impenhorabilidade absoluta.

Logo, se, por um lado, a norma trouxe um alívio para o empregador devedor não mais viver sob a iminência de ter seu imóvel penhorado e levado à hasta pública, de outra banda foi demasiadamente alargado o rol de bens absolutamente impenhoráveis, situação que, de certo, causará enormes dificuldades aos trabalhadores para conseguirem, judicialmente, a satisfação de seus créditos.

Assim, no mesmo plano horizontal das exceções absolutas à penhora previstas no Código de Processo Civil (arts. 648 a 650), após a vigência da novel legislação complementar, inclui-se o bem de família legal, ao menos no tocante às referidas verbas.

Portanto, nota-se que o empregado doméstico, ao menos no processo executivo, teve suprimida uma oportunidade de satisfazer seu crédito alimentar inadimplido, mediante a constrição do bem imóvel familiar de propriedade do devedor, eis que fora aumentado o rol de bens absolutamente impenhoráveis do devedor executado (art. 649 do CPC), com a revogação do permissivo de constrição outrora constante do inciso I, art. 3º da lei 8.009/90.

Desta forma, ou justiça laboral passará a acatar a impenhorabilidade do bem de família legal, revertendo a sua sólida e histórica jurisprudência, ou tentará enquadrar, ainda que forçosamente, o crédito trabalhista, dada sua natureza alimentar, na hipótese, por exemplo, do § 2º, do art. 649 do CPC (que fala em "penhora sobre créditos para pagamento de pensão alimentar"), o que, de toda forma, não afeta o bem imóvel do devedor e, certamente, atrairá acesos debates nos tribunais.

Nesta toada de ideias, parece que o legislador, grosso modo, ponderou os interesses e os direitos dos envolvidos, empregado e empregador domésticos, para expandir para aqueles nova proteção e conferir direitos que, até então, não lhes eram (injustificadamente) assegurados (ao contrário do que a Constituição Federal já conferia a outros trabalhadores, art. 7º), e, por outro lado, provavelmente em razão da oneração econômica para esses e visando a manter os empregos formais, terminou por contemplá-los com uma

ADVOCACIA MADUREIRA DE CAMARGO
Tônia Madureira de Camargo
OAB/SP 143.214

contrapartida – impenhorabilidade do imóvel familiar -, de forma a, ao fim e ao cabo, não haver o temido receio de diminuição de contratação de mão-de-obra, ou a demissão e/ou informalidade crescentes entre os profissionais domésticos.

Ao equiparar, contudo, os empregados domésticos a outros de diversas categorias econômicas – fruto de uma produção legislativa que deve ser elogiada e reconhecida – dando-se início a uma verdadeira profissionalização do setor, a lei terminou por tolher, visível e simultaneamente, a possibilidade de os trabalhadores domésticos se valerem de atos de excussão patrimonial sobre o bem imóvel de devedores para satisfazerem seus créditos alimentares inadimplidos.

Entretanto, esta constatação não deve inquinar, ou apoucar, por si só, os avanços conquistados pelos obreiros domésticos desde a Emenda Constitucional 72/2013; serve, apenas, para demonstrar que o Direito, enquanto ciência dialética, enquadrado num sistema móvel e aberto, é a afeto ao movimento pendular de evoluções e involuções.

Ouve-se, ainda que ao longe, o réquiem da antiga penhorabilidade do bem de família legal.

Portanto provado está que Embargante reside no imóvel penhorado, bem como é o mesmo a única fonte de subsistência, sendo que o bem penhorado é bem de família, portanto não está sujeito à constrição.

Aponta-se que a Embargante é proprietária do imóvel e que tal está sendo objeto de Inventário, inacabado, por força do falecimento de seu marido, que deixou o esse único bem, ora penhorado, bem como deixa herdeiros (05 filhos)conjuntamente com sua esposa do imóvel objeto da penhora.

A Lei nº 8009/90, que instituiu a impenhorabilidade do bem de família, como asseveram os próprios Embargantes, destina seus dispositivos à proteção da família, o que faz de forma expressa, fazendo, sempre, referência ao imóvel destinado à residência do casal ou de entidade familiar.

ADVOCACIA MADUREIRA DE CAMARGO
Tônia Madureira de Camargo
OAB/SP 143.214

Releva transcrever, neste passo, o que dispõe o art. 1º do enfocado diploma legal:

"Art. 1º O imóvel residencial próprio do casal, ou da entidade familiar, é impenhorável e não responderá por qualquer tipo de dívida civil, comercial, fiscal, previdenciária ou de outra natureza, contraída pelos cônjuges ou pelos pais ou filhos que sejam seus proprietários e nele residam, salvo nas hipóteses previstas nesta lei." (Grifamos).

Também o art. 5º e seu parágrafo único, da mesma lei, fazem referência ao casal e à entidade familiar, verbis:

"Art. 5º Para os efeitos de impenhorabilidade, de que trata esta lei, considera-se residência um único imóvel utilizado pelo casal ou pela entidade familiar para moradia permanente.

Parágrafo único. Na hipótese de o casal, ou entidade familiar, ser possuidor de vários imóveis utilizados como residência, a impenhorabilidade recairá sobre o de menor valor, salvo se outro tiver sido registrado, para esse fim, no Registro de Imóveis e na forma do art. 70 do Código Civil."

A referência é constante, assim, no sentido de abranger-se, com a proteção legal a família ou entidade equiparada.

Assim, é imperioso, quando se invoca a proteção legal referida, demonstrar-se, não só que o imóvel é o único que possui o devedor, mas, também, que é destinado à residência familiar, conforme se comprova pelos documentos que ora se juntam.

DAS PROVAS:

Em sendo a matéria controvertida destes Embargos exclusivamente de direito, requer a Embargada seja oficiados cartórios de registro civil (por não possuir tempo hábil para requerer as certidões) -

ADVOCACIA MADUREIRA DE CAMARGO
Tônia Madureira de Camargo
OAB/SP 143.214

órgão competente em matéria de IRRF - para que apresentarem as devidas certidões, ou ainda, se assim não entender Vossa Excelência, prazo para a juntada de tais certidões.

DO FALECIMENTO DA EMBARGADA DA FALTA DE SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL PELO PATRONO

Há de ressaltar e por ser pertinente à matéria, e ainda conforme já noticiado nos presentes autos e demonstrado nos presentes autos, **a embargada faleceu em 28 de Agosto de 2012.**

Verifica-se outrossim que o procurador da embargada não possui mais qualquer direito para postular em seu nome desde a data de seu óbito, pois apesar de devidamente intimado (última intimação MAIO DE 2018) para regularizar a sua representação processual este não o fez, o que acarreta a extinção do mandato, DESDE DE AGOSTO DE 2012, a teor do disposto no artigo 682, II, do Código Civil.

Assim no presente caso, o advogado constituído não possui qualquer legitimidade para demandar em juízo face a ausência da procuração e possível regularização da sua representação processual.

Sendo assim, e de acordo com a lei e jurisprudência de nossos Tribunais, os atos praticados em nome da falecida, ora embargada, serão nulos, visto que este já perdeu sua capacidade postulatória.

Senão vejamos:
Processo RO 8919720115020 SP 00008919720115020052 A28
Orgão Julgador 3ª TURMA
Partes
RECORRENTE(S): Prevent Senior Private Operad SAÚDE LTDA
Cleuson de Oliveira Leal
Publicação 28/08/2013
Julgamento 20 de Agosto de 2013
Relator MERCIA TOMAZINHO
Ementa
IRREGULARIDADE DA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. FALECIMENTO DO RECLAMANTE NO CURSO DA AÇÃO.

ADVOCACIA MADUREIRA DE CAMARGO
Tônia Madureira de Camargo
OAB/SP 143.214

O falecimento do reclamante no curso da ação acarreta a sucessão por morte, a qual na esfera trabalhista dá-se mediante a habilitação dos sucessores legais conforme artigo 1.056 do Código de Processo Civil e Lei nº 6.858/80, regulamentada pelo Decreto nº 85.845/81. Não havendo a regularização da representação processual, os atos realizados em nome do falecido serão nulos, pois este já perdeu sua capacidade postulatória, nos termos do artigo 682, II, do Código Civil e art. 43 do CPC.

Diante de todo o aqui exposto e tudo o mais que dos autos consta, requer-se a Vossa Excelência sejam todos os atos praticados após o falecimento da reclamante, ou seja desde 28/08/12, NULOS, especialmente NULA a penhora do imóvel de propriedade da reclamada e espólio de SÉRGIO PARREIRA SANDOVAL, que se deu em 16 de Setembro de 2014.

E ainda, o arquivamento do processo pela falta de parte passiva, já que o patrono da Reclamante, devidamente notificado para proceder à substiutição de sua cliente não o fez!!

ISTO POSTO, requer:

1) O recebimento destes embargos e regular processamento, julgando-se, ao final totalmente procedentes para declarar nula a penhora do único bem de família da Embargante, bem como diante da comprovada falta de regularização processual, ser arquivado o feito.

2) Requer assim a destituição da penhora realizada com base nas alegações acima.

3) O arquivamento do feito.

4) A intimação da Embargada/Reclamante para se manifestar, querendo, acerca dos embargos propostos.

5) A produção de todas as provas em direito admitidas.

6) Valor da causa: R$ 500,00

ADVOCACIA MADUREIRA DE CAMARGO
Tônia Madureira de Camargo
OAB/SP 143.214

Termos em que, Pede e Espera Deferimento.

Campinas, 22 de março de 2019.

TÔNIA MADUREIRA DE CAMARGO
OAB/SP nº 143.214

Companhia Paulista de Força e Luz
Uma empresa do Grupo CPFL Energia

CPFL ENERGIA

Rod. Eng. Miguel Noel N. Burnier, km 2,5
Campinas - SP - 13088-900
Inscrição Estadual: 244.163.955.115
Inscrição no CNPJ: 33.050.196/0001-88

83306190

MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL
AV ESTHER MORETZSHON CAMARGO, 686
JD SANTANA
13088-613 CAMPINAS/SP

Nota Fiscal
Conta de Energia Elétrica
N° 059815199 série C
Data de Emissão 11/02/2019
Data de Apresentação: 14/02/2019
Pág: 01 de 01
Conta Contrato Nº 310015404664

Leitura Próximo Mês 13/03/2019

Lote	Roteiro de Leitura	N°. Medidor	PN
07	CAMBUB52-00000476	22829570	702749908

Reservado ao Fisco
4798.DD66.92FF.17E5.6800.BE2A.AF0E.0F28

PREZADO(A) CLIENTE

Mantenha seus dados sempre atualizados, alguns itens determinam a tarifa e tributação de sua fatura de energia elétrica. Solicite os serviços disponíveis em nosso site com rapidez e segurança e reserve mais tempo para você em seu dia-a-dia. Mais informações acesse o endereço que consta no verso de sua conta.

DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA

MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL
AV ESTHER MORETZSHON CAMARGO,686
JD SANTANA
13088-613 - CAMPINAS - /SP

CPF102.139.368-10

CLASSIFICAÇÃO: Convencional B1 Residencial -Bifásico 220 / 127 V

ATENDIMENTO	PN	SEU CÓDIGO	CONTA MÊS	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
0800 010 10 10 www.cpfl.com.br	702749908	8851387	FEV/2019	25/02/2019	392,99

DISCRIMINAÇÃO DA OPERAÇÃO - RESERVADO AO FISCO

Cod. 118	Descrição da Operação Nº 906152278525	Mês Ref.	Quant. Faturada	Unid. Med.	Tarifa com Tributos R$	Valor Total da Operação R$	Base Cálculo ICMS R$	Alíq. ICMS%	ICMS	Base Cálculo PIS/COFINS	PIS 0,85%	COFINS 3,89%	Bandeiras Tarifárias (Dias)
0605	Consumo Uso Sistema [KWh]-TUSD	FEV/19	419,000	kWh	0,29510740	123,65	123,65	25,00	30,91	123,65	1,05	4,81	Verde 17 Dias
0601	Consumo Bandeira Verde - TE	FEV/19	419,000	kWh	0,39463008	165,35	165,35	25,00	41,34	165,35	1,41	6,43	Verde 11 Dias
0604	Juros de Mora	DEZ/18				1,53							
0605	Multa por Atraso Pgto	DEZ/18				4,93							
	Total Distribuidora					295,46							
	DÉBITOS DE OUTROS SERVIÇOS												
0601	J. Correio Popular 19 37728000					82,40							
0607	Contrib. Custeio IP-CIP Municipal	FEV/19				15,13							
TOTAL CONSOLIDADO						392,99	289,00		72,25	289,00	2,46	11,24	

HISTÓRICO DE CONSUMO

		kWh	Dias
2019	FEV	419	28
	JAN	437	32
2018	DEZ	354	31
	NOV	310	32
	OUT	275	28
	SET	288	33
	AGO	259	28
	JUL	266	30
	JUN	289	32
	MAI	275	28
	ABR	328	30
	MAR	383	33
	FEV	292	28

TARIFA ANEEL

Consumo	TUSD	TE
Consumo kWh	0,20737000	0,27726000

EQUIPAMENTOS DE MEDIÇÃO / DATAS DE LEITURAS

Nº	Energia	Leitura 11/02/2019	Leitura 14/01/2019	Fator Multipl.	Consumo [KWh]	Taxa de Perda [%]	Leitura Próximo Mês
22829570	Ativa	7001	6582	1,00	419		13/03/2019

INDICADORES DE CONTINUIDADE DE FORNECIMENTO DE ENERGIA

Para consulta dos indicadores acesse nosso site www.cpfl.com.br

INFORMAÇÕES SOBRE A FATURA

Conforme Art. 172,§ 2º da Resol 414/2010 da Aneel, sua instalação estará sujeita a suspensão de fornecimento até 90 (noventa) dias corridos, contados da data do documento mais antigo vencido e não pago sucessivamente.
A cobrança do serviço de terceiro incluída em sua fatura pode ser cancelada, a qualquer tempo, em nossos canais de atendimento.

Informações dos débitos mais antigos:
Vencimento Valor
25/01/2019 R$ 401,29

AVISO IMPORTANTE

CONSTA DÉBITO: 1 DOCTO(S)
25/01/19 R$ 401,29

REGULARIZE ATÉ 01/03/2019, PARA EVITAR A SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO.

APÓS A SUSPENSÃO COBRAREMOS O CONSUMO REGISTRADO E PODERÁ OCORRER A RESCISÃO DO CONTRATO APÓS 2 MESES-ART 99 E 70-RESOL 414/10. DOCTO(S) VENCIDOS PODEM SER INDICADOS AOS ÓRGÃOS DE PROT. CRÉDITO. CASO POSSUA COBRANÇA DE TERCEIROS NA CONTA É POSSÍVEL REFATURAR SEM O REFERIDO VALOR.

cpfl paulista
Uma empresa do Grupo CPFL Energia

Nota Fiscal
Conta de Energia Elétrica
N° 059815199 série C

CódDébAut-Banco	Total a Pagar (R$)	Data de Vencimento
310015404664	392,99	25/02/2019

Essa conta poderá ser paga no credenciado mais perto de você. Confira a lista completa no site www.cpfl.com.br

ENIGMA VIDEO LOCADORA	AV LAFAYETE ARRUDA CAMARGO 253 - SÃO QUIRINO
DROGARIA PALERMO	AV DIOGO ALVARES, 1111 - PARQUE SO QUIRINO
DROGARIA DOM PEDRO CAMPINAS	AV GUILHERME CAMPOS LJ. 30A 500 - JARDIM SANTA GENEBRA

836900000032 929900403015 129560205038 100154046641

Autenticação Mecânica

Assinado eletronicamente por: TONIA MADUREIRA DE CAMARGO - 22/03/2019 13:03:17 - aed4d73
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19032213021280700000103889628
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114 ID. aed4d73 - Pág. 1
Número do documento: 19032213021280700000103889628

ADVOCACIA MADUREIRA DE CAMARGO
Tônia Madureira de Camargo
OAB/SP 143.214

EXMO. SR. JUIZ FEDERAL DA 9ª VARA FEDERAL DA COMARCA DE CAMPINAS/SP.

Processo nº0002800-98.2006.5.15.0114

MARIA ANGÉLICA LEAL SANDOVAL, e outro, já devidamente qualificados nos autos da **RECLAMAÇÃO TRABALHISTA** que lhe move **CLEUSA TERCÍLIA DA SILVA**, em trâmite perante essa MM. 9ª Vara Federal, processo em referência, por sua advogada e bastante procuradora que a presente assina, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, **IMPUGNAR A AVALIAÇÃO** do único imóvel pertencente a executada, apresentada nos autos, o que faz na forma das rações a seguir:

A Sra. Oficiala Avaliadora Judicial, avaliou o único bem pertencente a executada no valor de R$200.000,00(duzentos mil reais), todavia, e **conforme dito por ela mesma, a avaliação foi feita de forma precária** e ainda conforme se verifica do documento que ora se junta(Carnê do IPTU), o mesmo está avaliado em R$ 601.068,38(seiscentos e um mil, sessenta e oito reais e trinta e oito centavos), avaliação essa dada pela Prefeitura Municipal de Campinas.

Ora Excelência, o valor dado pela Prefeitura é o valor oficial, sendo certo que no mercado, o valor do imóvel tende a ser maior do que o oficial.

ADVOCACIA MADUREIRA DE CAMARGO
Tônia Madureira de Camargo
OAB/SP 143.214

Causa estranheza a executada, uma vez que o valor oficial dado pela Prefeitura de Campinas é de R$ 601.068,38(seiscentos e um mil, sessenta e oito reais e trinta e oito centavos), e o da Sra. Oficiala é de R$ 200.000,00(duzentos mil reais).

Nota-se uma discrepância muito grande, notadamente feita por uma avaliação de forma precária e sem qualquer conhecimento do mercado.

Assim, não há que se aceitar a avaliação feita pela Sra. Oficiala de Justiça Avaliadora Federal, visto que além de precária a sua avaliação, está muito aquém do valor oficial fornecido pela Prefeitura de Campinas, bem como do valor de mercado.

Diante de todo o acima exposto e comprovado, é a presente para IMPGUNAR o laudo de Avaliação do único imóvel pertencente a executada, devendo ser o mesmo reavaliado, desta feita com base no carnê de IPTU e avaliações de Imobiliárias idôneas.

Ressalta-se aqui, o que já foi objeto de Embargos à Penhora ainda não recebidos por V.Exa., trata-se de único bem pertencente a Executada, sendo considerado bem de família, portanto IMPENHORÁVEL, conforme reza o artigo 6º da Constituição Federal, destinado a sua moradia.

Termos em que,

Pede Deferimento.

Campinas, 28 de Março de 2019.

TONIA MADUREIRA DE CAMARGO

OAB/SP nº 143.214

18.547/02

Demonstrativo de Lançamento

IPTU / TAXAS - 2019	Nº Aviso 000.000	Emissão 01/2019	Imobiliária 0	Desconto Adimplência NÃO	Código Cartográfico 3261.63.10.0093.01001

Contribuinte — Responsável (Compromissário, contratante e demais casos)
ESPOLIO DE SERGIO PARREIRA SANDOVAL — ESPOLIO DE SERGIO PARREIRA SANDOVAL

Endereço do imóvel	Número	Complemento	Cep	Zoneamento
AVENIDA ESTHER MORETZSHON CAMARGO	000.686		13088-613	B

Bairro / Loteamento	Quarteirão / Quadra	Lote/Sublote	Fator Depreciação	Idade Imóvel	Uso Imóvel
JARDIM SANT'ANA	02690-15	011-	0,6850	1987	2 - Residencial

Classificação do Imóvel - Tipo/Padrão/Subpadrão	Valor da UFIC	Alíquota	Desc Fixo - UFIC	Área total Const. (m²)	Área terreno (m²)	Área Excedente (m²)
RH-5.0 Residencial Horizontal	R$ 3,5262	0,7000	160,0000	285,75	420,00	0,00

Tipo de Lançamento	Frente (m)	Custo UFIC / M² / Linear	Frequência Lixo Dias / Ano	Fatores terreno / Produtos e Fatores de Correção	Fatores Construção / Produto e Fatores de Correção
EXERCÍCIO	12,00	0,3718	301	1,0000	1,0000

Valores	R$	UFIC		R$	UFIC
Valor m² da Construção	1.638,75	464,7348	Imposto	3.447,08	977,5609
Valor da Construção	320.766,46	90.966,6088	(+) Imposto com Limitador	2.966,22	841,1949
Valor m² do Terreno	667,39	189,2648	(+) Taxa de Lixo	936,57	265,6046
Valor do Terreno	280.301,93	79.491,2160	(-) Valor Pago/Aproveitado	0,00	0,0000
Valor da área excedente	0,00	0,0000	(=) Valor Total Lançado	3.902,80	1.106,7995
Valor Venal do Imóvel	601.068,38	170.457,8248	(-) Desc. à Vista 4,00%	156,11	44,2720
Valor Venal (Art.19 LC 181/2017)	573.038,19	162.508,7032	(=) Cota Única	3.746,68	1.062,5275
			11 PARCELAS DE	354,80	100,6182

Isenção / Redução do IPTU

iptu2019N_458_CDD14.TXT

00832682-018547

Assinado eletronicamente por: TONIA MADUREIRA DE CAMARGO - 28/03/2019 15:09:28 - 3da1bba
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19032815084860400000104330196
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114 ID. 3da1bba - Pág. 1
Número do documento: 19032815084860400000104330196

EXCELENTÍSSIMO(a) SENHOR(a) DR.(a) JUIZ(a) FEDERAL DA 9ª VARA DA JUSTIÇA DO TRABALHO DE CAMPINAS/SP

PROCESSO Nº 2800 / 2006
0002800-98.2006.5.15.0114

CLEUZA TERCÍLIA DA SILVA, devidamente qualificado nos autos do processo em epigrafe, **EXECUÇÃO DE CRÉDITO TRABALHISTA** que move em face de **MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL e outros**, também qualificado nos autos do mesmo processo, via de seu procurador infra-assinado, vem, respeitosamente, a presença de V. Exa., em cumprimento ao r. despacho de fls. requerer o que se segue:

Primeiramente informar o falecimento da reclamante exequente, ocorrido em 28/08/2012, conforme certidão anexa.

A exequente falecida deixou como único herdeiro seu filho (**MENOR**) **Fernando da Silva Melo**, o qual é representado por NELSON FELIX DE MELO, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade R. G,. nº 10.862.859-0 e do CPF/MF nº 776.324.868-87, residente e domiciliado na Rua Bento Simões Vieira nº 578 – Jardim Santa Mônica – CEP 13.082-085 – Campinas/SP, através do termo de Guarda Definitivo e Responsabilidade, emitido pelo Juízo da 3ª Vara Cível do Foro regional de Vila Mimosa – Campinas/SP, o qual passa a representar o espólio em todos os atos deste processo, conforme documentação ora anexada.

Tendo em vista que já foi penhorado imóvel de propriedade do executado, requer os procedimentos necessários para inclusão do mesmo em praça e/ou leilão, para pagamento do débito havido.

Termos em que,
Pede Deferimento.

Campinas, 14 de junho de 2018.

Dr. Hamilton Rovani Neves
OAB/SP 143.028

Assinado eletronicamente por: HAMILTON ROVANI NEVES - 23/04/2019 12:40:12 - 23b79ae
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19042312394116200000105918109
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114 ID. 23b79ae - Pág. 1
Número do documento: 19042312394116200000105918109

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE ÓBITO

NOME:
CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
MATRÍCULA:
121327 01 55 2012 4 00242 182 0097911 24

SEXO	COR	ESTADO CIVIL E IDADE
Feminino	Preta	Casada, 53 anos

NATURALIDADE	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO	ELEITOR
Bandeira do Sul, Estado de Minas Gerais	CPF 188.116.918-93 RG 16.802.901-7 SSP/SP	Não

FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA
Filha de ZEFERINO FAUSTINO DA SILVA, falecido e de MARIA JOSÉ DE JESUS, falecida. A falecida residia Rua Geraldo Justino de Lima nº 277, Monte Cristo, Campinas, SP

DATA E HORA DE FALECIMENTO	DIA	MÊS	ANO
Vinte e oito de agosto de dois mil e doze, 9h30min	28	08	2012

LOCAL DE FALECIMENTO
Em Residência

CAUSA DA MORTE
Edema pulmonar, câncer em pulmão

SEPULTAMENTO / CREMAÇÃO	DECLARANTE
Cemitério Pq. Nossa Sra. da Conceição, em Campinas/SP	SALETE MARIA DE MELO, RG: 11.430.649-7 SSP/SP, do lar, solteira, residente Rua Urbano José Bratifischi nº45, Jd. Planalto de Viracopos, em Cps/SP

NOME E Nº DE DOCUMENTO DO(S) MÉDICO(S) QUE ATESTOU(ARAM) O ÓBITO
Pelo Dr. Luiz Cesar de Almeida, CRM 44935

OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES
Vide verso.

O conteúdo da certidão é verdadeiro, dou fé.
Campinas, 10 de setembro de 2012

Diemer dos Santos Souza - Escrevente
Digitada por (Ariane)

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS CAMPINAS - SP
3º REGISTRO CIVIL CAMPINAS SP
Bel.: Álvaro Ernesto de Moraes Silveira
Oficial
Av. das Amoreiras, 1859 - 3272-2052

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS CAMPINAS - SP
3º REGISTRO CIVIL CAMPINAS SP
Diemer dos Santos Souza
ESCREVENTE

Assinado eletronicamente por: HAMILTON ROVANI NEVES - 23/04/2019 12:40:12 - 23b79ae
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19042312394116200000105918109
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114 ID. 23b79ae - Pág. 2
Número do documento: 19042312394116200000105918109

OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES

Ato registrado no livro C-242, às folhas 182 verso, sob o nº 97911. Data do registro: 1 de setembro de 2012. Profissão da falecida: doméstica aposentada. Casada com o Sr. PAULO FELIX DE MELO, com o qual casou-se aos 12.06.2002 neste Subdistrito (Lv. B-301, FLS. 173, Nº51653). A falecida não deixa bens, nem testamento, era eleitora pela cidade de Campinas/SP e deixa o filho: FERNANDO com 08 anos de idade. Era portadora do RG: 16.802.901-7 SSP/SP e CPF: 188.116.918-93. Foi casada em 1ª Núpcias, com o Sr. JOSÉ DOS REIS FARIA, com o qual casou-se aos 27.12.1986, em Monte Mor/SP (Lv. B-4, FLS. 266, Nº 1182).

O referido é verdade e dou fé.

Campinas, 10 de setembro de 2012

Diemer dos Santos Souza - Escrevente

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS CAMPINAS - SP
3º REGISTRO CIVIL CAMPINAS SP
Bel. Álvaro Ernesto de Moraes Silveira
Oficial
Av. dos Amarelinhos, 1859 - 3272-2052

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS CAMPINAS - SP
3º REGISTRO CIVIL CAMPINAS SP
Diemer dos Santos Souza
ESCREVENTE

Detalhamento da Matrícula

Matrícula	0018830155 1987 1 0003 050 0000533 31
Padrão	aaaaaabbcc dddd e ffff ggg hhhhhhh ii
	Detalhamento
aaaaa (00188-3)	Código Nacional da Serventia (identificação única do cartório)
bb (01)	Código do Acervo, sendo: 01 - Acervo Próprio Outros - Acervos Incorporados
cc (55)	Tipo de Serviço Prestado, sendo: 51: Serviço de Notas 52: Serviço de Protesto de Títulos 53: Serviço de Registro de Imóveis 54: Serviço de Registro de Títulos e Documento Civil de pessoa jurídica 55: Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais 56: Serviço de Registro de Contratos Marítimos 57: Registro de Distribuição
dddd (1987)	Ano do Registro
e (1)	Tipo do livro, sendo: 1: Livro A (Nascimento) 2: Livro B (Casamento) 3: Livro B Auxiliar (Registro de casamento religioso para fins civis) 4: Livro C (Óbito) 5: Livro C Auxiliar (Registro de Natimortos) 6: Livro D (Registro de Proclamas) 7: Livro E (Demais atos relativos os Registro Civil)
ffff (0003)	Número do livro
ggg (050)	Número da folha
hhhhhhh (0000533)	Número do Termo
ii (31)	Dígito Verificador

Uso exclusivo para emissão de certidões de registro e transcrição de nascimento, casamento e óbito

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

Certidão de Óbito

NOME

PAULO FELIX DE MELO

MATRÍCULA

121327 01 55 2017 4 00289 028 0116308 64

SEXO	COR	ESTADO CIVIL E IDADE
Masculino	Branca	Viúvo, 68 anos

NATURALIDADE	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO	ELEITOR
Uberaba - MG	CPF/MF Nº 600.613 838-72, RG 21.902.634-8 SSP/SP	Sim

FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA
Filho de JOÃO FERREIRA DE MELO, falecido e de ALICE FELIX DE MELO, falecida. Residência do falecido: Rua: Geraldo Justino de Lima nº 277 , Monte Cristo, Campinas - SP

DATA E HORA DE FALECIMENTO	DIA	MÊS	ANO
Doze de abril de dois mil e dezessete, às 13h00min.	12	04	2017

LOCAL DE FALECIMENTO
na Rua: Geraldo Justino de Lima, nº 277, Monte Cristo, em Campinas/SP

CAUSA DA MORTE
choque cardiogênico, falência múltipla de órgãos

SEPULTAMENTO / CREMAÇÃO	DECLARANTE
Cemitério Parque Nossa Senhora da Conceição, em Campinas/SP	NELSON FELIX DE MELO, nacionalidade brasileira, RG Nº 10.862.859-0 SSP/SP, CPF/MF Nº 776.324.868-87, profissão pedreiro, estado civil casado, residente na Rua: Geraldo Justino de Lima, nº 277, Monte Cristo, em Campinas/SP.

NOME E Nº DE DOCUMENTO DO(S) MÉDICO(S) QUE ATESTOU(ARAM) O ÓBITO
Doutora Maria Inez Simões Fontes, CRM 28804

OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES
Ato registrado no livro C-289, às folhas 28v sob o nº 116308. Data do registro: 20 de abril de 2017. Data do óbito: 12 de abril de 2017. Profissão do falecido: pedreiro aposentado. Data de nascimento do falecido: 1 de junho de 1948. Era eleitor. Viúvo da Sra. CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO, com a qual casou-se aos 12/06/2002, neste Subdistrito (Lv. B-301, Fls. 173, nº 51858). O falecido deixa bens, não deixa testamento, é ignorado se era reservista, era eleitor pela cidade de Campinas/SP e deixa o filho: FERNANDO com 3 anos de idade. Era portador do RG: 21.902.634-8 SSP/SP e CPF 600.613 838-72 Nada mais me cumpria certificar.

Nome do Ofício
3º Registro Civil das Pessoas Naturais de Campinas-SP
Oficial Registrador
Álvaro Ernesto de Moraes Silveira
Município/UF
Campinas
Endereço
Av. Das Amoreiras, nº 1859
Bairro São Bernardo - CEP:13031-435

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
Campinas, 24 de abril de 2017.

Camila Lima Costa - Escrevente
Digitado por (Izabella)

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS 3º REGISTRO CIVIL CAMPINAS - SP
Camila Lima Costa
Escrevente
Av. Das Amoreiras, 1859 - Tel.: 3272-2052

12132-7 - AA 000112875

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE CAMPINAS
FORO REGIONAL DE VILA MIMOSA
3ª VARA
Rua Dionisio Gazotti, n.º 719, Vila Mimosa - CEP 13050-050, Fone: 19-3229-9888, Campinas-SP - E-mail: vimimosa3@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

TERMO DE GUARDA DEFINITIVA E RESPONSABILIDADE

Processo Digital nº: **1005964-06.2017.8.26.0084**
Classe – Assunto: **Tutela e Curatela - Nomeação - Tutela e Curatela**
Requerente: **Nelson Félix de Melo**
Requerido: **FERNANDO DA SILVA MELO**

JUSTIÇA GRATUITA

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara do Foro Regional de Vila Mimosa, Dr(a). Cássio Modenesi Barbosa, determinou a lavratura deste termo, conforme r. decisão proferida em 27/09/2017 18:43:06 que concedeu a **GUARDA DEFINITIVA** do(a) menor:

Nome: FERNANDO DA SILVA MELO
Filiação: **Paulo Félix de Melo e Cleuza Tercilia da Silva Melo**
Data de Nascimento: **22/09/2003**
Naturalidade: **Campinas-SP**

Ao(À) Sr(a).:
Nome: **NELSON FÉLIX DE MELO**
RG nº: **10.862.859-0** CPF nº: **776.324.868-87** Profissão: **Pedreiro** Estado Civil:**Casado**
Endereço: **Bento Simoes Vieira, 578, Jardim Santa Monica - CEP 13082-085, Campinas-SP**

O(s) Guardião(ões) têm a obrigação de zelar pela guarda, saúde e moralidade do(a) menor, bem como apresenta-lo(a) neste Juízo, sempre que for exigida a sua presença. O Termo acima concede ao(s) Guardião(ães) o direito de oposição a terceiros, inclusive aos pais, bem como ao(à) menor a condição de dependente para fins previdenciários (artigo 33, §§ 1º, 2º e 3º, do Estatuto da Criança e do Adolescente Lei n.º 8.069 de 13/07/1990). **NADA MAIS.** O presente foi lavrado e, achado conforme, segue assinado. Campinas, 22 de novembro de 2017.

Assinatura da(o) Guardiã(o)

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CASSIO MODENESI BARBOSA. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br e informe o processo 1005964-06.2017.8.26.0084 e o código 000017572.

ADVOCACIA *Dr. Hamilton Rovani Neves*

PROCURAÇÃO *"AD - JUDICIA"*

NELSON FELIX DE MELO, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade R. G. nº 10.862.859-0 SSP/SP e do CPF/MF nº 776.324.868-87, residente e domiciliado na Rua Bento Simões Vieira nº 578 – Jardim Santa Mônica– CEP 13.082-085 – Campinas/SP, pelo presente Instrumento de Procuração nomeia e constitui seu bastante procurador o advogado **Dr. Hamilton Rovani Neves**, inscrito na OAB/SP sob Nº 143.028, com escritório à Rua General Osório nº 634 - Centro - Campinas/SP, Fone (019) 3231-8140, endereço eletrônico rovani.advocacia@gmail.com, onde recebe intimações, a quem confere amplos poderes para o fôro em geral, com a cláusula "ad-judicia", ou em qualquer juízo, Instância ou Tribunal, **em especial para representar o espólio de Cleuza Tercília da Silva, nos autos do processo trabalhista nº 0002800-98.2006.5.15.0114**, podendo propor contra quem de direito, as ações competentes e defendê-lo, seguindo uma e outra até final decisão, usando recursos legais e acompanhando-a, conferindo-lhe ainda poderes especiais para confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda substabelecer esta a outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso.

Campinas, 11 de maio de 2018.

NELSON FELIX DE MELO

Rua General Osório nº 634 - Fone: (0xx19) 3231-8140 - CEP 13.010-110 - Campinas/SP

Assinado eletronicamente por: HAMILTON ROVANI NEVES - 23/04/2019 12:40:12 - 23b79ae
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19042312394116200000105918109
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114 ID. 23b79ae - Pág. 6
Número do documento: 19042312394116200000105918109


CARTEIRA DE IDENTIDADE
ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
NÃO PLASTIFICAR
10.862.859-0
2 via
25/05/2016
NELSON FELIX DE MELO
JOÃO FERREIRA DE MELO
ALICE FELIX DE MELO
IGARAPAVA - SP
27/06/1951
CAMPINAS-SP SEGUNDO SUBDISTRITO CC-LV.B184/FLS.236 /Nº05304
776324868/87
10393137756
VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

[redacted]

SANASA CAMPINAS

Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A
Av. da Saudade, 500 - Ponte Preta - CEP 13041-903 - Campinas - SP
Inscrição Estadual 244.371.725.111 - CNPJ 46.119.855/0001-37

ISO 9001

Código do Consumidor	Região	Mês Referência	Data de Vencimento
706.226	15	03/2018	08/05/2018

NELSON FELIX DE MELO
RUA , BENTO SIMOES VIEIRA N. 578
JD STA MONICA 13082-686

Categoria	Domicilio	Numero da Fatura	Data de Emissão
23-RESIDENCIAL	1	1423727/2018	12/04/2018

Histórico de Consumo de Água em m3 — Média 6 meses: 11

2 /2018 = 11 | 1 / 2018 =15 | 12/2017 = 11

Data Leitura	Próx.Leitura	Hidrômetro	Leit. Atual	Leit.Ant.	Consumo M3
12/04/2018	14/05/2018	208657	1073	1061	12

DESCRIÇÃO DOS LANÇAMENTOS		VALOR FATURADO
CAPTAÇÃO DE ÁGUA BRUTA		0,00
TRATAMENTO E DIST. DE ÁGUA		46,51
COLETA E AFAST. DE ESGOTO		37,20
TRATAMENTO DE ESGOTO		19,98
MULTA ATRASO CONSUMO	01/2018	2,88
MORA REF. CONSUMO	01/2018	0,42
ATRASO PGTO. 01/2018	0,1519 %	0,22

**** Não constam débitos no ano de 2017 ****

Roteiro: 2200722700 VALOR TOTAL R$ 107,21

AVISO AO CLIENTE

**** Débito sujeito a corte. Se quitado desconsidere aviso. ****

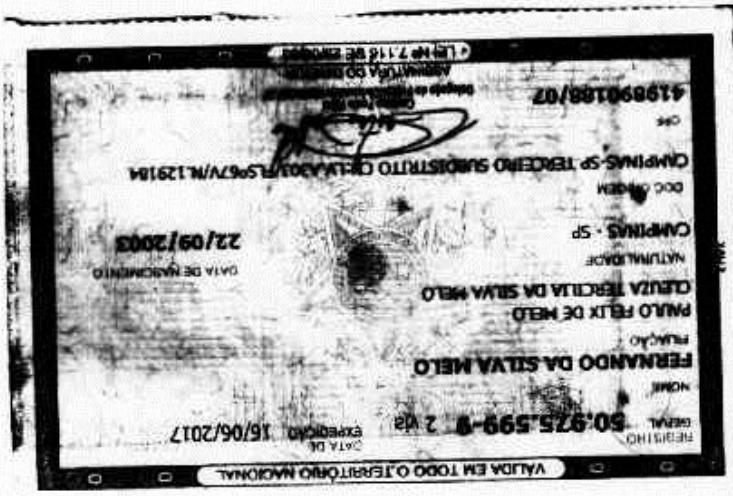
COLETADAS 421 AMOSTRAS DA ÁGUA DISTRIBUÍDA EM 03/2018

30 DIAS APÓS O VENCIMENTO, O CONSUMIDOR PODERÁ TER O ABASTECIMENTO INTERROMPIDO POR FALTA DE PAGAMENTO. CONFORME LEI FEDERAL 11445/2007.

VACINE-SE CONTRA A FEBRE AMARELA! PROCURE O CENTRO DE SAÚDE MAIS PRÓXIMO DA SUA CASA.
PROBLEMAS COM DROGAS? NÓS PODEMOS AJUDAR! LIGUE 0800-8886262 OU ACESSE NA.ORG.BR.
ARES-PCJ - AGÊNCIA REGIONAL ADORA - WWW.ARESPCJ.COM.BR - 0800-77-11445

ID. 23b79ae - Pág. 8

Assinado eletronicamente por: HAMILTON ROVANI NEVES - 23/04/2019 12:40:12 - 23b79ae
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19042312394116200000105918109
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Número do documento: 19042312394116200000105918109





3º REGISTRO CIVIL
CAMPINAS - SP

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS DO
3.º SUBDISTRITO DA SEDE
COMARCA DE CAMPINAS - ESTADO DE SÃO PAULO
ÁLVARO ERNESTO DE MORAES SILVEIRA
OFICIAL TITULAR

CERTIDÃO DE NASCIMENTO

Certifico que às folhas 67 verso, sob o nº 129184, do livro nº A-303 assentamentos de nascimentos, está registrado o de

FERNANDO DA SILVA MELO.

do sexo masculino, ocorrido em Campinas-SP, no dia vinte e dois de setembro de dois mil e três (22-09-2003), às 12:40 horas

O registrando é filho

de PAULO FELIX DE MELO
e de CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO

sendo avós

paternos JOÃO FERREIRA DE MELO
e ALICE FELIX DE MELO
e maternos ZEFERINO FAUSTINO DA SILVA
e MARIA JOSÉ DE JESUS

Registro lavrado no dia 19 de abril de 2007

O referido é verdade e dou fé.

Campinas, 19 de abril de 2007

Luciano Alberto Magalhães - Escrevente

** ISENTA DE SELOS E EMOLUMENTOS **

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
CAMPINAS -SP
Luciano Alberto Magalhães
Escrevente

digitado por Luciano

Avenida das Amoreiras, nº 1859 - Bairro São Bernardo - Campinas - SP - CEP 13031-435 - Tel./Fax: (19) 3272-2652
www.3registrocivilcampinas.com.br - e-mail: suporte@3registrocivilcampinas.com.br

Assinado eletronicamente por: HAMILTON ROVANI NEVES - 23/04/2019 12:40:12 - 23b79ae
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19042312394116200000105918109
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114 ID. 23b79ae - Pág. 10
Número do documento: 19042312394116200000105918109

PREVIDÊNCIA SOCIAL
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

CERTIDÃO PIS/PASEP/FGTS

NOME	CTPS/IDENT.	CPF	PIS/PASEP	NUM. BENEFÍCIO
CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO	0017408/00536	18811691893	1254151272-6	1572390414

ÚLTIMO EMPREGADOR — CGC 00000000000000

DEPENDENTE	VÍNCULO	DATA NASC.
PAULO FELIX DE MELO	CONJUGE	01/06/1948
FERNANDO DA SILVA MELO	FILHO	22/09/2003

CERTIFICO PARA OS FINS PREVISTOS NO PARÁGRAFO 1o. DO ART. 4o. , LEI COMPLEMENTAR No. 26 DE 11/02/75, LEI No. 6.858 DE 24/11/80 E PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 1o. DO DECRETO No. 85.845 DE 26/03/81, QUE FOI CONCEDIDA

PENSAO POR MORTE

REQUERIDA EM 15/10/2012
DATA DE OBITO 28/08/2012

LOCAL E DATA	OL
350950 SP 26/05/2018	21.0.38.040

ESTA CERTIDÃO TEM EFEITO PARA LEVANTAMENTO DE VALORES CORRESPONDENTES A:

a) PIS - PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL
b) PASEP - PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO
c) FGTS - FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO
d) QUANTIAS DEVIDAS PELO EMPREGADOR A SEU EMPREGADO EM DECORRÊNCIA DE RELAÇÃO DE EMPREGO
e) RESTITUIÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA.
f) SALDOS DE CONTAS BANCÁRIAS, CADERNETAS DE POUPANÇA, FUNDO DE INVESTIMENTO, DE ACORDO COM LIMITES PREVISTOS EM LEI E DESDE QUE NÃO EXISTAM NA SUCESSÃO OUTROS BENS SUJEITOS A INVENTÁRIO

Leonardo de Melo Gadelha
Presidente do INSS

Impresso pela Dataprev — FORM: CON08X

CORTE AQUI

PREVIDÊNCIA SOCIAL
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

CERTIDÃO PIS/PASEP/FGTS

000671

NOME	CTPS/IDENT.	CPF	PIS/PASEP	NUM. BENEFÍCIO
CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO	0017408/00536	18811691893	1254151272-6	1572390414

ÚLTIMO EMPREGADOR — CGC 00000000000000

DEPENDENTE	VÍNCULO	DATA NASC.
PAULO FELIX DE MELO	CONJUGE	01/06/1948
FERNANDO DA SILVA MELO	FILHO	22/09/2003

CERTIFICO PARA OS FINS PREVISTOS NO PARÁGRAFO 1o. DO ART. 4o. , LEI COMPLEMENTAR No. 26 DE 11/02/75, LEI No. 6.858 DE 24/11/80 E PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 1o. DO DECRETO No. 85.845 DE 26/03/81, QUE FOI CONCEDIDA

PENSAO POR MORTE

REQUERIDA EM 15/10/2012
DATA DE OBITO 28/08/2012

LOCAL E DATA	OL
350950 SP 26/05/2018	21.0.38.040

ESTA CERTIDÃO TEM EFEITO PARA LEVANTAMENTO DE VALORES CORRESPONDENTES A:

a) PIS - PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL
b) PASEP - PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO
c) FGTS - FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO
d) QUANTIAS DEVIDAS PELO EMPREGADOR A SEU EMPREGADO EM DECORRÊNCIA DE RELAÇÃO DE EMPREGO.
e) RESTITUIÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA.
f) SALDOS DE CONTAS BANCÁRIAS, CADERNETAS DE POUPANÇA, FUNDO DE INVESTIMENTO, DE ACORDO COM LIMITES PREVISTOS EM LEI E DESDE QUE NÃO EXISTAM NA SUCESSÃO OUTROS BENS SUJEITOS A INVENTÁRIO

Leonardo de Melo Gadelha
Presidente do INSS

Impresso pela Dataprev — FORM: CON08X

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

Caso deseje apresentar alguma reclamação, sugestão, elogio ou denúncia, conte com a Ouvidoria-Geral. Ligue 135 ou encaminhe e-mail através do Fale Conosco, localizado no **PrevNet (www.previdencia.gov.br)**

PREVIDÊNCIA SOCIAL
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

FAC
INSS
CORREIOS

FERNANDO DA SILVA MELO
BENTO SIMOES VIEIRA 578
JARDIM SANTA MONI
350950 - SP
13082-085

5013196987410700000000062630060618

REMETENTE

INSS
AG DA PREVIDENCIA SOCIAL SALTO
AVENIDA D. PEDRO II,
CENTRO
SALTO - SPSP
13320-241

000671

- ☐ MUDOU-SE
- ☐ ENDEREÇO INSUFICIENTE
- ☐ NÃO EXISTE O NÚMERO INDICADO
- ☐ DESCONHECIDO
- ☐ RECUSADO
- ☐ NÃO PROCURADO
- ☐ AUSENTE
- ☐ FALECIDO
- ☐ INFORMAÇÃO ESCRITA PELO PORTEIRO/SINDICO
- ☐

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL EM: ...../...../.....

EM: ...../...../.....

..... RESPONSÁVEL

..... VISTO

Impresso pela Dataprev

FORM CON39X

PREVIDÊNCIA SOCIAL
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

CERTIDÃO PIS/PASEP/FGTS

NOME	CTPS/IDENT.	CPF	PIS/PASEP	NUM. BENEFÍCIO
PAULO FELIX DE MELO	9026348-00000	60061383872	1042908743-5	1795975145

ÚLTIMO EMPREGADOR

CGC 00000000000000

DEPENDENTE	VÍNCULO	DATA NASC.
FERNANDO DA SILVA MELO	FILHO	22/09/2003

CERTIFICO PARA OS FINS PREVISTOS NO PARÁGRAFO 1o. DO ART. 4o. - LEI COMPLEMENTAR No. 26 DE 11/02/75, LEI No. 6.858 DE 24/11/80 E PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 1o. DO DECRETO No. 85.845 DE 26/03/81, QUE FOI CONCEDIDA

PENSAO POR MORTE

REQUERIDA EM 10/07/2017
DATA DE OBITO 12/04/2017

LOCAL E DATA	OL
350950 SP 26/05/2018	21.0.38.040

ESTA CERTIDÃO TEM EFEITO PARA LEVANTAMENTO DE VALORES CORRESPONDENTES A:

a) PIS - PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL
b) PASEP - PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO
c) FGTS - FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO
d) QUANTIAS DEVIDAS PELO EMPREGADOR A SEU EMPREGADO EM DECORRÊNCIA DE RELAÇÃO DE EMPREGO
e) RESTITUIÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA
f) SALDOS DE CONTAS BANCÁRIAS, CADERNETAS DE POUPANÇA, FUNDO DE INVESTIMENTO, DE ACORDO COM LIMITES PREVISTOS EM LEI E DESDE QUE NÃO EXISTAM NA SUCESSÃO OUTROS BENS SUJEITOS A INVENTÁRIO

Leonardo de Melo Gadelha
Presidente do INSS

Impresso pela Dataprev — FORM. CON08X

CORTE AQUI

PREVIDÊNCIA SOCIAL
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

CERTIDÃO PIS/PASEP/FGTS

000672

NOME	CTPS/IDENT.	CPF	PIS/PASEP	NUM. BENEFÍCIO
PAULO FELIX DE MELO	9026348-00000	60061383872	1042908743-5	1795975145

ÚLTIMO EMPREGADOR

CGC 00000000000000

DEPENDENTE	VÍNCULO	DATA NASC.
FERNANDO DA SILVA MELO	FILHO	22/09/2003

CERTIFICO PARA OS FINS PREVISTOS NO PARÁGRAFO 1o. DO ART. 4o. - LEI COMPLEMENTAR No. 26 DE 11/02/75, LEI No. 6.858 DE 24/11/80 E PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 1o. DO DECRETO No. 85.845 DE 26/03/81, QUE FOI CONCEDIDA

PENSAO POR MORTE

REQUERIDA EM 10/07/2017
DATA DE OBITO 12/04/2017

LOCAL E DATA	OL
350950 SP 26/05/2018	21.0.38.040

ESTA CERTIDÃO TEM EFEITO PARA LEVANTAMENTO DE VALORES CORRESPONDENTES A:

a) PIS - PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL
b) PASEP - PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO
c) FGTS - FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO
d) QUANTIAS DEVIDAS PELO EMPREGADOR A SEU EMPREGADO EM DECORRÊNCIA DE RELAÇÃO DE EMPREGO.
e) RESTITUIÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA.
f) SALDOS DE CONTAS BANCÁRIAS, CADERNETAS DE POUPANÇA, FUNDO DE INVESTIMENTO, DE ACORDO COM LIMITES PREVISTOS EM LEI E DESDE QUE NÃO EXISTAM NA SUCESSÃO OUTROS BENS SUJEITOS A INVENTÁRIO.

Leonardo de Melo Gadelha
Presidente do INSS

Impresso pela Dataprev — FORM. CON08X

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

Caso deseje apresentar alguma reclamação, sugestão, elogio ou denúncia, conte com a Ouvidoria-Geral. Ligue 135 ou encaminhe e-mail através do Fale Conosco, localizado no PrevNet (www.previdencia.gov.br)

PREVIDÊNCIA SOCIAL
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

FAC
CORREIOS

FERNANDO DA SILVA MELO
BENTO SIMOES VIEIRA 578
JARDIM SANTA MONI
350950 - SP
13082-085

50131969874107000000000062730060618

REMETENTE

000672

INSS
AG DA PREVIDENCIA SOCIAL SALTO
AVENIDA D. PEDRO II,
CENTRO
SALTO - SPSP
13320-241

☐ MUDOU-SE
☐ ENDEREÇO INSUFICIENTE
☐ NÃO EXISTE O NÚMERO INDICADO
☐ DESCONHECIDO
☐ RECUSADO
☐ NÃO PROCURADO
☐ AUSENTE
☐ FALECIDO
☐ INFORMAÇÃO ESCRITA PELO PORTEIRO/SÍNDICO
☐

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL EM: ...../...../.....

EM: ...../...../.....

..... RESPONSÁVEL

..... VISTO

Impresso pela Dataprev

FORM CON39X

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
9ª Vara do Trabalho de Campinas

Processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
AUTOR: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
RÉU: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL e outros

D E S P A C H O

Intime-se o exequente para apresentação de contraminuta aos embargos à execução opostos, bem como os executados, para que se manifestem quanto à impugnação à avaliação apresentada pelo exequente.

Decorrido, tornem conclusos.

Em 9 de Agosto de 2019.

Juiz(íza) do Trabalho

jemb

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
9ª Vara do Trabalho de Campinas

Processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
AUTOR: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
RÉU: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL e outros

D E S P A C H O

Intime-se o exequente para apresentação de contraminuta aos embargos à execução opostos, bem como os executados, para que se manifestem quanto à impugnação à avaliação apresentada pelo exequente.

Decorrido, tornem conclusos.

Em 9 de Agosto de 2019.

Juiz(íza) do Trabalho

jemb

EXCELENTÍSSIMO(a) SENHOR(a) DOUTOR(a) JUIZ(a) DA 9ª VARA DA JUSTIÇA DO TRABALHO DE CAMPINAS/SP

PROCESSO Nº 0002800-98.2006.5.15.0114

ESPÓLIO DE CLEUZA TECÍLIA DA SILVA MELO, devidamente qualificado nos autos do processo em epigrafe, **EXECUÇÃO DE CRÉDITO TRABALHISTA** que move em face de **MARIA ANGELIA LEAL SANDOVAL e ESPÓLIO DE SÉRGIO PEREIRA SANDOVAL**, também qualificados nos autos do mesmo processo, via de seu procurador infra-assinado, vem, respeitosamente, a presença de V. Exa., apresentar **CONTRA MINUTA aos EMBARGOS Á EXECUÇÃO** proposto, o que faz pelos termos que se seguem:

O que se vê nestes autos é a tentativa desesperada da Embargante e não ter seu bem penhorado e, eventualmente arrematado em praça, já que este foi o único bem localizado da mesma, e vem tentando DE TODAS AS MANEIRAS POSSÍVEIS E IMAGINÁVEIS se desvencilhar da obrigação de pagar, com o que não terá sucesso.

DA PENHORA:

A Embargante se socorre da lei complementar nº 150, para requerer a impenhorabilidade do imóvel em questão, alegando ser o único bem que lhe resta, no qual, segundo informa, também reside que seria, no caso, “bem de família”.

Entretanto, não nos distanciemos do fato que o REFERIDO IMÓVEL FOI PENHORADO MUITO ANTES DA VIGÊNCIA DE REFERIDA LEI, E, PORTANTO, AS NORMAS VIGENTES A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR 150/2015, NÃO SE APLICA AO CASO EM TELA, pelo princípio da irretroatividade da norma jurídica, uma vez que a efetiva penhora deu-se no ano de 2014, ou seja, muito antes da vigência da norma invocada pela Embargante.

A Irretroatividade é a qualidade de não retroagir, não ser válido para o passado. As leis e atos normativos em geral, a princípio, são editadas para que passem a valer para o futuro, desde a data da publicação ou a partir de um período prefixado (*vacatio legis*), o que ocorre geralmente no final do seu texto.

A lei em comento passou a vigorar em 01/06/2016, conforme segue:

LEI COMPLEMENTAR Nº 150, DE 1º DE JUNHO DE 2015

.....

Art. 47. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 1º de junho de 2015; 194º da Independência e 127º da República.

A principal razão para isso é que, se o ato passa a ser de cumprimento obrigatório, não poderia ser exigido antes do seu conhecimento dos que devem cumpri-lo.

E não só isso, ainda, como se vê nos autos, o imóvel objeto da penhora não foi penhora em sua totalidade, tendo sido apenas e tão somente penhorado em sua meação, conservando-se a meação da esposa, ora Embargante.

Diante disso, ou seja, diante do fato incontroverso de que a penhora foi efetivada antes da efetividade da norma invocada pela embargante, deve seus Embargos serem julgados **TOTALMENTE IMPROCEDENTES.**

Da alegação em razão da morte da reclamante

A alegação a Embargante de que, em razão da morte da reclamante e o lapso para apresentar seu representante legal, deve ser considerado para declarar extinta a execução, o que não procede.

O falecimento do reclamante, durante a fase de execução, não extingue o processo, nem anula uma eventual penhora de bens para pagamento de dívida trabalhista, já que a execução pode ser feita de ofício pelo juízo, o que era de lei antes da alteração legislativa hoje vigente.

> **EMENTA: MORTE DO RECLAMANTE NO CURSO DO PROCESSO. SUCESSORES. SUBSTITUIÇÃO NO PROCESSO. LIMITES DA LIDE.** A morte do reclamante no curso do processo enseja a sua substituição pelos seus sucessores, nos termos dos artigos 43, 265, I, e 1055 e ss., do CPC, dando-se, após a regularização do pólo ativo, o prosseguimento da ação, tendo-se em conta os pedidos declinados pelo falecido trabalhador na inicial, inclusive quanto ao pleito de danos morais alegados pelo "de cujus", dado o caráter patrimonial deste direito, buscado, ainda em vida, pelo trabalhador. Com efeito, os pedidos iniciais, que limitam a apreciação judicial do presente feito, referem-se aos direitos do "*de cujus*" até o óbito, transmitidos aos herdeiros com a morte do laborista. Tais direitos, buscados em vida pelo trabalhador, não se confundem com eventuais direitos dos sucessores e dependentes econômicos do "*de cujus*", surgidos após a morte do laborista e em função desta, pois se tratam estes últimos de direitos personalíssimos dos

herdeiros, a serem, se for o caso, pleiteados em ação própria e distinta. A sentença proferida na presente lide deve, portanto, guardar consonância com os pedidos da exordial, conforme artigos 128 e 460 do CPC, sob pena de configuração de julgamento "extrapetita", caso haja apreciação de eventuais direitos autônomos dos sucessores em face do falecimento do empregado, sequer pleiteados incidentalmente por aqueles. Processo 02737-2004-091-03-00-4-RO – TRT 3 - SEBASTIÃO GERALDO DE OLIVEIRA - Desembargador Relator

Os créditos oriundos de reclamações trabalhistas em fase de execução de sentença, após o falecimento do autor, devem ser incluídos no inventário e partilhados entre os herdeiros, independentemente de serem definidos como dependentes nos termos do art. 1º da Lei 6.858 /80.

LEI Nº 6.858, DE 24 DE NOVEMBRO DE 1980.

Art. 1º - Os valores devidos pelos empregadores aos empregados e os montantes das contas individuais do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e do Fundo de Participação PIS-PASEP, não recebidos em vida pelos respectivos titulares, serão pagos, em quotas iguais, aos dependentes habilitados perante a Previdência Social ou na forma da legislação específica dos servidores civis e militares, e, na sua falta, aos sucessores previstos na lei civil, indicados em alvará judicial, independentemente de inventário ou arrolamento.

Assim, no que se refere aos Embargos ora questionados, as alegações feitas pela Embargante não passam de aventura jurídica, com o condão de procrastinar ainda mais o feito, causando ao exequente, mais prejuízos, além dos já experimentados até aqui.

Diante disso, requer a **TOTAL IMPROCEDÊNCIA** dos Embargos a Execução apresentado pela Executada, mantendo-se a execução nos moldes em que se encontra, inclusive com a liberação do bem penhorado para praça e/ou leilão, para pagamento dos valores devidos, além de que, se requer a condenação da Embargante por litigância de má-fé, haja vista que a medida requerida visa apenas tumultuar o processo e causar ainda mais prejuízos ao exequente.

Termos em que,
Pede Deferimento.

Campinas, 13 de agosto de 2019.

Dr. Hamilton Rovani Neves
OAB/SP 143.028

ADVOCACIA MADUREIRA DE CAMARGO
Tônia Madureira de Camargo
OAB/SP 143.214

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DA 9ª VARA DO TRABALHO DA COMARCA DE CAMPINAS/SP.

Processo nº0002800-98.2006.5.15.0114

MARIA ANGÉLICA LEAL SANDOVAL E OUTRO, já devidamente qualificados nos autos da RECLAMAÇÃO TRABALHISTA que lhe move CLEUSA TERCÍLIA DA SILVA, em trâmite perante essa MM. Vara, processo em referência, por sua advogada e bastante procuradora que a presente assina, vem, respeitosamente à presença de V. Exa. requerer o que segue:

1) No R. **D E S P A C H O - id** 0b7c760, assim determinou Vossa Excelência: "Intime-se o exequente para apresentação de contraminuta aos embargos à execução opostos, **bem como os executados**, para que se manifestem quanto à impugnação à avaliação apresentada pelo exequente."(grifo nosso).

2) Ocorre que foram os Executados que apresentaram IMPUGNAÇÃO À AVALIAÇÃO, conforme petição id 243df6e.

3) Diante do exposto, requer que seja esclarecido o despacho, já que entendemos haver um erro material e onde se lê executados seria a exequente.

Termos em que,
Pede Deferimento.

Campinas, 14 de agosto de 2.019.

TÔNIA MADUREIRA DE CAMARGO
OAB/SP nº 143.214

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

PROCESSO: RTOrd 0002800-98.2006.5.15.0114
AUTOR: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
RÉU: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL, SERGIO PARREIRA SANDOVAL

ID do mandado: 7fefc87
Destinatário: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL.

AUTO DE PENHORA E AVALIAÇÃO

Justiça do Trabalho da 15a Região
9a Vara do Trabalho de Campinas
Processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
EXEQUENTE: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO (ESPÓLIO)
EXECUTADA: MARIA ANGÉLICA LEAL SANDOVAL

Aos 14 dias do mês de agosto do ano de 2019, em cumprimento ao mandado de PENHORA expedido no processo em epígrafe, em que são partes : CLEUSA TERCILIA DA SILVA, exequente e MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL + 01, executada, dirigi-me à Av. Esther Moretzshon Camargo, 686, Jd. Sant'Ana, nesta cidade, onde procedi à PENHORA E AVALIAÇÃO de 100% do imóvel existente naquele endereço, descrito com detalhes na matrícula 6737 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Campinas/SP, que passa a fazer parte do presente auto, A SABER:
MATRÍCULA 6737 do 1o CRIA - CAMPINAS: terreno nº 11, da quadra 15 do loteamento JARDIM SANT'ANA - 1ª parte, nesta cidade , o qual possui a área total de 420,00m2, medindo 12,00m de frente para a avenida Esther Moretzshon Camargo; mesma medida nos fundos; por 35,00m da frente aos fundos, de ambos os lados, confrontando na integridade com os lotes nos. 10,12,25 e 26, existindo, em toda a extensão dos fundos, uma viela sanitária, com a largura de 3,00m." Obs.: sobre o referido terreno fora construída uma casa de moradia, térrea, na frente possui jardim, com fachada revestida de tijolinho, telhado de duas águas, estado regular. Avalio a meação imóvel (terreno + benfeitoria) em R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

AUTO DE DEPÓSITO E CIÊNCIA DA PENHORA E AVALIAÇÃO

Ato contínuo, DEI A CIÊNCIA da penhora e da avaliação conforme descrito acima à executada Sra MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL, portadora do CPF 102.139.368-10, nas mãos de quem depositei o bem penhorado, advertido que o guardasse e mantivesse em ordem, não se desfazendo do mesmo sem autorização do MM. Juiz do Trabalho. Sendo que esta de tudo ficou ciente e recebeu a contra-fé.
Campinas 14 de agosto de 2019 - 4a feira
Joaquim Castrillon
Oficial de Justiça

CAMPINAS, 14 de Agosto de 2019

JOAQUIM JOSE TEIXEIRA CASTRILLON
Oficial de Justiça Avaliador Federal

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
9ª Vara do Trabalho de Campinas

Processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
AUTOR: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
RÉU: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL e outros

D E S P A C H O

Diante da nova penhora e reavaliação da totalidade do imóvel, revejo o despacho de fl. 108, para determinar a abertura de prazo para embargos à execução, nos termos do artigo 884 da CLT.

Campinas, 02/10/2019.

Juiz(íza) do Trabalho

pto

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
9ª Vara do Trabalho de Campinas

Processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
AUTOR: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
RÉU: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL e outros

D E S P A C H O

Diante da nova penhora e reavaliação da totalidade do imóvel, revejo o despacho de fl. 108, para determinar a abertura de prazo para embargos à execução, nos termos do artigo 884 da CLT.

Campinas, 02/10/2019.

Juiz(íza) do Trabalho

pto

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 82520193317264

Nome original: 0294 - 2019 - doc.1 - prenotação 459.401.PDF

Data: 01/09/2019 20:43:58

Remetente:

alexandre de azevedo palmeira filho
CAMPINAS - 01º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
Tribunal de Justiça de São Paulo

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

Assunto: Encaminhamento de nosso Ofício 0294 2019, a respeito do r. Mandado expedido no P
rocesso nº 0002800-98.2006.5.15.0114, de 13 de março de 2019

PRIMEIRO OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE CAMPINAS
Rua Dr. José Inocêncio de Campos, nº 153 - Edifício Metropolitan Plaza - conj. 1 e 2 - Térreo
Cambuí - Campinas - CEP 13024-230 - PABX: (19) 3251-9700 - 1ri.com.br

NOTA DE DEVOLUÇÃO

EXIGÊNCIA: 56598 (encaminhar por ofício)
PRENOTAÇÃO: 459401

Apresentante: 9ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

PARA REGISTRO DO PRESENTE TÍTULO DEVERÁ(ÃO) SER CUMPRIDA(S) A(S) SEGUINTE(S) EXIGÊNCIAS(S):

Consta no Auto de Penhora e Avaliação de Bem Imóvel apresentado que o imóvel penhorado, objeto da matrícula 6.737, corresponde ao lote de terreno n°. 11 da quadra 15 do loteamento Jardim Sant'Ana - 1° parte, onde foi construído "uma casa de moradia, térrea, na frente possui jardim, com fachada revestida de tijolinho, telhado de duas águas", no entanto de acordo com elementos constantes da matrícula é possível identificar nos termos da Av.7 e Av.20 sobre o referido lote foi construído um prédio residencial n°. 686 pela Avenida Esther Moretzshon Camargo. Retificar a certidão para fazer constar a descrição correta do imóvel a ser penhorado.

Campinas, 28/08/2019

Thais Olinda Petrochelli
Escrevente

NOTAS IMPORTANTES:
1 - O presente título foi prenotado em 15/08/2019 sob número 459401 para os efeitos do Art. 205 da Lei n°. 6.015/73, com validade até 13/09/2019. Caso o título seja reapresentado apto para o registro, dentro da validade da prenotação, o valor da prenotação (R$56,41) descontado neste ato será compensado no valor do registro.
2 - Não se conformando com a exigência feita, ou não a podendo satisfazer, o interessado poderá requerer suscitação de dúvida para que o R. Juizo Corregedor Permanente possa dirimi-la, nos termos do Art. 198 da Lei 6.015/73.
3 - Se a devolução acarretar juntada de documentos, o título será reexaminado.
4 - As cópias das decisões e acórdãos por ventura citados nesta nota, encontraram-se à disposição da parte interessada.
5 - Por favor, não tire esta nota. Facilitará novo exame de documento.

Declaro que, nesta data, recebi a primeira via desta nota de devolução.

Data: __/__/____
Nome: _____ Documento: _____
End.: _____ Complemento: _____
Ass.: _____

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo
Código de rastreabilidade: 82520193317263
Nome original: 0294-2019.pdf
Data: 01/09/2019 20:43:58
Remetente:
alexandre de azevedo palmeira filho
CAMPINAS - 01º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
Tribunal de Justiça de São Paulo
Prioridade: Normal.
Motivo de envio: Para conhecimento.
Assunto: Encaminhamento de nosso Ofício 0294 2019, a respeito do r. Mandado expedido no P
rocesso nº 0002800-98.2006.5.15.0114, de 13 de março de 2019

PRIMEIRO REGISTRO DE IMÓVEIS DE CAMPINAS
Rua Doutor José Inocêncio de Campos, nº. 153, Ed. Metropolitan Plaza, Conjuntos 1 e 2, Térreo
CEP 13.024-230 – Campinas – São Paulo – PABX: (19) 3251-9700 – www.1ri.com.br

Ofício nº 0294/2019-APS

Campinas, 29 de agosto de 2019

Senhor Juiz,

Informo que o R. MANDADO, datado de 13 de março de 2019 (PROCESSO N°. 0002800-98.2006.5.15.0114), prenotado sob nº. 459.401, não pôde ser cumprido em razão do óbice apresentado na "nota de devolução" anexada (doc. 1).

Aproveito a oportunidade para reiterar meus protestos da mais elevada estima e consideração.

Muito respeitosamente,

Alexandre de Azevedo Palmeira Filho
Oficial de Registro

Ao Exmo. Sr.
Dr. MARCOS DA SILVA PORTO
MM. Juiz do Trabalho
9ª. Vara do Trabalho de Campinas
Av. José de Souza Campos, nº 422 - Nova Campinas
Campinas - SP - 13092-123

Assinado eletronicamente por: JOYCE EVELIN MAIA BRAGA - 10/10/2019 13:05:51 - 19b98cd
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19101013054684800000117501560
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114 ID. 19b98cd - Pág. 2
Número do documento: 19101013054684800000117501560

Tônia Madureira de Camargo
Advogada

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 9ª VARA DO TRABALHO DA COMARCA DE CAMPINAS/SP.

Processo nº 0002800-98.2006.5.15.0114
JUSTIÇA GRATUITA

MARIA ANGÉLICA LEAL SANDOVAL E SÉRGIO PARREIRA SANDOVAL (ESPÓLIO), já devidamente qualificados nos autos da RECLAMAÇÃO TRABALHISTA que lhe move **CLEUSA TERCÍLIA DA SILVA**, em trâmite perante essa MM. Vara, processo em referência, por sua advogada e bastante procuradora que a presente assina, vem, respeitosamente à presença de V. Exa., em atenção ao despacho de folhas, apresentar:

EMBARGOS À EXECUÇÃO, nos termos do Art. 884 da CLT, pelos fatos e fundamentos que a seguir passa a expor:

DO EXCESSO DE EXECUÇÃO:

Constata-se no Auto de Penhora e Avaliação que o Sr. Oficial de Justiça penhorou o excesso de bens que os necessários para a satisfação do débito, o que impugna-se com fulcro no art 685 do CPC. Assim, penhorou um imóvel residencial, único bem de família, avaliando em: **"Avalio a meação imóvel (terreno + benfeitoria) em R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)."**

Rua Ferreira Penteado, nº 709, cj. 85, 8º andar, Edifício Banco do Estado de São Paulo
CEP 13010-906, Centro, Campinas/SP / e-mail – tonia.madureira@aasp.org.br
Fone- (19) 32370776

Assinado eletronicamente por: TONIA MADUREIRA DE CAMARGO - 11/10/2019 10:27:45 - 4ab4d7e
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19101110170211800000117560579
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114 ID. 4ab4d7e - Pág. 1
Número do documento: 19101110170211800000117560579

Tônia Madureira de Camargo
Advogada

Nota-se que a meação do imóvel foi avaliada em R$500.00,00 (quinhentos mil reais), logo o imóvel todo vale R$1.000.000,00 (um milhão).

Ou seja, tal bem possui valor muito superior ao valor da condenação, e assim sendo, estaria excedendo e muito o valor suficiente para garantir a execução. Assim, configurado o excesso de penhora.

O parágrafo primeiro do Art. 884 da CLT determina que a matéria de defesa "será restrita às alegações de cumprimento da decisão ou do acordo, quitação ou prescrição da dívida".

De resto, diante da omissão da CLT e havendo compatibilidade, tem-se entendido, ao que nos parece com razão, que se aplicam subsidiariamente à execução trabalhista alguns preceitos do processo civil relativos à discussão da regularidade da relação jurídica processual.

Assim, permite-nos arguir a inexigibilidade da sentença ou do acordo.... Também o excesso ou nulidade de execução até a penhora podem ser alegados.

Na prática trabalhista, às vezes, se confunde excesso de execução com excesso de penhora: esta autoriza apenas sua redução ou transferência; o excesso de execução é figura diversa, há excesso de execução: I - quando o credor pleiteia quantia superior à do título; II - quando recai sobre coisa diversa daquela declarada no título; III - quando se processa de modo diferente do que foi determinado na sentença; IV - quando o credor, sem cumprir a prestação que lhe corresponde, exige o adimplemento da do devedor, V - se o credor não provar que a condição não se realizou.

A Embargante está sendo cobrada e teve seu imóvel penhorado cujo valor excede em muito o valor da condenação, o que causaria um prejuízo enorme a ela, bem como o

Rua Ferreira Penteado, nº 709, cj. 85, 8º andar, Edifício Banco do Estado de São Paulo
CEP 13010-906, Centro, Campinas/SP / e-mail – tonia.madureira@aasp.org.br
Fone- (19) 32370776

Assinado eletronicamente por: TONIA MADUREIRA DE CAMARGO - 11/10/2019 10:27:45 - 4ab4d7e
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19101110170211800000117560579
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114 ID. 4ab4d7e - Pág. 2
Número do documento: 19101110170211800000117560579

enriquecimento ilícito para a embargada, o que estaria contrariando os ditames legais.

Neste caso verifica-se excesso na execução, uma vez que ela está se processando de modo diferente do que foi determinado na sentença ao efetuar a penhora de um imóvel de valor muito superior ao reclamado.

Ademais, no caso em tela trata-se de embargos à execução, através dos quais a embargante vem argúir a inexigibilidade do título exeqüendo, sob os seguintes argumentos:

1. Impenhorabilidade do bem de família;
2. Meação do cônjuge virago;
3. Excesso de Penhora, senão vejamos:

DOS FATOS:

A Embargante teve seu imóvel penhorado por força da presente execução.

Porém, conforme comprova o documento que ora se junta, a embargante reside no imóvel penhorado, e é seu único imóvel, sendo que o bem penhorado é bem de família, portanto não está sujeito à constrição no caso em tela.

O empregado doméstico teve suprimida uma oportunidade de satisfazer seu crédito alimentar inadimplido, mediante a constrição do bem imóvel familiar de propriedade do devedor, diante da revogação do permissivo de constrição outrora constante do inciso I, art. 3º da lei 8.009/90.

A Lei Complementar 150, de 1º/06/2015, que entrou em vigor na data de sua publicação (art. 47) - dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico, altera diversas leis e dá outras providências -, fruto de longos e acirrados debates no Congresso Nacional e no seio da sociedade brasileira, talvez não tenha trazido somente benefícios aos empregados domésticos.

Assinado eletronicamente por: TONIA MADUREIRA DE CAMARGO - 11/10/2019 10:27:45 - 4ab4d7e
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19101110170211800000117560579
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114 ID. 4ab4d7e - Pág. 3
Número do documento: 19101110170211800000117560579

Tônia Madureira de Camargo
Advogada

A par de todo o extensivo regramento acerca do trabalho e do trabalhador doméstico (definição e enquadramento do empregado doméstico, art. 1.º; fixação da duração normal da jornada de trabalho e estabelecimento de percentual mínimo de remuneração por cada hora extraordinária, art. 2º; obrigatoriedade de registro do horário de trabalho do trabalhador doméstico por qualquer meio, art. 12; previsão de intervalo de jornadas, art. 13, descanso semanal remunerado de, no mínimo, 24h, art. 16; direito a férias anuais remuneradas de 30 (trinta) dias, com acréscimo de, pelo menos, um terço do salário normal, após cada período de 12 (doze) meses de trabalho prestado à mesma pessoa ou família, art. 17[1], etc.), dentre outras importantes conquistas à classe dos trabalhadores domésticos, a lei inovou em um aspecto, até então, tido por extremamente garantidor da satisfação integral dos créditos trabalhistas, em fase de execução.

No art. 46 das "Disposições Gerais", a LC 150 revogou expressamente o inciso I, do art. 3º, da lei 8.009/90, conhecida como "Lei do Bem de Família (Legal), cuja redação original era:

"Art. 3º. A impenhorabilidade é oponível em qualquer processo de execução civil, fiscal, previdenciária, trabalhista ou de outra natureza, salvo se movido:

I - em razão dos créditos de trabalhadores da própria residência e das respectivas contribuições previdenciárias; (...)." (destacou-se)

Desta forma, a partir da vigência da LC 150/2015, em face da revogação do dispositivo em apreço, o imóvel habitado pelo devedor, ou sua família (atentando-se para a amplitude tanto do conceito hodierno de família e para a desnecessidade de habitação da entidade familiar no único imóvel – conforme jurisprudência do STJ[4] - e, ainda, para o fato de que a norma protetiva do bem de família tem por interpretação teleológica a garantia do patrimônio mínimo existencial de sobrevivência da pessoa humana, respeitada sua dignidade e o também constitucional princípio do direito social à moradia[6]), torna-se absolutamente impenhorável por dívidas oriundas de créditos de

Rua Ferreira Penteado, nº 709, cj. 85, 8º andar, Edifício Banco do Estado de São Paulo
CEP 13010-906, Centro, Campinas/SP / e-mail – tonia.madureira@aasp.org.br
Fone- (19) 32370776

trabalhadores da própria residência e das respectivas contribuições previdenciárias.

Com efeito, desde 1º/06/2015, é assegurado ao empregador doméstico devedor, executado em execução trabalhista, opor a objeção de impenhorabilidade (agora) absoluta do bem de família legal, com relação a ditos créditos, haja vista que, por definição e incorporação da extensão dada pelos tribunais, bem de família é, na lição de Álvaro Villaça Azevedo[7], "um meio de garantir-se um asilo à família, tornando-se o imóvel, onde a mesma se instala, domicílio impenhorável (...)"; "uma porção de bens definidos que a lei ampara e resguarda em benefício da família e da permanência do lar, estabelecendo a seu respeito a impenhorabilidade limitada (...)[8], segundo Carvalho de Mendonça, mencionado por Álvaro Villaça Azevedo."

Em sentido próximo, Rolf Madaleno[9], escrevendo antes da vigência da legislação em análise (CL 150/2015) - apesar de repetir o conceito do art. 1º da Lei 8.009/90 -, enaltece seu objetivo principal, pois acrescenta à definição legal "a finalidade do instituto proteger o direito de propriedade que serve de abrigo para a família, não no propósito de abrigar o mal pagador e sim no sentido de equilibrar o processo executivo": "é o imóvel destinado a servir de domicílio da família do devedor isento de execução por dívidas de natureza civil, fiscal, previdenciária, trabalhista ou de qualquer natureza, salvo as exceções previstas em relação aos débitos descritos no seu artigo 3º".

Ressalvados algumas hipóteses de difícil interpretação de direito intertemporal[10], cuja solução demandará a análise de cada caso concreto à luz da teoria (da prática) dos atos processuais isolados[11] (princípio tempus tegit actum) -, e sabendo-se que a penhora é um instituto puramente processual (art. 612 do CPC), cujos escopos precípuos são (i) a individualização, particularização e separação de determinado bem, afetado pelo ato de constrição, do patrimônio do devedor-executado - que com todo o seu patrimônio responde pelas dívidas, ressalvadas as exceções previstas em lei[12] (arts. 591, 648, 649 e 650 do CPC[13]) - para (ii) garantir ao exequente-credor a

Assinado eletronicamente por: TONIA MADUREIRA DE CAMARGO - 11/10/2019 10:27:45 - 4ab4d7e
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19101110170211800000117560579
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114 ID. 4ab4d7e - Pág. 5
Número do documento: 19101110170211800000117560579

preferência à satisfação de seu crédito, mediante, (iii), por exemplo, venda em à hasta pública para, por fim, (iv) ser pago com o produto da alienação – ressalvados os casos de concorrência de penhora[14] e/ou existência de créditos privilegiados (arts. 612 e 613 do CPC e 957 e seguintes do CC/02), infere-se que a revogação do inciso I do art. 3º da lei 8.009/90, não mais permitirá que o empregado doméstico, em sede de execução trabalhista, ingresse no patrimônio do empregador devedor para promover a excussão do único bem imóvel.

Neste cenário, fragiliza-se o efeito prático a execução trabalhista. Surge, assim, o conflito entre o princípio da máxima utilidade da execução e o do menor sacrifício do executado.

Mesmo possuindo indiscutível natureza alimentar[15], o crédito de empregado doméstico, em caso de concorrência com outros créditos iguais em execução individual – e excluindo-se as hipóteses clausuladas na Lei 11.101/2005, no Código Tributário Nacional e na Constituição Federal de 1988 -, não goza, a bem da verdade, de substancial beneficio nas situações em que o patrimônio do devedor é reduzido ou foi mitigado, por qualquer motivo. Agora, com a subtração do bem imóvel familiar à execução trabalhista, os empregados domésticos terão ainda maiores dificuldades para cobrar seus créditos.

Em especial, se antes o percurso para a satisfação do crédito trabalhista inadimplido era longo e tormentoso, por vários motivos, incluindo, mas não se limitando à própria ausência de bens penhoráveis do devedor, de ora em diante o caminho se tornará ainda mais atribulado, haja vista que o imóvel onde o devedor executado reside reveste-se de impenhorabilidade absoluta.

Logo, se, por um lado, a norma trouxe um alívio para o empregador devedor não mais viver sob a iminência de ter seu imóvel penhorado e levado à hasta pública[16], de outra banda foi demasiadamente alargado o rol de bens absolutamente impenhoráveis, situação que, de certo, causará enormes

Rua Ferreira Penteado, nº 709, cj. 85, 8º andar, Edifício Banco do Estado de São Paulo
CEP 13010-906, Centro, Campinas/SP / e-mail – tonia.madureira@aasp.org.br
Fone- (19) 32370776

Tônia Madureira de Camargo
Advogada

dificuldades aos trabalhadores para conseguirem, judicialmente, a satisfação de seus créditos.

Assim, no mesmo plano horizontal das exceções absolutas à penhora previstas no Código de Processo Civil (arts. 648 a 650), após a vigência da novel legislação complementar, inclui-se o bem de família legal, ao menos no tocante às referidas verbas.

Portanto, nota-se que o empregado doméstico, ao menos no processo executivo, teve suprimida uma oportunidade de satisfazer seu crédito alimentar inadimplido, mediante a constrição do bem imóvel familiar de propriedade do devedor, eis que fora aumentado o rol de bens absolutamente impenhoráveis do devedor executado (art. 649 do CPC), com a revogação do permissivo de constrição outrora constante do inciso I, art. 3º da lei 8.009/90.

Desta forma, ou justiça laboral passará a acatar a impenhorabilidade do bem de família legal, revertendo a sua sólida e histórica jurisprudência, ou tentará enquadrar, ainda que forçosamente, o crédito trabalhista, dada sua natureza alimentar, na hipótese, por exemplo, do § 2º, do art. 649 do CPC (que fala em “penhora sobre créditos para pagamento de pensão alimentar”), o que, de toda forma, não afeta o bem imóvel do devedor e, certamente, atrairá acesos debates nos tribunais.

Nesta toada de ideias, parece que o legislador, grosso modo, ponderou os interesses e os direitos dos envolvidos, empregado e empregador domésticos, para expandir para aqueles nova proteção e conferir direitos que, até então, não lhes eram (injustificadamente) assegurados[17] (ao contrário do que a Constituição Federal já conferia a outros trabalhadores, art. 7º), e, por outro lado, provavelmente em razão da oneração econômica para esses e visando a manter os empregos formais, terminou por contemplá-los com uma contrapartida – impenhorabilidade do imóvel familiar -, de forma a, ao fim e ao cabo, não haver o temido receio de diminuição de contratação de mão de obra, ou a

Rua Ferreira Penteado, nº 709, cj. 85, 8º andar, Edifício Banco do Estado de São Paulo
CEP 13010-906, Centro, Campinas/SP / e-mail – tonia.madureira@aasp.org.br
Fone- (19) 32370776

Assinado eletronicamente por: TONIA MADUREIRA DE CAMARGO - 11/10/2019 10:27:45 - 4ab4d7e
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19101110170211800000117560579
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114 ID. 4ab4d7e - Pág. 7
Número do documento: 19101110170211800000117560579

Tônia Madureira de Camargo
Advogada

demissão e/ou informalidade crescentes entre os profissionais domésticos.

Ao equiparar, contudo, os empregados domésticos a outros de diversas categorias econômicas – fruto de uma produção legislativa que deve ser elogiada e reconhecida – dando-se início a uma verdadeira profissionalização do setor, a lei terminou por tolher, visível e simultaneamente, a possibilidade de os trabalhadores domésticos se valerem de atos de excussão patrimonial sobre o bem imóvel de devedores para satisfazerem seus créditos alimentares inadimplidos.

Entretanto, esta constatação não deve inquinar, ou apoucar, por si só, os avanços conquistados pelos obreiros domésticos desde a Emenda Constitucional 72/2013; serve, apenas, para demonstrar que o Direito, enquanto ciência dialética, enquadrado num sistema móvel e aberto, é a afeto ao movimento pendular de evoluções e involuções.

Ouve-se, ainda que ao longe, o réquiem da antiga penhorabilidade do bem de família legal.

Portanto provado está que Embargante reside no imóvel penhorado, bem como é o mesmo a única fonte de subsistência, sendo que o bem penhorado é bem de família, portanto não está sujeito à constrição.

Aponta-se que a Embargante é proprietária do imóvel e que tal está sendo objeto de Inventário, inacabado, por força do falecimento de seu marido, que deixou o esse único bem, ora penhorado, bem como deixa herdeiros(05 filhos)conjuntamente com sua esposa do imóvel objeto da penhora.

A Lei nº 8009/90, que instituiu a impenhorabilidade do bem de família, como asseveram os próprios Embargantes, destina seus dispositivos à proteção da família, o que faz de forma expressa, fazendo, sempre, referência ao imóvel destinado à residência do casal ou de entidade familiar.

Releva transcrever, neste passo, o que

Rua Ferreira Penteado, nº 709, cj. 85, 8º andar, Edifício Banco do Estado de São Paulo
CEP 13010-906, Centro, Campinas/SP / e-mail – tonia.madureira@aasp.org.br
Fone- (19) 32370776

Assinado eletronicamente por: TONIA MADUREIRA DE CAMARGO - 11/10/2019 10:27:45 - 4ab4d7e
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19101110170211800000117560579
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114 ID. 4ab4d7e - Pág. 8
Número do documento: 19101110170211800000117560579

Tônia Madureira de Camargo
Advogada

dispõe o art. 1º do enfocado diploma legal:

"Art. 1º O imóvel residencial próprio do casal, ou da entidade familiar, é impenhorável e não responderá por qualquer tipo de dívida civil, comercial, fiscal, previdenciária ou de outra natureza, contraída pelos cônjuges ou pelos pais ou filhos que sejam seus proprietários e nele residam, salvo nas hipóteses previstas nesta lei." (Grifamos).

Também o art. 5º e seu parágrafo único, da mesma lei, fazem referência ao casal e à entidade familiar, verbis:

"Art. 5º Para os efeitos de impenhorabilidade, de que trata esta lei, considera-se residência um único imóvel utilizado pelo casal ou pela entidade familiar para moradia permanente.

Parágrafo único. Na hipótese de o casal, ou entidade familiar, ser possuidor de vários imóveis utilizados como residência, a impenhorabilidade recairá sobre o de menor valor, salvo se outro tiver sido registrado, para esse fim, no Registro de Imóveis e na forma do art. 70 do Código Civil."

A referência é constante, assim, no sentido de abranger-se, com a proteção legal a família ou entidade equiparada.

Assim, é imperioso, quando se invoca a proteção legal referida, demonstrar-se, não só que o imóvel é o único que possui o devedor, mas, também, que é destinado à residência familiar, conforme se comprova pelos documentos que ora se juntam.

DAS PROVAS:

Em sendo a matéria controvertida destes Embargos exclusivamente de direito, requer a Embargada seja oficiados cartórios de registro civil (por não possuir tempo hábil para requerer as certidões) - órgão competente em matéria de IRRF -

Assinado eletronicamente por: TONIA MADUREIRA DE CAMARGO - 11/10/2019 10:27:45 - 4ab4d7e
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19101110170211800000117560579
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114 ID. 4ab4d7e - Pág. 9
Número do documento: 19101110170211800000117560579

Tônia Madureira de Camargo
Advogada

para que apresentarem as devidas certidões, ou ainda, se assim não entender Vossa Excelência, **prazo para a juntada de tais certidões.**

ISTO POSTO requer:

O recebimento destes embargos e regular processamento, julgando-se, ao final totalmente procedentes para declarar nula a penhora do único bem de família da Embargante.

Requer assim a destituição da penhora realizada com base nas alegações acima.

Seja intimado o Embargado/Reclamante para se manifestar, querendo, acerca dos embargos propostos.

A produção de todas as provas em direito admitidas.

Valor da causa: R$ 500,00 (quinhentos reais)

Termos em que, pede e Espera Deferimento.

Campinas, 11 de outubro de 2.019.

TÔNIA MADUREIRA DE CAMARGO

OAB/SP nº 143.214

Rua Ferreira Penteado, nº 709, cj. 85, 8º andar, Edifício Banco do Estado de São Paulo
CEP 13010-906, Centro, Campinas/SP / e-mail – tonia.madureira@aasp.org.br
Fone- (19) 32370776

Assinado eletronicamente por: TONIA MADUREIRA DE CAMARGO - 11/10/2019 10:27:45 - 4ab4d7e
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19101110170211800000117560579
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114 ID. 4ab4d7e - Pág. 10
Número do documento: 19101110170211800000117560579

IPTU / TAXAS - 2012	Nº aviso	Emissão	Imobiliária	Desconto Adimplência 2011	Código Cartográfico
	2136	01/2012	0	NÃO	3261.63.10.0093.01001

Contribuinte	Responsável (compromissário, contratante e demais casos)
SERGIO PARREIRA SANDOVAL	SERGIO PARREIRA SANDOVAL

Endereço do Imóvel	Número	Complemento	Cep
Avenida ESTHER MORETZSHON CAMARGO	000.686		13088-613

Bairro / Loteamento	Cidade	Quarteirão / Quadra	Lote / Sublote
JARDIM SANT´ANA	Campinas	02690-15	011-

Tipo de Imóvel	Classificação do Imóvel - Tipo/Padrão/Subpadrão	Idade Imóvel	Fator Depreciação	INPC / IBGE	Valor da Ufic	Aliquota	Desconto Fixo - UFIC
PREDIAL	RH-5.0 Residencial Horizontal	1987	0,7390	6,18 %	2,3490	0,7000 %	160,0000

Tipo de Lançamento	Área Total Construída (m²) (útil + comum + dependência)	Área do Terreno (m²)	Area Excedente (m²)	Frente (m)
NORMAL	285,75	420,00	0,00	12,00

Produtos e Fatores de Correção	Fatores	Frequência Lixo Dias / Ano	Custo UFIC / M² / Linear	Risco Sinistro	Custo UFIC / M²
1,0000		301	0,2931	BAIXO	0,0000

VALORES	R$	UFIC
Valor m² Construção	1.091,66	464,7348
Valor da Construção	230.525,46	98.137,6992
Valor m² de Terreno	126,21	53,7283
Valor do Terreno	53.007,27	22.565,8860
Valor da área excedente	0,00	0,0000
Valor Venal do Imóvel	283.532,72	120.703,5852

Isenção / Redução do IPTU

	R$	UFIC
(+) Imposto	1.608,89	684,9251
(+) Taxa de Lixo	491,84	209,3833
(+) Taxa de Sinistro	0,00	0,0000
(-) Valor Pago	0,00	0,0000
(=) Valor Total Lançado	2.100,73	894,3084
(-) Desc. à Vista 6%	126,04	53,6585
(=) Cota Única	1.974,69	840,6513
(-) Desc. Parcelas 0%	0,00	0,0000
11 PARCELAS DE	190,97	81,2984

PMC03

Assinado eletronicamente por: TONIA MADUREIRA DE CAMARGO - 11/10/2019 10:27:45 - 6435e03
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19101110252101900000117561343
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114 ID. 6435e03 - Pág. 1
Número do documento: 19101110252101900000117561343

Companhia Paulista de Força e Luz
Uma empresa do Grupo CPFL Energia

CPFL ENERGIA

Rod. Eng. Miguel Noel N. Burnier, km 2,5
Campinas - SP - 13088-900
Inscrição Estadual: 244.163.955.115
Inscrição no CNPJ: 33.050.196/0001-88

83306190

MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL
AV ESTHER MORETZSHON CAMARGO, 686
JD SANTANA
13088-613 CAMPINAS/SP

Nota Fiscal
Conta de Energia Elétrica
N° 059815199 série C
Data de Emissão 11/02/2019
Data de Apresentação: 14/02/2019
Pág: 01 de 01
Conta Contrato Nº 310015404664

Leitura Próximo Mês 13/03/2019

Lote	Roteiro de Leitura	N°. Medidor	PN
07	CAMBUB52-00000476	22829570	702749908

Reservado ao Fisco
4798.DD66.92FF.17E5.6800.BE2A.AF0E.0F28

PREZADO(A) CLIENTE

Mantenha seus dados sempre atualizados, alguns itens determinam a tarifa e tributação de sua fatura de energia elétrica. Solicite os serviços disponíveis em nosso site com rapidez e segurança e reserve mais tempo para você em seu dia-a-dia. Mais informações acesse o endereço que consta no verso de sua conta.

DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA

MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL
AV ESTHER MORETZSHON CAMARGO,686
JD SANTANA
13088-613 - CAMPINAS - /SP

CPF102.139.368-10

CLASSIFICAÇÃO: Convencional B1 Residencial -Bifásico 220 / 127 V

ATENDIMENTO	PN	SEU CÓDIGO	CONTA MÊS	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
0800 010 10 10 www.cpfl.com.br	702749908	8851387	FEV/2019	25/02/2019	392,99

DISCRIMINAÇÃO DA OPERAÇÃO - RESERVADO AO FISCO

Cod. 118	Descrição da Operação Nº 906152278525	Mês Ref.	Quant. Faturada	Unid. Med.	Tarifa com Tributos R$	Valor Total da Operação R$	Base Cálculo ICMS R$	Alíq. ICMS%	ICMS	Base Cálculo PIS/COFINS	PIS 0,85%	COFINS 3,89%	Bandeiras Tarifárias (Dias)
0605	Consumo Uso Sistema [KWh]-TUSD	FEV/19	419,000	kWh	0,29510740	123,65	123,65	25,00	30,91	123,65	1,05	4,81	Verde 17 Dias
0601	Consumo Bandeira Verde - TE	FEV/19	419,000	kWh	0,39463008	165,35	165,35	25,00	41,34	165,35	1,41	6,43	Verde 11 Dias
0604	Juros de Mora	DEZ/18				1,53							
0605	Multa por Atraso Pgto	DEZ/18				4,93							
	Total Distribuidora					295,46							
	DÉBITOS DE OUTROS SERVIÇOS												
0601	J. Correio Popular 19 37728000					82,40							
0607	Contrib. Custeio IP-CIP Municipal	FEV/19				15,13							
	TOTAL CONSOLIDADO					392,99	289,00		72,25	289,00	2,46	11,24	

HISTÓRICO DE CONSUMO

		kWh	Dias
2019	FEV	419	28
	JAN	437	32
2018	DEZ	354	31
	NOV	310	32
	OUT	275	28
	SET	288	33
	AGO	259	28
	JUL	266	30
	JUN	289	32
	MAI	275	28
	ABR	328	30
	MAR	383	33
	FEV	292	28

TARIFA ANEEL

Consumo	TUSD	TE
Consumo kWh	0,20737000	0,27726000

EQUIPAMENTOS DE MEDIÇÃO / DATAS DE LEITURAS

Nº	Energia	Leitura 11/02/2019	Leitura 14/01/2019	Fator Multipl.	Consumo [KWh]	Taxa de Perda [%]	Leitura Próximo Mês
22829570	Ativa	7001	6582	1,00	419		13/03/2019

INDICADORES DE CONTINUIDADE DE FORNECIMENTO DE ENERGIA

Para consulta dos indicadores acesse nosso site www.cpfl.com.br

INFORMAÇÕES SOBRE A FATURA

Conforme Art. 172,§ 2º da Resol 414/2010 da Aneel, sua instalação estará sujeita a suspensão de fornecimento até 90 (noventa) dias corridos, contados da data do documento mais antigo vencido e não pago sucessivamente.
A cobrança do serviço de terceiro incluída em sua fatura pode ser cancelada, a qualquer tempo, em nossos canais de atendimento.

Informações dos débitos mais antigos:
Vencimento Valor
25/01/2019 R$ 401,29

AVISO IMPORTANTE

CONSTA DÉBITO: 1 DOCTO(S)
25/01/19 R$ 401,29

REGULARIZE ATÉ 01/03/2019, PARA EVITAR A SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO.

APÓS A SUSPENSÃO COBRAREMOS O CONSUMO REGISTRADO E PODERÁ OCORRER A RESCISÃO DO CONTRATO APÓS 2 MESES-ART 99 E 70-RESOL 414/10. DOCTO(S) VENCIDOS PODEM SER INDICADOS AOS ÓRGÃOS DE PROT. CRÉDITO. CASO POSSUA COBRANÇA DE TERCEIROS NA CONTA É POSSÍVEL REFATURAR SEM O REFERIDO VALOR.

cpfl paulista
Uma empresa do Grupo CPFL Energia

Nota Fiscal
Conta de Energia Elétrica
N° 059815199 série C

CódDébAut-Banco	Total a Pagar (R$)	Data de Vencimento
310015404664	392,99	25/02/2019

Essa conta poderá ser paga no credenciado mais perto de você. Confira a lista completa no site www.cpfl.com.br

ENIGMA VIDEO LOCADORA	AV LAFAYETE ARRUDA CAMARGO 253 - SÃO QUIRINO
DROGARIA PALERMO	AV DIOGO ALVARES, 1111 - PARQUE SO QUIRINO
DROGARIA DOM PEDRO CAMPINAS	AV GUILHERME CAMPOS LJ. 30A 500 - JARDIM SANTA GENEBRA

836900000032 929900403015 129560205038 100154046641

Autenticação Mecânica

Assinado eletronicamente por: TONIA MADUREIRA DE CAMARGO - 11/10/2019 10:27:45 - 4797ab2
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19101110254588700000117561380
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114 ID. 4797ab2 - Pág. 1
Número do documento: 19101110254588700000117561380

11

CONCLUSÃO

Em 12 de janeiro de 2007, faço estes autos conclusos, ao MM. Juiz de Direito da 2ª Vara de Família e Sucessões de Campinas, **Dr. RENE DE PAULA**.

A escrevente: _____, (TERUME REGINAKOYAMA), Esc., dig.

Proc. n. 4427/2006

Defiro os benefícios da justiça gratuita, anotando-se.

Nomeio MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL, para o cargo de inventariante, independentemente de compromisso.

Providencie a inventariante, no prazo de 30 dias, a juntada aos autos das representações processuais de todos os herdeiros, primeiras declarações, plano de partilha, pagamentos dos quinhões, certidões negativas municipais e federal, bem como retificação do valor da causa, correspondendo ao valor do monte mor, recolhendo-se a diferença das custas processuais nos termos da Lei 11.608, art.4º § 7º .

Após dê-se vista á Fazenda Pública.

Decorrido o prazo acima fixado, sem qualquer providência, arquivem-se os autos.

Int.

Campinas, 12/01/2007.

MINISTÉRIO PÚBLICO
15.01.07

RENE DE PAULA

DATA
12.01.07
Recebi estes autos.

Assinado eletronicamente por: TONIA MADUREIRA DE CAMARGO - 11/10/2019 10:27:45 - 6354354
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19101110254685200000117561381
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114 ID. 6354354 - Pág. 1
Número do documento: 19101110254685200000117561381

Nº CADASTRO: 11.738.000, quarteirão nº. 02690, da Prefeitura local.----

LOTE de terreno nº."11" (ONZE), da quadra "15" (QUINZE),= do loteamento denominado "JARDIM SANT'ANA - 1ª Parte" , nesta cidade o qual possui a área total de 420,00 mts2, medindo: 12,00 mts de frente para a avenida Ester Moretzshon Camargo; mesma medida nos fundos;= por 35,00 mts da frente aos fundos, de ambos os lados, confrontando na integridade, com os lotes nºs. 10, 12, 25 e 26, existindo em toda a = extensão dos fundos, uma viela sanitária, com a largura de 3,00 mts.=

AV.7/6.737: Nos termos de instrumento de concessão de habite-se expedido pela Prefeitura local, microfilmado sob nº. 53539= no terreno desta matrícula foi construído um prédio residencial com a área de 133,73 mts2, o qual recebeu o número 610 (seiscentos e dez)pela 1ª Avenida Esther Moretzshon Camargo, e o respectivo "Habite-se" aos

(segue no verso)

AQUISIÇÕES

PROPRIETÁRIOS: ARNALDO CARTAGINEZI, mecânico, RG. 8.475.517, e s/mr.DIRCE DE JESUS DUARTE NOVO CARTAGINEZZI, do lar, RG. sob nº 8.455.766, brasileiros, CIC. 068.439.998/91, residentes e domiciliados nesta cidade, à Avenida Marginal, sob nº. 1.015. (Transcrição Aquisitiva nº. 82.567, de fls. 183, do livro 3-BR). Campinas, 07 JAN 1977= O Escrevente: _____. O Oficial: FRANCISCO BENITO Oficial Maior =

R.2/6737: Os proprietários venderam o imóvel a MANUEL FLORES RAMIREZ, do comércio, e s/mr. CARMEM PAREJA GALISTEO DE FLORES, do lar, Cart.Mod.19 nºs. 3672646 e 10242060 respectivamente,e CIC. 505.317.358/34, espanhóis com permanência legal no país, residentes nesta cidade à Av.3, nº.117 -Vila Marieta- por cr$.125.000,00,conforme escritura de 1º/dezembro/1976, do quarto (4º) Tabelionato local (lvº. 279, fls.36),(microfilme sob nº 13163).Campinas, 07 JAN 1977 = O Escrevente: _____. O Oficial: FRANCISCO BENITO Oficial Maior .=

(segue no verso)

ÔNUS

AV.1/6737: O imóvel está onerado por uma servidão de passagem de viela sanitária em favor da Municipalidade de Campinas, conforme inscrição nº.3.107, fls. 287, do livro 4-C, Campinas,- 07 JAN 1977 .O Escr._____.O OF. FRANCISCO BENITO Oficial Maior =

R.11/6737- Os proprietários qualificados no R.9- SERGIO DOS SANTOS e -sua mulher MARINA DELFINA DA SILVA SANTOS, deram o imóvel- em HIPOTECA a HABITACIONAL-Associação de Poupança e Empréstimo , com - sede em Campinas à rua Conceição 131- CGC 46.073.268/0001-54, para garantir uma dívida no valor de Cr$1.454.000,00 que deverá ser paga em-- 180 prestações mensais, juros à taxa efetiva de 10,470% ao ano, nos -- termos do instrumento particular legalizado datado de 10 de junho de - 1980, microfilme 54241 Campinas 11 JUN 1980 O escrevente autorizado _____ (José Francisco Madernas)

segue no verso

1º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE CAMPINAS ESTADO DE SÃO PAULO
REGISTRO GERAL
DR. ELVINO SILVA FILHO
OFICIAL

Assinado eletronicamente por: TONIA MADUREIRA DE CAMARGO - 11/10/2019 10:27:45 - e9145f7
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19101110260029500000117561411
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114 ID. e9145f7 - Pág. 1
Número do documento: 19101110260029500000117561411

MATRÍCULA Nº 6737 | VERSO DA FOLHA Nº 1 - MATRÍCULA

IMÓVEL

13 de maio de 1.980. Campinas, 28 MAI 1980 .O 3º.escrevente autorizado: _____.-(Wilton Pierre Junior)-.

Av.8/6737- Foi apresentado certificado de quitação número 269.967- série B, em 16 de maio de 1980, pelo IAPAS a favor de ROBERTO HIDEO OKUMA, microfilmado sob nº 54240 Campinas 11 JUN 1980 O esc.aut. _____ (José Francisco Madernas).

AV.20/6737. Nos termos de requerimento de 09 de junho de 1993 e de Certidão nº 623, datada de 08 de junho de 1993, expedida pela Prefeitura Municipal de Campinas, microfilmados neste Cartório sob número 200.098, faço constar que o prédio objeto desta Matrícula, **teve, em 29 de julho de 1.987, seu número alterado para 686 pela Avenida Esther Moretzshon Camargo.** CAMPINAS, 01 JUL 1993 (AAM). O escrevente autorizado, _____, Claudio Lovato.

AQUISIÇÕES

(CONTINUA FOLHA 1 " IMÓVEL ")

R.3/6737: Os proprietários VENDERAM o imóvel a ALLAN MOREIRA DE SOUZA,- industriário, RG 10.364.85/RJ, e s/mr.LYGIA MOREIRA DE SOUZA, funcionária pública, RG 1.694.358/RJ,brasileiros, residentes e domiciliados nesta cidade à R.José Ferreira de Camargo,1301, CPFs:004.913.659/-34 e 016.525.249/91, por cr$.357.500,00, conforme escritura de 02/03/--1979, do 4º.tabelionato local (lvº.300, fls.172),(micr. 37514).Campinas, 16 MAR 1979 .O escr.autº. _____ (Wilton Pierre Junior).-

AV.4/6737: A venda objeto do R.3 acima foi feita com o Pacto Comissório previsto no art.1163 do Cód.Civil Brasileiro,tendo sido pagos cr$.200.000,00, restando um saldo de cr$.157.500,00,representado por 15 notas promissórias, sendo 10 de cr$.10.000,00 cada uma; uma do valor de cr$.12.500,00; uma de cr$.12.000,00, uma de cr$.11.500,00; uma de cr$.-11.000,00, e a última de cr$.10.500,00,com vencimentos mensais consecutivos a partir de 05/04/1979.A simples apresentação destes títulos, autorizará o cancelamento desta averbação.Camps. 16 MAR 1979 O esc. _____

(segue as fls.1(AQUISIÇÕES)

ÔNUS

Av.12/6737 - Foi emitida pela credora e em seu próprio favor Cédula Hipotecária Integral nº 00.80.01265- em 10.06.1980, no valor prazo e juros constantes do R.11, microfilmada sob nº 54242 Campinas 11 JUN 1980 O esc.aut. _____ (José Francisco Madernas)

Av.14/6737- Tendo FERNANDO LUIS MOREIRA MADUREIRA e sua mulher GIANCARLA DANIELA ORTOLANI MADUREIRA, qualificados no R.13, adquirido o imóvel garantidor da dívida, assumiram a responsabilidade pelo - pagamento da importância de Cr$1.590.137,03, (correspondendo cada UPC -

1º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
REGISTRO GERAL
OFICIAL
DR. LEVINO SILVA FILHO
1º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE CAMPINAS
ESTADO DE SÃO PAULO

Assinado eletronicamente por: TONIA MADUREIRA DE CAMARGO - 11/10/2019 10:27:45 - 7c61473
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19101110261263800000117561437
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114 ID. 7c61473 - Pág. 1
Número do documento: 19101110261263800000117561437

1º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
REGISTRO GERAL
COMARCA DE CAMPINAS
ESTADO DE SÃO PAULO

MATRÍCULA Nº 6.737=

Folha nº "1" AQUISIÇÕES

Oficial FRANCISCO BENITO
Oficial-Maior

AQUISIÇÕES

AV.5/6.737 - Fica CANCELADA a AV.4 (cláusula de pacto comissório), à vista de escritura de quitação, lavrada em notas do 4º Tabelionato local (livro 217-fls.177), microfilmada sob número / 46.303, outorgada por Manuel Flores Ramirez a favor do " proprietário" em 26 de outubro de 1979. - Campinas, 22 de novembro de 1979. / O Escrevente autorizado: José Lamanna (José Lamanna). -

R.6/6.737: Os proprietários, Allan Moreira de Souza, e s/mr.Lygia Moreira de Souza, já qualificados nesta matrícula, VENDERAM o imóvel a ROBERTO HIDEO OKUMA, brasileiro, solteiro, maior, estudante,- CPF 024.355.648/99, RG 9.329.257, residente e domiciliado nesta cidade à rua 5, nº.640 -Campo dos Amarais-, pelo preço de cr$.400.000,00, nos termos da escritura de 21 de dezembro de 1979, do 1º.tabelionato local (lvº.797, fls.172),(microfilme: 53538).Campinas, 28 MAI 1980.O 3º. escrevente autorizado: Wilton Pierre Jr. (WIlton Pierre Junior).

R.9/6737- O proprietário ROBERTO HIDEO OKUMA,qualificado no R.6- VENDEU o imóvel a SERGIO DOS SANTOS e sua mulher MARINA DELFINA DA SILVA SANTOS, brasileiros, bancários, casados sob o regime de separação de bens, residentes e domiciliados nesta cidade à rua Vasco da - Gama 21- Vila Nogueira, por Cr$2.700.000,00 conforme instrumento particular legalizado, datado de 10 de junho de 1980, microfilme 54241 Campinas 11 JUN 1980 O esc.aut. (José Francisco Madernas)

Av.10/6737- Nos termos da certidão de casamento datada de 15 de dezembro de 1973, microfilmada sob nº 54241 expedida pelo- Oficial do Registro Civil da comarca de Osasco-SP, faço constar que -- SERGIO DOS SANTOS e MARINA DELFINA DA SILVA, contraíram matrimônio no di 15 de dezembro del973, conforme termo 21.405- livro B-65- fls. 242, -- adotando ela o nome de MARINA DELFINA DA SILVA SANTOS, casamento esse- realizado pelo regime da separação de bens, de acordo com o art. 258 § único nº I, c.c. artigos 183 ítem XIII e 225/226 do Código Civil Brasileiro. Campinas 11 JUN 1980 O esc.aut. (JOsé Francisco Madernas).

R.13/6737- Os proprietários SERGIO DOS SANTOS e sua mulher MARINA DELFINA DA SILVA SANTOS, brasileiros, bancários, casados sob - o regime da separação de bens, residentes nesta cidade- CIC 063.207. - 408-68-- VENDERAM o imóvel a FERNANDO LUIS MOREIRA MADUREIRA, do comércio, e sua mulher GIANCARLA DANIELA ORTOLANI MADUREIRA, do comércio,-- ela brasileira, êle português, RG 3.973.626, casados sob o regime da comunhão de bens, anteriormente à lei 6.515/77, residentes e domiciliados nesta cidade, portadores do CIC 111.486.598-20, por Cr$2.700.000,00 conforme instrumento particular legalizado, datado de 02 de setembro - microfilme 59660 . Campinas 26 SET

Assinado eletronicamente por: TONIA MADUREIRA DE CAMARGO - 11/10/2019 10:27:45 - 6fdeadd
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19101110262421900000117561461
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114 ID. 6fdeadd - Pág. 1
Número do documento: 19101110262421900000117561461

1º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
REGISTRO GERAL
COMARCA DE CAMPINAS
ESTADO DE SÃO PAULO

MATRÍCULA Nº 6.737=

Folha nº "1" AQUISIÇÕES

Oficial FRANCISCO BENITO
Oficial-Maior

AQUISIÇÕES

AV.5/6.737 - Fica CANCELADA a AV.4 (cláusula de pacto comissório), à vista de escritura de quitação, lavrada em notas do 4º Tabelionato local (livro 217-fls.177), microfilmada sob número / 46.303, outorgada por Manuel Flores Ramirez a favor do " proprietário" em 26 de outubro de 1979. - Campinas, 22 de novembro de 1979. / O Escrevente autorizado: José Lamanna (José Lamanna). -

R.6/6.737: Os proprietários, Allan Moreira de Souza, e s/mr.Lygia Moreira de Souza, já qualificados nesta matrícula, VENDERAM o imóvel a ROBERTO HIDEO OKUMA, brasileiro, solteiro, maior, estudante,- CPF 024.355.648/99, RG 9.329.257, residente e domiciliado nesta cidade à rua 5, nº.640 -Campo dos Amarais-, pelo preço de cr$.400.000,00, nos termos da escritura de 21 de dezembro de 1979, do 1º.tabelionato local (lvº.797, fls.172),(microfilme: 53538).Campinas, 28 MAI 1980.O 3º. escrevente autorizado: Wilton Pierre Jr. (WIlton Pierre Junior).

R.9/6737- O proprietário ROBERTO HIDEO OKUMA,qualificado no R.6- VENDEU o imóvel a SERGIO DOS SANTOS e sua mulher MARINA DELFINA DA SILVA SANTOS, brasileiros, bancários, casados sob o regime de separação de bens, residentes e domiciliados nesta cidade à rua Vasco da - Gama 21- Vila Nogueira, por Cr$2.700.000,00 conforme instrumento particular legalizado, datado de 10 de junho de 1980, microfilme 54241 Campinas 11 JUN 1980 O esc.aut. (José Francisco Madernas)

Av.10/6737- Nos termos da certidão de casamento datada de 15 de dezembro de 1973, microfilmada sob nº 54241 expedida pelo- Oficial do Registro Civil da comarca de Osasco-SP, faço constar que -- SERGIO DOS SANTOS e MARINA DELFINA DA SILVA, contraíram matrimônio no di 15 de dezembro del973, conforme termo 21.405- livro B-65- fls. 242, -- adotando ela o nome de MARINA DELFINA DA SILVA SANTOS, casamento esse- realizado pelo regime da separação de bens, de acordo com o art. 258 § único nº I, c.c. artigos 183 ítem XIII e 225/226 do Código Civil Brasileiro. Campinas 11 JUN 1980 O esc.aut. (JOsé Francisco Madernas).

R.13/6737- Os proprietários SERGIO DOS SANTOS e sua mulher MARINA DELFINA DA SILVA SANTOS, brasileiros, bancários, casados sob - o regime da separação de bens, residentes nesta cidade- CIC 063.207. - 408-68-- VENDERAM o imóvel a FERNANDO LUIS MOREIRA MADUREIRA, do comércio, e sua mulher GIANCARLA DANIELA ORTOLANI MADUREIRA, do comércio,-- ela brasileira, êle português, RG 3.973.626, casados sob o regime da comunhão de bens, anteriormente à lei 6.515/77, residentes e domiciliados nesta cidade, portadores do CIC 111.486.598-20, por Cr$2.700.000,00 conforme instrumento particular legalizado, datado de 02 de setembro - microfilme 59660 . Campinas 26 SET

Assinado eletronicamente por: TONIA MADUREIRA DE CAMARGO - 11/10/2019 10:27:46 - 1a73f1a
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19101110264336800000117561505
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114 ID. 1a73f1a - Pág. 1
Número do documento: 19101110264336800000117561505

MATRÍCULA Nº 6.737- | Verso folha nº "1" – AQUISIÇÕES

AQUISIÇÕES

R.19/6.737. Os proprietários, Fernando Luis Moreira Madureira e sua mulher Giancarla Daniela Ortolani Madureira, RG. nº 7.389.043-SSP/SP., CPF/MF nº 032.232.788/18, já qualificados, residentes e domiciliados nesta cidade, à Avenida Esther Moretzshon Camargo, nº 610, **TRANSMITIRAM O DOMÍNIO DO IMÓVEL**, em virtude de venda e compra, a **SERGIO PARREIRA SANDOVAL**, brasileiro, funcionário público aposentado, portador do RG. nº 1.541.080-SSP/SP., inscrito no CPF/MF sob nº 014.607.578/15, casado pelo regime de comunhão de bens, antes da Lei nº 6.515/77, com **MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL**, brasileira, do lar, portadora do RG. nº 1.572.173-SSP/SP., residentes e domiciliados nesta cidade,à Rua Antonio Lapa,nº 1.144, na conformidade de escritura pública datada de 06 de abril de 1993, livro número 1.369, fls. 17/19, do 1º Cartório de Notas desta cidade, microfilmada sob número 200.098, pelo valor de Cr.$ 900.000.000,00. CAMPINAS, 01 JUL 1993 (AAM). O escrevente autorizado, _____, Claudio Lovato.

NADA MAIS CONSTA NESTE SETOR
Campo, *1 JUL 1993 Of:

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
REGISTRO GERAL
COMARCA D
ESTADO DE

Assinado eletronicamente por: TONIA MADUREIRA DE CAMARGO - 11/10/2019 10:27:46 - 9842ade
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19101110263830100000117561492
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114 ID. 9842ade - Pág. 1
Número do documento: 19101110263830100000117561492

EXCELENTÍSSIMO(a) SENHOR(a) DOUTOR(a) JUIZ(a) DA 9ª VARA DA JUSTIÇA DO TRABALHO DE CAMPINAS/SP

PROCESSO Nº 0002800-98.2006.5.15.0114

ESPÓLIO DE CLEUZA TECÍLIA DA SILVA MELO, devidamente qualificado nos autos do processo em epigrafe, **EXECUÇÃO DE CRÉDITO TRABALHISTA** que move em face de **MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL e ESPÓLIO DE SÉRGIO PEREIRA SANDOVAL**, também qualificados nos autos do mesmo processo, via de seu procurador infra-assinado, vem, respeitosamente, a presença de V. Exa., apresentar **CONTRA MINUTA aos EMBARGOS Á EXECUÇÃO** proposto, o que faz pelos termos que se seguem:

O que se vê nestes autos é a tentativa desesperada da Embargante em não ter seu bem penhorado e, eventualmente, arrematado em praça, já que este foi o único bem localizado da mesma, e vem tentando DE TODAS AS MANEIRAS POSSÍVEIS E IMAGINÁVEIS se desvencilhar da obrigação de pagar, com o que não terá sucesso.

DA PENHORA:

A Embargante se socorre da lei complementar nº 150, para requerer a impenhorabilidade do imóvel em questão, alegando ser o único bem que lhe resta, no qual, segundo informa, também reside que seria, no caso, “bem de família”.

Entretanto, não nos distanciemos do fato que o REFERIDO IMÓVEL FOI PENHORADO MUITO ANTES DA VIGÊNCIA DE REFERIDA LEI, E, PORTANTO, AS NORMAS VIGENTES A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR 150/2015, NÃO SE APLICA AO CASO EM TELA, pelo princípio da irretroatividade da norma jurídica, uma vez que a efetiva penhora deu-se no ano de 2014, ou seja, muito antes da vigência da norma invocada pela Embargante.

A Irretroatividade é a qualidade de não retroagir, não ser válido para o passado. As leis e atos normativos em geral, a princípio, são editadas para que passem a valer para o futuro, desde a data da publicação ou a partir de um período prefixado (*vacatio legis*), o que ocorre geralmente no final do seu texto.

A lei em comento passou a vigorar em 01/06/2016, conforme segue:

LEI COMPLEMENTAR Nº 150, DE 1º DE JUNHO DE 2015

.....

Art. 47. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 1º de junho de 2015; 194º da Independência e 127º da República.

A principal razão para isso é que, se o ato passa a ser de cumprimento obrigatório, não poderia ser exigido antes do seu conhecimento dos que devem cumpri-lo.

E não só isso, ainda, como se vê nos autos, o imóvel objeto da penhora não foi penhora em sua totalidade, tendo sido apenas e tão somente penhorado em sua meação, conservando-se a meação da esposa, ora Embargante.

Diante disso, ou seja, diante do fato incontroverso de que a penhora foi efetivada antes da efetividade da norma invocada pela embargante, deve seus Embargos serem julgados **TOTALMENTE IMPROCEDENTES.**

DO ALEGADO EXCESSO DE PENHORA

Sobre a alegação em comento, não há qualquer hipótese legal que socorra a Embargante, posto que não pode ser alegado excesso de penhora uma vez que, com a iminente venda do bem penhorado, o valor excedente ao crédito da exequente, se houver, lhe será restituído.

Não bastando isso, ainda, há outra penhora requerida sobre o referido bem, que se trata de processo em trâmite pela Justiça cível desta comarca, onde corre o procedimento de inventário do devedor principal, já falecido, o qual (inventário) está paralisado por falta de impulso processual da ora Embargante, talvez por interesse próprio na sua "paralisação".

Sobre o alegado excesso de penhora, veja:

> EMENTA
> **EXCESSO DE PENHORA. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ARTIGO 620 DO CPC**. Não se vislumbra violação ao art. 620 do Código de Processo Civil no excesso de penhora, na medida em que a executada

poderá ser restituída do que sobejar do valor apurado em praça, após pagamento do exequente. **PROCESSO Nº: 0027900-46.5.19.2007.0005 - AGRAVO DE PETIÇÃO(071)**

TRT-1 - Agravo de Peticao AP 00000085220165010522 (TRT-1) Jurisprudência • Data de publicação: 31/03/2017 EMENTA EMBARGOS DE TERCEIROS. **PENHORA DE IMÓVEL. ÚNICO BEM ENCONTRADO PARA SATISFAÇÃO DO CRÉDITO TRABALHISTA. EXCESSO DE PENHORA AFASTADO**. Ainda que o montante executado seja muito inferior ao valor de avaliação do imóvel penhorado, não prevalece a alegação de excesso de penhora quando a alienação de tal bem se revela a única forma de satisfação do crédito.

TST - AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA AIRR 1127002720085030131 112700-27.2008.5.03.0131 (TST) Jurisprudência • Data de publicação: 10/05/2013 **EMENTA EXCESSO DE PENHORA**. Não merece reforma a decisão recorrida, pois o Tribunal a quo assegurou que, ao contrário do alegado pelo executado, o valor do débito supera aquele atribuído aos bens móveis penhorados. O Regional esclareceu que o débito exequendo é inferior ao valor do bem imóvel penhorado. No entanto, o referido imóvel fora objeto de penhora em várias outras execuções trabalhistas. Ademais, foi registrado pela Corte de origem que, além de ser possível, antes da arrematação ou da adjudicação, a substituição da penhora do bem em comento por dinheiro, o saldo porventura existente retornará ao executado, inexistindo, dessa forma, qualquer prejuízo à parte. Nesse contexto, não subsiste a alegada ofensa aos arts. 5º , LIV , da CF e 128 , 460 , 620 , 656 , 681 , parágrafo único , e 685 , I , do CPC . 2. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. O posicionamento adotado nesta Corte Superior é no sentido da inaplicabilidade do benefício da gratuidade de justiça a pessoa jurídica, salvo comprovação inequívoca de sua insuficiência econômica. Com efeito, não existe, no acórdão regional, nenhuma menção à prova de que o executado esteja enfrentando dificuldades financeiras que lhe ensejem o benefício da assistência judiciária gratuita. 3 . MULTA POR EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROTELATÓRIOS. Deve ser mantida a multa do artigo 538 , parágrafo único , do CPC quando constatado o caráter protelatório dos embargos de declaração. Agravo de instrumento conhecido e não provido .

TRT-2 - AGRAVO DE PETIÇÃO EM RITO SUMARÍSSIMO AP 00018549120105020262 SP 00018549120105020262 A28 (TRT-2) Jurisprudência • Data de publicação: 24/10/2014 **EMENTA EXCESSO DE PENHORA. PROCESSO DO TRABALHO. INCOMPATIBILIDADE**. No processo do trabalho não há se falar em excesso de penhora, não sendo este um assunto válido a ser discutido em sede de embargos à execução. Tecnicamente, o excesso de execução, previsto no parágrafo 1º do artigo 884 da CLT , diz respeito ao valor excessivo apurado pela fase de liquidação. Já o excesso de penhora aponta o valor desproporcional do bem penhorado. Este último, como se nota, não possui qualquer previsão na lei trabalhista. Agravo desprovido.

TST - RECURSO DE REVISTA RR 16042120125030081 (TST) Jurisprudência • Data de publicação: 26/09/2014 EMENTA Ademais, o

Tribunal Regional não se pronunciou em relação à ausência de manifestação da executada acerca do documento em que baseou a sua decisão , tampouco foi instado a fazê-lo por meio de embargos de declaração, razão pela qual incide a Súmula 297 do TST. Logo, incólume o art. 5º , LV , da Carta Magna . Recurso de revista não conhecido. EXCESSO DE PENHORA. O Regional concluiu que caberia à executada, caso não desejasse a realização da penhora do bem em discussão, a indicação de outro ou a realização do pagamento em dinheiro do montante devido, o que demonstra nem mesmo tratar-se de situação teratológica, e sim de desídia da recorrente. Logo, não há como analisar a tese de violação do artigo 5º , XXII e LV , da Carta Magna , diante da diretriz da Súmula 266 do TST, porquanto o debate é de cunho infraconstitucional . Recurso de revista não conhecido.

TRT-2 - AGRAVO DE PETICAO AP 00832002220085020040 SP 00832002220085020040 A20 (TRT-2) Jurisprudência • Data de publicação: 24/10/2014 **EMENTA EXCESSO DE PENHORA. PROCESSO DO TRABALHO. INCOMPATIBILIDADE**. No processo do trabalho não há se falar em excesso de penhora, não sendo este um assunto válido a ser discutido em sede de embargos à execução. Tecnicamente, o excesso de execução, previsto no parágrafo 1º do artigo 884 da CLT , diz respeito ao valor excessivo apurado pela fase de liquidação. Já o excesso de penhora aponta o valor desproporcional do bem penhorado. Este último, como se nota, não possui qualquer previsão na lei trabalhista. Agravo desprovido.

Assim, no que se refere aos Embargos ora questionados, as alegações feitas pela Embargante não passam de aventura jurídica, com o condão de procrastinar ainda mais o feito, causando ao exequente, mais prejuízos, além dos já experimentados até aqui.

Diante disso, requer a **TOTAL IMPROCEDÊNCIA** dos Embargos a Execução apresentado pela Executada, mantendo-se a execução nos moldes em que se encontra, inclusive com a liberação do bem penhorado para praça e/ou leilão, para pagamento dos valores devidos, além de que, se requer a condenação da Embargante por litigância de má-fé, haja vista que a medida requerida visa apenas tumultuar o processo e causar ainda mais prejuízos ao exequente.

Termos em que,
Pede Deferimento.

Campinas, 23 de outubro de 2019.

Dr. Hamilton Rovani Neves
OAB/SP 143.028

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
9ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

PROCESSO: **0002800-98.2006.5.15.0114** - Ação Trabalhista - Rito Ordinário
AUTOR: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
RÉU: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E OUTROS (2)

SENTENÇA

Trata-se de embargos à execução opostos pela executada**, MARIA ANGÉLICA LEAL SANDOVAL E SÉRGIO PARREIRA SANDOVAL (ESPÓLIO),** em que pretende a liberação da penhora sobre o imóvel constrito ao argumento de ser este bem de família nos termos Lei nº 8.009/90, arguindo ainda a existência de excesso de execução.

Contraminuta pelo exequente às fls. 138/141.

Embargos tempestivos, regular a representação processual.

Juízo garantido pela penhora do imóvel.

Presentes os requisitos de admissibilidade, deles conheço.

É o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

Em suas razões de embargos, a executada aduz ser impenhorável o imóvel constrito nos autos nos termos da Lei 8.009/90. Segundo aduz, não obstante a dívida exequenda tenha se originado do trabalho da exequente como empregada doméstica na residência, a norma que constituía exceção à impenhorabilidade desse tipo de bem por esses trabalhadores foi revogada pela LC 150/2015, de forma que, a partir de então, o crédito originado do trabalho dos empregados domésticos do imóvel não permite a constrição do bem.

Pois bem.

Muito embora tenha sido revogado o inciso I do artigo 3º da referida Lei, o caso em análise possui particularidades que torna a questão da impenhorabilidade e da alegação de excesso de penhora suplantadas pela preclusão consumativa.

PJe Assinado eletronicamente por: MILENA CASACIO FERREIRA BERALDO - Juntado em: 10/09/2020 15:29:02 - 395435c

E isso porque, o embargante já apresentou embargos insurgindo-se contra essas mesmas questões, alegação que foi decidida nos seguintes termos:

"Vistos, etc. Submetido o feito a julgamento foi proferida a seguinte: SENTENÇA I - RELATÓRIO Trata-se de Embargos à Execução opostos por MARIA ANGÉLICA LEAL SANDOVAL em face de CLEUSA TERCÍLIA DA SILVA, no qual postula a liberação do bem penhorado por se tratar de bem de família e que seja reconhecido o excesso de execução. Contraminuta às fls. 388/389. O Juízo encontra-se garantido. DECIDO II - FUNDAMENTAÇÃO Conheço dos embargos à execução por estarem presentes os pressupostos de admissibilidade. No mérito, razão não assiste a embargante. Tratando-se de lide ajuizada por empregada doméstica, razão pela qual a regra da impenhorabilidade do bem de família não se aplica neste caso, já que o imóvel em epígrafe corresponde ao da prestação de serviços (art. 3.º, I da Lei 8.009/90). Com relação ao excesso de execução, melhor sorte não assiste ao embargante. O feito tramite nesta Justiça desde 2006 e não fora indicado outro meio para o adimplemento do crédito trabalhista. Sendo assim, não há como se aplicar a regra da execução menos gravosa ao devedor, já que se trata do único meio de quitação do débito. III - DISPOSITIVO Em face do exposto, nego provimento aos Embargos à Execução opostos por MARIA ANGÉLICA LEAL SANDOVAL em face de CLEUSA TERCÍLIA DA SILVA Custas pela embargante na forma do art. 789-A, V, da CLT. Intimem-se as partes. ROBERTA CONFETTI GATSIOS AMSTALDEN JUÍZA DO TRABALHO SUBSTITUTA."

No caso, a determinação para a realização de nova penhora para alcançar 100% da totalidade do imóvel constrito e não mais 50% antes determinada, ensejou na abertura de prazo para a embargante impugnar a execução, entretanto, especificamente, quanto à ampliação da constrição e não sobre questões já decididas como a impenhorabilidade, sobre as quais já recaiu a preclusão consumativa.

Posto isto, decide-se julgar **IMPROCEDENTES** os pedidos formulados nos embargos à execução opostos pelo executado, **MARIA ANGÉLICA LEAL SANDOVAL E SÉRGI O PARREIRA SANDOVAL,** nos termos da fundamentação.

Custas pelo executado, no importe de R$ 44,26, nos termos do artigo 789-A, V, da CLT.

Intimem-se as partes e no decurso do prazo, tornem os autos conclusos para designação de hasta pública.

CAMPINAS/SP, 09 de setembro de 2020.

MILENA CASACIO FERREIRA BERALDO

pj PJe
Assinado eletronicamente por: MILENA CASACIO FERREIRA BERALDO - Juntado em: 10/09/2020 15:29:02 - 395435c
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/20090919085244900000136819000?instancia=1
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Número do documento: 20090919085244900000136819000

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
9ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
Avenida José de Souza Campos, 422, Nova Campinas, CAMPINAS/SP - CEP: 13092-123

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência da Sentença ID 395435c proferida nos autos.

SENTENÇA

Trata-se de embargos à execução opostos pela executada**, MARIA ANGÉLICA LEAL SANDOVAL E SÉRGIO PARREIRA SANDOVAL (ESPÓLIO),** em que pretende a liberação da penhora sobre o imóvel constrito ao argumento de ser este bem de família nos termos Lei nº 8.009/90, arguindo ainda a existência de excesso de execução.

Contraminuta pelo exequente às fls. 138/141.

Embargos tempestivos, regular a representação processual.

Juízo garantido pela penhora do imóvel.

Presentes os requisitos de admissibilidade, deles conheço.

É o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

Em suas razões de embargos, a executada aduz ser impenhorável o imóvel constrito nos autos nos termos da Lei 8.009/90. Segundo aduz, não obstante a dívida exequenda tenha se originado do trabalho da exequente como empregada doméstica na residência, a norma que constituía exceção à impenhorabilidade desse tipo de bem por esses trabalhadores foi revogada pela LC 150/2015, de forma que, a partir de então, o crédito originado do trabalho dos empregados domésticos do imóvel não permite a constrição do bem.

Pois bem.

Muito embora tenha sido revogado o inciso I do artigo 3º da referida Lei, o caso em análise possui particularidades que torna a questão da impenhorabilidade e da alegação de excesso de penhora suplantadas pela preclusão consumativa.

E isso porque, o embargante já apresentou embargos insurgindo-se contra essas mesmas questões, alegação que foi decidida nos seguintes termos:

"Vistos, etc. Submetido o feito a julgamento foi proferida a seguinte: SENTENÇA I - RELATÓRIO Trata-se de Embargos à Execução opostos por MARIA ANGÉLICA LEAL SANDOVAL em face de CLEUSA TERCÍLIA DA SILVA, no qual postula a liberação do bem penhorado por se tratar de bem de família e que seja reconhecido o excesso de execução. Contraminuta às fls. 388/389. O Juízo encontra-se garantido. DECIDO II - FUNDAMENTAÇÃO Conheço dos embargos à execução por estarem presentes os pressupostos de admissibilidade. No mérito, razão não assiste a embargante. Tratando-se de lide ajuizada por empregada doméstica, razão pela qual a regra da impenhorabilidade do bem de família não se aplica neste caso, já que o imóvel em epígrafe corresponde ao da prestação de serviços (art. 3.º, I da Lei 8.009/90). Com relação ao excesso de execução, melhor sorte não assiste ao embargante. O feito tramite nesta Justiça desde 2006 e não fora indicado outro meio para o adimplemento do crédito trabalhista. Sendo assim, não há como se aplicar a regra da execução menos gravosa ao devedor, já que se trata do único meio de quitação do débito. III - DISPOSITIVO Em face do exposto, nego provimento aos Embargos à Execução opostos por MARIA ANGÉLICA LEAL SANDOVAL em face de CLEUSA TERCÍLIA DA SILVA Custas pela embargante na forma do art. 789-A, V, da CLT. Intimem-se as partes. ROBERTA CONFETTI GATSIOS AMSTALDEN JUÍZA DO TRABALHO SUBSTITUTA."

No caso, a determinação para a realização de nova penhora para alcançar 100% da totalidade do imóvel constrito e não mais 50% antes determinada, ensejou na abertura de prazo para a embargante impugnar a execução, entretanto, especificamente, quanto à ampliação da constrição e não sobre questões já decididas como a impenhorabilidade, sobre as quais já recaiu a preclusão consumativa.

Posto isto, decide-se julgar **IMPROCEDENTES** os pedidos formulados nos embargos à execução opostos pelo executado, **MARIA ANGÉLICA LEAL SANDOVAL E SÉRGIO PARREIRA SANDOVAL,** nos termos da fundamentação.

Custas pelo executado, no importe de R$ 44,26, nos termos do artigo 789-A, V, da CLT.

Intimem-se as partes e no decurso do prazo, tornem os autos conclusos para designação de hasta pública.

CAMPINAS/SP, 09 de setembro de 2020.

MILENA CASACIO FERREIRA BERALDO
Juiz(íza) do Trabalho

pto

PJe Assinado eletronicamente por: MILENA CASACIO FERREIRA BERALDO - Juntado em: 10/09/2020 15:30:01 - e925a2b

Assinado eletronicamente por: MILENA CASACIO FERREIRA BERALDO - Juntado em: 10/09/2020 15:30:01 - e925a2b
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/20091015285885300000136880728?instancia=1
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Número do documento: 20091015285885300000136880728

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA 9ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS/SP

Processo nº 0002800-98.2006.5.15.0114

MARIA ANGÉLICA LEAL SANDOVAL, já qualificada nos autos do processo em epígrafe em que contende com **CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO,** vem, respeitosamente, através de sua advogada, requerer a habilitação ao presente feito, bem como a juntada do anexo substabelecimento sem reserva de poderes.

Outrossim, requer que toda e qualquer intimação/notificação deste processo devem ser publicadas em nome da sua patrona, Dra. Marilda Izique Chebabi – OAB/SP 24.902 - e encaminhadas ao endereço situado na Conceição nº 233, conjunto 103, Centro, Campinas/SP, sob pena de nulidade.

Termos em que,

Pede deferimento.

Campinas, 21 de setembro de 2020.

Marilda Izique Chebabi
OAB/SP 24.902

SUBSTABELECIMENTO

Substabeleço, sem reserva de iguais, na pessoa dos advogados Dra. **MARILDA IZIQUE CHEBABI**, inscrita na OAB/SP sob nº 24.902 e CPF sob nº 305.975.018-15, **FÁBIO IZIQUE CHEBABI**, inscrito na OAB/SP sob nº 184.668 e CPF sob nº 215.146.218-86, **ANDRÉ IZIQUE CHEBABI**, inscrito na OAB/SP sob o nº241.152 e CPF sob nº 186.421.068-08, **MARISA LEITE BRUNIALTI**, inscrita na OAB/SP sob o nº 40.649 e CPF sob nº 054.781.398-82, **ENOS ZANADREA**, inscrito na OAB/SP sob o n. 122.041 e CPF sob nº 017.709.078-23, **ANA PAULA CALDEIRA ANDRADE CHAGAS**, inscrita na OAB/SP sob o nº 173.291 e CPF sob nº 165.488.328-09, **MARIA CAROLINA CAVICCHIA**, inscrita na OAB/SP sob o nº 178.058 e CPF sob nº 262.082.548-25, **LEONARDO PANSARDI PAVANI**, inscrito na OAB/SP SOB Nº 167.629 e CPF sob nº 119.398.198-06, **FABIANA SILVA IPÓLITO FERRI**, inscrita na OAB/SP 185.220 e CPF sob nº 028.072.216-88, **GIOVANA TREVISAN SALGUEIRO**, inscrita na OAB/SP sob nº 187.961 e CPF sob nº 268.114.278-41, **LILIAN REGINA FERRO CHATI**, inscrita na OAB/SP sob o nº 190.257 e CPF sob nº 265.837.928-50,**ALESSANDRA AGUIRRE BRASILEIRO BORTOLIN**, inscrita na OAB/SP sob nº 202.568 e CPF sob nº 039.736.996-40,**SALOIA ORSATI PERAÇOLO SIMONI**, inscrita na OAB/SP sob o nº 204.074 e CPF sob nº 214.483.018-58, **JERUZA ALBUQUERQUE DA ROCHA**, inscrita na OAB/SP sob o nº 208.775 e CPF sob nº 688.439.761-68, **SORAYA SANTOS SILVEIRA CHEBABI**, inscrita na OAB/SP sob o nº 215.080 e CPF sob nº 043.923.636-35, **GUILHERME ARAUJO GUEDES DE OLIVEIRA CESAR**, inscrito na OAB/SP sob o nº 236.048 e CPF sob

Assinado eletronicamente por: MARILDA IZIQUE CHEBABI - 21/09/2020 17:04:07 - 73ddb2e
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20092117040131700000137593467
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114 ID. 73ddb2e - Pág. 1
Número do documento: 20092117040131700000137593467

nº 224.199.988-12, **PRISCILA CAMILLO DIAS**, inscrita na OAB/SP sob nº 236.933 e CPF sob o nº 286.859.838-27, **LEANE RIBEIRO MENDES**, inscrita na OAB/SP sob o nº 303.757 e CPF sob o nº 349.741.818-82, **DANIELE FABRO DE OLIVEIRA MENOCCHI**, inscrita na OAB/SP sob o nº 265.898 e CPF sob nº 328.286.848-06, **CARLA CHRISTIANI URBANO**, inscrita na OAB/SP sob nº 291.250 e CPF sob nº 148.324.948-48, **FELIPE DE CASTRO LEITE PINHEIRO**, inscrito na OAB/SP sob o nº 300.777 e CPF sob nº 347.427.488-08, **ALMIR JOSÉ DIAS VALVERDE FILHO**, inscrito na OAB/SP sob o nº 306.694 e CPF sob nº 368.723.868-78, **EDUARDO PIRES DE CAMARGO**, inscrito na OAB/SP sob nº 316.129 e CPF sob nº 353.235.448-99, **ANDRESSA MUNHOZ**, inscrita na OAB/SP sob o nº 326.762 e CPF sob nº 021.928.505-57, **THIAGO DE MOURA RODRIGUES**, inscrito na OAB/SP sob nº 348.159 e CPF sob nº 397.816.738-77, **MAÍRA PEREIRA DE MELO GUIMARÃES**, inscrita na OAB/SP sob o nº 398.648 e CPF sob o nº 091.522.477-16, **FERNANDA MAZER MARMORE**, inscrita na OAB/SP sob nº 411.346 e CPF sob o nº 368.929.858-07, **ELAINE CARVALHO DA SILVA**, inscrita na OAB/SP sob nº 411.334 e CPF sob nº 419.975.958.-18, **FRANCIELLE TRAPP MENNA BARRETO ALONSO**, inscrita na OAB/SP sob nº 418.794 e CPF sob nº 047.184.589-27, **VIVIAN POSTALI FELIPPE**, inscrita na OAB/SP sob nº 427.348 e CPF sob nº 442.266.098-59, **FERNANDA VOLTARELLI ARNONI**, inscrita na OAB/SP sob nº 427.462 e CPF sob nº 420.561.548-54, **RENATA DESCHAMPS LAGARES**, inscrita na OAB/RJ sob nº 137.550 e CPF sob nº 055.113.047-43 e ainda aos estagiários, **MARTA MARIA MATTOSINHO CHEBABI**, inscrita na OAB/SP sob o nº 213.841-E e CPF sob nº 107.964.538-10, **THIAGO IZIQUE**

CHEBABI, inscrito no CPF sob nº 307.738.808-10 e portador do RG 41.378.101-x, **TAYNÁ VITÓRIA DA SILVA BATISTA**, inscrita no CPF sob nº 425.815.908-58 e portadora do RG 45.298.357-5, **TASSIANE CAROLINE LIMA**, inscrita no CPF sob nº 471.653.688-25 e portadora do RG 45.480.150-6, **MARIELI TURCO SILVA**, inscrita no CPF sob nº 397.015.858-36 e portadora do RG 45. 857.088-6, **JULIANA TEIXEIRA DE CAMPOS**, inscrita no CPF sob nº 460.316.248-00 e portadora do RG 37.991.890-0, **LUIZA SOUTO DANTE** inscrita no CPF sob nº 442.178.088-01 e portadora do RG 55.662.937-1, todos integrantes do escritório IZIQUE CHEBABI ADVOGADOS ASSOCIADOS, registrado na OAB/SP sob o n. 5157, estabelecido na Rua Conceição, 233, conjunto 102/103/109/110/111/112/113/114, Centro, Campinas/SP - CEP 13010-050, os poderes a mim conferidos por **MARIA ANGÉLICA LEAL SANDOVAL**, brasileira, viúva, do lar, residente e domiciliada nesta cidade de Campinas, Estado de São Paulo, nos autos da AÇÃO TRABALHISTA que lhe move **CLEUSA TERCÍLIA DA SILVA**, processo nº 0002800-98.2006.5.15.0114, em trâmite perante a MM. 9ª Vara do Trabalho da Comarca de Campinas.

Campinas, 15 de Setembro de 2020.

Tônia Madureira de Camargo
OAB/SP nº 143.214

IZIQUE CHEBABI
Advogados Associados

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA 9ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS – SP.

Processo nº. 0002800-98.2006.5.15.0114

MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL e **SÉRGIO PARREIRA SANDOVAL (ESPÓLIO),** já qualificada nos autos da reclamação trabalhista em epígrafe, proposta por **CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO,** vem, respeitosamente, por sua advogada, à presença de V. Exa., inconformada com r. sentença que julgou improcedente os embargos à execução opostos, interpor o presente

AGRAVO DE PETIÇÃO

requerendo o seu recebimento, processamento e remessa ao E. Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, na forma da lei.

Para tanto, ressalta-se que o Juízo se encontra devidamente garantido, consoante requisito de admissibilidade dos embargos à execução nos termos do art. 880 da CLT.

Termos em que
P. Deferimento
Campinas, 22 de setembro de 2020.

Marilda Izique Chebabi
OAB/SP. 24.902

CAMPINAS
R. Conceição, 233, cj. 102/103, 109-115
CEP 13010050 - tel. 19 32373747

SÃO PAULO
Av. Marquês de São Vicente, 446, 1501/1502
CEP 01139-0000 – tel 11 25483960

RIO DE JANEIRO
Rua Evaristo da Veiga, 65, Torre 2, cj. 1501
CEP 20031-040 – tel. 21 21846206

www.chebabi.com advogados@chebabi.com

Assinado eletronicamente por: MARILDA IZIQUE CHEBABI - 23/09/2020 16:56:43 - 3fab106
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20092316542263100000137793335
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114 ID. 3fab106 - Pág. 1
Número do documento: 20092316542263100000137793335

IZIQUE CHEBABI
Advogados Associados

MINUTA DE AGRAVO DE PETIÇÃO

PROCESSO nº 0002800-98.2006.5.15.0114
AGRAVANTE: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL e **SÉRGIO PARREIRA SANDOVAL (ESPÓLIO)**
AGRAVADO: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
ORIGEM: 9ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS/SP

EGRÉGIO TRIBUNAL

DOUTOS DESEMBARGADORES

Insurge-se a Agravante em face da r. sentença que julgou improcedentes os embargos de execução, ao argumento de haver preclusão consumativa onde não há, e por entender cabível a penhora em bem de família, ferindo o art.46 da Lei Complementar 150/2015.

No caso em apreço, ainda há nulidade na representação do espólio da exequente.

Há nulidade também quando a r. sentença mantém incólume a penhora determinada, no imóvel de matrícula 6737 do 1º CRI de Campinas.

Data concessa vênia, em que pesem os fundamentos utilizados, a reforma da decisão constitui medida de rigor, conforme resta a seguir demonstrado.

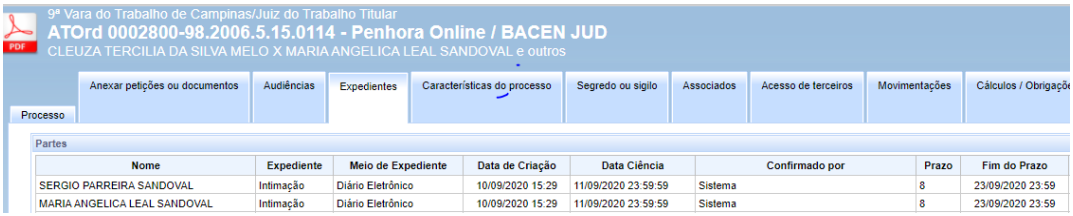
Assinado eletronicamente por: MARILDA IZIQUE CHEBABI - 23/09/2020 16:56:43 - 3fab106
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20092316542263100000137793335
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114 ID. 3fab106 - Pág. 2
Número do documento: 20092316542263100000137793335

IZIQUE CHEBABI
Advogados Associados

DA TEMPESTIVIDADE DO PRESENTE RECURSO

Conforme se observa destes autos, a publicação da r. sentença que julgou os embargos à execução ocorreu em 11/09/2020 (sexta-feira).

Assim, o *dies a quo* para oposição do presente Agravo de Petição começou a fluir no dia 13/09/2020 (segunda-feira), expirando, em 23/09/2020 (quarta-feira), em consonância com o disposto no artigo 775 da CLT, com a nova redação advinda da Lei 13.467/2017, dessa forma, demonstrada a tempestividade do recurso.


9ª Vara do Trabalho de Campinas/Juiz do Trabalho Titular
ATOrd 0002800-98.2006.5.15.0114 - Penhora Online / BACEN JUD
CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO X MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL e outros

Anexar petições ou documentos | Audiências | Expedientes | Características do processo | Segredo ou sigilo | Associados | Acesso de terceiros | Movimentações | Cálculos / Obrigaçõ

Processo

Partes

Nome	Expediente	Meio de Expediente	Data de Criação	Data Ciência	Confirmado por	Prazo	Fim do Prazo
SERGIO PARREIRA SANDOVAL	Intimação	Diário Eletrônico	10/09/2020 15:29	11/09/2020 23:59:59	Sistema	8	23/09/2020 23:59
MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL	Intimação	Diário Eletrônico	10/09/2020 15:29	11/09/2020 23:59:59	Sistema	8	23/09/2020 23:59

DA DELIMITAÇÃO DO VALOR INCONTROVERSO

O valor incontroverso que se executa é de R$45.100,00 em 13/03/2019 (fls. 65).

Em que pese os embargos à execução terem sido rejeitados, a ora Agravante insurge-se na expectativa de ver reformulada a

Assinado eletronicamente por: MARILDA IZIQUE CHEBABI - 23/09/2020 16:56:43 - 3fab106
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20092316542263100000137793335
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114 ID. 3fab106 - Pág. 3
Número do documento: 20092316542263100000137793335

decisão, consoante os tópicos que serão abordados ao longo do presente recurso.

Destaca-se ainda que a r. decisão carece de reparo, uma vez que resulta de entendimento equivocado, que contraria frontalmente todas as decisões prolatadas.

DO CABIMENTO DO PRESENTE RECURSO

Dispõe de maneira clara o artigo 897, "a", da CLT que:

Art. 897 - Cabe Agravo no prazo de 8 dias:
(...)
a) de petição, das decisões do juiz ou Presidente, nas execuções;

Diante do exposto, não há como negar a tempestividade e o cabimento do presente recurso.

PRELIMINARMENTE

1. **DA AUSÊNCIA DE REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL DO MENOR FILHO DA FALECIDA EXEQUENTE**.

A exequente Cleusa Tercilia da Silva Melo faleceu no curso do processo, seu advogado noticiou o fato, mas não houve a necessária HABILITAÇÃO nos autos deste processo. Não se tem notícia de abertura de inventário, de nomeação de inventariante, nem apresentação de herdeiros.

Assinado eletronicamente por: MARILDA IZIQUE CHEBABI - 23/09/2020 16:56:43 - 3fab106
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20092316542263100000137793335
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114 ID. 3fab106 - Pág. 4
Número do documento: 20092316542263100000137793335

IZIQUE CHEBABI
Advogados Associados

O que se apresentou nestes autos foi a certidão de óbito da exequente e de seu falecido marido, a indicação de haver filho menor e bem assim, a nomeação judicial de guarda definitiva do menor pelo Sr. Nelson Felix de Melo.

Esta condição de detentor da guarda do menor não dá ao Sr. Nelson Félix de Melo a condição de outorgar procuração **para representar o espólio em nome próprio**, neste juízo, mas sim em nome do menor que representa. O direito exige tais formalidades, e principalmente na Justiça do Trabalho, habilitação no processo, do menor REPRESENTADO**. (fls.98 ID23b79ae-pag.6)**

Faz-se necessária a indicação na Justiça comum, do falecimento da exequente, da nomeação de inventariante, e todas as demais formalidades, **inclusive sentença de habilitação** DO MENOR, com representação **nestes autos**.

Este fato foi denunciado pela agravante, e a MM. Juíza não providenciou a correção, pelo que, requer o reconhecimento por este E.TRT, da inexistência de representação do menor e estancamento da execução desde o falecimento da exequente, nulidade que perdurará até que esta formalidade seja cumprida.

Nem se diga que em nome da celeridade processual seriam desnecessárias tais providências, em primeiro lugar porque à fls. 96, **ID23b79ae pág.4**, indica que o pai do menor, Paulo Félix de Melo, era **viúvo da exequente Cleusa Tercília da Silva Melo**, **deixa bens**, não deixa

Assinado eletronicamente por: MARILDA IZIQUE CHEBABI - 23/09/2020 16:56:43 - 3fab106
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20092316542263100000137793335
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114 ID. 3fab106 - Pág. 5
Número do documento: 20092316542263100000137793335

testamento, etc. Tal fato indica o menor como HERDEIRO de bens, nada justificando a não abertura de inventário, a não indicação de inventariante, ESPECIALMENTE no caso do menor.

Cabe ao Poder Judiciário, ao Ministério Público, inclusive o do Trabalho, zelar pelos interesses dos menores de idade.

Aguarda, pois, que este E. Tribunal decrete a nulidade do processo desde o falecimento da reclamante exequente, OU, se não houver receio de supressão de instancia, seja feita a habilitação nos termos da lei, por este E.TRT, com notícia ao Juízo Civil a fim de que haja abertura do inventário.

2. DA NULIDADE DA SENTENÇA DE EMBARGOS À EXECUÇÃO

Em primeiro lugar, necessária a história da penhora ocorrida nestes autos. Houve penhora de 50% do imóvel, respeitada a meação, eis de que a Sra. Maria Angélica era casada com o executado Sergio Sandoval, e que faleceu, no curso do processo de conhecimento e ela passando a ser inventariante.

Houve a oposição de Embargos à Execução às fls. 375/382 do processo físico, julgados improcedentes e depois, a penhora de 100% do imóvel, por um raciocínio ilógico, estendendo a dívida à esposa meeira, inventariante.

Foi dado novo prazo para que ora Agravante opusesse seus EMBARGOS À EXECUÇÃO. Só que a MM. Juíza negou-se a julgá-lo, sob a esquisita tese de que houve preclusão consumativa, pois já julgara os

Assinado eletronicamente por: MARILDA IZIQUE CHEBABI - 23/09/2020 16:56:43 - 3fab106
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20092316542263100000137793335
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114 ID. 3fab106 - Pág. 6
Número do documento: 20092316542263100000137793335

embargos à execução referente aos 50% do imóvel, com os mesmos argumentos, e que agora a penhora era de 100% do imóvel e as razões de Embargos à Execução são as mesmas.

Ora, se são duas penhoras, e esta segunda é de 100% do imóvel, a própria magistrada se contradiz, **pois a primeira deixou de ter existência para que houvesse a penhora de 100%** . É curial que não se pode penhorar 150% do imóvel.

Destarte, tem-se como certo de que não houve sentença de embargos de execução, pois não se pode falar em preclusão consumativa se a primeira penhora (50%) é inexistente!

Por outro lado, há nulidade ainda quando a sentença (nenhuma das duas) não fala do excesso de penhora!

Além do mais, **nota-se que não há registro de penhora, nem da primeira, nem da segunda**, já que o sr. Oficial do Cartório de Registros negou-se a fazer a prenotação, por problemas na documentação, que deveria ter sido providenciada pelo reclamante ou pelo MM. Juízo, e este, embora tenha tido conhecimento pela certidão do sr. Oficial de Justiça, nada providenciou.

Vejamos a Nota de Devolução de fls. 118 e Ofício nº 0294/2019 de fls. 120:

Assinado eletronicamente por: MARILDA IZIQUE CHEBABI - 23/09/2020 16:56:43 - 3fab106
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20092316542263100000137793335
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114 ID. 3fab106 - Pág. 7
Número do documento: 20092316542263100000137793335

IZIQUE CHEBABI
Advogados Associados

PRIMEIRO REGISTRO DE IMÓVEIS DE CAMPINAS
Rua Doutor José Inocêncio de Campos, nº. 153, Ed. Metropolitan Plaza, Conjuntos 1 e 2, Térreo
CEP 13.024-230 – Campinas – São Paulo – PABX: (19) 3251-9700 – www.1ri.com.br

Ofício nº 0294/2019-APS

Campinas, 29 de agosto de 2019

Senhor Juiz,

Informo que o R. MANDADO, datado de 13 de março de 2019 (PROCESSO Nº. 0002800-98.2006.5.15.0114), prenotado sob nº. 459.401, não pôde ser cumprido em razão do óbice apresentado na "nota de devolução" anexada (doc. 1).

Aproveito a oportunidade para reiterar meus protestos da mais elevada estima e consideração.

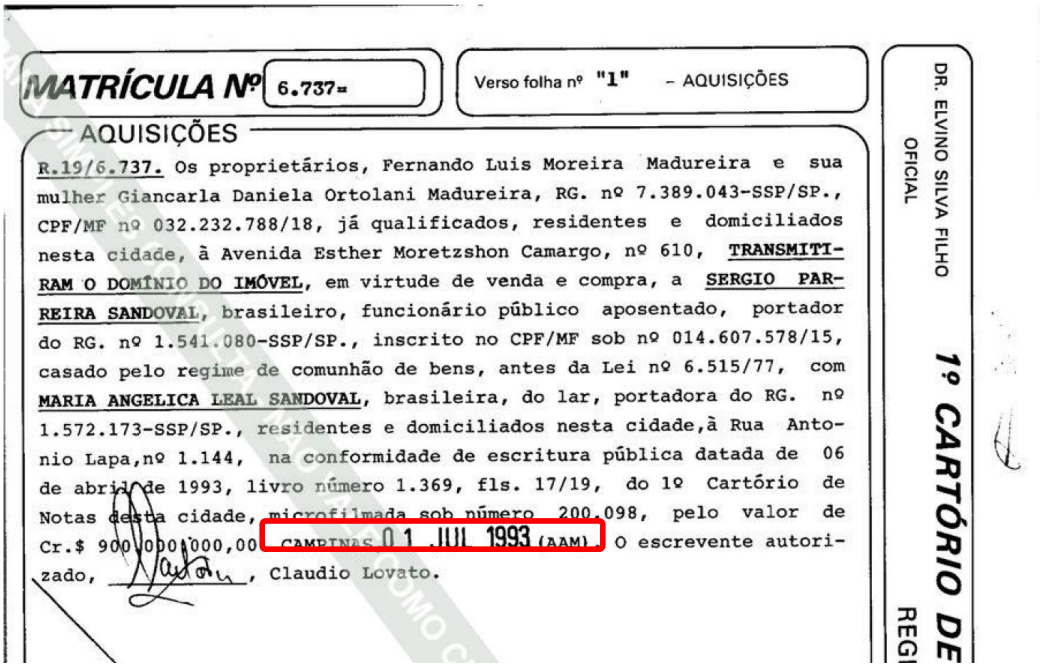
Muito respeitosamente,

Alexandre de Azevedo Palmeira Filho
Oficial de Registro

Desta feita, embora a **ordem** de penhora tenha sido dada, pelo menos até o presente momento ela não foi formalizada, além de não haver o correspondente registro, nem depositário, conforme comprova o documento ora encartado. **Veja-se que tal documento foi visualizado na data de 22 de setembro de 2020! A última anotação da matrícula do imóvel data de 1993.**

Assinado eletronicamente por: MARILDA IZIQUE CHEBABI - 23/09/2020 16:56:43 - 3fab106
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20092316542263100000137793335
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114 ID. 3fab106 - Pág. 8
Número do documento: 20092316542263100000137793335

IZIQUE CHEBABI
Advogados Associados



MATRÍCULA Nº 6.737=

Verso folha nº "1" - AQUISIÇÕES

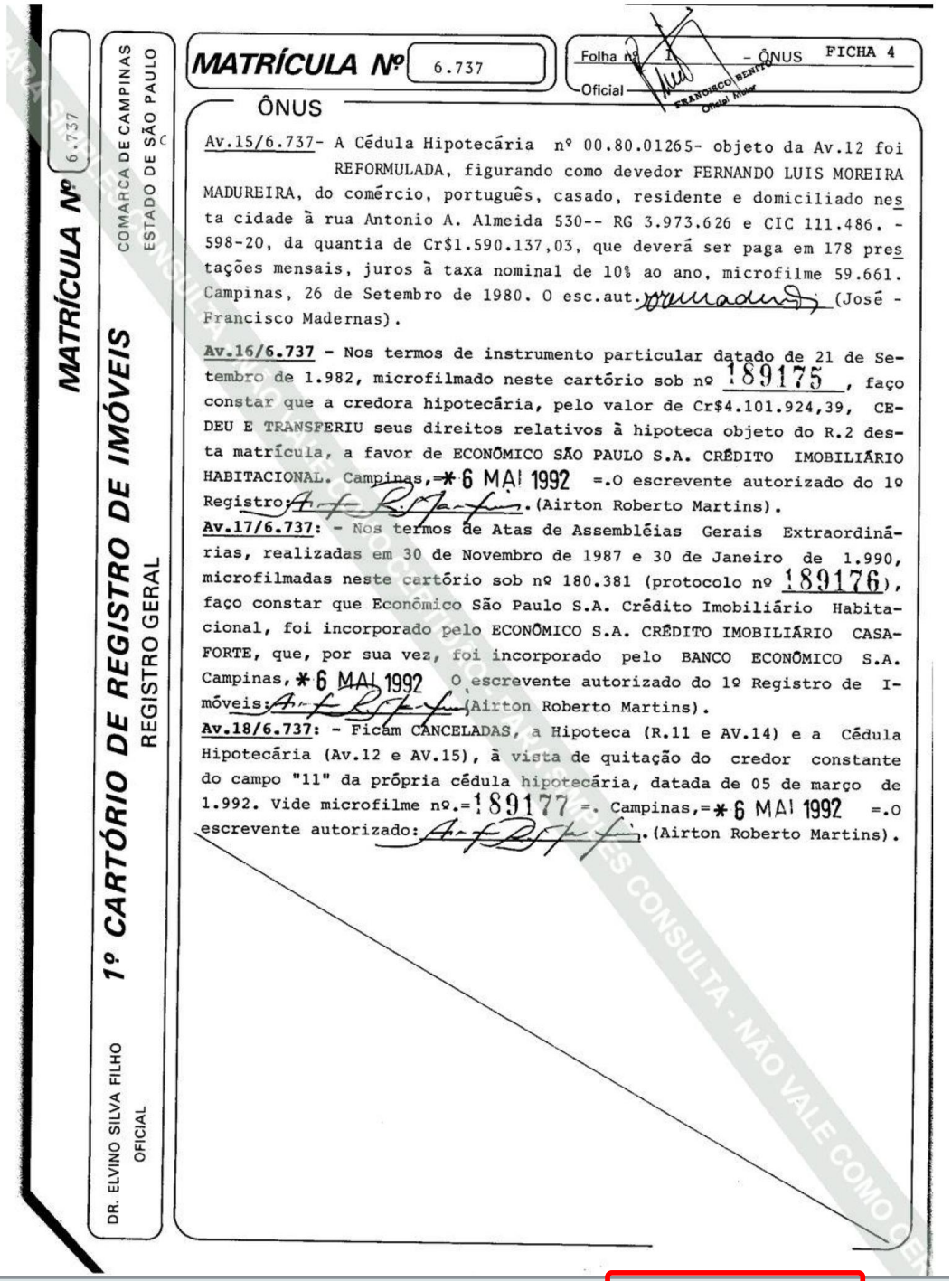
AQUISIÇÕES

R.19/6.737. Os proprietários, Fernando Luis Moreira Madureira e sua mulher Giancarla Daniela Ortolani Madureira, RG. nº 7.389.043-SSP/SP., CPF/MF nº 032.232.788/18, já qualificados, residentes e domiciliados nesta cidade, à Avenida Esther Moretzshon Camargo, nº 610, TRANSMITIRAM O DOMÍNIO DO IMÓVEL, em virtude de venda e compra, a SERGIO PARREIRA SANDOVAL, brasileiro, funcionário público aposentado, portador do RG. nº 1.541.080-SSP/SP., inscrito no CPF/MF sob nº 014.607.578/15, casado pelo regime de comunhão de bens, antes da Lei nº 6.515/77, com MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL, brasileira, do lar, portadora do RG. nº 1.572.173-SSP/SP., residentes e domiciliados nesta cidade,à Rua Antonio Lapa,nº 1.144, na conformidade de escritura pública datada de 06 de abril de 1993, livro número 1.369, fls. 17/19, do 1º Cartório de Notas desta cidade, microfilmada sob número 200.098, pelo valor de Cr.$ 900.000.000,00 CAMPINAS 01 JUL 1993 (AAM) O escrevente autorizado, _____, Claudio Lovato.

DR. ELVINO SILVA FILHO
OFICIAL
1º CARTÓRIO DE REGI

Assinado eletronicamente por: MARILDA IZIQUE CHEBABI - 23/09/2020 16:56:43 - 3fab106
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20092316542263100000137793335
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114 ID. 3fab106 - Pág. 9
Número do documento: 20092316542263100000137793335

IZIQUE CHEBABI
Advogados Associados



MATRÍCULA Nº 6.737

COMARCA DE CAMPINAS
ESTADO DE SÃO PAULO

1º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
REGISTRO GERAL

DR. ELVINO SILVA FILHO
OFICIAL

MATRÍCULA Nº 6.737 — Folha nº 1 — ÔNUS — FICHA 4

Oficial — FRANCISCO BENTO — Oficial Maior

ÔNUS

Av.15/6.737- A Cédula Hipotecária nº 00.80.01265- objeto da Av.12 foi REFORMULADA, figurando como devedor FERNANDO LUIS MOREIRA MADUREIRA, do comércio, português, casado, residente e domiciliado nesta cidade à rua Antonio A. Almeida 530-- RG 3.973.626 e CIC 111.486.598-20, da quantia de Cr$1.590.137,03, que deverá ser paga em 178 prestações mensais, juros à taxa nominal de 10% ao ano, microfilme 59.661. Campinas, 26 de Setembro de 1980. O esc.aut. (José - Francisco Madernas).

Av.16/6.737 - Nos termos de instrumento particular datado de 21 de Setembro de 1.982, microfilmado neste cartório sob nº 189175, faço constar que a credora hipotecária, pelo valor de Cr$4.101.924,39, CEDEU E TRANSFERIU seus direitos relativos à hipoteca objeto do R.2 desta matrícula, a favor de ECONÔMICO SÃO PAULO S.A. CRÉDITO IMOBILIÁRIO HABITACIONAL. Campinas,=* 6 MAI 1992 =.O escrevente autorizado do 1º Registro: (Airton Roberto Martins).

Av.17/6.737: - Nos termos de Atas de Assembléias Gerais Extraordinárias, realizadas em 30 de Novembro de 1987 e 30 de Janeiro de 1.990, microfilmadas neste cartório sob nº 180.381 (protocolo nº 189176), faço constar que Econômico São Paulo S.A. Crédito Imobiliário Habitacional, foi incorporado pelo ECONÔMICO S.A. CRÉDITO IMOBILIÁRIO CASA-FORTE, que, por sua vez, foi incorporado pelo BANCO ECONÔMICO S.A. Campinas,* 6 MAI 1992 O escrevente autorizado do 1º Registro de Imóveis: (Airton Roberto Martins).

Av.18/6.737: - Ficam CANCELADAS, a Hipoteca (R.11 e AV.14) e a Cédula Hipotecária (Av.12 e AV.15), à vista de quitação do credor constante do campo "11" da própria cédula hipotecária, datada de 05 de março de 1.992. Vide microfilme nº.=189177 =. Campinas,=* 6 MAI 1992 =.O escrevente autorizado: (Airton Roberto Martins).

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis(www.registradores.org.br)-Visualizado em:22/09/2020 17:24:57

CAMPINAS
R. Conceição, 233, cj. 102/103, 109-115
CEP 13010050 - tel. 19 32373747

SÃO PAULO
Av. Marquês de São Vicente, 446, 1501/1502
CEP 01139-0000 – tel 11 25483960

RIO DE JANEIRO
Rua Evaristo da Veiga, 65, Torre 2, cj. 1501
CEP 20031-040 – tel. 21 21846206

www.chebabi.com advogados@chebabi.com

Assinado eletronicamente por: MARILDA IZIQUE CHEBABI - 23/09/2020 16:56:43 - 3fab106
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20092316542263100000137793335
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114 ID. 3fab106 - Pág. 10
Número do documento: 20092316542263100000137793335

IZIQUE CHEBABI
Advogados Associados

Ante o exposto, requer seja reconhecido que não há preclusão consumativa, e que a decisão é inexistente, devolvendo-se os autos à origem, a fim de que sejam julgados os Embargos à Execução e tudo quanto neles se contém, inclusive e especialmente no que tange ao excesso de penhora e de execução, pois nos autos consta a avaliação da meação do imóvel em R$210.000,00 quando foi penhorado 50% e R$ 500.000,00 (fls. 114) referente a meação (terreno + benfeitoria) quando foi penhorado 100% do imóvel**. Logo, o imóvel em sua totalidade está avaliado em hum milhão de reais para quitação de um débito de aproximadamente R$ 45.000,00.**

Note-se, que às fls.92 (ID3da1bba-pag.1) consta o espelho do IPTU exercício de 2019, cujo valor venal é de R$601.068,00!!! É notório que o valor de mercado supera e muito o valor venal de qualquer imóvel.

Reitera, outrossim, que não há penhora formalizada, o que eiva de nulidade a determinação de levar à praça o imóvel.

DO MÉRITO

1. DA PENHORA DE BEM DE FAMÍLIA

Não há nos autos qualquer impugnação no sentido de que o imóvel em questão não seja **bem de família**, residência única da entidade familiar.

Assinado eletronicamente por: MARILDA IZIQUE CHEBABI - 23/09/2020 16:56:43 - 3fab106
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20092316542263100000137793335
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114 ID. 3fab106 - Pág. 11
Número do documento: 20092316542263100000137793335

O artigo 6º da Constituição da República confere o direito de moradia ao cidadão brasileiro. E no artigo 5º, o direito de propriedade. A Lei nº 8009/90 registrava que o direito de moradia, isto é, o direito de propriedade só deixa de ser absoluto quando há credito de empregado doméstico.(inciso I do artigo 3º da Lei 8009/90)

Ocorre que, a Lei Complementar nº 150 de 01/06/2015, em seu art. 46 revogou expressamente o inciso I do parágrafo 3º da Lei 8009/90, entrando em vigor na data de sua publicação! (art. 47).

A revogação do art. 3º, inciso I da Lei 8099 pela Lei Complementar 150/2015 foi ignorada pela primeira sentença de embargos à execução e tem sido ignorada em todo o processado, desde a sua edição, pelos DD. Julgadores, nestes autos...

Tal fato fora argumentado nos Embargos à Execução de *id 7f08118* **(fls. 71 do PJE)**, e sequer julgados por ocasião do novo Laudo de Penhora e Avaliação (fls. 115).

Pede vênia para transcrever, trechos dos Embargos à Execução, "*in verbis*":

> ***"Com efeito, desde 1º/06/2015, é assegurado ao empregador doméstico devedor, executado em execução trabalhista, opor a objeção de impenhorabilidade (agora) absoluta do bem de família legal, com relação a ditos créditos, haja vista que, por definição e incorporação da extensão dada pelos tribunais, bem de família é, na lição de Álvaro Villaça Azevedo, "um meio de garantir-se um asilo à família, tornando-se o***

Assinado eletronicamente por: MARILDA IZIQUE CHEBABI - 23/09/2020 16:56:43 - 3fab106
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20092316542263100000137793335
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114 ID. 3fab106 - Pág. 12
Número do documento: 20092316542263100000137793335

IZIQUE CHEBABI
Advogados Associados

> ***imóvel, onde a mesma se instala, domicílio impenhorável (...)"; "uma porção de bens definidos que a lei ampara e resguarda em benefício da família e da permanência do lar, estabelecendo a seu respeito a impenhorabilidade limitada (...), segundo Carvalho de Mendonça, mencionado por Álvaro Villaça Azevedo."***

Posteriormente, foram opostos os Embargos de fls. 121/130, por ocasião da nova penhora, que agora penhorou 100% do imóvel e julgados improcedentes, ante o fundamento de preclusão consumativa.

Vale registrar, por que fundamental, que leis processuais entram em vigor imediatamente, **e não havendo penhora formalizada, a Lei Complementar 150 de 01/06/2015 deve ser aplicada**, retirando-se a determinação de penhora do único bem imóvel que possui a agravante, sendo seu bem de família, nele residindo, e lá estabelecendo sua unidade familiar.

Conforme hierarquia das leis, a Lei Complementar é superior à Lei ordinária, sendo que tem o condão de retirar do mundo jurídico a exceção do inciso I do artigo 3º da Lei 8.009/90, **que permitia** a penhora e praça de bem de família quando o credor fosse empregado doméstico!!!

Desde 2015 não se permite mais!

.

Nesse sentido caminha a atual jurisprudência:

Assinado eletronicamente por: MARILDA IZIQUE CHEBABI - 23/09/2020 16:56:43 - 3fab106
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20092316542263100000137793335
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114 ID. 3fab106 - Pág. 13
Número do documento: 20092316542263100000137793335

IZIQUE CHEBABI
Advogados Associados

PENHORA DE BEM IMÓVEL. BEM DE FAMÍLIA. RELAÇÃO DE EMPREGO DOMÉSTICO. Ainda que reconhecida a relação de emprego doméstico, é impenhorável o bem de família, uma vez que à época da constrição o inciso I do art. 3º da Lei 8.009/90 já havia sido revogado pela Lei Complementar nº 150/2015. (TRT-4 - AP: 00008393020135040811, Data de Julgamento: 14/09/2017, Seção Especializada em Execução)

BEM DE FAMÍLIA. LEI COMPLEMENTAR 150/2015. EMPREGADO DOMÉSTICO. A impenhorabilidade do bem de família é questão de ordem pública que visa assegurar ao devedor patrimônio mínimo para a subsistência com dignidade. Tratando-se de empregado doméstico, a legislação excepcionava a referida garantia. Todavia, após a revogação expressa art. 3º, I, da Lei n. 8.009, de 29 de março de 1990 pelo art. 46 da Lei Complementar (LC) n. 150, de 1º de junho de 2015, não é mais possível a penhora do bem de família para a quitação de créditos de trabalhadores da própria residência. Desse modo, reconhecido pela exequente que o imóvel é a residência da família e, não existindo outro, não prospera o pedido de constrição do bem imóvel. (TRT-3 - AP: 00114291020155030137 0011429-10.2015.5.03.0137, Relator: Convocado Antonio Carlos R.Filho, Segunda Turma)

No mais, para que não se discuta, temos que a **ordem de penhora de fls.64 (**id9afca3c. pag 1) é de 26 de fevereiro de 2019, que fere o

Assinado eletronicamente por: MARILDA IZIQUE CHEBABI - 23/09/2020 16:56:43 - 3fab106
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20092316542263100000137793335
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114 ID. 3fab106 - Pág. 14
Número do documento: 20092316542263100000137793335

IZIQUE CHEBABI
Advogados Associados

artigo 46 da Lei Complementar 150/2015**, não foi formalizada, e não se cumpriu a ordem para ciência dos herdeiros!**

Não se pode olvidar, que a matéria aqui discutida, qual seja, o reconhecimento de "bem de família", **é matéria de ordem pública** e não é alcançada pela preclusão. Nesse sentido:

> BEM DE FAMÍLIA. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. A impenhorabilidade do bem de família constitui matéria de ordem pública, podendo ser arguida, por simples petição, e a qualquer tempo, até o término da execução.
> (TRT-2 00019668220115020017 SP, Relator: WILMA GOMES DA SILVA HERNANDES, 11ª Turma - Cadeira 1, Data de Publicação: 27/07/2020)

> AGRAVO DE PETIÇÃO. BEM DE FAMÍLIA. MATÉRIA DE ORDEM PUBLICA. AUSÊNCIA DE PRECLUSÃO PROCESSUAL. PROTEÇÃO INTEGRAL DO IMÓVEL. A questão da impenhorabilidade do bem de família reveste-se de natureza de ordem pública, podendo, inclusive, ser conhecida ex offício, em qualquer tempo, sobre ela não se operando a preclusão processual. Agravo de petição a que se dá provimento.
> (TRT-2 10015662220145020316 SP, Relator: NELSON NAZAR, 3ª Turma - Cadeira 1, Data de Publicação: 22/07/2020)

Assinado eletronicamente por: MARILDA IZIQUE CHEBABI - 23/09/2020 16:56:43 - 3fab106
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20092316542263100000137793335
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114 ID. 3fab106 - Pág. 15
Número do documento: 20092316542263100000137793335

IZIQUE CHEBABI
Advogados Associados

BEM DE FAMÍLIA. IMPENHORABILIDADE. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. PRECLUSÃO NÃO CONFIGURADA. A impenhorabilidade de bem de família constitui matéria de ordem pública, razão pela qual, antes da arrematação ou da adjudicação, pode ser arguida a qualquer tempo. Não se aplicam a ela, portanto, os efeitos da preclusão. (TRT-3 - AP: 01028005820095030010 0102800-58.2009.5.03.0010, Relator: Convocada Cristina Adelaide Custodio, Quarta Turma)

O que se vê, com relação à penhora, é que a DD.Magistrada de origem não providenciou o quanto consta do artigo 844 do Código de Processo Civil, isto é, o devido registro da penhora no cartório de registro de imóveis. Temos, portanto, que não havendo a penhora oficial devidamente formalizada, não há que se falar em penhora de 2014, pois esta mesma (50%) foi tacitamente anulada com a ordem de penhora de 100% do imóvel, já que não se pode falar em penhorar 150% do imóvel.

E mesmo esta ultima penhora, de 2019, não foi registrada no cartório competente, providência que cabe ao exequente (art.844 CPC), ou que seja providenciada ordem judicial do MM. Juízo de primeiro grau, ao oficial do Cartório de Registro de Imóveis de Campinas. Pede vênia para acostar Ementa que decide que mesmo que o bem penhorado tenha sido devidamente averbado após a interposição do recurso, tem-se como não garantida a execução, pois a penhora e registro têm que estar corretos ao tempo do recurso, para garantir a execução e não depois do recurso.

'EMBARGOS À **EXECUÇÃO**. DECISUM QUE **NÃO** CONCEDEU EFEITO SUSPENSIVO AOS EMBARGOS, ANTE O **NÃO** PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS AUTORIZADORES. ALEGAÇÃO DE PREJUÍZO COM O

Assinado eletronicamente por: MARILDA IZIQUE CHEBABI - 23/09/2020 16:56:43 - 3fab106
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20092316542263100000137793335
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114 ID. 3fab106 - Pág. 16
Número do documento: 20092316542263100000137793335

IZIQUE CHEBABI
Advogados Associados

PROSSEGUIMENTO DO FEITO EXECUTIVO E INDICAÇÃO DE BEM À **PENHORA** QUE GARANTE A DÍVIDA. INOCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO CONCRETA DO PERIGO DE DANO. **AVERBADA PENHORA** DO IMÓVEL INDICADO APÓS A INTERPOSIÇÃO DO PRESENTE RECURSO. **NÃO** SE VISLUMBRA A EFETIVA **GARANTIA** DO JUÍZO NO MOMENTO. POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO § 2º DO ART. 919 DO CPC/15 PELO JUÍZO ORIGINÁRIO. PRESSUPOSTOS CUMULATIVOS DO § 1º DO MESMO ARTIGO **NÃO** OBSERVADOS. PRECEDENTES DESTA CORTE. RECURSO CONHECIDO E **NÃO** PROVIDO. (TJPR - 16ª C. Cível - 0020756-48.2019.8.16.0000 - Curitiba - Rel.: Juíza Vania Maria da S Kramer - J. 11.09.2019)'

Ou, o seguinte acórdão proferido pelo TRT da 12ª Região, que mostra ser impossível, na execução, a ausência de averbação do auto de penhora à matrícula do imóvel, motivo de nulidade e bem assim, como aconteceu aqui, nestes autos, e conforme foi esclarecido e juntados documentos, que as certidões de avaliação são equivocadas, não há como reconhecer-se como correto o ato que ordena a penhora do imóvel.

"NULIDADE DA ARREMATAÇÃO. PREÇO VIL. AUSÊNCIA DE AVERBAÇÃO DO AUTO DE PENHORA À MATRÍCULA NO REGISTRO DE IMÓVEIS. EQUÍVOCOS NA AVALIAÇÃO DO BEM PENHORADO. Evidenciado nos autos que a arrematação de imóvel penhorado foi realizada por preço vil (NCPC, art. 903, § 1º, I), além de não ter sido procedida a averbação do auto de penhora à matrícula no CR de imóveis (NCPC, arts. 804 e 903, § 1º, II c/c art. 1.051 do Código Civil), assim como averiguado em diligência que as avaliações realizadas anteriormente nos autos ao imóvel objeto de penhora fundaram-se em premissas

Assinado eletronicamente por: MARILDA IZIQUE CHEBABI - 23/09/2020 16:56:43 - 3fab106
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20092316542263100000137793335
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114 ID. 3fab106 - Pág. 17
Número do documento: 20092316542263100000137793335

IZIQUE CHEBABI
Advogados Associados

e certidões nitidamente equivocadas, não há se falar em validade do ato de arrematação, como corretamente decidido pelo Juízo da execução. TRT-12 - AP: 00046452620155120053 SC 0004645-26.2015.5.12.0053, Relator: GRACIO RICARDO BARBOZA PETRONE, SECRETARIA DA 2A TURMA, Data de Publicação: 28/09/2018)"

O que se tem como certo, portanto, é que não há o ato jurídico de formalização de penhora, muito menos de assunção de depositário do bem. As nulidades espoucam...

Desta feita, não há se falar em preclusão consumativa.

Por todo o exposto, requer **seja provido o presente Agravo de Petição**, para que sejam acolhidas as nulidades apontadas, referentes à representação do espólio da exequente, com indicação de que quem outorga procuração para o advogado representa o filho menor de idade da exequente, e para que seja reformada a respeitável decisão proferida nos Embargos à Execução, cassando a decisão de preclusão consumativa, para que se reconheça ser impossível a penhora do bem de família, nos termos do artigo 46 da Lei Complementar 150/2015, que retirou do mundo jurídico o inciso I do artigo 3º da Lei 8009/90 (que permitia a penhora de bem de família quando o credor era empregado doméstico) e que se reconheça o excesso de penhora, conforme exposto supra.

CONCLUSÃO

Assinado eletronicamente por: MARILDA IZIQUE CHEBABI - 23/09/2020 16:56:43 - 3fab106
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20092316542263100000137793335
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114 ID. 3fab106 - Pág. 18
Número do documento: 20092316542263100000137793335

IZIQUE CHEBABI
Advogados Associados

À vista do exposto, **requer seja dado provimento ao presente recurso de Agravo de Petição**, reformando-se a r. decisão dos Embargos à Execução, para acolher as nulidades apontadas e para afastar a penhora determinada nos autos, **por medida de Justiça!**

Termos em que
P. Deferimento
Campinas, 22 de setembro de 2020.

Marilda Izique Chebabi
OAB/SP 24.902

Assinado eletronicamente por: MARILDA IZIQUE CHEBABI - 23/09/2020 16:56:43 - 3fab106
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20092316542263100000137793335
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114 ID. 3fab106 - Pág. 19
Número do documento: 20092316542263100000137793335

MATRÍCULA Nº 6737

COMARCA DE CAMPINAS
ESTADO DE SÃO PAULO

1º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
REGISTRO GERAL

DR. ELVINO SILVA FILHO
OFICIAL

Mod. 23

MATRÍCULA Nº 6737 | Data 07 JAN 1977 | Oficial FRANCISCO BENITO Oficial-Maior | FLS. 1

IMÓVEL

Nº CADASTRO: 11.738.000, quarteirão nº. 02690, da Prefeitura local.----

LOTE de terreno nº."11" (ONZE), da quadra "15" (QUINZE),= do loteamento denominado "JARDIM SANT'ANA - 1ª Parte" , nesta cidade o qual possui a área total de 420,00 mts2, medindo: 12,00 mts de frente para a avenida Ester Moretzshon Camargo; mesma medida nos fundos;= por 35,00 mts da frente aos fundos, de ambos os lados, confrontando na integridade, com os lotes nºs. 10, 12, 25 e 26, existindo em toda a = extensão dos fundos, uma viela sanitária, com a largura de 3,00 mts.=

AV.7/6.737: Nos termos de instrumento de concessão de habite-se expedido pela Prefeitura local, microfilmado sob nº. 53539= no terreno desta matrícula foi construído um prédio residencial com a área de 133,73 mts2, o qual recebeu o número 610 (seiscentos e dez)pela 1ª Avenida Esther Moretzshon Camargo, e o respectivo "Habite-se" aos

(segue no verso)

AQUISIÇÕES

PROPRIETÁRIOS: ARNALDO CARTAGINEZI, mecânico, RG. 8.475.517, e s/mr.DIRCE DE JESUS DUARTE NOVO CARTAGINEZZI, do lar, RG. sob nº 8.455.766, brasileiros, CIC. 068.439.998/91, residentes e domiciliados nesta cidade, à Avenida Marginal, sob nº. 1.015. (Transcrição Aquisitiva nº. 82.567, de fls. 183, do livro 3-BR). Campinas, 07 JAN 1977= O Escrevente: _____. O Oficial: FRANCISCO BENITO Oficial Maior =

R.2/6737: Os proprietários venderam o imóvel a MANUEL FLORES RAMIREZ, do comércio, e s/mr. CARMEM PAREJA GALISTEO DE FLORES, do lar, Cart.Mod.19 nºs. 3672646 e 10242060 respectivamente,e CIC. 505.317.358/34, espanhóis com permanência legal no país, residentes nesta cidade à Av.3, nº.117 -Vila Marieta- por cr$.125.000,00,conforme escritura de 1º/dezembro/1976, do quarto (4º) Tabelionato local (lvº. 279, fls.36),(microfilme sob nº 13163).Campinas, 07 JAN 1977 = O Escrevente: _____. O Oficial: FRANCISCO BENITO Oficial Maior .=

(segue no verso)

ÔNUS

AV.1/6737: O imóvel está onerado por uma servidão de passagem de viela sanitária em favor da Municipalidade de Campinas, conforme inscrição nº.3.107, fls. 287, do livro 4-A Campinas,- 07 JAN 1977 .O Escr._____.O Of. FRANCISCO BENITO Oficial Maior =

R.11/6737- Os proprietários qualificados no R.9- SERGIO DOS SANTOS e -sua mulher MARINA DELFINA DA SILVA SANTOS, deram o imóvel- em HIPOTECA a HABITACIONAL-Associação de Poupança e Empréstimo , com - sede em Campinas à rua Conceição 131- CGC 46.073.268/0001-54, para garantir uma dívida no valor de Cr$1.454.000,00 que deverá ser paga em-- 180 prestações mensais, juros à taxa efetiva de 10,470% ao ano, nos -- termos do instrumento particular legalizado datado de 10 de junho de - 1980, microfilme 54241 Campinas 11 JUN 1980 O escrevente autorizado _____ (José Francisco Madernas)

segue no verso

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis(www.registradores.org.br)-Visualizado em:22/09/2020 17:24:57

Assinado eletronicamente por: MARILDA IZIQUE CHEBABI - 23/09/2020 16:56:43 - e594e0d
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20092316563733700000137793712
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114 ID. e594e0d - Pág. 1
Número do documento: 20092316563733700000137793712

MATRÍCULA Nº 6737 | VERSO DA FOLHA Nº 1 - MATRÍCULA

DR. ELVINO SILVA FILHO
OFICIAL

1º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
REGISTRO GERAL

COMARCA DE CAMPINAS
ESTADO DE SÃO PAULO

IMÓVEL

13 de maio de 1.980. Campinas, 28 MAI 1980 .O 3º.escrevente autorizado: _____ .-(Wilton Pierre Junior)-.

Av.8/6737- Foi apresentado certificado de quitação número 269.967- série B, em 16 de maio de 1980, pelo IAPAS a favor de ROBERTO HIDEO OKUMA, microfilmado sob nº 54240 Campinas 11 JUN 1980 O esc.aut. _____ (José Francisco Madernas).

AV.20/6737. Nos termos de requerimento de 09 de junho de 1993 e de Certidão nº 623, datada de 08 de junho de 1993, expedida pela Prefeitura Municipal de Campinas, microfilmados neste Cartório sob número 200.098, faço constar que o prédio objeto desta Matrícula, **teve, em 29 de julho de 1.987, seu número alterado para 686 pela Avenida Esther Moretzshon Camargo.** CAMPINAS, 01 JUL 1993 (AAM). O escrevente autorizado, _____ , Claudio Lovato.

(CONTINUA FOLHA 1 " IMÓVEL ")

AQUISIÇÕES

R.3/6737: Os proprietários VENDERAM o imóvel a ALLAN MOREIRA DE SOUZA,- industriário, RG 10.364.85/RJ, e s/mr.LYGIA MOREIRA DE SOUZA, funcionária pública, RG 1.694.358/RJ,brasileiros, residentes e domiciliados nesta cidade à R.José Ferreira de Camargo,1301, CPFs:004.913.659/-34 e 016.525.249/91, por cr$.357.500,00, conforme escritura de 02/03/-1979, do 4º.tabelionato local (1vº.300, fls.172),(micr. 37514).Campinas, 16 MAR 1979 .O escr.autº. _____ (Wilton Pierre Junior).-

AV.4/6737: A venda objeto do R.3 acima foi feita com o Pacto Comissório previsto no art.1163 do Cód.Civil Brasileiro,tendo sido pagos cr$.200.000,00, restando um saldo de cr$.157.500,00,representado por 15 notas promissórias, sendo 10 de cr$.10.000,00 cada uma; uma do valor de cr$.12.500,00; uma de cr$.12.000,00, uma de cr$.11.500,00; uma de cr$.-11.000,00, e a última de cr$.10.500,00,com vencimentos mensais consecutivos a partir de 05/04/1979.A simples apresentação destes títulos auto rizará o cancelamento desta averbação.Camps. 16 MAR 1979 O esc. _____

(segue as fls.1(AQUISIÇÕES)

ÔNUS

Av.12/6737 - Foi emitida pela credora e em seu próprio favor Cédula Hipotecária Integral nº 00.80.01265- em 10.06.1980, no valor prazo e juros constantes do R.11, microfilmada sob nº 54242 Campinas 11 JUN 1980 O esc.aut. _____ (José Francisco Madernas)

Av.14/6737- Tendo FERNANDO LUIS MOREIRA MADUREIRA e sua mulher GIANCARLA DANIELA ORTOLANI MADUREIRA, qualificados no R.13, adquirido o imóvel garantidor da dívida, assumiram a responsabilidade pelo - pagamento da importância de Cr$1.590.137,03, (correspondendo cada UPC - na data do contrato a Cr$604,89), que deverá ser resgatada em 178 meses juros à taxa de 10% ao ano, conforme instrumento particular legalizado-datado de 02 de setembro de 1980, microfilme 59660 .Campinas --- 26 SET 1980 O esc.aut. _____ (José Fco Madernas)

segue folha 1 - ÔNUS----

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis(www.registradores.org.br)-Visualizado em:22/09/2020 17:24:57

Assinado eletronicamente por: MARILDA IZIQUE CHEBABI - 23/09/2020 16:56:43 - e594e0d
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20092316563733700000137793712
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114 ID. e594e0d - Pág. 2
Número do documento: 20092316563733700000137793712

MATRÍCULA Nº 6737

1º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
REGISTRO GERAL
COMARCA DE CAMPINAS
ESTADO DE SÃO PAULO

DR. ELVINO SILVA FILHO
OFICIAL

MOD. 24

MATRÍCULA Nº 6737

FICHA 2

Folha UM(1) IMÓVEL

Oficial

IMÓVEL

AV.21/6737. Nos termos do talão de imposto predial para o exercício de 1993, microfilmado sob número 200.098, faço constar que o imóvel objeto desta Matrícula, **está atualmente cadastrado na Prefeitura Municipal de Campinas, sob número 042.034.513.** CAMPINAS, 01 JUL 1993 .(AAM). O escrevente autorizado, _____, Claudio Lovato.

MARILDA SIMPLES CONSULTA - NÃO VALE COMO CERTIDÃO - PARA SIMPLES CONSULTA - NÃO VALE COMO CERTIDÃO

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis(www.registradores.org.br)-Visualizado em:22/09/2020 17:24:57

MATRÍCULA Nº 6737

Verso folha nº **UM (1)** IMÓVEL

IMÓVEL

DR. ELVINO SILVA FILHO
OFICIAL

1º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

REGISTRO GERAL

COMARCA DE CAMPINAS
ESTADO DE SÃO PAULO

PARA SIMPLES CONSULTA - NÃO VALE COMO CERTIDÃO - PARA SIMPLES CONSULTA - NÃO VALE COMO CERTIDÃO

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis(www.registradores.org.br)-Visualizado em:22/09/2020 17:24:57

Assinado eletronicamente por: MARILDA IZIQUE CHEBABI - 23/09/2020 16:56:43 - e594e0d
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20092316563733700000137793712
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114 ID. e594e0d - Pág. 4
Número do documento: 20092316563733700000137793712

MATRÍCULA Nº 6.737

COMARCA DE CAMPINAS
ESTADO DE SÃO PAULO

1º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
REGISTRO GERAL

DR. ELVINO SILVA FILHO
OFICIAL

MOD. 25

MATRÍCULA Nº 6.737

Folha nº "1" AQUISIÇÕES FICHA 3

Oficial FRANCISCO BENITO
Oficial - Maior

AQUISIÇÕES

AV.5/6.737 - Fica CANCELADA a AV.4 (cláusula de pacto comissório), à vista de escritura de quitação, lavrada em notas do 4º Tabelionato local (livro 217-fls.177), microfilmada sob número / 46.3o3, outorgada por Manuel Flores Ramirez a favor do " proprietário" em 26 de outubro de 1979. - Campinas, 22 de novembro de 1979. / O Escrevente autorizado: José Lamonna (José Lamanna). -

R.6/6.737: Os proprietários, Allan Moreira de Souza, e s/mr.Lygia Moreira de Souza, já qualificados nesta matrícula, VENDERAM o imóvel a ROBERTO HIDEO OKUMA, brasileiro, solteiro, maior, estudante,- CPF 024.355.648/99, RG 9.329.257, residente e domiciliado nesta cidade à rua 5, nº.640 -Campo dos Amarais-, pelo preço de cr$.400.000,00, nos termos da escritura de 21 de dezembro de 1979, do 1º.tabelionato local (1vº.797, fls.172),(microfilme: 53538).Campinas, 28 MAI 1980.O 3º. escrevente autorizado: .(WIlton Pierre Junior).

R.9/6737- O proprietário ROBERTO HIDEO OKUMA,qualificado no R.6- VENDEU o imóvel a SERGIO DOS SANTOS e sua mulher MARINA DELFINA DA SILVA SANTOS, brasileiros, bancários, casados sob o regime de separação de bens, residentes e domiciliados nesta cidade à rua Vasco da - Gama 21- Vila Nogueira, por Cr$2.700.000,00 conforme instrumento particular legalizado, datado de 10 de junho de 1980, microfilme 54241 Campinas 11 JUN 1980 O esc.aut. (José Francisco Madernas)

Av.10/6737- Nos termos da certidão de casamento datada de 15 de dezembro de 1973, microfilmada sob nº 54241 expedida pelo- Oficial do Registro Civil da comarca de Osasco-SP, faço constar que -- SERGIO DOS SANTOS e MARINA DELFINA DA SILVA, contraíram matrimônio no dia 15 de dezembro del973, conforme termo 21.405- livro B-65- fls. 242, -- adotando ela o nome de MARINA DELFINA DA SILVA SANTOS, casamento esse- realizado pelo regime da separação de bens, de acordo com o art. 258 § único nº I, c.c. artigos 183 ítem XIII e 225/226 do Código Civil Brasileiro. Campinas 11 JUN 1980 O esc.aut. (JOsé Francisco Madernas).

R.13/6737- Os proprietários SERGIO DOS SANTOS e sua mulher MARINA DELFINA DA SILVA SANTOS, brasileiros, bancários, casados sob - o regime da separação de bens, residentes nesta cidade- CIC 063.207. - 408-68-- VENDERAM o imóvel a FERNANDO LUIS MOREIRA MADUREIRA, do comércio, e sua mulher GIANCARLA DANIELA ORTOLANI MADUREIRA, do comércio,-- ela brasileira, êle português, RG 3.973.626, casados sob o regime da comunhão de bens, anteriormente à lei 6.515/77, residentes e domiciliados nesta cidade, portadores do CIC 111.486.598-20, por Cr$2.700.000,00 conforme instrumento particular legalizado, datado de 02 de setembro - de 1980, microfilme 59660 . Campinas 26 SET 1980 O escrevente autorizado (José Francisco Madernas)

(SEGUE NO VERSO)

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis(www.registradores.org.br)-Visualizado em:22/09/2020 17:24:57

Assinado eletronicamente por: MARILDA IZIQUE CHEBABI - 23/09/2020 16:56:43 - e594e0d
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20092316563733700000137793712
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114 ID. e594e0d - Pág. 5
Número do documento: 20092316563733700000137793712

MATRÍCULA Nº 6.737

Verso folha nº "1" – AQUISIÇÕES

DR. ELVINO SILVA FILHO
OFICIAL

1º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

REGISTRO GERAL

COMARCA DE CAMPINAS
ESTADO DE SÃO PAULO

AQUISIÇÕES

R.19/6.737. Os proprietários, Fernando Luis Moreira Madureira e sua mulher Giancarla Daniela Ortolani Madureira, RG. nº 7.389.043-SSP/SP., CPF/MF nº 032.232.788/18, já qualificados, residentes e domiciliados nesta cidade, à Avenida Esther Moretzshon Camargo, nº 610, **TRANSMITIRAM O DOMÍNIO DO IMÓVEL**, em virtude de venda e compra, a **SERGIO PARREIRA SANDOVAL**, brasileiro, funcionário público aposentado, portador do RG. nº 1.541.080-SSP/SP., inscrito no CPF/MF sob nº 014.607.578/15, casado pelo regime de comunhão de bens, antes da Lei nº 6.515/77, com **MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL**, brasileira, do lar, portadora do RG. nº 1.572.173-SSP/SP., residentes e domiciliados nesta cidade,à Rua Antonio Lapa,nº 1.144, na conformidade de escritura pública datada de 06 de abril de 1993, livro número 1.369, fls. 17/19, do 1º Cartório de Notas desta cidade, microfilmada sob número 200.098, pelo valor de Cr.$ 900.000.000,00. CAMPINAS, 01 JUL 1993 (AAM). O escrevente autorizado, _____, Claudio Lovato.

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis(www.registradores.org.br)-Visualizado em:22/09/2020 17:24:57

Assinado eletronicamente por: MARILDA IZIQUE CHEBABI - 23/09/2020 16:56:43 - e594e0d
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20092316563733700000137793712
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114 ID. e594e0d - Pág. 6
Número do documento: 20092316563733700000137793712

MATRÍCULA Nº 6.737

COMARCA DE CAMPINAS
ESTADO DE SÃO PAULO

1º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
REGISTRO GERAL

DR. ELVINO SILVA FILHO
OFICIAL

MATRÍCULA Nº 6.737

Folha nº 1 - ÔNUS FICHA 4

Oficial FRANCISCO BENITO Oficial Maior

ÔNUS

Av.15/6.737- A Cédula Hipotecária nº 00.80.01265- objeto da Av.12 foi REFORMULADA, figurando como devedor FERNANDO LUIS MOREIRA MADUREIRA, do comércio, português, casado, residente e domiciliado nesta cidade à rua Antonio A. Almeida 530-- RG 3.973.626 e CIC 111.486. - 598-20, da quantia de Cr$1.590.137,03, que deverá ser paga em 178 prestações mensais, juros à taxa nominal de 10% ao ano, microfilme 59.661. Campinas, 26 de Setembro de 1980. O esc.aut. (José - Francisco Madernas).

Av.16/6.737 - Nos termos de instrumento particular datado de 21 de Setembro de 1.982, microfilmado neste cartório sob nº 189175, faço constar que a credora hipotecária, pelo valor de Cr$4.101.924,39, CEDEU E TRANSFERIU seus direitos relativos à hipoteca objeto do R.2 desta matrícula, a favor de ECONÔMICO SÃO PAULO S.A. CRÉDITO IMOBILIÁRIO HABITACIONAL. Campinas, * 6 MAI 1992 =.O escrevente autorizado do 1º Registro: .(Airton Roberto Martins).

Av.17/6.737: - Nos termos de Atas de Assembléias Gerais Extraordinárias, realizadas em 30 de Novembro de 1987 e 30 de Janeiro de 1.990, microfilmadas neste cartório sob nº 180.381 (protocolo nº 189176), faço constar que Econômico São Paulo S.A. Crédito Imobiliário Habitacional, foi incorporado pelo ECONÔMICO S.A. CRÉDITO IMOBILIÁRIO CASA-FORTE, que, por sua vez, foi incorporado pelo BANCO ECONÔMICO S.A. Campinas, * 6 MAI 1992 O escrevente autorizado do 1º Registro de Imóveis: (Airton Roberto Martins).

Av.18/6.737: - Ficam CANCELADAS, a Hipoteca (R.11 e AV.14) e a Cédula Hipotecária (Av.12 e AV.15), à vista de quitação do credor constante do campo "11" da própria cédula hipotecária, datada de 05 de março de 1.992. Vide microfilme nº.= 189177 =. Campinas,= * 6 MAI 1992 =.O escrevente autorizado: .(Airton Roberto Martins).

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis(www.registradores.org.br)-Visualizado em:22/09/2020 17:24:57

Assinado eletronicamente por: MARILDA IZIQUE CHEBABI - 23/09/2020 16:56:43 - e594e0d
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20092316563733700000137793712
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114 ID. e594e0d - Pág. 7
Número do documento: 20092316563733700000137793712

MATRÍCULA Nº 6.737

Verso folha nº 1 – ÔNUS

ÔNUS

1º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

DR. ELVINO SILVA FILHO
OFICIAL

REGISTRO GERAL

COMARCA DE CAMPINAS
ESTADO DE SÃO PAULO

PARA SIMPLES CONSULTA - NÃO VALE COMO CERTIDÃO - PARA SIMPLES CONSULTA - NÃO VALE COMO CERTIDÃO

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis(www.registradores.org.br)-Visualizado em:22/09/2020 17:24:57

Assinado eletronicamente por: MARILDA IZIQUE CHEBABI - 23/09/2020 16:56:43 - e594e0d
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20092316563733700000137793712
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114 ID. e594e0d - Pág. 8
Número do documento: 20092316563733700000137793712

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
9ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

PROCESSO: **0002800-98.2006.5.15.0114** - Ação Trabalhista - Rito Ordinário
AUTOR: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
RÉU: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E OUTROS (2)

DECISÃO

Pressupostos extrínsecos:

Tempestivo, regular a representação processual, o Juízo garantido pelo depósito ou penhora.

Pressupostos intrínsecos:

Cabível o recurso haja vista que a decisão atacada é de natureza definitiva.

Preenchido o requisito do § 1º do artigo 897 da CLT.

Recurso processado.

Apresente a parte contrária contraminuta e após subam os autos ao E. TRT.

CAMPINAS/SP, 04 de fevereiro de 2021.

CRISTIANE HELENA PONTES
Juiz(íza) do Trabalho

EY

Assinado eletronicamente por: CRISTIANE HELENA PONTES - Juntado em: 05/02/2021 10:11:54 - ef8cf48
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/21020410101367100000144954819?instancia=1
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Número do documento: 21020410101367100000144954819

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
9ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
ATOrd 0002800-98.2006.5.15.0114
AUTOR: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
RÉU: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E OUTROS (2)

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência da Decisão ID ef8cf48 proferida nos autos.

DECISÃO

Pressupostos extrínsecos:

Tempestivo, regular a representação processual, o Juízo garantido pelo depósito ou penhora.

Pressupostos intrínsecos:

Cabível o recurso haja vista que a decisão atacada é de natureza definitiva.

Preenchido o requisito do § 1º do artigo 897 da CLT.

Recurso processado.

Apresente a parte contrária contraminuta e após subam os autos ao E. TRT.

CAMPINAS/SP, 04 de fevereiro de 2021.

CRISTIANE HELENA PONTES

Assinado eletronicamente por: CRISTIANE HELENA PONTES - Juntado em: 05/02/2021 10:12:54 - e33788d
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/21020510113213000000145038947?instancia=1
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Número do documento: 21020510113213000000145038947

EXCELENTÍSSIMO(a) SR.(a) DR.(a) JUIZ(a) DA 9ª VARA DA JUSTIÇA DO TRABALHO DE CAMPINAS/SP

PROCESSO Nº 0002800-98.2006.5.15.0114

ESPÓLIO DE CLEUSA TERCÍLIA DA SILVA, devidamente qualificado nos autos do processo em epigrafe, **EXECUÇÃO DE CRÉDITOS TRABALHISTAS** que promove em face de **MARIA ANGÉLICA LEAL SANDOVAL + 01**, também qualificados nos autos do mesmo processo, via de seu procurador infra-assinado, vem, respeitosamente, a presença de V. Exa., apresentar **CONTRA MINUTA** ao **AGRAVO DE PETIÇÃO** propostos pelos executados, o que faz pelos termos que se seguem:

Requer, assim, uma vez recebido o presente recurso e, após cumpridas todas as formalidades legais, o seu regular processamento e remessa para instância superior para apreciação.

Termos em que,
Pede Deferimento.

Campinas, 15 de fevereiro de 2021.

Dr. Hamilton Rovani Neves
OAB/SP 143.028

EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

CONTRARRAZÕES AO AGRAVO DE PETIÇÃO

AGRAVADO: **ESPÓLIO DE CLEUSA TERCÍLIA DA SILVA**

AGRAVANTE: **MARIA ANGÉLICA LEAL SANDOVAL + 01**

VARA DE ORIGEM: **9ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS/SP**

PROCESSO Nº 0002800-98.2006.5.15.0114

Apresentam os executados o presente Agravo de Petição contra decisão do juízo da 9ª Vara do Trabalho de Campinas que, mantendo a penhora do bem imóvel objeto da garantia do mesmo juízo, bem como mantendo os demais atos processuais oriundos da mesma penhora, decisão esta oriunda do julgamento dos Embargos a Execução apresentados pelos mesmos executados e constante do Id *e925a2b* (fls. 145 dos autos digitais).

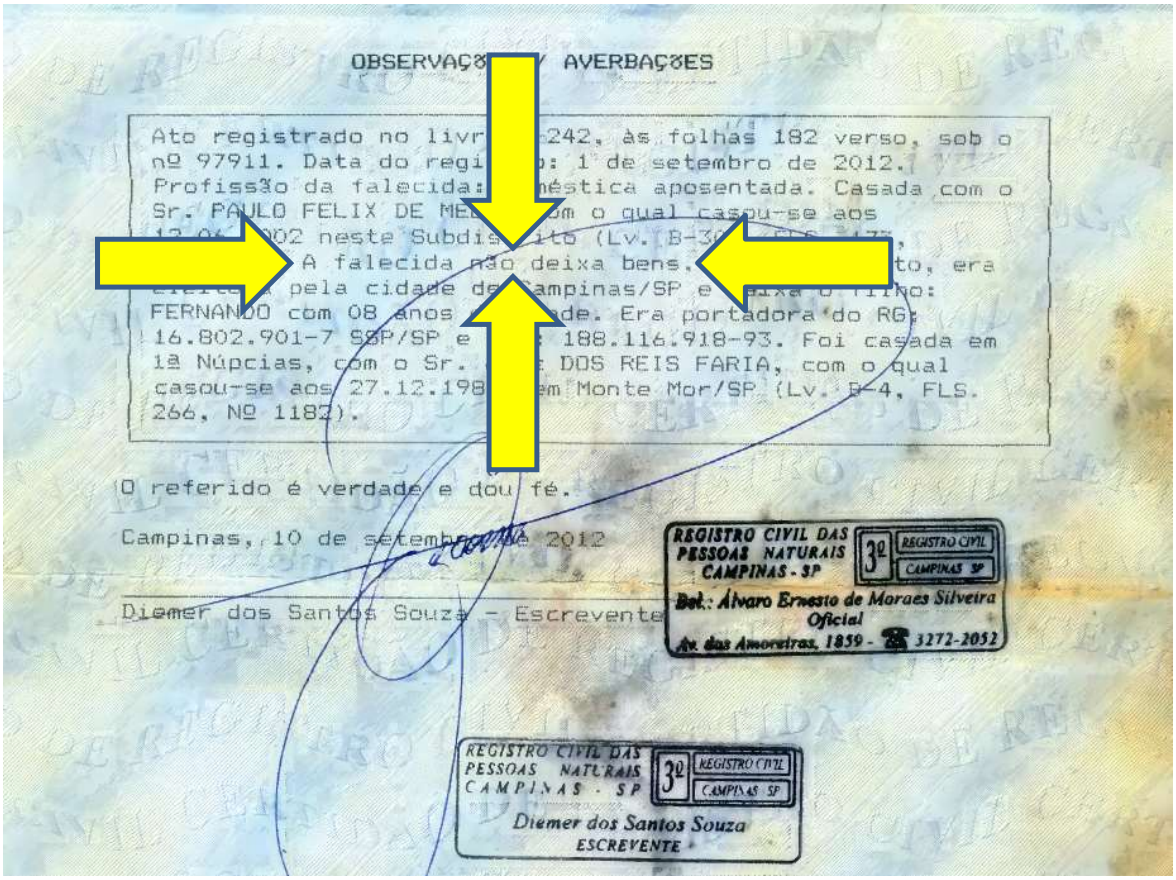
Nenhum reparo há que ser feito na r. decisão, posto que proferida dentro dos limites da legalidade plena. Senão vejamos:

DA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL DO ESPÓLIO:

Alega a agravante deficiência na representação processual do espólio.

É bom que se diga, como já foi frizado em petições anteriores, que o representante do espólio (menor que é assistido por seu tutor legal), está devidamente qualificado nos autos da execução e, também, que quando do falecimento da autora da ação (credora original), mãe do referido menor, esta não deixou qualquer bem a inventariar, razão pela qual não se representa o espólio por "inventariante", já eu não houve abertura de procedimento para esta finalidade.

Veja documento de fls. 30 dos autos digitalizados:


OBSERVAÇÕES E AVERBAÇÕES

Ato registrado no livr[illegible]242, às folhas 182 verso, sob o nº 97911. Data do regi[illegible]o: 1 de setembro de 2012. Profissão da falecida: [illegible]méstica aposentada. Casada com o Sr. PAULO FELIX DE ME[illegible]om o qual casou-se aos [illegible]002 neste Subdis[illegible]rito (Lv. B-3[illegible], A falecida não deixa bens, [illegible]to, era [illegible] pela cidade de [illegible]ampinas/SP e [illegible]ixa o filho: FERNANDO com 08 anos [illegible]de. Era portadora do RG: 16.802.901-7 SSP/SP e [illegible]: 188.116.918-93. Foi casada em 1ª Núpcias, com o Sr. [illegible] DOS REIS FARIA, com o qual casou-se aos 27.12.198[illegible]em Monte Mor/SP (Lv. B-4, FLS. 266, Nº 1182).

O referido é verdade e dou fé.

Campinas, 10 de setembro de 2012

Diemer dos Santos Souza - Escrevente

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS CAMPINAS - SP 3º REGISTRO CIVIL CAMPINAS SP
Bel.: Álvaro Ernesto de Moraes Silveira
Oficial
Av. das Amoreiras, 1859 - 3272-2052

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS CAMPINAS - SP 3º REGISTRO CIVIL CAMPINAS SP
Diemer dos Santos Souza
ESCREVENTE

Quando do falecimento da reclamante, esta tinha na sua linha de sucessão, como dependentes junto ao INSS, seu marido Paulo Felix de Melo e o único filho do casal, no caso o ora representante do espólio.

O marido da reclamante Paulo Felix de Melo, veio a falecer em 12/04/2017, restando apenas e tão somente o filho Fernando da Silva Melo (ainda menor) o qual é assistido/representado por Nelson Felix de Melo, conforme documentação juntada aos autos.

> **MORTE DO EXEQUENTE. DEPENDENTE HABILITADO PERANTE A PREVIDÊNCIA SOCIAL**. Em caso de morte do reclamante/exequente, é legitimado a receber os valores relativos ao contrato de trabalho o dependente habilitado perante a Previdência Social e, somente na sua falta, os sucessores previstos na lei civil. Inteligência do art. 1º da Lei 6.858/80. Agravo de petição da terceira interessada a que se nega provimento.
> (TRT-4 - AP: 00202326420145040015, Data de Julgamento: 06/07/2020, Seção Especializada em Execução)

Assim, não há qualquer defeito na representação processual do espólio, devendo, neste tópico o inconformismo do Agravante ser declarado Improcedente.

DO PEDIDO DE NULIDADE DA SENTENÇA DOS EMBARGOS À EXECUÇÃO

Não há qualquer nulidade aqui verificada, diferentemente do que quer fazer crer a Agravante.

Conforme descrito pela própria agravante, primeiramente, foi penhora parte do imóvel, correspondente a 50% do seu total e, com o falecimento do devedor principal, pela sucessão, foi dada a penhora da totalidade de referido bem, pelo óbvio da sucessão na condição de viúva meeira, como já narrado.

Quando da penhora de 50% do imóvel os Embargos à Execução apresentados foram declarados IMPROCEDENTES e, com a penhora do todo do imóvel (100%) foi apresentados novos embargos **COM O MESMO FUNDAMENTO DOS EMBARGOS ANTERIORE**S, o que levou o Juízo a julgar nos termos da decisão de fls. 143/147 (autos digitais).

Assim, em não tendo havido novo fundamento para apresentação e Embargos à Penhora a matéria já estaria decidida, uma vez eu já havia tido decisão sobre os Embargos de 50% do mesmo bem e, como a matéria alegada nos "novos Embargos" era idêntica, a decisão de declaração de matéria já decidida está correta.

Assim, improcede o inconformismo da Agravante.

DA ALEGAÇÃO DE "BEM DE FAMÍLIA"

Insurge-se a Embargante contra decisão que penhorou imóvel seu, para pagamento de débito da ação trabalhista, a qual vem se perpetuando no tempo, por conta da resistência da mesma Agravante em pagar o que deve.

A matéria já foi exaustivamente decidida pelo Juízo a quo, mas a Agravante insiste na declaração de impenhorabilidade do referido bem, alegando ser "bem de família", o que não procede.

A Agravante, em suas razões, narra o seguinte:

> O artigo 6º da Constituição da República confere o direito de moradia ao cidadão brasileiro. E no artigo 5º, o direito de propriedade. A Lei nº 8009/90 registrava que o direito de moradia, isto é, o direito de propriedade só deixa de ser absoluto quando há credito de empregado doméstico.(inciso I do artigo 3º da Lei 8009/90)
>
> **Ocorre que, a Lei Complementar nº 150 de 01/06/2015, em seu art. 46 revogou expressamente o inciso I do parágrafo 3º da Lei 8009/90, entrando em vigor na data de sua publicação! (art. 47).**
>
> Fls. 163 – autos digitais

A alegação da Agravante beira a má-fé, já que não tem argumentos para tentar se safar da incumbência do pagamento, atira "para todos os lados" e "onde pegar, pegou".

É certo que, como narrado pela mesma Agravante, a Lei 150 de 01/06/2015, trouxe a alteração por ela mencionada. Entretanto, um dos princípios básicos do nosso ordenamento jurídico.

A regra adotada pelo ordenamento jurídico é de que a norma não poderá retroagir, ou seja, a lei nova não será aplicada às situações constituídas sobre a vigência da lei revogada ou modificada (princípio da irretroatividade).

O bem objeto da penhora e sobre o qual se alega ser bem de família, **foi penhora em dezembro de 2013**, portanto, muito antes da promulgação e vigência do dispositivo invocado pela Agravante.

Quatro conceitos distintos, ainda que ligados, podem aplicar-se às normas jurídicas: validade, vigência, vigor e eficácia. A validade indica que a norma pertence ao ordenamento jurídico, pois foi criada por autoridade competente, veiculada por instrumento adequado e relaciona-se de modo coerente com as demais normas jurídicas superiores. A vigência indica que a norma pode, em tese, produzir efeitos. O vigor, por sua vez, é a força obrigatória de uma norma. Uma norma com força obrigatória pode ser socialmente respeitada, possuindo, então, eficácia.

Em tese, uma norma pode tornar-se válida mas não possuir vigência e vigor. Isso ocorre se houver um "período de vacância" entre a data de sua publicação e o início de sua produção de efeitos. Quando a norma torna-se vigente, adquire vigor, pois ganha força obrigatória ante as pessoas e os agentes públicos. Se a norma for seguida, produzirá seus efeitos (terá eficácia).

Podemos admitir que, como regra geral, o vigor de uma norma coincide com o período de sua vigência. A essa coincidência chamamos *atividade* da norma. Se uma norma deixa de ser vigente, mas continua a possuir vigor, afirmamos que houve *ultratividade*. Isso ocorre porque a norma que perdeu a vigência pode continuar a ser obrigatória para aquelas situações consolidadas sob seu império, as quais sempre serão regidas por ela.

Assim, tendo em vista que o ato praticado estava sob a égide da lei anterior, ás alegações constantes do Agravo de Petição da executada, não passam de aventura jurídica, com o condão de procrastinar ainda mais o feito, causando ao exequente, ora Agravado, ainda mais prejuízos, além dos já experimentados até então.

Está mais que claro que a impenhorabilidade do bem de família, contemplava exceções e, aqui esta exceção estava cristalina, pois se trata (a execução) de verbas oriundos de trabalho doméstico, realizado na própria residência objeto da penhora. **NADA MAIS HÁ QUE SE ACRESCENTAR**.

Vemos, assim, que o argumento apresentado para a apresentação do Agravo de Petição que se combate, não passa de elemento sem fundamento jurídico, pois a própria lei apresenta a exceção de penhorabilidade.

Diante disso, requer a **TOTAL IMPROCEDÊNCIA** do Agravo de Petição apresentado pela Executada, mantendo-se a decisão a quo imutável, pois todos os elementos constantes dos autos.

Termos em que,
Pede Deferimento.

Campinas, 15 de fevereiro de 2021.

Dr. Hamilton Rovani Neves
OAB/SP 143.028

IZIQUE CHEBABI
Advogados Associados

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR RELATOR DOUTOR JOSÉ PEDRO DE CAMARGO RODRIGUES DE SOUZA DO E. TRT DA 15ª REGIÃO

Processo nº. 0002800-98.2006.5.15.0114

MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL e **SÉRGIO PARREIRA SANDOVAL (ESPÓLIO),** já qualificada nos autos da reclamação trabalhista em epígrafe, proposta por **CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO,** vem, respeitosamente, por sua advogada, à presença de V. Exa., inconformada com r. sentença que julgou improcedente os embargos à execução opostos, apresentar seus MEMORIAIS, o que faz pelas razões a seguir expostas:

1. **DA AUSÊNCIA DE REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL DO MENOR FILHO DA FALECIDA EXEQUENTE**.

A exequente Cleusa Tercilia da Silva Melo faleceu no curso do processo, seu advogado noticiou o fato, mas não houve a necessária HABILITAÇÃO nos autos deste processo. Não se tem notícia de abertura de inventário, de nomeação de inventariante, nem apresentação de herdeiros.

O que se apresentou nestes autos foi a certidão de óbito da exequente e de seu falecido marido, a indicação de haver filho menor e bem assim, a nomeação judicial de guarda definitiva do menor pelo Sr. Nelson Felix de Melo.

Assinado eletronicamente por: MARILDA IZIQUE CHEBABI - 31/03/2021 16:31:18 - f179a68
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=21033116293997700000156230663
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114 ID. f179a68 - Pág. 1
Número do documento: 21033116293997700000156230663

Esta condição de detentor da guarda do menor não dá ao Sr. Nelson Félix de Melo a condição de outorgar procuração **para representar o espólio em nome próprio**, neste juízo, mas sim em nome do menor que representa. O direito exige tais formalidades, e principalmente na Justiça do Trabalho, habilitação no processo, do menor REPRESENTADO**. (fls.98 ID23b79ae-pag.6)**

Faz-se necessária a indicação na Justiça comum, do falecimento da exequente, da nomeação de inventariante, e todas as demais formalidades, **inclusive sentença de habilitação** DO MENOR, com representação **nestes autos**.

2. DA NULIDADE DA SENTENÇA DE EMBARGOS À EXECUÇÃO

Em primeiro lugar, necessária a história da penhora ocorrida nestes autos. Houve penhora de 50% do imóvel, respeitada a meação, eis de que a Sra. Maria Angélica era casada com o executado Sergio Sandoval, e que faleceu no curso do processo de conhecimento, ela passando a ser inventariante.

Houve a oposição de Embargos à Execução às fls. 375/382 do processo físico, julgados improcedentes e depois, a penhora de 100% do imóvel, por um raciocínio ilógico, estendendo a dívida à esposa meeira, inventariante.

Foi dado novo prazo para que ora Agravante opusesse seus EMBARGOS À EXECUÇÃO. Só que a MM. Juíza negou-se a julgá-lo, sob a esquisita tese de que houve preclusão consumativa, pois já julgara os

Assinado eletronicamente por: MARILDA IZIQUE CHEBABI - 31/03/2021 16:31:18 - f179a68
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=21033116293997700000156230663
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114 ID. f179a68 - Pág. 2
Número do documento: 21033116293997700000156230663

embargos à execução referente aos 50% do imóvel, com os mesmos argumentos, e que agora a penhora era de 100% do imóvel e as razões de Embargos à Execução são as mesmas.

Ora, se são duas penhoras, e esta segunda é de 100% do imóvel, a própria magistrada se contradiz, **pois a primeira deixou de ter existência para que houvesse a penhora de 100%** . É curial que não se pode penhorar 150% do imóvel.

Destarte, tem-se como certo de que não houve sentença de embargos de execução, pois não se pode falar em preclusão consumativa se a primeira penhora (50%) é inexistente!

Por outro lado, há nulidade ainda quando a sentença (nenhuma das duas) não fala do excesso de penhora!

Além do mais, **nota-se que não há registro de penhora, nem da primeira, nem da segunda**, já que o sr. Oficial do Cartório de Registros negou-se a fazer a prenotação, por problemas na documentação, que deveria ter sido providenciada pelo reclamante ou pelo MM. Juízo, e este, embora tenha tido conhecimento pela certidão do sr. Oficial de Justiça, nada providenciou.

Vejamos a Nota de Devolução de fls. 118 e Ofício nº 0294/2019 de fls. 120:

Assinado eletronicamente por: MARILDA IZIQUE CHEBABI - 31/03/2021 16:31:18 - f179a68
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=21033116293997700000156230663
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114 ID. f179a68 - Pág. 3
Número do documento: 21033116293997700000156230663

IZIQUE CHEBABI
Advogados Associados

PRIMEIRO REGISTRO DE IMÓVEIS DE CAMPINAS
Rua Doutor José Inocêncio de Campos, nº. 153, Ed. Metropolitan Plaza, Conjuntos 1 e 2, Térreo
CEP 13.024-230 – Campinas – São Paulo – PABX: (19) 3251-9700 – www.1ri.com.br

Ofício nº 0294/2019-APS

Campinas, 29 de agosto de 2019

Senhor Juiz,

Informo que o R. MANDADO, datado de 13 de março de 2019 (PROCESSO Nº. 0002800-98.2006.5.15.0114), prenotado sob nº. 459.401, não pôde ser cumprido em razão do óbice apresentado na "nota de devolução" anexada (doc. 1).

Aproveito a oportunidade para reiterar meus protestos da mais elevada estima e consideração.

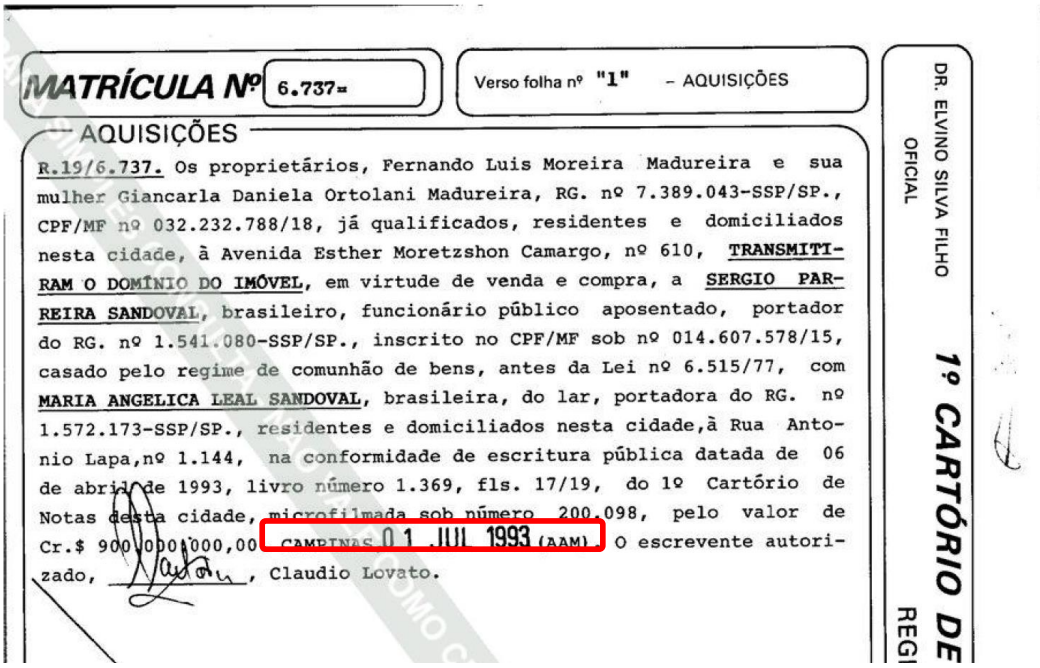
Muito respeitosamente,

Alexandre de Azevedo Palmeira Filho
Oficial de Registro

Desta feita, embora a **ordem** de penhora tenha sido dada, pelo menos até o presente momento ela não foi formalizada, além de não haver o correspondente registro, nem depositário, conforme comprova o documento ora encartado. **Veja-se que tal documento foi visualizado na data de 22 de setembro de 2020! A última anotação da matrícula do imóvel data de 1993.**

Assinado eletronicamente por: MARILDA IZIQUE CHEBABI - 31/03/2021 16:31:18 - f179a68
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=21033116293997700000156230663
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114 ID. f179a68 - Pág. 4
Número do documento: 21033116293997700000156230663

IZIQUE CHEBABI
Advogados Associados

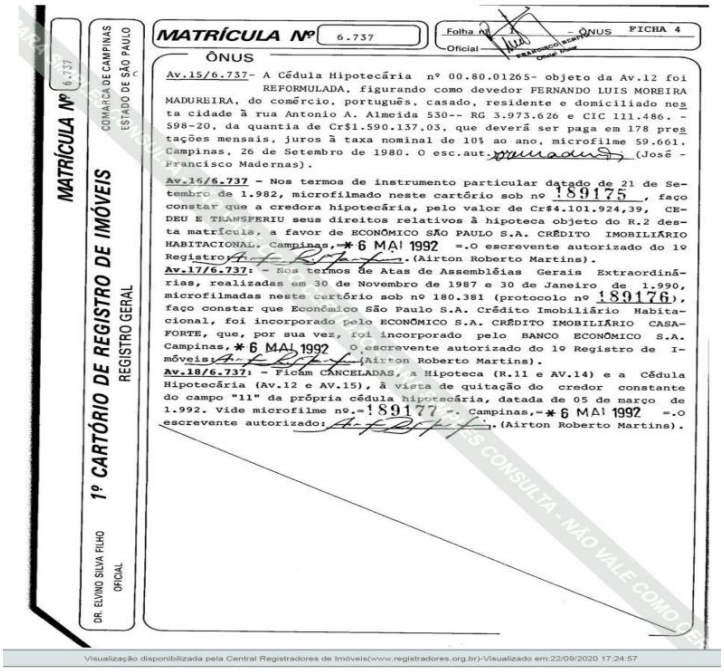


MATRÍCULA Nº 6.737 — Verso folha nº "1" – AQUISIÇÕES

AQUISIÇÕES

R.19/6.737. Os proprietários, Fernando Luis Moreira Madureira e sua mulher Giancarla Daniela Ortolani Madureira, RG. nº 7.389.043-SSP/SP., CPF/MF nº 032.232.788/18, já qualificados, residentes e domiciliados nesta cidade, à Avenida Esther Moretzshon Camargo, nº 610, **TRANSMITIRAM O DOMÍNIO DO IMÓVEL**, em virtude de venda e compra, a **SERGIO PARREIRA SANDOVAL**, brasileiro, funcionário público aposentado, portador do RG. nº 1.541.080-SSP/SP., inscrito no CPF/MF sob nº 014.607.578/15, casado pelo regime de comunhão de bens, antes da Lei nº 6.515/77, com **MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL**, brasileira, do lar, portadora do RG. nº 1.572.173-SSP/SP., residentes e domiciliados nesta cidade,à Rua Antonio Lapa,nº 1.144, na conformidade de escritura pública datada de 06 de abril de 1993, livro número 1.369, fls. 17/19, do 1º Cartório de Notas desta cidade, microfilmada sob número 200.098, pelo valor de Cr.$ 900.000.000,00 CAMPINAS 01 JUL 1993 (AAM) O escrevente autorizado, , Claudio Lovato.

DR. ELVINO SILVA FILHO OFICIAL — 1º CARTÓRIO DE REGI



MATRÍCULA Nº 6.737 — COMARCA DE CAMPINAS — ESTADO DE SÃO PAULO

1º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS — REGISTRO GERAL

DR. ELVINO SILVA FILHO — OFICIAL

MATRÍCULA Nº 6.737 — Folha nº 1 — Oficial — ÔNUS — FICHA 4

ÔNUS

Av.15/6.737- A Cédula Hipotecária nº 00.80.01265- objeto da Av.12 foi REFORMULADA, figurando como devedor FERNANDO LUIS MOREIRA MADUREIRA, do comércio, português, casado, residente e domiciliado nesta cidade à rua Antonio A. Almeida 530-- RG 3.973.626 e CIC 111.486.598-20, da quantia de Cr$1.590.137,03, que deverá ser paga em 178 prestações mensais, juros à taxa nominal de 10% ao ano, microfilme 59.661. Campinas, 26 de Setembro de 1980. O esc.aut. (José - Francisco Madernas).

Av.16/6.737 - Nos termos de instrumento particular datado de 21 de Setembro de 1.982, microfilmado neste cartório sob nº 189175, faço constar que a credora hipotecária, pelo valor de Cr$4.101.924,39, CEDEU E TRANSFERIU seus direitos relativos à hipoteca objeto do R.2 desta matrícula, a favor de ECONÔMICO SÃO PAULO S.A. CRÉDITO IMOBILIÁRIO HABITACIONAL. Campinas, 6 MAI 1992 =.O escrevente autorizado do 1º Registro (Airton Roberto Martins).

Av.17/6.737: - Nos termos de Atas de Assembléias Gerais Extraordinárias, realizadas em 30 de Novembro de 1987 e 30 de Janeiro de 1.990, microfilmadas neste cartório sob nº 180.381 (protocolo nº 189176), faço constar que Econômico São Paulo S.A. Crédito Imobiliário Habitacional, foi incorporado pelo ECONÔMICO S.A. CRÉDITO IMOBILIÁRIO CASA-FORTE, que, por sua vez, foi incorporado pelo BANCO ECONÔMICO S.A. Campinas, 6 MAI 1992 O escrevente autorizado do 1º Registro de Imóveis: (Airton Roberto Martins).

Av.18/6.737: - Ficam CANCELADAS, a Hipoteca (R.11 e AV.14) e a Cédula Hipotecária (Av.12 e AV.15), à vista de quitação do credor constante do campo "11" da própria cédula hipotecária, datada de 05 de março de 1.992. Vide microfilme nº.- 189177 -. Campinas, - 6 MAI 1992 -.O escrevente autorizado: (Airton Roberto Martins).

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis(www.registradores.org.br)-Visualizado em:22/09/2020 17:24:57

CAMPINAS
R. Conceição, 233, cj. 102/103, 109-115
CEP 13010050 - tel. 19 32373747

SÃO PAULO
Av. Marquês de São Vicente, 446, 1501/1502
CEP 01139-0000 – tel 11 25483960

RIO DE JANEIRO
Rua Evaristo da Veiga, 65, Torre 2, cj. 1501
CEP 20031-040 – tel. 21 21846206

www.chebabi.com advogados@chebabi.com

Assinado eletronicamente por: MARILDA IZIQUE CHEBABI - 31/03/2021 16:31:18 - f179a68
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=21033116293997700000156230663
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114 ID. f179a68 - Pág. 5
Número do documento: 21033116293997700000156230663

IZIQUE CHEBABI
Advogados Associados

Ante o exposto, requer seja reconhecido que não há preclusão consumativa, e que a decisão é inexistente, devolvendo-se os autos à origem, a fim de que sejam julgados os Embargos à Execução e tudo quanto neles se contém, inclusive e especialmente no que tange ao excesso de penhora e de execução, pois nos autos consta a avaliação da meação do imóvel em R$210.000,00 quando foi penhorado 50% e R$ 500.000,00 (fls. 114) referente a meação (terreno + benfeitoria) quando foi penhorado 100% do imóvel**. Logo, o imóvel em sua totalidade está avaliado em hum milhão de reais para quitação de um débito de aproximadamente R$ 45.000,00.**

Note-se, que às fls.92 (ID3da1bba-pag.1) consta o espelho do IPTU exercício de 2019, cujo valor venal é de R$601.068,00!!! É notório que o valor de mercado supera e muito o valor venal de qualquer imóvel.

Reitera, outrossim, que não há penhora formalizada, o que eiva de nulidade a determinação de levar à praça o imóvel.

DO MÉRITO

1. DA PENHORA DE BEM DE FAMÍLIA

Não há nos autos qualquer impugnação no sentido de que o imóvel em questão não seja **bem de família**, residência única da entidade familiar.

Assinado eletronicamente por: MARILDA IZIQUE CHEBABI - 31/03/2021 16:31:18 - f179a68
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=21033116293997700000156230663
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114 ID. f179a68 - Pág. 6
Número do documento: 21033116293997700000156230663

Tal fato fora argumentado nos Embargos à Execução de *id 7f08118* **(fls. 71 do PJE)**, e sequer julgados por ocasião do novo Laudo de Penhora e Avaliação (fls. 115).

Pede vênia para transcrever, trechos dos Embargos à Execução, "*in verbis*":

> ***"Com efeito, desde 1º/06/2015, é assegurado ao empregador doméstico devedor, executado em execução trabalhista, opor a objeção de impenhorabilidade (agora) absoluta do bem de família legal, com relação a ditos créditos, haja vista que, por definição e incorporação da extensão dada pelos tribunais, bem de família é, na lição de Álvaro Villaça Azevedo, "um meio de garantir-se um asilo à família, tornando-se o imóvel, onde a mesma se instala, domicílio impenhorável (...)"; "uma porção de bens definidos que a lei ampara e resguarda em benefício da família e da permanência do lar, estabelecendo a seu respeito a impenhorabilidade limitada (...), segundo Carvalho de Mendonça, mencionado por Álvaro Villaça Azevedo."***

Posteriormente, foram opostos os Embargos de fls. 121/130, por ocasião da nova penhora, que agora penhorou 100% do imóvel e julgados improcedentes, ante o fundamento de preclusão consumativa.

Vale registrar, por que fundamental, que leis processuais entram em vigor imediatamente, **e não havendo penhora formalizada, a Lei Complementar 150 de 01/06/2015 deve ser aplicada**, retirando-se a

Assinado eletronicamente por: MARILDA IZIQUE CHEBABI - 31/03/2021 16:31:18 - f179a68
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=21033116293997700000156230663
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114 ID. f179a68 - Pág. 7
Número do documento: 21033116293997700000156230663

determinação de penhora do único bem imóvel que possui a agravante, sendo seu bem de família, nele residindo, e lá estabelecendo sua unidade familiar.

No mais, para que não se discuta, temos que a **ordem de penhora de fls.64 (**id9afca3c. pag 1) é de 26 de fevereiro de 2019, que fere o artigo 46 da Lei Complementar 150/2015**, não foi formalizada, e não se cumpriu a ordem para ciência dos herdeiros!**

Não se pode olvidar, que a matéria aqui discutida, qual seja, o reconhecimento de "bem de família", **é matéria de ordem pública** e não é alcançada pela preclusão.

O que se vê, com relação à penhora, é que a DD.Magistrada de origem não providenciou o quanto consta do artigo 844 do Código de Processo Civil, isto é, o devido registro da penhora no cartório de registro de imóveis. Temos, portanto, que não havendo a penhora oficial devidamente formalizada, não há que se falar em penhora de 2014, pois esta mesma (50%) foi tacitamente anulada com a ordem de penhora de 100% do imóvel, já que não se pode falar em penhorar 150% do imóvel.

E mesmo esta ultima penhora, de 2019, não foi registrada no cartório competente, providência que cabe ao exequente (art.844 CPC), ou que seja providenciada ordem judicial do MM. Juízo de primeiro grau, ao oficial do Cartório de Registro de Imóveis de Campinas. Pede vênia para acostar Ementa que decide que mesmo que o bem penhorado tenha sido devidamente averbado após a interposição do recurso, tem-se como não garantida a

Assinado eletronicamente por: MARILDA IZIQUE CHEBABI - 31/03/2021 16:31:18 - f179a68
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=21033116293997700000156230663
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114 ID. f179a68 - Pág. 8
Número do documento: 21033116293997700000156230663

IZIQUE CHEBABI
Advogados Associados

execução, pois a penhora e registro têm que estar corretos ao tempo do recurso, para garantir a execução e não depois do recurso.

Ou, o seguinte acórdão proferido pelo TRT da 12ª Região, que mostra ser impossível, na execução, a ausência de averbação do auto de penhora à matrícula do imóvel, motivo de nulidade e bem assim, como aconteceu aqui, nestes autos, e conforme foi esclarecido e juntados documentos, que as certidões de avaliação são equivocadas, não há como reconhecer-se como correto o ato que ordena a penhora do imóvel.

Desta feita, não há se falar em preclusão consumativa.

Por todo o exposto, requer **seja provido o presente Agravo de Petição**, para que sejam acolhidas as nulidades apontadas, referentes à representação do espólio da exequente, com indicação de que quem outorga procuração para o advogado representa o filho menor de idade da exequente, e para que seja reformada a respeitável decisão proferida nos Embargos à Execução, cassando a decisão de preclusão consumativa, para que se reconheça ser impossível a penhora do bem de família, nos termos do artigo 46 da Lei Complementar 150/2015, que retirou do mundo jurídico o inciso I do artigo 3º da Lei 8009/90 (que permitia a penhora de bem de família quando o credor era empregado doméstico) e que se reconheça o excesso de penhora, conforme exposto supra.

Termos em que

P. Deferimento

Assinado eletronicamente por: MARILDA IZIQUE CHEBABI - 31/03/2021 16:31:18 - f179a68
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=21033116293997700000156230663
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114 ID. f179a68 - Pág. 9
Número do documento: 21033116293997700000156230663

IZIQUE CHEBABI
Advogados Associados

Campinas, 31 de março de 2021.

Marilda Izique Chebabi

OAB/SP 24.902

CAMPINAS
R. Conceição, 233, cj. 102/103, 109-115
CEP 13010050 - tel. 19 32373747

SÃO PAULO
Av. Marquês de São Vicente, 446, 1501/1502
CEP 01139-0000 – tel 11 25483960

RIO DE JANEIRO
Rua Evaristo da Veiga, 65, Torre 2, cj. 1501
CEP 20031-040 – tel. 21 21846206

www.chebabi.com advogados@chebabi.com

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
9ª Câmara

9ª CÂMARA (QUINTA TURMA)
PROCESSO TRT 15ª REGIÃO N.º 0002800-98.2006.5.15.0114
AGRAVO DE PETIÇÃO
ORIGEM: 9ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
AGRAVANTES: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E SERGIO PARREIRA SANDOVAL
AGRAVADO: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
JUÍZA SENTENCIANTE: MILENA CASACIO FERREIRA BERALDO
RELATOR: JOSÉ PEDRO DE CAMARGO RODRIGUES DE SOUZA
JPCRS/jmn

Inconformados com a r. decisão de fls. 143/144, que não acolheu seus embargos à execução, agravam de petição os executados (fls. 152/170), invocando, em preliminar, a irregularidade na representação da exequente e a nulidade da sentença de embargos à execução. No mérito, invocam a impenhorabilidade do bem de família.

Contraminuta às fls. 181/186.

Dispensada a remessa dos autos à D. Procuradoria, nos termos do Regimento Interno deste E. Tribunal do Trabalho da 15ª Região.

É o relatório.

Voto

Conhece-se do agravo de petição, eis que preenchidos os pressupostos de admissibilidade.

1 - Representação processual

Os executados afirmam que, malgrado notícia do falecimento da exequente, "*não houve a necessária HABILITAÇÃO nos autos deste processo. Não se tem notícia de abertura de inventário, de nomeação de inventariante, nem apresentação de herdeiros*" (fl. 155).

Não merecem prosperar tais alegações.

De acordo com o disposto no artigo 682 do Código Civil de 2002, a morte ou interdição de uma das partes constitui causa de extinção do mandato:

> *Cessa o mandato:*
>
> *I - [...];*
>
> *II - pela morte ou interdição de uma das partes; [...].*

Por outro tanto, o artigo 110 do CPC reza que:

> *Art. 110. Ocorrendo a morte de qualquer das partes, dar-se-á a sucessão pelo seu espólio ou pelos seus sucessores, observado o disposto no art. 313, §§ 1º e 2º.*

No caso, junto à notificação de falecimento da exequente (fls. 27/28), seu patrono informou que o único herdeiro, Fernando da Silva Melo, por ser menor de idade, encontrava-se representado por Nélson Felix de Melo, o que se comprova pelo termo de guarda definitiva de fl. 32, expedido pelo Juiz de Direito da 3ª Vara do Foro Regional de Vila Mimosa, Exmo. Dr. Cássio Modenezi Barbosa.

Por esta razão, a procuração outorgada por Nélson Felix de Melo ao advogado Hamilton Rovani Neves (fl. 33), subscritor nestes autos, reveste-se de validade e eficácia, conferindo a este último poderes para representar não apenas a exequente falecida, mas também seu sucessor.

Nada a deferir.

2. Nulidade da sentença de embargos à execução

O Juízo de origem assim decidiu sobre a matéria (fls. 143/144):

> "Em suas razões de embargos, a executada aduz ser impenhorável o imóvel constrito nos autos nos termos da Lei 8.009/90. Segundo aduz, não obstante a dívida exequenda tenha se originado do trabalho da exequente como empregada doméstica na residência, a norma que constituía exceção à impenhorabilidade desse tipo de bem por esses trabalhadores foi revogada pela LC 150/2015, de forma que, a partir de então, o crédito

originado do trabalho dos empregados domésticos do imóvel não permite a constrição do bem.

Pois bem.

Muito embora tenha sido revogado o inciso I do artigo 3º da referida Lei, o caso em análise possui particularidades que torna a questão da impenhorabilidade e da alegação de excesso de penhora suplantadas pela preclusão consumativa.

E isso porque, o embargante já apresentou embargos insurgindo-se contra essas mesmas questões, alegação que foi decidida nos seguintes termos:

"*Vistos, etc. Submetido o feito a julgamento foi proferida a seguinte: SENTENÇA I - RELATÓRIO Trata-se de Embargos à Execução opostos por MARIA ANGÉLICA LEAL SANDOVAL em face de CLEUSA TERCÍLIA DA SILVA, no qual postula a liberação do bem penhorado por se tratar de bem de família e que seja reconhecido o excesso de execução. Contraminuta às fls. 388/389. O Juízo encontra-se garantido. DECIDO II - FUNDAMENTAÇÃO Conheço dos embargos à execução por estarem presentes os pressupostos de admissibilidade. No mérito, razão não assiste a embargante. Tratando-se de lide ajuizada por empregada doméstica, razão pela qual a regra da impenhorabilidade do bem de família não se aplica neste caso, já que o imóvel em epígrafe corresponde ao da prestação de serviços (art. 3.º, I da Lei 8.009/90). Com relação ao excesso de execução, melhor sorte não assiste ao embargante. O feito tramite nesta Justiça desde 2006 e não fora indicado outro meio para o adimplemento do crédito trabalhista. Sendo assim, não há como se aplicar a regra da execução menos gravosa ao devedor, já que se trata do único meio de quitação do débito. III - DISPOSITIVO Em face do exposto, nego provimento aos Embargos à Execução opostos por MARIA ANGÉLICA LEAL SANDOVAL em face de CLEUSA TERCÍLIA DA SILVA Custas pela embargante na forma do art. 789-A, V, da CLT. Intimem-se as partes. ROBERTA CONFETTI GATSIOS AMSTALDEN JUÍZA DO TRABALHO SUBSTITUTA.'*

No caso, a determinação para a realização de nova penhora para alcançar 100% da totalidade do imóvel constrito e, não mais 50%, como antes determinada, ensejou a abertura de prazo para a embargante impugnar a execução, entretanto, especificamente, quanto à ampliação da constrição e não sobre questões já decididas como a impenhorabilidade, sobre as quais já recaiu a preclusão consumativa."

Os agravantes sustentam que "*não houve sentença de embargos de execução*", e que a preclusão consumativa não tem aplicação, uma vez que "*a primeira penhora (50%) é inexistente*" (fl. 158).

Em relação ao registro das penhoras, afirmam que "*o sr. Oficial do Cartório de Registros negou-se a fazer a prenotação, por problemas na documentação (...)"* e que, *"(...)*

embora a ordem de penhora tenha sido dada, pelo menos até o presente momento ela não foi formalizada, além de não haver o correspondente registro, nem depositário (...)" (fl. 158/159).

Requerem o acolhimento da preliminar de nulidade da sentença, com a determinação de retorno dos autos ao primeiro grau "*a fim de que sejam julgados os Embargos à Execução e tudo quanto neles se contém, inclusive e especialmente no que tange ao excesso de penhora e de execução*" (fl. 162).

No mérito, pugnam pelo provimento do agravo, a fim de se afastar e penhora do imóvel constrito nos autos, nos termos da Lei 8.009/90. Renovam as alegações de que, não obstante a dívida exequenda tenha se originado do trabalho da exequente como empregada doméstica, a norma que constituía exceção à impenhorabilidade da residência dos executados foi revogada pela LC 150/2015.

Pois bem.

No presente caso, o valor do débito, atualizado para 13/03/2019, era de R$45.100,00 (fl. 65).

A questão relativa à impenhorabilidade do bem de família foi suscitada pelos executados, em 18/06/2015, por meio dos embargos à execução de protocolo n. 16233/2015, interpostos após a primeira penhora, de 50%, relativamente ao imóvel de matrícula nº 6737 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Campinas/SP, conforme auto de penhora e avaliação, datado de 17/09/2014, com avaliação de R$135.000,00 (fl. 412 dos autos físicos; fl. 50, do PDF). Após, em 26/10/2016 (auto de fl. 53), foi o imóvel foi reavaliado em R$200.000,00 (fração penhorada, de 50%) e, novamente, em 23/10/2018, em R$210.000,00 (auto de fl. 61/62).

Posteriormente, foi revista a decisão que determinou a penhora de 50% do imóvel em função da meação, tendo o MM. Juízo de origem determinado que a penhora recaísse sobre a totalidade do imóvel, por se tratar de bem indivisível, nos termos do art. 843 do CPC (fl. 64). Assim, diversamente do alegado pelo agravante, a primeira penhora ocorreu, mas não foi dada continuidade aos demais atos executórios em razão dessa última decisão.

Em 22/01/2016, foi proferida sentença, tal como se vê no trecho transcrito, tendo sido devidamente analisada a questão da impenhorabilidade do bem de família. Desta decisão, não houve recurso (fls. 20/21 - relatório de ocorrências do processo).

Em 25/04/2018, houve a migração dos autos ao Sistema Pje-JT e sua tramitação passou a ocorrer de forma exclusivamente eletrônica (fl. 23).

Novo auto de reavaliação do imóvel penhorado foi lavrado em 23/10/2018 pelo Sr. Oficial de Justiça (fls. 61/62) e, ato contínuo, o Juízo da execução determinou a penhora e avaliação da totalidade do imóvel (fl. 64).

Os executados, por meio dos embargos à penhora de fls. 69/78, em 22/03/2019, suscitaram, de novo, a impenhorabilidade do bem por ser de família, ainda que em caso de dívida trabalhista de empregada doméstica. Também impugnaram, em 28/03/2019, a avaliação do imóvel (fls. 90/91).

Em 14/08/2019, o Sr. Oficial de Justiça, em cumprimento à determinação de fl. 64, realizou a penhora de 100% do imóvel *sub judice*, e lavrou o auto de penhora e avaliação de fls. 113/114.

Diante da nova penhora e reavaliação da totalidade do imóvel, foi determinada a abertura de prazo para embargos à execução, nos termos do artigo 884 da CLT (fl. 115).

Os executados, de forma tempestiva, ofereceram os embargos à execução de fls. 121/130, onde arguiram a impenhorabilidade do bem e impugnaram, especificamente, a penhora do imóvel em percentual superior àquele já aplicado, fazendo referência, ainda, ao excesso de penhora e à meação do bem.

A respeito da impenhorabilidade do bem de família, tendo em vista que o 1º grau proferiu decisão com caráter nitidamente meritório, solucionando a controvérsia entre as partes, deveriam os executados ter interposto agravo de petição, no momento oportuno. Não o fizeram, contudo.

Instados a se manifestar sobre a penhora da totalidade do imóvel, não é cabível o manejo dos embargos à execução para rediscussão dessa matéria (impenhorabilidade do bem de família) perante o mesmo Juízo, tendo se operado a preclusão, tal como decidido.

Esse é o entendimento consolidado no C. TST:

> "***AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO PUBLICADO ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. EXECUÇÃO. SENTENÇA DE LIQUIDAÇÃO. ART. 879, § 2.º, DA CLT. PRAZO PARA MANIFESTAÇÃO. CÁLCULOS. EMBARGOS À EXECUÇÃO. NÃO CABIMENTO***. *Nos termos do art. 879, § 2.º, da CLT, antes de proferir a sentença de liquidação, o julgador pode optar por abrir vista às partes por um prazo sucessivo de dez dias para manifestação sobre os cálculos, em que devem ser indicados itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão. Após o decurso de tal prazo, com ou sem manifestação, e proferida a sentença de liquidação pelo magistrado, a via adequada para rediscutir ou impugnar os cálculos é o agravo de*

> *petição. No caso concreto, o Tribunal Regional registrou que o Juiz da execução abriu prazo, nos termos do art. 879, § 2.º, da CLT, para as partes manifestarem sobre os cálculos, proferindo posteriormente a respectiva sentença de liquidação. Dessa decisão, a executada interpôs embargos à execução para rediscutir os cálculos, o que, à luz do art. 879, § 2.º, da CLT, não é cabível, sendo, repita-se, o agravo de petição a via adequada para tal intento. Incólume, pois, o art. 5.º, XXXV, XXXVI e LV, da Constituição Federal. Julgados desta Corte. Agravo não provido.*" (Ag-AIRR 300-21.2005.5.02.0255, Relator Ministro: Breno Medeiros, Data de Julgamento: 22/08/2018, 5ª Turma, Data de Publicação: DEJT 31/08/2018 - g.n.)

Evidentemente, ao reconhecer que houve a preclusão, o Juízo *a quo* fez incidir o direito aplicável de forma fundamentada e conforme a jurisprudência da Corte Superior Trabalhista.

De qualquer sorte, como bem pontuado pela 1ª instância, a regra da impenhorabilidade do bem de família não se aplica ao presente caso, por se tratar de empregada doméstica que prestava serviços no imóvel em questão (art. 3º, I da Lei 8.009/90). Cumpre registrar que a reclamação foi ajuizada em 09/01/2006 (fl. 03) e as contas de liquidação foram homologadas em 25/09/2007 (fl. 07).

Por outro lado, os executados impugnaram, também, por meio dos embargos à execução de fls. 121/130, a matéria relativa à meação do bem e à ampliação da constrição, com o consequente excesso da penhora, sobre as quais não houve pronunciamento da MM. Magistrada *a quo* na sentença de fls. 143/144.

Ora, a alegação de que a penhora da totalidade do imóvel teria desrespeitado a meação não merece prosperar porque, como antes relatado, a ordem de penhora e avaliação da totalidade do imóvel, objeto do despacho de fl. 64, adequadamente invocou e aplicou o artigo 843 do CPC, que prevê a possibilidade de penhora integral de bem indivisível, com a reserva dos valores referentes à quota-parte dos coproprietários, *in verbis*:

> *Art. 843. Tratando-se de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem.*
>
> *§ 1º É reservada ao coproprietário ou ao cônjuge não executado a preferência na arrematação do bem em igualdade de condições.*
>
> *§ 2º Não será levada a efeito expropriação por preço inferior ao da avaliação na qual o valor auferido seja incapaz de garantir, ao coproprietário ou ao cônjuge alheio à execução, o correspondente à sua quota-parte calculado sobre o valor da avaliação. (g.n.)*

Tal diretriz visa à efetividade da prestação jurisdicional, diante da óbvia constatação de que, dificilmente, surgiriam interessados em arrematar apenas fração ideal de bem imóvel indivisível. Trata-se de salutar alteração legislativa!

Lado outro, é certo que o Sr. Oficial de Justiça Avaliador majorou a meação do imóvel de R$210.000,00 (fls. 61/62), para R$500.000,00 (fls. 113/114), e os executados, por meio dos embargos à execução de fls. 121/130, alegaram expressamente que o bem teria "*valor muito superior ao valor da condenação, e assim sendo, estaria excedendo e muito o valor suficiente para garantir a execução*" (fl. 122). Relembre-se que, na sentença de fls. 143/144, não houve pronunciamento pela MM. Magistrada *a quo* sobre o alegado excesso da "execução", este impropriamente invocado, pois seria, quando muito, excesso de penhora.

Ora, tendo em vista que a matéria arguida poderia enquadrar-se em eventual excesso de penhora, mas não em excesso de execução, não se trata de tema que possa ser deduzido em embargos à execução, por aplicação do disposto no art. 917 do CPC, cumprindo destacar que, a situação retratada nestes autos não se caracteriza como penhora incorreta, tampouco avaliação errônea. Ao contrário, a medida é adequada por incontornável aplicação do art. 843 do CPC, como acima explicado.

É elementar que o devedor, a qualquer tempo, pode fazer substituir a penhora do bem por dinheiro, assim prevenindo a eventual e respectiva perda em hasta pública, providência que os recorrentes ainda têm a chance de fazer, não devendo, porém, fazer uso de meios que acarretem maior procrastinação do cumprimento do título judicial transitado em julgado em seu desfavor, a não se que desejem pôr em risco sua propriedade.

Portanto, nega-se provimento ao agravo.

Diante do exposto, decide-se conhecer do agravo de petição interposto por **MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E SERGIO PARREIRA SANDOVAL** e **NEGAR-LHE PROVIMENTO,** nos termos da fundamentação.

Julgamento ADIADO em Sessão extraordinária realizada por videoconferência em 06 de abril de 2021 por determinação da Exma. Sra. Desembargadora Maria Inês Corrêa de Cerqueira César Targa, Presidente da 9ª Câmara, tendo em vista indisponibilidade do PJe.

Sessão de julgamento extraordinária realizada por videoconferência em 10 de junho de 2021, conforme Portaria Conjunta GP VPA VPJ-CR 004/2020.

Composição: Exmos. Srs. Desembargadores José Pedro de Camargo Rodrigues de Souza (Relator e Presidente Regimental), Gerson Lacerda Pistori e Thelma Helena Monteiro de Toledo Vieira.

Ministério Público do Trabalho: Exmo(a). Sr(a). Procurador(a) Ciente.

Acordam os magistrados da 9ª Câmara do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região em julgar o processo nos termos do voto proposto pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Relator(a).

Votação unânime.

Compareceu para sustentar oralmente, pela Agravante MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL, a Dra. JERUZA ALBUQUERQUE DA ROCHA.

JOSE PEDRO DE CAMARGO RODRIGUES DE SOUZA
Desembargador Relator

Votos Revisores

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
9ª CÂMARA
Relator: JOSE PEDRO DE CAMARGO RODRIGUES DE SOUZA
AP 0002800-98.2006.5.15.0114
AGRAVANTE: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E OUTROS (2)
AGRAVADO: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO

9ª CÂMARA (QUINTA TURMA)

PROCESSO TRT 15ª REGIÃO N.º 0002800-98.2006.5.15.0114

AGRAVO DE PETIÇÃO

ORIGEM: 9ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

AGRAVANTES: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E SERGIO PARREIRA SANDOVAL

AGRAVADO: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO

JUÍZA SENTENCIANTE: MILENA CASACIO FERREIRA BERALDO

RELATOR: JOSÉ PEDRO DE CAMARGO RODRIGUES DE SOUZA

JPCRS/jmn

Inconformados com a r. decisão de fls. 143/144, que não acolheu seus embargos à execução, agravam de petição os executados (fls. 152 /170), invocando, em preliminar, a irregularidade na representação da exequente e a nulidade da sentença de embargos à execução. No mérito, invocam a impenhorabilidade do bem de família.

Contraminuta às fls. 181/186.

Dispensada a remessa dos autos à D. Procuradoria, nos termos do Regimento Interno deste E. Tribunal do Trabalho da 15ª Região.

É o relatório.

PJe Assinado eletronicamente por: MASSACO OKAMOTO ALBRECHT - Juntado em: 29/06/2021 11:04:54 - 454ef5e

Voto

Conhece-se do agravo de petição, eis que preenchidos os pressupostos de admissibilidade.

1 - Representação processual

Os executados afirmam que, malgrado notícia do falecimento da exequente, "*não houve a necessária HABILITAÇÃO nos autos deste processo. Não se tem notícia de abertura de inventário, de nomeação de inventariante, nem apresentação de herdeiros*" (fl. 155).

Não merecem prosperar tais alegações.

De acordo com o disposto no artigo 682 do Código Civil de 2002, a morte ou interdição de uma das partes constitui causa de extinção do mandato:

Cessa o mandato:

I - [...];

II - pela morte ou interdição de uma das partes; [...].

Por outro tanto, o artigo 110 do CPC reza que:

Art. 110. Ocorrendo a morte de qualquer das partes, dar-se-á a sucessão pelo seu espólio ou pelos seus sucessores, observado o disposto no art. 313, §§ 1º e 2º.

Assinado eletronicamente por: MASSACO OKAMOTO ALBRECHT - Juntado em: 29/06/2021 11:04:54 - 454ef5e

No caso, junto à notificação de falecimento da exequente (fls. 27 /28), seu patrono informou que o único herdeiro, Fernando da Silva Melo, por ser menor de idade, encontrava-se representado por Nélson Felix de Melo, o que se comprova pelo termo de guarda definitiva de fl. 32, expedido pelo Juiz de Direito da 3ª Vara do Foro Regional de Vila Mimosa, Exmo. Dr. Cássio Modenezi Barbosa.

Por esta razão, a procuração outorgada por Nélson Felix de Melo ao advogado Hamilton Rovani Neves (fl. 33), subscritor nestes autos, reveste-se de validade e eficácia, conferindo a este último poderes para representar não apenas a exequente falecida, mas também seu sucessor.

Nada a deferir.

2. Nulidade da sentença de embargos à execução

O Juízo de origem assim decidiu sobre a matéria (fls. 143/144):

"Em suas razões de embargos, a executada aduz ser impenhorável o imóvel constrito nos autos nos termos da Lei 8.009/90. Segundo aduz, não obstante a dívida exequenda tenha se originado do trabalho da exequente como empregada doméstica na residência, a norma que constituía exceção à impenhorabilidade desse tipo de bem por esses trabalhadores foi revogada pela LC 150/2015, de forma que, a partir de então, o crédito originado do trabalho dos empregados domésticos do imóvel não permite a constrição do bem.

Pois bem.

Muito embora tenha sido revogado o inciso I do artigo 3º da referida Lei, o caso em análise possui particularidades que torna a questão da impenhorabilidade e da alegação de excesso de penhora suplantadas pela preclusão consumativa.

PJe Assinado eletronicamente por: MASSACO OKAMOTO ALBRECHT - Juntado em: 29/06/2021 11:04:54 - 454ef5e

E isso porque, o embargante já apresentou embargos insurgindo-se contra essas mesmas questões, alegação que foi decidida nos seguintes termos:

"*Vistos, etc. Submetido o feito a julgamento foi proferida a seguinte: SENTENÇA I - RELATÓRIO Trata-se de Embargos à Execução opostos por MARIA ANGÉLICA LEAL SANDOVAL em face de CLEUSA TERCÍLIA DA SILVA, no qual postula a liberação do bem penhorado por se tratar de bem de família e que seja reconhecido o excesso de execução. Contraminuta às fls. 388/389. O Juízo encontra-se garantido. DECIDO II - FUNDAMENTAÇÃO Conheço dos embargos à execução por estarem presentes os pressupostos de admissibilidade. No mérito, razão não assiste a embargante. Tratando-se de lide ajuizada por empregada doméstica, razão pela qual a regra da impenhorabilidade do bem de família não se aplica neste caso, já que o imóvel em epígrafe corresponde ao da prestação de serviços (art. 3.º, I da Lei 8.009/90). Com relação ao excesso de execução, melhor sorte não assiste ao embargante. O feito tramite nesta Justiça desde 2006 e não fora indicado outro meio para o adimplemento do crédito trabalhista. Sendo assim, não há como se aplicar a regra da execução menos gravosa ao devedor, já que se trata do único meio de quitação do débito. III - DISPOSITIVO Em face do exposto, nego provimento aos Embargos à Execução opostos por MARIA ANGÉLICA LEAL SANDOVAL em face de CLEUSA TERCÍLIA DA SILVA Custas pela embargante na forma do art. 789-A, V, da CLT. Intimem-se as partes. ROBERTA CONFETTI GATSIOS AMSTALDEN JUÍZA DO TRABALHO SUBSTITUTA.'*

No caso, a determinação para a realização de nova penhora para alcançar 100% da totalidade do imóvel constrito e, não mais 50%, como antes determinada, ensejou a abertura de prazo para a embargante impugnar a execução, entretanto, especificamente, quanto à ampliação da constrição e não sobre questões já decididas como a impenhorabilidade, sobre as quais já recaiu a preclusão consumativa."

PJe Assinado eletronicamente por: MASSACO OKAMOTO ALBRECHT - Juntado em: 29/06/2021 11:04:54 - 454ef5e

Os agravantes sustentam que "*não houve sentença de embargos de execução*", e que a preclusão consumativa não tem aplicação, uma vez que "*a primeira penhora (50%) é inexistente*" (fl. 158).

Em relação ao registro das penhoras, afirmam que "*o sr. Oficial do Cartório de Registros negou-se a fazer a prenotação, por problemas na documentação (...)"* e que, *"(...) embora a ordem de penhora tenha sido dada, pelo menos até o presente momento ela não foi formalizada, além de não haver o correspondente registro, nem depositário (...)*" (fl. 158/159).

Requerem o acolhimento da preliminar de nulidade da sentença, com a determinação de retorno dos autos ao primeiro grau "*a fim de que sejam julgados os Embargos à Execução e tudo quanto neles se contém, inclusive e especialmente no que tange ao excesso de penhora e de execução*" (fl. 162).

No mérito, pugnam pelo provimento do agravo, a fim de se afastar e penhora do imóvel constrito nos autos, nos termos da Lei 8.009/90. Renovam as alegações de que, não obstante a dívida exequenda tenha se originado do trabalho da exequente como empregada doméstica, a norma que constituía exceção à impenhorabilidade da residência dos executados foi revogada pela LC 150/2015.

Pois bem.

No presente caso, o valor do débito, atualizado para 13/03/2019, era de R$45.100,00 (fl. 65).

A questão relativa à impenhorabilidade do bem de família foi suscitada pelos executados, em 18/06/2015, por meio dos embargos à execução de protocolo n. 16233/2015, interpostos após a primeira penhora, de 50%, relativamente ao imóvel de matrícula nº 6737 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Campinas/SP, conforme auto de penhora e avaliação, datado de 17/09/2014, com avaliação de R$135.000,00 (fl. 412 dos autos físicos; fl. 50, do PDF). Após, em

PJe Assinado eletronicamente por: MASSACO OKAMOTO ALBRECHT - Juntado em: 29/06/2021 11:04:54 - 454ef5e

26/10/2016 (auto de fl. 53), foi o imóvel foi reavaliado em R$200.000,00 (fração penhorada, de 50%) e, novamente, em 23/10/2018, em R$210.000,00 (auto de fl. 61/62).

Posteriormente, foi revista a decisão que determinou a penhora de 50% do imóvel em função da meação, tendo o MM. Juízo de origem determinado que a penhora recaísse sobre a totalidade do imóvel, por se tratar de bem indivisível, nos termos do art. 843 do CPC (fl. 64). Assim, diversamente do alegado pelo agravante, a primeira penhora ocorreu, mas não foi dada continuidade aos demais atos executórios em razão dessa última decisão.

Em 22/01/2016, foi proferida sentença, tal como se vê no trecho transcrito, tendo sido devidamente analisada a questão da impenhorabilidade do bem de família. Desta decisão, não houve recurso (fls. 20/21 - relatório de ocorrências do processo).

Em 25/04/2018, houve a migração dos autos ao Sistema Pje-JT e sua tramitação passou a ocorrer de forma exclusivamente eletrônica (fl. 23).

Novo auto de reavaliação do imóvel penhorado foi lavrado em 23/10/2018 pelo Sr. Oficial de Justiça (fls. 61/62) e, ato contínuo, o Juízo da execução determinou a penhora e avaliação da totalidade do imóvel (fl. 64).

Os executados, por meio dos embargos à penhora de fls. 69/78, em 22/03/2019, suscitaram, de novo, a impenhorabilidade do bem por ser de família, ainda que em caso de dívida trabalhista de empregada doméstica. Também impugnaram, em 28/03/2019, a avaliação do imóvel (fls. 90/91).

Em 14/08/2019, o Sr. Oficial de Justiça, em cumprimento à determinação de fl. 64, realizou a penhora de 100% do imóvel *sub judice*, e lavrou o auto de penhora e avaliação de fls. 113/114.

Diante da nova penhora e reavaliação da totalidade do imóvel, foi determinada a abertura de prazo para embargos à execução, nos termos do artigo 884 da CLT (fl. 115).

PJe Assinado eletronicamente por: MASSACO OKAMOTO ALBRECHT - Juntado em: 29/06/2021 11:04:54 - 454ef5e

Os executados, de forma tempestiva, ofereceram os embargos à execução de fls. 121/130, onde arguiram a impenhorabilidade do bem e impugnaram, especificamente, a penhora do imóvel em percentual superior àquele já aplicado, fazendo referência, ainda, ao excesso de penhora e à meação do bem.

A respeito da impenhorabilidade do bem de família, tendo em vista que o 1º grau proferiu decisão com caráter nitidamente meritório, solucionando a controvérsia entre as partes, deveriam os executados ter interposto agravo de petição, no momento oportuno. Não o fizeram, contudo.

Instados a se manifestar sobre a penhora da totalidade do imóvel, não é cabível o manejo dos embargos à execução para rediscussão dessa matéria (impenhorabilidade do bem de família) perante o mesmo Juízo, tendo se operado a preclusão, tal como decidido.

Esse é o entendimento consolidado no C. TST:

"***AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO PUBLICADO ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. EXECUÇÃO. SENTENÇA DE LIQUIDAÇÃO. ART. 879, § 2.º, DA CLT. PRAZO PARA MANIFESTAÇÃO. CÁLCULOS. EMBARGOS À EXECUÇÃO. NÃO CABIMENTO.*** *Nos termos do art. 879, § 2.º, da CLT, antes de proferir a sentença de liquidação, o julgador pode optar por abrir vista às partes por um prazo sucessivo de dez dias para manifestação sobre os cálculos, em que devem ser indicados itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão. Após o decurso de tal prazo, com ou sem manifestação, e proferida a sentença de liquidação pelo magistrado, a via adequada para rediscutir ou impugnar os cálculos é o agravo de petição. No caso concreto, o Tribunal Regional registrou que o Juiz da execução abriu prazo, nos termos do art. 879, § 2.º, da CLT, para as partes manifestarem sobre os cálculos, proferindo posteriormente a respectiva sentença de liquidação. Dessa decisão, a executada interpôs embargos à execução para rediscutir os cálculos, o que, à luz do art. 879, § 2.º, da CLT, não é cabível, sendo, repita-se, o agravo de petição a via adequada para tal*

intento. Incólume, pois, o art. 5.º, XXXV, XXXVI e LV, da Constituição Federal. Julgados desta Corte. Agravo não provido." (Ag-AIRR 300-21.2005.5.02.0255, Relator Ministro: Breno Medeiros, Data de Julgamento: 22/08/2018, 5ª Turma, Data de Publicação: DEJT 31/08/2018 - g.n.)

Evidentemente, ao reconhecer que houve a preclusão, o Juízo *a quo* fez incidir o direito aplicável de forma fundamentada e conforme a jurisprudência da Corte Superior Trabalhista.

De qualquer sorte, como bem pontuado pela 1ª instância, a regra da impenhorabilidade do bem de família não se aplica ao presente caso, por se tratar de empregada doméstica que prestava serviços no imóvel em questão (art. 3º, I da Lei 8.009/90). Cumpre registrar que a reclamação foi ajuizada em 09/01/2006 (fl. 03) e as contas de liquidação foram homologadas em 25/09/2007 (fl. 07).

Por outro lado, os executados impugnaram, também, por meio dos embargos à execução de fls. 121/130, a matéria relativa à meação do bem e à ampliação da constrição, com o consequente excesso da penhora, sobre as quais não houve pronunciamento da MM. Magistrada *a quo* na sentença de fls. 143/144.

Ora, a alegação de que a penhora da totalidade do imóvel teria desrespeitado a meação não merece prosperar porque, como antes relatado, a ordem de penhora e avaliação da totalidade do imóvel, objeto do despacho de fl. 64, adequadamente invocou e aplicou o artigo 843 do CPC, que prevê a possibilidade de penhora integral de bem indivisível, com a reserva dos valores referentes à quota-parte dos coproprietários, *in verbis*:

Art. 843. Tratando-se de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem.

§ 1º É reservada ao coproprietário ou ao cônjuge não executado a preferência na arrematação do bem em igualdade de condições.

PJe Assinado eletronicamente por: MASSACO OKAMOTO ALBRECHT - Juntado em: 29/06/2021 11:04:54 - 454ef5e

§ 2º Não será levada a efeito expropriação por preço inferior ao da avaliação na qual o valor auferido seja incapaz de garantir, ao coproprietário ou ao cônjuge alheio à execução, o correspondente à sua quota-parte calculado sobre o valor da avaliação. (g.n.)

Tal diretriz visa à efetividade da prestação jurisdicional, diante da óbvia constatação de que, dificilmente, surgiriam interessados em arrematar apenas fração ideal de bem imóvel indivisível. Trata-se de salutar alteração legislativa!

Lado outro, é certo que o Sr. Oficial de Justiça Avaliador majorou a meação do imóvel de R$210.000,00 (fls. 61/62), para R$500.000,00 (fls. 113/114), e os executados, por meio dos embargos à execução de fls. 121/130, alegaram expressamente que o bem teria "*valor muito superior ao valor da condenação, e assim sendo, estaria excedendo e muito o valor suficiente para garantir a execução*" (fl. 122). Relembre-se que, na sentença de fls. 143/144, não houve pronunciamento pela MM. Magistrada *a quo* sobre o alegado excesso da "execução", este impropriamente invocado, pois seria, quando muito, excesso de penhora.

Ora, tendo em vista que a matéria arguida poderia enquadrar-se em eventual excesso de penhora, mas não em excesso de execução, não se trata de tema que possa ser deduzido em embargos à execução, por aplicação do disposto no art. 917 do CPC, cumprindo destacar que, a situação retratada nestes autos não se caracteriza como penhora incorreta, tampouco avaliação errônea. Ao contrário, a medida é adequada por incontornável aplicação do art. 843 do CPC, como acima explicado.

É elementar que o devedor, a qualquer tempo, pode fazer substituir a penhora do bem por dinheiro, assim prevenindo a eventual e respectiva perda em hasta pública, providência que os recorrentes ainda têm a chance de fazer, não devendo, porém, fazer uso de meios que acarretem maior procrastinação do cumprimento do título

PJe Assinado eletronicamente por: MASSACO OKAMOTO ALBRECHT - Juntado em: 29/06/2021 11:04:54 - 454ef5e

judicial transitado em julgado em seu desfavor, a não se que desejem pôr em risco sua propriedade.

Portanto, nega-se provimento ao agravo.

Diante do exposto, decide-se conhecer do agravo de petição interposto por **MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E SERGIO PARREIRA SANDOVAL** e **NEGAR-LHE PROVIMENTO,** nos termos da fundamentação.

Julgamento ADIADO em Sessão extraordinária realizada por videoconferência em 06 de abril de 2021 por determinação da Exma. Sra. Desembargadora Maria Inês Corrêa de Cerqueira César Targa, Presidente da 9ª Câmara, tendo em vista indisponibilidade do PJe.

Sessão de julgamento extraordinária realizada por videoconferência em 10 de junho de 2021, conforme Portaria Conjunta GP VPA VPJ-CR 004 /2020.

Composição: Exmos. Srs. Desembargadores José Pedro de Camargo Rodrigues de Souza (Relator e Presidente Regimental), Gerson Lacerda Pistori e Thelma Helena Monteiro de Toledo Vieira.

Ministério Público do Trabalho: Exmo(a). Sr(a). Procurador(a) Ciente.

Acordam os magistrados da 9ª Câmara do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região em julgar o processo nos termos do voto proposto pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Relator(a).

Votação unânime.

Compareceu para sustentar oralmente, pela Agravante MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL, a Dra. JERUZA ALBUQUERQUE DA ROCHA.

PJe Assinado eletronicamente por: MASSACO OKAMOTO ALBRECHT - Juntado em: 29/06/2021 11:04:54 - 454ef5e

JOSE PEDRO DE CAMARGO RODRIGUES DE SOUZA
Desembargador Relator

Votos Revisores

CAMPINAS/SP, 29 de junho de 2021.

MASSACO OKAMOTO ALBRECHT
Diretor de Secretaria

Assinado eletronicamente por: MASSACO OKAMOTO ALBRECHT - Juntado em: 29/06/2021 11:04:54 - 454ef5e
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/21062911045161700000070977764?instancia=2
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Número do documento: 21062911045161700000070977764

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
9ª CÂMARA
Relator: JOSE PEDRO DE CAMARGO RODRIGUES DE SOUZA
AP 0002800-98.2006.5.15.0114
AGRAVANTE: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E OUTROS (2)
AGRAVADO: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO

9ª CÂMARA (QUINTA TURMA)

PROCESSO TRT 15ª REGIÃO N.º 0002800-98.2006.5.15.0114

AGRAVO DE PETIÇÃO

ORIGEM: 9ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

AGRAVANTES: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E SERGIO PARREIRA SANDOVAL

AGRAVADO: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO

JUÍZA SENTENCIANTE: MILENA CASACIO FERREIRA BERALDO

RELATOR: JOSÉ PEDRO DE CAMARGO RODRIGUES DE SOUZA

JPCRS/jmn

Inconformados com a r. decisão de fls. 143/144, que não acolheu seus embargos à execução, agravam de petição os executados (fls. 152 /170), invocando, em preliminar, a irregularidade na representação da exequente e a nulidade da sentença de embargos à execução. No mérito, invocam a impenhorabilidade do bem de família.

Contraminuta às fls. 181/186.

Dispensada a remessa dos autos à D. Procuradoria, nos termos do Regimento Interno deste E. Tribunal do Trabalho da 15ª Região.

É o relatório.

PJe Assinado eletronicamente por: MASSACO OKAMOTO ALBRECHT - Juntado em: 29/06/2021 11:04:54 - 02ee540

Voto

Conhece-se do agravo de petição, eis que preenchidos os pressupostos de admissibilidade.

1 - Representação processual

Os executados afirmam que, malgrado notícia do falecimento da exequente, "*não houve a necessária HABILITAÇÃO nos autos deste processo. Não se tem notícia de abertura de inventário, de nomeação de inventariante, nem apresentação de herdeiros*" (fl. 155).

Não merecem prosperar tais alegações.

De acordo com o disposto no artigo 682 do Código Civil de 2002, a morte ou interdição de uma das partes constitui causa de extinção do mandato:

Cessa o mandato:

I - [...];

II - pela morte ou interdição de uma das partes; [...].

Por outro tanto, o artigo 110 do CPC reza que:

Art. 110. Ocorrendo a morte de qualquer das partes, dar-se-á a sucessão pelo seu espólio ou pelos seus sucessores, observado o disposto no art. 313, §§ 1º e 2º.

Assinado eletronicamente por: MASSACO OKAMOTO ALBRECHT - Juntado em: 29/06/2021 11:04:54 - 02ee540

No caso, junto à notificação de falecimento da exequente (fls. 27 /28), seu patrono informou que o único herdeiro, Fernando da Silva Melo, por ser menor de idade, encontrava-se representado por Nélson Felix de Melo, o que se comprova pelo termo de guarda definitiva de fl. 32, expedido pelo Juiz de Direito da 3ª Vara do Foro Regional de Vila Mimosa, Exmo. Dr. Cássio Modenezi Barbosa.

Por esta razão, a procuração outorgada por Nélson Felix de Melo ao advogado Hamilton Rovani Neves (fl. 33), subscritor nestes autos, reveste-se de validade e eficácia, conferindo a este último poderes para representar não apenas a exequente falecida, mas também seu sucessor.

Nada a deferir.

2. Nulidade da sentença de embargos à execução

O Juízo de origem assim decidiu sobre a matéria (fls. 143/144):

"Em suas razões de embargos, a executada aduz ser impenhorável o imóvel constrito nos autos nos termos da Lei 8.009/90. Segundo aduz, não obstante a dívida exequenda tenha se originado do trabalho da exequente como empregada doméstica na residência, a norma que constituía exceção à impenhorabilidade desse tipo de bem por esses trabalhadores foi revogada pela LC 150/2015, de forma que, a partir de então, o crédito originado do trabalho dos empregados domésticos do imóvel não permite a constrição do bem.

Pois bem.

Muito embora tenha sido revogado o inciso I do artigo 3º da referida Lei, o caso em análise possui particularidades que torna a questão da impenhorabilidade e da alegação de excesso de penhora suplantadas pela preclusão consumativa.

PJe Assinado eletronicamente por: MASSACO OKAMOTO ALBRECHT - Juntado em: 29/06/2021 11:04:54 - 02ee540

E isso porque, o embargante já apresentou embargos insurgindo-se contra essas mesmas questões, alegação que foi decidida nos seguintes termos:

"*Vistos, etc. Submetido o feito a julgamento foi proferida a seguinte: SENTENÇA I - RELATÓRIO Trata-se de Embargos à Execução opostos por MARIA ANGÉLICA LEAL SANDOVAL em face de CLEUSA TERCÍLIA DA SILVA, no qual postula a liberação do bem penhorado por se tratar de bem de família e que seja reconhecido o excesso de execução. Contraminuta às fls. 388/389. O Juízo encontra-se garantido. DECIDO II - FUNDAMENTAÇÃO Conheço dos embargos à execução por estarem presentes os pressupostos de admissibilidade. No mérito, razão não assiste a embargante. Tratando-se de lide ajuizada por empregada doméstica, razão pela qual a regra da impenhorabilidade do bem de família não se aplica neste caso, já que o imóvel em epígrafe corresponde ao da prestação de serviços (art. 3.º, I da Lei 8.009/90). Com relação ao excesso de execução, melhor sorte não assiste ao embargante. O feito tramite nesta Justiça desde 2006 e não fora indicado outro meio para o adimplemento do crédito trabalhista. Sendo assim, não há como se aplicar a regra da execução menos gravosa ao devedor, já que se trata do único meio de quitação do débito. III - DISPOSITIVO Em face do exposto, nego provimento aos Embargos à Execução opostos por MARIA ANGÉLICA LEAL SANDOVAL em face de CLEUSA TERCÍLIA DA SILVA Custas pela embargante na forma do art. 789-A, V, da CLT. Intimem-se as partes. ROBERTA CONFETTI GATSIOS AMSTALDEN JUÍZA DO TRABALHO SUBSTITUTA.'*

No caso, a determinação para a realização de nova penhora para alcançar 100% da totalidade do imóvel constrito e, não mais 50%, como antes determinada, ensejou a abertura de prazo para a embargante impugnar a execução, entretanto, especificamente, quanto à ampliação da constrição e não sobre questões já decididas como a impenhorabilidade, sobre as quais já recaiu a preclusão consumativa."

PJe Assinado eletronicamente por: MASSACO OKAMOTO ALBRECHT - Juntado em: 29/06/2021 11:04:54 - 02ee540

Os agravantes sustentam que "*não houve sentença de embargos de execução*", e que a preclusão consumativa não tem aplicação, uma vez que "*a primeira penhora (50%) é inexistente*" (fl. 158).

Em relação ao registro das penhoras, afirmam que "*o sr. Oficial do Cartório de Registros negou-se a fazer a prenotação, por problemas na documentação (...)"* e que, *"(...) embora a ordem de penhora tenha sido dada, pelo menos até o presente momento ela não foi formalizada, além de não haver o correspondente registro, nem depositário (...)*" (fl. 158/159).

Requerem o acolhimento da preliminar de nulidade da sentença, com a determinação de retorno dos autos ao primeiro grau "*a fim de que sejam julgados os Embargos à Execução e tudo quanto neles se contém, inclusive e especialmente no que tange ao excesso de penhora e de execução*" (fl. 162).

No mérito, pugnam pelo provimento do agravo, a fim de se afastar e penhora do imóvel constrito nos autos, nos termos da Lei 8.009/90. Renovam as alegações de que, não obstante a dívida exequenda tenha se originado do trabalho da exequente como empregada doméstica, a norma que constituía exceção à impenhorabilidade da residência dos executados foi revogada pela LC 150/2015.

Pois bem.

No presente caso, o valor do débito, atualizado para 13/03/2019, era de R$45.100,00 (fl. 65).

A questão relativa à impenhorabilidade do bem de família foi suscitada pelos executados, em 18/06/2015, por meio dos embargos à execução de protocolo n. 16233/2015, interpostos após a primeira penhora, de 50%, relativamente ao imóvel de matrícula nº 6737 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Campinas/SP, conforme auto de penhora e avaliação, datado de 17/09/2014, com avaliação de R$135.000,00 (fl. 412 dos autos físicos; fl. 50, do PDF). Após, em

PJe Assinado eletronicamente por: MASSACO OKAMOTO ALBRECHT - Juntado em: 29/06/2021 11:04:54 - 02ee540

26/10/2016 (auto de fl. 53), foi o imóvel foi reavaliado em R$200.000,00 (fração penhorada, de 50%) e, novamente, em 23/10/2018, em R$210.000,00 (auto de fl. 61/62).

Posteriormente, foi revista a decisão que determinou a penhora de 50% do imóvel em função da meação, tendo o MM. Juízo de origem determinado que a penhora recaísse sobre a totalidade do imóvel, por se tratar de bem indivisível, nos termos do art. 843 do CPC (fl. 64). Assim, diversamente do alegado pelo agravante, a primeira penhora ocorreu, mas não foi dada continuidade aos demais atos executórios em razão dessa última decisão.

Em 22/01/2016, foi proferida sentença, tal como se vê no trecho transcrito, tendo sido devidamente analisada a questão da impenhorabilidade do bem de família. Desta decisão, não houve recurso (fls. 20/21 - relatório de ocorrências do processo).

Em 25/04/2018, houve a migração dos autos ao Sistema Pje-JT e sua tramitação passou a ocorrer de forma exclusivamente eletrônica (fl. 23).

Novo auto de reavaliação do imóvel penhorado foi lavrado em 23/10/2018 pelo Sr. Oficial de Justiça (fls. 61/62) e, ato contínuo, o Juízo da execução determinou a penhora e avaliação da totalidade do imóvel (fl. 64).

Os executados, por meio dos embargos à penhora de fls. 69/78, em 22/03/2019, suscitaram, de novo, a impenhorabilidade do bem por ser de família, ainda que em caso de dívida trabalhista de empregada doméstica. Também impugnaram, em 28/03/2019, a avaliação do imóvel (fls. 90/91).

Em 14/08/2019, o Sr. Oficial de Justiça, em cumprimento à determinação de fl. 64, realizou a penhora de 100% do imóvel *sub judice*, e lavrou o auto de penhora e avaliação de fls. 113/114.

Diante da nova penhora e reavaliação da totalidade do imóvel, foi determinada a abertura de prazo para embargos à execução, nos termos do artigo 884 da CLT (fl. 115).

Assinado eletronicamente por: MASSACO OKAMOTO ALBRECHT - Juntado em: 29/06/2021 11:04:54 - 02ee540

Os executados, de forma tempestiva, ofereceram os embargos à execução de fls. 121/130, onde arguiram a impenhorabilidade do bem e impugnaram, especificamente, a penhora do imóvel em percentual superior àquele já aplicado, fazendo referência, ainda, ao excesso de penhora e à meação do bem.

A respeito da impenhorabilidade do bem de família, tendo em vista que o 1º grau proferiu decisão com caráter nitidamente meritório, solucionando a controvérsia entre as partes, deveriam os executados ter interposto agravo de petição, no momento oportuno. Não o fizeram, contudo.

Instados a se manifestar sobre a penhora da totalidade do imóvel, não é cabível o manejo dos embargos à execução para rediscussão dessa matéria (impenhorabilidade do bem de família) perante o mesmo Juízo, tendo se operado a preclusão, tal como decidido.

Esse é o entendimento consolidado no C. TST:

"***AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO PUBLICADO ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. EXECUÇÃO. SENTENÇA DE LIQUIDAÇÃO. ART. 879, § 2.º, DA CLT. PRAZO PARA MANIFESTAÇÃO. CÁLCULOS. EMBARGOS À EXECUÇÃO. NÃO CABIMENTO.*** *Nos termos do art. 879, § 2.º, da CLT, antes de proferir a sentença de liquidação, o julgador pode optar por abrir vista às partes por um prazo sucessivo de dez dias para manifestação sobre os cálculos, em que devem ser indicados itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão. Após o decurso de tal prazo, com ou sem manifestação, e proferida a sentença de liquidação pelo magistrado, a via adequada para rediscutir ou impugnar os cálculos é o agravo de petição. No caso concreto, o Tribunal Regional registrou que o Juiz da execução abriu prazo, nos termos do art. 879, § 2.º, da CLT, para as partes manifestarem sobre os cálculos, proferindo posteriormente a respectiva sentença de liquidação. Dessa decisão, a executada interpôs embargos à execução para rediscutir os cálculos, o que, à luz do art. 879, § 2.º, da CLT, não é cabível, sendo, repita-se, o agravo de petição a via adequada para tal*

intento. Incólume, pois, o art. 5.º, XXXV, XXXVI e LV, da Constituição Federal. Julgados desta Corte. Agravo não provido." (Ag-AIRR 300-21.2005.5.02.0255, Relator Ministro: Breno Medeiros, Data de Julgamento: 22/08/2018, 5ª Turma, Data de Publicação: DEJT 31/08/2018 - g.n.)

Evidentemente, ao reconhecer que houve a preclusão, o Juízo *a quo* fez incidir o direito aplicável de forma fundamentada e conforme a jurisprudência da Corte Superior Trabalhista.

De qualquer sorte, como bem pontuado pela 1ª instância, a regra da impenhorabilidade do bem de família não se aplica ao presente caso, por se tratar de empregada doméstica que prestava serviços no imóvel em questão (art. 3º, I da Lei 8.009/90). Cumpre registrar que a reclamação foi ajuizada em 09/01/2006 (fl. 03) e as contas de liquidação foram homologadas em 25/09/2007 (fl. 07).

Por outro lado, os executados impugnaram, também, por meio dos embargos à execução de fls. 121/130, a matéria relativa à meação do bem e à ampliação da constrição, com o consequente excesso da penhora, sobre as quais não houve pronunciamento da MM. Magistrada *a quo* na sentença de fls. 143/144.

Ora, a alegação de que a penhora da totalidade do imóvel teria desrespeitado a meação não merece prosperar porque, como antes relatado, a ordem de penhora e avaliação da totalidade do imóvel, objeto do despacho de fl. 64, adequadamente invocou e aplicou o artigo 843 do CPC, que prevê a possibilidade de penhora integral de bem indivisível, com a reserva dos valores referentes à quota-parte dos coproprietários, *in verbis*:

Art. 843. Tratando-se de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem.

§ 1º É reservada ao coproprietário ou ao cônjuge não executado a preferência na arrematação do bem em igualdade de condições.

PJe Assinado eletronicamente por: MASSACO OKAMOTO ALBRECHT - Juntado em: 29/06/2021 11:04:54 - 02ee540

§ 2º Não será levada a efeito expropriação por preço inferior ao da avaliação na qual o valor auferido seja incapaz de garantir, ao coproprietário ou ao cônjuge alheio à execução, o correspondente à sua quota-parte calculado sobre o valor da avaliação. (g.n.)

Tal diretriz visa à efetividade da prestação jurisdicional, diante da óbvia constatação de que, dificilmente, surgiriam interessados em arrematar apenas fração ideal de bem imóvel indivisível. Trata-se de salutar alteração legislativa!

Lado outro, é certo que o Sr. Oficial de Justiça Avaliador majorou a meação do imóvel de R$210.000,00 (fls. 61/62), para R$500.000,00 (fls. 113/114), e os executados, por meio dos embargos à execução de fls. 121/130, alegaram expressamente que o bem teria "*valor muito superior ao valor da condenação, e assim sendo, estaria excedendo e muito o valor suficiente para garantir a execução*" (fl. 122). Relembre-se que, na sentença de fls. 143/144, não houve pronunciamento pela MM. Magistrada *a quo* sobre o alegado excesso da "execução", este impropriamente invocado, pois seria, quando muito, excesso de penhora.

Ora, tendo em vista que a matéria arguida poderia enquadrar-se em eventual excesso de penhora, mas não em excesso de execução, não se trata de tema que possa ser deduzido em embargos à execução, por aplicação do disposto no art. 917 do CPC, cumprindo destacar que, a situação retratada nestes autos não se caracteriza como penhora incorreta, tampouco avaliação errônea. Ao contrário, a medida é adequada por incontornável aplicação do art. 843 do CPC, como acima explicado.

É elementar que o devedor, a qualquer tempo, pode fazer substituir a penhora do bem por dinheiro, assim prevenindo a eventual e respectiva perda em hasta pública, providência que os recorrentes ainda têm a chance de fazer, não devendo, porém, fazer uso de meios que acarretem maior procrastinação do cumprimento do título

PJe Assinado eletronicamente por: MASSACO OKAMOTO ALBRECHT - Juntado em: 29/06/2021 11:04:54 - 02ee540

judicial transitado em julgado em seu desfavor, a não se que desejem pôr em risco sua propriedade.

Portanto, nega-se provimento ao agravo.

Diante do exposto, decide-se conhecer do agravo de petição interposto por **MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E SERGIO PARREIRA SANDOVAL** e **NEGAR-LHE PROVIMENTO,** nos termos da fundamentação.

Julgamento ADIADO em Sessão extraordinária realizada por videoconferência em 06 de abril de 2021 por determinação da Exma. Sra. Desembargadora Maria Inês Corrêa de Cerqueira César Targa, Presidente da 9ª Câmara, tendo em vista indisponibilidade do PJe.

Sessão de julgamento extraordinária realizada por videoconferência em 10 de junho de 2021, conforme Portaria Conjunta GP VPA VPJ-CR 004 /2020.

Composição: Exmos. Srs. Desembargadores José Pedro de Camargo Rodrigues de Souza (Relator e Presidente Regimental), Gerson Lacerda Pistori e Thelma Helena Monteiro de Toledo Vieira.

Ministério Público do Trabalho: Exmo(a). Sr(a). Procurador(a) Ciente.

Acordam os magistrados da 9ª Câmara do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região em julgar o processo nos termos do voto proposto pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Relator(a).

Votação unânime.

Compareceu para sustentar oralmente, pela Agravante MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL, a Dra. JERUZA ALBUQUERQUE DA ROCHA.

PJe Assinado eletronicamente por: MASSACO OKAMOTO ALBRECHT - Juntado em: 29/06/2021 11:04:54 - 02ee540

JOSE PEDRO DE CAMARGO RODRIGUES DE SOUZA
Desembargador Relator

Votos Revisores

CAMPINAS/SP, 29 de junho de 2021.

MASSACO OKAMOTO ALBRECHT
Diretor de Secretaria

Assinado eletronicamente por: MASSACO OKAMOTO ALBRECHT - Juntado em: 29/06/2021 11:04:54 - 02ee540
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/21062911045172300000070977765?instancia=2
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Número do documento: 21062911045172300000070977765

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
9ª CÂMARA
Relator: JOSE PEDRO DE CAMARGO RODRIGUES DE SOUZA
AP 0002800-98.2006.5.15.0114
AGRAVANTE: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E OUTROS (2)
AGRAVADO: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO

9ª CÂMARA (QUINTA TURMA)

PROCESSO TRT 15ª REGIÃO N.º 0002800-98.2006.5.15.0114

AGRAVO DE PETIÇÃO

ORIGEM: 9ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

AGRAVANTES: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E SERGIO PARREIRA SANDOVAL

AGRAVADO: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO

JUÍZA SENTENCIANTE: MILENA CASACIO FERREIRA BERALDO

RELATOR: JOSÉ PEDRO DE CAMARGO RODRIGUES DE SOUZA

JPCRS/jmn

Inconformados com a r. decisão de fls. 143/144, que não acolheu seus embargos à execução, agravam de petição os executados (fls. 152 /170), invocando, em preliminar, a irregularidade na representação da exequente e a nulidade da sentença de embargos à execução. No mérito, invocam a impenhorabilidade do bem de família.

Contraminuta às fls. 181/186.

Dispensada a remessa dos autos à D. Procuradoria, nos termos do Regimento Interno deste E. Tribunal do Trabalho da 15ª Região.

É o relatório.

PJe Assinado eletronicamente por: MASSACO OKAMOTO ALBRECHT - Juntado em: 29/06/2021 11:04:54 - 6de7f5b

Voto

Conhece-se do agravo de petição, eis que preenchidos os pressupostos de admissibilidade.

1 - Representação processual

Os executados afirmam que, malgrado notícia do falecimento da exequente, "*não houve a necessária HABILITAÇÃO nos autos deste processo. Não se tem notícia de abertura de inventário, de nomeação de inventariante, nem apresentação de herdeiros*" (fl. 155).

Não merecem prosperar tais alegações.

De acordo com o disposto no artigo 682 do Código Civil de 2002, a morte ou interdição de uma das partes constitui causa de extinção do mandato:

Cessa o mandato:

I - [...];

II - pela morte ou interdição de uma das partes; [...].

Por outro tanto, o artigo 110 do CPC reza que:

Art. 110. Ocorrendo a morte de qualquer das partes, dar-se-á a sucessão pelo seu espólio ou pelos seus sucessores, observado o disposto no art. 313, §§ 1º e 2º.

Assinado eletronicamente por: MASSACO OKAMOTO ALBRECHT - Juntado em: 29/06/2021 11:04:54 - 6de7f5b

No caso, junto à notificação de falecimento da exequente (fls. 27 /28), seu patrono informou que o único herdeiro, Fernando da Silva Melo, por ser menor de idade, encontrava-se representado por Nélson Felix de Melo, o que se comprova pelo termo de guarda definitiva de fl. 32, expedido pelo Juiz de Direito da 3ª Vara do Foro Regional de Vila Mimosa, Exmo. Dr. Cássio Modenezi Barbosa.

Por esta razão, a procuração outorgada por Nélson Felix de Melo ao advogado Hamilton Rovani Neves (fl. 33), subscritor nestes autos, reveste-se de validade e eficácia, conferindo a este último poderes para representar não apenas a exequente falecida, mas também seu sucessor.

Nada a deferir.

2. Nulidade da sentença de embargos à execução

O Juízo de origem assim decidiu sobre a matéria (fls. 143/144):

"Em suas razões de embargos, a executada aduz ser impenhorável o imóvel constrito nos autos nos termos da Lei 8.009/90. Segundo aduz, não obstante a dívida exequenda tenha se originado do trabalho da exequente como empregada doméstica na residência, a norma que constituía exceção à impenhorabilidade desse tipo de bem por esses trabalhadores foi revogada pela LC 150/2015, de forma que, a partir de então, o crédito originado do trabalho dos empregados domésticos do imóvel não permite a constrição do bem.

Pois bem.

Muito embora tenha sido revogado o inciso I do artigo 3º da referida Lei, o caso em análise possui particularidades que torna a questão da impenhorabilidade e da alegação de excesso de penhora suplantadas pela preclusão consumativa.

PJe Assinado eletronicamente por: MASSACO OKAMOTO ALBRECHT - Juntado em: 29/06/2021 11:04:54 - 6de7f5b

E isso porque, o embargante já apresentou embargos insurgindo-se contra essas mesmas questões, alegação que foi decidida nos seguintes termos:

"*Vistos, etc. Submetido o feito a julgamento foi proferida a seguinte: SENTENÇA I - RELATÓRIO Trata-se de Embargos à Execução opostos por MARIA ANGÉLICA LEAL SANDOVAL em face de CLEUSA TERCÍLIA DA SILVA, no qual postula a liberação do bem penhorado por se tratar de bem de família e que seja reconhecido o excesso de execução. Contraminuta às fls. 388/389. O Juízo encontra-se garantido. DECIDO II - FUNDAMENTAÇÃO Conheço dos embargos à execução por estarem presentes os pressupostos de admissibilidade. No mérito, razão não assiste a embargante. Tratando-se de lide ajuizada por empregada doméstica, razão pela qual a regra da impenhorabilidade do bem de família não se aplica neste caso, já que o imóvel em epígrafe corresponde ao da prestação de serviços (art. 3.º, I da Lei 8.009/90). Com relação ao excesso de execução, melhor sorte não assiste ao embargante. O feito tramite nesta Justiça desde 2006 e não fora indicado outro meio para o adimplemento do crédito trabalhista. Sendo assim, não há como se aplicar a regra da execução menos gravosa ao devedor, já que se trata do único meio de quitação do débito. III - DISPOSITIVO Em face do exposto, nego provimento aos Embargos à Execução opostos por MARIA ANGÉLICA LEAL SANDOVAL em face de CLEUSA TERCÍLIA DA SILVA Custas pela embargante na forma do art. 789-A, V, da CLT. Intimem-se as partes. ROBERTA CONFETTI GATSIOS AMSTALDEN JUÍZA DO TRABALHO SUBSTITUTA.'*

No caso, a determinação para a realização de nova penhora para alcançar 100% da totalidade do imóvel constrito e, não mais 50%, como antes determinada, ensejou a abertura de prazo para a embargante impugnar a execução, entretanto, especificamente, quanto à ampliação da constrição e não sobre questões já decididas como a impenhorabilidade, sobre as quais já recaiu a preclusão consumativa."

PJe Assinado eletronicamente por: MASSACO OKAMOTO ALBRECHT - Juntado em: 29/06/2021 11:04:54 - 6de7f5b

Os agravantes sustentam que "*não houve sentença de embargos de execução*", e que a preclusão consumativa não tem aplicação, uma vez que "*a primeira penhora (50%) é inexistente*" (fl. 158).

Em relação ao registro das penhoras, afirmam que "*o sr. Oficial do Cartório de Registros negou-se a fazer a prenotação, por problemas na documentação (...)"* e que, *"(...) embora a ordem de penhora tenha sido dada, pelo menos até o presente momento ela não foi formalizada, além de não haver o correspondente registro, nem depositário (...)*" (fl. 158/159).

Requerem o acolhimento da preliminar de nulidade da sentença, com a determinação de retorno dos autos ao primeiro grau "*a fim de que sejam julgados os Embargos à Execução e tudo quanto neles se contém, inclusive e especialmente no que tange ao excesso de penhora e de execução*" (fl. 162).

No mérito, pugnam pelo provimento do agravo, a fim de se afastar e penhora do imóvel constrito nos autos, nos termos da Lei 8.009/90. Renovam as alegações de que, não obstante a dívida exequenda tenha se originado do trabalho da exequente como empregada doméstica, a norma que constituía exceção à impenhorabilidade da residência dos executados foi revogada pela LC 150/2015.

Pois bem.

No presente caso, o valor do débito, atualizado para 13/03/2019, era de R$45.100,00 (fl. 65).

A questão relativa à impenhorabilidade do bem de família foi suscitada pelos executados, em 18/06/2015, por meio dos embargos à execução de protocolo n. 16233/2015, interpostos após a primeira penhora, de 50%, relativamente ao imóvel de matrícula nº 6737 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Campinas/SP, conforme auto de penhora e avaliação, datado de 17/09/2014, com avaliação de R$135.000,00 (fl. 412 dos autos físicos; fl. 50, do PDF). Após, em

PJe Assinado eletronicamente por: MASSACO OKAMOTO ALBRECHT - Juntado em: 29/06/2021 11:04:54 - 6de7f5b

26/10/2016 (auto de fl. 53), foi o imóvel foi reavaliado em R$200.000,00 (fração penhorada, de 50%) e, novamente, em 23/10/2018, em R$210.000,00 (auto de fl. 61/62).

Posteriormente, foi revista a decisão que determinou a penhora de 50% do imóvel em função da meação, tendo o MM. Juízo de origem determinado que a penhora recaísse sobre a totalidade do imóvel, por se tratar de bem indivisível, nos termos do art. 843 do CPC (fl. 64). Assim, diversamente do alegado pelo agravante, a primeira penhora ocorreu, mas não foi dada continuidade aos demais atos executórios em razão dessa última decisão.

Em 22/01/2016, foi proferida sentença, tal como se vê no trecho transcrito, tendo sido devidamente analisada a questão da impenhorabilidade do bem de família. Desta decisão, não houve recurso (fls. 20/21 - relatório de ocorrências do processo).

Em 25/04/2018, houve a migração dos autos ao Sistema Pje-JT e sua tramitação passou a ocorrer de forma exclusivamente eletrônica (fl. 23).

Novo auto de reavaliação do imóvel penhorado foi lavrado em 23/10/2018 pelo Sr. Oficial de Justiça (fls. 61/62) e, ato contínuo, o Juízo da execução determinou a penhora e avaliação da totalidade do imóvel (fl. 64).

Os executados, por meio dos embargos à penhora de fls. 69/78, em 22/03/2019, suscitaram, de novo, a impenhorabilidade do bem por ser de família, ainda que em caso de dívida trabalhista de empregada doméstica. Também impugnaram, em 28/03/2019, a avaliação do imóvel (fls. 90/91).

Em 14/08/2019, o Sr. Oficial de Justiça, em cumprimento à determinação de fl. 64, realizou a penhora de 100% do imóvel *sub judice*, e lavrou o auto de penhora e avaliação de fls. 113/114.

Diante da nova penhora e reavaliação da totalidade do imóvel, foi determinada a abertura de prazo para embargos à execução, nos termos do artigo 884 da CLT (fl. 115).

PJe Assinado eletronicamente por: MASSACO OKAMOTO ALBRECHT - Juntado em: 29/06/2021 11:04:54 - 6de7f5b

Os executados, de forma tempestiva, ofereceram os embargos à execução de fls. 121/130, onde arguiram a impenhorabilidade do bem e impugnaram, especificamente, a penhora do imóvel em percentual superior àquele já aplicado, fazendo referência, ainda, ao excesso de penhora e à meação do bem.

A respeito da impenhorabilidade do bem de família, tendo em vista que o 1º grau proferiu decisão com caráter nitidamente meritório, solucionando a controvérsia entre as partes, deveriam os executados ter interposto agravo de petição, no momento oportuno. Não o fizeram, contudo.

Instados a se manifestar sobre a penhora da totalidade do imóvel, não é cabível o manejo dos embargos à execução para rediscussão dessa matéria (impenhorabilidade do bem de família) perante o mesmo Juízo, tendo se operado a preclusão, tal como decidido.

Esse é o entendimento consolidado no C. TST:

"***AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO PUBLICADO ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. EXECUÇÃO. SENTENÇA DE LIQUIDAÇÃO. ART. 879, § 2.º, DA CLT. PRAZO PARA MANIFESTAÇÃO. CÁLCULOS. EMBARGOS À EXECUÇÃO. NÃO CABIMENTO.*** *Nos termos do art. 879, § 2.º, da CLT, antes de proferir a sentença de liquidação, o julgador pode optar por abrir vista às partes por um prazo sucessivo de dez dias para manifestação sobre os cálculos, em que devem ser indicados itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão. Após o decurso de tal prazo, com ou sem manifestação, e proferida a sentença de liquidação pelo magistrado, a via adequada para rediscutir ou impugnar os cálculos é o agravo de petição. No caso concreto, o Tribunal Regional registrou que o Juiz da execução abriu prazo, nos termos do art. 879, § 2.º, da CLT, para as partes manifestarem sobre os cálculos, proferindo posteriormente a respectiva sentença de liquidação. Dessa decisão, a executada interpôs embargos à execução para rediscutir os cálculos, o que, à luz do art. 879, § 2.º, da CLT, não é cabível, sendo, repita-se, o agravo de petição a via adequada para tal*

intento. Incólume, pois, o art. 5.º, XXXV, XXXVI e LV, da Constituição Federal. Julgados desta Corte. Agravo não provido." (Ag-AIRR 300-21.2005.5.02.0255, Relator Ministro: Breno Medeiros, Data de Julgamento: 22/08/2018, 5ª Turma, Data de Publicação: DEJT 31/08/2018 - g.n.)

Evidentemente, ao reconhecer que houve a preclusão, o Juízo *a quo* fez incidir o direito aplicável de forma fundamentada e conforme a jurisprudência da Corte Superior Trabalhista.

De qualquer sorte, como bem pontuado pela 1ª instância, a regra da impenhorabilidade do bem de família não se aplica ao presente caso, por se tratar de empregada doméstica que prestava serviços no imóvel em questão (art. 3º, I da Lei 8.009/90). Cumpre registrar que a reclamação foi ajuizada em 09/01/2006 (fl. 03) e as contas de liquidação foram homologadas em 25/09/2007 (fl. 07).

Por outro lado, os executados impugnaram, também, por meio dos embargos à execução de fls. 121/130, a matéria relativa à meação do bem e à ampliação da constrição, com o consequente excesso da penhora, sobre as quais não houve pronunciamento da MM. Magistrada *a quo* na sentença de fls. 143/144.

Ora, a alegação de que a penhora da totalidade do imóvel teria desrespeitado a meação não merece prosperar porque, como antes relatado, a ordem de penhora e avaliação da totalidade do imóvel, objeto do despacho de fl. 64, adequadamente invocou e aplicou o artigo 843 do CPC, que prevê a possibilidade de penhora integral de bem indivisível, com a reserva dos valores referentes à quota-parte dos coproprietários, *in verbis*:

Art. 843. Tratando-se de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem.

§ 1º É reservada ao coproprietário ou ao cônjuge não executado a preferência na arrematação do bem em igualdade de condições.

PJe Assinado eletronicamente por: MASSACO OKAMOTO ALBRECHT - Juntado em: 29/06/2021 11:04:54 - 6de7f5b

§ 2º Não será levada a efeito expropriação por preço inferior ao da avaliação na qual o valor auferido seja incapaz de garantir, ao coproprietário ou ao cônjuge alheio à execução, o correspondente à sua quota-parte calculado sobre o valor da avaliação. (g.n.)

Tal diretriz visa à efetividade da prestação jurisdicional, diante da óbvia constatação de que, dificilmente, surgiriam interessados em arrematar apenas fração ideal de bem imóvel indivisível. Trata-se de salutar alteração legislativa!

Lado outro, é certo que o Sr. Oficial de Justiça Avaliador majorou a meação do imóvel de R$210.000,00 (fls. 61/62), para R$500.000,00 (fls. 113/114), e os executados, por meio dos embargos à execução de fls. 121/130, alegaram expressamente que o bem teria "*valor muito superior ao valor da condenação, e assim sendo, estaria excedendo e muito o valor suficiente para garantir a execução*" (fl. 122). Relembre-se que, na sentença de fls. 143/144, não houve pronunciamento pela MM. Magistrada *a quo* sobre o alegado excesso da "execução", este impropriamente invocado, pois seria, quando muito, excesso de penhora.

Ora, tendo em vista que a matéria arguida poderia enquadrar-se em eventual excesso de penhora, mas não em excesso de execução, não se trata de tema que possa ser deduzido em embargos à execução, por aplicação do disposto no art. 917 do CPC, cumprindo destacar que, a situação retratada nestes autos não se caracteriza como penhora incorreta, tampouco avaliação errônea. Ao contrário, a medida é adequada por incontornável aplicação do art. 843 do CPC, como acima explicado.

É elementar que o devedor, a qualquer tempo, pode fazer substituir a penhora do bem por dinheiro, assim prevenindo a eventual e respectiva perda em hasta pública, providência que os recorrentes ainda têm a chance de fazer, não devendo, porém, fazer uso de meios que acarretem maior procrastinação do cumprimento do título

PJe Assinado eletronicamente por: MASSACO OKAMOTO ALBRECHT - Juntado em: 29/06/2021 11:04:54 - 6de7f5b

judicial transitado em julgado em seu desfavor, a não se que desejem pôr em risco sua propriedade.

Portanto, nega-se provimento ao agravo.

Diante do exposto, decide-se conhecer do agravo de petição interposto por **MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E SERGIO PARREIRA SANDOVAL** e **NEGAR-LHE PROVIMENTO,** nos termos da fundamentação.

Julgamento ADIADO em Sessão extraordinária realizada por videoconferência em 06 de abril de 2021 por determinação da Exma. Sra. Desembargadora Maria Inês Corrêa de Cerqueira César Targa, Presidente da 9ª Câmara, tendo em vista indisponibilidade do PJe.

Sessão de julgamento extraordinária realizada por videoconferência em 10 de junho de 2021, conforme Portaria Conjunta GP VPA VPJ-CR 004 /2020.

Composição: Exmos. Srs. Desembargadores José Pedro de Camargo Rodrigues de Souza (Relator e Presidente Regimental), Gerson Lacerda Pistori e Thelma Helena Monteiro de Toledo Vieira.

Ministério Público do Trabalho: Exmo(a). Sr(a). Procurador(a) Ciente.

Acordam os magistrados da 9ª Câmara do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região em julgar o processo nos termos do voto proposto pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Relator(a).

Votação unânime.

Compareceu para sustentar oralmente, pela Agravante MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL, a Dra. JERUZA ALBUQUERQUE DA ROCHA.

PJe Assinado eletronicamente por: MASSACO OKAMOTO ALBRECHT - Juntado em: 29/06/2021 11:04:54 - 6de7f5b

JOSE PEDRO DE CAMARGO RODRIGUES DE SOUZA
Desembargador Relator

Votos Revisores

CAMPINAS/SP, 29 de junho de 2021.

MASSACO OKAMOTO ALBRECHT
Diretor de Secretaria

Assinado eletronicamente por: MASSACO OKAMOTO ALBRECHT - Juntado em: 29/06/2021 11:04:54 - 6de7f5b
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/21062911045180600000070977766?instancia=2
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Número do documento: 21062911045180600000070977766

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
9ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
ATOrd 0002800-98.2006.5.15.0114
AUTOR: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
RÉU: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E OUTROS (2)

DESPACHO

Encaminhem-se os autos ao Cejusc 1º grau para tentativa de conciliação.

CAMPINAS/SP, 12 de novembro de 2021

CRISTIANE HELENA PONTES
Juíza do Trabalho Substituta

BMH

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
9ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
ATOrd 0002800-98.2006.5.15.0114
AUTOR: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
RÉU: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E OUTROS (2)

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID a58796b proferido nos autos.

DESPACHO

Encaminhem-se os autos ao Cejusc 1º grau para tentativa de conciliação.

CAMPINAS/SP, 12 de novembro de 2021

CRISTIANE HELENA PONTES
Juíza do Trabalho Substituta

BMH

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
9ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
PROCESSO: ATOrd 0002800-98.2006.5.15.0114
AUTOR: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
RÉU: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E OUTROS (2)

CERTIFICO a remessa dos autos ao CEJUSC 1º grau.

CAMPINAS/SP, 14 de novembro de 2021.

BEATRIZ MAYUMI HORI
Diretor de Secretaria

Assinado eletronicamente por: BEATRIZ MAYUMI HORI - Juntado em: 14/11/2021 19:22:57 - b46c40c
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/21111419225575600000164601105?instancia=1
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Número do documento: 21111419225575600000164601105

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CEJUSC CAMPINAS - JT CENTRO JUDICIÁRIO DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO
ATOrd 0002800-98.2006.5.15.0114
AUTOR: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
RÉU: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E OUTROS (2)

DESPACHO

Considerando que a atividade de conciliar as partes é das mais relevantes, porque implica na célere solução do processo e na verdadeira pacificação social, finalidade precípua do Poder Judiciário;

Considerando que a tentativa de conciliar as partes em conflito pode ocorrer em qualquer momento processual;

Considerando a previsão legal de realização de audiência de conciliação ou mediação por meio eletrônico, tanto no CPC, quanto na Resolução Administrativa no 4/2017 do TRT 15a Região;

Considerando a previsão expressa da Portaria Conjunta GP-VPA-VPJ-CR nº 003/2020, assim como da Recomendação CSJT.GVP nº 1, de 25 de março de 2020, no sentido da realização das audiências do CEJUSC por meio digital;

Considerando, por fim, a existência de ferramenta eletrônica virtual gratuita, de amplo acesso, a qual permite a realização de videoconferências remotamente;

Designa-se audiência de tentativa de conciliação para o **dia 31/01/2022 15:03 horas, sala 3**, que será mediada pelo próprio Magistrado ou por servidor (a) qualificado(a) e por ele supervisionado(a), a ser realizada virtualmente, por intermédio da ferramenta **ZOOM**, disponível em versão para celular e para computador.

PJe Assinado eletronicamente por: CRISTIANE MONTENEGRO RONDELLI - Juntado em: 30/11/2021 23:52:41 - 96db8a3

A fim de possibilitar a efetiva participação, a(s) parte(s) e advogado(s) deverão seguir o seguinte tutorial básico:

1)Para o acesso através do aplicativo Zoom Cloud Meeting:

Utilizando-se o computador ou o celular, os participantes deverão acessar a sala virtual através do endereço eletrônico (*link*), que será disponibilizado nos autos através de certidão, em até 1 (um) dia antes da audiência.

Antes de permitir o acesso à sala virtual, caso o programa Zoom Cloud Meeting não esteja instalado no equipamento, será automaticamente disponibilizada a opção da sua instalação.

Destaca-se que no celular é necessário instalar o programa Zoom.

2) Para o acesso através dos navegadores de internet (somente para computadores):

Em não querendo ou não sendo possível a instalação do programa Zoom, os participantes poderão ingressar na sessão virtual utilizando o navegador de internet, acessando o endereço eletrônico que será disponibilizado , e clicando em "*ingresse a partir do seu navegador*"

No horário da audiência, deverão as partes acessar o *link* para ingressar no ambiente virtual da audiência.

Lembrar de habilitar câmera e áudio a fim de que sua participação possa ser o mais próximo possível do que ocorre em uma audiência presencial.

Caso não apresentados, as partes deverão apresentar seus cálculos de liquidação, no **prazo de 08 (oito) dias**, sob pena de preclusão. No prazo sucessivo e comum de **8 (oito) dias**, independentemente de nova intimação, a(s) parte

PJe Assinado eletronicamente por: CRISTIANE MONTENEGRO RONDELLI - Juntado em: 30/11/2021 23:52:41 - 96db8a3

(s) poderá(ão) apresentar sua(s) impugnação(ões) fundamentada(s), com a indicação do (s) item(ns) e valor(es) objeto da discordância, sob pena de preclusão, tudo nos termos do §2º do art. 879 da CLT.

Ressalvado o entendimento do Juízo de origem, caso uma das partes já tenha apresentado cálculos, o **prazo será de 8 (oito) dias** para que a parte contrária os impugne e apresente os seus, nos mesmos moldes e sob igual pena do parágrafo anterior, podendo igual direito à impugnação ser exercido pela parte que primeiramente os apresentou, no **prazo subsequente de 8 (oito) dias**, tudo nos termos do §2º do art. 879 da CLT.

Ainda que já haja cálculos apresentados nos autos, as partes deverão trazê-los atualizados para a audiência, a fim de embasar e facilitar a negociação.

Havendo nos autos depósito(s) judicial(is) ou recursal(is), incumbe à parte interessada diligenciar junto à(s) instituição(ões) financeira(s) para obter o(s) valor(es) atualizado(s) do(s) Mesmo(s), até a data da audiência, sem prejuízo da mesma providência ser realizada pelo próprio Cejusc, se possível.

A participação das partes e advogados é imprescindível, tanto para a tentativa de conciliação como para encaminhamentos que visem a efetividade e o trâmite do processo em tempo razoável, como preconizado pelo artigo 5 º inciso LXXVII da Constituição da República.

Independentemente da fase em que se encontrar o processo, a critério do Juízo de Origem, o não comparecimento injustificado de quaisquer das partes à audiência para tentativa de conciliação poderá ser considerado como ato atentatório à dignidade da Justiça, com as consequências previstas no art. 77, IV e §2º, CPC c/c 769, CLT, assim como nos termos do art. 17, Resolução Administrativa 04/2017, TRT 15ª Região

PJe Assinado eletronicamente por: CRISTIANE MONTENEGRO RONDELLI - Juntado em: 30/11/2021 23:52:41 - 96db8a3

Ficam as partes cientes de que em caso de insucesso poderão ser praticados atos processuais, ficando também cientes de que as decisões adotadas na audiência não serão objeto de posterior notificação, porque serão tidas como proferidas nos termos da Súmula 197, TST.

Intimem-se as partes, por seus patronos, aos quais incumbe informar os jurisdicionados sobre a necessidade de comparecimento à audiência. Fica a devedora cientificada de que, na data supra, deverá se fazer presente por meio de seu representante legal ou de preposto com poderes para transigir e receber citação.

CAMPINAS/SP, 30 de novembro de 2021

CRISTIANE MONTENEGRO RONDELLI
Juíza do Trabalho Coordenadora do CEJUSC-JT 1º Grau

Assinado eletronicamente por: CRISTIANE MONTENEGRO RONDELLI - Juntado em: 30/11/2021 23:52:41 - 96db8a3
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/21113015523827600000165726348?instancia=1
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Número do documento: 21113015523827600000165726348

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CEJUSC CAMPINAS - JT CENTRO JUDICIÁRIO DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO
ATOrd 0002800-98.2006.5.15.0114
AUTOR: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
RÉU: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E OUTROS (2)

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID 96db8a3 proferido nos autos.

DESPACHO

Considerando que a atividade de conciliar as partes é das mais relevantes, porque implica na célere solução do processo e na verdadeira pacificação social, finalidade precípua do Poder Judiciário;

Considerando que a tentativa de conciliar as partes em conflito pode ocorrer em qualquer momento processual;

Considerando a previsão legal de realização de audiência de conciliação ou mediação por meio eletrônico, tanto no CPC, quanto na Resolução Administrativa no 4/2017 do TRT 15a Região;

Considerando a previsão expressa da Portaria Conjunta GP-VPA-VPJ-CR nº 003/2020, assim como da Recomendação CSJT.GVP nº 1, de 25 de março de 2020, no sentido da realização das audiências do CEJUSC por meio digital;

Considerando, por fim, a existência de ferramenta eletrônica virtual gratuita, de amplo acesso, a qual permite a realização de videoconferências remotamente;

PJe Assinado eletronicamente por: CRISTIANE MONTENEGRO RONDELLI - Juntado em: 30/11/2021 23:53:41 - ef98a4d

Designa-se audiência de tentativa de conciliação para o **dia 31/01/2022 15:03 horas, sala 3**, que será mediada pelo próprio Magistrado ou por servidor (a) qualificado(a) e por ele supervisionado(a), a ser realizada virtualmente, por intermédio da ferramenta **ZOOM**, disponível em versão para celular e para computador.

A fim de possibilitar a efetiva participação, a(s) parte(s) e advogado(s) deverão seguir o seguinte tutorial básico:

1)Para o acesso através do aplicativo Zoom Cloud Meeting:

Utilizando-se o computador ou o celular, os participantes deverão acessar a sala virtual através do endereço eletrônico (*link*), que será disponibilizado nos autos através de certidão, em até 1 (um) dia antes da audiência.

Antes de permitir o acesso à sala virtual, caso o programa Zoom Cloud Meeting não esteja instalado no equipamento, será automaticamente disponibilizada a opção da sua instalação.

Destaca-se que no celular é necessário instalar o programa Zoom.

2) Para o acesso através dos navegadores de internet (somente para computadores):

Em não querendo ou não sendo possível a instalação do programa Zoom, os participantes poderão ingressar na sessão virtual utilizando o navegador de internet, acessando o endereço eletrônico que será disponibilizado , e clicando em "*ingresse a partir do seu navegador*"

No horário da audiência, deverão as partes acessar o *link* para ingressar no ambiente virtual da audiência.

Lembrar de habilitar câmera e áudio a fim de que sua participação possa ser o mais próximo possível do que ocorre em uma audiência presencial.

PJe Assinado eletronicamente por: CRISTIANE MONTENEGRO RONDELLI - Juntado em: 30/11/2021 23:53:41 - ef98a4d

Caso não apresentados, as partes deverão apresentar seus cálculos de liquidação, no **prazo de 08 (oito) dias**, sob pena de preclusão. No prazo sucessivo e comum de **8 (oito) dias**, independentemente de nova intimação, a(s) parte (s) poderá(ão) apresentar sua(s) impugnação(ões) fundamentada(s), com a indicação do (s) item(ns) e valor(es) objeto da discordância, sob pena de preclusão, tudo nos termos do §2º do art. 879 da CLT.

Ressalvado o entendimento do Juízo de origem, caso uma das partes já tenha apresentado cálculos, o **prazo será de 8 (oito) dias** para que a parte contrária os impugne e apresente os seus, nos mesmos moldes e sob igual pena do parágrafo anterior, podendo igual direito à impugnação ser exercido pela parte que primeiramente os apresentou, no **prazo subsequente de 8 (oito) dias**, tudo nos termos do §2º do art. 879 da CLT.

Ainda que já haja cálculos apresentados nos autos, as partes deverão trazê-los atualizados para a audiência, a fim de embasar e facilitar a negociação.

Havendo nos autos depósito(s) judicial(is) ou recursal(is), incumbe à parte interessada diligenciar junto à(s) instituição(ões) financeira(s) para obter o(s) valor(es) atualizado(s) do(s) Mesmo(s), até a data da audiência, sem prejuízo da mesma providência ser realizada pelo próprio Cejusc, se possível.

A participação das partes e advogados é imprescindível, tanto para a tentativa de conciliação como para encaminhamentos que visem a efetividade e o trâmite do processo em tempo razoável, como preconizado pelo artigo 5 º inciso LXXVII da Constituição da República.

Independentemente da fase em que se encontrar o processo, a critério do Juízo de Origem, o não comparecimento injustificado de quaisquer das partes à audiência para tentativa de conciliação poderá ser considerado como ato atentatório à dignidade da Justiça, com as consequências previstas no art. 77, IV e §2º,

PJe Assinado eletronicamente por: CRISTIANE MONTENEGRO RONDELLI - Juntado em: 30/11/2021 23:53:41 - ef98a4d

CPC c/c 769, CLT, assim como nos termos do art. 17, Resolução Administrativa 04/2017, TRT 15ª Região

Ficam as partes cientes de que em caso de insucesso poderão ser praticados atos processuais, ficando também cientes de que as decisões adotadas na audiência não serão objeto de posterior notificação, porque serão tidas como proferidas nos termos da Súmula 197, TST.

Intimem-se as partes, por seus patronos, aos quais incumbe informar os jurisdicionados sobre a necessidade de comparecimento à audiência. Fica a devedora cientificada de que, na data supra, deverá se fazer presente por meio de seu representante legal ou de preposto com poderes para transigir e receber citação.

CAMPINAS/SP, 30 de novembro de 2021

CRISTIANE MONTENEGRO RONDELLI
Juíza do Trabalho Coordenadora do CEJUSC-JT 1º Grau

Assinado eletronicamente por: CRISTIANE MONTENEGRO RONDELLI - Juntado em: 30/11/2021 23:53:41 - ef98a4d
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/21113023524075100000165774155?instancia=1
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Número do documento: 21113023524075100000165774155

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CEJUSC CAMPINAS - JT CENTRO JUDICIÁRIO DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO
ATOrd 0002800-98.2006.5.15.0114
AUTOR: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
RÉU: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E OUTROS (2)

DESPACHO

Devolvam-se os autos à Vara do Trabalho de origem, os quais retornarão ao Cejusc oportunamente.

CAMPINAS/SP, 13 de dezembro de 2021

RAFAEL DE ALMEIDA MARTINS
Juiz do Trabalho Coordenador do CEJUSC-JT 1º Grau

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CEJUSC CAMPINAS - JT CENTRO JUDICIÁRIO DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO
ATOrd 0002800-98.2006.5.15.0114
AUTOR: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
RÉU: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E OUTROS (2)

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID bbbfaa7 proferido nos autos.

DESPACHO

Devolvam-se os autos à Vara do Trabalho de origem, os quais retornarão ao Cejusc oportunamente.

CAMPINAS/SP, 13 de dezembro de 2021

RAFAEL DE ALMEIDA MARTINS
Juiz do Trabalho Coordenador do CEJUSC-JT 1º Grau

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CEJUSC CAMPINAS - JT CENTRO JUDICIÁRIO DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO
PROCESSO: ATOrd 0002800-98.2006.5.15.0114
AUTOR: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
RÉU: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E OUTROS (2)

CERTIDÃO

Atendendo ao quanto determinado em ID. bbbfaa7, certifico que faço a devolução dos presentes autos à Vara do trabalho de origem, informando que resta mantida a audiência de conciliação neste CEJUSC 1º Grau.

CAMPINAS/SP, 13 de dezembro de 2021.

CLAUDIA MARIA PEREIRA FERNANDES
Secretário de Audiência

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
9ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
PROCESSO: ATOrd 0002800-98.2006.5.15.0114
AUTOR: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
RÉU: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E OUTROS (2)

Certifico nesta data que, conforme pedido recebido no e-mail, encaminhei os autos ao CEJUSC.

CAMPINAS/SP, 27 de janeiro de 2022.

DANIELE ANGELON
Servidor

Assinado eletronicamente por: DANIELE ANGELON - Juntado em: 27/01/2022 13:59:40 - b792faa
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/22012713593763000000168349029?instancia=1
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Número do documento: 22012713593763000000168349029

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CEJUSC CAMPINAS - JT CENTRO JUDICIÁRIO DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO
PROCESSO: ATOrd 0002800-98.2006.5.15.0114
AUTOR: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
RÉU: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E OUTROS (2)

CERTIDÃO

SEGUE, LOGO ABAIXO, O LINK DE ACESSO DA AUDIÊNCIA DAS 15H03 - Dia.31/01/2022

ZOOM - CEJUSC 1 CAMPINAS - SALA 03 TRT15 está convidando você para uma reunião Zoom agendada.

Entrar na reunião Zoom
https://us02web.zoom.us/j/82732048624?pwd=dldPa1k1bXI3S1lxQTdWVWluRklnQT09
ID da reunião: 827 3204 8624
Senha de acesso: 449708

Dispositivo móvel de um toque
+13126266799,,82732048624#,,,,*449708# EstadosUnidos da América (Chicago)
+13462487799,,8273204624#,,,,*449708# EstadosUnidos da América (Houston)

Discar pelo seu local
+1 301 715 8592 / +1 646 558 8656 – EstadosUnidos da América (Washington DC - New York)
+55 21 3958 7888 – Brasil **/** +55 11 46322236 – Brasil **/** +55 11 4632 2237 – Brasil / +55 11 4680 6788 – Brasil **/** +55 114700 9668 – Brasil

ID da reunião: 827 3204 8624
Senha de acesso: 449708
Localizar seu número local: https://us02web.zoom.us/u/kba0Q5YdGx

Ingresso pelo SIP
82732048624@zoomcrc.com

PJe Assinado eletronicamente por: DAVI DE MATOS CARDOSO ARAUJO - Juntado em: 27/01/2022 16:18:53 - 88081fd

Ingresso por H.323 Senha de acesso: 449708
64.211.144.160 (Brasil) ID da reunião: 827 3204 8624

A equipe do CEJUSC 1 CAMPINAS agradece, desde já, pela presença de todos os que participarem da conciliação virtual!

CAMPINAS/SP, 27 de janeiro de 2022.

DAVI DE MATOS CARDOSO ARAUJO
Secretário de Audiência

Assinado eletronicamente por: DAVI DE MATOS CARDOSO ARAUJO - Juntado em: 27/01/2022 16:18:53 - 88081fd
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/22012716184486500000168371343?instancia=1
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Número do documento: 22012716184486500000168371343

LEONILDO GHIZZI JUNIOR - OAB/SP n.º 153045

Rua José Paulino, nº 1123 - sala 43 - Fones: 3236.7780/99176.5145

Campinas/SP - CEP 13013-001

e-mail: leonildoghizzi@gmail.com

***Feliz o homem que se compadece e empresta, que regula suas ações pela justiça"*(Salmo 112)**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 9ª VARA DO TRABALHO NA COMARCA DE CAMPINAS/SP

Processo n.º **0002800-98.2006.5.15.0114**

Reclamação Trabalhista

MARIA ANGÉLICA LEAL SANDOVAL, Reclamada já devidamente qualificada nestes autos que lhe move CLEUSA TERCILIA DA SILVA, por seu advogado e bastante procurador subscrito eletronicamente pelo sistema PJE, do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, requerer a juntada aos autos do incluso SUBSTABELECIMENTO, com reserva de iguais poderes.

Com referida juntada, digne-se Vossa Excelência e esta r. Serventia, acrescentar o nome do novel patrono, ao sistema dos autos, especialmente para a audiência de Tentativa de Conciliação, que se realizará em 31/01/222, às 15:03hs.

Nestes Termos,

Pede e Espera Deferimento.

Campinas, 28 de janeiro de 2021

LEONILDO GHIZZI JUNIOR

OABSP nº 153045

leonildoghizzi@gmail.com

SUBSTABELECIMENTO

Substabeleço,com reserva de iguais, na pessoa do advogado Dr. **LEONILDO GHIZZI JUNIOR**, brasileiro, divorciado, inscrito na OAB/SP sob nº 153.045, com escritório nesta cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua José Paulino, nº 1123 sala 43 - Centro - CEP 13013-001, os poderes a mim conferidos por **MARIA ANGÉLICA LEAL SANDOVAL**, brasileira, viúva, do lar, residente e domiciliada nesta cidade de Campinas, Estado de São Paulo, nos autos da AÇÃO TRABALHISTA que lhe move **CLEUSA TERCÍLIA DA SILVA**, processo nº 0002800-98.2006.5.15.0114, em trâmite perante a MM. 9ª Vara do Trabalho da Comarca de Campinas.

Campinas, 28 de Janeiro de 2022.

ADRIANA LEAL SANDOVAL
OAB/SP. 101.561

Assinado eletronicamente por: LEONILDO GHIZZI JUNIOR - 28/01/2022 12:54:54 - 7c1d561
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22012812542742500000168424547
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114 ID. 7c1d561 - Pág. 1
Número do documento: 22012812542742500000168424547

Notificação Processo Nº ATOrd-0002800-98.2006.5.15.0114 AUTOR CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO ADVOGADO HAMILTON ROVANI NEVES(OAB: 143028/SP) RÉU SERGIO PARREIRA SANDOVAL ADVOGADO ADRIANA LEAL SANDOVAL(OAB: 101561/SP) RÉU MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL ADVOGADO TONIA MADUREIRA DE CAMARGO(OAB: 143214/SP) ADVOGADO MARILDA IZIQUE CHEBABI(OAB: 24902/SP) Intimado(s)/Citado(s): - CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO INTIMAÇÃO Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID 96db8a3 proferido nos autos. DESPACHO Considerando que a atividade de conciliar as partes é das mais relevantes, porque implica na célere solução do processo e na verdadeira pacificação social, finalidade precípua do Poder Judiciário; Considerando que a tentativa de conciliar as partes em conflito pode ocorrer em qualquer momento processual; Considerando a previsão legal de realização de audiência de conciliação ou mediação por meio eletrônico, tanto no CPC, quanto na Resolução Administrativa no 4/2017 do TRT 15a Região; Considerando a previsão expressa da Portaria Conjunta GP-VPA- VPJ-CR nº 003/2020, assim como da Recomendação CSJT.GVP nº 1, de 25 de março de 2020, no sentido da realização das audiências do CEJUSC por meio digital; Considerando, por fim, a existência de ferramenta eletrônica virtual gratuita, de amplo acesso, a qual permite a realização de videoconferências remotamente; Designa-se audiência de tentativa de conciliação para o dia 31/01/2022 15:03 horas, sala 3, que será mediada pelo próprio Magistrado ou por servidor(a) qualificado(a) e por ele supervisionado(a), a ser realizada virtualmente, por intermédio da ferramenta ZOOM, disponível em versão para celular e para computador. A fim de possibilitar a efetiva participação, a(s) parte(s) e advogado(s) deverão seguir o seguinte tutorial básico: 1)Para o acesso através do aplicativo Zoom CloudMeeting: Utilizando-se o computador ou o celular, os participantes deverão acessar a sala virtual através do endereço eletrônico (link), que será disponibilizado nos autos através de certidão, em até 1 (um) dia antes da audiência. Antes de permitir o acesso à sala virtual, caso o programa Zoom CloudMeeting não esteja instalado no equipamento, será automaticamente disponibilizada a opção da sua instalação. Destaca-se que no celular é necessário instalar o programa Zoom. 2) Para o acesso através dos navegadores de internet (somente para computadores): Em não querendo ou não sendo possível a instalação do programa Zoom, os participantes poderão ingressar na sessão virtual utilizando o navegador de internet, acessando o endereço eletrônico que será disponibilizado, e clicando em ?ingresse a partir do seu navegador? No horário da audiência, deverão as partes acessar o link para ingressar no ambiente virtual da audiência. Lembrar de habilitar câmera e áudio a fim de que sua participação possa ser o mais próximo possível do que ocorre em uma audiência presencial. Caso não apresentados, as partes deverão apresentar seus cálculos de liquidação, no prazo de 08 (oito) dias, sob pena de preclusão. No prazo sucessivo e comum de 8 (oito) dias, independentemente de nova intimação, a(s) parte(s) poderá(ão) apresentar sua(s) impugnação(ões) fundamentada(s), com a indicação do(s) item(ns) e valor(es) objeto da discordância, sob pena de preclusão, tudo nos termos do §2º do art. 879 da CLT. Ressalvado o entendimento do Juízo de origem, caso uma das partes já tenha apresentado cálculos, o prazo será de 8 (oito) dias para que a parte contrária os impugne e apresente os seus, nos mesmos moldes e sob igual pena do parágrafo anterior, podendo igual direito à impugnação ser exercido pela parte que primeiramente os apresentou, no prazo subsequente de 8 (oito) dias, tudo nos termos do §2º do art. 879 da CLT. Ainda que já haja cálculos apresentados nos autos, as partes deverão trazê-los atualizados para a audiência, a fim de embasar e facilitar a negociação. Havendo nos autos depósito(s) judicial(is) ou recursal(is), incumbe à parte interessadadiligenciar junto à(s) instituição(ões) financeira(s) para obter o(s) valor(es) atualizado(s) do(s) Mesmo(s), até a data da audiência, sem prejuízo da mesma providência ser realizada pelo próprio Cejusc, se possível. A participação das partes e advogados é imprescindível, tanto para a tentativa de conciliação como para encaminhamentos que visem a efetividade e o trâmite do processo em tempo razoável, como preconizado pelo artigo 5 º inciso LXXVII da Constituição da República. Independentemente da fase em que se encontrar o processo, a critério do Juízo de Origem, o não comparecimento injustificado de quaisquer das partes à audiência para tentativa de conciliação poderá ser considerado como ato atentatório à dignidade da Justiça, com as consequências previstas no art. 77, IV e §2º, CPC c/c 769, CLT, assim como nos termos do art. 17, Resolução Administrativa 04/2017, TRT 15ª Região Ficam as partes cientes de que em caso de insucesso poderão ser praticados atos processuais, ficando também cientes de que as decisões adotadas na audiência não serão objeto de posterior notificação, porque serão tidas como proferidas nos termos da Súmula 197, TST. Intimem-se as partes, por seus patronos, aos quais incumbe informar os jurisdicionados sobre a necessidade de comparecimento à audiência. Fica a devedora cientificada de que, na data supra, deverá se fazer presente por meio de seu representante legal ou de preposto com poderes para transigir e receber citação. CAMPINAS/SP, 30 de novembro de 2021 CRISTIANE MONTENEGRO RONDELLI Juíza do Trabalho Coordenadora do CEJUSC-JT 1º Grau

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CEJUSC JT em Campinas
ATOrd 0002800-98.2006.5.15.0114
RECLAMANTE: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
RECLAMADO: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E OUTROS (2)

TERMO DE MEDIAÇÃO JUDICIAL

CEJUSC-JT 1º GRAU CAMPINAS

9ª Vara do Trabalho de Campinas

PROCESSO Nº.0002800-98.2006.5.15.0114

AUTOR(ES): CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO

RÉU(S): MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL

RÉU(S): SERGIO PARREIRA SANDOVAL

Fase do Processo: *( ) Conhecimento ( ) Liquidação (X) Execução*

Modalidade: *( ) Físico (X) Eletrônico "Pje/Migrado"*

Em **31/01/2022**, no CEJUSC-JT 1º GRAU CAMPINAS, situado à Avenida José de Souza Campos, nº 422, cobertura do Fórum Trabalhista de Campinas, de forma presencial /no ambiente virtual do TRT 15ª REGIÃO, sob a responsabilidade do(a) Exmo(a) Juiz(a) **Dr.(a) Rafael de Almeida Martins**, ora atuando como Mediador, **Davi de Matos Cardoso Araújo**, ocorre a presente audiência de mediação e tentativa de conciliação e /ou homologação de acordo, com encaminhamento do feito.

Ausente(s) o/a(s) espólio da reclamante(s)/exequente(s) **Cleuza Tercilia Da Silva Melo, CPF:188.116.918-93** e presente seu/sua(s) advogado/a(s) Dr.(a/s) **Hamilton Rovani Neves, OAB n.SP143.028**.

Ausente a **primeira** parte reclamada/executada **Maria Angelica Leal Sandoval**, RG/CPF: **102.139.368-10**, e **pre**sente seu(sua) advogado(a), Dr.(a) **Leonildo Ghizzi Junior - OAB: SP153045**.

PJe Assinado eletronicamente por: RAFAEL DE ALMEIDA MARTINS - Juntado em: 31/01/2022 17:00:19 - 7206b0e

Ausente a **segunda** parte reclamada/executada **Sergio Parreira Sandoval**, RG/CPF: **014.607.578-15**, e **pre**sente seu(sua) advogado(a), Dr.(a) **Leonildo Ghizzi Junior - OAB: SP153045**.

Juntada de documentos:

Fica deferido, desde já, o prazo de **05 (cinco)** dias para juntada de quaisquer documentos de representação que se fizerem necessários, por **quaisquer das partes**, tais como carta de preposição, substabelecimento, procuração, contrato social e estatuto constitutivo.

INCONCILIADOS

Apesar dos esforços empreendidos e das ponderações realizadas, as partes ainda não puderam se conciliar.

Sobrestamento do feito ante a possibilidade de conciliação

A requerimento das partes, determina-se o sobrestamento do feito por **04** dias em face de possibilidade de acordo.

As partes deverão noticiar a avença por meio de petição, a qual será submetida à homologação junto ao CEJUSC 1º Grau dispensado o comparecimento da parte reclamante por concordar com o valor ofertado pela parte reclamada, assim como com a forma de pagamento.

No silêncio, entender-se-á que o acordo não foi realizado, prosseguindo-se com o feito.

PJe Assinado eletronicamente por: RAFAEL DE ALMEIDA MARTINS - Juntado em: 31/01/2022 17:00:19 - 7206b0e

Excepcionalmente permaneçam os autos no **CEJUSC 1 CAMPINAS** para as devidas providências e/ou para inclusão em pauta, oportunamente, **comunicando a Vara de Origem por e-mail institucional**.

Cumpra-se.

Cientes os presentes.

*"JTe - APLICATIVO JUSTIÇA DO TRABALHO ELETRÔNICA - Acompanhe o andamento das pautas de audiência, inicie chat com outros usuários da ferramenta, verifique a tramitação, consulte decisões e sentenças e até selecione processos favoritos para recebimento de notificações acerca da movimentação. Frisa-se, porém, que as consultas realizadas pelo aplicativo JTe possuem caráter meramente informativo, não substituindo as intimações realizadas no PJe, nem ocasionando início da contagem de prazos processuais." **[Disponível** tanto para **Iphone,** quanto para **Android].***

RAFAEL DE ALMEIDA MARTINS
Juiz(a) do Trabalho

Ata redigida por *DAVI DE MATOS CARDOSO ARAUJO*, *Secretário(a) de Audiência.*

Assinado eletronicamente por: RAFAEL DE ALMEIDA MARTINS - Juntado em: 31/01/2022 17:00:19 - 7206b0e
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/22013115302167900000168559577?instancia=1
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Número do documento: 22013115302167900000168559577

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CEJUSC CAMPINAS - JT CENTRO JUDICIÁRIO DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO
PROCESSO: ATOrd 0002800-98.2006.5.15.0114
AUTOR: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
RÉU: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E OUTROS (2)

CERTIDÃO

Certifico que, nesta data, faço a devolução dos autos à vara de origem, conforme determinado em ata de audiência realizada neste Cejusc 1° grau Campinas.

CAMPINAS/SP, 07 de fevereiro de 2022.

DAVI DE MATOS CARDOSO ARAUJO
Secretário de Audiência

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
9ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
ATOrd 0002800-98.2006.5.15.0114
AUTOR: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
RÉU: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E OUTROS (2)

DESPACHO

OFÍCIO 75/2022

Diante da nota de devolução (Exigência 56598) do Primeiro Oficial de Registro de Imóveis de Campinas, de ID c5eeb0d, encaminho o presente Ofício e determino que retifique-se a descrição do imóvel de matrícula 6.737 , fazendo constar a descrição correta, conforme AV 7 e AV20, descritas abaixo:

AV7: Nos termos de instrumento de concessão de habite-se expedido pela Prefeitura local, microfilmado sob nº 53539 no terreno desta matrícula foi construído um prédio residencial com a área de 133,73 mts2, o qual recebeu o número 610 pela Avenida Esther Moretzshon Camargo.

AV20: Nos termos do requerimento de 09 de junho de 1993 de de Certidão nº 623, datada de 8 de junho de 1993, expedida pela Prefeitura Municipal de Campinas , microfilmados neste Cartório sob nº 200.098, faço constar que o prédio objeto desta Matrícula, teve, em 29 de junho de 1987, seu número alterado para 686 pela Avenida Esther Moretzshon Camargo.

Após, anote-se a penhora do referido imóvel.

Por celeridade e economia processual, imprimo força de **Ofício de nº 75/2022** ao presente despacho, a ser encaminhado eletronicamente ao Primeiro Oficial de Registro de Imóveis de Campinas para que efetue a retificação da descrição e penhora do imóvel de matrícula nº 6.737.

A resposta poderá ser encaminhada para endereço eletrônico desta unidade: saj.9vt.campinas@trt15.jus.br.

No mais, face ao tempo transcorrido, expeça-se mandado de reavaliação.

CAMPINAS/SP, 11 de abril de 2022

PJe Assinado eletronicamente por: CRISTIANE HELENA PONTES - Juntado em: 11/04/2022 23:26:50 - 2ffe663

CRISTIANE HELENA PONTES
Juíza do Trabalho Substituta

Assinado eletronicamente por: CRISTIANE HELENA PONTES - Juntado em: 11/04/2022 23:26:50 - 2ffe663
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/22041117502300900000174118288?instancia=1
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Número do documento: 22041117502300900000174118288

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
9ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
ATOrd 0002800-98.2006.5.15.0114
AUTOR: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
RÉU: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E OUTROS (2)

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID 2ffe663 proferido nos autos.

DESPACHO

OFÍCIO 75/2022

Diante da nota de devolução (Exigência 56598) do Primeiro Oficial de Registro de Imóveis de Campinas, de ID c5eeb0d, encaminho o presente Ofício e determino que retifique-se a descrição do imóvel de matrícula 6.737 , fazendo constar a descrição correta, conforme AV 7 e AV20, descritas abaixo:

AV7: Nos termos de instrumento de concessão de habite-se expedido pela Prefeitura local, microfilmado sob nº 53539 no terreno desta matrícula foi construído um prédio residencial com a área de 133,73 mts2, o qual recebeu o número 610 pela Avenida Esther Moretzshon Camargo.

AV20: Nos termos do requerimento de 09 de junho de 1993 de de Certidão nº 623, datada de 8 de junho de 1993, expedida pela Prefeitura Municipal de Campinas , microfilmados neste Cartório sob nº 200.098, faço constar que o prédio objeto desta Matrícula, teve, em 29 de junho de 1987, seu número alterado para 686 pela Avenida Esther Moretzshon Camargo.

Após, anote-se a penhora do referido imóvel.

Por celeridade e economia processual, imprimo força de **Ofício de nº 75/2022** ao presente despacho, a ser encaminhado eletronicamente ao Primeiro Oficial de Registro de Imóveis de Campinas para que efetue a retificação da descrição e penhora do imóvel de matrícula nº 6.737.

A resposta poderá ser encaminhada para endereço eletrônico desta unidade: saj.9vt.campinas@trt15.jus.br.

No mais, face ao tempo transcorrido, expeça-se mandado de reavaliação.

CAMPINAS/SP, 11 de abril de 2022

CRISTIANE HELENA PONTES
Juíza do Trabalho Substituta

Assinado eletronicamente por: CRISTIANE HELENA PONTES - Juntado em: 11/04/2022 23:27:50 - ae8b80d
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/22041123264925500000174135002?instancia=1
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Número do documento: 22041123264925500000174135002

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
9ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
PROCESSO: ATOrd 0002800-98.2006.5.15.0114
AUTOR: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
RÉU: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E OUTROS (2)

Impresso em: 20/04/2022 às 16:04

RECIBO DE DOCUMENTO ENVIADO E NÃO LIDO

Código de rastreabilidade:	515202219496605
Documento:	Documento_2ffe663(1).pdf
Remetente:	9ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS (DANIELE ANGELON STELLA)
Destinatário:	CAMPINAS - 01º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS (TJSP)
Data de Envio:	20/04/2022 16:02:23
Assunto:	Segue ofício nº 75/2022 . Nosso nº do processo 0002800-98.2006.5.15.0114

CAMPINAS/SP, 20 de abril de 2022.

DANIELE ANGELON
Servidor

Assinado eletronicamente por: DANIELE ANGELON - Juntado em: 20/04/2022 16:04:48 - db656f2
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/22042016044783300000174665667?instancia=1
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Número do documento: 22042016044783300000174665667

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
9ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
ATOrd 0002800-98.2006.5.15.0114
AUTOR: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
RÉU: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E OUTROS (2)

DESPACHO

Tendo em vista ausência de resposta ao ofício expedido ao 1º Oficial de Registro de Imóveis de Campinas, reitere-se.

CAMPINAS/SP, 22 de julho de 2022

KARINE VAZ DE MELO MATTOS ABREU
Juíza do Trabalho Substituta

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
9ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
PROCESSO: ATOrd 0002800-98.2006.5.15.0114
AUTOR: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
RÉU: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E OUTROS (2)

Impresso em: 09/08/2022 às 14:40

RECIBO DE DOCUMENTO ENVIADO E NÃO LIDO

Código de rastreabilidade:	515202220161763
Documento:	Documento_2ffe663.pdf
Remetente:	9ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS (DANIELE ANGELON STELLA)
Destinatário:	CAMPINAS - 01º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS (TJSP)
Data de Envio:	09/08/2022 14:38:30
Assunto:	Prezados, boa tarde! Segue ofício para cumprimento referente ao processo 0002800-98.2006.5.15.0114

CAMPINAS/SP, 09 de agosto de 2022.

DANIELE ANGELON
Servidor

Assinado eletronicamente por: DANIELE ANGELON - Juntado em: 09/08/2022 14:40:54 - 97c02b7
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/22080914404903000000183060122?instancia=1
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Número do documento: 22080914404903000000183060122

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
9ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
PROCESSO: ATOrd 0002800-98.2006.5.15.0114
AUTOR: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
RÉU: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E OUTROS (2)

Em anexo.

CAMPINAS/SP, 11 de outubro de 2022.

DANIELE ANGELON
Servidor

Assinado eletronicamente por: DANIELE ANGELON - Juntado em: 11/10/2022 15:23:15 - 57a56de
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/22101115222246600000188009661?instancia=1
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Número do documento: 22101115222246600000188009661

MATRÍCULA Nº 6737

1º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
REGISTRO GERAL
COMARCA DE CAMPINAS
ESTADO DE SÃO PAULO

DR. ELVINO SILVA FILHO
OFICIAL

Mod. 23

MATRÍCULA Nº 6737 | Data 07 JAN 1977 | Oficial FRANCISCO BENITO Oficial-Maior | FLS. 1

IMÓVEL

Nº CADASTRO: 11.738.000, quarteirão nº. 02690, da Prefeitura local.----

LOTE de terreno nº."11" (ONZE), da quadra "15" (QUINZE),= do loteamento denominado "JARDIM SANT'ANA - 1ª Parte" , nesta cidade o qual possui a área total de 420,00 mts2, medindo: 12,00 mts de frente para a avenida Ester Moretzshon Camargo; mesma medida nos fundos;= por 35,00 mts da frente aos fundos, de ambos os lados, confrontando na integridade, com os lotes nºs. 10, 12, 25 e 26, existindo em toda a = extensão dos fundos, uma viela sanitária, com a largura de 3,00 mts.=

AV.7/6.737: Nos termos de instrumento de concessão de habite-se expedido pela Prefeitura local, microfilmado sob nº. 53539= no terreno desta matrícula foi construído um prédio residencial com a área de 133,73 mts2, o qual recebeu o número 610 (seiscentos e dez) pela Avenida Esther Moretzshon Camargo, e o respectivo "Habite-se" aos

(segue no verso)

AQUISIÇÕES

PROPRIETÁRIOS: ARNALDO CARTAGINEZI, mecânico, RG. 8.475.517, e s/mr.DIRCE DE JESUS DUARTE NOVO CARTAGINEZZI, do lar, RG. sob nº 8.455.766, brasileiros, CIC. 068.439.998/91, residentes e domiciliados nesta cidade, à Avenida Marginal, sob nº. 1.015. (Transcrição Aquisitiva nº. 82.567, de fls. 183, do livro 3-BR). Campinas, 07 JAN 1977= O Escrevente: _____. O Oficial: FRANCISCO BENITO Oficial Maior =

R.2/6737: Os proprietários venderam o imóvel a MANUEL FLORES RAMIREZ, do comércio, e s/mr. CARMEM PAREJA GALISTEO DE FLORES, do lar, Cart.Mod.19 nºs. 3672646 e 10242060 respectivamente, e CIC. 505.317.358/34, espanhóis com permanência legal no país, residentes nesta cidade à Av.3, nº.117 -Vila Marieta- por cr$.125.000,00, conforme escritura de 1º/dezembro/1976, do quarto (4º) Tabelionato local (Lvº. 279, fls.36), (microfilme sob nº 13163). Campinas, 07 JAN 1977 = O Escrevente: _____. O Oficial: FRANCISCO BENITO Oficial Maior .=

(segue no verso)

ÔNUS

AV.1/6737: O imóvel está onerado por uma servidão de passagem de viela sanitária em favor da Municipalidade de Campinas, conforme inscrição nº.3.107, fls. 287, do livro 4-A, Campinas,- 07 JAN 1977 .O Escr. _____.O OF. FRANCISCO BENITO Oficial Maior =

R.11/6737- Os proprietários qualificados no R.9- SERGIO DOS SANTOS e -sua mulher MARINA DELFINA DA SILVA SANTOS, deram o imóvel- em HIPOTECA a HABITACIONAL-Associação de Poupança e Empréstimo , com - sede em Campinas à rua Conceição 131- CGC 46.073.268/0001-54, para garantir uma dívida no valor de Cr$1.454.000,00 que deverá ser paga em-- 180 prestações mensais, juros à taxa efetiva de 10,470% ao ano, nos -- termos do instrumento particular legalizado datado de 10 de junho de - 1980, microfilme 54241 Campinas 11 JUN 1980 O escrevente autorizado _____ (José Francisco Madernas)

segue no verso

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis(www.registradores.onr.org.br)-Visualizado em:11/10/2022 13:18:17

PJe Assinado eletronicamente por: DANIELE ANGELON - Juntado em: 11/10/2022 15:23:15 - df1d85a

MATRÍCULA Nº 6737 | VERSO DA FOLHA Nº 1 - MATRÍCULA

DR. ELVINO SILVA FILHO
OFICIAL

1º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
REGISTRO GERAL

COMARCA DE CAMPINAS
ESTADO DE SÃO PAULO

IMÓVEL

13 de maio de 1.980. Campinas, 28 MAI 1980 .O 3º.escrevente autorizado: _____.-(Wilton Pierre Junior)-.

Av.8/6737- Foi apresentado certificado de quitação número 269.967- série B, em 16 de maio de 1980, pelo IAPAS a favor de ROBERTO HIDEO OKUMA, microfilmado sob nº 54240 Campinas 11 JUN 1980 O esc.aut. _____ (José Francisco Madernas).

AV.20/6737. Nos termos de requerimento de 09 de junho de 1993 e de Certidão nº 623, datada de 08 de junho de 1993, expedida pela Prefeitura Municipal de Campinas, microfilmados neste Cartório sob número 200.098, faço constar que o prédio objeto desta Matrícula, **teve, em 29 de julho de 1.987, seu número alterado para 686 pela Avenida Esther Moretzshon Camargo.** CAMPINAS, 01 JUL 1993 (AAM). O escrevente autorizado, _____, Claudio Lovato.

(CONTINUA FOLHA 1 " IMÓVEL ")

AQUISIÇÕES

R.3/6737: Os proprietários VENDERAM o imóvel a ALLAN MOREIRA DE SOUZA,-industriário, RG 10.364.85/RJ, e s/mr.LYGIA MOREIRA DE SOUZA, funcionária pública, RG 1.694.358/RJ,brasileiros, residentes e domiciliados nesta cidade à R.José Ferreira de Camargo,1301, CPFs:004.913.659/-34 e 016.525.249/91, por cr$.357.500,00, conforme escritura de 02/03/--1979, do 4º.tabelionato local (lvº.300, fls.172),(micr. 37514).Campinas, 16 MAR 1979 .O escr.autº. _____ (Wilton Pierre Junior).-

AV.4/6737: A venda objeto do R.3 acima foi feita com o Pacto Comissório previsto no art.1163 do Cód.Civil Brasileiro,tendo sido pagos cr$.200.000,00, restando um saldo de cr$.157.500,00,representado por 15 notas promissórias, sendo 10 de cr$.10.000,00 cada uma; uma do valor de cr$.12.500,00; uma de cr$.12.000,00, uma de cr$.11.500,00; uma de cr$.-11.000,00, e a última de cr$.10.500,00,com vencimentos mensais consecutivos a partir de 05/04/1979.A simples apresentação destes títulos autorizará o cancelamento desta averbação.Camps. 16 MAR 1979 O esc. _____

(segue às fls.1(AQUISIÇÕES)

ÔNUS

Av.12/6737 - Foi emitida pela credora e em seu próprio favor Cédula Hipotecária Integral nº 00.80.01265- em 10.06.1980, no valor prazo e juros constantes do R.11, microfilmada sob nº 54242 Campinas 11 JUN 1980 O esc.aut. _____ (José Francisco Madernas)

Av.14/6737- Tendo FERNANDO LUIS MOREIRA MADUREIRA e sua mulher GIANCARLA DANIELA ORTOLANI MADUREIRA, qualificados no R.13, adquirido o imóvel garantidor da dívida, assumiram a responsabilidade pelo pagamento da importância de Cr$1.590.137,03, (correspondendo cada UPC na data do contrato a Cr$604,89), que deverá ser resgatada em 178 meses juros à taxa de 10% ao ano, conforme instrumento particular legalizado-datado de 02 de setembro de 1980, microfilme 59660 .Campinas --- 26 SET 1980 O esc.aut. _____ (José Fco Madernas)

segue folha 1 - ÔNUS----

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis(www.registradores.onr.org.br)-Visualizado em:11/10/2022 13:18:17

PJe Assinado eletronicamente por: DANIELE ANGELON - Juntado em: 11/10/2022 15:23:15 - df1d85a

MATRÍCULA Nº 6737

1º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
REGISTRO GERAL

COMARCA DE CAMPINAS
ESTADO DE SÃO PAULO

DR. ELVINO SILVA FILHO
OFICIAL

MOD. 24

MATRÍCULA Nº 6737 — FICHA 2

Folha nº UM(1) IMÓVEL

Oficial

IMÓVEL

AV.21/6737. Nos termos do talão de imposto predial para o exercício de 1993, microfilmado sob número 200.098, faço constar que o imóvel objeto desta Matrícula, **está atualmente cadastrado na Prefeitura Municipal de Campinas, sob número 042.034.513.** CAMPINAS, 01 JUL 1993 .(AAM). O escrevente autorizado, _____, Claudio Lovato.

PARA SIMPLES CONSULTA - NÃO VALE COMO CERTIDÃO - PARA SIMPLES CONSULTA - NÃO VALE COMO CERTIDÃO

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis(www.registradores.onr.org.br)-Visualizado em:11/10/2022 13:18:17

PJe Assinado eletronicamente por: DANIELE ANGELON - Juntado em: 11/10/2022 15:23:15 - df1d85a

MATRÍCULA Nº 6737

Verso folha nº **UM (1)** IMÓVEL

IMÓVEL

DR. ELVINO SILVA FILHO
OFICIAL

1º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
REGISTRO GERAL

COMARCA DE CAMPINAS
ESTADO DE SÃO PAULO

PARA SIMPLES CONSULTA - NÃO VALE COMO CERTIDÃO - PARA SIMPLES CONSULTA - NÃO VALE COMO CERTIDÃO

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis(www.registradores.onr.org.br)-Visualizado em:11/10/2022 13:18:17

PJe Assinado eletronicamente por: DANIELE ANGELON - Juntado em: 11/10/2022 15:23:15 - df1d85a

MATRÍCULA Nº 6.737

1º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
REGISTRO GERAL
COMARCA DE CAMPINAS
ESTADO DE SÃO PAULO

DR. ELVINO SILVA FILHO
OFICIAL

MOD. 25

MATRÍCULA Nº 6.737=

Folha nº "1" AQUISICÕES FICHA 3
Oficial FRANCISCO BENITO
Oficial - Maior

AQUISIÇÕES

AV.5/6.737 - Fica CANCELADA a AV.4 (cláusula de pacto comissório), à vista de escritura de quitação, lavrada em notas do 4º Tabelionato local (livro 217-fls.177), microfilmada sob número / 46.3o3, outorgada por Manuel Flores Ramirez a favor do " proprietário" em 26 de outubro de 1979. - Campinas, 22 de novembro de 1979. / O Escrevente autorizado: José Lamanna (José Lamanna). -

R.6/6.737: Os proprietários, Allan Moreira de Souza, e s/mr.Lygia Moreira de Souza, já qualificados nesta matrícula, VENDERAM o imóvel a ROBERTO HIDEO OKUMA, brasileiro, solteiro, maior, estudante,- CPF 024.355.648/99, RG 9.329.257, residente e domiciliado nesta cidade à rua 5, nº.640 -Campo dos Amarais-, pelo preço de cr$.400.000,00, nos termos da escritura de 21 de dezembro de 1979, do 1º.tabelionato local (lvº.797, fls.172),(microfilme: 53538).Campinas, 28 MAI 1980.O 3º. escrevente autorizado: .(WIlton Pierre Junior).

R.9/6737- O proprietário ROBERTO HIDEO OKUMA,qualificado no R.6- VENDEU o imóvel a SERGIO DOS SANTOS e sua mulher MARINA DELFINA DA SILVA SANTOS, brasileiros, bancários, casados sob o regime de separação de bens, residentes e domiciliados nesta cidade à rua Vasco da - Gama 21- Vila Nogueira, por Cr$2.700.000,00 conforme instrumento particular legalizado, datado de 10 de junho de 1980, microfilme 54241 Campinas 11 JUN 1980 O esc.aut. (José Francisco Madernas)

Av.10/6737- Nos termos da certidão de casamento datada de 15 de dezembro de 1973, microfilmada sob nº 54241 expedida pelo- Oficial do Registro Civil da comarca de Osasco-SP, faço constar que -- SERGIO DOS SANTOS e MARINA DELFINA DA SILVA, contraíram matrimônio no dia 15 de dezembro del973, conforme termo 21.405- livro B-65- fls. 242, -- adotando ela o nome de MARINA DELFINA DA SILVA SANTOS, casamento esse- realizado pelo regime da separação de bens, de acordo com o art. 258 § único nº I, cc. artigos 183 ítem XIII e 225/226 do Código Civil Brasileiro. Campinas 11 JUN 1980 O esc.aut. (JOsé Francisco Madernas).

R.13/6737- Os proprietários SERGIO DOS SANTOS e sua mulher MARINA DELFINA DA SILVA SANTOS, brasileiros, bancários, casados sob - o regime da separação de bens, residentes nesta cidade- CIC 063.207. - 408-68-- VENDERAM o imóvel a FERNANDO LUIS MOREIRA MADUREIRA, do comércio, e sua mulher GIANCARLA DANIELA ORTOLANI MADUREIRA, do comércio,-- ela brasileira, êle português, RG 3.973.626, casados sob o regime da comunhão de bens, anteriormente à lei 6.515/77, residentes e domiciliados nesta cidade, portadores do CIC 111.486.598-20, por Cr$2.700.000,00 conforme instrumento particular legalizado, datado de 02 de setembro - de 1980, microfilme 59660 . Campinas 26 SET 1980 O escrevente autorizado (José Francisco Madernas)

(SEGUE NO VERSO)

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis(www.registradores.onr.org.br)-Visualizado em:11/10/2022 13:18:17

PJe Assinado eletronicamente por: DANIELE ANGELON - Juntado em: 11/10/2022 15:23:15 - df1d85a

MATRÍCULA Nº 6.737

Verso folha nº "1" – AQUISIÇÕES

AQUISIÇÕES

R.19/6.737. Os proprietários, Fernando Luis Moreira Madureira e sua mulher Giancarla Daniela Ortolani Madureira, RG. nº 7.389.043-SSP/SP., CPF/MF nº 032.232.788/18, já qualificados, residentes e domiciliados nesta cidade, à Avenida Esther Moretzshon Camargo, nº 610, **TRANSMITIRAM O DOMÍNIO DO IMÓVEL**, em virtude de venda e compra, a **SERGIO PARREIRA SANDOVAL**, brasileiro, funcionário público aposentado, portador do RG. nº 1.541.080-SSP/SP., inscrito no CPF/MF sob nº 014.607.578/15, casado pelo regime de comunhão de bens, antes da Lei nº 6.515/77, com **MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL**, brasileira, do lar, portadora do RG. nº 1.572.173-SSP/SP., residentes e domiciliados nesta cidade,à Rua Antonio Lapa,nº 1.144, na conformidade de escritura pública datada de 06 de abril de 1993, livro número 1.369, fls. 17/19, do 1º Cartório de Notas desta cidade, microfilmada sob número 200.098, pelo valor de Cr.$ 900.000.000,00. CAMPINAS, 01 JUL 1993 (AAM). O escrevente autorizado, _____, Claudio Lovato.

DR. ELVINO SILVA FILHO
OFICIAL

1º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

REGISTRO GERAL

COMARCA DE CAMPINAS
ESTADO DE SÃO PAULO

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis(www.registradores.onr.org.br)-Visualizado em:11/10/2022 13:18:17

PJe Assinado eletronicamente por: DANIELE ANGELON - Juntado em: 11/10/2022 15:23:15 - df1d85a

MATRÍCULA Nº 6.737

1º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
REGISTRO GERAL

COMARCA DE CAMPINAS
ESTADO DE SÃO PAULO

DR. ELVINO SILVA FILHO
OFICIAL

MATRÍCULA Nº 6.737

Folha nº 1 - ÔNUS FICHA 4

Oficial FRANCISCO BENITO Oficial Maior

ÔNUS

Av.15/6.737- A Cédula Hipotecária nº 00.80.01265- objeto da Av.12 foi REFORMULADA, figurando como devedor FERNANDO LUIS MOREIRA MADUREIRA, do comércio, português, casado, residente e domiciliado nesta cidade à rua Antonio A. Almeida 530-- RG 3.973.626 e CIC 111.486. - 598-20, da quantia de Cr$1.590.137,03, que deverá ser paga em 178 prestações mensais, juros à taxa nominal de 10% ao ano, microfilme 59.661. Campinas, 26 de Setembro de 1980. O esc.aut. (José - Francisco Madernas).

Av.16/6.737 - Nos termos de instrumento particular datado de 21 de Setembro de 1.982, microfilmado neste cartório sob nº 189175, faço constar que a credora hipotecária, pelo valor de Cr$4.101.924,39, CEDEU E TRANSFERIU seus direitos relativos à hipoteca objeto do R.2 desta matrícula, a favor de ECONÔMICO SÃO PAULO S.A. CRÉDITO IMOBILIÁRIO HABITACIONAL. Campinas, * 6 MAI 1992 =.O escrevente autorizado do 1º Registro: (Airton Roberto Martins).

Av.17/6.737: - Nos termos de Atas de Assembléias Gerais Extraordinárias, realizadas em 30 de Novembro de 1987 e 30 de Janeiro de 1.990, microfilmadas neste cartório sob nº 180.381 (protocolo nº 189176), faço constar que Econômico São Paulo S.A. Crédito Imobiliário Habitacional, foi incorporado pelo ECONÔMICO S.A. CRÉDITO IMOBILIÁRIO CASA-FORTE, que, por sua vez, foi incorporado pelo BANCO ECONÔMICO S.A. Campinas, * 6 MAI 1992 O escrevente autorizado do 1º Registro de Imóveis: (Airton Roberto Martins).

Av.18/6.737: - Ficam CANCELADAS, a Hipoteca (R.11 e AV.14) e a Cédula Hipotecária (Av.12 e AV.15), à vista de quitação do credor constante do campo "11" da própria cédula hipotecária, datada de 05 de março de 1.992. Vide microfilme nº.=189177 =. Campinas,=* 6 MAI 1992 =.O escrevente autorizado: (Airton Roberto Martins).

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis(www.registradores.onr.org.br)-Visualizado em:11/10/2022 13:18:17

PJe Assinado eletronicamente por: DANIELE ANGELON - Juntado em: 11/10/2022 15:23:15 - df1d85a

MATRÍCULA Nº 6.737

Verso folha nº 1 – ÔNUS

ÔNUS

DR. ELVINO SILVA FILHO
OFICIAL

1º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

REGISTRO GERAL

COMARCA DE CAMPINAS
ESTADO DE SÃO PAULO

PARA SIMPLES CONSULTA - NÃO VALE COMO CERTIDÃO - PARA SIMPLES CONSULTA - NÃO VALE COMO CERTIDÃO

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis(www.registradores.onr.org.br)-Visualizado em:11/10/2022 13:18:17

PJe Assinado eletronicamente por: DANIELE ANGELON - Juntado em: 11/10/2022 15:23:15 - df1d85a

LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL

matrícula	ficha
6.737	5 (cinco)

1º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
da Comarca de Campinas - Estado de São Paulo
CNS: 12230-9
Alexandre de Azevedo Palmeira Filho
Oficial de Registro

Av.22/6.737: A escrituração dos lançamentos passa a compor, a partir desta averbação, apenas uma sequência de fichas, com a renumeração das folhas de imóveis, aquisições e ônus, e a inutilização de seus espaços em branco. Campinas, 30 de setembro de 2022. (PCES). A escrevente habilitada: Paula Camargo, (Paula Camargo do Espírito Santo). A escrevente autorizada: Ana Paula Fujimoto, (Ana Paula Fujimoto) – selo digital nº 1223093310000000212467522J

Av.23/6.737: O imóvel foi **PENHORADO** em 15 de agosto de 2019, para garantir a execução de uma dívida no valor de R$ 45.100,00, nos termos do Mandado datado de 13 de março de 2019, acompanhado dos autos de penhora e de depósito e ciência da penhora e avaliação, datados de 14 de agosto de 2019, e do Ofício datado de 11 de abril de 2022, prenotados sob nº. 495.822 em 16/09/2022, todos expedidos pelo Juízo da 9ª Vara do Trabalho desta Comarca, nos autos da Execução Trabalhista nº. 0002800-98.2006.5.15.0114, que CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO move contra MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL e SERGIO PARREIRA SANDOVAL, figurando como depositária a executada Maria Angelica Leal Sandoval. Campinas, 30 de setembro de 2022. (PCES). A escrevente habilitada: Paula Camargo, (Paula Camargo do Espírito Santo). A escrevente autorizada: Ana Paula Fujimoto, (Ana Paula Fujimoto) – selo digital nº 1223093310000000212469122P

PARA SIMPLES CONSULTA - NÃO VALE COMO CERTIDÃO - PARA SIMPLES CONSULTA

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis(www.registradores.onr.org.br)-Visualizado em:11/10/2022 13:18:17

Assinado eletronicamente por: DANIELE ANGELON - Juntado em: 11/10/2022 15:23:15 - df1d85a
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/22101115231185800000188009817?instancia=1
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Número do documento: 22101115231185800000188009817

PRIMEIRO REGISTRO DE IMÓVEIS DE CAMPINAS
Rua Doutor José Inocêncio de Campos, nº. 153, Ed. Metropolitan Plaza, Conjuntos 1 e 2, Térreo
CEP 13.024-230 – Campinas – São Paulo – PABX: (19) 3251-9700 – www.1ri.com.br

Ofício nº 0250/2022-adm

Campinas, 30 de setembro de 2022

Senhora Juíza,

Comunico a Vossa Excelência que, em cumprimento ao determinado no r. Ofício 75/2022 (Processo ATOrd 0002800-98.2006.5.15.0114), de 11 de abril de 2022, prenotado sob nº. 495.822, foi averbada a penhora do imóvel da matrícula 6.737 (doc. 1 – visualização da matrícula).

Aproveito a oportunidade para reiterar meus protestos da mais elevada estima e consideração.

Muito respeitosamente,

Alexandre de Azevedo Palmeira Filho
Oficial de Registro

À Exma. Sra.
Dra. CRISTIANE HELENA PONTES
MMª Juíza do Trabalho
9ª Vara do Trabalho de Campinas
Av. José de Souza Campos, nº 422 – Nova Campinas
Campinas – SP – 13092-123

Assinado eletronicamente por: DANIELE ANGELON - Juntado em: 11/10/2022 15:23:15 - 8c291bf
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/22101115231388400000188009820?instancia=1
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Número do documento: 22101115231388400000188009820

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
9ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
ATOrd 0002800-98.2006.5.15.0114
AUTOR: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
RÉU: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E OUTROS (2)

DESPACHO

Expeça-se mandado para reavaliação do imóvel conforme determinado no despacho de ID 2ffe663.

CAMPINAS/SP, 28 de novembro de 2022

KARINE VAZ DE MELO MATTOS ABREU
Juíza do Trabalho Substituta

Assinado eletronicamente por: KARINE VAZ DE MELO MATTOS ABREU - Juntado em: 29/11/2022 13:20:05 - a1b38f3
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/22112816480846100000191224277?instancia=1
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Número do documento: 22112816480846100000191224277

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
9ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
PROCESSO: ATOrd 0002800-98.2006.5.15.0114
AUTOR: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
RÉU: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E OUTROS (2)

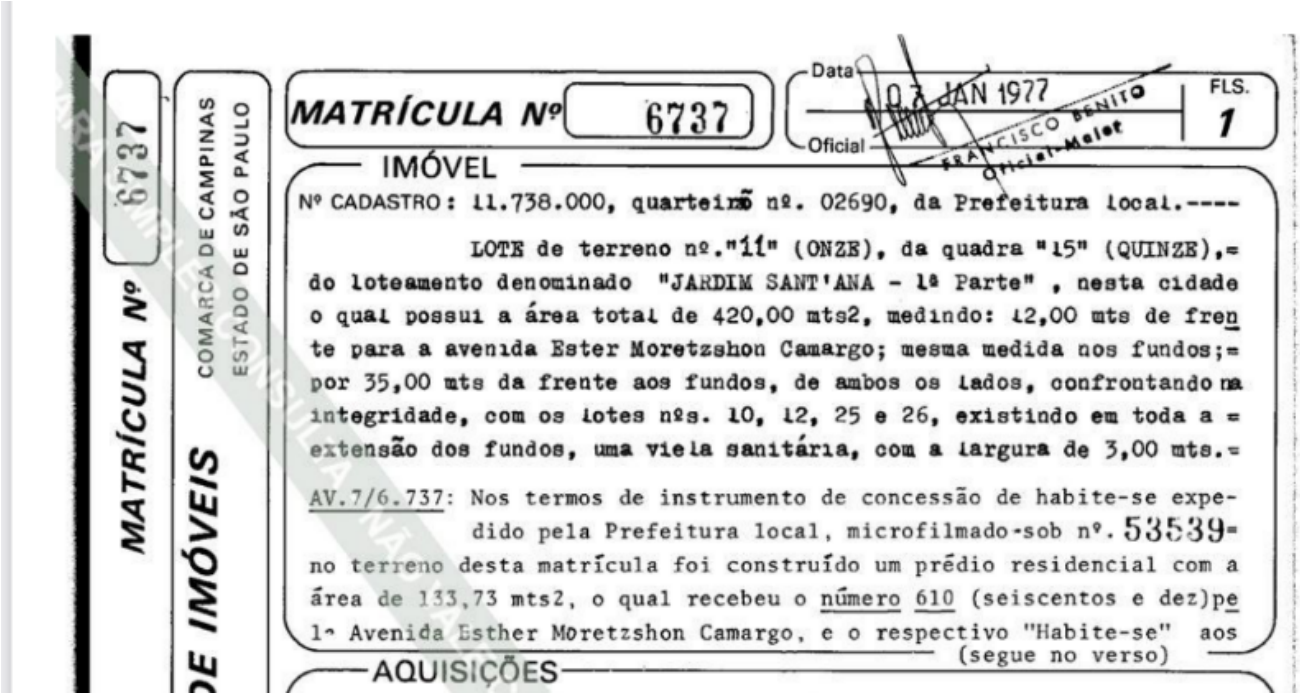
MANDADO DE REAVALIAÇÃO

O(A) Exmo(a). Juiz(a) do Trabalho, KARINE VAZ DE MELO MATTOS ABREU, MANDA ao(à) Oficial(a) de Justiça que, à vista do presente e em seu cumprimento proceda à **REAVALIAÇÃO** do(s) bem(ns) penhorado(s) no precitado feito, no auto de penhora (ID.8e7a691) datado de 14/08/2019, assim descrito(s): **MATRÍCULA 6737 do 1o CRIA - CAMPINAS: terreno nº 11, da quadra 15 do loteamento JARDIM SANT'ANA - 1ª parte, nesta cidade , o qual possui a área total de 420,00m2, medindo 12,00m de frente para a avenida Esther Moretzshon Camargo; mesma medida nos fundos; por 35,00m da frente aos fundos, de ambos os lados, confrontando na integridade com os lotes nos. 10,12,25 e 26, existindo, em toda a extensão dos fundos, uma viela sanitária, com a largura de 3,00m." Obs.: sobre o referido terreno fora construída uma casa de moradia, térrea, na frente possui jardim, com fachada revestida de tijolinho, telhado de duas águas, estado regular. Avalio a meação imóvel (terreno + benfeitoria) em R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).** Deverá, ainda, o(a) Oficial(a) de Justiça Avaliador(a) certificar no auto de reavaliação o atual estado de conservação e/ou de funcionamento dos bens supra detalhados.

DESTINATÁRIO:
MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL
Endereço: ESTHER MORETZSHON CAMARGO, 686, VILA NOGUEIRA, CAMPINAS/SP - CEP: 13088-010

matrícula id df1d85a

PJe Assinado eletronicamente por: DANIELE ANGELON - Juntado em: 25/01/2023 16:13:51 - f91abd8



MATRÍCULA Nº 6737 — COMARCA DE CAMPINAS — ESTADO DE SÃO PAULO — OFÍCIO DE IMÓVEIS

MATRÍCULA Nº 6737 — Data 03 JAN 1977 — Oficial FRANCISCO BENITO Oficial-Maior — FLS. 1

IMÓVEL

Nº CADASTRO: 11.738.000, quarteirão nº. 02690, da Prefeitura local.----

LOTE de terreno nº."11" (ONZE), da quadra "15" (QUINZE),= do loteamento denominado "JARDIM SANT'ANA - 1ª Parte", nesta cidade o qual possui a área total de 420,00 mts2, medindo: 12,00 mts de frente para a avenida Ester Moretzshon Camargo; mesma medida nos fundos;= por 35,00 mts da frente aos fundos, de ambos os lados, confrontando na integridade, com os lotes nºs. 10, 12, 25 e 26, existindo em toda a = extensão dos fundos, uma viela sanitária, com a largura de 3,00 mts.=

AV.7/6.737: Nos termos de instrumento de concessão de habite-se expedido pela Prefeitura local, microfilmado sob nº. 53539= no terreno desta matrícula foi construído um prédio residencial com a área de 133,73 mts2, o qual recebeu o número 610 (seiscentos e dez) pela Avenida Esther Moretzshon Camargo, e o respectivo "Habite-se" aos

(segue no verso)

AQUISIÇÕES

A petição inicial e documentos poderão ser acessados pela página eletrônica (**https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao**) , digitando a(s) chave(s) abaixo:

Descrição	Tipo de documento	Chave de acesso**
Despacho	Despacho	22112816480846100000191224277
0250-2022	Documento Diverso	22101115231388400000188009820
0250-2022-doc.1-Matrícula 6737	Documento Diverso	22101115231185800000188009817
Resposta ao ofício	Certidão	22101115222246600000188009661
Reenvio do ofício ao 1º cartório de imóveis de Campinas	Certidão	22080914404903000000183060122
Despacho	Despacho	22072209075680300000181759306
Envio do ofício ao Cartório	Certidão	22042016044783300000174665667
Intimação	Intimação	22041123264925500000174135002

PJe Assinado eletronicamente por: DANIELE ANGELON - Juntado em: 25/01/2023 16:13:51 - f91abd8

Despacho	Despacho	22041117502300900000174118288
DEVOLUÇÃO DOS AUTOS	Certidão	22020717351557700000169115204
Ata da Audiência	Ata da Audiência	22013115302167900000168559577
habilitação	Solicitação de Habilitação	22012812522065100000168424503
Substabelecimento com Reserva de Poderessubstabelecimento	Substabelecimento com Reserva de Poderes	22012812542742500000168424547
LINK AUDIÊNCIA 15H03	Certidão	22012716184486500000168371343
Certidão	Certidão	22012713593763000000168349029
Certidão de devolução dos autos à origem	Certidão	21121319260060200000166646674
Intimação	Intimação	21121314312608300000166598670
Despacho	Despacho	21121314165418200000166595739
Intimação	Intimação	21113023524075100000165774155
Despacho	Despacho	21113015523827600000165726348
Certidão	Certidão	21111419225575600000164601105
Intimação	Intimação	21111413160838800000164599595
Despacho	Despacho	21111208572028100000164509489
Intimação	Intimação	21062911045180600000156230648

Intimação	Intimação	21062911045172300000156230651
Intimação	Intimação	21062911045161700000156230655
Acórdão	Acórdão	21022618452475500000156230658
Memoriais	Razões Finais	21033116293997700000156230663
Contraminuta ao Agravo de Petição	Contraminuta	21021516011373900000145671629
Intimação	Intimação	21020510113213000000145038947
Decisão	Decisão	21020410101367100000144954819
Agravo de Petição	Agravo de Petição	20092316542263100000137793335
Certidão de matrícula do imóvel	Documento Diverso	20092316563733700000137793712
Petição solicitando habilitação	Solicitação de Habilitação	20092117030865000000137593394
Substabelecimento sem Reserva de Poderes	Substabelecimento sem Reserva de Poderes	20092117040131700000137593467
Intimação	Intimação	20091015285885300000136880728
Sentença	Sentença	20090919085244900000136819000
Contraminuta EE	Contraminuta	19102312465258000000118361458
Embargos à Execução	Manifestação	19101110170211800000117560579
IPTU	Documento Diverso	19101110252101900000117561343

Comprovante de Residência	Documento Diverso	19101110254588700000117561380
Termo de inventariante	Documento Diverso	19101110254685200000117561381
Registro	Documento Diverso	19101110260029500000117561411
Certidão de Registro do Imóvel	Documento Diverso	19101110261263800000117561437
Certidão de Registro Do Imóvel	Documento Diverso	19101110262421900000117561461
Certidão de Registro do Imóvel	Documento Diverso	19101110264336800000117561505
Certidão de Registro do Imóvel	Documento Diverso	19101110263830100000117561492
Ofício cartório	Documento Diverso	19101013054684800000117501560
Ofício cartório	Documento Diverso	19101013043537600000117501447
Despacho	Notificação	19100216404031500000116971373
Despacho	Despacho	19100215520836200000116962027
Devolução de mandado de ID 7fefc87	Certidão	19081418465746200000113541305
manifestação	Manifestação	19081409442360900000113460764
Contraminuta	Contraminuta	19081310114126900000113359423
Despacho	Notificação	19080913032739500000113173025
Despacho	Despacho	19080912172346500000113168785

Habilitação de espólio	Manifestação	19042312394116200000105918109
Impugnação avaliação do imóvel	Impugnação	19032815074369100000104330038
Carnê Iptu	Documento Diverso	19032815084860400000104330196
Embargos à Execução	Embargos à Execução	19032212595962400000103889407
Documento Diverso	Documento Diverso	19032213021280700000103889628
Embargos à Execução	Manifestação	19032212313986700000103886616
Intimação	Intimação	19031313452206700000103210759
Mandado	Mandado	19031313424648500000103210410
Despacho	Despacho	19022616542876900000102348902
Fotografia	Fotografia	18102318501677100000095504161
Devolução de mandado de ID 3e9ca53	Certidão	18102318471039700000095504073
Pedido de providencia	Manifestação	18082009493596000000090846087
manifestação	Manifestação	18081715093466900000090779363
Prova Emprestada	Prova Emprestada	18081715182475100000090780381
Mandado	Mandado	18072615152761500000089236682
MATRÍCULA E AVALIAÇÃO	Certidão	18072615102864700000089235852

Matrícula e avaliação anteriores	Documento Diverso	18072615123463900000089236190
pedido de Providência	Manifestação	18061416371463900000086551580
Documento Diverso	Documento Diverso	18061416385552300000086551661
Intimação	Intimação	18051413185846100000084339058
Despacho	Despacho	18042517163095600000083154378
Termo de Abertura de Execução	Termo de Abertura de Execução	18042312493795700000082854064
Relatório de ocorrências SAP1G	Documento Diverso	18042312501052300000082854066

Caso Vossa Senhoria não consiga consultar os documentos via *internet* e deseje acessá-los ou receber orientações, deverá comparecer a esta Unidade Judiciária, sediada no seguinte endereço: Avenida José de Souza Campos, 422, Nova Campinas, CAMPINAS/SP - CEP: 13092-123.

Autoriza-se, desde logo, que o(a) oficial(a) de justiça avaliador(a) se valha das prerrogativas previstas nos artigos 212, 249, 252, 253, 845 e 846, caput e § 2º, do CPC, autorizado o arrombamento e a requisição de força policial com a mera apresentação deste à autoridade policial. Havendo necessidade de remoção, nas hipóteses da parametrização, fica desde já autorizada a conclusão do ato iniciado durante o dia após as 20h, na forma do § 1º do art. 212.

CUMPRA-SE, na forma e sob as penas da lei.

Este é assinado pelo(a) servidor(a), de ordem do(a) MM. Juiz(a) do Trabalho, nos termos do artigo 250, inciso VI, do CPC.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ATOrd 0002800-98.2006.5.15.0114
AUTOR: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
RÉU: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E OUTROS (2)

ID do mandado: {VAL $idMandado}
Destinatário: {VAL $nomeDestinatarioMandado}

CERTIDÃO DE DEVOLUÇÃO DE MANDADO

Id do Mandado: f91abd8
Destinatário: {VAL $PAC.nome_endereco_destinatario}

Certifico que, no dia 24/3, dirigi-me à Av. ESTHER MORETZSHON CAMARGO, 686, onde procedi à reavaliação do imóvel penhorado de matrícula 6737 do 1º CRI de Campinas. Trata-se de casa residencial térrea, em regular estado de conservação. Reavalio o imóvel em R$ 510.000,00 (quinhentos e dez mil reais), pelo método comparativo de avaliação, usando como base imóveis semelhantes na mesma região, através do site vivareal.

CAMPINAS/SP, 09 de abril de 2023.

GUSTAVO TULLIO FERNANDES
Oficial de Justiça Avaliador Federal

Assinado eletronicamente por: GUSTAVO TULLIO FERNANDES - Juntado em: 09/04/2023 19:23:45 - c558bf5
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/23040919234155800000199202089?instancia=1
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Número do documento: 23040919234155800000199202089

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO II DE CAMPINAS
ATOrd 0002800-98.2006.5.15.0114
AUTOR: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
RÉU: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E OUTROS (2)

DESPACHO

Vistos,

Diante da reavaliação do imóvel penhorado, nos termos da certidão exarada pelo Oficial de Justiça Avaliador Federal de ID. c558bf5, intimem-se as partes para, querendo, apresentarem manifestação, no prazo de 10 dias.

Após, voltem conclusos para deliberação quanto ao prosseguimento da presente ação.

Dê-se ciência.

CAMPINAS/SP, 01 de setembro de 2023

KARINE VAZ DE MELO MATTOS ABREU
Juíza do Trabalho Substituta

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO II DE CAMPINAS
ATOrd 0002800-98.2006.5.15.0114
AUTOR: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
RÉU: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E OUTROS (2)

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID 3252f46 proferido nos autos.

DESPACHO

Vistos,

Diante da reavaliação do imóvel penhorado, nos termos da certidão exarada pelo Oficial de Justiça Avaliador Federal de ID. c558bf5, intimem-se as partes para, querendo, apresentarem manifestação, no prazo de 10 dias.

Após, voltem conclusos para deliberação quanto ao prosseguimento da presente ação.

Dê-se ciência.

CAMPINAS/SP, 01 de setembro de 2023

KARINE VAZ DE MELO MATTOS ABREU
Juíza do Trabalho Substituta

SERGIO A F PINHEIRO

OAB/SP 225.875

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) FEDERAL DA 9ª VARA DO TRABALHO DA COMARCA DE CAMPINAS/SP.

Processo nº0002800-98.2006.5.15.0114

MARIA ANGÉLICA LEAL SANDOVAL E OUTRO, já devidamente qualificados nos autos da **RECLAMAÇÃO TRABALHISTA** que lhe move **CLEUSA TERCÍLIA DA SILVA**, em trâmite perante essa MM. 9. Vara, processo em referência, por seu advogado e bastante procurador que a presente assina, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelencia para Requerer a juntada de **SUBSTABELECIMENTO COM RESERVA DE PODERE**S, nos presentes autos, requerendo também sua habilitação no feito e que as futuras publicações também sejam expedidas em nome do mesmo, sob pena de serem nulas

Campinas, 13 de setembro 2023.

Sergio Affonso Fernandes Pinheiro

OAB/SP 225.875

Assinado eletronicamente por: SERGIO AFFONSO FERNANDES PINHEIRO - Juntado em: 13/09/2023 16:12:33 - d9c9f1b
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/23091316120276600000211381343?instancia=1
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Número do documento: 23091316120276600000211381343

SUBSTABELECIMENTO

Substabeleço, com reserva de iguais, na pessoa do **DR. SERGIO AFFONSO FERNANDES PINHEIRO,** brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/SP. sob nº 225.875, com escritório nesta cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua General Osório, nº 971 - 7ª Andar- Centro - CEP. 13.075-46, os poderes a mim conferidos **MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL,** nos autos da RECLAMAÇÃO TRABALHISTA que lhe move CLEUSA TERCILIA DA SILVA, processo nº **0002800-98.2006.5.15.0114,** em trâmite perante essa MM. 9. Vara Federal.

Campinas, 13 de Setembro de 2023.

Adriana Leal Sandoval.
OAB/SP. 101.561

Assinado eletronicamente por: SERGIO AFFONSO FERNANDES PINHEIRO - Juntado em: 13/09/2023 16:12:33 - 85fb31b
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/23091316122840300000211381416?instancia=1
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Número do documento: 23091316122840300000211381416

PINHEIRO
ADVOGADOS

SERGIO A F PINHEIRO

OAB/SP 225.875

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) FEDERAL DA 9ª VARA DO TRABALHO DA COMARCA DE CAMPINAS/SP.

Processo nº0002800-98.2006.5.15.0114

MARIA ANGÉLICA LEAL SANDOVAL E OUTRO, já devidamente qualificados nos autos da **RECLAMAÇÃO TRABALHISTA** que lhe move **CLEUSA TERCÍLIA DA SILVA**, em trâmite perante essa MM. 9. Vara, processo em referência, por sua advogada e bastante procuradora que a presente assina, vem, respeitosamente à presença de V. Exa. requerer o que segue:

1) No R. **D E S P A C H O - ID** 3252f46, assim determinou Vossa Excelência: "Diante da reavaliação do imóvel penhorado, nos termos da certidão exarada pelo Sr. Oficial Avaliador Federal de ID C558bf5 de Justiça, intime-se as partes para querendo, apresentarem manifestação, no prazo de 10 dias"

2) Assim é a presente para manifestar-se acerca da Avalição feita pelo Sr. Oficial Avaliador Federal de ID C558bf5, conforme segue abaixo:

3) O imóvel penhorado foi avaliado em R$510.000,00(quinhentos e dez mil reais), porém não condiz com a realidade dos fatos.

Conforme documento que ora se junta (carnê de IPTU 2023), o valor venal do imóvel; residência da reclamada; foi avaliado em R$763.702,19, valor esse para efeito de Imposto, não condizente com o real valor de mercado, que com certeza será maior do que o declinado no documento ora anexado.

PJe Assinado eletronicamente por: SERGIO AFFONSO FERNANDES PINHEIRO - Juntado em: 13/09/2023 16:15:19 - 789b57d

SERGIO A F PINHEIRO

OAB/SP 225.875

Por outro lado, e ainda conforme o documento que ora se junta, a bem penhorado possui 285,75 m2 de área construída e 420,00 m2 de terreno, portanto o seu valor é muito maior do que declinado na avalição feita.

Em que pese o método utilizado pelo Avaliador este deve ser afastado, uma vez que ele usou por base outros imóveis da região, porém não analisou minunciosamente interno ou externamente o imóvel de propriedade da reclamada, entendendo-se frágil e incompleta a avaliação.

Apenas para argumentar existem no bairro em que pertence o imóvel penhorado existem casas e terrenos de todos os tipos e valores, casas novas e antigas, o que, certamente não pode se tomar por base, o método utilizado pelo avaliador, o que desde já fica integralmente **IMPUGNADO.**

Diante de todo acima exposto a reclamada apresenta a sua **IMPUGNAÇÃO** a avalição apresentada e requer seja determinada uma nova avalição, desta feita com base no valor venal do imóvel e ainda que seja mais detalhada, com a metragem correta e demais especificações que com certeza será muito superior ao avaliado.

Termos em que,

Pede Deferimento.

Campinas, 13 de setembro de 2023.

Sergio Affonso Fernandes Pinheiro

OAB/SP 225.875

Assinado eletronicamente por: SERGIO AFFONSO FERNANDES PINHEIRO - Juntado em: 13/09/2023 16:15:19 - 789b57d
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/23091316150613200000211381880?instancia=1
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Número do documento: 23091316150613200000211381880

EXCELENTÍSSIMO(a) SENHOR(a) DOUTOR(a) JUIZ(a) DA 9ª VARA DA JUSTIÇA DO TRABALHO DE CAMPINAS/SP

PROCESSO Nº 0002800-98.2006.5.15.0114

ESPÓLIO DE CLEUZA TECÍLIA DA SILVA MELO, devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, **EXECUÇÃO DE CRÉDITO TRABALHISTA** que move em face de **MARIA ANGELIA LEAL SANDOVAL e ESPÓLIO DE SÉRGIO PEREIRA SANDOVAL**, também qualificados nos autos do mesmo processo, via de seu procurador infra-assinado, vem, respeitosamente, a presença de V. Exa., MANIFETSAR sobre a impugnação apresentada pela executada, o que faz pelos termos que se seguem:

O que se vê nestes autos é a tentativa desesperada da Impugnante e não ter seu bem que já se encontra penhorado, eventualmente arrematado em praça, já que este foi o único bem localizado da mesma, e vem tentando DE TODAS AS MANEIRAS POSSÍVEIS E IMAGINÁVEIS se desvencilhar da obrigação de pagar, com o que não terá sucesso.

DO VALOR DO BEM PENHORADO:

A Impugnante vem agora depois da reavaliação do Oficial de Justiça Avaliador deste juízo, impugnar novamente o valor do bem, alegando que o mesmo teria sido subvalorizado.

Entretanto, a impugnação apresentada é apenas um meio de procrastinar ainda mais o feito que já dura mais de 17 anos. Veja que na impugnação apresentada a impugnante não juntou sequer um laudo ou algo parecido que tenha uma avaliação competente que diga que referido imóvel tem valor maior do que aquele que foi apontado pelo Oficial de Justiça.

Veja que nem mesmo avaliações de Corretores de Imóveis da região os quais poderiam, em tese, apontar qualquer irregularidade na avaliação do sr. Oficial de Justiça, foram apresentados demonstrando ainda mais que a presente petição de impugnação apresentada se trata apenas de medida procrastinatória e nada mais.

A impugnante, para poder contestar a avaliação apresentada deveria, NO MÍNIMO, ter juntado aos autos qualquer elemento de

PJe Assinado eletronicamente por: HAMILTON ROVANI NEVES - Juntado em: 25/09/2023 20:35:25 - 9dc1872

prova que caracteriza, por mínima razão que fosse, que a avaliação apresentada pelo Oficial Avaliador não está condizente. Alegar sem demonstrar eficazmente eventual discrepância e "chover no molhado".

A impugnante sequer juntou comprovante de avaliações de imóveis vizinhos, ou próximos, que pudessem lhe dar guarida não trazendo nenhum elemento de comprovação e suas alegações, tratando-se, como já mencionado acima, de alegações meramente procrastinatórias não apresentando qualquer elemento jurídico de constatação de erro ou dolo do avaliador judicial.

> **AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PENHORA. AVALIAÇÃO DE IMÓVEL. OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR. LAUDO AVALIATIVO. PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE E VERACIDADE. NÃO AFASTADAS. ART. 872 DO CPC. CRITÉRIOS OBSERVADOS. FÉ PÚBLICA. NÃO ELIDIDA**. 1. A avaliação feita pelo Oficial de Justiça dispõe de presunção de legitimidade e veracidade, a qual, embora não ostente caráter absoluto, exige, para que seja afastada, prova robusta em sentido diverso, não sendo suficiente a simples discordância da parte quanto ao valor apurado. 2. A certidão de avaliação firmada pelo Oficial de Justiça deve ser impugnada pela parte interessada, mediante efetiva demonstração de vício formal, erro na avaliação ou dolo do avaliador (art. 873, I, do CPC), o que, in casu, não foi demonstrado pela parte agravante. 3. Considerando que o laudo de avaliação observou o contido no art. 872 do CPC, descrevendo de forma pormenorizada o contexto fático e mercadológico no qual o imóvel avaliado encontra-se inseridos, explicitando, inclusive, os fundamentos que levaram à conclusão proposta, forçoso reconhecer a validade do laudo avaliativo. 4. Recurso desprovido.
>
> (TJ-DF 07073436820228070000 1433405, Relator: ALFEU MACHADO, Data de Julgamento: 22/06/2022, 6ª Turma Cível, Data de Publicação: 08/07/2022)

> **AGRAVO DE INSTRUMENTO. IMPUGNAÇÃO A LAUDO DE AVALIAÇÃO IMOBILIÁRIA ELABORADO POR OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR. LAUDO HOMOLOGADO PELO JUÍZO. AGRAVANTE QUE ALEGA QUE O IMÓVEL FOI AVALIADO EM VALOR BEM ABAIXO DA MÉDIA DE MERCADO DA REGIÃO, PUGNANDO POR NOVA AVALIAÇÃO. ACERTO DA DECISÃO.** Aplicação do art. 873 do CPC. Inteligência da Súmula 155 do TJRJ. Ausência de elementos concretos que comprovem que o valor de avaliação do imóvel difere de seu efetivo valor de mercado. Laudo de avaliação apresentado pelo oficial de justiça avaliador que se mostra hígido, atendendo aos requisitos do artigo 872 do CPC. Agravante que trouxe aos autos, tão somente, anúncios de imóveis obtidos em site da internet de compra e venda imobiliária. Ausência de laudo técnico, emitido por

PJe Assinado eletronicamente por: HAMILTON ROVANI NEVES - Juntado em: 25/09/2023 20:35:25 - 9dc1872

profissional, que pudesse infirmar o laudo do OJA. Precedentes. DESPROVIMENTO DO AGRAVO.

(TJ-RJ - AI: 00422744220218190000, Relator: Des(a). SÔNIA DE FÁTIMA DIAS, Data de Julgamento: 19/10/2021, VIGÉSIMA TERCEIRA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 26/10/2021)

AGRAVO DE INSTRUMENTO – EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL - IMPUGNAÇÃO À AVALIAÇÃO DE IMÓVEL PENHORADO POR OFICIAL DE JUSTIÇA/AVALIADOR – AUSÊNCIA DE ELEMENTOS QUE DEMONSTREM ERRO OU VÍCIO NA AVALIAÇÃO - RECURSO DESPROVIDO. Impugnada a avaliação do imóvel sem elementos suficientes que indiquem algum erro ou vício na conduta da Oficiala de Justiça Avaliadora (CPC, art. 873), impõe-se a manutenção do ato.

(TJ-MS - AI: 14133157120218120000 MS 1413315-71.2021.8.12.0000, Relator: Des. Eduardo Machado Rocha, Data de Julgamento: 23/09/2021, 2ª Câmara Cível, Data de Publicação: 27/09/2021)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. IMPUGNAÇÃO A AVALIAÇÃO JUDICIAL. A avaliação feita pelo serventuário da justiça, com fé pública e de acordo com os parâmetros estabelecidos por normas da Corregedoria Geral de Justiça, deve prevalecer até prova em contrário, que não foi produzida pelo impugnante. Inexistência de provas aptas a desconstituição do laudo, não servindo a tal fim opiniões de "expert" da confiança do garante. Recurso desprovido.

(TJ-RJ - AI: 00227419720218190000, Relator: Des(a). MARCELO ALMEIDA, Data de Julgamento: 27/05/2021, DÉCIMA NONA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 01/06/2021)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DESPESAS CONDOMINIAIS. COBRANÇA CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. A impugnação de avaliação judicial do imóvel, sem respaldo em elemento de comprovação, vez que inviável considerar no estudo valor referente ao fundo de comércio que não se encontra penhorado, não tem o condão de derrubar a perícia judicial elaborada com equidistância e isenção de ânimo. Decisão mantida. Recurso desprovido.

(TJ-SP - AI: 21376032320198260000 SP 2137603-23.2019.8.26.0000, Relator: Felipe Ferreira, Data de Julgamento: 29/08/2019, 26ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 29/08/2019)

PJe Assinado eletronicamente por: HAMILTON ROVANI NEVES - Juntado em: 25/09/2023 20:35:25 - 9dc1872

Assim, no que se refere à impugnação ora questionada, as alegações feitas pela Impugnantes não passam de aventura jurídica com o condão de procrastinar ainda mais o feito, causando ao exequente mais prejuízos, além dos já experimentados até aqui.

Diante disso, requer a declaração de **TOTAL IMPROCEDÊNCIA** da Impugnação apresentada pela executada em relação ao valor da avaliação feita por Oficial de Justiça, mantendo-se o valor por ele apresentado como real e condizente com ás condições atuais do imóvel e outras características por ele apresentadas em sua avaliação e, com isso, a liberação do bem penhorado para praça e/ou leilão, para pagamento dos valores devidos.

Termos em que,
Pede Deferimento.

Campinas, 23 de setembro de 2023.

*Dr. Hamilton **Rovani** Neves*
OAB/SP 143.028

Assinado eletronicamente por: HAMILTON ROVANI NEVES - Juntado em: 25/09/2023 20:35:25 - 9dc1872
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/23092520351893100000212349219?instancia=1
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Número do documento: 23092520351893100000212349219

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO II DE CAMPINAS
ATOrd 0002800-98.2006.5.15.0114
AUTOR: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
RÉU: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E OUTROS (1)

DESPACHO

Vistos,

Sem prejuízo às petições apresentadas, intimem-se as partes para manifestação sobre eventual interesse na adjudicação ou alienação do imóvel, no prazo de 5 dias.

No silêncio, à Hasta Pública.

Dê-se ciência.

CAMPINAS/SP, 20 de outubro de 2023

JOSE AGUIAR LINHARES LIMA NETO
Juiz do Trabalho Substituto

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO II DE CAMPINAS
ATOrd 0002800-98.2006.5.15.0114
AUTOR: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
RÉU: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E OUTROS (1)

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID 1b440b8 proferido nos autos.

DESPACHO

Vistos,

Sem prejuízo às petições apresentadas, intimem-se as partes para manifestação sobre eventual interesse na adjudicação ou alienação do imóvel, no prazo de 5 dias.

No silêncio, à Hasta Pública.

Dê-se ciência.

CAMPINAS/SP, 20 de outubro de 2023

JOSE AGUIAR LINHARES LIMA NETO
Juiz do Trabalho Substituto

SERGIO A F PINHEIRO

OAB/SP 225.875

EXCELENTISSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) FEDERAL DA 9ª VARA DO TRABALHO DA COMARCA DE CAMPINAS/SP.

Processo nº0002800-98.2006.5.15.0114

SÉRGIO PARREIRA SANDOVAL e outros, já devidamente qualificados nos autos da **RECLAMAÇÃO TRABALHISTA** que lhe move **CLEUSA TERCÍLIA DA SILVA**, em trâmite perante essa MM. 9ª Vara Federal, processo em referência, por seu advogado e bastante procurador que a presente assina, vem, respeitosamente à presença de V.Exa. expor e ao final requerer o quanto segue:

Compulsando os autos verifica-se que o herdeiro da reclamante(já falecida), Fernando da Silva Melo, foi representado nesses autos por seu tio Nelson Felix de Melo, visto que ele detinha a sua guarda enquanto menor de idade.

Porém e conforme se verifica dos documentos já anexados aos autos(ID 32946b9 – Doc. 5e29ace), o herdeiro Fernando já

PJe Assinado eletronicamente por: SERGIO AFFONSO FERNANDES PINHEIRO - Juntado em: 27/10/2023 08:51:36 - 19c3c69

PINHEIRO ADVOGADOS

SERGIO A F PINHEIRO

OAB/SP 225.875

atingiu a sua maioridade, visto que nasceu em data de 22/09/2003, portanto atualmente com 20(vinte) anos de idade.

Verifica-se, portanto, que o procurador do representante legal do filho da reclamante não possui mais qualquer direito para postular em seu nome, visto que o menor Fernando atingiu a sua maioridade, e já responde por seus atos, desde a data que atingiu a maioridade, tendo em vista a extinção do mandato, a teor do disposto no artigo 682, II, do Código Civil.

Assim no presente caso, o advogado constituído não possui legitimidade para demandar em juízo face a ausência da procuração, fato esse que já verificamos nesses autos, quando do falecimento da reclamante, ocasião em que o mesmo, continuou a postular em juízo sem poderes para tal, diante a extinção do mandato.

Sendo assim, e de acordo com a lei e jurisprudência de nossos Tribunais, os atos praticados em nome do falecido serão nulos, visto que este já perdeu sua capacidade postulatória.

Por outro lado a reclamada tem interesse numa composição amigável, todavia, a mesma não está conseguindo contato com o advogado constituído pelo Sr. Nelson, tio do herdeiro Fernando, apesar de várias tentativas de contato, via telefone fixo em seu escritório, celular, watts zap, e-mails sendo que o mesmo se recusa a responder ou retornar as ligações,

PJe Assinado eletronicamente por: SERGIO AFFONSO FERNANDES PINHEIRO - Juntado em: 27/10/2023 08:51:36 - 19c3c69

dificultando assim, o bom andamento processual e um possível acordo entre as partes.

Diante de todo o aqui exposto e tudo o mais que dos autos consta, requer-se a Vossa Excelência sejam nulos todos os atos praticados após a maioridade do herdeiro Fernando, ou seja desde setembro de 2021.

Outrossim, requer-se a Vossa Excelência seja designada audiência de tentativa de conciliação diante do interesse da reclamada em conciliação.

Por fim requer-se a intimação do herdeiro Fernando para comparecimento nessa audiência a ser designada por V.Exa., a fim de facilitar as negociações, cujo endereço deverá ser fornecido pelo advogado até então constituído.

Termos em que,

Pede Deferimento.

Campinas, 26 de Outubro de 2023.

SERGIO AFFONSO FERNANDES PINHEIRO

OAB/SP. 225.875

Assinado eletronicamente por: SERGIO AFFONSO FERNANDES PINHEIRO - Juntado em: 27/10/2023 08:51:36 - 19c3c69
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/23102708512944000000214824387?instancia=1
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Número do documento: 23102708512944000000214824387

SERGIO A F PINHEIRO

OAB/SP 225.875

EXCELENTISSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) FEDERAL DA 9ª VARA DO TRABALHO DA COMARCA DE CAMPINAS/SP.

Processo nº0002800-98.2006.5.15.0114

SÉRGIO PARREIRA SANDOVAL e outros, já devidamente qualificados nos autos do processo em epígrafe, por seu procurador e advogado que ao final subscreve, vem respeitosamente a presença de Vossa Excelencia em cumprimento ao r. comando , se manifestar no sentido de que por hora possui interesse , que seja alienado parte ideal do imóvel em nome dos herdeiros de CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO.

Por conseguinte, junta também neste ato copia da CERTIDÃO DE VALOR VENAL DO IMOVEL , atualizado , que corrobora com as alegações da impugnação do valor apresentado pelo perito

Pede Deferimento.

Campinas, 26 de Outubro de 2023.

Rua General Osório, 971, 7º andar - Centro – Campinas – CEP – 13.010.111 – Fones 19-3232-6479 / 3231-2562.
sergiopinheiroadv@uol.com.br

PJe Assinado eletronicamente por: SERGIO AFFONSO FERNANDES PINHEIRO - Juntado em: 27/10/2023 09:27:42 - a07bb0b

SERGIO AFFONSO FERNANDES PINHEIRO

OAB/SP. 225.875

Rua General Osório, 971, 7º andar - Centro – Campinas – CEP – 13.010.111 – Fones 19-3232-6479 / 3231-2562.
sergiopinheiroadv@uol.com.br

Assinado eletronicamente por: SERGIO AFFONSO FERNANDES PINHEIRO - Juntado em: 27/10/2023 09:27:42 - a07bb0b
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/23102709264890600000214827441?instancia=1
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Número do documento: 23102709264890600000214827441



Demonstrativo de Lançamento

30.40

IPTU / TAXAS - 2023	Nº Aviso	Emissão	Imobiliária	Código Cartográfico
	000.000	01/2023	0	3261.63.10.0093.01001

Contribuinte	Responsável (Compromissário, contratante e demais casos)
ESPOLIO DE SERGIO PARREIRA SANDOVAL	ESPOLIO DE SERGIO PARREIRA SANDOVAL

Endereço do imóvel	Número	Complemento	Cep	Zoneamento
AVENIDA ESTHER MORETZSHON CAMARGO	000.686		13088-613	B

Bairro / Loteamento	Quarteirão / Quadra	Lote/Sublote	Fator Depreciação	Idade Imóvel	Uso Imóvel
JARDIM SANT'ANA	02690-15	011-	0,6850	1987	2 - Residencial

Classificação do Imóvel - Tipo/Padrão/Subpadrão	Valor da UFIC	Alíquota	Desc Fixo - UFIC	Área total Const. (m²)	Área terreno (m²)	Área Excedente (m²)
RH-5.0 Residencial Horizontal	R$ 4,4803	0,7000	160,0000	285,75	420,00	0,0

Tipo de Lançamento	Frente (m)	Custo UFIC / M² / Linear	Frequência Lixo Dias / Ano	Fatores terreno / Produtos e Fatores de Correção	Fatores Construção / Produto e Fatores de Correção
EXERCÍCIO	12,00	0,3718	301	1,0000	1,0000

Valores	R$	UFIC
Valor m² da Construção	2.082,15	464,7348
Valor da Construção	407.557,70	90.966,6088
Valor m² do Terreno	847,96	189,2648
Valor do Terreno	356.144,50	79.491,2160
Valor da Área excedente	0,00	0,0000
Valor Venal do Imóvel	763.702,19	170.457,8248
Valor Venal (Art.19 LC 181/2017)	728.087,74	162.508,7032

	R$	UFIC
Imposto	4.379,77	977,
(+) Imposto com Limitador	3.494,84	780,
(+) Taxa de Lixo	1.189,99	265,
(-) Valor Pago/Aproveitado	0,00	0,
(=) Valor Total Lançado	4.684,83	1.045,
(-) Desc. à Vista 5%	234,24	52,
(=) Cota Única	4.450,59	993,
11 PARCELAS DE	425,89	95,

Isenção / Redução do IPTU

01068361-030408

Assinado eletronicamente por: SERGIO AFFONSO FERNANDES PINHEIRO - Juntado em: 27/10/2023 09:27:42 - 597603d
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/23102709273960400000214827523?instancia=1
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Número do documento: 23102709273960400000214827523

Prefeitura Municipal de Campinas
Secretaria Municipal de Finanças
Departamento de Receitas Imobiliárias

CERTIDÃO DE VALOR VENAL

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Município de Campinas atualizar quaisquer elementos que venham a ser apurados, a qualquer tempo, inclusive em relação ao período abrangido por esta certidão, a Secretaria Municipal de Finanças **CERTIFICA** que o valor venal do imóvel, para o exercício fiscal solicitado, é o abaixo especificado, apurado com base nos dados cadastrais utilizados para o cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano do referido exercício fiscal.

EXERCÍCIO FISCAL DE 2023

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Código Cartográfico:	3261.63.10.0093.01001
Endereço do Imóvel:	AVENIDA ESTHER MORETZSHON CAMARGO, 686
Complemento:	
Bairro / Loteamento:	JARDIM SANT'ANA
Quarteirão / Quadra / Lote:	02690-15 011-

DADOS DO TERRENO

Valor do m² do terreno - R$:	847,96
Valor do terreno - R$:	356.144,50
Área terreno / Fração ideal:	420,00
Produto dos fatores de correção:	1,0000

DADOS DA CONSTRUÇÃO - 001

Valor do m² da construção - R$:	2.082,15
Valor da construção - R$:	407.557,70
Área construída:	285,75
Ano da construção:	1987
Padrão da construção:	RH - 5.0
Fator de depreciação:	0,6850

VALOR VENAL DO IMÓVEL

R$: 763.702,19

DADOS DA CERTIDÃO

Data de emissão:	05/09/2023
Assinatura eletrônica:	000132.5576520.230905
IP do solicitante:	177.194.38.122

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

* Os valores em Reais são expressos com base na UFIC - Unidade Fiscal do Município de Campinas do exercício Fiscal indicado.

* Certidão expedida via internet com base na Instrução Normativa SF nº 001/2011, de 10 de março de 2011.

* A autenticidade desta certidão **deverá** ser confirmada no endereço eletrônico - http://www.campinas.sp.gov.br ou https://certidoes-web.campinas.sp.gov.br.

Assinado eletronicamente por: SERGIO AFFONSO FERNANDES PINHEIRO - Juntado em: 27/10/2023 09:27:42 - 9708238
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/23102709273972200000214827524?instancia=1
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Número do documento: 23102709273972200000214827524

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO II DE CAMPINAS
ATOrd 0002800-98.2006.5.15.0114
AUTOR: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
RÉU: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E OUTROS (1)

DESPACHO

Vistos,

Considerando-se o que consta na presente, determina-se a remessa dos autos ao CEJUSC 1º Grau para análise e inclusão em pauta de audiência de mediação/conciliação, nos termos do artigo 75 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho.

Intimem-se.

CAMPINAS/SP, 31 de outubro de 2023

CRISTIANE HELENA PONTES
Juíza do Trabalho Substituta

Assinado eletronicamente por: CRISTIANE HELENA PONTES - Juntado em: 31/10/2023 20:20:02 - 9133dbf
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/23103109465861600000215075223?instancia=1
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Número do documento: 23103109465861600000215075223

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO II DE CAMPINAS
ATOrd 0002800-98.2006.5.15.0114
AUTOR: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
RÉU: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E OUTROS (1)

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID 9133dbf proferido nos autos.

DESPACHO

Vistos,

Considerando-se o que consta na presente, determina-se a remessa dos autos ao CEJUSC 1º Grau para análise e inclusão em pauta de audiência de mediação/conciliação, nos termos do artigo 75 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho.

Intimem-se.

CAMPINAS/SP, 31 de outubro de 2023

CRISTIANE HELENA PONTES
Juíza do Trabalho Substituta

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CEJUSC CAMPINAS - JT CENTRO JUDICIÁRIO DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO
ATOrd 0002800-98.2006.5.15.0114
AUTOR: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
RÉU: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E OUTROS (1)

DESPACHO

Considerando que a atividade de conciliar as partes é das mais relevantes, porque implica na célere solução do processo e na verdadeira pacificação social, finalidade precípua do Poder Judiciário;

Considerando que a tentativa de conciliar as partes em conflito pode ocorrer em qualquer momento processual;

Considerando o Provimento GP-CR Nº 01 de 16 de janeiro de 2023, que dispõe sobre a realização das audiências nas unidades judiciárias de 1º grau, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região;

Considerando a possibilidade de realização de audiências telepresenciais, híbridas ou presenciais no Cejusc (atentando-se para os processos que tramitam pelo Juízo 100% Digital);

Considerando, por fim, a existência de ferramenta eletrônica virtual gratuita, de amplo acesso, a qual permite a realização de videoconferências remotamente;

Designa-se audiência de tentativa de conciliação para o **dia 07/02/2024 15:13 horas, sala 3,** que será mediada pelo próprio Magistrado ou por servidor (a) qualificado(a) e por ele supervisionado(a), a ser realizada virtualmente ou na cobertura do Fórum Trabalhista de Campinas, localizado na Avenida José de Souza Campos, 422.

Fica, desde já, deferida a participação das partes e patronos à distância, virtualmente, independente de manifestação nos autos, por intermédio da ferramenta ***Zoom***, disponível em versão para celular e para computador, sendo obrigatória a utilização da ferramenta para os processos que tramitam pelo Juízo 100% Digital.

A fim de possibilitar a efetiva participação, a(s) parte(s) e advogado(s) deverão seguir o seguinte tutorial básico:

1) Para o acesso através do aplicativo *Zoom Cloud Meeting:*

Utilizando-se o computador ou o celular, os participantes deverão acessar a sala virtual através do endereço eletrônico (*link*), que será disponibilizado nos autos através de certidão, em até 1 (um) dia antes da audiência.

Antes de permitir o acesso à sala virtual, caso o programa *Zoom Cloud Meeting* não esteja instalado no equipamento, será automaticamente disponibilizada a opção da sua instalação.

Destaca-se que no celular é necessário instalar o programa *Zoom*.

2) Para o acesso através dos navegadores de internet (somente para computadores):

Em não querendo ou não sendo possível a instalação do programa *Zoom*, os participantes poderão ingressar na sessão virtual utilizando o navegador de internet, acessando o endereço eletrônico que será disponibilizado, e clicando em "*ingresse a partir do seu navegador*"

No horário da audiência, deverão as partes acessar o *link* para ingressar no ambiente virtual da audiência.

Lembrar de habilitar câmera e áudio a fim de que sua participação possa ser o mais próximo possível do que ocorre em uma audiência presencial.

A título de princípio colaborativo, tendo em vista que não há equipamento suficiente para todos na Unidade e que alguns dos disponíveis não possuem condições técnicas hábeis a viabilizar a participação efetiva de todas as partes, **em caso de audiências híbridas as partes e/ou seus patronos que preferirem comparecer à audiência de forma presencial, deverão estar munidos de seu próprio computador ou telefone móvel com o programa *Zoom* devidamente instalado e acesso à internet para participar da audiência**, a fim de contribuir para o bom andamento dos trabalhos, evitando eventual redesignação.

Eventual participação a distância do mediador se dará excepcionalmente, mediante prévia autorização do Tribunal Regional do Trabalho por meio de procedimento específico (Proad).

PJe Assinado eletronicamente por: CAIO RODRIGUES MARTINS PASSOS - Juntado em: 02/02/2024 15:38:07 - f0f6f84

A participação das partes e advogados é imprescindível, tanto para a tentativa de conciliação como para encaminhamentos que visem a efetividade e o trâmite do processo em tempo razoável, como preconizado pelo artigo 5 º inciso LXXVII da Constituição da República.

Independentemente da fase em que se encontrar o processo, a critério do Juízo de Origem, o não comparecimento injustificado de quaisquer das partes à audiência para tentativa de conciliação poderá ser considerado como ato atentatório à dignidade da Justiça, com as consequências previstas no art. 77, IV e §2º, CPC c/c 769, CLT, assim como nos termos do art. 17, Resolução Administrativa 04/2017, TRT 15ª Região.

Caso não apresentados, as partes deverão trazer seus cálculos de liquidação até a data da audiência. Ainda que já haja cálculos apresentados nos autos, as partes deverão trazê-los atualizados para a audiência, a fim de embasar e facilitar a negociação.

Ficam cientes as partes de que as decisões proferidas em audiência não serão objeto de posterior notificação, porque serão tidas como proferidas nos termos da Súmula 197, TST.

Devolvam-se os autos à Vara do Trabalho de origem onde aguardarão a audiência designada no Cejusc, devendo retornar oportunamente a essa Unidade.

Intimem-se as partes por meio de seus patronos, cientificando as pessoas jurídicas que deverão comparecer representadas por prepostos ou advogados habilitados a transigir, receber intimação e dar e receber quitação.

CAMPINAS/SP, 02 de fevereiro de 2024

CAIO RODRIGUES MARTINS PASSOS
Juiz do Trabalho Substituto

Assinado eletronicamente por: CAIO RODRIGUES MARTINS PASSOS - Juntado em: 02/02/2024 15:38:07 - f0f6f84
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/24020214101890300000220482118?instancia=1
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Número do documento: 24020214101890300000220482118

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CEJUSC CAMPINAS - JT CENTRO JUDICIÁRIO DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO
ATOrd 0002800-98.2006.5.15.0114
AUTOR: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
RÉU: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E OUTROS (1)

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID f0f6f84 proferido nos autos.

DESPACHO

Considerando que a atividade de conciliar as partes é das mais relevantes, porque implica na célere solução do processo e na verdadeira pacificação social, finalidade precípua do Poder Judiciário;

Considerando que a tentativa de conciliar as partes em conflito pode ocorrer em qualquer momento processual;

Considerando o Provimento GP-CR Nº 01 de 16 de janeiro de 2023, que dispõe sobre a realização das audiências nas unidades judiciárias de 1º grau, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região;

Considerando a possibilidade de realização de audiências telepresenciais, híbridas ou presenciais no Cejusc (atentando-se para os processos que tramitam pelo Juízo 100% Digital);

Considerando, por fim, a existência de ferramenta eletrônica virtual gratuita, de amplo acesso, a qual permite a realização de videoconferências remotamente;

Designa-se audiência de tentativa de conciliação para o **dia 07/02/2024 15:13 horas, sala 3,** que será mediada pelo próprio Magistrado ou por servidor (a) qualificado(a) e por ele supervisionado(a), a ser realizada virtualmente ou na cobertura do Fórum Trabalhista de Campinas, localizado na Avenida José de Souza Campos, 422.

Fica, desde já, deferida a participação das partes e patronos à distância, virtualmente, independente de manifestação nos autos, por intermédio da

Assinado eletronicamente por: CAIO RODRIGUES MARTINS PASSOS - Juntado em: 02/02/2024 15:39:07 - 81a9ac0

ferramenta ***Zoom***, disponível em versão para celular e para computador, sendo obrigatória a utilização da ferramenta para os processos que tramitam pelo Juízo 100% Digital.

A fim de possibilitar a efetiva participação, a(s) parte(s) e advogado(s) deverão seguir o seguinte tutorial básico:

1) Para o acesso através do aplicativo *Zoom Cloud Meeting:*

Utilizando-se o computador ou o celular, os participantes deverão acessar a sala virtual através do endereço eletrônico (*link*), que será disponibilizado nos autos através de certidão, em até 1 (um) dia antes da audiência.

Antes de permitir o acesso à sala virtual, caso o programa *Zoom Cloud Meeting* não esteja instalado no equipamento, será automaticamente disponibilizada a opção da sua instalação.

Destaca-se que no celular é necessário instalar o programa *Zoom*.

2) Para o acesso através dos navegadores de internet (somente para computadores):

Em não querendo ou não sendo possível a instalação do programa *Zoom*, os participantes poderão ingressar na sessão virtual utilizando o navegador de internet, acessando o endereço eletrônico que será disponibilizado, e clicando em "*ingresse a partir do seu navegador*"

No horário da audiência, deverão as partes acessar o *link* para ingressar no ambiente virtual da audiência.

Lembrar de habilitar câmera e áudio a fim de que sua participação possa ser o mais próximo possível do que ocorre em uma audiência presencial.

A título de princípio colaborativo, tendo em vista que não há equipamento suficiente para todos na Unidade e que alguns dos disponíveis não possuem condições técnicas hábeis a viabilizar a participação efetiva de todas as partes, **em caso de audiências híbridas as partes e/ou seus patronos que preferirem comparecer à audiência de forma presencial, deverão estar munidos de seu próprio computador ou telefone móvel com o programa *Zoom* devidamente instalado e acesso à internet para participar da audiência**, a fim de contribuir para o bom andamento dos trabalhos, evitando eventual redesignação.

PJe Assinado eletronicamente por: CAIO RODRIGUES MARTINS PASSOS - Juntado em: 02/02/2024 15:39:07 - 81a9ac0

Eventual participação a distância do mediador se dará excepcionalmente, mediante prévia autorização do Tribunal Regional do Trabalho por meio de procedimento específico (Proad).

A participação das partes e advogados é imprescindível, tanto para a tentativa de conciliação como para encaminhamentos que visem a efetividade e o trâmite do processo em tempo razoável, como preconizado pelo artigo 5 º inciso LXXVII da Constituição da República.

Independentemente da fase em que se encontrar o processo, a critério do Juízo de Origem, o não comparecimento injustificado de quaisquer das partes à audiência para tentativa de conciliação poderá ser considerado como ato atentatório à dignidade da Justiça, com as consequências previstas no art. 77, IV e §2º, CPC c/c 769, CLT, assim como nos termos do art. 17, Resolução Administrativa 04/2017, TRT 15ª Região.

Caso não apresentados, as partes deverão trazer seus cálculos de liquidação até a data da audiência. Ainda que já haja cálculos apresentados nos autos, as partes deverão trazê-los atualizados para a audiência, a fim de embasar e facilitar a negociação.

Ficam cientes as partes de que as decisões proferidas em audiência não serão objeto de posterior notificação, porque serão tidas como proferidas nos termos da Súmula 197, TST.

Devolvam-se os autos à Vara do Trabalho de origem onde aguardarão a audiência designada no Cejusc, devendo retornar oportunamente a essa Unidade.

Intimem-se as partes por meio de seus patronos, cientificando as pessoas jurídicas que deverão comparecer representadas por prepostos ou advogados habilitados a transigir, receber intimação e dar e receber quitação.

CAMPINAS/SP, 02 de fevereiro de 2024

CAIO RODRIGUES MARTINS PASSOS
Juiz do Trabalho Substituto

Assinado eletronicamente por: CAIO RODRIGUES MARTINS PASSOS - Juntado em: 02/02/2024 15:39:07 - 81a9ac0
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/24020215380777400000220498070?instancia=1
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Número do documento: 24020215380777400000220498070

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CEJUSC CAMPINAS - JT CENTRO JUDICIÁRIO DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO
PROCESSO: ATOrd 0002800-98.2006.5.15.0114
AUTOR: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
RÉU: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E OUTROS (1)

SEGUE ABAIXO O LINK DE ACESSO PARA A AUDIÊNCIA DAS 15H13.

ZOOM - CEJUSC 1 CAMPINAS - SALA 03 TRT15 está convidando você para uma reunião Zoom agendada.

Entrar na reunião Zoom
https://us02web.zoom.us/j/82732048624?pwd=dldPa1k1bXI3S1lxQTdWVWluRklnQT09
ID da reunião: 827 3204 8624
Senha de acesso: 449708

Dispositivo móvel de um toque
+13126266799,,82732048624#,,,,*449708# EstadosUnidos da América (Chicago)
+13462487799,,82732048624#,,,,*449708# EstadosUnidos da América (Houston)

Discar pelo seu local
+1 301 715 8592 / +1 646 558 8656 – EstadosUnidos da América (Washington DC - New York)
+55 21 3958 7888 – Brasil **/** +55 11 46322236 – Brasil **/** +55 11 4632 2237 – Brasil / +55 11 4680 6788 – Brasil **/** +55 114700 9668 – Brasil

ID da reunião: 827 3204 8624
Senha de acesso: 449708
Localizar seu número local: https://us02web.zoom.us/u/kba0Q5YdGx

Ingresso pelo SIP
82732048624@zoomcrc.com

Ingresso por H.323 Senha de acesso: 449708
64.211.144.160 (Brasil) ID da reunião: 827 3204 8624

A equipe do CEJUSC 1 CAMPINAS agradece, desde já, pela presença de todos os que participarem da conciliação virtual!

CAMPINAS/SP, 02 de fevereiro de 2024.

DAVI DE MATOS CARDOSO ARAUJO
Secretário de Audiência

Assinado eletronicamente por: DAVI DE MATOS CARDOSO ARAUJO - Juntado em: 02/02/2024 16:50:10 - 69104e9
Certificado por TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A REGIAO:03773524000103
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/24020216501046300000220511810?instancia=1
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Número do documento: 24020216501046300000220511810

Espolio de CLEUZA TERCÍCLA DA SILVA MELOA, via de seu procurador vem juntar documentos constitutivos do representante do espolio, conforme segue;

ROVANI
ADVOCACIA

PROCURAÇÃO *"AD - JUDICIA"*

FERNANDO DA SILVA MELO, brasileiro, solteiro, estudante, portador da Cédula de Identidade R. G. nº 50.975.599-9 SSP/SP e do CPF/MF nº 419.890.188-07, residente e domiciliado na Rua Geraldo Justino de Lima nº 277 – Jardim Monte Cristo – CEP 13.049-107 – Campinas/SP**,** o qual, pelo presente Instrumento de Procuração, nomeia e constitui seu bastante procurador o advogado **Dr. HAMILTON ROVANI NEVES**, inscrito na OAB/SP sob o nº 143.028, com escritório na Rua General Osório nº 634 – sala 03 - Centro - Campinas/SP, Fone (019) 3231-8140, endereço eletrônico rovani.advocacia@gmail.com a quem confere amplos poderes para o fôro em geral, com a cláusula "ad-judicia", ou em qualquer juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito, as ações competentes e defendê-lo, seguindo uma e outra até final decisão, usando recursos legais e acompanhando-a, conferindo-lhes ainda poderes especiais para confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo, ainda, receber citação, notificação e/ou intimação, em especial para representá-lo junto ao processo nº 0002800-98.2006.5.15.0114, da 9ª Vara do Trabalho de Campinas/SP, agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda substabelecer esta a outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso.

Campinas, 11 de fevereiro de 2022.

Fernando da Silva melo

FERNANDO DA SILVA MELO

PJe Assinado eletronicamente por: HAMILTON ROVANI NEVES - Juntado em: 07/02/2024 15:24:03 - b475468
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/24020715235473700000220862041?instancia=1
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Número do documento: 24020715235473700000220862041

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

FERNANDO DA SILVA MELO, brasileiro, solteiro, estudante, portador da Cédula de Identidade R. G. nº 50.975.599-9 SSP/SP e do CPF/MF nº 419.890.188-07, residente e domiciliado na Rua Geraldo Justino de Lima nº 277 – Jardim Monte Cristo – CEP 13.049-107 – Campinas/SP, pelo presente Instrumento de Procuração nomeia e constitui seu bastante procurador o advogado **Dr. HAMILTON ROVANI NEVES**, inscrito na OAB/SP sob o nº 143.028, com escritório na Rua General Osório nº 634 - Centro - Campinas/SP, Fone (019) 3231-8140, endereço eletrônico rovani.rovani@terra.com.br, declara para os devidos fins que sua atual condição econômica não permite demandar em juízo sem prejuízo do seu sustento próprio e da sua família, pelo que pede os benefícios da justiça gratuita previstos na Carta Constitucional de 1988, e mais precisamente, com fulcro no artigo 4º, caput da Lei 1.060/50 (estabelece normas para a concessão da assistência judiciária aos necessitados), consorciado com o artigo 1º da Lei 7.115 de 29 de agosto de 1983.

Campinas, 11 de fevereiro de 2022.

Fernando da Silva melo

FERNANDO DA SILVA MELO

PJe Assinado eletronicamente por: HAMILTON ROVANI NEVES - Juntado em: 07/02/2024 15:24:03 - 251ddb6
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/24020715235487300000220862042?instancia=1
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Número do documento: 24020715235487300000220862042

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) FEDERAL DA 9ª VARA DA JUSTIÇA DO TRABALHO DE CAMPINAS/SP

Processo nº 0002800-98.2006.5.15.0114

Exequente: Espólio de Cleuza Tercília da Silva Melo
Executado: Sérgio Parreira Sandoval (espolio) e outros

ESPÓLIO DE CLEUZA TERCÍLIA DA SILVA MELO, neste ato representado por **FERNANDO DA SILVA MELO**, devidamente qualificado nos autos supra, EXECUÇÃO DE CRÉDITO TRABALHISTA que move em face de **SÉRGIO PARREIRA SANDOVAL (ESPOLIO) E OUTROS**, via de seu procurador que a presente subscreve vem, respeitosamente, a presença de Vossa Excelência para relatar e requerer o que se segue.

DOS FATOS

A PRESENTE EXECUÇÃO SE ESTENDE POR QUASE DEZOITO ANOS sem que chegue ao seu final uma vez que, pelo que se vê, do lado dos executados não há predisposição de pagar o que é devido.

Mais uma vez nesta data (07/02/2024) ocorreu da mesma forma que, invariavelmente, tem ocorrido todas as vezes que se tenta fazer uma composição, ou seja, realizada audiência para tentativa de conciliação os executados não trouxeram nenhuma proposta m´pinima que fosse com a tentativa de solução do processo e, não só isso, seu "novo" advogado – já passaram não se sabe quantos advogados nestes processo em nome dos executados – alegou "não ter tido acesso aos autos" o que é, NO MÍNIMO, uma alegação falaciosa uma vez que como pode ser verificado por V. Exa., o mesmo procurador já tem analisado o processo desde 13/09/2023, quando foi por ele mesmo juntado documento de substabelecimento de procuração.

Não só isso, houve petição de impugnação do mesmo procurador, confrontando o valor da avaliação feita peplo Sr. Oficial de justiça.

ENTÃO, ALEGAR QUE "NÃO TEVE ACESSO AOS AUTOS" NÃO NOS PARECE UMA AFIRMAÇÃO QUE SEJA DIGNA DE CRÉDITO, SENDO APENAS MAIS UMA ARTIMANHA PARA PROCRASTINAR AINDA MAIS O FEITO, EM COMPLETO PREJUIZO DO EXEQUENTE. Como diz um dito popularmente conhecido, esta alegação é um *'COLÓQUIO FLÁCIDO PARA ACALENTAR BOVINO", ou, conversa melo para boi dormir.*

O que se tem, então, é que não há disposição dos executados em responder dignamente pelo débito que lhes pesa, sobretudo pelo débito alimentar devido ao exequente e, diante disso, não há mais o que de fazer em termo de eventual conciliação, uma vez que não há predisposição dos

PJe Assinado eletronicamente por: HAMILTON ROVANI NEVES - Juntado em: 07/02/2024 17:09:57 - 2dabdf9

executados no acerto do que é devido. Inúmeras oportunidades lhes foram concedidas, mas não houve interesse algum da parte executada.

Após infrutíferas tentativas em receber o pagamento de maneira amigável, inclusive se dispondo até mesmo em dividir o pagamento em diversas parcelas, proposta este que chegou ser feita em uma audiência d conciliação entre tantas que forma realizadas, o exequente deu início a uma ação judicial em busca de receber os valores que lhe são devidos.

Este juízo, a pedido do exequente, que viu como a única forma de receber os valores que lhe eram devidos, determinou a penhora de um imóvel residencial de propriedade dos executados, tendo havido Embargos à penhora sob alegação de ser bem de família, o que foi JULGADO IMPROCEDENTE, pelos pormenores que espelham o processo, tratando-se de relação de empregado doméstico.

Os executados já tentaram e tem tentado de todas as formas atrasar aos atos processuais de execução, utilizando de todas as artimanhas possível, inclusive com a troca constante de procuradores, visando assim postergar o quanto puderem o pagamento do seu débito.

É PRECISO QUE ESTE JUÍZO DÊ UM BASTA NESTES ATOS DESENFREADOS DOS EXCUTADOS COM UMA AÇÃO FIRME, COGENTE E QUE SEJA CAPAZ DE LHE MOSTAR QUE O JUDICIÁRIO NÃO É MÁQUINA DE FAZER PASTEL, MAS UM ÓRGÃO SÉRIO, COMPETENTE E DE RESPEITO E SUAS DECISÕES DEVEM SER CUMPRIDAS POR TODOS.

DO PEDIDO

Feita a narrativa acima e por tudo quanto consta dos autos e tendo em vista eu não há da parte escutada nenhuma predisposição e pagar o que deve, e, ainda, tendo em vista também não só a penhora, mas a efetiva avaliação do bem, feita pelo Sr. Oficial de Justiça às fls. 282, requer o exequente que referido imóvel seja enviado à PRAÇA E/OU LEILÃO o mais breve possível para tentativa de venda e pagamento do que lhe é devido reservando-se, entretanto e nos termos da lei, na referida praça, a sua condição de preferência à arrematação do referido bem, ou mesmo sua ordem de preferência em eventual e oportuna manifestação de adjudicação do referido bem.

Termos em que,
Pede deferimento.

Campinas, 07 de fevereiro de 2024.

Dr. Hamilton Rovani Neves
OAB/SP 143.028

Assinado eletronicamente por: HAMILTON ROVANI NEVES - Juntado em: 07/02/2024 17:09:57 - 2dabdf9
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/24020717082337200000220885977?instancia=1
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Número do documento: 24020717082337200000220885977

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CEJUSC JT em Campinas
ATOrd 0002800-98.2006.5.15.0114
RECLAMANTE: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
RECLAMADO(A): MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E OUTROS (2)

TERMO DE MEDIAÇÃO JUDICIAL

CEJUSC-JT 1º GRAU CAMPINAS

9ª Vara do Trabalho de Campinas

PROCESSO Nº.0002800-98.2006.5.15.0114

AUTOR(ES): CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO

RÉU(S):MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL

Fase do Processo: *( ) Conhecimento ( ) Liquidação (X) Execução*

Modalidade: *( ) Físico (X) Eletrônico "Pje/Migrado"*

Em **07/02/2024**, no CEJUSC-JT 1º GRAU CAMPINAS, situado à Avenida José de Souza Campos, nº 422, cobertura do Fórum Trabalhista de Campinas, de forma presencial /no ambiente virtual do TRT 15ª REGIÃO, sob a responsabilidade do(a) Exmo(a) Juiz(a) **Dr.(a) Caio Rodrigues Martins Passos**, ora atuando como Mediador, **Davi de Matos Cardoso Araújo**, ocorre a presente audiência de mediação e tentativa de conciliação e /ou homologação de acordo, com encaminhamento do feito.

Ausente(s) o espólio do/a(s) reclamante(s)/exequente(s) **CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO - CPF: 188.116.918-93** e **pre**sente seu/sua(s) advogado/a(s) Dr.(a/s) **HAMILTON ROVANI NEVES, OAB/SP n.143.028**.

Presente a **primeira** parte reclamada/executada **MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL - CPF: 102.139.368-10**, representada pelo(a) (sócio(a)/preposto(a)/proprietário(a)) Sr.(a) **EDUARDO LEAL SANDOVAL**, RG/CPF:**20231996**, e **pre**sente seu(sua) advogado(a), Dr. (a) **SERGIO AFFONSO FERNANDES PINHEIRO**, **OAB/SP n.225.875**.

Comunica-se o falecimento da segunda parte reclamada/executada **SERGIO PARREIRA SANDOVAL - CPF: 014.607.578-15**.

PJe Assinado eletronicamente por: CAIO RODRIGUES MARTINS PASSOS - Juntado em: 07/02/2024 19:09:39 - 8221b46

Juntada de documentos:

Fica deferido, desde já, o prazo de **05 (cinco)** dias para juntada de quaisquer documentos de representação que se fizerem necessários, por **quaisquer das partes**, tais como carta de preposição, substabelecimento, procuração, contrato social e estatuto constitutivo.

INCONCILIADOS

Apesar dos esforços empreendidos e das ponderações realizadas, as partes ainda não puderam se conciliar.

Havendo a possibilidade de acordo, as partes poderão se manifestar através de mensagem eletrônica ou por meio de petição a ser juntada aos autos sendo posteriormente requerida a sua homologação, através do e-mail: cejusc.campinas@trt15.jus.br.

O patrono da parte reclamante se compromete a juntar a procuração do herdeiro e representante do espólio da autora, Sr. Fernando da Silva Melo, no prazo de 48 horas.

Retornem os autos conclusos à Secretaria para prosseguimento do feito, atentando-se para o cumprimento do Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT nº 2 e 3 de maio de 2019 que acrescentou o art. 2º -B no Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT nº 1 de maio de 2018, servindo a presente ata como despacho, nos termos do artigo 15 da Ordem de Serviço CR-NUPEMEC nº 01/2021.

Cumpra-se.

Cientes os presentes.

"**JTe** - ***APLICATIVO JUSTIÇA DO TRABALHO ELETRÔNICA*** - *Acompanhe o andamento das pautas de audiência, inicie chat com outros usuários da ferramenta, verifique a tramitação, consulte decisões e sentenças e até selecione processos favoritos para recebimento de notificações acerca da movimentação. Frisa-se porém, que as consultas realizadas pelo aplicativo* **JTe** *possuem caráter meramente informativo, não substituindo as intimações realizadas no PJe, nem ocasionando início da contagem de prazos processuais.*" ***[Disponível*** *tanto para* ***Iphone,*** *quanto para* ***Android].***

CAIO RODRIGUES MARTINS PASSOS
Juiz(a) do Trabalho

PJe Assinado eletronicamente por: CAIO RODRIGUES MARTINS PASSOS - Juntado em: 07/02/2024 19:09:39 - 8221b46

Ata redigida por *DAVI DE MATOS CARDOSO ARAUJO*, *Secretário(a) de Audiência.*

Assinado eletronicamente por: CAIO RODRIGUES MARTINS PASSOS - Juntado em: 07/02/2024 19:09:39 - 8221b46
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/24020716122166000000220874040?instancia=1
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Número do documento: 24020716122166000000220874040

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
ATOrd 0002800-98.2006.5.15.0114
AUTOR: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
RÉU: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E OUTROS (1)

DESPACHO

A fim de possibilitar o prosseguimento da execução em face do imóvel penhorado, intime-se a reclamante para indicar os sucessores do executado falecido para fins de habilitação e intimação, juntando aos autos a certidão de óbito, nos termos dos art. 110 e art. 313, §§ 1º e 2º, do CPC.

Conceda-se o prrazo de 60 (sessenta) dias para regularização.

Intimem-se.

CAMPINAS/SP, 20 de maio de 2024

ARTHUR ALBERTIN NETO
Juiz do Trabalho Substituto

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
ATOrd 0002800-98.2006.5.15.0114
AUTOR: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
RÉU: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E OUTROS (1)

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID 0af1bcc proferido nos autos.

DESPACHO

A fim de possibilitar o prosseguimento da execução em face do imóvel penhorado, intime-se a reclamante para indicar os sucessores do executado falecido para fins de habilitação e intimação, juntando aos autos a certidão de óbito, nos termos dos art. 110 e art. 313, §§ 1º e 2º, do CPC.

Conceda-se o prrazo de 60 (sessenta) dias para regularização.

Intimem-se.

CAMPINAS/SP, 20 de maio de 2024

ARTHUR ALBERTIN NETO
Juiz do Trabalho Substituto

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) FEDERAL DA 9ª VARA DA JUSTIÇA DO TRABALHO DE CAMPINAS/SP

Processo nº 0002800-98.2006.5.15.0114

Exequente: Espólio de Cleuza Tercília da Silva Melo
Executado: Sérgio Parreira Sandoval (espolio) e outros

ESPÓLIO DE CLEUZA TERCÍLIA DA SILVA MELO, neste ato representado por **FERNANDO DA SILVA MELO**, devidamente qualificado nos autos supra, EXECUÇÃO DE CRÉDITO TRABALHISTA que move em face de **SÉRGIO PARREIRA SANDOVAL (ESPOLIO) E OUTROS**, via de seu procurador que a presente subscreve vem, respeitosamente, a presença de Vossa Excelência para relatar e requerer o que se segue.

Foi proferido pelo juízo o seguinte despacho:

DESPACHO A fim de possibilitar o prosseguimento da execução em face do imóvel penhorado, intime-se a reclamante para indicar os sucessores do executado falecido para fins de habilitação e intimação, juntando aos autos a certidão de óbito, nos termos dos art. 110 e art. 313, §§ 1º e 2º, do CPC.

Conceda-se o prrazo de 60 (sessenta) dias para regularização.
Intimem-se.
CAMPINAS/SP, 20 de maio de 2024

ARTHUR ALBERTIN NETO
Juiz do Trabalho Substituto

Id 0af1bcc

Em relação ao atestado de óbito de CLEUZA, ESTE DOCUMENTO JÁ SE ENCONTRA ENCARTADO/JUNTADO AOS AUTOS ÁS FLS. 94/95, MAS JUNTA-SE NOVEMENTE NESTE ATO.

Quando à indicação dos sucessores da falecida, DESDE SEMPRE JÁ NOTICIADO NOS AUTOS que a falecida deixou apenas e tão somente seu filho Fernando, menor à época, e que se encontrava representado por seu pai, senhor NELSON FELIX DA SILVA, o qual também veio a falecer posteriormente, cujo atestado de óbito se encontra às fls. 96.

PJe Assinado eletronicamente por: HAMILTON ROVANI NEVES - Juntado em: 29/05/2024 20:16:37 - 1014e89

Com a maioridade civil de **FERNANDO** este passou a entregar o polo ativo como ÚNICO REPRESENTANTE do espólio de **CLEUZA TERCÍLIA DA SILVA MELO**, sujos documentos necessários para esta finalidade, entre outros já juntado também, se encontram encartado ás fls. 320/323**.**

Assim, como não há nenhuma irregularidade na representação processual do espólio, já que toda documentação necessária se encontra juntada aos autos, requer o exequente as providências para continuidade da execução, PRINCIPALMENTE A REMESSA PARA PRAÇA/LEILÃO DO IMÓVEL PENHORADO.

Termos em que,
Pede deferimento.

Campinas, 29 de maio de 2024.

Dr. Hamilton Rovani neves
OAB/SP 143.028

Assinado eletronicamente por: HAMILTON ROVANI NEVES - Juntado em: 29/05/2024 20:16:37 - 1014e89
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/24052920154980800000230499135?instancia=1
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Número do documento: 24052920154980800000230499135

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE ÓBITO

NOME:
CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
MATRÍCULA:
121327 01 55 2012 4 00242 182 0097911 24

SEXO	COR	ESTADO CIVIL E IDADE
Feminino	Preta	Casada, 53 anos

NATURALIDADE	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO	ELEITOR
Bandeira do Sul, Estado de Minas Gerais	CPF 188.116.918-93 RG 16.802.901-7 SSP/SP	Não

FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA
Filha de ZEFERINO FAUSTINO DA SILVA, falecido e de MARIA JOSÉ DE JESUS, falecida. A falecida residia Rua Geraldo Justino de Lima nº 277, Monte Cristo, Campinas, SP

DATA E HORA DE FALECIMENTO	DIA	MÊS	ANO
Vinte e oito de agosto de dois mil e doze, 9h30min	28	08	2012

LOCAL DE FALECIMENTO
Em Residência

CAUSA DA MORTE
Edema pulmonar, câncer em pulmão

SEPULTAMENTO / CREMAÇÃO	DECLARANTE
Cemitério Pq. Nossa Sra. da Conceição, em Campinas/SP	SALETE MARIA DE MELO, RG: 11.430.649-7 SSP/SP, do lar, solteira, residente Rua Urbano José Bratifischi nº45, Jd. Planalto de Viracopos, em Cps/SP

NOME E Nº DE DOCUMENTO DO(S) MÉDICO(S) QUE ATESTOU(ARAM) O ÓBITO
Pelo Dr. Luiz Cesar de Almeida, CRM 44935

OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES
Vide verso.

O conteúdo da certidão é verdadeiro, dou fé.
Campinas, 10 de setembro de 2012

Diemer dos Santos Souza - Escrevente
Digitada por (Ariane)

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
CAMPINAS - SP
3º REGISTRO CIVIL CAMPINAS SP
Bel.: Álvaro Ernesto de Moraes Silveira
Oficial
Av. das Amoreiras, 1859 - 3272-2052

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS CAMPINAS SP
3º REGISTRO CIVIL CAMPINAS SP
Diemer dos Santos Souza
ESCREVENTE

PJe Assinado eletronicamente por: HAMILTON ROVANI NEVES - Juntado em: 29/05/2024 20:16:37 - 4b3acc6

AA 003.759.028

OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES

Ato registrado no livro C-242, às folhas 182 verso, sob o nº 97911. Data do registro: 1 de setembro de 2012. Profissão da falecida: doméstica aposentada. Casada com o Sr. PAULO FELIX DE MELO, com o qual casou-se aos 12.06.2002 neste Subdistrito (Lv. B-301, FLS. 173, Nº51653). A falecida não deixa bens, nem testamento, era eleitora pela cidade de Campinas/SP e deixa o filho: FERNANDO com 08 anos de idade. Era portadora do RG: 16.802.901-7 SSP/SP e CPF: 188.116.918-93. Foi casada em 1ª Núpcias, com o Sr. JOSÉ DOS REIS FARIA, com o qual casou-se aos 27.12.1986, em Monte Mor/SP (Lv. B-4, FLS. 266, Nº 1182).

O referido é verdade e dou fé.

Campinas, 10 de setembro de 2012

Diemer dos Santos Souza - Escrevente

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS CAMPINAS - SP
3º REGISTRO CIVIL CAMPINAS SP
Bel. Álvaro Ernesto de Moraes Silveira
Oficial
Av. das Amoreiras, 1859 - 3272-2052

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS CAMPINAS - SP
3º REGISTRO CIVIL CAMPINAS SP
Diemer dos Santos Souza
ESCREVENTE

Detalhamento da Matrícula

Matrícula	0018830155 1987 1 0003 050 0000533 31
Padrão	aaaaaabbcc dddd e ffff ggg hhhhhhh ii
	Detalhamento
aaaaa (00188-3)	Código Nacional da Serventia (identificação única do cartório)
bb (01)	Código do Acervo, sendo: 01 - Acervo Próprio Outros - Acervos Incorporados
cc (55)	Tipo de Serviço Prestado, sendo: 51: Serviço de Notas 52: Serviço de Protesto de Títulos 53: Serviço de Registro de Imóveis 54: Serviço de Registro de Títulos e Documento Civil de pessoa jurídica 55: Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais 56: Serviço de Registro de Contratos Marítimos 57: Registro de Distribuição
dddd (1987)	Ano do Registro
e (1)	Tipo do livro, sendo: 1: Livro A (Nascimento) 2: Livro B (Casamento) 3: Livro B Auxiliar (Registro de casamento religioso para fins civis) 4: Livro C (Óbito) 5: Livro C Auxiliar (Registro de Natimortos) 6: Livro D (Registro de Proclamas) 7: Livro E (Demais atos relativos os Registro Civil)
ffff (0003)	Número do livro
ggg (050)	Número da folha
hhhhhhh (0000533)	Número do Termo
ii (31)	Dígito Verificador

Uso exclusivo para emissão de certidões de registro e transcrição de nascimento, casamento e óbito

Assinado eletronicamente por: HAMILTON ROVANI NEVES - Juntado em: 29/05/2024 20:16:37 - 4b3acc6
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/24052920163151400000230499192?instancia=1
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Número do documento: 24052920163151400000230499192

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
ATOrd 0002800-98.2006.5.15.0114
AUTOR: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
RÉU: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E OUTROS (1)

DESPACHO

Id 1014e89: Atente-se a parte à determinação, no despacho anterior, de indicação dos sucessores do executado falecido, SERGIO PARREIRA SANDOVAL.

Aguarde-se por mais 60 dias.

CAMPINAS/SP, 03 de junho de 2024

THIAGO NOGUEIRA PAZ
Juiz do Trabalho Substituto

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
ATOrd 0002800-98.2006.5.15.0114
AUTOR: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
RÉU: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E OUTROS (1)

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID 33e2175 proferido nos autos.

DESPACHO

Id 1014e89: Atente-se a parte à determinação, no despacho anterior, de indicação dos sucessores do executado falecido, SERGIO PARREIRA SANDOVAL.

Aguarde-se por mais 60 dias.

CAMPINAS/SP, 03 de junho de 2024

THIAGO NOGUEIRA PAZ
Juiz do Trabalho Substituto

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) FEDERAL DA 9ª VARA DA JUSTIÇA DO TRABALHO DE CAMPINAS/SP

Processo nº 0002800-98.2006.5.15.0114

Exequente: Espólio de Cleuza Tercília da Silva Melo
Executado: Sérgio Parreira Sandoval (espolio) e outros

ESPÓLIO DE CLEUZA TERCÍLIA DA SILVA MELO, neste ato representado por **FERNANDO DA SILVA MELO**, devidamente qualificado nos autos supra, EXECUÇÃO DE CRÉDITO TRABALHISTA que move em face de **SÉRGIO PARREIRA SANDOVAL (ESPOLIO) E OUTROS**, via de seu procurador que a presente subscreve vem, respeitosamente, a presença de Vossa Excelência, em cumprimento ao r. despacho de Id 0af1bcc, para relatar e requerer o que se segue.

SEGUE ANEXO CERTIDÃO DE ÓBITO DE SÉRGIO PARREIRA SANDOVAL

HERDEIROS: O falecido Sérgio Parreira Sandoval, deixou os seguinte herdeiros:

RICARDO LEAL SANDOVAL – CPF/MF Nº 119.167.328-60 – Endereço: Av. Esther Moretszhon Camargo nº 686 – Jardim Santana – CEP 13.088-613 – Campinas/SP – endereço eletrônico: ricardo.sandoval@itelefonica.com.br, ricardolsandoval@hotmail.com;

MARIA FERNANDA LEAL SANDOVAL DATI RUIVO – CPF/MF nº 068.685.428-44 – Endereço: Rua Pio XII nº 4181 – Jardim Suarão – CEP 11.740-000 – Itanhaem/SP – endereço eletrônico: fefesandoval@hotmail.com – crian@terra.com.br;

ADRIANA LEAL SANDOVAL – CPF/MF Nº 025.058.228-75 – Endereço: Endereço: Av. Esther Moretszhon Camargo nº 686 – Jardim Santana – CEP 13.088-613 – Campinas/SP – endereço eletrônico: advsandoval@gmail.com – advocaciasandoval@nipnet.com.br;

SILVANA LEAL SANDOVAL: CPF/MF Nº 102.462.298-37 – Endereço: Endereço: Av. Esther Moretszhon Camargo nº 686 – Jardim Santana – CEP 13.088-613 – Campinas/SP **ou** Rua Nova Iorque nº 391 – Fundos – CEP 13.088-118 – Campinas/SP – endereço eletrônico: silleal@gmail.com – miltonbassi@ig.com.br;

PJe Assinado eletronicamente por: HAMILTON ROVANI NEVES - Juntado em: 18/06/2024 12:32:54 - e08594b

EDUARDO LEAL SANDOVAL: CPF/MF Nº 158.495.408-65 – Endereço: Rua Hermano Ribeiro da Silva nº 193 – Jardim Eulina – CEP 13.063-510 – Campinas/SP – Endereço eletrônico: jd.pet@hotmail.com – edu.lsandoval@gmail.com

Desta forma, cumprida a determinação de V. Exa., requer os procedimentos necessários para a continuidade da execução e, sobretudo, em não havendo pagamento espontâneo do valor devido, o envio para leilão e/ou praça do bem imóvel penhorado.

Termos em pólioque,
Pede deferimento.

Campinas, 18 de junho de 2024.

Dr. Hamilton Rovani neves
OAB/SP 143.028

Assinado eletronicamente por: HAMILTON ROVANI NEVES - Juntado em: 18/06/2024 12:32:54 - e08594b
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/24061812320985400000232041638?instancia=1
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Número do documento: 24061812320985400000232041638

Selo nº 1213272CE0000000226609211U
Consulte a Autenticidade do Selo Digital em
https://selodigital.tjsp.jus.br/

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE ÓBITO

NOME:

SERGIO PARREIRA SANDOVAL

CPF
014.607.578-15

MATRÍCULA:
121327 01 55 2006 4 00188 185 0076427 10

SEXO	COR	ESTADO CIVIL E IDADE
Masculino	Branca	Casado, 76 anos

NATURALIDADE	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO	ELEITOR
Tambaú-SP	RG nº 1.541.080 SSP/SP	Sim

FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA
Filho de OSMUNDO BARBOSA SANDOVAL, falecido e de MARIA DAS DORES PARREIRA SANDOVAL, falecida. Residência do falecido: Campinas-SP

DATA E HORA DE FALECIMENTO	DIA	MÊS	ANO
Treze de novembro de dois mil e seis, às 16h25min.	13	11	2006

LOCAL DE FALECIMENTO
no Centrocor, em Campinas-SP

CAUSA DA MORTE
insuficiência miocárdica, choque cardiogênico, insuficiência coronariana, aterosclerose coronária

SEPULTAMENTO / CREMAÇÃO	DECLARANTE
Cemitério da Saudade, em Campinas-SP	RICARDO LEAL SANDOVAL, nacionalidade brasileira, documento de identificação nº RG: 7.605.365, profissão advogado, residente na Av. Esther Moretzshon de Camargo nº 686, Jd. Santana, em Campinas-SP

NOME E Nº DE DOCUMENTO DO(S) MÉDICO(S) QUE ATESTOU(ARAM) O ÓBITO
pelo Dr. Luiz Antonio Abdalla, CRM 27.934

AVERBAÇÕES / ANOTAÇÕES À ACRESCER
Ato registrado no livro C-188, às folhas 185v, sob o nº 76427. Data do registro: 21 de novembro de 2006. Data do óbito: 13 de novembro de 2006. Profissão do falecido: advogado aposentado. Data de nascimento do falecido: 02 de setembro de 1930. Era eleitor. Casado com a Sra. Maria Angelica Leal Sandoval, com a qual casou-se em Campinas-SP (1° Subdistrito) (B-61, Fls.263, N°5393) aos 28.05.1960. O falecido deixa bens, não deixa testamento, foi dispensado do Serviço Militar em Pirassununga-SP, era eleitor em Campinas-SP e deixa os filhos: RICARDO, MARIA FERNANDA, ADRIANA, SILVANA e EDUARDO todos maiores de idade. Era portador do CPF: 014.607.578-15 e do RG: 1.541.080 SSP-SP Nada mais me cumpria certificar.

ANOTAÇÕES DE CADASTRO
RG nº 1.541.080 SSP/SP
* As anotações de cadastro acima não dispensam a apresentação do documento original, quando exigida pelo órgão solicitante.

Nome do ofício
3º Registro Civil das Pessoas Naturais de Campinas
Oficial registrador
Álvaro Ernesto de Moraes Silveira
Município/UF
Campinas/SP
Endereço
Av. Das Amoreiras, nº 1859
Bairro São Bernardo - CEP:13031-435

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
Campinas, 31 de maio de 2021.

Gabriel Kaique Oliveira Guimarães - Escrevente
Digitado por (Gabriel Kaique)
R$ 36,32

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS CAMPINAS - SP
3º REGISTRO CIVIL CAMPINAS - SP
Gabriel Kaique Oliveira Guimarães
Escrevente
Av. das Amoreiras, 1859 - Tel.: 3272-2052

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANA LEAL SANDOVAL e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 25/04/2023 às 14:24 , sob o número WCAS23702103650
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgObterConferenciaDocumento.do, informe o processo 1514546-76.2016.8.26.0114 e código eIKx16hN.
121327 - 0000225516 04/2

Assinado eletronicamente por: HAMILTON ROVANI NEVES - Juntado em: 18/06/2024 12:32:54 - fe9d3f1
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/24061812325092400000232041732?instancia=1
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Número do documento: 24061812325092400000232041732

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
ATOrd 0002800-98.2006.5.15.0114
AUTOR: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
RÉU: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E OUTROS (1)

DESPACHO

Vistos.

Cadastrem-se os herdeiros indicados em Id e08594b, como terceiro interessados, e intimem-se para ciência da penhora e avaliação do imóvel matrícula n. 6737 do 1º CRI de Campinas.

No silêncio, à hasta pública.

CAMPINAS/SP, 19 de junho de 2024

JOSE RODRIGUES DA SILVA NETO
Juiz do Trabalho Substituto

Assinado eletronicamente por: JOSE RODRIGUES DA SILVA NETO - Juntado em: 19/06/2024 14:18:00 - a4ceb10
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/24061909513239500000232154410?instancia=1
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Número do documento: 24061909513239500000232154410

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
ATOrd 0002800-98.2006.5.15.0114
AUTOR: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
RÉU: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E OUTROS (1)

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID a4ceb10 proferido nos autos.

DESPACHO

Vistos.

Cadastrem-se os herdeiros indicados em Id e08594b, como terceiro interessados, e intimem-se para ciência da penhora e avaliação do imóvel matrícula n. 6737 do 1º CRI de Campinas.

No silêncio, à hasta pública.

CAMPINAS/SP, 19 de junho de 2024

JOSE RODRIGUES DA SILVA NETO
Juiz do Trabalho Substituto

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
PROCESSO: ATOrd 0002800-98.2006.5.15.0114
AUTOR: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
RÉU: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E OUTROS (1)

é NOTIFICAÇÃO

RICARDO LEAL SANDOVAL
ESTHER MORETZSHON DE CAMARGO, 686, JARDIM SANTANA, CAMPINAS/SP - CEP: 13088-010

Fica V. Sa. notificada do ato/ despacho/ sentença proferido neste processo.

O teor do documento pode ser visualizado pelo acesso ao link:

https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/24061909513239500000232154410?instancia=1

NAO APAGAR NENHUM CARACTERE DESTA LINHA. ESTE DOCUMENTO SERA ENVIADO VIA ECARTA (TIPO COM_AR).

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
PROCESSO: ATOrd 0002800-98.2006.5.15.0114
AUTOR: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
RÉU: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E OUTROS (1)

é NOTIFICAÇÃO

MARIA FERNANDA LEAL SANDOVAL DATI RUIVO
DIANA, 421, SATELITE, ITANHAEM/SP - CEP: 11740-000

Fica V. Sa. notificada do ato/ despacho/ sentença proferido neste processo.

O teor do documento pode ser visualizado pelo acesso ao link:

https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/24061909513239500000232154410?instancia=1

NAO APAGAR NENHUM CARACTERE DESTA LINHA. ESTE DOCUMENTO SERA ENVIADO VIA ECARTA (TIPO COM_AR).

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
PROCESSO: ATOrd 0002800-98.2006.5.15.0114
AUTOR: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
RÉU: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E OUTROS (1)

é NOTIFICAÇÃO

ADRIANA LEAL SANDOVAL
ESTHER MORETHZON DE CAMARGO, 686, VILA NOGUEIRA, CAMPINAS/SP - CEP: 13088-010

Fica V. Sa. notificada do ato/ despacho/ sentença proferido neste processo.

O teor do documento pode ser visualizado pelo acesso ao link:

https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/24061909513239500000232154410?instancia=1

NAO APAGAR NENHUM CARACTERE DESTA LINHA. ESTE DOCUMENTO SERA ENVIADO VIA ECARTA (TIPO COM_AR).

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
PROCESSO: ATOrd 0002800-98.2006.5.15.0114
AUTOR: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
RÉU: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E OUTROS (1)

é NOTIFICAÇÃO

SILVANA LEAL SANDOVAL
AVENIDA ESTHER MORETZSHON CAMARGO, 686, CASA, JARDIM SANTANA, CAMPINAS /SP - CEP: 13088-613

Fica V. Sa. notificada do ato/ despacho/ sentença proferido neste processo.

O teor do documento pode ser visualizado pelo acesso ao link:

https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao /24061909513239500000232154410?instancia=1

NAO APAGAR NENHUM CARACTERE DESTA LINHA. ESTE DOCUMENTO SERA ENVIADO VIA ECARTA (TIPO COM_AR).

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
PROCESSO: ATOrd 0002800-98.2006.5.15.0114
AUTOR: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
RÉU: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E OUTROS (1)

é NOTIFICAÇÃO

EDUARDO LEAL SANDOVAL
ESTHER MORETZSHON CAMARGO, 686, VILA NOGUEIRA, CAMPINAS/SP - CEP: 13088-010

Fica V. Sa. notificada do ato/ despacho/ sentença proferido neste processo.

O teor do documento pode ser visualizado pelo acesso ao link:

https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/24061909513239500000232154410?instancia=1

NAO APAGAR NENHUM CARACTERE DESTA LINHA. ESTE DOCUMENTO SERA ENVIADO VIA ECARTA (TIPO COM_AR).

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
PROCESSO: ATOrd 0002800-98.2006.5.15.0114
AUTOR: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
RÉU: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E OUTROS (1)

Processo	ID PJe	Objeto	Status do Objeto	Destinatário
0002800-98.2006.5.15.0114	4042031	YQ332674695BR	Objeto entregue ao destinatário	EDUARDO LEAL SANDOVAL
0002800-98.2006.5.15.0114	90e9cf4	YQ332674687BR	Objeto entregue ao destinatário	SILVANA LEAL SANDOVAL
0002800-98.2006.5.15.0114	d2ae003	YQ332674660BR	Objeto entregue ao destinatário	RICARDO LEAL SANDOVAL
0002800-98.2006.5.15.0114	7067eaa	YQ332674673BR	Objeto entregue ao destinatário	MARIA FERNANDA LEAL SANDOVAL DATI RUIVO

CAMPINAS/SP, 02 de setembro de 2024.

FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA
Servidor

Assinado eletronicamente por: FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA - Juntado em: 02/09/2024 13:35:12 - 4190953
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/24090213351251500000238522526?instancia=1
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Número do documento: 24090213351251500000238522526

SERGIO A F PINHEIRO

OAB/SP 225.875

EXMO. SR. JUIZ FEDERAL DA 9ª VARA FEDERAL DA COMARCA DE CAMPINAS/SP.

Processo nº0002800-98.2006.5.15.0114

ESPOLIO DE SÉRGIO PARREIRA SANDOVAL e outros, já devidamente qualificados nos autos da **RECLAMAÇÃO TRABALHISTA** que lhe move **CLEUSA TERCÍLIA DA SILVA**, em trâmite perante essa MM. 9ª Vara Federal, processo em referência, por seu advogado e bastante procurador que a presente assina, vem, respeitosamente à presença de V.Exa. expor e ao final requerer o quanto segue:

A reclamada possui interesse em por fim a presente demanda, porém a mesma não está conseguindo contato com o advogado constituído pelo reclamante, apesar de várias tentativas de contato, via telefone fixo em seu escritório, celular, watts zap, e-mails sendo que o mesmo se recusa a responder ou retornar as ligações, dificultando assim, o bom andamento processual e um possível acordo entre as partes.

PJe Assinado eletronicamente por: SERGIO AFFONSO FERNANDES PINHEIRO - Juntado em: 04/09/2024 15:36:22 - 379b853

SERGIO A F PINHEIRO

OAB/SP 225.875

Diante de todo o aqui exposto a reclamada oferece, a título de acordo o valor de R$40.000,00(Quarenta mil reais), pagos em uma única parcela.

Termos em que,

Pede Deferimento.

Campinas, 04 de Setembro de 2024.

SERGIO AFFONSO FERNANDES PINHEIRO

OAB/SP. 225.875

Assinado eletronicamente por: SERGIO AFFONSO FERNANDES PINHEIRO - Juntado em: 04/09/2024 15:36:22 - 379b853
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/24090415360684000000238812288?instancia=1
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Número do documento: 24090415360684000000238812288

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
ATOrd 0002800-98.2006.5.15.0114
AUTOR: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
RÉU: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E OUTROS (1)

DESPACHO

Vistos.

Intime-se à exequente, CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO (espolio), por intermédio de seu procurador, para ciência da proposta de acordo juntada pela executada em Id 379b853, devendo se manifestar no prazo de 10 (dez) dias sobre o interesse na conciliação.

Pondero que, em caso de acordo, e nos termos do art. 18 da Portaria GP-VPJ-CR 4/2013 deste E. TRT, os acordos noticiados nos autos deverão ser apresentados em petições individualizadas, razão pela qual deverá o patrono do **reclamante e reclamada** apresentar a minuta de acordo com a respectiva assinatura digital.

Intimem-se.

CAMPINAS/SP, 25 de outubro de 2024

LEANDRA DA SILVA GUIMARAES
Juíza do Trabalho Substituta

Assinado eletronicamente por: LEANDRA DA SILVA GUIMARAES - Juntado em: 25/10/2024 15:28:09 - 2e4b7bf
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/24102515084703000000243600625?instancia=1
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Número do documento: 24102515084703000000243600625

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
ATOrd 0002800-98.2006.5.15.0114
AUTOR: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
RÉU: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E OUTROS (1)

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID 2e4b7bf proferido nos autos.

DESPACHO

Vistos.

Intime-se à exequente, CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO (espolio), por intermédio de seu procurador, para ciência da proposta de acordo juntada pela executada em Id 379b853, devendo se manifestar no prazo de 10 (dez) dias sobre o interesse na conciliação.

Pondero que, em caso de acordo, e nos termos do art. 18 da Portaria GP-VPJ-CR 4/2013 deste E. TRT, os acordos noticiados nos autos deverão ser apresentados em petições individualizadas, razão pela qual deverá o patrono do **reclamante e reclamada** apresentar a minuta de acordo com a respectiva assinatura digital.

Intimem-se.

CAMPINAS/SP, 25 de outubro de 2024

LEANDRA DA SILVA GUIMARAES
Juíza do Trabalho Substituta

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) FEDERAL DA ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DA JUSTIÇA DO TRABALHO DE CAMPINAS/SP

Processo nº 0002800-98.2006.5.15.0114

Exequente: Espólio de Cleuza Tercília da Silva Melo
Executado: Sérgio Parreira Sandoval (espolio) e outros

ESPÓLIO DE CLEUZA TERCÍLIA DA SILVA MELO, neste ato representado por **FERNANDO DA SILVA MELO**, devidamente qualificado nos autos supra, EXECUÇÃO DE CRÉDITO TRABALHISTA que move em face de **SÉRGIO PARREIRA SANDOVAL (ESPOLIO) E OUTROS**, via de seu procurador que a presente subscreve vem, respeitosamente, a presença de Vossa Excelência, em cumprimento ao r. despacho de Id 2e4b7bf, para relatar e requerer o que se segue.

Primeiramente, não é verdade o que foi inventado pelo advogado dos executados que não obtém contato com o advogado do exequente, uma vez que inclusive que estes são conhecidos pessoalmente um do outro e sua alegação não é verdadeira.

De outro lado, ainda, a proposta apresentada pelos executados **NÃO É PASSIVEL DE ACEITAÇÃO**. Veja anexo o valor da execução atualizada nesta data pelo exequente e, diante da diferença imensa de valores, este mesmo exequente informa que a proposta apresentada pelos executados NÃO É ACEITA PELO EXEQUENTE.

DO PEDIDO

Feita a narrativa acima e por tudo quanto consta dos autos, requer o exequente que referido imóvel penhorado seja enviado à PRAÇA E/OU LEILÃO o mais breve possível para tentativa de venda e pagamento do que lhe é devido reservando-se, entretanto, e nos termos da lei, na referida praça, a sua condição de preferência à arrematação do referido bem, ou mesmo sua ordem de preferência em eventual e oportuna manifestação de adjudicação do referido bem.

Termos em que,
Pede deferimento.

Campinas, 28 de outubro de 2024.

Dr. Hamilton Rovani Neves
OAB/SP 143.028

Assinado eletronicamente por: HAMILTON ROVANI NEVES - Juntado em: 28/10/2024 18:26:48 - 7a79181
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/24102818254893800000243777364?instancia=1
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Número do documento: 24102818254893800000243777364

PJe-Calc Cidadão
Sistema de Cálculos Trabalhistas

Processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Cálculo: 238

PLANILHA DE ATUALIZAÇÃO DE CÁLCULO

Reclamante: **CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO**
Reclamado: **MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL**
Data Últ. Atualização: **01/07/2007** Data Liquidação: **28/10/2024**

Resumo da Atualização do Cálculo

Descrição do Saldo Devedor por Credor	Valor
LÍQUIDO DEVIDO AO RECLAMANTE	64.519,00
HONORÁRIOS LÍQUIDOS PARA DR. HAMILTON ROVANI NEVES	7.076,47
IRRF SOBRE HONORÁRIOS PARA DR. HAMILTON ROVANI NEVES	0,00
Total Devido Pelo Reclamado	**71.595,47**

Não houve eventos no período compreendido entre a data de liquidação do cálculo e a data de liquidação da atualização.

DEDUZIDOO OS VALORES CORRESPONDENTES AO INSS R$ 1.439,65 (PARTE RECLAMANTE) + R$ 4.806,05 IRRF) = PERFAZENDO O VALOR TOTAL A SER DEDUZIDO DE R$ 6.245,70

Critério da Atualização e Fundamentação Legal

1. Valores corrigidos pelo índice 'TR', acumulado a partir do mês subsequente ao vencimento, conforme súmula nº 381 do TST. Última taxa 'TR' relativa a 10/2024.
2. Contribuições sociais sobre salários devidos calculadas conforme os itens IV e V da Súmula no 368 do TST. Para salários devidos até 04/03/2009, inclusive, sem juros e multa de mora (art. 276, caput, do Decreto nº 3.048/1999). Para salários devidos a partir de 05/03/2009, com juros de mora à taxa SELIC desde a prestação do serviço (art. 43 da Lei nº 8.212/1991).
3. Honorários informados corrigidos pelo índice "Sem Correção", acumulado a partir do mês subseqüente ao vencimento.
4. Juros simples de 1% a.m., pro rata die, a partir de 01/07/2007.
5. Juros de mora sobre verbas apurados antes da dedução da contribuição social devida pelo reclamante.

PJe Assinado eletronicamente por: HAMILTON ROVANI NEVES - Juntado em: 28/10/2024 18:26:48 - 42b156e

Processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Cálculo: 238

PLANILHA DE ATUALIZAÇÃO DE CÁLCULO

Reclamante: **CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO**
Reclamado: **MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL**
Data Últ. Atualização: **01/07/2007** Data Liquidação: **28/10/2024**

Demonstrativo da Atualização do Cálculo

Saldo Devedor em 28/10/2024

Créditos do Reclamante	Base	Taxa	Valor	Índice	Devido	Pago	Diferença
Principal Corrigido	-	-	18.818,92	1,155028473	21.736,39	0,00	21.736,39
Juros de Mora até 01/07/2007	-	-	3.328,63	1,155028473	3.844,66	0,00	3.844,66
Juros de Mora de 02/07/2007 até 28/10/2024	21.736,39	207,8710%	-	-	45.183,65	0,00	45.183,65
Total Parcial					**70.764,70**	**0,00**	**70.764,70**

Outros Débitos do Reclamado	Base	Taxa	Valor	Índice	Devido	Pago	Diferença
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS devidos para DR. HAMILTON ROVANI NEVES	-	-	7.076,47	1,000000000	7.076,47	0,00	7.076,47
Total Parcial					**830,77**	**0,00**	**830,77**

Atualização liquidada por offline na versão 2.12.0 em 28/10/2024 às 16:24:27.

Assinado eletronicamente por: HAMILTON ROVANI NEVES - Juntado em: 28/10/2024 18:26:48 - 42b156e
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/24102818264185300000243777482?instancia=1
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Número do documento: 24102818264185300000243777482

PJe-Calc
Sistema de Cálculos Trabalhistas

Processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Cálculo: 924660

PLANILHA DE ATUALIZAÇÃO DE CÁLCULO

Reclamante **CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO**
Reclamado: **MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL**
Data Últ. Atualização: **28/04/2010** Data Liquidação: **19/11/2024**

Resumo da Atualização do Cálculo

Descrição do Saldo Devedor por Credor	Valor
LÍQUIDO DEVIDO AO RECLAMANTE	49.984,46
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE SALÁRIOS DEVIDOS	3.954,24
IR PARA RECEITA FEDERAL	4.312,72
HONORÁRIOS LÍQUIDOS PARA ADVOGADO DO RECLAMANTE	3.846,07
IRRF SOBRE HONORÁRIOS PARA ADVOGADO DO RECLAMANTE	0,00
Total Devido Pelo Reclamado	**62.097,49**

Não houve eventos no período compreendido entre a data de liquidação do cálculo e a data de liquidação da atualização.

Critério da Atualização e Fundamentação Legal

1. Valores corrigidos pelo índice 'TR', acumulado a partir do mês subsequente ao vencimento, conforme súmula nº 381 do TST. Última taxa 'TR' relativa a 11/2024.
2. Contribuições sociais sobre salários devidos calculadas conforme os itens IV e V da Súmula no 368 do TST. Para salários devidos até 04/03/2009, inclusive, sem juros e multa de mora (art. 276, caput, do Decreto nº 3.048/1999). Para salários devidos a partir de 05/03/2009, com juros de mora à taxa SELIC desde a prestação do serviço (art. 43 da Lei nº 8.212/1991).
3. Juros simples de 1% a.m., pro rata die, a partir de 28/04/2010 (Art. 39 da Lei nº 8177/91).
4. Juros de mora sobre verbas apurados após a dedução da contribuição social devida pelo reclamante.

PJe Assinado eletronicamente por: FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA - Juntado em: 19/11/2024 10:49:32 - b0207cf

Processo: 0002800-98.2006.5.15.0114

Cálculo: 924660

PLANILHA DE ATUALIZAÇÃO DE CÁLCULO

Reclamante **CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO**

Reclamado: **MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL**

Data Últ. Atualização: **28/04/2010** Data Liquidação: **19/11/2024**

Demonstrativo da Atualização do Cálculo

Saldo Devedor em 19/11/2024

Créditos do Reclamante	Base	Taxa	Valor	Índice	Devido	Pago	Diferença
Principal Corrigido	-	-	13.811,74	1,123572095	15.518,49	0,00	15.518,49
Juros de Mora até 28/04/2010	-	-	3.719,96	1,123572095	4.179,64	0,00	4.179,64
Juros de Mora de 29/04/2010 até 19/11/2024	15.518,49	174,7000%	-	-	27.110,80	0,00	27.110,80
MULTA 1% VALOR DA CAUSA devida pelo Reclamado	-	-	271,75	1,123572095	305,33	0,00	305,33
MULTA 10% devida pelo Reclamado	-	-	2.554,53	1,123572095	2.870,20	0,00	2.870,20
Total Parcial					**49.984,46**	**0,00**	**49.984,46**

Descontar dos Créditos do Reclamante	Base	Taxa	Valor	Índice	Devido	Pago	Diferença
Desconto da Contribuição Social	-	-	0,00	1,123572095	0,00	0,00	0,00
Total Parcial					**0,00**	**0,00**	**0,00**

Outros Débitos do Reclamado	Base	Taxa	Valor	Índice	Devido	Pago	Diferença
Contribuição Social sobre Salários Devidos	-	-	-	-	3.954,24	0,00	3.954,24
IR devida para RECEITA FEDERAL	-	-	3.838,40	1,123572095	4.312,72	0,00	4.312,72
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS devidos para ADVOGADO DO RECLAMANTE	-	-	3.423,07	1,123572095	3.846,07	0,00	3.846,07
Total Parcial					**12.113,03**	**0,00**	**12.113,03**

PJe Assinado eletronicamente por: FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA - Juntado em: 19/11/2024 10:49:32 - b0207cf

Demonstrativo de Contribuição Social

Contribuição Social dos Salários Devidos

Contribuição Social dos Salários Devidos em: 19/11/2024 - Valor Pago: 0,00

Competência	Contrib.	Índice	Devido	Juros	Multa	Total	Valor Pago	Diferença	Juros	Multa	Total
4/2010	3.519,35	1,123572095	3.954,24	0,00	0,00	3.954,24	0,00	3.954,24	0,00	0,00	3.954,24
			3.954,24	**0,00**	**0,00**	**3.954,24**	**0,00**	**3.954,24**	**0,00**	**0,00**	**3.954,24**

Assinado eletronicamente por: FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA - Juntado em: 19/11/2024 10:49:32 - b0207cf
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/24111910493211600000245527049?instancia=1
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Número do documento: 24111910493211600000245527049

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
PROCESSO: ATOrd 0002800-98.2006.5.15.0114
AUTOR: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
RÉU: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E OUTROS (1)

Certifico a juntada de cálculos dos autos físicos.

Nada mais.

CAMPINAS/SP, 19 de novembro de 2024.

FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA
Servidor

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
9ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

28/04/2010 14:15
Pág. 001 de 001

268
267

Processo: 2800-98.2006-RT
RECTE: Cleusa Tercília Da Silva
CPF: 188.116.918-93
RECDA: Maria Angélica Leal Sandoval + 1
CPF:

Demonstrativo de Atualização de Múltiplos Valores

PRINCIPAL REMANESCENTE LIQUIDO

Valor a ser Corrigido (31/01/2008)	R$	13.494,62
Fator Aplicado para Correção Monetária		1,023499565
Valor Corrigido Monetariamente(28/04/2010)	R$	13.811,74
Valor Apurado de Juros (01/02/2008 26.93 %)	R$	3.719,96
Valor Total Atualizado	R$	17.531,70

MULTA 1% VALOR DA CAUSA

Valor a ser Corrigido (15/05/2007)	R$	263,24
Fator Aplicado para Correção Monetária		1,032315418
Valor Corrigido Monetariamente(28/04/2010)	R$	271,75
Valor Apurado de Juros (0.00 %)	R$	0,00
Valor Total Atualizado	R$	271,75

PREVIDENCIA TOTAL

Valor a ser Corrigido (01/07/2007)	R$	3.415,57
Fator Aplicado para Correção Monetária		1,030384422
Valor Corrigido Monetariamente(28/04/2010)	R$	3.519,35
Valor Apurado de Juros (0.00 %)	R$	0,00
Valor Total Atualizado	R$	3.519,35

IR DEVIDO PELA RECDA

Valor a ser Corrigido (01/07/2007)	R$	3.725,21
Fator Aplicado para Correção Monetária		1,030384422
Valor Corrigido Monetariamente(28/04/2010)	R$	3.838,40
Valor Apurado de Juros (0.00 %)	R$	0,00
Valor Total Atualizado	R$	3.838,40

HONORARIOS ADVOCATICIOS

Valor a ser Corrigido (01/07/2007)	R$	3.322,13
Fator Aplicado para Correção Monetária		1,030384422
Valor Corrigido Monetariamente(28/04/2010)	R$	3.423,07
Valor Apurado de Juros (0.00 %)	R$	0,00
Valor Total Atualizado	R$	3.423,07

MULTA 10%

Valor a ser Corrigido (02/07/2008)	R$	2.505,51
Fator Aplicado para Correção Monetária		1,019565037
Valor Corrigido Monetariamente(28/04/2010)	R$	2.554,53
Valor Apurado de Juros (0.00 %)	R$	0,00
Valor Total Atualizado	R$	2.554,53

Total = R$ 31.138,80 (28/04/2010)

Observações:

CLEIDE REGINA NILSON FORMENTINI

Assinado eletronicamente por: FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA - Juntado em: 19/11/2024 10:54:48 - d596cfe
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/24111910541521600000245527903?instancia=1
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Número do documento: 24111910541521600000245527903

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
ATOrd 0002800-98.2006.5.15.0114
AUTOR: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
RÉU: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E OUTROS (1)

DECISÃO

Decisão para fins de regularização processual junto ao EXE-Pje.

CAMPINAS/SP, 19 de novembro de 2024.

ERICA KAZUMI NAKAMURA
Juíza do Trabalho Substituta

FAGG

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
ATOrd 0002800-98.2006.5.15.0114
AUTOR: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
RÉU: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E OUTROS (1)

DESPACHO

Trata-se de penhora que recaiu sob o imóvel objeto da matrícula nº 6.737 do 1º CRI de Campinas, devidamente registrada na referida matrícula e avaliado por R$510.000,00, em 24/03/2023, restando útil para a execução.

O executado proprietário do imóvel, os coproprietários, os credores fiduciários e terceiros interessados (fraude à execução ou doação) foram devidamente intimados para ciência da penhora, nos termos do art. 884 da CLT.

Não houve interposição de Embargos de Terceiros.

Ainda, o bem foi devidamente cadastrado no sistema EXE-Pje.

Assim, julgo subsistente a penhora e determino a realização de HASTA ÚNICA através da ferramenta eletrônica dos Leilões Judiciais, na forma do provimento GP-CR 04/2019 TRT 15, a cargo dos leiloeiros oficiais sorteados.

Quem pretender arrematar os bens penhorados deverá comparecer no local, no dia oportunamente designado para a hasta, ou ofertar lances pela Internet através do site do leiloeiro sorteado, devendo para tanto efetuar cadastramento prévio. Em sendo aceito o lance o arrematante deverá recolher o sinal de 20% e a comissão do leiloeiro na data designada para a realização da hasta, para fins de lavratura do termo próprio, ficando ciente de que o saldo remanescente deverá ser pago no dia útil subsequente, sob pena de perder o sinal ofertado em favor da execução.

Compete ao leiloeiro sorteado, na forma do provimento GP-CR 04/2019, entre outras atribuições:

a) elaborar o edital e promover a ampla divulgação do leilão, por meio de material impresso para o público em geral, mala direta, publicação em jornal de grande circulação, rede mundial de computadores, inclusive com imagens reais dos bens nesse canal de circulação, para melhor aferição de suas características (§ 1o. do artigo 3º / artigo 22 alínea "b");

PJe Assinado eletronicamente por: ERICA KAZUMI NAKAMURA - Juntado em: 12/12/2024 12:48:10 - 4144e19

b) providenciar a remoção do bem, quando determinada pelo Juiz, arcando a executada com o pagamento das despesas relativas à remoção e estadia do bem no depósito (artigo 22 alínea "a");

c) encaminhar os comprovantes de pagamento, na mesma data da sua efetivação, para a Seção de Hastas e Juízo da execução, assim como comunicar a não realização dos depósitos tempestivamente (§ 2º artigo 8º);

d) o lance mínimo será definido pelo juízo da execução, levando-se em consideração a utilidade para garantia do pagamento da execução e direito de terceiros coproprietários.

É vedado aos Srs. Depositários criarem embaraços à visitação dos bens sob sua guarda, sob pena de ofensa ao art. 77, inciso IV, do NCPC, ficando desde logo autorizado o uso de força policial, se necessário.

Compete ao Juiz ao em exercício na Seção de Hastas Públicas, conforme artigos 6o, 11o . e 7o do Provimento GP/CR 04-2019:

a- decidir os incidentes processuais que envolvam a hasta;

b- receber e apreciar petições e demais expedientes relativos aos processos em pauta;

c- fiscalizar a atividade de leiloeiro e manter a ordem no decorrer da realização da hasta, relatando à Corregedoria a ocorrência de eventuais incidentes;

d- deliberar sobre a aceitação de lances parcelados;

e- assinar, finda a hasta os autos de arrematação positivos e negativos, tornando com isso irretratável o ato.

Poderá o exequente também ARREMATAR os bens, em igualdade de condições com outros interessados, prevalecendo o maior lance, sem exibir o preço, exceto se este exceder o seu crédito (artigo 10º do provimento GP-CR 04-2019) art. 895, §§ 1º e 2º, do NCPC c/c art. 769 da CLT), respondendo pelo pagamento da comissão do leiloeiro.

Quem pretender remir a dívida, nos termos do artigo 13 da Lei nº 5.584/70 e na forma da nova redação do artigo 826 do NCPC, aqui de aplicação supletiva, por força do artigo 769 da CLT, deverá comprovar o depósito do valor integral do crédito exequendo, inclusive reserva de numerários, acrescido das demais despesas processuais, tais como custas, editais, honorários periciais e outras, até a

PJe Assinado eletronicamente por: ERICA KAZUMI NAKAMURA - Juntado em: 12/12/2024 12:48:10 - 4144e19

data e hora designados para a hasta pública, excepcionalmente vedado para tal finalidade o uso do protocolo integrado. Nesse caso, arcará com o pagamento do valor devido ao leiloeiro de 5% da avaliação, conforme art. 25, § 3° do Provimento GP-CR nº 04-2019.

O acordo celebrado entre as partes com desconstituição da penhora e consequente retirada do feito da pauta de hastas públicas importará no pagamento, pela executada, da comissão de 5% sobre o valor da avaliação, conforme art. 25, inciso VI, do Provimento GP-CR nº 04-2019.

Quando o leilão for realizado, no entanto suspensos os seus efeitos, o arrematante estará dispensado do depósito do sinal, devendo proceder o depósito integral no prazo de 24 horas, após notificado para tal, uma vez resolvidos os incidentes.

Os Embargos à arrematação, de acordo com o art. 903 do NCPC, não terão efeito suspensivo da venda realizada, considerando-se perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham a ser julgados procedentes os Embargos.

Conforme dispõe o parágrafo único do art. 130 do Código Tributário Nacional CTN, nas hipóteses de arrematação judicial de bens imóveis os créditos tributários sobre eles incidentes sub-rogam-se no respectivo preço. No caso de bens móveis, observar-se-á as disposições do edital.

Nos estritos casos do art. 903 do NCPC e § 1o. e 2o. do artigo 25 do provimento GPCR , caso desfeita ou anulada a arrematação, será o leiloeiro intimado a fim de, em 48 horas, depositar nos autos a comissão recebida.

O prazo para eventuais embargos à arrematação ou adjudicação passará a fluir da data da hasta pública, independentemente de nova notificação.

A publicação do edital supre eventual insucesso nas notificações pessoais e dos respectivos patronos.

Além do valor devido ao leiloeiro e demais despesas com a hasta pública, a executada arcará ainda com o pagamento das despesas processuais fixadas no art. 789-A, da CLT, no que for aplicável ao caso concreto.

Ciência às partes.

CAMPINAS/SP, 12 de dezembro de 2024

Assinado eletronicamente por: ERICA KAZUMI NAKAMURA - Juntado em: 12/12/2024 12:48:10 - 4144e19
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/24121211300408300000247631658?instancia=1
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Número do documento: 24121211300408300000247631658

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
ATOrd 0002800-98.2006.5.15.0114
AUTOR: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
RÉU: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E OUTROS (1)

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID 4144e19 proferido nos autos.

DESPACHO

Trata-se de penhora que recaiu sob o imóvel objeto da matrícula nº 6.737 do 1º CRI de Campinas, devidamente registrada na referida matrícula e avaliado por R$510.000,00, em 24/03/2023, restando útil para a execução.

O executado proprietário do imóvel, os coproprietários, os credores fiduciários e terceiros interessados (fraude à execução ou doação) foram devidamente intimados para ciência da penhora, nos termos do art. 884 da CLT.

Não houve interposição de Embargos de Terceiros.

Ainda, o bem foi devidamente cadastrado no sistema EXE-Pje.

Assim, julgo subsistente a penhora e determino a realização de HASTA ÚNICA através da ferramenta eletrônica dos Leilões Judiciais, na forma do provimento GP-CR 04/2019 TRT 15, a cargo dos leiloeiros oficiais sorteados.

Quem pretender arrematar os bens penhorados deverá comparecer no local, no dia oportunamente designado para a hasta, ou ofertar lances pela Internet através do site do leiloeiro sorteado, devendo para tanto efetuar cadastramento prévio. Em sendo aceito o lance o arrematante deverá recolher o sinal de 20% e a comissão do leiloeiro na data designada para a realização da hasta, para fins de lavratura do termo próprio, ficando ciente de que o saldo remanescente deverá ser pago no dia útil subsequente, sob pena de perder o sinal ofertado em favor da execução.

Compete ao leiloeiro sorteado, na forma do provimento GP-CR 04/2019, entre outras atribuições:

a) elaborar o edital e promover a ampla divulgação do leilão, por meio de material impresso para o público em geral, mala direta, publicação em jornal

Assinado eletronicamente por: ERICA KAZUMI NAKAMURA - Juntado em: 12/12/2024 12:49:10 - 3a8d5dd

de grande circulação, rede mundial de computadores, inclusive com imagens reais dos bens nesse canal de circulação, para melhor aferição de suas características (§ 1o. do artigo 3º / artigo 22 alínea "b");

b) providenciar a remoção do bem, quando determinada pelo Juiz, arcando a executada com o pagamento das despesas relativas à remoção e estadia do bem no depósito (artigo 22 alínea "a");

c) encaminhar os comprovantes de pagamento, na mesma data da sua efetivação, para a Seção de Hastas e Juízo da execução, assim como comunicar a não realização dos depósitos tempestivamente (§ 2º artigo 8º);

d) o lance mínimo será definido pelo juízo da execução, levando-se em consideração a utilidade para garantia do pagamento da execução e direito de terceiros coproprietários.

É vedado aos Srs. Depositários criarem embaraços à visitação dos bens sob sua guarda, sob pena de ofensa ao art. 77, inciso IV, do NCPC, ficando desde logo autorizado o uso de força policial, se necessário.

Compete ao Juiz ao em exercício na Seção de Hastas Públicas, conforme artigos 6o, 11o . e 7o do Provimento GP/CR 04-2019:

a- decidir os incidentes processuais que envolvam a hasta;

b- receber e apreciar petições e demais expedientes relativos aos processos em pauta;

c- fiscalizar a atividade de leiloeiro e manter a ordem no decorrer da realização da hasta, relatando à Corregedoria a ocorrência de eventuais incidentes;

d- deliberar sobre a aceitação de lances parcelados;

e- assinar, finda a hasta os autos de arrematação positivos e negativos, tornando com isso irretratável o ato.

Poderá o exequente também ARREMATAR os bens, em igualdade de condições com outros interessados, prevalecendo o maior lance, sem exibir o preço, exceto se este exceder o seu crédito (artigo 10º do provimento GP-CR 04-2019) art. 895, §§ 1º e 2º, do NCPC c/c art. 769 da CLT), respondendo pelo pagamento da comissão do leiloeiro.

Quem pretender remir a dívida, nos termos do artigo 13 da Lei nº 5.584/70 e na forma da nova redação do artigo 826 do NCPC, aqui de aplicação

PJe Assinado eletronicamente por: ERICA KAZUMI NAKAMURA - Juntado em: 12/12/2024 12:49:10 - 3a8d5dd

supletiva, por força do artigo 769 da CLT, deverá comprovar o depósito do valor integral do crédito exequendo, inclusive reserva de numerários, acrescido das demais despesas processuais, tais como custas, editais, honorários periciais e outras, até a data e hora designados para a hasta pública, excepcionalmente vedado para tal finalidade o uso do protocolo integrado. Nesse caso, arcará com o pagamento do valor devido ao leiloeiro de 5% da avaliação, conforme art. 25, § 3° do Provimento GP-CR nº 04-2019.

O acordo celebrado entre as partes com desconstituição da penhora e consequente retirada do feito da pauta de hastas públicas importará no pagamento, pela executada, da comissão de 5% sobre o valor da avaliação, conforme art. 25, inciso VI, do Provimento GP-CR nº 04-2019.

Quando o leilão for realizado, no entanto suspensos os seus efeitos, o arrematante estará dispensado do depósito do sinal, devendo proceder o depósito integral no prazo de 24 horas, após notificado para tal, uma vez resolvidos os incidentes.

Os Embargos à arrematação, de acordo com o art. 903 do NCPC, não terão efeito suspensivo da venda realizada, considerando-se perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham a ser julgados procedentes os Embargos.

Conforme dispõe o parágrafo único do art. 130 do Código Tributário Nacional CTN, nas hipóteses de arrematação judicial de bens imóveis os créditos tributários sobre eles incidentes sub-rogam-se no respectivo preço. No caso de bens móveis, observar-se-á as disposições do edital.

Nos estritos casos do art. 903 do NCPC e § 1o. e 2o. do artigo 25 do provimento GPCR , caso desfeita ou anulada a arrematação, será o leiloeiro intimado a fim de, em 48 horas, depositar nos autos a comissão recebida.

O prazo para eventuais embargos à arrematação ou adjudicação passará a fluir da data da hasta pública, independentemente de nova notificação.

A publicação do edital supre eventual insucesso nas notificações pessoais e dos respectivos patronos.

Além do valor devido ao leiloeiro e demais despesas com a hasta pública, a executada arcará ainda com o pagamento das despesas processuais fixadas no art. 789-A, da CLT, no que for aplicável ao caso concreto.

Ciência às partes.

CAMPINAS/SP, 12 de dezembro de 2024

PJe Assinado eletronicamente por: ERICA KAZUMI NAKAMURA - Juntado em: 12/12/2024 12:49:10 - 3a8d5dd

ERICA KAZUMI NAKAMURA
Juíza do Trabalho Substituta

Assinado eletronicamente por: ERICA KAZUMI NAKAMURA - Juntado em: 12/12/2024 12:49:10 - 3a8d5dd
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/24121212481045900000247644921?instancia=1
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Número do documento: 24121212481045900000247644921

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
PROCESSO: ATOrd 0002800-98.2006.5.15.0114
AUTOR: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
RÉU: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E OUTROS (1)

é NOTIFICAÇÃO

RICARDO LEAL SANDOVAL
ESTHER MORETZSHON DE CAMARGO, 686, VILA NOGUEIRA, CAMPINAS/SP - CEP: 13088-010

Fica V. Sa. notificada do ato/ despacho/ sentença proferido neste processo.

O teor do documento pode ser visualizado pelo acesso ao link:

https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/24121211300408300000247631658?instancia=1

NAO APAGAR NENHUM CARACTERE DESTA LINHA. ESTE DOCUMENTO SERA ENVIADO VIA ECARTA (TIPO COM_AR).

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
PROCESSO: ATOrd 0002800-98.2006.5.15.0114
AUTOR: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
RÉU: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E OUTROS (1)

é NOTIFICAÇÃO

MARIA FERNANDA LEAL SANDOVAL DATI RUIVO
DIANA, 421, SATELITE, ITANHAEM/SP - CEP: 11740-000

Fica V. Sa. notificada do ato/ despacho/ sentença proferido neste processo.

O teor do documento pode ser visualizado pelo acesso ao link:

https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/24121211300408300000247631658?instancia=1

NAO APAGAR NENHUM CARACTERE DESTA LINHA. ESTE DOCUMENTO SERA ENVIADO VIA ECARTA (TIPO COM_AR).

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
PROCESSO: ATOrd 0002800-98.2006.5.15.0114
AUTOR: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
RÉU: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E OUTROS (1)

é NOTIFICAÇÃO

ADRIANA LEAL SANDOVAL
ESTHER MORETHZON DE CAMARGO, 686, VILA NOGUEIRA, CAMPINAS/SP - CEP: 13088-010

Fica V. Sa. notificada do ato/ despacho/ sentença proferido neste processo.

O teor do documento pode ser visualizado pelo acesso ao link:

https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/241212113004083000000247631658?instancia=1

NAO APAGAR NENHUM CARACTERE DESTA LINHA. ESTE DOCUMENTO SERA ENVIADO VIA ECARTA (TIPO COM_AR).

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
PROCESSO: ATOrd 0002800-98.2006.5.15.0114
AUTOR: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
RÉU: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E OUTROS (1)

é NOTIFICAÇÃO

SILVANA LEAL SANDOVAL
AVENIDA ESTHER MORETZSHON CAMARGO, 686, CASA, JARDIM SANTANA, CAMPINAS /SP - CEP: 13088-613

Fica V. Sa. notificada do ato/ despacho/ sentença proferido neste processo.

O teor do documento pode ser visualizado pelo acesso ao link:

https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao /24121211300408300000247631658?instancia=1

NAO APAGAR NENHUM CARACTERE DESTA LINHA. ESTE DOCUMENTO SERA ENVIADO VIA ECARTA (TIPO COM_AR).

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
PROCESSO: ATOrd 0002800-98.2006.5.15.0114
AUTOR: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
RÉU: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E OUTROS (1)

é NOTIFICAÇÃO

EDUARDO LEAL SANDOVAL
ESTHER MORETZSHON CAMARGO, 686, VILA NOGUEIRA, CAMPINAS/SP - CEP: 13088-010

Fica V. Sa. notificada do ato/ despacho/ sentença proferido neste processo.

O teor do documento pode ser visualizado pelo acesso ao link:

https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/241212113004083000000247631658?instancia=1

NAO APAGAR NENHUM CARACTERE DESTA LINHA. ESTE DOCUMENTO SERA ENVIADO VIA ECARTA (TIPO COM_AR).

SERGIO A F PINHEIRO

OAB/SP 225.875

EXCELENTISSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) FEDERAL DA 9ª VARA DO TRABALHO DA COMARCA DE CAMPINAS/SP.

Processo nº0002800-98.2006.5.15.0114

JUSTIÇA GRATUITA

SÉRGIO PARREIRA SANDOVAL e outros, já devidamente qualificados nos autos da **RECLAMAÇÃO TRABALHISTA** que lhe move **CLEUSA TERCÍLIA DA SILVA**, em trâmite perante essa MM. 9ª Vara Federal, processo em referência, por seu advogado e bastante procurador que a presente assina, vem, respeitosamente à presença de V.Exa. manifestar-se sobre os cálculos apresentados, expondo e requerendo o quanto segue:

A reclamada **concorda em parte** com os cálculos apresentados (Id-bo207cf), posto que a mesma é beneficiária da **JUSTIÇA GRATUITA,** portanto não são devidos os honorários advocatícios do patrono do reclamante.

Quanto ao valor líquido do reclamante, e ainda diante da recusa da oferta de acordo, a reclamada concorda com o valor de R$49.984,46 e se valerá do disposto no artigo 916 do Novo Código de Processo Civil para pagamento.

I - DO OBJETIVO

Assinado eletronicamente por: SERGIO AFFONSO FERNANDES PINHEIRO - Juntado em: 17/12/2024 09:27:02 - 14336a2

SERGIO A F PINHEIRO

OAB/SP 225.875

Visa o presente o exercício do direito potestativo conferido pelo artigo 916 do CPC, mediante a demonstração da satisfação de seus requisitos:

"artigo 916 do CPC/ 15, que trata da possibilidade de parcelamento do débito, é aplicável ao Processo do Trabalho, tratando-se de prerrogativa do devedor, independentemente da aquiescência do credor, a quem compete discutir tão somente os requisitos legais para a concessão do referido benefício.

II - DO RECONHECIMENTO DO CRÉDITO DO EXEQUENTE E DEPÓSITO EM JUÍZO DE 30% DO VALOR DO CRÉDITO

De acordo com o dispositivo, o reconhecimento do crédito do Exequente pela Executada só pode significar que, a Executada apresentará petição ao juízo da execução em que declarará que concorda com o valor reclamado pela exequente.

No presente caso a reclamada efetuará o depósito da quantia de R$30.000,00(trinta mil reais) e seis parcelas de R$3.330,74(três mil, trezentos e trinta reais e setenta e quatro centavos).

Na hipótese de eventual imprecisão ou defasagem da memória de cálculo recebida pela Exequente e houver necessidade de complementação do valor, pugna-se desde logo pela concessão de prazo para efetuá-la.

Por fim, compulsando os autos, verifica-se que o reclamante se apresenta como representante do espólio de **Cleusa Tercília da Silva**, porém não junta qualquer documento comprobatório dessa representação, tais como abertura de arrolamento/inventário, termo de inventariante, relação de herdeiros e etc.

A reclamada tem conhecimento de que a falecida/reclamante, possui mais 4 (quatro)filhos, por ela adotados, quais sejam:

1.- Jussara;

Assinado eletronicamente por: SERGIO AFFONSO FERNANDES PINHEIRO - Juntado em: 17/12/2024 09:27:02 - 14336a2

SERGIO A F PINHEIRO

OAB/SP 225.875

2. Lucimeire (já falecida), porém deixa herdeiros;

3.- Luiz (já falecido), porém deixa herdeiros e

4.- Marcos

A reclamada esclarece que não logrou êxito em localizar a certidões de nascimento/óbitos de todos os herdeiros da reclamante/falecida, apenas da herdeira LUCIMEIRE(certidão em anexo), ocasião em que requer Vossa Excelência a intimação do reclamante para apresentar os documentos aqui solicitados.

Anexo a esta peça, segue comprovante de depósito do valor de R$30.000,00, a título de início do pagamento do débito da reclamada.

Requer ainda que os valores fiquem retidos em conta judicial até a regularização da representação do espólio.

Requer, outrossim, a suspensão da presente execução até final pagamento do débito da executada.

Requer a suspensão da realização HASTA PÚBLICA(Decisão ID4144e19) até final pagamento integral do débito da executada.

Por fim informa que os encargos serão pagos após o cumprimento total da dívida.

Termos em que,

Pede Deferimento.

Campinas, 16 de Dezembro de 2024.

SERGIO AFFONSO FERNANDES PINHEIRO

OAB/SP. 225.875

Assinado eletronicamente por: SERGIO AFFONSO FERNANDES PINHEIRO - Juntado em: 17/12/2024 09:27:02 - 14336a2
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/24121709250306400000247973355?instancia=1
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Número do documento: 24121709250306400000247973355

EXCELENTISSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) FEDERAL DA 9ª VARA DA JUSTIÇA DO TRABALHO DA COMARCA DE CAMPINAS/SP.

PROCESSO: 0002800-98.2006.5.15.0114
RECTE: CLEUZA TERCÍLIA DA SILVA MELO (espólio)
RECDA: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL

Espolio de **CLEUZA TERCÍLIA DA SILVA MELO**, via de sue procurador infra-assinado vem respeitosamente, a presença de V. Exa. tendo em vista a petição juntada pelos devedores às fls. 371/373 (Id 14336a2), vem apresentar a presente manifestação nos termos que segue:

Primeiramente, lá vem os executados novamente com "engodos" para, mais uma vez, ir levando o processo em banho maria, ganhando tempo e prejudicando cada vez amais ao exequente, que fica sem receber o que lhe é devido. Vejamos;

Em primeiro lugar, diz que "depositou" a importância de R$ 30.000,00 (Trinta mil reais) mas não apresenta o comprovante de referido valor. Diz também que pagaria o valor restante em seis parcelas, mas também não apresenta qualquer depósito da "demais" parcelas.,

TUDO PURA ENROLAÇÃO!

Independentemente do que narram os executados, temos ainda que observar o seguinte:

Primeiramente, sobre os valores apontados pela vara do trabalho e sobre os quais houve a "proposta' dos executados:

ATUALIZAÇÃO DE CÁLCULOS HOMOLOGADOS

DA SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA DA LIQUIDAÇÃO DOS CÁLCULOS

O cálculo de liquidação foi homologado em 25/09/2007, conforme cumpridas as determinações de fls. 153, com as adequações de fls. 159. Foi fixado o montante **bruto** condenatório em R$ 22.147,55, corrigido até 01/07/2007, tendo como valor principal o importe de R$ 18.818,92 + Juros de mora no importe de R$ 3.328,63 (R$ 18.818,92 + 3.328,63 = R$ 22.147,55).
Dedução previdenciária – quota reclamante R$ 1.439,65
IRRF Reclamante: R$ 4.806,05
Crédito líquido exequendo R$ 15.901,85.

PJe Assinado eletronicamente por: HAMILTON ROVANI NEVES - Juntado em: 10/02/2025 11:26:01 - 9b5eddc

Contribuição quota empregador R$ 2.258,27 + R$ 1.439,65 = R$ 3.697,92
Honorários advocatícios R$ 3.322,13 (15% conforme determinado pela sentença), ou seja, incidente sobre o valor bruto condenatório - R$ 22.147,55 x 15% = R$ 3.322,13

DA ATUALIZAÇÃO REALIZADA PELA VARA – Fls. 357 do Pje (Fls. 267 no principal - físico)

Atualização para 28/04/2010 no importe total de R$ 31.138,80.

Entendemos não ser convincente o critério aplicado pela vara, para atualização do valor acima, pelos fatos a seguir: A uma, em que pese a atualização acima mencionar como última atualização em 31/01/2008, tem-se que o valor do principal jamais poderia ser menor do que o fixado pela sentença homologatória, seja, de R$ 18.818,92 mas, no entanto, como se pode observar, o valor consignado pela vara nessa atualização foi de R$ 13.494,62 (em 31/01/2008), mesmo entendendo que desse valor, já estivesse deduzido o valor de R$ 6.245,70 (INSS quota recte. + IRRF).

Ora, para se corrigir os valores conforme fixados pela sentença homologatória, não se pode deduzir do valor principal a contribuição do INSS quota recte + IRRF, uma vez que o resultado final será em prejuízo do reclamante, sem as correções realizadas sobre os valores reais fixados, ou seja, tanto para o valor do principal quanto para os valores devidos à dedução (INSS recte. + IRRF).
Assim: R$ 18.818,92 (em 01/07/2007) **corrigido até 28/04/2010**
INSS Recte: R$ 1.439,65
IRRF: R$ 4.806,05

Obs.: Tanto o valor do principal quanto do valor das deduções, deverão ser realizados simultaneamente em seus valores originais reais. Sejamos práticos no exemplo a seguir, utilizando os mesmos índices da atualização da vara:

R$ 18.818,92 x 1,023499565 (índice utilizado pela vara na sua atualização), teremos o valor corrigido no importe de R$ 19.261,16 + juros no importe de R$ 5.187,03 = R$ 24.448,19.
IRRF R$ 4.806,05 x 1,023499565 = R$ 4.918,99
INSS Recte: R$ 1.439,65 x 1,023499565 = R$ 1.473,48

Resumo para atualização em 28/04/2010
R$ 24.448,19 – R$ 6.392,47 = R$ 18.055,72
Honorários advocatícios R$ 30.840,66 x 15% = R$ 4.626,10

Se torna necessário esclarecer que a vara incorreu no mesmo equívoco quando de sua atualização realizada às fls. 353/355, ID. b0207cf e, assim, portanto, devem ser refeitos os cálculos apontados pela vara de acordo com a atualização ora juntada pelo exequente - anexo.

PJe Assinado eletronicamente por: HAMILTON ROVANI NEVES - Juntado em: 10/02/2025 11:26:01 - 9b5eddc

DA JUSTIÇA GRATUITA INVOCADA PELOS EXECUTADOS:

Na apresentação da proposta de pagamento feita pelos executados, não houve o cômputo dos honorários advocatícios devidos, de acordo com a sentença irrecorrível, alegando que, "por ter os benefícios da justiça gratuita" tais valores não seriam devidos, com o que não se concorda

A responsabilidade pelo pagamento das custas processuais, incluídos aqui os honorários advocatícios, é do espólio, de sorte que a concessão da gratuidade de justiça depende da análise da capacidade do acervo hereditário e não das condições pessoais dos herdeiros.

Restando claro que o acervo patrimonial do espólio, aqui representado pelo imóvel objeto da penhora, se mostra capaz de arcar com as custas e despesas processuais incidentes, incabível o deferimento da justiça gratuita vindicado.

Veja:

Acórdão 1375204, 07265179720218070000, Relatora: SIMONE LUCINDO, Primeira Turma Cível, data de julgamento: 29/9/2021, publicado no DJE: 13/10/2021.
Acórdãos representativos
Acórdão 1399012, 07043554720178070001, Relator: JOÃO EGMONT, Segunda Turma Cível, data de julgamento: 9/2/2022, publicado no DJE: 23/2/2022;
Acórdão 1391294, 07216558320218070000, Relator: LUÍS GUSTAVO B. DE OLIVEIRA, Terceira Turma Cível, data de julgamento: 1/12/2021, publicado no DJE: 21/1/2022;
Acórdão 1391274, 07096862620218070015, Relatora: MARIA DE LOURDES ABREU, Terceira Turma Cível, data de julgamento: 9/12/2021, publicado no DJE: 21/1/2022;
Acórdão 1383148, 07184219320218070000, Relator: FABRÍCIO FONTOURA BEZERRA, Quinta Turma Cível, data de julgamento: 3/11/2021, publicado no DJE: 22/11/2021;
Acórdão 1366915, 07051684020188070001, Relatora: LEILA ARLANCH, Sétima Turma Cível, data de julgamento: 25/8/2021, publicado no DJE: 16/9/2021;
Acórdão 1362675, 07187336920218070000, Relator: ESDRAS NEVES, Sexta Turma Cível, data de julgamento: 4/8/2021, publicado no DJE: 23/8/2021.

Assim, tendo em vista eu a responsabilidade pelo pagamento dos valores devidos nesses autos é do ESPÓLIO e não dos representantes do mesmo espólio, e, ainda, que o espolio possui condições de arcar com tal despesa e condenação processuais a alegação dos executados de hipossuficiência não deve ser acatada por este juízo, mentando-se a condençao na forma como definido em sentença.

Nestes termos,
Pede Deferimento.

Campinas, 10 de fevereiro de 2025.

Dr. Hamilton Rovani Neves
OAB/SP 143.028

Assinado eletronicamente por: HAMILTON ROVANI NEVES - Juntado em: 10/02/2025 11:26:01 - 9b5eddc
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/25021011250361600000250849102?instancia=1
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Número do documento: 25021011250361600000250849102

PJe-Calc Cidadão
Sistema de Cálculos Trabalhistas

Processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Cálculo: 238

PLANILHA DE ATUALIZAÇÃO DE CÁLCULO

Reclamante: **CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO**
Reclamado: **MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL**
Data Últ. Atualização: **01/07/2007** Data Liquidação: **19/11/2024**

Resumo da Atualização do Cálculo

Descrição do Saldo Devedor por Credor	Valor
LÍQUIDO DEVIDO AO RECLAMANTE	66.973,87
HONORÁRIOS LÍQUIDOS PARA DR. HAMILTON ROVANI NEVES	8.191,85
IRRF SOBRE HONORÁRIOS PARA DR. HAMILTON ROVANI NEVES	0,00
Total Devido Pelo Reclamado	**75.165,72**

Não houve eventos no período compreendido entre a data de liquidação do cálculo e a data de liquidação da atualização.

COM A DEDUÇÃO DOS VALORES CORRESPONDENTES AO INSS R$ 1.439,65 (PARTE RECLAMANTE) + R$ 4.806,05 IRRF) = VALOR NO IMPORTE DE R$ 6.245,70 + CORREÇÃO NO IMPORTE DE R$ 968,26 (TR DESDE 01/07/2007), PERFAZENDO O VALOR TOTAL A SER DEDUZIDO DE R$ 7.213,96.

Critério da Atualização e Fundamentação Legal

1. Valores corrigidos pelo índice 'TR', acumulado a partir do mês subsequente ao vencimento, conforme súmula nº 381 do TST. Última taxa 'TR' relativa a 10/2024.
2. Contribuições sociais sobre salários devidos calculadas conforme os itens IV e V da Súmula no 368 do TST. Para salários devidos até 04/03/2009, inclusive, sem juros e multa de mora (art. 276, caput, do Decreto nº 3.048/1999). Para salários devidos a partir de 05/03/2009, com juros de mora à taxa SELIC desde a prestação do serviço (art. 43 da Lei nº 8.212/1991).
3. Multa e/ou indenização informada corrigida pelo índice "TR", acumulado a partir do mês subseqüente ao vencimento.
4. Juros simples de 1% a.m., pro rata die, a partir de 01/07/2007.
5. Juros de mora sobre verbas apurados antes da dedução da contribuição social devida pelo reclamante.

PJe Assinado eletronicamente por: HAMILTON ROVANI NEVES - Juntado em: 10/02/2025 11:26:01 - 9c7f5e1

Processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Cálculo: 238

PLANILHA DE ATUALIZAÇÃO DE CÁLCULO

Reclamante: **CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO**
Reclamado: **MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL**
Data Últ. Atualização: **01/07/2007** Data Liquidação: **19/11/2024**

Demonstrativo da Atualização do Cálculo

Saldo Devedor em 19/11/2024

Créditos do Reclamante	Base	Taxa	Valor	Índice	Devido	Pago	Diferença
Principal Corrigido	-	-	18.818,92	1,155028473	21.736,39	0,00	21.736,39
Juros de Mora até 01/07/2007	-	-	3.328,63	1,155028473	3.844,66	0,00	3.844,66
Juros de Mora de 02/07/2007 até 19/11/2024	21.736,39	208,6011%	-	-	45.342,35	0,00	45.342,35
MULTA 1% VALOR DA CAUSA devida pelo Reclamado	-	-	271,75	1,155028473	313,88	0,00	313,88
MULTA 10% devida pelo Reclamado	-	-	2.554,53	1,155028473	2.950,55	0,00	2.950,55
Total Parcial					**74.187,83**	**0,00**	**74.187,83**

Outros Débitos do Reclamado	Base	Taxa	Valor	Índice	Devido	Pago	Diferença
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS devidos para DR. HAMILTON ROVANI NEVES	-	-	7.092,34	1,155028473	8.191,85	0,00	8.191,85
Total Parcial					**977,89**	**0,00**	**977,89**

Atualização liquidada por offline na versão 2.12.0 em 04/02/2025 às 18:07:30.

Assinado eletronicamente por: HAMILTON ROVANI NEVES - Juntado em: 10/02/2025 11:26:01 - 9c7f5e1
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/25021011255794900000250849295?instancia=1
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Número do documento: 25021011255794900000250849295

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
ATOrd 0002800-98.2006.5.15.0114
AUTOR: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
RÉU: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E OUTROS (1)

DESPACHO

Vistos.

Em Id 14336a2 a reclamada peticiona pela aceitação do parcelamento do débito, com fulcro no artigo 916 do CPC. Comprova o depósito de R$30.000,00 em 16/12/2024, valor que representaria 30% do devido, comprometendo-se a efetuar o pagamento do restante em 6 parcelas.

Requer, assim, a suspensão da hasta pública designada.

Pois bem.

Reza o artigo 916, do CPC que

> *No prazo para embargos, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de trinta por cento do valor em execução, acrescido de custas e de honorários de advogado, o executado poderá requerer que lhe seja permitido pagar o restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de um por cento ao mês.*
>
> *§ 1º O exequente será intimado para manifestar-se sobre o preenchimento dos pressupostos do caput , e o juiz decidirá o requerimento em 5 (cinco) dias.*
>
> *§ 2º Enquanto não apreciado o requerimento, o executado terá de depositar as parcelas vincendas, facultado ao exequente seu levantamento.*

PJe Assinado eletronicamente por: ERIKA FERRARI ZANELLA - Juntado em: 14/02/2025 11:07:58 - 18d380c

> *§ 3º Deferida a proposta, o exequente levantará a quantia depositada, e serão suspensos os atos executivos.*
>
> *§ 4º Indeferida a proposta, seguir-se-ão os atos executivos, mantido o depósito, que será convertido em penhora.*

No caso em tela, intempestiva a proposta, eis que não interposta no prazo para ajuizamento dos Embargos à Execução. Considerando, ainda, a recusa no aceite da proposta pela exequente (Id 9b5eddc), indefiro o pedido de parcelamento, ficando retidos nos autos o valor já depositado e convolado em penhora.

A reclamada alega, também, que não há nos autos documento que comprove a condição de representante do espolio da reclamante. Nada a deferir, visto que regularizada a representação do espolio.

Quanto às divergências em relação à atualização dos cálculos, e considerando que já designada hasta pública, em nome do princípio da celeridade processual, serão discutidas em momento oportuno.

Prossiga-se, conforme determinado no Id 4144e19.

Intimem-se.

CAMPINAS/SP, 13 de fevereiro de 2025

ERIKA FERRARI ZANELLA
Juíza do Trabalho Substituta

Assinado eletronicamente por: ERIKA FERRARI ZANELLA - Juntado em: 14/02/2025 11:07:58 - 18d380c
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/25021314592365900000251322561?instancia=1
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Número do documento: 25021314592365900000251322561

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
ATOrd 0002800-98.2006.5.15.0114
AUTOR: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
RÉU: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E OUTROS (1)

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID 18d380c proferido nos autos.

DESPACHO

Vistos.

Em Id 14336a2 a reclamada peticiona pela aceitação do parcelamento do débito, com fulcro no artigo 916 do CPC. Comprova o depósito de R$30.000,00 em 16/12/2024, valor que representaria 30% do devido, comprometendo-se a efetuar o pagamento do restante em 6 parcelas.

Requer, assim, a suspensão da hasta pública designada.

Pois bem.

Reza o artigo 916, do CPC que

> *No prazo para embargos, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de trinta por cento do valor em execução, acrescido de custas e de honorários de advogado, o executado poderá requerer que lhe seja permitido pagar o restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de um por cento ao mês.*
>
> *§ 1º O exequente será intimado para manifestar-se sobre o preenchimento dos pressupostos do caput , e o juiz decidirá o requerimento em 5 (cinco) dias.*

PJe Assinado eletronicamente por: ERIKA FERRARI ZANELLA - Juntado em: 14/02/2025 11:08:58 - 23a5794

§ 2º Enquanto não apreciado o requerimento, o executado terá de depositar as parcelas vincendas, facultado ao exequente seu levantamento.

§ 3º Deferida a proposta, o exequente levantará a quantia depositada, e serão suspensos os atos executivos.

§ 4º Indeferida a proposta, seguir-se-ão os atos executivos, mantido o depósito, que será convertido em penhora.

No caso em tela, intempestiva a proposta, eis que não interposta no prazo para ajuizamento dos Embargos à Execução. Considerando, ainda, a recusa no aceite da proposta pela exequente (Id 9b5eddc), indefiro o pedido de parcelamento, ficando retidos nos autos o valor já depositado e convolado em penhora.

A reclamada alega, também, que não há nos autos documento que comprove a condição de representante do espolio da reclamante. Nada a deferir, visto que regularizada a representação do espolio.

Quanto às divergências em relação à atualização dos cálculos, e considerando que já designada hasta pública, em nome do princípio da celeridade processual, serão discutidas em momento oportuno.

Prossiga-se, conforme determinado no Id 4144e19.

Intimem-se.

CAMPINAS/SP, 13 de fevereiro de 2025

ERIKA FERRARI ZANELLA
Juíza do Trabalho Substituta

Assinado eletronicamente por: ERIKA FERRARI ZANELLA - Juntado em: 14/02/2025 11:08:58 - 23a5794
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/25021411075896800000251400437?instancia=1
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Número do documento: 25021411075896800000251400437

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
PROCESSO: 0002800-98.2006.5.15.0114
: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E OUTROS (1)

Certifico que o bem penhorado foi liberado à hasta pública, nesta data.

Nada mais.

CAMPINAS/SP, 27 de fevereiro de 2025.

FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA
Servidor

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DR.(A) JUIZ(A) DA ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DO FORO TRABALHISTA DE CAMPINAS/SP

PROCESSO Nº 0002800-98.2006.5.15.0114

Espólio de **CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO**, na pessoa de **FERNANDO DA SILVA MELO** (reclamante) e **MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E OUTROS** (reclamados), devidamente qualificados nos autos do processo supra, **RECLAMAÇÃO TRABALHISTA,** acima declinada, via de seus procuradores infra-assinados, vêm, respeitosamente, a presença de V. Exa., relatar e requerer o quanto segue:

1) - Que, para por fim à demanda e a presente execução, nesta oportunidade, as partes se compuseram acerca dos valores e pedidos contidos na presente reclamação, compondo-se o mesmo nos seguintes termos:

30.000,00, referente ao depósito judicial realizado espontaneamente pelos executados em 17/12/2024 (Id 14336a2), a ser liberado integralmente ao reclamante;
30.000,00 (Trinta mil reais) a serem pagas até o dia 30/03/2025, devendo ser depositado na conta do patrono do reclamante, a qual é informada diretamente aos escutados.

2) - Com isso, ou seja, com o efetivo cumprimento por parte dos **EXECUTADAOS** do que ora se convenciona, o **RECLAMANTE** outorgará aos mesmos, total e geral quitação do objeto da presente reclamação, esclarecendo que as verbas que compõem o presente acordo são aquelas já declaradas nos autos e, ainda, com o pagamento o reclamante não se opõe que seja feita a libertação de todo e qualquer bem que porventura esteja ou que tenha sido penhora, devendo ser feita a liberação dos mesmos bens em favor dos executados:

PJe Documento assinado eletronicamente por ADRIANA LEAL SANDOVAL, em 18/03/2025, às 09:11:53 - b6575a0

3) - Fica estipulada a multa no importe de **50% (cinquenta por cento)** sobre o valor do acordo ora entabulado, mais juros e correção monetária, para o caso de mora ou inadimplemento sendo que, somente após cumprida a obrigação avençada, o reclamante outorgará aos reclamados/executados a mais ampla geral e irrevogável quitação quanto ao objeto do presente processo, bem como do extinto pacto havido entre as partes.

Dessa forma, as partes requerem a este MM. Juízo a homologação do presente acordo, para que produza seus efeitos legais, requerendo seu arquivamento, após cumpridas as formalidades legais, informando, ainda que eventuais contribuições previdenciárias e custas incidentes, são de responsabilidade dos reclamados.

Termos em que,
Pedem e Espera Deferimento.

Campinas, 17 de março de 2025.

Dra. Adriana Leal Sandoval
OAB/SP 101.561 – p/ Reclamados

Dr. Hamilton Rovani Neves
OAB/SP 143.028 - p/ Reclamante

MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL
Reclamada

FERNANDO DA SILVA MELO
Reclamante

Documento assinado eletronicamente por ADRIANA LEAL SANDOVAL, em 18/03/2025, às 09:11:53 - b6575a0
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/25031808352387600000254160276?instancia=1
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Número do documento: 25031808352387600000254160276

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DR.(A) JUIZ(A) DA ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DO FORO TRABALHISTA DE CAMPINAS/SP

PROCESSO Nº 0002800-98.2006.5.15.0114

Espólio de **CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO**, na pessoa de **FERNANDO DA SILVA MELO** (reclamante) e **MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E OUTROS** (reclamados), devidamente qualificados nos autos do processo supra, **RECLAMAÇÃO TRABALHISTA,** acima declinada, via de seus procuradores infra-assinados, vêm, respeitosamente, a presença de V. Exa., relatar e requerer o quanto segue:

1) - Que, para por fim à demanda e a presente execução, nesta oportunidade, as partes se compuseram acerca dos valores e pedidos contidos na presente reclamação, compondo-se o mesmo nos seguintes termos:

30.000,00, referente ao depósito judicial realizado espontaneamente pelos executados em 17/12/2024 (Id 14336a2), a ser liberado integralmente ao reclamante;
30.000,00 (Trinta mil reais) a serem pagas até o dia 30/03/2025, devendo ser depositado na conta do patrono do reclamante, a qual é informada diretamente aos escutados.

2) - Com isso, ou seja, com o efetivo cumprimento por parte dos **EXECUTADAOS** do que ora se convenciona, o **RECLAMANTE** outorgará aos mesmos, total e geral quitação do objeto da presente reclamação, esclarecendo que as verbas que compõem o presente acordo são aquelas já declaradas nos autos e, ainda, com o pagamento o reclamante não se opõe que seja feita a libertação de todo e qualquer bem que porventura esteja ou que tenha sido penhora, devendo ser feita a liberação dos mesmos bens em favor dos executados:

PJe Documento assinado eletronicamente por ADRIANA LEAL SANDOVAL, em 18/03/2025, às 09:35:25 - db18ebb

3) - Fica estipulada a multa no importe de **50% (cinquenta por cento)** sobre o valor do acordo ora entabulado, mais juros e correção monetária, para o caso de mora ou inadimplemento sendo que, somente após cumprida a obrigação avençada, o reclamante outorgará aos reclamados/executados a mais ampla geral e irrevogável quitação quanto ao objeto do presente processo, bem como do extinto pacto havido entre as partes.

Dessa forma, as partes requerem a este MM. Juízo a homologação do presente acordo, para que produza seus efeitos legais, requerendo seu arquivamento, após cumpridas as formalidades legais, informando, ainda que eventuais contribuições previdenciárias e custas incidentes, são de responsabilidade dos reclamados.

Termos em que,
Pedem e Espera Deferimento.

Campinas, 17 de março de 2025.

Dra. Adriana Leal Sandoval
OAB/SP 101.561 – p/ Reclamados

Dr. Hamilton Rovani Neves
OAB/SP 143.028 - p/ Reclamante

MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL
Reclamada

FERNANDO DA SILVA MELO
Reclamante

Documento assinado eletronicamente por ADRIANA LEAL SANDOVAL, em 18/03/2025, às 09:35:25 - db18ebb
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/25031809351037600000254167837?instancia=1
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Número do documento: 25031809351037600000254167837

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DR.(A) JUIZ(A) DA ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DO FORO TRABALHISTA DE CAMPINAS/SP

PROCESSO Nº 0002800-98.2006.5.15.0114

Dr. HAMILTON ROVANI NEVES, devidamente qualificado nos autos do processo supra, **EXECUÇÃO TRABALHISTA** que o espólio de **CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO**, na pessoa de **FERNANDO DA SILVA MELO** move em face de **MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E OUTROS**, todos também qualificados nos autos do mesmo processo vem, respeitosamente, a presença de V. Exa. informar e requerer o quanto segue:

1) – Que, além dos valores descritos na petição de acordo firmada entre as partes (Fernando e Maria Angélica), os reclamados/executados pagarão ao patrono do reclamante acima identificado, a título de verba honorária, até o dia 20/03/2025, a importância ÚNICA de **R$ 8.000,00 (Oito mil reais)** sujeitando-se os reclamados/executados ás mesmas penalidades constantes do termo de acordo mencionado, sendo que o pagamento da referida importância acima referida deverá ser efetuado diretamente ao patrono da reclamante, através de depósito em conta corrente, cujas informações necessárias serão repassadas diretamente ao patrono dos executados.

3) - Fica estipulada a multa no importe de **50% (cinqüenta por cento) sobre o valor total do presente acordo,** para o caso de mora ou inadimplemento sendo que, após cumprimento total da obrigação, se dará aos reclamandos/executados a mais ampla geral e irrevogável quitação.

Termos em que,
Pedem e Espera Deferimento.

Campinas, 17 de março de 2025.

Dra. Adriana Leal Sandoval
OAB/SP 101.561 – p/ Reclamados

Dr. Hamilton Rovani Neves
OAB/SP 143.028

MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL
Reclamada/executada

Documento assinado eletronicamente por ADRIANA LEAL SANDOVAL, em 18/03/2025, às 09:36:10 - 0ca48b4
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/25031809360210400000254167962?instancia=1
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Número do documento: 25031809360210400000254167962

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) FEDERAL DA ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DA JUSTIÇA DO TRABALHO DE CAMPINAS/SP

Processo nº 0002800-98.2006.5.15.0114

ESPÓLIO DE CLEUZA TERCÍLIA DA SILVA MELO, neste ato representado por **FERNANDO DA SILVA MELO**, devidamente qualificado nos autos supra, EXECUÇÃO DE CRÉDITO TRABALHISTA que move em face de **SÉRGIO PARREIRA SANDOVAL (ESPOLIO) E OUTROS**, via de seu procurador que a presente subscreve vem, respeitosamente, a presença de Vossa Excelência, requerer o que segue:

Juntada de petição de acordo firmado entre as partes, conforme anexos.

Termos em que,
Pede deferimento.

Campinas, 19 de março de 2025.

Dr. Hamilton Rovani Neves
OAB/SP 143.028

Documento assinado eletronicamente por HAMILTON ROVANI NEVES, em 19/03/2025, às 15:22:27 - 9afb031
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/25031915134858800000254372367?instancia=1
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Número do documento: 25031915134858800000254372367

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DR.(A) JUIZ(A) DA ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DO FORO TRABALHISTA DE CAMPINAS/SP

PROCESSO Nº 0002800-98.2006.5.15.0114

Espólio de **CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO**, na pessoa de **FERNANDO DA SILVA MELO** (reclamante) e **MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E OUTROS** (reclamados), devidamente qualificados nos autos do processo supra, **RECLAMAÇÃO TRABALHISTA,** acima declinada, via de seus procuradores infra-assinados, vêm, respeitosamente, a presença de V. Exa., relatar e requerer o quanto segue:

1) - Que, para por fim à demanda e a presente execução, nesta oportunidade, as partes se compuseram acerca dos valores e pedidos contidos na presente reclamação, compondo-se o mesmo nos seguintes termos:

Valor do acordo: **R$ 60.000,00** – (sessenta mil reais)

30.000,00, referente ao depósito judicial realizado espontaneamente pelos executados em 17/12/2024 (Id 14336a2), a ser liberado integralmente ao reclamante;
30.000,00 (Trinta mil reais) a serem pagas até o dia 30/03/2025, devendo ser depositado na conta do patrono do reclamante, a qual é informada diretamente aos escutados.

2) - Com isso, ou seja, com o efetivo cumprimento por parte dos **EXECUTADOS** do que ora se convenciona, o **RECLAMANTE** outorgará aos mesmos, total e geral quitação do objeto da presente reclamação, esclarecendo que as verbas que compõem o presente acordo são aquelas já declaradas nos autos e, ainda, com o pagamento o reclamante não se opõe que seja feita a libertação de todo e qualquer bem que porventura esteja ou que tenha sido penhora, devendo ser feita a liberação dos mesmos bens em favor dos executados:

Fernando

*"De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver crescer as injustiças, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar-se da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto."*Rui Barbosa"

PJe Documento assinado eletronicamente por HAMILTON ROVANI NEVES, em 19/03/2025, às 15:22:27 - 3024714

3) - Fica estipulada a multa no importe de **50% (cinquenta por cento)** sobre o valor do acordo ora entabulado**,** mais juros e correção monetária, para o caso de mora ou inadimplemento sendo que, somente após cumprida a obrigação avençada, o reclamante outorgará aos reclamados/executados a mais ampla geral e irrevogável quitação quanto ao objeto do presente processo, bem como do extinto pacto havido entre as partes.

Dessa forma, as partes requerem a este MM. Juízo a homologação do presente acordo, para que produza seus efeitos legais, requerendo seu arquivamento, após cumpridas as formalidades legais, informando, ainda que eventuais contribuições previdenciárias e custas incidentes, são de responsabilidade dos reclamados.

Termos em que,
Pedem e Espera Deferimento.

Campinas, 17 de março de 2025.

Dra. Adriana Leal Sandoval
OAB/SP 101.561 – p/ Reclamados

Dr. Hamilton Rovani Neves
OAB/SP 143.028 - p/ Reclamante

MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL
Reclamada

FERNANDO DA SILVA MELO
Reclamante

PJe Documento assinado eletronicamente por HAMILTON ROVANI NEVES, em 19/03/2025, às 15:22:27 - 3024714

DECLARAÇÃO DE VONTADE, RATIFICAÇÃO, ACEITE E CONCORDÂNCIA.

Eu, **FERNANDO DA SILVA MELO,** brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade R. G. nº 50.975.599-9 SSP/SP e do CPF/MF nº 419.890.188-07 residente e domiciliado na Rua Geraldo Justino de Lima nº 277 – Jardim Monte Cristo – CEP 13.049-107 - Campinas /SP**,** declaro para todos os fins de direito que, de **LIVRE E ESPONTÂNEA VONTADE, SEM QUALQUER TIPO DE AÇÃO OU COAÇÃO QUE PUDESSA VIA A MACULAR ESTA MINHA VONTADE E A PRESENTE DECLARAÇÃO** que aceito a proposta de acordo apresentada por **MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E OUTROS**, nos autos do processo nº **0002800-98.2006.5.15.0114**, para pagamento da importância LÍQUIDA de **R$ 60.000,00 (SESSENTA MIL REAIS)**, e que será pago da seguinte forma: 30.000,00, referente ao depósito judicial realizado espontaneamente pelos executados em 17/12/2024 a ser oportunamente liberada por este juízo, mais uma importância igual de 30.000,00 (Trinta mil reais) a ser paga até o dia 30/03/2025, conforme petição de acordo por mim assinada e, com isso, concordando com os termos da referida petição e com o efetivo pagamento do ora avençado, darei plena e geral quitação dos valores devidos, bem como do objeto da presente ação e da extinta ralação havida com a mesma reclamada, desde que cumprida a obrigação ora assumida **requerendo, dessa forma, a HOMOLOGAÇÃO do presente acordo pelo Juízo Vara da 9ª Justiça do Trabalho de Campinas/SP**, nos termos da petição de acordo que segue conjuntamente e qual fica ratificada na sua integralidade.

Para isso, estando plenamente de acordo, firmo a presente declaração.

Campinas, 19 de março de 2025.

Fernando da Silva melo

FERNANDO DA SILVA MELO

Documento assinado eletronicamente por HAMILTON ROVANI NEVES, em 19/03/2025, às 15:22:27 - 3024714
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/25031915211054400000254374376?instancia=1
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Número do documento: 25031915211054400000254374376



ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT

POLEGAR DIREITO

45704649

Fernando da Silva Melo
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

NÃO PLASTIFICAR

GERAL 50.975.599-9 2 via EXPEDIÇÃO 16/06/2017

NOME
FERNANDO DA SILVA MELO

FILIAÇÃO
PAULO FELIX DE MELO
CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO

NATURALIDADE
CAMPINAS - SP

DATA DE NASCIMENTO
22/09/2003

DOC ORIGEM
CAMPINAS-SP TERCEIRO SUBDISTRITO CN:LV.A303/FLSº67V/N.129184

CPF
419890188/07

Caetano Paulo Filho
Delegado de Polícia Divisionário IIRGD.SSP.SP
ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

obrigado a usá-los, para prevenir acidentes e evitar as doenças profissionais.

Mostre ao seu novo companheiro os perigos que o cercam no trabalho.

Cada acidente é uma lição que deve ser apreciada, para evitar maiores desgraças.

Todo o acidente tem uma causa que é preciso ser pesquisada, para evitar a sua repetição.

Se você for acidentado, procure logo o socorro médico adequado. Não deixe que "entendidos" e "curiosos" concorram para o agravamento de sua lesão.

Se você não é eletricista, não se meta a fazer serviços de eletricidade.

Procure o socorro médico imediato, se você for vítima de um acidente, amanhã será tarde demais.

As máquinas não respeitam ninguém; mas você deve respeitá-las.

Atenda às recomendações dos membros da CIPA e de seus mestres e chefes.

Conheça sempre as regras de segurança da seção onde você trabalha. Conversa e discussão no trabalho predispõem a acidentes pela desatenção.

Leia e reflita sempre os ensinamentos contidos nos cartazes e avisos sobre prevenção de acidentes.

Os anéis, pulseiras, gravatas e mangas compridas não fazem parte do seu uniforme de trabalho.

Mantenha sempre as guardas protetoras das máquinas nos devidos lugares.

Pare a máquina quando tiver que consertá-la ou lubrificá-la.

Habitue-se a trabalhar protegido contra os acidentes. Use equipamentos de proteção adequados a seu serviço.

Conheça o manejo dos extintores e demais dispositivos de combate ao fogo existentes em seu local de trabalho. Você pode ter necessidade de usá-los algum dia.

MINISTÉRIO DO TRABALHO

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL



Número 028954 Série 00469-SP

Fernando do Prado Mello

ASSINATURA DO PORTADOR

PJe Documento assinado eletronicamente por HAMILTON ROVANI NEVES, em 19/03/2025, às 15:22:27 - dcfe03f

QUALIFICAÇÃO CIVIL

Nome Fernanda da Silva Mello

Loc. Nasc. Campinas Est. S.P. Data 22/09/2003

Filiação Paula Eliza Di Mello

Beatriz Tenorio da Silva Mello

Doc. Nº 56.075.599-9 SSP/SP

ESTRANGEIROS

Chegada ao Brasil em ...../...../..... Doc. Ident. Nº .....

Exp. em ...../...../..... Estado .....

Obs.: .....

Data Emissão 22/09/19 SRTE/SP POLÍCIA FEDERAL

.....

SERT / POSTO DE ATENDIMENTO

Assinatura do Funcionário

9

ALTERAÇÕES DE IDENTIDADE

(Com relação nome, est. civil e data nasc.)

Nome .....

.....

Doc. .....

.....

Nome .....

.....

Doc. .....

.....

Nome .....

.....

Doc. .....

Est. Civil. .....

.....

Doc. .....

.....

Est. Civil .....

.....

Doc. .....

Nascimento .....

.....

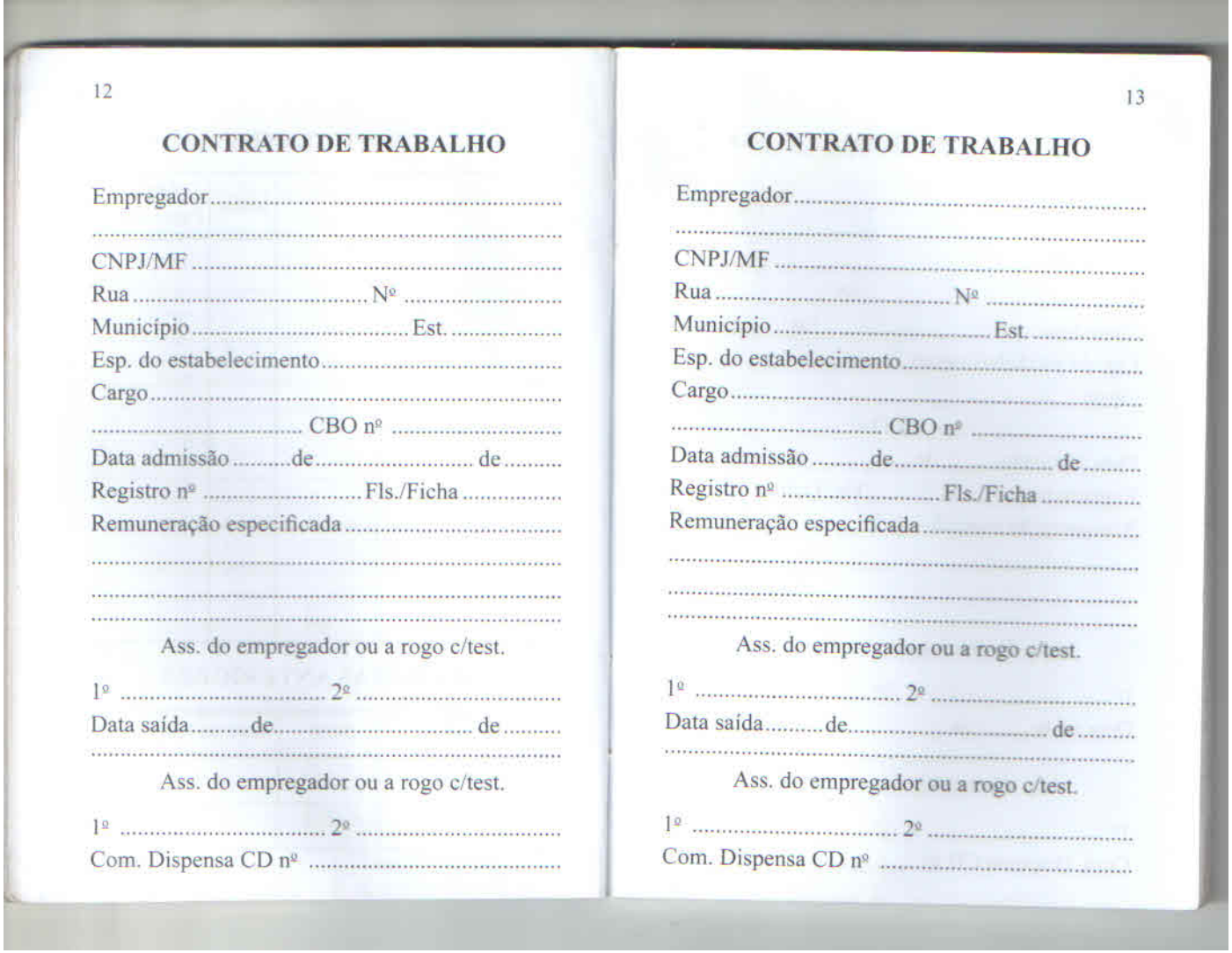
.....

Doc. .....

.....

.....

PJe Documento assinado eletronicamente por HAMILTON ROVANI NEVES, em 19/03/2025, às 15:22:27 - dcfe03f



12

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador.....

.....

CNPJ/MF .....

Rua ..... Nº .....

Município ..... Est. .....

Esp. do estabelecimento.....

Cargo.....

..... CBO nº .....

Data admissão .....de..... de .....

Registro nº ..... Fls./Ficha .....

Remuneração especificada .....

.....

.....

.....

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º ..... 2º .....

Data saída.....de..... de .....

.....

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º ..... 2º .....

Com. Dispensa CD nº .....

13

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador.....

.....

CNPJ/MF .....

Rua ..... Nº .....

Município ..... Est. .....

Esp. do estabelecimento.....

Cargo.....

..... CBO nº .....

Data admissão .....de..... de .....

Registro nº ..... Fls./Ficha .....

Remuneração especificada .....

.....

.....

.....

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º ..... 2º .....

Data saída.....de..... de .....

.....

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º ..... 2º .....

Com. Dispensa CD nº .....

Documento assinado eletronicamente por HAMILTON ROVANI NEVES, em 19/03/2025, às 15:22:27 - dcfe03f
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/25031915211091700000254374380?instancia=1
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Número do documento: 25031915211091700000254374380

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DR.(A) JUIZ(A) DA ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DO FORO TRABALHISTA DE CAMPINAS/SP

PROCESSO Nº 0010150-20.2018.5.15.0114

Dr. HAMILTON ROVANI NEVES, devidamente qualificado nos autos do processo supra, **EXECUÇÃO TRABALHISTA** que o espólio de **CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO**, na pessoa de **FERNANDO DA SILVA MELO** move em face de **MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E OUTROS**, todos também qualificados nos autos do mesmo processo vem, respeitosamente, a presença de V. Exa. informar e requerer o quanto segue:

1) – Que, além dos valores descritos na petição de acordo firmada entre as partes (Fernando e Maria Angélica), os reclamados/executados pagarão ao patrono do reclamante acima identificado, a título de verba honorária, até o dia 20/03/2025, a importância ÚNICA de **R$ 8.000,00 (Oito mil reais)** sujeitando-se os reclamados/executados ás mesmas penalidades constantes do termo de acordo mencionado, sendo que o pagamento da referida importância acima referida deverá ser efetuado diretamente ao patrono da reclamante, através de depósito em conta corrente, cujas informações necessárias serão repassadas diretamente ao patrono dos executados.

3) - Fica estipulada a multa no importe de **50% (cinqüenta por cento) sobre o valor total do presente acordo,** para o caso de mora ou inadimplemento sendo que, após cumprimento total da obrigação, se dará aos reclamandos/executados a mais ampla geral e irrevogável quitação.

Termos em que,
Pedem e Espera Deferimento.

Campinas, 17 de março de 2025.

DocuSigned by:
Hamilton Rovani Neves
57B2413CC82B40F...

Dra. Adriana Leal Sandoval
OAB/SP 101.561 – p/ Reclamados

Dr. Hamilton Rovani Neves
OAB/SP 143.028

MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL
Reclamada/executada

Documento assinado eletronicamente por HAMILTON ROVANI NEVES, em 19/03/2025, às 15:32:01 - d97efce
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/25031915313190700000254376932?instancia=1
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Número do documento: 25031915313190700000254376932

docusign

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 4F1EACA5-3F9E-467C-BC88-64B02DF1B77C
Status: Concluído
Assunto: Este é seu documento assinado: Petição acordo Honorários.pdf
Envelope fonte:
Documentar páginas: 1
Assinaturas: 1
Remetente do envelope:
Certificar páginas: 1
Rubrica: 0
Hamilton Rovani Neves
Assinatura guiada: Ativado
rovani.rovani@terra.com.br
Selo com EnvelopeId (ID do envelope): Ativado
Endereço IP: 179.110.136.81
Fuso horário: (UTC-08:00) Hora do Pacífico (EUA e Canadá)

Rastreamento de registros

Status: Original
Portador: Hamilton Rovani Neves
Local: DocuSign
19/03/2025 11:24:28
rovani.rovani@terra.com.br

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
Hamilton Rovani Neves rovani.rovani@terra.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	DocuSigned by: Hamilton Rovani Neves 57B2413CC82B40F... Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 179.110.136.81	Enviado: 19/03/2025 11:24:55 Visualizado: 19/03/2025 11:25:00 Assinado: 19/03/2025 11:25:37 Assinatura de forma livre

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
Não oferecido através da Docusign

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data

Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Hamilton Rovani Neves rovani.rovani@terra.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	Copiado	Enviado: 19/03/2025 11:25:38 Reenviado: 19/03/2025 11:25:38

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
Não oferecido através da Docusign

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	19/03/2025 11:24:55
Entrega certificada	Segurança verificada	19/03/2025 11:25:00
Assinatura concluída	Segurança verificada	19/03/2025 11:25:37
Concluído	Segurança verificada	19/03/2025 11:25:38

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora

ADVOCACIA SANDOVAL **ADRIANA LEAL SANDOVAL**

Av. Esther Moretzshon Camargo, nº 686 – Jd. Santana, Campinas/SP. - CEP13. 088-613
Cel.(19)99795.0035
E-mail: advsandoval@gmail.com

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DR.(A) JUIZ(A) DA ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DO FORO TRABALHISTA DE CAMPINAS/SP

Processo nº0002800-98.2006.5.15.0114

SÉRGIO PARREIRA SANDOVAL e outros, já devidamente qualificados nos autos da **RECLAMAÇÃO TRABALHISTA** que lhe move **CLEUSA TERCÍLIA DA SILVA**, em trâmite perante essa MM.9ª Vara Federal, processo em referência, por sua advogada e bastante procuradora que a presente assina, vem, respeitosamente à presença de V.Exa, requerer a juntada do comprovante dos honorários advocatícios do patrono da reclamante, conforme acordo feito entres as partes.

Documento assinado eletronicamente por ADRIANA LEAL SANDOVAL, em 20/03/2025, às 10:11:25 - 56c239a

ADVOCACIA SANDOVAL **ADRIANA LEAL SANDOVAL**

Av. Esther Moretzshon Camargo, nº 686 – Jd. Santana, Campinas/SP. - CEP13.
088-613
Cel.(19)99795.0035
E-mail: advsandoval@gmail.com

Termos em que,

Pede Deferimento.

Campinas, 20 de março de 2025.

ADRIANA LEAL SANDOVAL

OAB/SP. 101.561

Documento assinado eletronicamente por ADRIANA LEAL SANDOVAL, em 20/03/2025, às 10:11:25 - 56c239a
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/25032010072101800000254444216?instancia=1
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Número do documento: 25032010072101800000254444216

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
18/03/2025 - AUTOATENDIMENTO - 14.52.25
5966805966 0001

Comprovante Pix

CLIENTE: MARIA ANGELICA L SANDOVAL
AGENCIA: 5966-8 CONTA: 8.849-8

==========

SOBRE A TRANSACAO

ID: E00000000202503181751249228731 71
CPF DO PAGADOR: ***.495.408-**
VALOR: R$2.000,00
DATA: 18/03/2025 - 14:52:08

PAGO PARA: Rovani Sociedade Individual de Advoc
CNPJ: 44.184.526/0001-44
CHAVE PIX: 44184526000144
INSTITUICAO: 00000000 BCO DO BRASIL S.A.
AGENCIA: 6503 - CONTA: 00000000000000335274
TIPO DE CONTA: Conta Corrente

Notificacao enviada em: 18/03/2025 - 14:52:09

==========

DOCUMENTO: 031801
AUTENTICACAO SISBB: 5.152.DBC.2D9.D5D.7CE

==========

Central de Atendimento BB
4004 0001
Consultas, informacoes e servicos transacionais.

SAC BB
0800 729 0722
Informacoes, reclamacoes, cancelamento de produtos e servicos.

Ouvidoria
0800 729 5678
Reclamacoes nao solucionadas nos canais habituais agencia, SAC e Demais canais de atendimento.

Atendimento a deficientes auditivos ou fala
0800 729 0088
Informacoes, reclamacoes, cancelamento de cartao e outros produtos e servicos de Ouvidoria.

Documento assinado eletronicamente por ADRIANA LEAL SANDOVAL, em 20/03/2025, às 10:11:25 - 55ddf35
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/25032010105372200000254444586?instancia=1
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Número do documento: 25032010105372200000254444586

SISBB - SISTEMA DE INFORMAÇÕES BANCO DO BRASIL
- AUTOATENDIMENTO -

TRANSFERÊNCIA ENTRE CONTAS CORRENTES

CLIENTE: MARIA ANGELICA L SANDOVAL
AGÊNCIA: 5966-8 CONTA: 8849-8
==========
FAVORECIDO
AGÊNCIA: 6503-X CONTA: 33527-4
CLIENTE: ROVANI S I ADVOCACIA
VALOR: 2.000,00
DATA: 18/03/2025

Documento assinado eletronicamente por ADRIANA LEAL SANDOVAL, em 20/03/2025, às 10:11:25 - 877aca7
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/25032010105388000000254444587?instancia=1
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Número do documento: 25032010105388000000254444587

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
19/03/2025 - AUTOATENDIMENTO - 15.57.21
5966805966 0001

Comprovante Pix

CLIENTE: MARIA ANGELICA L SANDOVAL
AGENCIA: 5966-8 CONTA: 8.849-8

==========

SOBRE A TRANSACAO

ID: E00000000202503191856599757041 58
CPF DO PAGADOR: ***.495.408-**
VALOR: R$2.000,00
DATA: 19/03/2025 - 15:57:14

PAGO PARA: Rovani Sociedade Individual de Advoc
CNPJ: 44.184.526/0001-44
CHAVE PIX: 44184526000144
INSTITUICAO: 00000000 BCO DO BRASIL S.A.
AGENCIA: 6503 - CONTA: 00000000000000335274
TIPO DE CONTA: Conta Corrente

Notificacao enviada em: 19/03/2025 - 15:57:15

==========

DOCUMENTO: 031901
AUTENTICACAO SISBB: 2.C4F.EF9.908.C0F.FD6

==========

Central de Atendimento BB
4004 0001
Consultas, informacoes e servicos transacionais.

SAC BB
0800 729 0722
Informacoes, reclamacoes, cancelamento de produtos e servicos.

Ouvidoria
0800 729 5678
Reclamacoes nao solucionadas nos canais habituais agencia, SAC e Demais canais de atendimento.

Atendimento a deficientes auditivos ou fala
0800 729 0088
Informacoes, reclamacoes, cancelamento de cartao e outros produtos e servicos de Ouvidoria.

Documento assinado eletronicamente por ADRIANA LEAL SANDOVAL, em 20/03/2025, às 10:11:25 - 30e8e5b
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/25032010105402100000254444588?instancia=1
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Número do documento: 25032010105402100000254444588

SISBB - SISTEMA DE INFORMAÇÕES BANCO DO BRASIL
- AUTOATENDIMENTO -

TRANSFERÊNCIA ENTRE CONTAS CORRENTES

CLIENTE: MARIA ANGELICA L SANDOVAL
AGÊNCIA: 5966-8 CONTA: 8849-8
==========
FAVORECIDO
AGÊNCIA: 6503-X CONTA: 33527-4
CLIENTE: ROVANI S I ADVOCACIA
VALOR: 2.000,00
DATA: 19/03/2025

Documento assinado eletronicamente por ADRIANA LEAL SANDOVAL, em 20/03/2025, às 10:11:25 - fb2334f
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/25032010105414700000254444589?instancia=1
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Número do documento: 25032010105414700000254444589

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
0002800-98.2006.5.15.0114
: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E OUTROS (1)

DECISÃO

Em face do que dos autos consta, homologo o acordo celebrado entre as partes, para que produza seus efeitos legais.

Custas pelo reclamante, sobre o "quantum" acordado, isento nos termos da lei.

Desnecessária a intimação da União em face do valor das contribuições previdenciárias ser inferior a R$ 40.000,00 (quarenta mil reais) nos termos do art. 1º da Portaria Normativa PGF/AGU nº 47, de 7 de julho de 2023.

Ante o trânsito em julgado e a existência de cálculos já homologados, a base de cálculo para apuração do valor devido a título de previdência social é proporcional aos valores constantes da decisão de liquidação dos cálculos (OJ. 376, SDI-1, C. TST).

A reclamada deverá, em 30 dias após o pagamento da última parcela do acordo, comprovar o recolhimento das contribuições previdenciárias, observando-se o uso da guia própria, em observância do comunicado CR 8/2023 deste E.TRT. No mesmo prazo, deverá a reclamada comprovar nos autos, sob pena de preclusão, sua eventual opção pelo SIMPLES.

Eventual inadimplemento da avença deverá ser noticiado pela parte reclamante, pleiteando a respectiva execução, nos termos do artigo 876 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho. Referida notícia do inadimplemento, independente de intimação, haja vista a concordância da parte reclamada no particular, ensejará a execução, cuja citação é expressamente dispensada pela demandada nesta oportunidade, ante o prévio conhecimento da dívida líquida e certa.

Assim, serão levados a cabo imediatamente os atos de penhora a que aludem o artigo 883 da CLT, aplicando-se, para tanto, as determinações constantes no artigo 53 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho.

PJe Documento assinado eletronicamente por CLEA RIBEIRO, em 27/03/2025, às 14:02:32 - 4f13a9c

Responderá a parte reclamante, nos autos desse próprio processo, pelos prejuízos que causar à parte reclamada, em razão da execução das medidas em comento, na hipótese de noticiar incorretamente o descumprimento do acordo. Não obstante, decorridos 05 (cinco) dias após o vencimento da última parcela sem que haja qualquer provocação da parte demandante e comprovados os recolhimentos previdenciários, dê-se baixa e remetam-se os autos ao arquivo.

Libere-se ao reclamante o depósito judicial, via sistema SIF para tanto, deverá o patrono do reclamante informar os dados bancários.

Diante do acordo, determino a exclusão do bem da Hasta Pública.

Intimem-se.

CAMPINAS/SP, 25 de março de 2025.

CLEA RIBEIRO
Juíza do Trabalho Substituta

SOVS

Documento assinado eletronicamente por CLEA RIBEIRO, em 27/03/2025, às 14:02:32 - 4f13a9c
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/25032514561221000000254930789?instancia=1
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Número do documento: 25032514561221000000254930789

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
0002800-98.2006.5.15.0114
: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E OUTROS (1)

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência da Decisão ID 4f13a9c proferida nos autos.

DECISÃO

Em face do que dos autos consta, homologo o acordo celebrado entre as partes, para que produza seus efeitos legais.

Custas pelo reclamante, sobre o "quantum" acordado, isento nos termos da lei.

Desnecessária a intimação da União em face do valor das contribuições previdenciárias ser inferior a R$ 40.000,00 (quarenta mil reais) nos termos do art. 1º da Portaria Normativa PGF/AGU nº 47, de 7 de julho de 2023.

Ante o trânsito em julgado e a existência de cálculos já homologados, a base de cálculo para apuração do valor devido a título de previdência social é proporcional aos valores constantes da decisão de liquidação dos cálculos (OJ. 376, SDI-1, C. TST).

A reclamada deverá, em 30 dias após o pagamento da última parcela do acordo, comprovar o recolhimento das contribuições previdenciárias, observando-se o uso da guia própria, em observância do comunicado CR 8/2023 deste E.TRT. No mesmo prazo, deverá a reclamada comprovar nos autos, sob pena de preclusão, sua eventual opção pelo SIMPLES.

Eventual inadimplemento da avença deverá ser noticiado pela parte reclamante, pleiteando a respectiva execução, nos termos do artigo 876 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho. Referida notícia do inadimplemento, independente de intimação, haja vista a concordância da parte reclamada no particular, ensejará a execução, cuja citação é expressamente dispensada pela demandada nesta oportunidade, ante o prévio conhecimento da dívida líquida e certa.

Assim, serão levados a cabo imediatamente os atos de penhora a que aludem o artigo 883 da CLT, aplicando-se, para tanto, as determinações

PJe Documento assinado eletronicamente por CLEA RIBEIRO, em 27/03/2025, às 14:03:32 - 3aa85d4

constantes no artigo 53 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho.

Responderá a parte reclamante, nos autos desse próprio processo, pelos prejuízos que causar à parte reclamada, em razão da execução das medidas em comento, na hipótese de noticiar incorretamente o descumprimento do acordo. Não obstante, decorridos 05 (cinco) dias após o vencimento da última parcela sem que haja qualquer provocação da parte demandante e comprovados os recolhimentos previdenciários, dê-se baixa e remetam-se os autos ao arquivo.

Libere-se ao reclamante o depósito judicial, via sistema SIF para tanto, deverá o patrono do reclamante informar os dados bancários.

Diante do acordo, determino a exclusão do bem da Hasta Pública.

Intimem-se.

CAMPINAS/SP, 25 de março de 2025.

CLEA RIBEIRO
Juíza do Trabalho Substituta

SOVS

ADVOCACIA SANDOVAL **ADRIANA LEAL SANDOVAL**

Av. Esther Moretzshon Camargo, nº 686 – Jd. Santana, Campinas/SP. - CEP13. 088-613
Cel.(19)99795.0035
E-mail: advsandoval@gmail.com

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DR.(A) JUIZ(A) DA ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DO FORO TRABALHISTA DE CAMPINAS/SP

Processo nº0002800-98.2006.5.15.0114

SÉRGIO PARREIRA SANDOVAL e outros, já devidamente qualificados nos autos da **RECLAMAÇÃO TRABALHISTA** que lhe move **CLEUSA TERCÍLIA DA SILVA**, em trâmite perante essa MM.9ª Vara Federal, processo em referência, por sua advogada e bastante procuradora que a presente assina, vem, respeitosamente à presença de V.Exa., requerer a juntada do comprovante do depósito da quantia de R$30,000,00(trinta mil reais) referente o pagamento do acordo feito entres as partes.

PJe Documento assinado eletronicamente por ADRIANA LEAL SANDOVAL, em 27/03/2025, às 16:00:00 - 2e05c84

ADVOCACIA SANDOVAL **ADRIANA LEAL SANDOVAL**

Av. Esther Moretzshon Camargo, nº 686 – Jd. Santana, Campinas/SP. - CEP13.088-613
Cel.(19)99795.0035
E-mail: advsandoval@gmail.com

Assim, diante da quitação total do débito, requer-se o levantamento da penhora do bem de propriedade da reclamada, e expedição de oficio para o 1º Cartório de Registro de Campinas, determinando a liberação do bem, conforme acordado entre as partes.

Por fim requer, a extinção do feito e o consequente arquivamento.

Termos em que,

Pede Deferimento.

Campinas, 27 de março de 2025.

ADRIANA LEAL SANDOVAL

OAB/SP. 101.561

Documento assinado eletronicamente por ADRIANA LEAL SANDOVAL, em 27/03/2025, às 16:00:00 - 2e05c84
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/25032715590483100000255209143?instancia=1
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Número do documento: 25032715590483100000255209143

27/03/2025 - BANCO DO BRASIL - 14:59:27
785016765 0085

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA
DE CONTA CORRENTE P/ CONTA CORRENTE

CLIENTE: MARIA ANGELICA L SANDOVAL
AGENCIA: 5966-8 CONTA: 8.849-8

DATA DA TRANSFERENCIA 27/03/2025
NR. DOCUMENTO 6.503.000.033.527

FAVORECIDO:
CLIENTE: ROVANI S I ADVOCACIA
AGENCIA: 6503-X CONTA: 33.527-4

VALOR TOTAL: 30.000,00

NR.AUTENTICACAO B.641.23F.260.915.8C5
LEIA NO VERSO COMO CONSERVAR ESTE DOCUMENTO,
ENTRE OUTRAS INFORMACOES.

Documento assinado eletronicamente por ADRIANA LEAL SANDOVAL, em 27/03/2025, às 16:00:00 - 3e221ea
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/25032715595093600000255209317?instancia=1
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Número do documento: 25032715595093600000255209317

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DA ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DO FORO TRABALHISTA DE CAMPINAS/SP

PROCESSO Nº 0002800-98.2006.5.15.0114

FERNANDO DA SILVA MELO, devidamente qualificado nos autos do processo supra, **EXECUÇÃO TRABALHISTA** move em face de **MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E OUTROS**, todos também qualificados nos autos do mesmo processo, via de seu procurador infra-assinado vem, respeitosamente, a presença de V. Exa. informar e requerer o quanto segue:

Primeiramente, informar que a reclamada cumpriu com o acordo (pagamento) na forma como descrito na petição de acordo, restando apenas a liberação dos valores que se encontram depositados neste autos, também em favor do exequente, como parte integrante do acordo.

Que a conta para realização do depósito dos valores devidos pela reclamada é de titularidade do escritório do patrono do reclamante, sendo a mesma a seguinte:

Banco do Brasil
Agência: 6503
C/C nº 33.527-4
Operação: 01
Titular: Rovani Sociedade Individual de Advocacia
CNPJ: 44.184.526/0001-44

Termos em que,
Pede Deferimento.

Campinas, 31 de março de 2025.

Dr. Hamilton Rovani Neves
OAB/SP 143.028

Documento assinado eletronicamente por HAMILTON ROVANI NEVES, em 31/03/2025, às 10:26:41 - fcc7672
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/25033110263701000000255407940?instancia=1
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Número do documento: 25033110263701000000255407940

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
PROCESSO: 0002800-98.2006.5.15.0114
: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E OUTROS (1)

Certifico, para os devidos fins, que exclui o bem da hasta pública.

CAMPINAS/SP, 02 de abril de 2025.

MAURICIO MUCIACITO DE VASCONCELLOS
Diretor de Secretaria

ADVOCACIA SANDOVAL **ADRIANA LEAL SANDOVAL**

Av. Esther Moretzshon Camargo, nº 686 – Jd. Santana, Campinas/SP. - CEP13. 088-613
Cel.(19)99795.0035
E-mail: advsandoval@gmail.com

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DR.(A) JUIZ(A) DA ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DO FORO TRABALHISTA DE CAMPINAS/SP

Processo nº0002800-98.2006.5.15.0114

SÉRGIO PARREIRA SANDOVAL e outros, já devidamente qualificados nos autos da **RECLAMAÇÃO TRABALHISTA** que lhe move **CLEUSA TERCÍLIA DA SILVA**, em trâmite perante essa MM.9ª Vara Federal, processo em referência, por sua advogada e bastante procuradora que a presente assina, vem, respeitosamente à presença de V.Exa., requerer expedição de oficio para o 1º Cartório de Registro de Campinas, determinando a liberação do bem imóvel de propriedade da reclamada.

PJe Documento assinado eletronicamente por ADRIANA LEAL SANDOVAL, em 03/04/2025, às 08:39:04 - d07e149

ADVOCACIA SANDOVAL **ADRIANA LEAL SANDOVAL**

Av. Esther Moretzshon Camargo, nº 686 – Jd. Santana, Campinas/SP. - CEP13.
088-613
Cel.(19)99795.0035
E-mail: advsandoval@gmail.com

Termos em que,

Pede Deferimento.

Campinas, 03 de abril de 2025.

ADRIANA LEAL SANDOVAL

OAB/SP. 101.561

Documento assinado eletronicamente por ADRIANA LEAL SANDOVAL, em 03/04/2025, às 08:39:04 - d07e149
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/25040308384706500000255818134?instancia=1
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Número do documento: 25040308384706500000255818134

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) FEDERAL DA ASSESSORIA DE EXECUÇÃO TRABALHISTA III DE CAMPINAS/SP

PROCESSO: **0002800-98.2006.5.15.0114**

Espólio de **CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO,** devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, **RECLAMAÇÃO TRABALHISTA** que move em face de **MARIA ANGÉLICA LEAL SANDOVAL E OUTROS,** também qualificados nos autos do mesmo processo, via de seu procurador infra-assinado, vem, respeitosamente, a presença de V. Exa., informar o que se segue:

Que a conta para realização do depósito dos valores devidos pela reclamada e que se encontram depositados nos autos é de titularidade do escritório do patrono do reclamante, sendo a mesma a seguinte:

Banco do Brasil
Agência: 6503
C/C nº 33.527-4
Operação: 01
Titular: Rovani Sociedade Individual de Advocacia
CNPJ: 44.184.526/0001-44

Termos em que,
Pede Deferimento.

Campinas, 07 de abril de 2025.

Dr. Hamilton Rovani Neves
OAB/SP 143.028

Documento assinado eletronicamente por HAMILTON ROVANI NEVES, em 07/04/2025, às 14:53:46 - 9e132dc
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/25040714534392300000256160108?instancia=1
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Número do documento: 25040714534392300000256160108

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DR.(A) JUIZ(A) DA ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DO FORO TRABALHISTA DE CAMPINAS/SP

PROCESSO Nº 0002800-98.2006.5.15.0114

MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E OUTROS, nos autos da **EXECUÇÃO TRABALHISTA** que o espólio de **CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO**, na pessoa de **FERNANDO DA SILVA MELO** todos também qualificados nos autos do mesmo processo vem, respeitosamente, a presença de V. Exa. expor e ao final requerer o quanto segue:

A reclamada em data de 07 de abril de 2025 se surpreendeu e se assustou com a publicação abaixo:

"TRT - 15ª Região - Disponibilização: 07/04/2025 - Arquivo: 7
Publicação: 9

DIVISÃO DE EXECUÇÃO DE CAMPINAS - TRT15
Edital ERRATA - Edital Hasta Pública 01/2025 - Campinas Hasta Pública nº 01/2025 - CAMPINAS Data da Hasta: 22/05/2025 14:00 Leiloeiro: Gilberto Fortes do Amaral Filho Endereço Eletrônico: www.grupolance.com.br Endereço Físico: Avenida Miguel Stefano, nº 3335, Balneário Cidade Atlântica, Guarujá/SP, CEP 11.440-533. A EXcelentíssima Juíza do Trabalho BRUNA MÜLLER STRAVINSKI, Coordenadora da Divisão de Execução de Campinas, na forma da Lei e nos termos do Provimento nº GP-CR nº 04/2019 e Portaria Conjunta GP-VPA-VPJ-CR 05/2020, ambas com as alterações subsequentes, do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, FAZ SABER que será realizada HASTA PÚBLICA, na modalidade EXCLUSIVAMENTE ELETRÔNICA, no dia 22 de maio de 2025 , nos termos do artigo 11 e seguintes do normativo supra. Os lances dos bens dos processos abaixo discriminados serão recepcionados através do site www.grupolance.com a partir da data de publicação do edital, até o dia 22/05/2025 , observado o horário de encerramento da hasta pública, que dependerá da demanda diante da oferta. O PREGÃO DO REPASSE será transmitido online e ao vivo pelo Leiloeiro através do seu site, a partir das 11h00 do dia 22/05/2025 , de acordo com o Regulamento das Hastas Públicas de Campinas, constante ao final deste Edital. 9: 0002800-98.2006.5.15.0114 - Assessoria de Execução III de Campinas 9.1 Tipo do Bem: Imóvel -

PJe Documento assinado eletronicamente por ADRIANA LEAL SANDOVAL, em 08/04/2025, às 11:59:26 - e446562

REMIÇÃO/ACORDO Identificação: Matrícula: 6737 - 1º Cartório - CAMPINAS/SP Descrição: Lote de terreno n. 11 (onze), da quadra 15 (quinze), do loteamento denominado "Jardim Sant´Ana - 1ª Parte", nesta cidade o qual possui a área total de 420,00 mts 2, medindo: 12,00 mts de frente para a avenida Ester Moretzshon Camargo; mesma medida nos fundos; por 35,00 mts da frente aos fundos, de ambos os lados, confrontando na integridade, com os lotes n.s 10, 12, 25 e 26, existindo em toda a extensão dos fundos, uma viela sanitária, com a largura de 3,00 mts. Ônus/Observação: Av.23: Penhora - processo 0002800- 98.2006.5.15.0114 - 9ª Vara do Trabalho de Campinas Proprietários: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL CPF: 102.139.368-10 SÉRGIO PARREIRA SANDOVAL CPF: 014.607.578-15 Removido: Não Localização: Av. Esther Moretzshon Camargo Número: 686 Bairro: Vila Nogueira Cidade: CAMPINAS UF: SP CEP: 13088-010 Quantidade: 1 Percentual da Penhora: 100,00% Valor Unitário (% Penhorado): R$ 510.000,00 Valor Total Penhorado: R$ 510.000,00 Data Avaliação: 24/03/2023 Data Penhora: 15/08/2019 Ordem da Penhora: 1 Valor do lance mínimo (50%): R$ 255.000,00 Anexo(s) do bem: Não há anexos cadastrados para este bem 1. CADASTRO PARA PARTICIPAR DO LEILÃO ELETRÔNICO: 1.1) Quem pretender arrematar os citados bens, deverá efetuar seu cadastro, que deverá ser feito antecipadamente no site : www.grupolance.com.br. O cadastro implicará a aceitação da integralidade das disposições do Provimento GP-CR Nº 04/2019, do TRT da 15ª Região, assim como das demais condições dispostas neste edital. 1.2) Após o cadastro, deverão ser encaminhados ao leiloeiro, no e- mail contato@grupolance.com.br, os arquivos dos seguintes documentos: TERMO DE ADESÃO assinado e com firma reconhecida em cartório ou encaminhado por arquivo eletrônico com a devida assinatura digital válida no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas (ICP-Brasil), com cláusula específica de que o licitante presta as informações com veracidade, na forma da lei, sob pena de caracterização de crime, valendo o simples recebimento do e- mail como prova para este fim; Cópia autenticada da Carteira de identidade (RG) ou documento equivalente (carteira nacional de habilitação, documento de identidade expedido por entidades de classe ou órgãos públicos); Cópia autenticada do Cadastro de pessoa física (CPF); Original ou cópia autenticada do Comprovante de estado civil; Cópia autenticada dos documentos do cônjuge (RG/CPF); Comprovante de residência em nome do interessado; E-mail para intimação processual e telefone para contato. Na hipótese de se tratar de pessoa jurídica: Cópia autenticada do Contrato social e alterações; Cartão CNPJ; Cópia autenticada dos documentos do representante (RG/CPF); Comprovante de endereço em nome da empresa; Alternativamente os documentos previstos nos itens acima podem ser enviados em arquivo eletrônico, desde que permitam a aferição de sua autenticidade pela Internet. Todos os documentos referidos deverão ser recepcionados pelo leiloeiro até a data designada para a realização do leilão eletrônico, sob pena de não ser efetivada a validação do cadastro efetuado. É obrigação do arrematante fornecer e-mail e telefone para localização, em qualquer caso. Na omissão, o leiloeiro será responsável pela juntada aos autos dos documentos pessoais e de representação do arrematante, comprovante de pagamento das parcelas, transferência do bem e imissão de posse. 1.2.1) Alternativamente, os citados documentos, em cópias autenticadas, poderão ser encaminhados no endereço físico: Avenida Miguel Stefano, nº 3335, CEP 11.440-533, Balneário Cidade Atlântica, Guarujá-SP. 1.3) Os documentos acima discriminados deverão ser recepcionados pelo leiloeiro até a data designada para o encerramento do leilão eletrônico, sob pena de não ser efetivada a validação do cadastro efetuado (§3º, art. 12 do Provimento GP-CR nº 04/2019). 1.3.1) Considerando que a hasta será realizada exclusivamente na modalidade eletrônica não haverá possibilidade do cadastro presencial. Caso o participante necessite de auxílio ou estrutura para participação no leilão, poderá comparecer ao Fórum Trabalhista de Campinas, situado na Avenida José de Souza Campos, nº 422, Chácara da Barra, 8º andar, com uma hora de antecedência para que seja providenciada a estrutura e o auxílio necessários à sua participação. 1.4) O cadastro é pessoal e intransferível, sendo o interessado responsável pelo cumprimento dos prazos fixados neste edital, assim como pelos lances realizados com seu login e senha, sob pena de multa a ser fixada pelo Juízo responsável pela hasta. 1.5) O cadastro e a participação no leilão eletrônico constituem faculdade dos licitantes, eximindo-se o TRT da 15ª Região de eventuais problemas técnicos ou operacionais que obstem, no todo ou em parte, a efetiva participação do interessado no ato (art.

PJe Documento assinado eletronicamente por ADRIANA LEAL SANDOVAL, em 08/04/2025, às 11:59:26 - e446562

13 do Provimento GP-CR n. 04/2019). 2. DISPOSIÇÕES GERAIS DA HASTA PÚBLICA: 2.1) O leilão será realizado EXCLUSIVAMENTE na modalidade eletrônica. Os bens serão anunciados no ambiente virtual do leiloeiro, no sítio eletrônico www.grupolance.com.br e serão vendidos um a um em caráter ad-corpus e no estado de conservação em que se encontram. 2.2) A hasta estará a cargo do Leiloeiro Oficial designado Gilberto Fortes do Amaral Filho, o qual fica responsável por: a) divulgar a hasta com especial enfoque para na publicidade da modalidade de sua realização, exclusivamente eletrônica, em mídias eletrônicas, tais como redes sociais e portais de notícias, além da publicação do competente edital, com, no mínimo, 20 (vinte) dias úteis de antecedência, nos termos do art. 2ª do Provimento GP-CR Nº 04/2019, no site nacional www.PUBLICJUD.com.br; b) providenciar a remoção do(s) bem(ns), quando determinada pela Juíza, fazendo jus o leiloeiro ao ressarcimento das despesas ocorridas com a remoção, guarda e conservação dos bens, desde que documentalmente comprovadas, bem como a armazenagem, na forma do artigo 789-A, VIII, da CLT, que serão acrescidas à execução, mesmo nas hipóteses em que depois da remoção do(s) bem(ns) sobrevier substituição da penhora, pagamento, remição, conciliação ou adjudicação. Consoante o art. 826 e 903 do CPC/2015, a remição pode ocorrer enquanto não assinado o auto de arrematação pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro, momento em que a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretratável. 2.3) O leiloeiro fica responsável pelo regular funcionamento do site no que diz respeito às informações lá disponibilizadas, zelando pela regularidade, transparência e regular acesso dos interessados na igualdade de oportunidade de ofertas de lances. 2.4) O usuário cadastrado terá conhecimento dos lances ofertados, por meio de informação disponibilizada pelo leiloeiro na página eletrônica, assim como de eventual proposta de parcelamento; 2.5) O usuário cadastrado poderá ofertar novo lance, que será devidamente divulgado no ambiente virtual supramencionado, propiciando a concorrência em igualdade de condições aos interessados; assim, a cada novo lance, o sistema permanecerá aberto para novo lance por mais 3 minutos, a fim de possibilitar a concorrência. 2.6) O ambiente de lances do leiloeiro deverá prever a aquisição do bem individualizado ou do lote integral, em condomínio de licitantes. 2.7) O aludido ambiente virtual do leiloeiro deve possibilitar o registro de data e hora dos lances para verificação e certificação da ordem dos lances, tanto do arrematante vencedor quanto do arrematante vencido, assim como das condições de pagamento. 3. DOS LANCES 3.1) O leilão ocorrerá conforme o seguinte cronograma: 1. Abertura do leilão para recepção de lances: dar-se-á a partir do dia 23/04/2025, sendo os lances recebidos no ambiente virtual disponibilizado pelo Leiloeiro Oficial. 1. Realização do 1º Pregão: o primeiro pregão será realizado no dia 22/05/2025, às 14h00 , com transmissão ao vivo, pelo Leiloeiro Oficial, ocasião em que serão analisados os lances já existentes. Os lotes serão apregoados e encerrados um a um, com a declaração do lance vencedor, ou o repasse do lote para o 2º pregão. 1. Realização do 2º Pregão (repasse): o segundo pregão será realizado no mesmo dia, após o encerramento do 1º pregão, depois de curto intervalo a ser definido, no ato, pelo Leiloeiro Oficial, durante a transmissão ao vivo. No repasse, os lotes serão anunciados e encerrados, um a um, com o registro dos lances, no ambiente virtual, ocasião em que poderão ser desmembrados e o pagamento poderá ser parcelado, mantendo-se o mesmo percentual de lance mínimo praticado no primeiro pregão. Por ocasião do repasse, os interessados poderão fazer outras propostas exclusivamente através do site do leiloeiro, tais propostas estarão sujeitas a aprovação, no ato, pela Juíza Coordenadora da Divisão de Execução de Campinas, conforme critérios estabelecidos neste edital. 1. Ajuste das Propostas: durante o anúncio de cada lote, conforme item ?c? acima, as propostas serão analisadas pela Juíza Coordenadora, que poderá, por intermédio do Leiloeiro Oficial, contatar as(os) licitantes para ajustarem suas propostas, caso não atendam aos critérios de aprovação. Tal período findará com a aprovação ou rejeição das propostas existentes. Poderá a Juíza Coordenadora, neste momento, adiar o encerramento de determinado lote, passando à análise e encerramento dos lotes seguintes, caso as circunstâncias exijam maior tempo para o ajuste de propostas. 1. Encerramento do 2º Pregão: analisadas todas as propostas e declaradas(os) as(os) vencedoras(es), será encerrado o 2º pregão. 1. Encerramento do Leilão: ocorrerá no mesmo dia, 22/05/2025, após o cumprimento de todas as etapas acima. 3.2) Será observado como lance mínimo a percentagem sobre o valor da avaliação definida pelo Juízo da Execução. Não existindo definição pelo Juízo da Execução do lance mínimo, esse será

PJe Documento assinado eletronicamente por ADRIANA LEAL SANDOVAL, em 08/04/2025, às 11:59:26 - e446562

de 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação para bens imóveis e veículos e 50% (cinquenta por cento) para os demais bens. 3.3) Desde a data da publicação do presente Edital, o leilão eletrônico estará disponível para recepção de lances por meio do site do leiloeiro na internet www.grupolance.com.br , sendo certo que: 1. O leilão na forma de aquisição do lote integral, sem desmembramento e sem parcelamento, acontecerá a partir da data de publicação deste edital até o encerramento da hasta, que tem horário marcado, podendo prorrogar a depender da demanda de oferta e da procura; 1. A fim de garantir a plena isonomia entre os participantes, a realização dos lances deve ocorrer exclusivamente por meio do respectivo sítio eletrônico, através da utilização de login e senha; 1. O usuário cadastrado poderá ofertar novo lance, que será devidamente anunciado no ambiente virtual do leiloeiro, propiciando a concorrência em igualdade de condições aos interessados; 1. Os licitantes que pretenderem arrematar em condomínio deverão informar ao leiloeiro via e-mail, enviando as condições da proposta para pregão eletrônico e verbal; 1. O aludido ambiente virtual do leiloeiro deve possibilitar a comunicação com os licitantes, inclusive com registro de data e hora, para verificação e certificação da ordem dos lances, do arrematante vencedor e do arrematante vencido, assim como as condições de pagamento deste último. 3.4) Para dirimir eventuais dúvidas e questionamentos, o leiloeiro deverá manter em seu site, em local de fácil visualização, telefones e formas para contato com a equipe do leiloeiro. 3.5) Compete ao Juízo responsável pela hasta pública, na forma do artigo 7º do Provimento GP-CR Nº 04/2019, proceder ao cancelamento de qualquer oferta quando não for possível autenticar a identidade do usuário, quando houver descumprimento das condições estabelecidas no Edital ou no referido Provimento ou quando a proposta apresentar irregularidade facilmente detectável. 4) Arrematado o bem, o leiloeiro enviará ao arrematante, por mensagem eletrônica, as guias de depósito e os dados bancários para pagamento imediato do valor da arrematação e da comissão, respectivamente, observados os percentuais devidos e a forma de pagamentos previstos neste edital. 5) Na data da Hasta Pública, sendo a arrematação para pagamento à vista, o arrematante deverá pagar parcela correspondente a, no mínimo 20% (vinte por cento) do valor do lance, além da comissão do leiloeiro, de 5% (cinco por cento) também sobre o valor do lance, admitindo-se pagamento em moeda corrente e comprovação de transferência online ou guia de depósito. 5.1) O saldo remanescente deverá ser pago no primeiro dia útil subsequente à data da realização da hasta, diretamente na agência bancária autorizada; 5.2) A realização tempestiva dos pagamentos deve ser comprovada até 24 horas após sua efetivação, mediante envio de mensagem eletrônica do arrematante acompanhada dos documentos, para o endereço eletrônico do Leiloeiro, que a encaminhará à Central de Mandados de Campinas e ao Juízo da execução. 5.3) Cabe ao leiloeiro verificar a tempestividade dos pagamentos. 5.3.1) A não realização dos depósitos dos valores devidos no prazo fixado deverá ser comunicada imediatamente pelo leiloeiro à Central de Mandados de Campinas, informando, ainda, os 3 (três) lances subsequentes, para que seus ofertantes possam exercer o direito de opção, sem prejuízo da possibilidade de reparação de prejuízos prevista no disposto no caput do artigo 903 do Código de Processo Civil. 6) Ressalvada a hipótese do artigo 903, parágrafo 5º, do Código de Processo Civil, a desistência da arrematação ou a ausência do depósito do saldo remanescente no prazo fixado acarretará a perda, em favor da execução, do valor já pago, além da comissão destinada ao leiloeiro, voltando os bens a novo leilão, do qual não serão admitidos a participar o arrematante (art.897 do CPC). 7) O credor que não adjudicar os bens constritos perante o Juízo da Execução antes de designada data para o leilão pela Corregedoria Regional, com sorteio de leiloeiro e geração de relatório por sistema eletrônico, só poderá adquiri-los em hasta pública na condição de arrematante, com preferência na hipótese de igualar o maior lance, respondendo, porém, pelo pagamento da comissão do leiloeiro, na forma do art. 6º do Provimento GP-CR nº 04/2019. 8) Se o crédito do (s) exequente(s) for(em) suficiente(s) para a aquisição do bem na hasta e o exequente que tiver interesse na arrematação, deverá observar as seguintes regras: a) fazer seu cadastro junto ao sítio eletrônico do leiloeiro e enviar e- mail através do endereço: contato@grupolance.com.br , informando que tem a intenção de exercer seu direito de preferência e encaminhando os documentos elencados no item 1.2. b) Não haver determinação expressa no juízo da execução que impeça a arrematação nesta modalidade; c) Na hipótese de o exequente ser o único credor

PJe Documento assinado eletronicamente por ADRIANA LEAL SANDOVAL, em 08/04/2025, às 11:59:26 - e446562

trabalhista com crédito habilitado nos autos da execução em que foi determinada a alienação do bem penhorado, a arrematação com a utilização dos créditos somente será deferida se, por ocasião da realização da hasta pública, apresentar certidão atualizada do seu crédito, até o dia útil imediatamente anterior à data da hasta pública, bem como certidão que comprove ser ele/a o único credor trabalhista com crédito habilitado nos autos em que foi determinada a alienação do bem penhorado. d) Na hipótese de existir mais de um credor trabalhista com crédito habilitado nos autos em que foi determinada a alienação do bem penhorado, a arrematação com a utilização dos créditos somente será deferida se houver petição no aludido processo (PJE) de todos os credores manifestando o desejo de arrematar conjuntamente o bem, hipótese na qual cada um deles adquirirá uma parte ideal proporcional ao seu crédito, cabendo-lhes pagar, também de forma proporcional, a comissão fixada ao leiloeiro; e) Na hipótese da alínea anterior, caso não haja a concordância de arrematação conjunta de todos os credores, o exequente que pretender arrematar os bens estará obrigado a exibir a integralidade do preço (diferença entre seu crédito e o lance eventualmente ofertado ou, se não houver, entre o seu crédito e o valor do lance mínimo), sob pena de indeferimento do pedido de arrematação. 9) Caso o arrematante seja o próprio credor e o seu crédito seja inferior ao valor do lance mínimo, deverá ser efetuado, no prazo de 3 (três) dias, o depósito da diferença entre o valor do maior lance e do seu crédito ou da diferença entre o valor do seu crédito e o montante do lance mínimo, sob pena de tornar sem efeito a arrematação, realizando-se novo leilão à custa do exequente (§1º do art. 892 do Código de Processo Civi) ou, se for o caso, de atribuí -la ao licitante concorrente. Nesta hipótese, a comissão do leiloeiro, calculada sobre o valor do lance, deverá ser paga por ocasião do encerramento da hasta pública. 10) Exclusivamente para o repasse, o interessado que adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar proposta para parcelamento do pagamento da arrematação, observadas as seguintes regras: a) Para bens imóveis : A proposta conterá oferta de pagamento de pelo menos 30% (trinta por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado no máximo em 11 (onze) parcelas, quando se tratar de imóveis; nos casos de parcelamento de pagamento de bens imóveis, a carta de arrematação será expedida com hipoteca judiciária, que só será extinta após a integral quitação das parcelas. b) Para bens móveis : a proposta conterá oferta de pagamento de pelo menos 30% (trinta por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado no máximo em 11 (onze) parcelas. Nos casos de parcelamento de pagamento de bens móveis, a carta de arrematação ficará condicionada ao pagamento integral das parcelas. b.1) Eventual antecipação de entrega da carta de arrematação deverá ser requerida ao Juízo da Execução, mediante caução idônea, ficando à decisão deste o deferimento da carta em comento; c) Nos casos de parcelamento, será utilizado o índice SELIC (Receita Federal) para corrigir monetariamente as prestações ou outro índice que venha a substituir o fixado; c.1) Casos excepcionais, o índice de atualização poderá ser diferenciado do constante no item ?c?, a depender do deferimento da Magistrada responsável pela hasta, o que deverá estar consignado no Auto de Arrematação. d) A apresentação da proposta de parcelamento não suspende o leilão. e) A opção pelo parcelamento deve ser efetuada no momento do lance. Em não se fazendo neste momento, presume-se que o lance foi dado à vista, não podendo posteriormente o arrematante solicitar referido parcelamento. f) Propostas de parcelamentos em condições iguais, prevalecerá a formulada em primeiro lugar. g) A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de parcelamento, desde que os valores das propostas sejam iguais; h) Havendo mais de uma proposta de parcelamento será considerada a mais vantajosa aquela que contenha maior valor real, devendo, entretanto, as propostas serem analisadas pelo leiloeiro e enviadas à Juíza Coordenadora para dirimir eventual dúvida. i) Não será aceito lance que ofereça preço inferior ao mínimo estipulado pelo juiz da execução e constante do edital. j) Sempre que houver dúvidas na análise das propostas de pagamento por parte do leiloeiro, esse deverá realizar contato prévio com a Juíza para finalizar a arrematação. k) A imissão na posse de bens arrematados parceladamente ficará condicionada ao pagamento total do valor do lance. k.1.) O Juízo da Execução poderá decidir de forma distinta pela imissão da posse do bem arrematado, seguindo seu entendimento judicial. l) Deferido o parcelamento, no caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas, sendo que multa será revertida em favor do exequente;

PJe Documento assinado eletronicamente por ADRIANA LEAL SANDOVAL, em 08/04/2025, às 11:59:26 - e446562

m) O inadimplemento de uma ou mais parcelas da arrematação autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação perante o Juízo da execução; n) Além da comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, a cargo do arrematante, fará jus o (a) leiloeiro (a) ao ressarcimento das despesas ocorridas com a remoção, guarda e conservação dos bens, desde que documentalmente comprovadas, bem como a armazenagem, na forma do artigo 789-A, VIII, da CLT, que serão acrescidas à execução. o) O executado ressarcirá as despesas, inclusive se, depois da remoção, sobrevier substituição da penhora, conciliação, pagamento, remição ou adjudicação. Se o valor da arrematação for superior ao crédito do exequente, as despesas poderão ser deduzidas do produto da arrematação. p) Os bens que se enquadram na hipótese do art. 1.331 do Código Civil deverão observar as regras lá existente e, especificamente no tocante a vaga de garagem, deverá ser demonstrado no ato da arrematação (por e-mail enviado ao leiloeiro) a condição de condômino ou a expressa autorização para alienação a pessoa estranha ao condomínio na convenção do condomínio. 11) A alienação de bens cuja propriedade não seja apenas do devedor ou devedores, sendo o bem em parte de pessoas não executada, será realizada observando-se as regras abaixo: 11.1) Caso o interessado não seja coproprietário do bem oferecido, terá de oferecer quanto à cota-parte de propriedade da pessoa não executada lance à vista, não se admitindo quanto a essa parcela do bem qualquer tipo de parcelamento. Será admitido apenas o parcelamento da cota-parte correspondente ao devedor ou devedores da ação trabalhista, a qual seguirá as regras já previstas neste edital para tal tipo de arrematação; 11.2) Caso o(s) coproprietário(s) não executado deseje adquirir o bem, estará desobrigado de depositar o valor referente à sua cota- parte e, em optando por assim agir, também nada receberá no Juízo de Execução quando da eventual distribuição de valores em favor de outros coproprietários não devedores. 11.3) Caberá ao interessado comprovar documentalmente, no momento da hasta, a sua condição de coproprietário, bem como a de não executado, apresentando, obrigatoriamente, certidão da matrícula do imóvel atualizada (em prazo não superior a 30 dias contados da data da realização da hasta pública) e certidão emitida pela Vara do Trabalho no máximo de 10 (dez) dias contados da data da realização da hasta pública, da qual conste o nome de todos os executados do processo em que o bem está sendo alienado. 12) Não será devida a comissão ao (à) Leiloeiro (a) na hipótese de desistência de que trata o parágrafo 5º do artigo 903 do Código de Processo Civil, de anulação da arrematação ou se negativo o resultado da hasta. 12.1) Anulada ou verificada a ineficácia da arrematação ou ocorrendo a desistência prevista no parágrafo 5º do artigo 903 do Código de Processo Civil, o (a) leiloeiro (a) devolverá ao arrematante o valor recebido a título de comissão corrigido pela taxa SELIC (Receita Federal), imediatamente após o recebimento da comunicação pela Central de Mandados de Campinas. 12.2) Na hipótese de acordo ou pagamento do débito após a publicação do edital, mas antes da data de encerramento da hasta pública, o leiloeiro fará jus à comissão no montante de 2% (dois por cento) sobre o valor do ACORDO. 13) Concretizada a arrematação, o leiloeiro procederá à expedição do Auto de Arrematação, enviando-o assinado pelo leiloeiro e pelo arrematante, à Central de Mandados de Campinas, por e-mail, para revisão e remessa à Juíza Coordenadora da Divisão de Execução de Campinas. 13.1) Caberá ao leiloeiro, ao final do certamente, remeter ao e-mail institucional da Divisão de Execução de Campinas (divisaoexecucao.campinas@trt15.jus.br) assim como ao Juízo de cada execução, em mensagens individualizadas, os documentos dos arrematantes, os comprovantes de pagamento e a devolução do auto de arrematação assinado digitalmente tanto pelo leiloeiro como pelo arrematante ou seu representante/procurador. 14) Os participantes dos leilões judiciais promovidos pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, incluídos os eventuais arrematantes dos lotes oferecidos, não poderão alegar desconhecimento das condições do certame, dos encargos do bem, das condições e prazos de pagamento ou das despesas e custas relativas às Hastas Públicas. 15) Nos termos do Art. 110 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho e de acordo com as Recomendações da Ata de Correição Ordinária/2020 da Central de mandados de Campinas, a arrematação em hasta pública se reveste de natureza originária , ficando o arrematante isento do pagamento com relação aos débitos tributários, cujo fato gerador

PJe Documento assinado eletronicamente por ADRIANA LEAL SANDOVAL, em 08/04/2025, às 11:59:26 - e446562

seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens e direitos adquiridos judicialmente estejam ou não inscritos na dívida ativa, ao determinar a alienação de bem através de leilão judicial ou iniciativa particular. Do mesmo modo, nos termos do disposto nos artigos 1.430 do Código Civil e 908, § 1º do Código de Processo Civil, por força da aquisição originária da coisa, eventuais débitos que recaiam sobre o bem até a data da hasta pública, inclusive os de natureza propter rem (Ex.: débitos condominiais), sub-rogam-se sobre o respectivo preço, observada a ordem de preferência. 16) As despesas de transferência do bem arrematado, tais como emolumentos de registro no Cartório de Registro de Imóveis, transferência a órgão de trânsito, entre outras, não se enquadram na previsão das alíneas antecedentes, e serão suportadas pelo arrematante. 17) Em relação às despesas incidentes sobre veículos, tais como IPVA e multas, não serão imputadas ao arrematante. Nestes casos o veículo será entregue livre e desembaraçado de qualquer encargo. 18) Os Embargos à arrematação, de acordo com o artigo 903 do Novo Código de Processo Civil, não terão efeito suspensivo da venda realizada, considerando-se perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos. 19) O prazo para eventuais embargos à arrematação ou adjudicação passará a fluir da data da Hasta Pública, independentemente de nova notificação. 20) Fica autorizado o(a) leiloeiro(a) ou pessoa por ele(a) expressamente designada a fazer a vistoria dos bens penhorados, podendo fotografá-los, bem como solicitar, em caráter de urgência, as respectivas certidões de regularidade nos órgãos de interesse, em especial Prefeitura, DETRAN, CIRETRAN, Cartórios de Registro de Imóveis, Cartório de Títulos e Documentos, INCRA, dentre outros que se fizerem necessários. 20.1) É vedado aos depositários criar embaraços à visitação dos bens sob sua guarda, em dias úteis, das 8h às 18h, ou por meio de serviço de agendamento de visitas, sob pena de ofensa ao artigo 77, inciso IV, do CPC, ficando, desde logo, autorizado o uso de força policial, se necessário. 20.2) O leiloeiro deverá envidar esforços para visitar e fotografar o bem, divulgando as fotos no site, disponibilizando também informações que sejam úteis quanto à localização dos lotes. A autorização para visitação do bem será enviada ao leiloeiro via e- mail, pela Central de Mandados de Campinas. 21) O leiloeiro deverá publicar o presente edital em jornal de ampla circulação local, isto é, nas cidades que constituem a área da presente da Circunscrição, a fim de respeitar o princípio da publicidade. 21.1) A divulgação dos lotes deverá ser feita também por outros meios eletrônicos a fim de ampliar o público-alvo. 22) Os casos omissos e as dúvidas quanto à aplicabilidade do Provimento GP-CR Nº 04/2019 serão resolvidos por ato conjunto da Presidência e da Corregedoria deste Tribunal, sendo as ocorrências ou problemas judiciais dirimidos pela Juíza Coordenadora da Central de Mandados de Campinas. 22) Por intermédio deste Edital, ficam intimadas as partes, respectivos patronos, em especial o(a) executado(a) e/ou sócios, inclusive cônjuges ou companheiros, bem como terceiros, suprindo eventual insucesso de qualquer outra forma legalmente estabelecida para notificação. Publique-se. Ciência às partes, cônjuges, credores hipotecários e fiduciários. Oficiem-se os Juízos que determinaram averbações de ônus nos bens que estão incluídos nesta hasta, para ciência e providências que entenderem cabíveis. Campinas, 07 de abril de 2025 BRUNA MÜLLER STRAVINSKI JUÍZA DO TRABALHO COORDENADORA DA DIVISÃO DE EXECUÇÃO DE CAMPINAS".

A surpresa foi tão grande e se justifica posto que as partes em data de 17 de março de 2025, firmaram um acordo e puseram fim a presente demanda.

Tal acordo foi devidamente homologado e determinado a suspensão do leilão do imóvel de propriedade da reclamada(ID. 4f13a9c)

PJe Documento assinado eletronicamente por ADRIANA LEAL SANDOVAL, em 08/04/2025, às 11:59:26 - e446562

Mencionado acordo já foi devidamente cumprido e quitado, conforme comprovantes já anexados aos autos(ID. 56c239a).

Por fim e conforme certidão expedida (ID. a921f48), foi feita a exclusão do bem da hasta pública.

Assim a reclamada desconhece totalmente a publicação acima mencionada e acredita que houve uma lamentável confusão.

Por todo o exposto a reclamada requer seja, **COM URGÊNCIA**, no sentido de determinar a efetiva exclusão do bem da hasta pública.

Termos em que,
Pedem e Espera Deferimento.

Campinas, 08 de abril de 2025.

Adriana Leal Sandoval
OAB/SP. 101.561

Documento assinado eletronicamente por ADRIANA LEAL SANDOVAL, em 08/04/2025, às 11:59:26 - e446562
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/25040811575051000000256273328?instancia=1
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Número do documento: 25040811575051000000256273328

Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

Ação Trabalhista - Rito Ordinário
0002800-98.2006.5.15.0114

Tramitação Preferencial
- Idoso

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 09/01/2006
Valor da causa: R$ 26.324,42

Partes:
AUTOR: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
ADVOGADO: HAMILTON ROVANI NEVES
RÉU: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL
ADVOGADO: TONIA MADUREIRA DE CAMARGO
ADVOGADO: MARILDA IZIQUE CHEBABI
ADVOGADO: LEONILDO GHIZZI JUNIOR
ADVOGADO: ADRIANA LEAL SANDOVAL
ADVOGADO: SERGIO AFFONSO FERNANDES PINHEIRO
RÉU: SERGIO PARREIRA SANDOVAL
ADVOGADO: ADRIANA LEAL SANDOVAL
INVENTARIANTE: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL
TERCEIRO INTERESSADO: RICARDO LEAL SANDOVAL
TERCEIRO INTERESSADO: MARIA FERNANDA LEAL SANDOVAL DATI RUIVO
TERCEIRO INTERESSADO: ADRIANA LEAL SANDOVAL
TERCEIRO INTERESSADO: SILVANA LEAL SANDOVAL
TERCEIRO INTERESSADO: EDUARDO LEAL SANDOVAL
TERCEIRO INTERESSADO: FERNANDO DA SILVA MELO
ADVOGADO: HAMILTON ROVANI NEVES

PJe Documento assinado eletronicamente por ADRIANA LEAL SANDOVAL, em 08/04/2025, às 11:59:26 - 5bd601b

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
0002800-98.2006.5.15.0114
: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E OUTROS (1)

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência da Decisão ID 4f13a9c proferida nos autos.

DECISÃO

Em face do que dos autos consta, homologo o acordo celebrado entre as partes, para que produza seus efeitos legais.

Custas pelo reclamante, sobre o "quantum" acordado, isento nos termos da lei.

Desnecessária a intimação da União em face do valor das contribuições previdenciárias ser inferior a R$ 40.000,00 (quarenta mil reais) nos termos do art. 1º da Portaria Normativa PGF/AGU nº 47, de 7 de julho de 2023.

Ante o trânsito em julgado e a existência de cálculos já homologados, a base de cálculo para apuração do valor devido a título de previdência social é proporcional aos valores constantes da decisão de liquidação dos cálculos (OJ. 376, SDI-1, C. TST).

A reclamada deverá, em 30 dias após o pagamento da última parcela do acordo, comprovar o recolhimento das contribuições previdenciárias, observando-se o uso da guia própria, em observância do comunicado CR 8/2023 deste E.TRT. No mesmo prazo, deverá a reclamada comprovar nos autos, sob pena de preclusão, sua eventual opção pelo SIMPLES.

Eventual inadimplemento da avença deverá ser noticiado pela parte reclamante, pleiteando a respectiva execução, nos termos do artigo 876 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho. Referida notícia do inadimplemento, independente de intimação, haja vista a concordância da parte reclamada no particular, ensejará a execução, cuja citação é expressamente dispensada pela demandada nesta oportunidade, ante o prévio conhecimento da dívida líquida e certa.

Assim, serão levados a cabo imediatamente os atos de penhora a que aludem o artigo 883 da CLT, aplicando-se, para tanto, as determinações

PJe Documento assinado eletronicamente por CLEA RIBEIRO, em 27/03/2025, às 14:03:32 - 3aa85d4
PJe Documento assinado eletronicamente por ADRIANA LEAL SANDOVAL, em 08/04/2025, às 11:59:26 - 5bd601b

constantes no artigo 53 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho.

Responderá a parte reclamante, nos autos desse próprio processo, pelos prejuízos que causar à parte reclamada, em razão da execução das medidas em comento, na hipótese de noticiar incorretamente o descumprimento do acordo. Não obstante, decorridos 05 (cinco) dias após o vencimento da última parcela sem que haja qualquer provocação da parte demandante e comprovados os recolhimentos previdenciários, dê-se baixa e remetam-se os autos ao arquivo.

Libere-se ao reclamante o depósito judicial, via sistema SIF para tanto, deverá o patrono do reclamante informar os dados bancários.

Diante do acordo, determino a exclusão do bem da Hasta Pública.

Intimem-se.

CAMPINAS/SP, 25 de março de 2025.

CLEA RIBEIRO
Juíza do Trabalho Substituta

SOVS

Documento assinado eletronicamente por CLEA RIBEIRO, em 27/03/2025, às 14:03:32 - 3aa85d4
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/25032714023248600000255178361?instancia=1
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Número do documento: 25032714023248600000255178361

Documento assinado eletronicamente por ADRIANA LEAL SANDOVAL, em 08/04/2025, às 11:59:26 - 5bd601b
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/25040811591567000000256273600?instancia=1
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Número do documento: 25040811591567000000256273600

RECORRIDO	SKALA SOLUCAO EM SERVICOS - EIRELI
ADVOGADO	MARIA APARECIDA RIBEIRO LIMA(OAB: 411467/SP)
PERITO	HENRIQUE COUTINHO PEREIRA

Intimado(s)/Citado(s):

- CLAUDIO APARECIDO GARCIA
- HENRIQUE COUTINHO PEREIRA
- MUNICIPIO DE INDAIATUBA
- SKALA SOLUCAO EM SERVICOS - EIRELI

Processo Nº ROT-0012269-30.2023.5.15.0129

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	JULIANA BENATTI
Revisor	JULIANA BENATTI
RECORRENTE	DIOGO DIAS DE OLIVEIRA
ADVOGADO	MARCO AUGUSTO DE ARGENTON E QUEIROZ(OAB: 163741/SP)
RECORRENTE	REDE EDUCACIONAL DECISAO S.A.
ADVOGADO	JOEL FERREIRA VAZ FILHO(OAB: 169034/SP)
RECORRIDO	DIOGO DIAS DE OLIVEIRA
ADVOGADO	MARCO AUGUSTO DE ARGENTON E QUEIROZ(OAB: 163741/SP)
RECORRIDO	REDE EDUCACIONAL DECISAO S.A.
ADVOGADO	JOEL FERREIRA VAZ FILHO(OAB: 169034/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- DIOGO DIAS DE OLIVEIRA
- REDE EDUCACIONAL DECISAO S.A.

Processo Nº AP-0148700-50.2005.5.15.0049

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	JULIANA BENATTI
Revisor	JULIANA BENATTI
AGRAVANTE	POLIMIX CONCRETO LTDA
ADVOGADO	CELIO AMARAL(OAB: 80931/SP)
ADVOGADO	IGOR HENRY BICUDO(OAB: 222546/SP)
AGRAVADO	ANGELO FERNANDO PORTA
ADVOGADO	GUILHERME NORI(OAB: 196470/SP)
AGRAVADO	UNIÃO FEDERAL (PGF)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANGELO FERNANDO PORTA
- POLIMIX CONCRETO LTDA
- UNIÃO FEDERAL (PGF)

Os embargos de declaração eventualmente interpostos em face dos acórdãos poderão ser julgados na forma prevista no artigo 1º da Resolução Administrativa nº 21/2015, publicado no DEJT de 10 de dezembro de 2015.

DIVISÃO DE EXECUÇÃO DE CAMPINAS - TRT15

Edital

ERRATA - Edital Hasta Pública 01/2025 - Campinas

Hasta Pública nº 01/2025 - CAMPINAS

Data da Hasta: 22/05/2025 14:00

Leiloeiro: Gilberto Fortes do Amaral Filho

Endereço Eletrônico: www.grupolance.com.br

Endereço Físico: Avenida Miguel Stefano, nº 3335, Balneário Cidade Atlântica, Guarujá/SP, CEP 11.440-533.

A EXcelentíssima Juíza do Trabalho **BRUNA MÜLLER STRAVINSKI,** Coordenadora da Divisão de Execução de Campinas, na forma da Lei e nos termos do Provimento nº GP-CR nº 04/2019 e Portaria Conjunta GP-VPA-VPJ-CR 05/2020, ambas com as alterações subsequentes, do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, FAZ SABER que será realizada **HASTA PÚBLICA, na modalidade EXCLUSIVAMENTE ELETRÔNICA, no dia 22 de maio de 2025**, nos termos do artigo 11 e seguintes do normativo supra.

Os lances dos bens dos processos abaixo discriminados serão recepcionados através do site **www.grupolance.com** a partir da data de publicação do edital, até o dia **22/05/2025**, observado o horário de encerramento da hasta pública, que dependerá da demanda diante da oferta.

O PREGÃO DO REPASSE será transmitido online e ao vivo pelo Leiloeiro através do seu site, a partir das **11h00** do dia **22/05/2025**, de acordo com o Regulamento das Hastas Públicas de Campinas, constante ao final deste Edital.

1: 0119800-21.2002.5.15.0095 - Assessoria de Execução III de Campinas

1.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 26231 - 1º Cartório - SAO JOSE DO RIO PARDO/SP

Descrição: Um terreno, sem benfeitorias, situado com frente para a Rua Major Pacheco, na cidade de São Sebastião da Grama, nesta comarca de São José do Rio Pardo, medindo 14,50 metros de frente, igual medida nos fundos, por 31,00 metros da frente aos fundos, de ambos os lados, confrontando com a mencionada via pública, Elias de Andrade Dias, Hélio Giacon, José Senhoras, Alexandre Taramelli e Leonídio de Andrade Dias.

Av. 03: Edificação - (...) é esta para ficar constando que no imóvel retro descrito, anteriormente ao exercício de 1966, foi edificada uma casa de morada, com a área de 211,00 metros quadrados, situada com frente para a Rua Major Pacheco, na cidade de São Sebastião da Grama, a qual recebeu o número 253"

Ônus/Observação: OBS: Lance mínimo: 75% do valor da avaliação

Ônus: R.23: Hipoteca em favor de Banco do Brasil S/A R.24: Hipoteca em favor de Banco do Brasil S/A Av.26: Penhora - processo 00009634120125150 35 (Carta Precatória Executória) - Vara do Trabalho de São José do Rio Pardo-SP

PJe Documento assinado eletronicamente por MAURICIO MUCIACITO DE VASCONCELLOS, em 10/04/2025, às 17:19:14 - 9a2dcda

Proprietários: CELIA MARIA DOS REIS DIAS VEIGA CELESTE
CPF: 024.654.068-09
Removido: Não
Localização: Rua Major Pacheco Número: 253 Cidade: SAO SEBASTIAO DA GRAMA UF: SP
Quantidade: 1
Percentual da Penhora: 100,00%
Valor Unitário (% Penhorado): R$ 500.000,00
Valor Total Penhorado: R$ 500.000,00
Data Avaliação: 28/07/2023
Data Penhora: 19/12/2012
Ordem da Penhora: 1
Valor do lance mínimo (75%): R$ 375.000,00
Anexo(s) do bem:
Não há anexos cadastrados para este bem

2: 0079800-96.2004.5.15.0001 - Assessoria de Execução III de Campinas
2.1 Tipo do Bem: Imóvel
Identificação: Matrícula: 33581 - 1º Cartório - CAMPINAS/SP
Descrição: Lote de terreno nº 20 da quadra "G" do loteamento Jardim Guarany, com área de 288,35 metros quadrados, de frente para a Rua Antonio Encarnação Junior.
1) Imóvel constante da matrícula 33581 do 1º CRI de Campinas, SP, consistindo no lote de terreno nº 20 da quadra G do loteamento Jardim Guarani, Rua Antônio Encarnação Júnior, 35, com área de 288,35m 2.
Observações: Sobre o terreno há um sobrado com 332,43m² de área construída, de acordo com informações do cadastro municipal. O executado informou que o terreno somente possui 250m² de terreno, pois já estava ocupado em pequena parte pela construção dos fundos, quando foi adquirido. O imóvel possui 3 pavimentos, 6 banheiros (dois na parte de baixo, um na área de lazer, e três na área superior, sendo dois deles em 2 suítes); na parte inferior há uma garagem e um depósito, além do hall de entrada. No piso médio, há uma cozinha, área de serviço, despensa, duas salas de visita e uma sala de jantar, no piso superior há quatro quartos, sendo duas suítes.
Ônus/Observação: Av.10: Penhora no processo 1011861-27.2014 (4ª Vara Cível de Campinas) Av. 11: Penhora no processo 0001425-40.2015.5.15.0118 (Vara do Trabalho de Itapira) Av. 12: Indisponibilidade no processo 00014254020125150118 (Vara do Trabalho de Itapira) Av. 13: Penhora de 50% no processo 00072118520128260114 (1º Ofício Cível da Comarca de Campinas) Av. 14: Penhora de 50% no processo 0039280-34.2017.8.26.0114 (9º Ofício Cível da Comarca de Campinas) Av. 15: Arresto de 50% no processo nº 0065347-12.2012 (1º Ofício Cível da Comarca de Campinas)
Removido: Não
Localização: Rua Antonio Encarnação Júnior Número: 35
Bairro: Jardim Guarany Cidade: CAMPINAS UF: SP
CEP: 13100216
Quantidade: 1
Percentual da Penhora: 100,00%
Valor Unitário (% Penhorado): R$ 1.330.000,00
Valor Total Penhorado: R$ 1.330.000,00
Data Avaliação: 16/09/2024
Data Penhora: 29/04/2013
Ordem da Penhora: 1
Valor do lance mínimo (50%): R$ 665.000,00
Anexo(s) do bem:
fotos do imóvel de matrícula 33581 https://pje.trt15.jus.br/exe-pje/execucao/publico/download-bem-anexo/19410

3: 0020300-98.2008.5.15.0053 - Assessoria de Execução III de Campinas
3.1 Tipo do Bem: Imóvel
Identificação: Matrícula: 63898 - 1º Cartório - TATUI/SP
Descrição: Um lote de terreno, sem benfeitorias, sob nº 08-A da quadra GG, com frente para a rua 27, no loteamento denominado Jardim Rosa Garcia, nesta cidade de Tatui-SP, com as seguintes medidas e confrontações: medindo 5,00m de frente para a referida rua, 5,00m nos fundos onde divide com o lote 19, do lado direito de quem da rua olha para o imóvel mede 25,00m da frente aos fundos e divide com o lote 08, do lado esquerdo de quem da rua olha para o imóvel, mede 25,00m da frente aos fundos e divide com o lote 09, encerrando a área total de 125,00m², existindo nos fundos do imóvel uma faixa de 3,00m de largura reservado para Viela Sanitária.
Ônus/Observação: Co Proprietária: MARIA STELLA SALVUCCI RODRIGUES **OBSERVAÇÃO**: Lance mínimo de 90% do valor da avaliação. **ÔNUS**: Av.2 - penhora no processo nº 1535/2006 - execução fiscal Av. 3 - penhora no processo nº 5.383/2005 - execução fiscal Av.4 - contrato padrão, arquivado no próprio CRI de Tatuí, constando restrições de uso do imóvel a serem observadas pelos proprietários Av.5 - penhora no processo nº 0020300-98.2008.5.15.0053.
Proprietários: PAULO EDUARDO FRANCO ABDALLA
CPF: 017.268.908-21
PEDRO HENRIQUE DELAMAIN PUPO NOGUEIRA
CPF: 024.999.548-41
Removido: Não

PJe Documento assinado eletronicamente por MAURICIO MUCIACITO DE VASCONCELLOS, em 10/04/2025, às 17:19:14 - 9a2dcda

Localização: Rua Vicente Manoel de Oliveira Bairro: Jardim Rosa Garcia Cidade: TATUI UF: SP

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 65.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 65.000,00

Data Avaliação: 19/12/2023

Data Penhora: 03/06/2015

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (90%): R$ 58.500,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

4: 0001210-47.2010.5.15.0114 - Assessoria de Execução III de Campinas

4.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 81154 - 1º Cartório - SUMARÉ/SP

Descrição: Lote de terreno sob nº 06 da quadra 57 do loteamento denominado JARDIM MARIA ANTONIA, situado no distrito de Nova Veneza, município e comarca de Sumaré/SP, medindo 10,00 metros de frente para a rua 10; igual medida nos fundos onde confronta com o lote 37, por 25,00 metros da frente aos fundos de ambos os lados, confrontando pelo lado direito de quem da rua olha para o imóvel com o lote 05 e pelo lado esquerdo confronta com o lote 07, com a área total de 250,00 metros quadrados, existindo nos fundos viela sanitária.

Ônus/Observação: Obs. 1: consta em certidão de OJ de id: 4046bee que: "O imóvel recebeu os números 817 e 831 pela rua Nice Maria Consulin dos Reis e sendo duas casas geminadas de padrão baixo na frente e uma edícula nos fundos, imóvel de alvenaria coberto com telhas de fibrocimento. Obs. 2: há terceira co proprietário Obs. 3: lance mínimo de 90% do valor da avaliação Ônus: Av.4 - penhora no processo nº 0001210-47.2010.5.15.0114 (este) Av.5 - indisponibilidade no processo nº 0160400-17.2007.5.15.0093.

Proprietários:

JOAO BATISTA SATIRO DA SILVA

CNPJ: 68.001.353/0001-40

Removido: Não

Localização: Rua Nice Maria Consulin dos Reis Bairro, Nova Veneza Complemento, nºs 817 e 831, SUMARÉ UF: SP

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 255.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 255.000,00

Data Avaliação: 19/09/2023

Data Penhora: 09/09/2015

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (90%): R$ 229.500,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

5: 0078300-34.2009.5.15.0093 - Assessoria de Execução III de Campinas

5.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 35282 - 18º Cartório - SÃO PAULO/SP

Descrição: Um terreno situado à rua F-Dois, constituído pelo Lote n. 27 da Quadra n. 3, Gleba A, da Vila Perus, no distrito de Perus, medindo 10m de frente para a referida rua, do lado esquerdo de quem estando na rua F-Dois olha para o lote; 25 m confinando com o Lote 26. do lado direito 25 m confinando com o Lote 3, todos da mesma quadra com a área de 250 m2.

Ônus/Observação: Observação: Oficial de Justiça constatou que há uma casa em regular estado de conservação construída sobre o terreno Há coproprietário (ANDERSON PEDRONI) Lance mínimo de 85% do valor da avaliação Ônus: Av.05 - penhora no processo nº 0209800-23.2006.5.15.0129 Av.06 - penhora no processo nº 1000545-45.2017.5.02.0012 (averbada por ordem do processo nº 0078300-34.2009.5.15.0093).

Proprietários:

ALAYDE ALVES PEDRONI

CPF: 100.346.998-13

Removido: Não

Localização: Rua Xavier de Castro, Número 129, VL Perus, SÃO PAULO/SP, CEP: 05208-200

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 480.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 480.000,00

Data Avaliação: 03/12/2022

Data Penhora: 31/10/2015

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (85%): R$ 408.000,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

6: 0012095-39.2017.5.15.0094 - Assessoria de Execução III de Campinas

6.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 106706 - 1º Cartório - CAMPINAS/SP

Descrição: Apartamento nº 75 (setenta e cinco), localizado no 7º andar ou pavimento do Edifício Habitat Cambuí, situado à Rua

PJe Documento assinado eletronicamente por MAURICIO MUCIACITO DE VASCONCELLOS, em 10/04/2025, às 17:19:14 - 9a2dcda

Barreto Leme nº 1.920, nesta cidade e 1ª Circunscrição Imobiliária, constituído de sala de jantar / estar, dois (2) dormitórios, cozinha com lavanderia, banheiro e varanda, com área total de 104.0275m², sendo 52,7200m² de área privativa e 51,3075m² de área comum, da qual uma área de 10,3500 m² corresponde à área comum de garagem não proporcional - com direito a uma vaga de garagem indeterminada para guarda e estacionamento de um veículo, cabendo a esse apartamento uma fração ideal de 0,953126% no terreno do edifício, terreno este designado por Lote 14, do quarteirão 605 do cadastro municipal, com a área de 1.779,70 m², descrito e caracterizado na matrícula 95.302.

Ônus/Observação: Observação: Lance mínimo de 60% do valor da execução. Há terceira co proprietária (MARIA OTILIA VIEIRA AGRESTE DOS SANTOS) Ônus: Av.2 - penhora na CP nº 0012095 -39.2017.5.15.0094 (por determinação do processo nº 0001347-32.2015.5.06.0008 - 8ª VT Recife/PE) Av.3 - penhora no processo nº 0005200-97.2008.5.02.0075 Av.4 - penhora no processo nº 0011692-49.2017.5.15.0004

Proprietários:

RODOLFO MARTINES DOS SANTOS

CPF: 184.267.308-41

Removido: Não

Localização: Rua Barreto Leme Número: 1920, Cambuí, Complemento: Ap. 75, CAMPINAS, SP

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 600.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 600.000,00

Data Avaliação: 20/02/2018

Data Penhora: 20/02/2018

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (60%): R$ 360.000,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

7: 0001928-96.2013.5.15.0095 - Assessoria de Execução III de Campinas

7.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 66540 - 1º Cartório - SUMARÉ/SP

Descrição: Lote 06, da Quadra 38 do Loteamento denominado Jardim Nova Hortolândia, Comarca de Sumaré-SP, medindo 5,00 metros de frente para a Rua 25, 14,00 metros nos fundos onde confronta com o Lote 07, por 16,00 metros da frente aos fundos do lado direito, confrontando de quem da rua olha para o imóvel da Rua 30 e pelo lado esquerdo mede 26,00 metros onde confronta com o Lote 05, medindo 14,14 metros no arco de esquina formado pelas Ruas 25 e 30, com área de 346,62 metros quadrados.

Ônus/Observação: Lance mínimo: 69% do valor da avaliação. AV.3: PENHORA - PROCESSO 0010781-92.2014.5.15.0051 AV.4: PENHORA- PROCESSO 0001928-96.2013.5.15.0095 AV.5: PENHORA PROCESSO 0010387-54.2015.5.15.0051 AV.6: PENHORA- PROCESSO 0010091-66.2014.5.15.0051 AV.7: PENHORA- PROCESSO 0010729-64.2016.5.15.0137 AV.8: INDISPONIBILIDADE - PROCESSO 0010745-47.2018.5.15.0137 AV.9: INDISPONIBILIDADE - PROCESSO 0010039-98.2017.5.15.0137 AV.10: PENHORA - PROCESSO 0011490-19.2015.5.15.0012

Proprietários:

CLAUDETE PERES DA SILVA

CPF: 137.653.898-97

Removido: Não

Localização: Rua 25, lote 06 da quadra 38 Bairro: Jardim Nova Hortolândia Cidade: HORTOLÂNDIA UF: SP

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 332.684,70

Valor Total Penhorado: R$ 332.684,70

Data Avaliação: 28/09/2023

Data Penhora: 01/10/2018

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (69%): R$ 229.552,44

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

8: 0010782-36.2016.5.15.0043 - Assessoria de Execução III de Campinas

8.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 8721 - 1º Cartório - CAFELÂNDIA/SP

Descrição: Um (1) lote de terreno, de formato regular, sem qualquer benfeitoria, situado nesta cidade, distrito de Paz, município e comarca de Cafelândia, Estado de São Paulo, identificado como sendo o lote 25 (vinte e cinco) da quadra B, do Loteamento denominado JARDIM ALTO CAFEZAL, com as seguintes medidas e confrontações: - pela frente mede 10,00m (dez) metros com frente para a Avenida A, confrontando: à esquerda, 26,00 (vinte e seis) metros com o lote 24; à direita, 26,00 (vinte e seis) metros com o lote 26; e aos fundos, 10,00 (dez) metros com Constantino Fabricio Junior, perfazendo uma área de 260,00m² (duzentos e sessenta metros quadrados).

Ônus/Observação: Obs.: conforme consta no auto de penhora e avaliação de id: cf6d834 do processo nº 0010782-36.2016.5.15.0043: "Dados Municipais - consta edificação no total

PJe Documento assinado eletronicamente por MAURICIO MUCIACITO DE VASCONCELLOS, em 10/04/2025, às 17:19:14 - 9a2dcda

de 175,82m², certidão do valor venal em anexo; Benfeitorias - Conforme vistoria in loco e fotos em anexo, trata-se de dois imóveis edificados no mesmo terreno. Aos fundos uma residência e na frente um prédio inacabado onde funciona uma vidraçaria de propriedade dos executados que trabalham no local; Ocupação: Residem no imóvel aos fundos os executados (EMERSON RODRIGUES DE OLIVEIRA e FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA) e sua família, razão pela qual procedi com a penhora somente do imóvel da frente, comercial que possui 124,92m², tendo em vista a proteção da lei 8009/90." Ônus: R04 - penhora no processo nº 0010782-36.2016.5.15.0043 em trâmite pela 3ª Vara do Trabalho de Campinas/SP

Proprietários:

FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA

CPF: 100.935.398-51

Removido: Não

Localização: Av. Miguel Jeronymo Guerreiro Número: 338

Bairro: Jd. Alto Cafezal Cidade: CAFELÂNDIA UF: SP

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 158.600,00

Valor Total Penhorado: R$ 158.600,00

Data Avaliação: 15/02/2024

Data Penhora: 30/10/2018

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (50%): R$ 79.300,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

9: 0002800-98.2006.5.15.0114 - Assessoria de Execução III de Campinas

9.1 Tipo do Bem: Imóvel - REMIÇÃO/ACORDO

Identificação: Matrícula: 6737 - 1º Cartório - CAMPINAS/SP

Descrição: Lote de terreno n. 11 (onze), da quadra 15 (quinze), do loteamento denominado "Jardim Sant´Ana - 1ª Parte", nesta cidade o qual possui a área total de 420,00 mts 2, medindo: 12,00 mts de frente para a avenida Ester Moretzshon Camargo; mesma medida nos fundos; por 35,00 mts da frente aos fundos, de ambos os lados, confrontando na integridade, com os lotes n.s 10, 12, 25 e 26, existindo em toda a extensão dos fundos, uma viela sanitária, com a largura de 3,00 mts.

Ônus/Observação: Av.23: Penhora - processo 0002800-98.2006.5.15.0114 - 9ª Vara do Trabalho de Campinas

Proprietários:

MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL

CPF: 102.139.368-10

SÉRGIO PARREIRA SANDOVAL

CPF: 014.607.578-15

Removido: Não

Localização: Av. Esther Moretzshon Camargo Número: 686

Bairro: Vila Nogueira Cidade: CAMPINAS UF: SP

CEP: 13088-010

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 510.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 510.000,00

Data Avaliação: 24/03/2023

Data Penhora: 15/08/2019

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (50%): R$ 255.000,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

10: 0012380-93.2014.5.15.0043 - Divisão de Execução de Campinas

10.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 10355 - 1º Cartório - JAGUARIÚNA/SP

Descrição: DESCRIÇÃO: Imóvel Matriculado sob o nº 10.355, no Cartório de Registro de Imóveis de Jaguariúna/SP (medidas e confrontações especificadas na certidão do referido cartório, que faz parte integrante dos autos), com a seguinte descrição: UM IMÓVEL RURAL, CONSTITUÍDO PELA GLEBA DE TERRAS, DESIGNADA "B", DENOMINADA SÍTIO FRANCISCO DE ASSIS, situado neste distrito, município e comarca de Jaguariúna-SP., com a área de 139,110.00 m2. (cento e trinta e nove mil, cento e dez metros quadrados), equivalentes a 13,91,10 has (treze hectares, noventa e um ares e dez centiares) de terras. O referido imóvel rural apresenta acesso sem asfalto, topografia em desnível, com declives e aclives, estrutura de pesqueiro e haras, com edificações, na maioria de padrão simples, sendo a casa sede em padrão médio de construção, em razoável estado de conservação, no geral, que foram consideradas na avaliação.

UM IMÓVEL RURAL, CONSTITUÍDO PELA GLEBA DE TERRAS, DESIGNADA 'B', DENOMINADA SÍTIO FRANCISCO DE ASSIS, situado neste distrito, município e comarca de JAGUARIÚNA – SP, com a área de 139.110,00 m² (cento e trinta e nove mil, cento e dez metros quadrados), equivalentes a 13,91,10 has (treze hectares, noventa e um ares e dez centiares) de terras, contendo uma casa de morada e um rancho construídos de tijolos e cobertos de telhas, compreendida dentro das seguintes divisas e confrontações: inicia-se no ponto "C", assinalado em planta e cravado na vértice formado pela gleba aqui descrita, com propriedade de Francisco Carlos de

PJe Documento assinado eletronicamente por MAURICIO MUCIACITO DE VASCONCELLOS, em 10/04/2025, às 17:19:14 - 9a2dcda

Santis e a Gleba “A” (remanescente); daí, segue na extensão de 758,10m (setecentos e cinquenta e oito metros e dez centímetros) com rumo de 5º45’SW até o ponto “D”, situado à margem direita do Rio Camanducaia, confrontando desde o ponto “C” até o ponto “D” com propriedade de Francisco Carlos de Santis; daí segue rio acima à distância de 382,00 m (trezentos e oitenta e dois metros) até encontrar o ponto “E”, situado no vértice formado pela propriedade aqui descrita com propriedade de Antonio Carvalhal dos Santos e margem direita do rio Camanducaia; daí segue, na extensão de 625,70 m (seiscentos e vinte e cinco metros e setenta centímetros) com rumo de 3º25”NE até o ponto “F”, daí segue na extensão de 32,50m (trinta e dois metros e cinquenta centímetros) com rumo de 86º25”SW, até o ponto “G”, daí segue na extensão de 95,00 m (noventa e cinco metros) com rumo de 5º45’NE até o ponto “H”, daí segue na extensão de 73,80 m (setenta e três metros e oitenta centímetros) com rumo de 18º45’NE até o ponto “I”, daí segue na extensão de 17,60 m (dezessete metros e sessenta centímetros) com rumo de 2º25’NE até o ponto “J”, daí segue a extensão de 69,00 m (sessenta e nove metros) com rumo de 17º25’NE até o ponto “K”, confrontando desde o ponto “E” até o ponto “K”, com propriedade de Antonio Carvalhal dos Santos; daí segue a extensão de 151,00 m (cento e cinquenta e um metros) com rumo de 81º05’NE até o ponto “N”, daí segue na extensão de 100,00m (cem metros), com rumo de 87º55’ NE até o ponto “M”, daí segue na extensão de 82,00m (oitenta e dois metros) com rumo de 57º45’ NE até o ponto “C”, onde teve início esta descrição, confrontando desde o ponto “K” até o ponto “C”, com a Gleba “A” (remanescente). Identificação Cadastral: Cadastrado no INCRA sob nº 624.101.007.471-0, com os seguintes dados: denominação do imóvel rural: SÍTIO SÃO FRANCISCO DE ASSIS – área total: 13.9000 ha, indicações para a localização do imóvel rural: Estrada Municipal Jaguariúna ao bairro Jardim – município sede do imóvel rural: Jaguariúna – módulo rural: 30,2222 ha, nº módulos rurais 0,45, módulo fiscal: 10,0000 ha, nº módulos fiscais: 1,3900, fração mínima de parcelamento 2,0000 ha, área registrada 13,9000 ha, posse a justo título: 0,0000, posse por simples ocupação: 0,0000, em nome de Moacir Bagarolli Filho, nº do CCIR: 11918294091, número do imóvel na Receita Federal – NIRF: 0.327.410-1. Cadastro Nacional de Matrícula (CNM) nº 146282.2.0010355-02. Imóvel matriculado sob nº 10.355 do RGI de Jaguariúna – SP. OBS: 1) Conforme Av.05/10.355 a alienação feita pelo executado, registrada sob o nº 01 da matrícula supra, foi declarada ineficaz em decorrência da declaração de fraude à execução. 2) Conforme Auto de Avaliação, o imóvel apresenta acesso sem asfalto, topografia em desnível, com declives e aclives. 3) Conforme Auto de Reavaliação, o imóvel está localizado em área rural (Sítio São Francisco de Assis), Bairro Bom Jardim, em Jaguariúna/SP. Trata-se de um imóvel rural, sendo seu acesso através de estrada de terra. Há edificações em padrão simples de construção, em razoável estado de conservação/manutenção. O imóvel conta com muitas áreas verdes, com diversas árvores e pastos.

Ônus/Observação: Nos termos do parágrafo único do artigo 130 do Código Tributário Nacional e artigo 122 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a aquisição através de alienação judicial (expropriação), tem natureza jurídica de AQUISIÇÃO ORIGINÁRIA, ou seja, o arrematante e o bem adquirido não respondem por nenhum débito que incida sobre o bem (seja ele móvel ou imóvel), especialmente IPTU, IPVA, MULTAS E JUROS, DÉBITOS CONDOMINIAIS, que são de responsabilidade do executado, nos termos dos artigos 1.430 do Código Civil e 908, § 1º do Código de Processo Civil. Conforme já decidiu o TST (TST-RO-6626-42.2013.5.15.0000; TST REENEC E RO - 75700- 07.2009.5.05.0000; TST-ReeNec e RO-12600-56.2009.5.09.0909; TST-RXOF e ROAG - 58400-44.2005.5.06.0000; TST-RXOF e ROMS-25600-26.2006.5.06.0000). VALOR MÍNIMO: 70% (setenta por cento) da avaliação. DA ARREMATAÇÃO “COM CRÉDITOS”: Se o crédito dos exequentes for suficiente para a aquisição do bem na alienação por iniciativa particular, e os exequentes desejarem oferecer proposta de arrematação utilizando tal crédito, serão observadas as seguintes regras: a) Na hipótese de o exequente ser o único credor trabalhista com crédito habilitado nos autos da execução em que foi determinada a alienação do bem penhorado, a arrematação com a utilização dos créditos somente será deferida se, por ocasião da realização da alienação por iniciativa particular, apresentar ao Corretor responsável a certidão atualizada do seu crédito, até o dia útil imediatamente anterior à data da alienação, bem como certidão que comprove ser ele/a o único credor trabalhista com crédito habilitado nos autos em que foi determinada a alienação do bem penhorado, tendo em vista o disposto no §1º do art. 892 do Código de Processo Civil (“Se o exequente arrematar os bens e for o único credor, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor dos bens exceder ao seu crédito, depositará, dentro de 3 (três) dias, a diferença, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação, e, nesse caso, realizar-se-á novo leilão, à custa do exequente”); b) Na hipótese de existir mais de um credor trabalhista com crédito habilitado nos autos em que foi determinada a alienação do bem penhorado, a arrematação com a utilização dos créditos somente será deferida se todos os credores trabalhistas se fizerem presentes, pessoalmente ou devidamente representados por procurador com poderes específicos para tal ato, e manifestarem o desejo de arrematar conjuntamente o bem, hipótese na qual cada

PJe Documento assinado eletronicamente por MAURICIO MUCIACITO DE VASCONCELLOS, em 10/04/2025, às 17:19:14 - 9a2dcda

um deles adquirirá uma parte ideal proporcional ao seu crédito, cabendo-lhes pagar proporcionalmente à comissão fixada ao Corretor Judicial. c) Na hipótese da alínea anterior, caso não haja a concordância de arrematação conjunta de todos os credores, será indeferida a arrematação por crédito. d) Na hipótese da alínea b, em que a arrematação será feita coletivamente por todos os credores trabalhistas, os interessados e/ou seus procuradores deverão informar ao Corretor responsável da aquisição coletiva naqueles exatos moldes, apresentando ao gestor nomeado as respectivas procurações e certidões atualizadas dos seus créditos, até o dia útil imediatamente anterior à data da alienação, bem como certidão que comprove serem eles/as os únicos credores trabalhistas com créditos habilitados no processo piloto.

Proprietários:

CARLOS GUEDES DE CARVALHO

CPF: 188.183.308-96

Removido: Não

Localização: Estrada Municipal Jaguariúna ao Bairro Bom Jardim, s/nº, Rua Primo Dal'Bo, Número: s/nº Bairro: Rural Complemento: - Centro Equestre/Pesqueiro Monte Bello, JAGUARIÚNA UF: SP, CEP: 13913192

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 15.000.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 15.000.000,00

Data Avaliação: 16/04/2024

Data Penhora: 04/12/2019

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (70%): R$ 10.500.000,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

11: 0011050-37.2016.5.15.0093 - Assessoria de Execução III de Campinas

11.1 Tipo do Bem: Veículo

Identificação: Placa: FGR3066 Renavam: 493554955 Chassi: KMHDH41EBDU555500

Descrição: VEÍCULO MARCA HYUNDAI, MODELO ELANTRA GLS, 1.8, 5 portas, PLACA: FGR3066, CHASSI: KMHDH41EBDU555500, RENAVAM 00493554955, ANO 2012 E MODELO: 2013, COR: BRANCA, DIREÇÃO: hidráulica; CÂMBIO: automático; MOTOR: gasolina, Pneus: meia vida, Pintura/ Lataria: com pequenos arranhões, em bom estado de uso e conservação.

Proprietários:

CARLOS DE JESUS ROMERO

CPF: 304.632.628-91

Removido: Não

Localização: RUA FRANCISCO FADIM Número: 520

Bairro: MORUMBI Complemento: BL. A, AP 101

Cidade: PAULINIA UF: SP

CEP: 13140-726

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 58.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 58.000,00

Data Avaliação: 31/01/2024

Data Penhora: 09/11/2020

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (50%): R$ 29.000,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

12: 0025600-47.2001.5.15.0001 - Assessoria de Execução III de Campinas

12.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 76047 - 1º Cartório - SÃO PAULO/SP

Descrição: Apartamento nº35 3º ou 4º andar do pavimento do EDIFÍCIO JOSÉ ADOLPHO CHAVES AMARANTE, área útil 33,84M2, área comum 14,14M2, área total construída 47,96M2 e fração ideal do terreno 12,62m2.

Ônus/Observação: Observação: lance mínimo no valor de 50% do valor da avaliação Ônus: R-3: Hipoteca em favor da Caixa Econômica Federal Av.04 - indisponibilidade - processo 482004320025150093 - 6ª Vara do Trabalho de Campinas. Av 05 - indisponibilidade - processo 00007637320135070018 - 18ª Vara do Trabalho de Fortaleza. Av.06 - penhora - processo 00025141920145020077 - 7ª Vara do Trabalho de São Paulo. Av.07 - indisponibilidade - processo 00007637320135070018 - 18ª Vara do Trabalho de Fortaleza. Av.08 - indisponibilidade - processo 01230000219975150066 - 3ª Vara do Trabalho de Ribeirão Preto. Av.09 - indisponibilidade - processo 01009005019975150067 - 4ª Vara do Trabalho de Ribeirão Preto. Av.10 - indisponibilidade - processo 00018957420135070016 - 16ª Vara do Trabalho de Fortaleza. Av.11 - indisponibilidade - processo 00358000620085050015 - 15ª Vara do Trabalho de Salvador. Av.12 - indisponibilidade - processo 01230000219975150066 - 3ª Vara do Trabalho de Ribeirão Preto. Av.13 - penhora - processo 0025600-47.2001.5.15.0001 - 1ª Vara do Trabalho de Campinas.

Proprietários:

SILVANA MARIA SANTOS SOARES

CPF: 106.529.238-44

Removido: Não

PJe Documento assinado eletronicamente por MAURICIO MUCIACITO DE VASCONCELLOS, em 10/04/2025, às 17:19:14 - 9a2dcda

Localização: Rua Barão de Iguape Número: 546

Bairro: Liberdade Complemento: apto 35 Ed. José Adolpho Chaves Amarante

Cidade: SAO PAULO UF: SP, CEP: 01507001

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 215.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 215.000,00

Data Avaliação: 28/04/2024

Data Penhora: 20/08/2021

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (50%): R$ 107.500,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

13: 0010624-57.2018.5.15.0092 - Assessoria de Execução III de Campinas

13.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 91410 - 2º Cartório - CAMPINAS/SP

Descrição: Apartamento nº 114 do 11º andar, do CONDOMÍNIO EDIFÍCIO "PARATI", situado à Rua Jorge Miranda nº 104, Centro, nesta Cidade e Comarca de Campinas, 2ª Circunscrição Imobiliária, composto de uma sala de estar e jantar, um WC, um dormitório com banheiro (suíte), cozinha e área de serviço, e com as seguintes áreas: útil de 52,4600 m², comum de 17,08517 m², total de 69,54517 m², fração ideal no terreno de 8,61218 m² ou 1,28041%.

Ônus/Observação: Observação: Lance mínimo de 75% do valor da avaliação Ônus: Av.06 - penhora no processo nº 0010624-57.2018.5.15.0092 Av.07 - indisponibilidade no processo nº 0010624-57.2018.5.15.0092 Av.08 - indisponibilidade no processo nº 0010624-57.2018.5.15.0092

Proprietários:

THAMAR SUELLY HENRRIQUE

CPF: 674.007.798-34

Removido: Não

Localização: Rua Jorge Miranda Número: 104

Bairro: Centro Complemento: Ap. 114, 11º andar

Cidade: CAMPINAS UF: SP

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 300.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 300.000,00

Data Avaliação: 22/05/2023

Data Penhora: 13/09/2021

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (75%): R$ 225.000,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

13.2 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 30639 - 4º Cartório - CAMPINAS/SP

Descrição: Apartamento nº 707, localizado no 6º andar ou 7º pavimento, no bloco 6, do Parque Patagônia, construído com frente para a Avenida Brasília, nº 1760, situado no Município de Paulínia-SP, nesta comarca de Campinas, e 4ª Circunscrição Imobiliária, composto da seguinte forma: 02 dormitórios, escritório, banheiro, sala, cozinha, circulação, confronta sua integridade, considerando quem de dentro do apartamento, olha para o hall, pela frente com o hall social e apartamento final 5 do andar, lado direito com o apartamento final 8 do andar, lado esquerdo e fundos áreas comuns do condomínio, com a área real total de 107,64000m², área real privativa coberta de 60,77m², área real de estacionamento 12,00m², área real de uso comum de 34,87000m², e fração ideal do terreno de 0,006561783%, cabendo a essa unidade a vaga de garagem nº 50.

Ônus/Observação: Observação: Lance mínimo de 75% do valor da avaliação Ônus: Av.07 - penhora no processo nº 0010624-57.2018.5.15.0092. Av.08 - indisponibilidade no processo nº 0010624-57.2018.5.15.0092. Av.09 - indisponibilidade no processo nº 0010624-57.2018.5.15.0092.

Proprietários:

THAMAR SUELLY HENRRIQUE

CPF: 674.007.798-34

Removido: Não

Localização: Avenida Brasília Número: 1760

Complemento: Ap. 707, Bloco 6

Cidade: PAULINIA UF: SP

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 275.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 275.000,00

Data Avaliação: 30/05/2023

Data Penhora: 13/09/2021

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (75%): R$ 206.250,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

Valor total do lote: R$ 575.000,00

Lance mínimo total do lote: R$ 431.250,00

14: 0010145-80.2019.5.15.0043 - Assessoria de Execução III de Campinas

PJe Documento assinado eletronicamente por MAURICIO MUCIACITO DE VASCONCELLOS, em 10/04/2025, às 17:19:14 - 9a2dcda

14.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 157899 - 2º Cartório - CAMPINAS/SP

Descrição: Apartamento nº 67, localizado no 6º andar, do Condomínio "EDIFÍCIO INAÍRA", situado na Rua Culto à Ciência, nº 257, nesta Comarca de Campinas/SP, 2ª Circunscrição Imobiliária, com a seguinte descrição: área privativa de 32,13m², comum de 12,7884m², área total de 44,9184m², fração ideal do terreno de 5,7220m² ou 0,8346%.

Ônus/Observação: OBSERVAÇÕES: 1) Lance mínimo no importe de 75% do valor da avaliação; 2) Há terceira co proprietário; 3) Deve ser adquirido em conjunto com o imóvel de Matrícula nº 157.900 do 2º CRI de Campinas/SP (vaga de garagem).

Proprietários:

WALTERCIDES BATISTA DA SILVEIRA

CPF: 189.079.386-87

Removido: Não

Localização: Rua Culto à Ciência Número: 257

Complemento: Ap. 67

Cidade: CAMPINAS UF: SP

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 128.520,00

Valor Total Penhorado: R$ 128.520,00

Data Avaliação: 25/03/2024

Data Penhora: 02/12/2021

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (75%): R$ 96.390,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

14.2 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 157900 - 2º Cartório - CAMPINAS/SP

Descrição: Box de Estacionamento nº 06, localizado no subsolo do Condomínio "EDIFÍCIO INAÍRA", situado na Rua Culto à Ciência, nº 257, nesta Comarca de Campinas/SP, 2ª Circunscrição Imobiliária, com a seguinte descrição: área útil de 16,00m², comum de 17,5200m², total de 33,52m², fração ideal do terreno de 1,7446m² ou 0,2545%.

Ônus/Observação: OBSERVAÇÕES: 1) Lance mínimo no importe de 75% do valor da avaliação; 2) Há terceira co proprietário; 3) Deve ser adquirido em conjunto com o imóvel de Matrícula nº 157.899 do 2º CRI de Campinas/SP (apartamento).

Proprietários:

WALTERCIDES BATISTA DA SILVEIRA

CPF: 189.079.386-87

Removido: Não

Localização: Rua Culto à Ciência Número: 257

Complemento: Box de estacionamento nº 06

Cidade: CAMPINAS UF: SP

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 35.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 35.000,00

Data Avaliação: 25/03/2024

Data Penhora: 02/12/2021

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (75%): R$ 26.250,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

Valor total do lote: R$ 163.520,00

Lance mínimo total do lote: R$ 122.640,00

15: 0010396-28.2019.5.15.0131 - Assessoria de Execução III de Campinas

15.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 70425 - 3º Cartório - CAMPINAS/SP

Descrição: Lote de terreno sob nº 11, da quadra 51, do loteamento denominado Novo Campos Elíseos, tendo as seguintes medidas, mais ou menos e confrontações: faz frente para a rua 48, para a qual mede 37,00ms em curva, de um lado confronta com o lote 12, onde mede 26,15ms, de outro lado com os lotes 10, 9 e 8, onde mede 25,80ms, nos fundos forma vértice, tendo a área de 350,00ms2.

Ônus/Observação: OBSERVAÇÕES ATENÇÃO: Lance mínimo de 75% do valor da avaliação. Co Proprietária: ELISABETH AMARAL DA SILVA ÔNUS: Av.02 - penhora no processo nº 00103962820195150131 em trâmite pela 12ª Vara do Trabalho de Campinas/SP.

Proprietários:

WALMIR VIDA DA SILVA

CPF: 098.995.108-15

Removido: Não

Localização: Rua Manuel Fernandes Dias Número: 170

Bairro: Jardim Novo Campos Elíseos Cidade: CAMPINAS UF: SP

CEP: 13060110

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 500.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 500.000,00

Data Avaliação: 12/12/2024

Data Penhora: 21/02/2022

Ordem da Penhora: 1

PJe Documento assinado eletronicamente por MAURICIO MUCIACITO DE VASCONCELLOS, em 10/04/2025, às 17:19:14 - 9a2dcda

Valor do lance mínimo (75%): R$ 375.000,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

16: 0000949-37.2013.5.15.0095 - Assessoria de Execução III de Campinas

16.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 10200 - 3º Cartório - CAMPINAS/SP

Descrição: Prédio, respectivo terreno e quintal, a rua Francisco Teodoro 587, medindo em seu todo 5,00m de frente, igual largura nos fundos, por 40,00m da frente aos fundos, com área de 200,00m2, confrontando com o prédio 595 de Francisco Said ou sucessores e Marta Prestes ou sucessores.

Ônus/Observação: Observação: Co-proprietário: MARIO TRENTIN, Valor do lance mínimo: 75% da avaliação Certidão de id: a420fe3 do Processo nº 0000949-37.2013.5.15.0095: "imóvel fechado e desabitado há muito tempo (aproximadamente 18 anos), existindo no terreno edificação inacabada; fachada do imóvel fechada por dois portões de metal (garagem e acesso), pintados na cor amarela, e vizinhos informam tratar-se de uma construção “embargada” por irregularidades na obra" Ônus: Av.04: Ação de Execução de Título Extrajudicial - 6ª Vara Cível da Comarca de Itapira-SP - processo 1041397-49.2015.8.26.0114 Av.05: Penhora - 6ª Vara Cível da Comarca de Itapira-SP - processo 1041397-49.2015.8.26.0114 Av. 06: Penhora - 8ª Vara do Trabalho de Campinas - processo 0000949-37.2013.5.15.0095 Av.07: Averbação Premonitória - 1ª Vara Regional de Vila Mimosa da Comarca de Campinas - processo 1000551-46.2016.8.26.0084.

Proprietários:

MARIA MADALENA PINTO CATAO TRENTIN

CPF: 099.729.678-08

Removido: Não

Localização: Rua Francisco Teodoro Número: 587

Cidade: CAMPINAS UF: SP

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 420.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 420.000,00

Data Avaliação: 14/01/2025

Data Penhora: 06/05/2022

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (75%): R$ 315.000,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

17: 0086300-67.2002.5.15.0093 - Assessoria de Execução III de Campinas

17.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 17758 - 1º Cartório - IGUAPE/SP

Descrição: Lote de terreno sob nº 56 (cinquenta e seis), da quadra nº 5 (cinco), do loteamento denominado 'Balneários dos Meninos', situado na Ilha Comprida, neste município de Iguape, medindo 10,00m por 10,00m com a área de 270,00m², fazendo frente para a Rua 'B', confrontando do lado direito com o lote nº 55 (cinquenta e cinco), do lado esquerdo com o lote nº 57 (cinquenta e sete), e nos fundos com o lote nº 9 (nove).

Ônus/Observação: OBSERVAÇÕES: Lote está em local sem infraestrutura, desprovido de acesso à luz elétrica e água, em área de vegetação nativa, inóspita, encravado em região de proteção ambiental (APA), de difícil licenciamento para ocupação e edificação. Há terceira co proprietária; Lance mínimo de 100% do valor da avaliação ÔNUS: Ônus: Av.3 - restrição ambiental - imóvel inserido em área de proteção ambiental denominada APA da Ilha Comprida Av.4 - indisponibilidade no processo nº 02507003120035020027 Av.5 - penhora no processo nº 0086300-67.2002.5.15.0093

Proprietários:

MAURICIO MILNER

CPF: 025.379.588-53

Removido: Não

Localização: QUADRA 05, LOTE 56 Bairro: Balneario dos Meninos Cidade: ILHA COMPRIDA UF: SP

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 15.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 15.000,00

Data Avaliação: 21/07/2023

Data Penhora: 29/06/2022

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (100%): R$ 15.000,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

17.2 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 45749 - 1º Cartório - COTIA/SP

Descrição: Unidade autônoma nº 36, do Condomínio das Graças, situado no Bairro da Graça, neste Município e Comarca de Cotia, Estado de São Paulo, que assim se descreve: com a área total de 659,50 m², medindo 15,00 metros de frente para a Passagem 01, pelo lado direito de quem da frente da passagem olha para a unidade autônoma mede 44,00 metros e confronta com a unidade autônoma nº 36, pelo lado esquerdo mede 34,00 metros e confronta

PJe Documento assinado eletronicamente por MAURICIO MUCIACITO DE VASCONCELLOS, em 10/04/2025, às 17:19:14 - 9a2dcda

com a unidade autônoma nº 34 e nos fundos, onde também faz frente para a Passagem 02, mede 21,50 metros, correspondente a uma fração ideal no terreno de 0,01742%.

Ônus/Observação: OBSERVAÇÕES: Há terceira co proprietária; Lance mínimo de 100% do valor da avaliação. ÔNUS: Av.03 - penhora no processo nº 0086300-67.2002.5.15.0093 Av.04 - indisponibilidade no processo nº 0086300-67.2002.5.15.0093 Av.05 - indisponibilidade no processo nº 0015700- 51.2004.5.02.0048 Av.06 - indisponibilidade no processo nº 0227000-69.2003.5.02.0433 Av.07 - indisponibilidade no processo nº 0250700-31.2003.5.02.0027

Proprietários:

MAURICIO MILNER

CPF: 025.379.588-53

Removido: Não

Localização: RUA DAS DÁLIAS Número: 13

Bairro: CONDOMINIO DAS GRAÇAS, Complemento: Ap. 36

Cidade: COTIA UF: SP

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 62.916,30

Valor Total Penhorado: R$ 62.916,30

Data Avaliação: 27/06/2023

Data Penhora: 29/06/2022

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (100%): R$ 62.916,30

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

Valor total do lote: R$ 77.916,03

Valor mínimo total do lote: R$ 77.916,03

18: 0011335-78.2019.5.15.0043 - Assessoria de Execução III de Campinas

18.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 30808 - 1º Cartório - PEDREIRA/SP

Descrição: Lote de terreno sob nº 02 (dois) da Quadra E, com a área de 250,00 metros quadrados, com a frente para a Rua 04, para a qual mede 10,00m (dez metros), igual largura na linha do fundo, confrontando com o lote nº 45; 25,00m (vinte e cinco metros) da frente ao fundo, em ambos os lados, confrontando do lado direito com o lote nº 03 e do lado esquerdo com o lote nº 01, possuindo faixa "non aedificandi", destinada a viela sanitária, com largura de 3,00 metros, localizada no fundo do lote.

Ônus/Observação: Observação: Lance mínimo de 60% do valor da execução. Sobre o lote há uma edificação térrea (residencial), padrão médio de construção.

Proprietários:

ANTÔNIO CARLOS DURANTE

CPF: 247.781.808-28

Removido: Não

Localização: Rua Otávio Antoniacci Número: 89

Bairro: Jardim Pinheiros Cidade: JAGUARIÚNA UF: SP

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 550.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 550.000,00

Data Avaliação: 08/08/2023

Data Penhora: 07/12/2022

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (60%): R$ 330.000,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

19: 0010520-46.2022.5.15.0053 - Assessoria de Execução III de Campinas

19.1 Tipo do Bem: Veículo

Identificação: Placa: AHX6489

Descrição: Veículo VW Fusca 1600, 1994, placa AHX 6489, cor prata.

Ônus/Observação: Observação: Lance mínimo de 100% do valor da avaliação

Proprietários:

FRANCISCO RODRIGUES NETO

CPF: 179.005.168-16

VANDA HELOIZA DE SYLLOS ROSA RODRIGUES

CPF: 126.567.888-03

Removido: Não

Localização: Av. ENGENHEIRO JOSÉ FRANCISCO HOMEM DE MELO Número: 1155 Cidade: CAMPINAS UF: SP

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 28.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 28.000,00

Data Avaliação: 25/01/2023

Data Penhora: 25/01/2023

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (100%): R$ 28.000,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

20: 0011635-33.2020.5.15.0131 - Assessoria de Execução III de Campinas

PJe Documento assinado eletronicamente por MAURICIO MUCIACITO DE VASCONCELLOS, em 10/04/2025, às 17:19:14 - 9a2dcda

20.1 Tipo do Bem: Veículo

Identificação: Placa: FGU4734

Descrição: Veículo Marca Honda city EX CVT, placas 4734

Ônus/Observação: Veículo em bom estado e em funcionamento. Lance mínimo de 75% do valor da avaliação (0011635-33.2020.5.15.0131)

Proprietários:

DANUBIA DOMINGUES FERREIRA

CNPJ: 19.164.236/0001-91

Removido: Não

Localização: Av. dos Pioneiros Número: 450

Bairro: Parque Villa Flores Complemento: casa 25

Cidade: SUMARÉ UF: SP

CEP: 13175-668

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 62.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 62.000,00

Data Avaliação: 20/02/2024

Data Penhora: 20/02/2024

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (75%): R$ 46.500,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

21: 0010614-76.2019.5.15.0092 - Assessoria de Execução III de Campinas

21.1 Tipo do Bem: Imóvel - EXCLUÍDO

Identificação: Matrícula: 201653 - 3º Cartório - CAMPINAS/SP

Descrição: imóvel de matrícula 201.653, do 3o CRI de Campinas, lote 27, quadra D, loteamento Jardim Santa Maria. Conforme croqui informado pela Prefeitura no site zoneamento on line, através do código cartográfico 514221850373-00000, estive no local e constatei tratar-se de terreno sem construção, situado à rua Prof. Paulo Freire, bairro Vista Alegre.

Um terreno designado por Lote 27 da Quadra 'D' do loteamento denominado Jardim Santa Maria, nesta cidade, assim descrito e caracterizado: medindo 12,00m de frente para a rua 01; 12,60m nos fundos, por 25,00m de ambos os lados confrontando com os lotes 26, 28, e 20, encerrando a área de 307,00m².

Ônus/Observação: OBSERVAÇÕES: Código cartográfico correto: 5124.6340.0335.00000 Certidão de id. 0f76761 da CP 0010614-76.2019.5.15.0092: O bairro (onde se encontra o imóvel) está situado na periferia da cidade, parcialmente urbanizado, com alto índice de violência e lotes invadidos e sem regularização. ÔNUS: Av.01 - penhora Av.03 - indisponibilidade Av.05 - arresto Av.06 a 10 - indisponibilidade Av.11 - penhora Av.12 e 13 - indisponibilidade Av.14 - penhora Av.15 - indisponibilidade Av.16 - penhora Av.17 a 21- indisponibilidade Av.22 - penhora Av.23 e 24 - indisponibilidade Av.25 - penhora Av.26 a 54 - indisponibilidade Av.55 - penhora Av.56 a 84 - indisponibilidade Av.85 - penhora Av.86 e 87 - indisponibilidade Av.88 – penhora.

Removido: Não

Localização: Rua Pedro Colombari Bairro: Bairro Vista Alegre Complemento: Em frente à esquina da Rua Lourival de Almeida Cidade: CAMPINAS UF: SP

CEP: 13055603

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 115.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 115.000,00

Data Avaliação: 04/03/2022

Data Penhora: 13/05/2024

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (50%): R$ 57.500,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

22: 0010399-24.2017.5.15.0043 - Divisão de Execução de Campinas

22.1 Tipo do Bem: Imóvel – EFEITO SUSPENSO

Identificação: Matrícula: 4835 - 1º Cartório - VINHEDO/SP

Descrição: Terreno constituído pelo Lote 11, Quadra 09, do Loteamento denominado Residencial Reserva Sapucaia II, Município de Louveira/SP, com área de 525,00 metros quadrados. Cadastro de contribuinte: 41143-41-62-06096-00011.

Proprietários:

IVONE MARIA SALES

CPF: 103.038.308-16

Removido: Não

Localização: Alameda dos Hibiscos Número: 0

Bairro: Santa Isabel Cidade: LOUVEIRA UF: SP

CEP: 13291-174

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 397.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 397.000,00

Data Avaliação: 07/06/2024

Data Penhora: 07/06/2024

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (50%): R$ 198.500,00

Anexo(s) do bem:

PJe Documento assinado eletronicamente por MAURICIO MUCIACITO DE VASCONCELLOS, em 10/04/2025, às 17:19:14 - 9a2dcda

Não há anexos cadastrados para este bem

23: 0010722-52.2023.5.15.0129 - Divisão de Execução de Campinas

23.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 152723 - 1º Cartório - ITANHAÉM/SP

Descrição: TERRENO, LOTE 05, QUADRA R (LADO MORRO), COM 264 METROS QUADRADOS; LOTE DE TERRENO SEM DEMARCAÇÃO, COM MATA NATIVA E SEM ACESSO; NO BAIRRO BALNEÁRIO MARTINEZ, RUA JOSÉ MARTINEZ, 0, MONGAGUÁ/SP, CEP: 11730-000.

Proprietários:

IAC DO BRASIL REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA

CNPJ: 65.408.114/0001-10

Removido: Não

Localização: RUA JOSÉ MARTINEZ Número: 0

Bairro: BALNEÁRIO MARTINEZ Complemento: LOTE 05 QUADRA R

Cidade: MONGAGUÁ UF: SP

CEP: 11730-000

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 5.475,00

Valor Total Penhorado: R$ 5.475,00

Data Avaliação: 15/10/2024

Data Penhora: 29/10/2024

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (50%): R$ 2.737,50

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

23.2 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 152724 - 1º Cartório - ITANHAÉM/SP

Descrição: TERRENO, LOTE 06, QUADRA R (LADO MORRO), COM 264 METROS QUADRADOS; LOTE DE TERRENO SEM DEMARCAÇÃO, COM MATA NATIVA E SEM ACESSO; NO BAIRRO BALNEÁRIO MARTINEZ, MONGAGUÁ/SP, CEP: 11730-000

Proprietários:

IAC DO BRASIL REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA

CNPJ: 65.408.114/0001-10

Removido: Não

Localização: RUA JOSÉ MARTINEZ Número: 0

Bairro: BALNEÁRIO MARTINEZ Complemento: LOTE 06 QUADRA R

Cidade: MONGAGUÁ UF: SP

CEP: 11730-000

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 5.475,00

Valor Total Penhorado: R$ 5.475,00

Data Avaliação: 15/10/2024

Data Penhora: 29/10/2024

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (50%): R$ 2.737,50

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

23.3 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 152725 - 1º Cartório - ITANHAÉM/SP

Descrição: TERRENO, LOTE 12, QUADRA R (LADO MORRO), COM 264 METROS QUADRADOS; LOTE DE TERRENO SEM DEMARCAÇÃO, COM MATA NATIVA E SEM ACESSO; NO BAIRRO BALNEÁRIO MARTINEZ, MONGAGUÁ/SP, CEP: 11730-000.

Proprietários:

IAC DO BRASIL REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA

CNPJ: 65.408.114/0001-10

Removido: Não

Localização: RUA JOSÉ MARTINEZ Número: 0

Bairro: BALNEÁRIO MARTINEZ Complemento: LOTE 12 QUADRA R

Cidade: MONGAGUÁ UF: SP

CEP: 11730-000

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 5.475,00

Valor Total Penhorado: R$ 5.475,00

Data Avaliação: 15/10/2024

Data Penhora: 29/10/2024

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (50%): R$ 2.737,50

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

Valor total do lote: R$ 16.425,00

Valor mínimo total do lote: R$ 8.212,50

REGULAMENTO E DISPOSIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO NA HASTA PÚBLICA UNIFICADA DA CIRCUNSCRIÇÃO DE CAMPINAS - TRT 15ª REGIÃO

1. CADASTRO PARA PARTICIPAR DO LEILÃO ELETRÔNICO:

PJe Documento assinado eletronicamente por MAURICIO MUCIACITO DE VASCONCELLOS, em 10/04/2025, às 17:19:14 - 9a2dcda

1.1) Quem pretender arrematar os citados bens, deverá efetuar seu cadastro, que deverá ser feito antecipadamente no site: **www.grupolance.com.br.** O cadastro implicará a aceitação da integralidade das disposições do Provimento GP-CR Nº 04/2019, do TRT da 15ª Região, assim como das demais condições dispostas neste edital.

1.2) Após o cadastro, deverão ser encaminhados ao leiloeiro, no e-mail **contato@grupolance.com.br,** os arquivos dos seguintes documentos:

- **TERMO DE ADESÃO** assinado e com firma reconhecida em cartório ou encaminhado por arquivo eletrônico com a devida assinatura digital válida no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas (ICP-Brasil), com cláusula específica de que o licitante presta as informações com veracidade, na forma da lei, sob pena de caracterização de crime, valendo o simples recebimento do e-mail como prova para este fim;
- Cópia autenticada da Carteira de identidade (RG) ou documento equivalente (carteira nacional de habilitação, documento de identidade expedido por entidades de classe ou órgãos públicos);
- Cópia autenticada do Cadastro de pessoa física (CPF);
- Original ou cópia autenticada do Comprovante de estado civil;
- Cópia autenticada dos documentos do cônjuge (RG/CPF);
- Comprovante de residência em nome do interessado;
- E-mail para intimação processual e telefone para contato.
- **Na hipótese de se tratar de pessoa jurídica:**
- Cópia autenticada do Contrato social e alterações;
- Cartão CNPJ;
- Cópia autenticada dos documentos do representante (RG/CPF);
- Comprovante de endereço em nome da empresa;

Alternativamente os documentos previstos nos itens acima podem ser enviados em arquivo eletrônico, desde que permitam a aferição de sua autenticidade pela Internet. Todos os documentos referidos deverão ser recepcionados pelo leiloeiro até a data designada para a realização do leilão eletrônico, sob pena de não ser efetivada a validação do cadastro efetuado.

É obrigação do arrematante fornecer e-mail e telefone para localização, em qualquer caso. Na omissão, o leiloeiro será responsável pela juntada aos autos dos documentos pessoais e de representação do arrematante, comprovante de pagamento das parcelas, transferência do bem e imissão de posse.

1.2.1) Alternativamente, os citados documentos, em cópias autenticadas, poderão ser encaminhados no endereço físico: Avenida Miguel Stefano, nº 3335, CEP 11.440-533, Balneário Cidade Atlântica, Guarujá-SP.

1.3) Os documentos acima discriminados deverão ser recepcionados pelo leiloeiro **até a data designada para o encerramento do leilão eletrônico, sob pena de não ser efetivada a validação do cadastro efetuado** (§3º, art. 12 do Provimento GP-CR nº 04/2019).

1.3.1) Considerando que a hasta será realizada exclusivamente na modalidade eletrônica não haverá possibilidade do cadastro presencial. Caso o participante necessite de auxílio ou estrutura para participação no leilão, poderá comparecer ao Fórum Trabalhista de Campinas, situado na Avenida José de Souza Campos, nº 422, Chácara da Barra, 8º andar, com uma hora de antecedência para que seja providenciada a estrutura e o auxílio necessários à sua participação.

1.4) O cadastro é pessoal e intransferível, sendo o interessado responsável pelo cumprimento dos prazos fixados neste edital,

PJe Documento assinado eletronicamente por MAURICIO MUCIACITO DE VASCONCELLOS, em 10/04/2025, às 17:19:14 - 9a2dcda

assim como pelos lances realizados com seu login e senha, sob pena de multa a ser fixada pelo Juízo responsável pela hasta.

1.5) O cadastro e a participação no leilão eletrônico constituem faculdade dos licitantes, eximindo-se o TRT da 15ª Região de eventuais problemas técnicos ou operacionais que obstem, no todo ou em parte, a efetiva participação do interessado no ato (art. 13 do Provimento GP-CR n. 04/2019).

2. DISPOSIÇÕES GERAIS DA HASTA PÚBLICA:

2.1) O leilão será realizado EXCLUSIVAMENTE na modalidade eletrônica. Os bens serão anunciados no ambiente virtual do leiloeiro, no sítio eletrônico **www.grupolance.com.br** e serão vendidos um a um em caráter *ad-corpus* e no estado de conservação em que se encontram.

2.2) A hasta estará a cargo do Leiloeiro Oficial designado **Gilberto Fortes do Amaral Filho,** o qual fica responsável por:

a) divulgar a hasta com especial enfoque para na publicidade da modalidade de sua realização, exclusivamente eletrônica, em mídias eletrônicas, tais como redes sociais e portais de notícias, além da publicação do competente edital, com, no mínimo, 20 (vinte) dias úteis de antecedência, nos termos do art. 2ª do Provimento GP-CR Nº 04/2019, no site nacional www.PUBLICJUD.com.br;

b) providenciar a remoção do(s) bem(ns), quando determinada pela Juíza, fazendo jus o leiloeiro ao ressarcimento das despesas ocorridas com a remoção, guarda e conservação dos bens, desde que documentalmente comprovadas, bem como a armazenagem, na forma do artigo 789-A, VIII, da CLT, que serão acrescidas à execução, mesmo nas hipóteses em que depois da remoção do(s) bem(ns) sobrevier substituição da penhora, pagamento, remição, conciliação ou adjudicação.
Consoante o art. 826 e 903 do CPC/2015, a remição pode ocorrer enquanto não assinado o auto de arrematação pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro, momento em que a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretratável.

2.3) O leiloeiro fica responsável pelo regular funcionamento do site no que diz respeito às informações lá disponibilizadas, zelando pela regularidade, transparência e regular acesso dos interessados na igualdade de oportunidade de ofertas de lances.

2.4) O usuário cadastrado terá conhecimento dos lances ofertados, por meio de informação disponibilizada pelo leiloeiro na página eletrônica, assim como de eventual proposta de parcelamento;

2.5) O usuário cadastrado poderá ofertar novo lance, que será devidamente divulgado no ambiente virtual supramencionado, propiciando a concorrência em igualdade de condições aos interessados; assim, a cada novo lance, o sistema permanecerá aberto para novo lance por mais 3 minutos, a fim de possibilitar a concorrência.

2.6) O ambiente de lances do leiloeiro deverá prever a aquisição do bem individualizado ou do lote integral, em condomínio de licitantes.

2.7) O aludido ambiente virtual do leiloeiro deve possibilitar o registro de data e hora dos lances para verificação e certificação da ordem dos lances, tanto do arrematante vencedor quanto do arrematante vencido, assim como das condições de pagamento.

3. DOS LANCES

3.1) O leilão ocorrerá conforme o seguinte cronograma:

1. **Abertura do leilão para recepção de lances:** dar-se-á a partir do dia 23/04/2025, sendo os lances recebidos no ambiente virtual disponibilizado pelo Leiloeiro Oficial.

1. **Realização do 1º Pregão:** o primeiro pregão será realizado no dia **22/05/2025, às 14h00**, com transmissão ao vivo, pelo Leiloeiro Oficial, ocasião em que serão analisados os lances já existentes. **Os lotes serão apregoados e encerrados um a um, com a declaração do lance vencedor, ou o repasse do lote para o 2º pregão.**

1. **Realização do 2º Pregão (repasse):** o segundo pregão será realizado no mesmo dia, após o encerramento do 1º pregão, depois de curto intervalo a ser definido, no ato, pelo Leiloeiro Oficial, durante a transmissão ao vivo. No repasse, os lotes serão anunciados e encerrados, um a um, com o registro dos lances, no ambiente virtual, ocasião em que poderão ser desmembrados e o pagamento poderá ser parcelado, mantendo-se o mesmo percentual de lance mínimo praticado no primeiro pregão. Por

PJe Documento assinado eletronicamente por MAURICIO MUCIACITO DE VASCONCELLOS, em 10/04/2025, às 17:19:14 - 9a2dcda

ocasião do repasse, os interessados poderão fazer outras propostas exclusivamente através do site do leiloeiro, tais propostas estarão sujeitas a aprovação, no ato, pela Juíza Coordenadora da Divisão de Execução de Campinas, conforme critérios estabelecidos neste edital.

1. **Ajuste das Propostas:** durante o anúncio de cada lote, conforme item “c” acima, as propostas serão analisadas pela Juíza Coordenadora, que poderá, por intermédio do Leiloeiro Oficial, contatar as(os) licitantes para ajustarem suas propostas, caso não atendam aos critérios de aprovação. Tal período findará com a aprovação ou rejeição das propostas existentes. Poderá a Juíza Coordenadora, neste momento, adiar o encerramento de determinado lote, passando à análise e encerramento dos lotes seguintes, caso as circunstâncias exijam maior tempo para o ajuste de propostas.

1. **Encerramento do 2º Pregão:** analisadas todas as propostas e declaradas(os) as(os) vencedoras(es), será encerrado o 2º pregão.

1. **Encerramento do Leilão:** ocorrerá no mesmo dia, 22/05/2025, após o cumprimento de todas as etapas acima.

3.2) Será observado como lance mínimo a percentagem sobre o valor da avaliação definida pelo Juízo da Execução. Não existindo definição pelo Juízo da Execução do lance mínimo, esse será de 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação para bens imóveis e veículos e 50% (cinquenta por cento) para os demais bens.

3.3) Desde a data da publicação do presente Edital, o leilão eletrônico estará disponível para recepção de lances por meio do site do leiloeiro na internet **www.grupolance.com.br**, sendo certo que:

1. O leilão na forma de aquisição do lote integral, sem desmembramento e sem parcelamento, acontecerá a partir da data de publicação deste edital até o encerramento da hasta, **que tem horário marcado, podendo prorrogar a depender** da demanda de oferta e da procura;

1. A fim de garantir a plena isonomia entre os participantes, a realização dos lances deve ocorrer **exclusivamente** por meio do respectivo sítio eletrônico, através da utilização de login e senha;

1. O usuário cadastrado poderá ofertar novo lance, que será devidamente anunciado no ambiente virtual do leiloeiro, propiciando a concorrência em igualdade de condições aos interessados;

1. Os licitantes que pretenderem arrematar em condomínio deverão informar ao leiloeiro via e-mail, enviando as condições da proposta para pregão eletrônico e verbal;

1. O aludido ambiente virtual do leiloeiro deve possibilitar a comunicação com os licitantes, inclusive com registro de data e hora, para verificação e certificação da ordem dos lances, do arrematante vencedor e do arrematante vencido, assim como as condições de pagamento deste último.

3.4) Para dirimir eventuais dúvidas e questionamentos, o leiloeiro deverá manter em seu site, em local de fácil visualização, telefones e formas para contato com a equipe do leiloeiro.

3.5) Compete ao Juízo responsável pela hasta pública, na forma do artigo 7º do Provimento GP-CR Nº 04/2019, proceder ao cancelamento de qualquer oferta quando não for possível autenticar a identidade do usuário, quando houver descumprimento das condições estabelecidas no Edital ou no referido Provimento ou quando a proposta apresentar irregularidade facilmente detectável.

4) Arrematado o bem, o leiloeiro enviará ao arrematante, por mensagem eletrônica, as guias de depósito e os dados bancários para pagamento imediato do valor da arrematação e da comissão, respectivamente, observados os percentuais devidos e a forma de

PJe Documento assinado eletronicamente por MAURICIO MUCIACITO DE VASCONCELLOS, em 10/04/2025, às 17:19:14 - 9a2dcda

pagamentos previstos neste edital.

5) Na data da Hasta Pública, sendo a arrematação para pagamento à vista, o arrematante deverá pagar parcela correspondente a, no mínimo 20% (vinte por cento) do valor do lance, além da comissão do leiloeiro, de 5% (cinco por cento) também sobre o valor do lance, admitindo-se pagamento em moeda corrente e comprovação de transferência online ou guia de depósito.

5.1) O saldo remanescente deverá ser pago no primeiro dia útil subsequente à data da realização da hasta, diretamente na agência bancária autorizada;

5.2) A realização tempestiva dos pagamentos deve ser comprovada até 24 horas após sua efetivação, mediante envio de mensagem eletrônica do arrematante acompanhada dos documentos, para o endereço eletrônico do Leiloeiro, que a encaminhará à Central de Mandados de Campinas e ao Juízo da execução.

5.3) Cabe ao leiloeiro verificar a tempestividade dos pagamentos.

5.3.1) A não realização dos depósitos dos valores devidos no prazo fixado deverá ser comunicada imediatamente pelo leiloeiro à Central de Mandados de Campinas, informando, ainda, os 3 (três) lances subsequentes, para que seus ofertantes possam exercer o direito de opção, sem prejuízo da possibilidade de reparação de prejuízos prevista no disposto no caput do artigo 903 do Código de Processo Civil.

6) Ressalvada a hipótese do artigo 903, parágrafo 5º, do Código de Processo Civil, a desistência da arrematação ou a ausência do depósito do saldo remanescente no prazo fixado acarretará a perda, em favor da execução, do valor já pago, além da comissão destinada ao leiloeiro, voltando os bens a novo leilão, do qual não serão admitidos a participar o arrematante (art.897 do CPC).

7) O credor que não adjudicar os bens constritos perante o Juízo da Execução antes de designada data para o leilão pela Corregedoria Regional, com sorteio de leiloeiro e geração de relatório por sistema eletrônico, só poderá adquiri-los em hasta pública na condição de arrematante, com preferência na hipótese de igualar o maior lance, respondendo, porém, pelo pagamento da comissão do leiloeiro, na forma do art. 6º do Provimento GP-CR nº 04/2019.

8) Se o crédito do (s) exequente(s) for(em) suficiente(s) para a aquisição do bem na hasta e o exequente que tiver interesse na arrematação, deverá observar as seguintes regras:

a) fazer seu cadastro junto ao sítio eletrônico do leiloeiro e enviar e-mail através do endereço: **contato@grupolance.com.br**, informando que tem a intenção de exercer seu direito de preferência e encaminhando os documentos elencados no item 1.2.

b) Não haver determinação expressa no juízo da execução que impeça a arrematação nesta modalidade;

c) Na hipótese de o exequente ser o único credor trabalhista com crédito habilitado nos autos da execução em que foi determinada a alienação do bem penhorado, a arrematação com a utilização dos créditos somente será deferida se, por ocasião da realização da hasta pública, apresentar certidão atualizada do seu crédito, até o dia útil imediatamente anterior à data da hasta pública, bem como certidão que comprove ser ele/a o único credor trabalhista com crédito habilitado nos autos em que foi determinada a alienação do bem penhorado.

d) Na hipótese de existir mais de um credor trabalhista com crédito habilitado nos autos em que foi determinada a alienação do bem penhorado, a arrematação com a utilização dos créditos somente será deferida se houver petição no aludido processo (PJE) de todos os credores manifestando o desejo de arrematar conjuntamente o bem, hipótese na qual cada um deles adquirirá uma parte ideal proporcional ao seu crédito, cabendo-lhes pagar, também de forma proporcional, a comissão fixada ao leiloeiro;

e) Na hipótese da alínea anterior, caso não haja a concordância de arrematação conjunta de todos os credores, o exequente que pretender arrematar os bens estará obrigado a exibir a integralidade do preço (diferença entre seu crédito e o lance eventualmente ofertado ou, se não houver, entre o seu crédito e o valor do lance mínimo), sob pena de indeferimento do pedido de arrematação.

9) Caso o arrematante seja o próprio credor e o seu crédito seja inferior ao valor do lance mínimo, deverá ser efetuado, no prazo de 3 (três) dias, o depósito da diferença entre o valor do maior lance e do seu crédito ou da diferença entre o valor do seu crédito e o montante do lance mínimo, sob pena de tornar sem efeito a arrematação, realizando-se novo leilão à custa do exequente (§1º do art. 892 do Código de Processo Civi) ou, se for o caso, de atribuí-la ao licitante concorrente. Nesta hipótese, a comissão do leiloeiro, calculada sobre o valor do lance, deverá ser paga por ocasião do encerramento da hasta pública.

10) Exclusivamente para o repasse, o interessado que adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar proposta para

PJe Documento assinado eletronicamente por MAURICIO MUCIACITO DE VASCONCELLOS, em 10/04/2025, às 17:19:14 - 9a2dcda

parcelamento do pagamento da arrematação, observadas as seguintes regras:

a) Para bens imóveis: A proposta conterá oferta de pagamento de pelo menos **30%** (trinta por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado no máximo em 11 (onze) parcelas, quando se tratar de imóveis; nos casos de parcelamento de pagamento de bens imóveis, a carta de arrematação será expedida com hipoteca judiciária, que só será extinta após a integral quitação das parcelas.

b) Para bens móveis: a proposta conterá oferta de pagamento de pelo menos **30%** (trinta por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado no máximo em 11 (onze) parcelas. Nos casos de parcelamento de pagamento de bens móveis, a carta de arrematação ficará condicionada ao pagamento integral das parcelas.

b.1) Eventual antecipação de entrega da carta de arrematação deverá ser requerida ao Juízo da Execução, mediante caução idônea, ficando à decisão deste o deferimento da carta em comento;

c) Nos casos de parcelamento, será utilizado o índice SELIC (Receita Federal) para corrigir monetariamente as prestações ou outro índice que venha a substituir o fixado;

c.1) Casos excepcionais, o índice de atualização poderá ser diferenciado do constante no item "c", a depender do deferimento da Magistrada responsável pela hasta, o que deverá estar consignado no Auto de Arrematação.

d) A apresentação da proposta de parcelamento não suspende o leilão.

e) A opção pelo parcelamento deve ser efetuada no momento do lance. Em não se fazendo neste momento, presume-se que o lance foi dado à vista, não podendo posteriormente o arrematante solicitar referido parcelamento.

f) Propostas de parcelamentos em condições iguais, prevalecerá a formulada em primeiro lugar.

g) A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de parcelamento, desde que os valores das propostas sejam iguais;

h) Havendo mais de uma proposta de parcelamento será considerada a mais vantajosa aquela que contenha maior valor real, devendo, entretanto, as propostas serem analisadas pelo leiloeiro e enviadas à Juíza Coordenadora para dirimir eventual dúvida.

i) Não será aceito lance que ofereça preço inferior ao mínimo estipulado pelo juiz da execução e constante do edital.

j) Sempre que houver dúvidas na análise das propostas de pagamento por parte do leiloeiro, esse deverá realizar contato prévio com a Juíza para finalizar a arrematação.

k) A imissão na posse de bens arrematados parceladamente ficará condicionada ao pagamento total do valor do lance.

k.1.) O Juízo da Execução poderá decidir de forma distinta pela imissão da posse do bem arrematado, seguindo seu entendimento judicial.

l) Deferido o parcelamento, no caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas, sendo que multa será revertida em favor do exequente;

m) O inadimplemento de uma ou mais parcelas da arrematação autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação perante o Juízo da execução;

n) Além da comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, a cargo do arrematante, fará jus o (a) leiloeiro (a) ao ressarcimento das despesas ocorridas com a remoção, guarda e conservação dos bens, desde que documentalmente comprovadas, bem como a armazenagem, na forma do artigo 789-A, VIII, da CLT, que serão acrescidas à execução.

o) O executado ressarcirá as despesas, inclusive se, depois da remoção, sobrevier substituição da penhora, conciliação, pagamento, remição ou adjudicação. Se o valor da arrematação for superior ao crédito do exequente, as despesas poderão ser deduzidas do produto da arrematação.

p) Os bens que se enquadram na hipótese do art. 1.331 do Código Civil deverão observar as regras lá existente e, especificamente no tocante a vaga de garagem, deverá ser demonstrado no ato da

PJe Documento assinado eletronicamente por MAURICIO MUCIACITO DE VASCONCELLOS, em 10/04/2025, às 17:19:14 - 9a2dcda

arrematação (por e-mail enviado ao leiloeiro) a condição de condômino ou a expressa autorização para alienação a pessoa estranha ao condomínio na convenção do condomínio.

11) A alienação de bens cuja propriedade não seja apenas do devedor ou devedores, sendo o bem em parte de pessoas não executada, será realizada observando-se as regras abaixo:
11.1) Caso o interessado não seja coproprietário do bem oferecido, terá de oferecer quanto à cota-parte de propriedade da pessoa não executada lance à vista, não se admitindo quanto a essa parcela do bem qualquer tipo de parcelamento. Será admitido apenas o parcelamento da cota-parte correspondente ao devedor ou devedores da ação trabalhista, a qual seguirá as regras já previstas neste edital para tal tipo de arrematação;
11.2) Caso o(s) coproprietário(s) não executado deseje adquirir o bem, estará desobrigado de depositar o valor referente à sua cota-parte e, em optando por assim agir, também nada receberá no Juízo de Execução quando da eventual distribuição de valores em favor de outros coproprietários não devedores.
11.3) Caberá ao interessado comprovar documentalmente, no momento da hasta, a sua condição de coproprietário, bem como a de não executado, apresentando, obrigatoriamente, certidão da matrícula do imóvel atualizada (em prazo não superior a 30 dias contados da data da realização da hasta pública) e certidão emitida pela Vara do Trabalho no máximo de 10 (dez) dias contados da data da realização da hasta pública, da qual conste o nome de todos os executados do processo em que o bem está sendo alienado.

12) Não será devida a comissão ao (à) Leiloeiro (a) na hipótese de desistência de que trata o parágrafo 5º do artigo 903 do Código de Processo Civil, de anulação da arrematação ou se negativo o resultado da hasta.

12.1) Anulada ou verificada a ineficácia da arrematação ou ocorrendo a desistência prevista no parágrafo 5º do artigo 903 do Código de Processo Civil, o (a) leiloeiro (a) devolverá ao arrematante o valor recebido a título de comissão corrigido pela taxa SELIC (Receita Federal), imediatamente após o recebimento da comunicação pela Central de Mandados de Campinas.

12.2) Na hipótese de acordo ou pagamento do débito após a publicação do edital, mas antes da data de encerramento da hasta pública, o leiloeiro fará jus à comissão no montante de **2% (dois por cento) sobre o valor do ACORDO.**

13) Concretizada a arrematação, o leiloeiro procederá à expedição do Auto de Arrematação, enviando-o assinado pelo leiloeiro e pelo arrematante, à Central de Mandados de Campinas, por e-mail, para revisão e remessa à Juíza Coordenadora da Divisão de Execução de Campinas.

13.1) Caberá ao leiloeiro, ao final do certamente, remeter ao e-mail institucional da Divisão de Execução de Campinas (divisaoexecucao.campinas@trt15.jus.br) assim como ao Juízo de cada execução, em mensagens individualizadas, os documentos dos arrematantes, os comprovantes de pagamento e a devolução do auto de arrematação assinado digitalmente tanto pelo leiloeiro como pelo arrematante ou seu representante/procurador.

14) Os participantes dos leilões judiciais promovidos pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, incluídos os eventuais arrematantes dos lotes oferecidos, não poderão alegar desconhecimento das condições do certame, dos encargos do bem, das condições e prazos de pagamento ou das despesas e custas relativas às Hastas Públicas.

15) Nos termos do Art. 110 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho e de acordo com as Recomendações da Ata de Correição Ordinária/2020 da Central de mandados de Campinas, a arrematação em hasta pública se reveste de **natureza originária**, ficando o arrematante isento do pagamento com relação aos débitos tributários, cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens e direitos adquiridos judicialmente estejam ou não inscritos na dívida ativa, ao determinar a alienação de bem através de leilão judicial ou iniciativa particular.

Do mesmo modo, nos termos do disposto nos artigos 1.430 do Código Civil e 908, § 1º do Código de Processo Civil, por força da aquisição originária da coisa, eventuais débitos que recaiam sobre o bem até a data da hasta pública, inclusive os de natureza *propter rem* (Ex.: débitos condominiais), sub-rogam-se sobre o respectivo preço, observada a ordem de preferência.

16) As despesas de transferência do bem arrematado, tais como emolumentos de registro no Cartório de Registro de Imóveis, transferência a órgão de trânsito, entre outras, não se enquadram na previsão das alíneas antecedentes, e serão suportadas pelo arrematante.

17) Em relação às despesas incidentes sobre veículos, tais como

PJe Documento assinado eletronicamente por MAURICIO MUCIACITO DE VASCONCELLOS, em 10/04/2025, às 17:19:14 - 9a2dcda

IPVA e multas, não serão imputadas ao arrematante. Nestes casos o veículo será entregue livre e desembaraçado de qualquer encargo.

18) Os Embargos à arrematação, de acordo com o artigo 903 do Novo Código de Processo Civil, não terão efeito suspensivo da venda realizada, considerando-se perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos.

19) O prazo para eventuais embargos à arrematação ou adjudicação passará a fluir da data da Hasta Pública, independentemente de nova notificação.

20) Fica autorizado o(a) leiloeiro(a) ou pessoa por ele(a) expressamente designada a fazer a vistoria dos bens penhorados, podendo fotografá-los, bem como solicitar, em caráter de urgência, as respectivas certidões de regularidade nos órgãos de interesse, em especial Prefeitura, DETRAN, CIRETRAN, Cartórios de Registro de Imóveis, Cartório de Títulos e Documentos, INCRA, dentre outros que se fizerem necessários.

20.1) É vedado aos depositários criar embaraços à visitação dos bens sob sua guarda, em dias úteis, das 8h às 18h, ou por meio de serviço de agendamento de visitas, sob pena de ofensa ao artigo 77, inciso IV, do CPC, ficando, desde logo, autorizado o uso de força policial, se necessário.

20.2) O leiloeiro deverá envidar esforços para visitar e fotografar o bem, divulgando as fotos no site, disponibilizando também informações que sejam úteis quanto à localização dos lotes. A autorização para visitação do bem será enviada ao leiloeiro via e-mail, pela Central de Mandados de Campinas.

21) O leiloeiro deverá publicar o presente edital em jornal de ampla circulação local, isto é, nas cidades que constituem a área da presente da Circunscrição, a fim de respeitar o princípio da publicidade.

21.1) A divulgação dos lotes deverá ser feita também por outros meios eletrônicos a fim de ampliar o público-alvo.

22) Os casos omissos e as dúvidas quanto à aplicabilidade do Provimento GP-CR Nº 04/2019 serão resolvidos por ato conjunto da Presidência e da Corregedoria deste Tribunal, sendo as ocorrências ou problemas judiciais dirimidos pela Juíza Coordenadora da Central de Mandados de Campinas.

22) Por intermédio deste Edital, ficam intimadas as partes, respectivos patronos, em especial o(a) executado(a) e/ou sócios, inclusive cônjuges ou companheiros, bem como terceiros, suprindo eventual insucesso de qualquer outra forma legalmente estabelecida para notificação.

Publique-se.

Ciência às partes, cônjuges, credores hipotecários e fiduciários.

Oficiem-se os Juízos que determinaram averbações de ônus nos bens que estão incluídos nesta hasta, para ciência e providências que entenderem cabíveis.

Campinas, 07 de abril de 2025

BRUNA MÜLLER STRAVINSKI
JUÍZA DO TRABALHO COORDENADORA DA DIVISÃO DE EXECUÇÃO DE CAMPINAS

VARA DO TRABALHO DE TEODORO SAMPAIO

Despacho

Despacho

Processo Nº RTOrd[rt]-0014000-10.1999.5.15.0127

Processo Nº RTOrd[rt]-00140/1999-127-15-00.4

RECLAMANTE	Alcides Godoi
Advogado	Antonio Gonzaga Ribeiro Jardim(OAB: 121506SPD)
RECLAMANTE	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
RECLAMADO	Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.
Advogado	Raquel Cristina da Silva Medina(OAB:)

Ao(s) advogado(s) do(s) RECLAMADO(s): Ciência do ofício 68/2025, determinando a transferência de valores para o processo 0101077-90.2017.5.01.0038, da 38ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ. -

Despacho

Processo Nº RTOrd[rt]-0080800-83.2000.5.15.0127

Processo Nº RTOrd[rt]-00808/2000-127-15-00.9

RECLAMANTE	Salvador Pereira de Lima
Advogado	Antonio Gonzaga Ribeiro Jardim(OAB: 121506SPD)
RECLAMANTE	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
RECLAMADO	Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.
Advogado	Raquel Cristina da Silva Medina(OAB:)

Ao(s) advogado(s) do(s) RECLAMADO(s): Ciência do ofício

Documento assinado eletronicamente por MAURICIO MUCIACITO DE VASCONCELLOS, em 10/04/2025, às 17:19:14 - 9a2dcda
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/25041017191264000000256610237?instancia=1
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Número do documento: 25041017191264000000256610237

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
0002800-98.2006.5.15.0114
: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E OUTROS (1)

DESPACHO

Petição id. e446562: Conforme se verifica em certidão de id: a921f48, a homologação do acordo foi registrada no sistema EX-PJe, utilizado para designação das hasta públicas.

A informação aparece corretamente no item 9 do edital.

É de conhecimento do Juízo que tal lançamento impede que o bem vá à leilão, em que pese constar no edital, ficando inacessível ao leiloeiro.

O peticionário pode dirimir quaisquer dúvidas entrando em contato com a Divisão de Execução de Campinas, órgão centralizador que administra as hastas públicas no âmbito do Fórum Trabalhista de Campinas.

Intime-se.

CAMPINAS/SP, 10 de abril de 2025

CLEA RIBEIRO
Juíza do Trabalho Substituta

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
0002800-98.2006.5.15.0114
: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL E OUTROS (1)

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID 6b95840 proferido nos autos.

DESPACHO

Petição id. e446562: Conforme se verifica em certidão de id: a921f48, a homologação do acordo foi registrada no sistema EX-PJe, utilizado para designação das hasta públicas.

A informação aparece corretamente no item 9 do edital.

É de conhecimento do Juízo que tal lançamento impede que o bem vá à leilão, em que pese constar no edital, ficando inacessível ao leiloeiro.

O peticionário pode dirimir quaisquer dúvidas entrando em contato com a Divisão de Execução de Campinas, órgão centralizador que administra as hastas públicas no âmbito do Fórum Trabalhista de Campinas.

Intime-se.

CAMPINAS/SP, 10 de abril de 2025

CLEA RIBEIRO
Juíza do Trabalho Substituta

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO DA 15 ª REGIÃO

SIF -COMPROVANTE DE DEPÓSITO

Número do processo:	0002800-98.2006.5.15.0114
Banco de depósito:	CAIXA
Nome do depositante:	ADRIANA LEAL SANDOVAL
Documento do depositante:	02505822875
Valor do depósito:	30.000,00
Data do depósito:	16/12/2024
Conta judicial:	4056042049765061

Documento assinado eletronicamente por MAURICIO MUCIACITO DE VASCONCELLOS, em 14/04/2025, às 18:59:01 - 978f306
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/25041418580475300000256897117?instancia=1
Número do processo: 0002800-98.2006.5.15.0114
Número do documento: 25041418580475300000256897117

PODER JUDICIÁRIO
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

Alvará Eletrônico de Pagamento Número: 000497462025

Número do Processo.....: 0002800-98.2006.5.15.0114

Data de Emissão.....: 11-04-2025 15:52:42

Conta Judicial
Banco.....: 104 - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Conta.....: 4056.042.04976506-1

Réu (reclamado).....: MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL
CPF do Réu (reclamado).....: 102.139.368-10

Autor (reclamante).....: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
CPF do Autor (reclamante)....: 188.116.918-93

Finalidade do Alvará.....: Transferência ao Beneficiário

Beneficiário.....: CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO
Tipo Beneficiário.....: Pessoa Física
CPF do Beneficiário.....: 188.116.918-93
Papel.....: AUTOR

Titular da Conta.....: ROVANI SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
CNPJ do Titular da Conta.....: 44.184.526/0001-44

Conta de Crédito
Banco.....: 001
Conta.....: 6503.33527-4

(=) Valor do Alvará.....: R$ 30677,15

Data de Atualização.....: 02/04/2025

Documento assinado eletronicamente por ERIKA FERRARI ZANELLA, em 15/04/2025, às 07:16:41 - 1º Grau-Alvará-000497462025
O documento deverá ser validado a partir do link apresentado na timeline do processo.
Número do documento: 25041507164124800000497462025

SUMÁRIO

Documentos			
Id.	**Data da Assinatura**	**Documento**	**Tipo**
b84fae3	23/04/2018 12:50	Termo de Abertura de Execução	Termo de Abertura de Execução
4a97db7	23/04/2018 12:50	Relatório de ocorrências SAP1G	Documento Diverso
5ebab89	04/05/2018 18:31	Despacho	Despacho
c172c73	14/05/2018 13:19	Intimação	Intimação
32946b9	14/06/2018 16:39	pedido de Providência	Manifestação
5e29ace	14/06/2018 16:39	Documento Diverso	Documento Diverso
028309a	26/07/2018 15:12	MATRÍCULA E AVALIAÇÃO	Certidão
f532cc3	26/07/2018 15:12	Matrícula e avaliação anteriores	Documento Diverso
3e9ca53	26/07/2018 15:15	Mandado	Mandado
909da38	17/08/2018 15:18	manifestação	Manifestação
6acb48e	17/08/2018 15:18	Prova Emprestada	Prova Emprestada
d288e97	20/08/2018 09:49	Pedido de providencia	Manifestação
bc3703c	23/10/2018 18:50	Devolução de mandado de ID 3e9ca53	Certidão
f8207a8	23/10/2018 18:50	Fotografia	Fotografia
9afca3c	28/02/2019 18:33	Despacho	Despacho
7fefc87	13/03/2019 13:42	Mandado	Mandado
a7a89d7	13/03/2019 13:45	Intimação	Intimação
7f08118	22/03/2019 12:32	Embargos à Execução	Manifestação
5ece684	22/03/2019 13:03	Embargos à Execução	Embargos à Execução
aed4d73	22/03/2019 13:03	Documento Diverso	Documento Diverso
243df6e	28/03/2019 15:09	Impugnação avaliação do imóvel	Impugnação
3da1bba	28/03/2019 15:09	Carnê Iptu	Documento Diverso
23b79ae	23/04/2019 12:40	Habilitação de espólio	Manifestação
0b7c760	09/08/2019 13:03	Despacho	Despacho
bf49b8c	09/08/2019 13:03	Despacho	Notificação
0775a20	13/08/2019 10:11	Contraminuta	Contraminuta
aa8e3fa	14/08/2019 09:45	manifestação	Manifestação
8e7a691	14/08/2019 18:52	Devolução de mandado de ID 7fefc87	Certidão
08c4911	02/10/2019 16:40	Despacho	Despacho
2ed4038	02/10/2019 16:40	Despacho	Notificação
c5eeb0d	10/10/2019 13:04	Ofício cartório	Documento Diverso
19b98cd	10/10/2019 13:05	Ofício cartório	Documento Diverso
4ab4d7e	11/10/2019 10:27	Embargos à Execução	Manifestação
6435e03	11/10/2019 10:27	IPTU	Documento Diverso

4797ab2	11/10/2019 10:27	Comprovante de Residência	Documento Diverso
6354354	11/10/2019 10:27	Termo de inventariante	Documento Diverso
e9145f7	11/10/2019 10:27	Registro	Documento Diverso
7c61473	11/10/2019 10:27	Certidão de Registro do Imóvel	Documento Diverso
6fdeadd	11/10/2019 10:27	Certidão de Registro Do Imóvel	Documento Diverso
1a73f1a	11/10/2019 10:27	Certidão de Registro do Imóvel	Documento Diverso
9842ade	11/10/2019 10:27	Certidão de Registro do Imóvel	Documento Diverso
c3a19ff	23/10/2019 12:47	Contraminuta EE	Contraminuta
395435c	10/09/2020 15:29	Sentença	Sentença
e925a2b	10/09/2020 15:30	Intimação	Intimação
a3daa0b	21/09/2020 17:04	Petição solicitando habilitação	Solicitação de Habilitação
73ddb2e	21/09/2020 17:04	Substabelecimento sem Reserva de Poderes	Substabelecimento sem Reserva de Poderes
3fab106	23/09/2020 16:56	Agravo de Petição	Agravo de Petição
e594e0d	23/09/2020 16:56	Certidão de matrícula do imóvel	Documento Diverso
ef8cf48	05/02/2021 10:11	Decisão	Decisão
e33788d	05/02/2021 10:12	Intimação	Intimação
21874ec	15/02/2021 16:01	Contraminuta ao Agravo de Petição	Contraminuta
f179a68	31/03/2021 16:31	Memoriais	Razões Finais
473f06b	25/06/2021 18:07	Acórdão	Acórdão
454ef5e	29/06/2021 11:04	Intimação	Intimação
02ee540	29/06/2021 11:04	Intimação	Intimação
6de7f5b	29/06/2021 11:04	Intimação	Intimação
a58796b	14/11/2021 13:16	Despacho	Despacho
aca562a	14/11/2021 13:17	Intimação	Intimação
b46c40c	14/11/2021 19:22	Certidão	Certidão
96db8a3	30/11/2021 23:52	Despacho	Despacho
ef98a4d	30/11/2021 23:53	Intimação	Intimação
bbbfaa7	13/12/2021 14:31	Despacho	Despacho
379234e	13/12/2021 14:32	Intimação	Intimação
8df6fe9	13/12/2021 19:26	Certidão de devolução dos autos à origem	Certidão
b792faa	27/01/2022 13:59	Certidão	Certidão
88081fd	27/01/2022 16:18	LINK AUDIÊNCIA 15H03	Certidão
a25835d	28/01/2022 12:54	habilitação	Solicitação de Habilitação
7c1d561	28/01/2022 12:54	Substabelecimento com Reserva de Poderessubstabelecimento	Substabelecimento com Reserva de Poderes
7206b0e	31/01/2022 17:00	Ata da Audiência	Ata da Audiência
dc45d12	07/02/2022 17:35	DEVOLUÇÃO DOS AUTOS	Certidão

2ffe663	11/04/2022 23:26	Despacho	Despacho
ae8b80d	11/04/2022 23:27	Intimação	Intimação
db656f2	20/04/2022 16:04	Envio do ofício ao Cartório	Certidão
5ddf3be	22/07/2022 10:44	Despacho	Despacho
97c02b7	09/08/2022 14:40	Reenvio do ofício ao 1º cartório de imóveis de Campinas	Certidão
57a56de	11/10/2022 15:23	Resposta ao ofício	Certidão
df1d85a	11/10/2022 15:23	0250-2022-doc.1-Matrícula 6737	Documento Diverso
8c291bf	11/10/2022 15:23	0250-2022	Documento Diverso
a1b38f3	29/11/2022 13:20	Despacho	Despacho
f91abd8	25/01/2023 16:13	Mandado	Mandado
c558bf5	09/04/2023 19:23	Certidão de Oficial de Justiça	Certidão
3252f46	04/09/2023 18:06	Despacho	Despacho
7707ffb	04/09/2023 18:07	Intimação	Intimação
d9c9f1b	13/09/2023 16:12	Habilitação	Solicitação de Habilitação
85fb31b	13/09/2023 16:12	SUBSTABELECIMENTO	Substabelecimento com Reserva de Poderes
789b57d	13/09/2023 16:15	Impugnação	Impugnação
9dc1872	25/09/2023 20:35	Manifestação Cleuza Tercília	Manifestação
1b440b8	20/10/2023 15:58	Despacho	Despacho
1063015	20/10/2023 15:59	Intimação	Intimação
19c3c69	27/10/2023 08:51	Manifestação	Manifestação
a07bb0b	27/10/2023 09:27	Manifestação	Manifestação
597603d	27/10/2023 09:27	CARNE IPTU 2023	Documento Diverso
9708238	27/10/2023 09:27	VALOR VENAL NOSSA CASA	Documento Diverso
9133dbf	31/10/2023 20:20	Despacho	Despacho
5f4a389	31/10/2023 20:21	Intimação	Intimação
f0f6f84	02/02/2024 15:38	Despacho	Despacho
81a9ac0	02/02/2024 15:39	Intimação	Intimação
69104e9	02/02/2024 16:50	LINK AUDIÊNCIA 15H13	Certidão
7708b43	07/02/2024 15:24	Espolio de CLEUZA TERCÍCLA DA SILVA MELOA	Manifestação
b475468	07/02/2024 15:24	Procuração Fernando	Procuração
251ddb6	07/02/2024 15:24	Declação Fernando	Declaração de Hipossuficiência
2dabdf9	07/02/2024 17:09	Pedido de praça ou leilão Cleuza Tercilia	Manifestação
8221b46	07/02/2024 19:09	Ata da Audiência	Ata da Audiência
0af1bcc	21/05/2024 08:51	Despacho	Despacho
d7d1d4b	21/05/2024 08:52	Intimação	Intimação
1014e89	29/05/2024 20:16	Cumprimento Cleuza - Fernando	Manifestação

4b3acc6	29/05/2024 20:16	Obito Cleuza Tercília	Documento Diverso
33e2175	03/06/2024 10:23	Despacho	Despacho
8d17176	03/06/2024 10:24	Intimação	Intimação
e08594b	18/06/2024 12:32	Cleuza Tercília - Espolio	Manifestação
fe9d3f1	18/06/2024 12:32	Óbito Sergio P Sandoval	Documento Diverso
a4ceb10	19/06/2024 14:18	Despacho	Despacho
046f1f4	19/06/2024 14:19	Intimação	Intimação
d2ae003	20/06/2024 12:30	Intimação	Intimação
7067eaa	20/06/2024 12:30	Intimação	Intimação
e5ebe70	20/06/2024 12:30	Intimação	Intimação
90e9cf4	20/06/2024 12:30	Intimação	Intimação
4042031	20/06/2024 12:30	Intimação	Intimação
4190953	02/09/2024 13:35	confirmação intimações	Certidão
379b853	04/09/2024 15:36	Manifestação	Manifestação
2e4b7bf	25/10/2024 15:28	Despacho	Despacho
6fe6353	25/10/2024 15:29	Intimação	Intimação
7a79181	28/10/2024 18:26	Mani Cleuza Tercília	Manifestação
42b156e	28/10/2024 18:26	ATUALIZAÇÃO CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO - 28.10.2024	Planilha de Atualização de Cálculos
b0207cf	19/11/2024 10:49	Atualização	Planilha de Atualização de Cálculos
234bace	19/11/2024 10:54	Certidão	Certidão
d596cfe	19/11/2024 10:54	cálculos - processo físico	Documento Diverso
509c866	19/11/2024 19:55	Decisão	Decisão
4144e19	12/12/2024 12:48	Despacho	Despacho
3a8d5dd	12/12/2024 12:49	Intimação	Intimação
b8a7fa1	12/12/2024 13:31	Intimação	Intimação
57f884d	12/12/2024 13:31	Intimação	Intimação
228f633	12/12/2024 13:31	Intimação	Intimação
9fbdea7	12/12/2024 13:31	Intimação	Intimação
98a67de	12/12/2024 13:31	Intimação	Intimação
14336a2	17/12/2024 09:27	pet manifestação calculos e etc	Manifestação
9b5eddc	10/02/2025 11:26	Manifestação Cleuza Tercília	Manifestação
9c7f5e1	10/02/2025 11:26	ATUALIZAÇÃO CLEUZA TERCILIA DA SILVA MELO	Planilha de Atualização de Cálculos
18d380c	14/02/2025 11:07	Despacho	Despacho
23a5794	14/02/2025 11:08	Intimação	Intimação
26fe91a	27/02/2025 12:11	Certidão	Certidão
b6575a0	18/03/2025 09:11	Habilitação	Solicitação de Habilitação

db18ebb	18/03/2025 09:35	Acordo	Acordo
0ca48b4	18/03/2025 09:36	Acordo	Acordo
9afb031	19/03/2025 15:22	Petição Fernando Silva	Acordo
3024714	19/03/2025 15:22	Acordo Fernando Silva	Documento Diverso
92403e7	19/03/2025 15:22	RG Fernando da Silva Melo	Carteira de Identidade/Registro Geral (RG)
dcfe03f	19/03/2025 15:22	CTPS Fernando Silva	Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS)
d97efce	19/03/2025 15:32	Petição_acordo_Honorários	Acordo
631d2c5	19/03/2025 15:32	Summary	Documento Diverso
56c239a	20/03/2025 10:11	Manifestação	Manifestação
55ddf35	20/03/2025 10:11	Comprovante_18-03-2025_145228 - pix	Comprovante de Depósito Judicial
877aca7	20/03/2025 10:11	Comprovante_18-03-2025_145637 - trasferencia	Comprovante de Depósito Judicial
30e8e5b	20/03/2025 10:11	Comprovante_19-03-2025_155725	Comprovante de Depósito Judicial
fb2334f	20/03/2025 10:11	Comprovante_19-03-2025_155851	Comprovante de Depósito Judicial
4f13a9c	27/03/2025 14:02	Decisão	Decisão
3aa85d4	27/03/2025 14:03	Intimação	Intimação
2e05c84	27/03/2025 16:00	Acordo	Acordo
3e221ea	27/03/2025 16:00	COMPROVANTE PAGAMENTO ULTIMA PARCELA	Comprovante de Depósito Judicial
fcc7672	31/03/2025 10:26	Informa conta BB - Cleuza Tercília	Manifestação
a921f48	02/04/2025 12:14	Exclusão do bem da hasta pública	Certidão
d07e149	03/04/2025 08:39	expedição de oficio	Manifestação
9e132dc	07/04/2025 14:53	Informa conta BB - Fernando	Manifestação
e446562	08/04/2025 11:59	EXCLUSÃO DE PAUTA - ERRONEAMENTE PUBLICADO	Manifestação
5bd601b	08/04/2025 11:59	sentença homologatória	Sentença (cópia)
9a2dcda	10/04/2025 17:19	Edital hasta pública	Documento Diverso
6b95840	11/04/2025 10:32	Despacho	Despacho
339cd0f	11/04/2025 10:33	Intimação	Intimação
978f306	14/04/2025 18:59	Comprovante de Depósito Judicial	Comprovante de Depósito Judicial
ae7f426	15/04/2025 07:16	Alvará	Alvará